



ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro: UNESPAR/UVA
Em: 26/09/2022 11:36



Protocolo:
19.524.108-2

Interessado 1: CAMILA JURASZECK MACHADO

Interessado 2: -

Assunto: AREA DE ENSINO

Cidade: UNIAO DA VITORIA / PR

Palavras-chave: PROJETO

Nº/Ano

-

Detalhamento: ENCAMINHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA.

Código TTD: -

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>

1 Ata 17/2022 – Reunião do Colegiado. 26 de Agosto de 2022.

2 Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas,
3 reuniram-se os professores: Jefferson William Gohl, Kelly Cristina Benjamim Viana,
4 Bruna Silva, Michel Kobelinski, Naiara Krachenski, Jéssica de Oliveira e o professor
5 Everton Grein. A professora Priscila Cozer justificou previamente sua ausência devido
6 as suas aulas no período matutino com o ensino regular. Saudando aos presentes, o
7 coordenador do curso, professor Everton, abriu a reunião que teve a seguinte pauta: 1.
8 Aprovação da Ata número dezesseis referente à reunião anterior; 2. Repasses da
9 Reunião Administrativa do dia vinte e dois de agosto; 3. Repasse de informações da
10 Secretaria Acadêmica; 4. Projeto Pedagógico do Curso; 5. Semana de História; 6.
11 Contratação de professor substituto; 7. Assuntos Gerais. O primeiro ponto da pauta
12 tratou sobre a ata da reunião anterior e foi aprovado pelos presentes. Em seguida, o
13 professor Everton fez os repasses da reunião administrativa do dia vinte e dois de agosto
14 que foi conduzida pelo diretor do campus o professor Alcemar Martello. A referida
15 reunião teve como pauta principal a apresentação do relatório de encerramento do
16 projeto Mamãe Universitária – PMU –, a discussão sobre a dificuldade de espaço físico
17 na instituição, a saída da professora Dileize do Departamento de Química da
18 coordenação da Comissão Própria de Processos Seletivos, a divulgação do vestibular
19 dois mil e vinte e dois e a saída do professor Everton Carlos Crema da coordenação
20 geral dos estágios da instituição e a nomeação da professora Kelly Benjamin Viana do
21 Colegiado de História em seu lugar. O diretor do campus elogiou a professora Kelly e o
22 Departamento de História pela sempre ativa participação administrativa no campus de
23 União da Vitória, bem como o ativo envolvimento nas ações em prol do
24 desenvolvimento coletivo. O terceiro ponto da pauta versou sobre os informes da
25 Secretaria Acadêmica. Os referidos informes chamam a atenção dos docentes para os
26 respectivos períodos de lançamento de notas e faltas, bem como sobre as atualizações
27 do sistema. O quarto ponto da pauta tratou a respeito da elaboração da versão final do
28 Projeto Político Pedagógico do Curso – PPC – sobre o qual o professor Grein passou a
29 palavra ao professor Jefferson Gohl, presidente do Núcleo Docente Estruturante – NDE
30 – para as considerações. O professor Jefferson destacou as alterações realizadas até a
31 versão final, destacando o trabalho coletivo no sentido de contemplar os prazos e as
32 devidas reformulações no documento. Retomando a palavra, o professor Grein
33 desculpou-se com o grupo pela demora na entrega do material e sua pouca participação
34 em virtude dos problemas pessoais. Após as considerações o Projeto Pedagógico do
35 Curso de História foi aprovado pelos pares. O quinto ponto da pauta tratou da Semana
36 de História. O professor Everton passou a palavra à professora Naiara, responsável pela
37 coordenação do evento. A professora Naiara destacou que o projeto para a captação de
38 recursos para a Semana passou pelos devidos ajustes sugeridos e seria enviado para a
39 concorrência do edital de captação de recursos. A professora Naiara informou que a
40 professora Marcella Lopes Guimarães da Universidade Federal do Paraná aceitou o

41 convite para a abertura do evento. Em seguida, o professor Everton tratou o sexto ponto
42 da pauta a respeito da Contratação de professor substituto para o lugar da professora
43 Jéssica Oliveira, cujo contrato encerra-se. O professor Everton explicou que a lista de
44 chamadas de dois mil e vinte encerra-se no mês de setembro de modo que passará a lista
45 seguinte respeitando a ordem dos testes seletivos. Assim, o professor Everton entrou em
46 contato com a candidata Emilly Joyce classificada pela lista de dois mil e vinte e um. A
47 candidata manifestou interesse em assumir a vaga mas devido o seu contrato com a
48 Universidade Estadual de Ponta Grossa não poderia fazê-lo devido ao número total de
49 horas contratuais. Desse modo, o professor Grein informou que passariam ao nome
50 seguinte e repassaria para o setor de Recursos Humanos do campus, o que foi
51 consentido pelos pares. O sétimo ponto da pauta, concomitante ao anterior, tratou acerca
52 dos contratos temporários do Colegiado de História. O professor Grein explicou que no
53 momento todos os contratos são de quarenta horas, e que devido às demandas do
54 Colegiado não seria possível a redução de carga horária de nenhum contrato no
55 momento. A professora Kelly manifestou-se reforçando as atuais necessidades do
56 Colegiado em virtude das comissões e demais atividades que os professores efetivos
57 devem cumprir, o que inviabiliza ter contratos com menos de quarenta horas semanais.
58 Não houve assuntos gerais a serem discutidos. Sem mais a tratar, encerrou-se a reunião
59 e lavrou-se a presente ata que segue assinada pelo coordenador e os demais presentes.
60 Em tempo, registre-se a aprovação do projeto Pibid intitulado “História, Cultura e
61 Pensamento Afro-brasileiro: um combate ao racismo” dos cursos de História e
62 Filosofia, registrada pelo edital número dezoito de dois mil e vinte e dois da Pro
63 Reitoria de Graduação da Unespar, com um total de vinte e quatro bolsas dividida
64 igualmente entre os cursos. O projeto Pibid tem a coordenação geral da professora
65 doutora Kelly Cristina Benjamin Viana, e a coordenação voluntária do subprojeto de
66 História pela professora mestra Priscila Cozer. A coordenação do subprojeto de
67 Filosofia ficou sob responsabilidade do professor Estevão Lemos Cruz do referido
68 Colegiado. Os bolsistas do curso de História foram selecionados conforme processo
69 interno organizado pelos coordenadores.

70

71

72



ePROTOCOLO



Documento: **Ata17_2022.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Everton Grein** em 26/09/2022 11:41.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Everton Grein** em: 26/09/2022 11:38.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
b303a3cd2d8512bbe9478a919fd10e.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

HISTÓRIA

CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

UNIÃO DA VITÓRIA – 2022

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
1.1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1.2	TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS	5
2.	DIMENSÃO HISTÓRICA	6
3.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	12
3.1.	LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	13
3.2.	JUSTIFICATIVA	24
4.	CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS	29
4.1.	CONCEPÇÃO	29
4.2.	FINALIDADES	39
4.3.	OBJETIVO GERAL	43
4.4.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	45
5.	METODOLOGIA E AVALIAÇÃO	48
5.1.	METODOLOGIA	48
5.2.	AVALIAÇÃO	58
6.	PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL	66
7.	ESTRUTURA CURRICULAR	76
7.1.	CURRÍCULO PLENO	77
7.2	DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR	81
7.2.1	Primeira série	81
7.2.2	Segunda série	83
7.2.3	Terceira série	84
7.2.4	Quarta série	86
7.2.5	Resumo da oferta	87
8	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	90
8.2	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	90
8.3	DISCIPLINAS OPTATIVAS	144
8.4	DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES/ELETIVAS	193
8.5	PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PPed)	194

8.6	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	197
8.7	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -TCC	201
8.8	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	201
8.9	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO	202
8.9	PESQUISA	209
8.10	INTERNACIONALIZAÇÃO	217
8.11	PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR220	
8.12	QUADRO DE EQUIVALÊNCIA EM RELAÇÃO A MATRIZ CURRICULAR EM VIGOR	221
8.13	RECURSOS NECESSÁRIOS	223
8.13.1	RECURSOS FÍSICOS, BIBLIOGRÁFICOS E DE LABORATÓRIOS	224
9	QUADRO DE SERVIDORES	239
9.10	COORDENAÇÃO DE CURSO	239
9.11	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	240
9.12	CORPO DOCENTE	240
10	REFERÊNCIAS	243
11	ANEXOS:	246
	ANEXO I- REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS, DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA	240
	ANEXO II- REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC DO CURSO DE HISTÓRIA	262
	ANEXO III- REGULAMENTO DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO COLEGIADO DE HISTÓRIA	266
	ANEXO IV- LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO, RESTAURO E CONSERVAÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS JURÍDICAS	278
	ANEXO V - REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DO COLEGIADO DE HISTÓRIA	287
	ANEXO VI- REGULAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA	293

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Pedagógico do Curso - PPC de História, se encontra abrigado no Campus de União da Vitória da UNESPAR, região sul do Paraná e atende a regulamentação da demanda de licenciaturas da rede pública e privada da região. O processo de elaboração deste documento passou por reuniões de seu Núcleo Docente Estruturante – NDE.

No entanto a última versão do Projeto Pedagógico do Curso de História em seu processo de Renovação, aprovada pelo CEPE em 2021, necessitava de atualizações referentes à curricularização da extensão e à internacionalização, desta maneira acrescentaram-se pequenas alterações para o aperfeiçoamento curso, tais como: a inclusão no rol disciplinas optativas, revisão de texto, adequações do regulamento de estágio e inserção do regulamento de atividades de extensão.

O presente texto apresenta em sua composição: a identificação do curso, funcionamento e vagas, dimensão histórica, a organização didático-pedagógica, legislação suporte de sua propositura, a justificativa para sua criação, concepção, finalidade e objetivos, metodologia, avaliação, perfil profissional, estrutura curricular, distribuição e ementário das disciplinas, quadro de recursos humanos, estágios supervisionados, trabalho de conclusão de curso, curricularização da extensão, ações para a internacionalização do curso e os regulamentos específicos já existentes bem como o novo sobre a extensão e sua curricularização em anexo.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

ITEM	DESCRIÇÃO
CURSO	História



ANO DE IMPLANTAÇÃO	2022
CAMPUS	União da Vitória
CENTRO DE ÁREA	Ciências Humanas e Educação
CARGA HORÁRIA	3
HABILITAÇÃO	Licenciatura
REGIME DE OFERTA	Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	4 anos

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TURNO DE FUNCIONAMENTO	QUANTIDADE DE VAGAS
Noturno	40

2. DIMENSÃO HISTÓRICA

As instituições são filhas de seu tempo; são concebidas e construídas a partir das condições concretas e do esforço conjunto de uma determinada formação social, são, portanto, históricas. Deste modo, para serem devidamente entendidas, as instituições clamam pelo contexto que lhes deu origem e apelam para as condições históricas que alicerçaram seu caminho, que estimularam ou que frearam o seu desenvolvimento.

Com a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFI, enquanto instituição social não foi diferente; assim como em certos momentos a sua via foi aplainada pela conjugação de fatores favoráveis, em outros ela teve que percorrer sendas tortuosas e enfrentar os caminhos das pedras.

Na década de 50, União da Vitória, estava entre as maiores e mais prósperas cidades do Estado; era mais importante cidade do sul e do sudoeste do Paraná, exercendo influência social e cultural sobre toda a região. Dentro dessa conjuntura começou a ser pensada a possibilidade de criação de curso superior em União da Vitória. O depoimento do professor Isael Pastuch (1994), testemunha e protagonista, é fundamental para se entender a gênese e os primeiros passos da FAFI.

Em entrevista, concedida aos 22 de março de 1994, Pastuch assim se reporta aos acontecimentos que antecederam e que deram alento ao sonho de uma faculdade em nossa cidade.

A categoria dos alfaiates, da qual meu pai (Gregório Pastuch) fazia parte, teve um grande mérito. Era na alfaiataria do meu pai que reuniam-se os políticos, os homens públicos, "a elite do chimarrão e da fofoca" de nossas cidades ... homens como Alfredo Stalschmidt e Napoleão Feijó, progenitores de quatro professores (que viriam atuar na futura Faculdade), membros efetivos do Partido Social Democrático (PSD), começaram a fomentar a ideia de criação de um curso superior.

A criação de um curso superior já vinha ganhando corpo desde o Governo Munhoz de Rocha, todavia, essa ideia, torna-se realidade pela decisão do Governador Moisés Lupion, atendendo ao pedido do Diretório Municipal do então

PSD, partido do Governador.

O Governador que, além de pertencer ao PSD, possuía um eleitorado expressivo na região - atendeu as solicitações dos correligionários criando, mediante a Lei nº 3001 de 22 de dezembro de 1956, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras subordinada à Secretária de Educação e Cultura do Estado do Paraná.

Estava criada a FAFI. No entanto, mais de três anos irão separar o ato de criação da Faculdade (22/12/56) da primeira aula inaugural (28/03/60). Além dos obstáculos burocráticos, Pastuch tece algumas considerações sobre o comportamento dos homens públicos da época, no sentido de esclarecer e não de julgar.

Em 1956, faltou aos nossos homens mais visão, deixando de lado o pensamento da responsabilidade de dívidas. O nosso prefeito da época, Sr. Esmeraldo Dalla Barba Kurten, não quis dar o passo maior que as pernas. Talvez estivessem certos em termos de conduta. Poderiam estar funcionando os cursos de Direito, Agronomia e Veterinária que já estavam assinados pelo Governador Lupion, mas o prefeito assustou-se. Aquilo que sobra para os homens desonestos - "aquela coragem, aquela facilidade de empurrar a coisa para a frente sem pensar o que vai acontecer" - falta para o homem de bem. O homem de bem não investe sem ter a certeza de que está dando um passo certo; foi isso que aconteceu em União da Vitória. Faltou espírito aventureiro para deixarem as coisas correrem e ficarem pertencendo ao futuro. Querendo fazer só o que estava ao alcance no momento foi o que atrapalhou a concretização do sonho de uma universidade em União da Vitória.

O gesto do Governador Lupion não foi correspondido no tocante aos cursos de Direito, Agronomia e Veterinária que não foram levados adiante, não saíram do papel. Já a Faculdade de Filosofia teve sorte diferente, graças mormente ao Dr. Luiz Wolski que empunhou a bandeira da FAFI, sendo designado para o cargo de Diretor da mesma pelo Decreto Estadual nº 8474 de 25 de fevereiro de 1957.

Portanto, a FAFI estava criada, tinha um Diretor designado, agora era preciso tratar da sua instalação. O Dr. Wolski liderou uma luta, como acentuou Pastuch, enfrentando toda sorte de obstáculos e sacrifícios durante os dois anos que separam a sua nomeação para o cargo de Diretor (25/02/57) da autorização para o funcionamento dos Cursos de Pedagogia e História pelo Parecer nº 562 de

(25/11/59) do Conselho Nacional de Educação. Nesse mesmo parecer, que teve como relator o Conselheiro Alceu Amoroso Lima, foram aprovados os seguintes professores para constituir o corpo docente da Faculdade: Aldrovando Cardon Castro, Alvir Riesemberg, Aniz Domingos, Edy Santos da Costa, Eny Camargo Maranhão, Francisco Filipiak, Ivete Mazalli, Ivone Mascarenhas Skiba, João Hort, Luíz Wolski, Lybia Stallschmidt, Maria Therésia Butzen, Vicente Codagnone, Walkíria Araújo de Oliveira.

Em 19 de janeiro de 1960 foi publicado o decreto nº47666 que levou a assinatura do presidente da República Exmo. Sr. Juscelino Kubitchesk de Oliveira e Clóvis Salgado, então Ministro da Educação, concedendo autorização para funcionamento dos dois cursos. Em consequência deste ato foi instalada a Faculdade, realizando-se, no mês de fevereiro do mesmo ano, o primeiro Concurso Vestibular, sendo aprovado 16 candidatos para o Curso de História e 35 para o Curso de Pedagogia. Dessas duas primeiras turmas formaram-se, em 18 de dezembro de 1963, 25 alunos do curso de Pedagogia e 08 alunos do curso de História.

Em 1966 são criados os cursos de Geografia e Letras (Licenciatura Plena de 1º ciclo) pela Lei Estadual nº5320, de 10/05/1966, sendo transformados em Licenciatura Plena de pelo Decreto Estadual nº21692, de 27/04/1970. Em 1967, o Decreto Federal nº61120, de 31/07/1967, concede o reconhecimento dos cursos de História e Pedagogia. Já os cursos de Geografia e Letras são reconhecidos através do Decreto Federal nº74750, de 23/10/1974.

O Decreto Federal nº79216, de 08/02/1977, autoriza o funcionamento dos cursos de Ciências, Licenciatura de 1º Grau, e Licenciatura Plena com habilitação em Matemática, sendo o mesmo reconhecido pela Portaria Ministerial nº617, de 16/12/1980. No que se refere ao somente ao curso de História, este recebeu autorização para funcionar em 25/11/1959, em sessão plenária do conselho Nacional de educação, pelo parecer nº 562, tendo como relator o emérito conselheiro escritor Alceu Amoroso Lima.

Em 19/01/1960, o decreto n° 47666, assinado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e pelo Ministro da Educação Clóvis Salgado, também concedia a autorização para o funcionamento do mesmo. Neste mesmo ano, realizou-se o 1° Concurso Vestibular, no qual foram aprovados 16 candidatos para o Curso de História. A aula Inaugural foi proferida em 28/03/1960, às 10:00 horas, com a presença do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado Moisés Lupion, Secretário de Educação e Cultura, Sr. Nivon Weigert, o ex-secretário Dr. Plínio Franco Ferreira da Costa, comandante do 5° BEC, Tenente Coronel Gerson de Sá Tavares, autoridades da Comitiva Governamental, autoridades locais e dos municípios vizinhos, professores, acadêmicos, intelectuais da cidade e outras pessoas da comunidade. A mesma esteve a cargo do professor da Universidade Federal do Paraná, Dr. José Loureiro Fernandes, Professor Catedrático da Cadeira de Antropologia, que proferiu palestra com o tema *As Populações Primitivas do Paraná*, baseado em pesquisas realizadas nas jazidas antropológicas do litoral e interior do estado, em Sessão Solene no Salão Nobre da escola Normal Secundária Professora Amazília. Desde então o curso iniciou suas atividades didáticas, pedagógicas e culturais, tendo como primeiro Diretor da Faculdade o Dr. Luiz Wolski.

Em 31/07/1967 o decreto Federal n° 61120 concede o reconhecimento do Curso. A primeira formatura deu-se em 18 de dezembro de 1963, com 8 alunos, no auditório do Cine Teatro Luz. Após a imposição de grau, houve uma premiação de honra ao mérito ao 1° colocado do curso, o aluno Joaquim Osório Ribas. A 1ª reunião do Departamento de História (16/09/1963) ocorreu na sala da congregação da FAFI tendo como diretor do Departamento o professor Aniz Domingos. A assembleia teve por objetivo a necessidade urgente de se elaborar o Estatuto do Departamento.

Desde o início do curso esteve presente a preocupação do Departamento em promover eventos sócio culturais como: exposições, seminários, pesquisa histórica, simpósio de História, oficinas, cursos de extensão e conferências. A criação do Centro de Pesquisas e Estudos Históricos - CEPEH, em 1976, pelos

professores – membros fundadores da FAFI, teve como objetivo incentivar o gosto pela pesquisa histórica, a preservação patrimonial e documental da cidade e difundir a cultura histórica.

Em 23 de março de 1979 deu-se a fusão do Departamento de História e Geografia em Departamento de Ciências Sociais, conforme determinava o Regimento da Faculdade em seu artigo 72 seção IV. Em 11 de março de 1981, dissolveu-se o Departamento de Ciências Sociais voltando a ser Departamento de História em virtude da vigência do Novo Regimento Interno da Faculdade, aprovado pelo Conselho Federal de Educação conforme parecer nº 1153/80.

Em 1999, foi criado o Arquivo Histórico do Departamento, Acervo Documental, com a finalidade de contribuir com acadêmicos professores e pesquisadores, em geral, que buscam o conhecimento do passado que é intrínseca ao ser humano que sempre se preocupou com suas origens. Também possibilita aos acadêmicos a participação efetiva em atividade diferenciadas, no âmbito da pesquisa e organização arquivística, além de preservar a memória histórica da sociedade local pela guarda da documentação, contamos com o trabalho de todos que se dedicam ao estudo e a pesquisa histórica, oportunizando meios de colaborar e construir conhecimento.

Após a consolidação da UNESPAR após 2001 a estrutura departamental se converteu em um arranjo de setores colegiados e o Departamento passou a ser designado Colegiado. Atualmente o colegiado de História mantém viva em preocupação junto a comunidade acadêmica e sociedade, oportunizando acesso de docentes e acadêmicos a viagens de estudos locais históricos, incentivo a pesquisa e no fortalecimento das Semanas de História, realizadas anualmente, com apresentação de vários conferencistas/historiadores

Com vistas a atender as novas demandas de verticalização por que passa a estruturação e consolidação da UNESPAR, os eventos anuais semanas de história e Colóquio Nacional de história e historiografia no Vale do Iguaçu, realizados já a cerca de uma década, começam a ser orientados pelas dinâmicas de pesquisas coletivas orientadas para laboratórios, grupos de pesquisa e estabelecimento de

linhas de atuação na pesquisa e na extensão. O colegiado conta ainda atualmente com Laboratório de Fontes Jurídicas – LAFUR que em consonância com o acervo do arquivo histórico desenvolve suas atividades.

O colegiado de História presta assessoria também ao CAHIS – Centro Acadêmico de História, (anteriormente centro de estudos) composto e coordenado por acadêmicos do Curso, com objetivo de interagir junto aos estudantes sobre questões educativas, culturais e estudantis.

A preocupação com o processo educativo em História nos leva a uma contribuição mais sólida e precisa junto a esta Instituição de Ensino Superior e a seus participantes, para que o seu dedicado esforço em cumprir sua missão de gerar e universalizar conhecimentos para a sociedade, se concretize.

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura Plena em História da UNESPAR Campus de União da Vitória, Estado do Paraná, está respalda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Base Nacional Comum Curricular e na Resolução 02 de dezembro de 2019. Com isso, busca constantemente a modernidade no ensino praticado para atender a formação profissional completa dos seus acadêmicos, num exercício continuado, visando à intensa articulação da graduação com a sociedade.

Orientada pelos princípios (I) da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; (II) da diversidade epistemológica do mundo; (III) da diversidade de tempos-espacos-relações formativas, objetiva que os conteúdos pedagógicos sejam repensados a partir do sentido que eles têm para o professor na sala de aula, procurando na teoria, soluções para os problemas encontrados na prática.

DE CRIAÇÃO DO CURSO (Lei, Resoluções SETI, Resoluções COU/CEPE)

PARECER(ES) Nº	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA	PUBLICAÇÃO
----------------	--------------------	------	------------

C/N nº562	MEC	25/11/59	-
Portaria	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto nº 47660	MEC	19/01/1960	-

DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO (Decreto, Resoluções SETI, COU, Parecer CEE)

Parecer(es) Nº	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto Federal nº47.666	MEC	10.01.60	

DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Portaria, Resoluções SETI, Parecer CEE)

Parecer(es) Nº	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto Federal nº61120	MEC	31/07/1967	DOU 03/08/67

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Encontram-se aqui elencados os principais documentos normativos e orientadores que respaldam e fundamentam a proposta político-pedagógica do Curso de História da Universidade Estadual do Paraná, do campus União da Vitória, entre elas, a Base Nacional Comum Curricular (2018).

3.1. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

- I. Decreto-Lei nº. 1.190, de 4 de abril de 1939. Criação do curso. Câmara dos deputados. Brasília. 1939;
- II. PARECERES CNE/CES – N° 776/97 E 583/01 - Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação
- III. PARECER CNE/CES 492/01 E 1363/2001 que tratam da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- IV. PARECERES CNE/CP 2001: N° 09,21,27 E 28 CNE/CP 21/2001, que estabeleceram a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena
- V. RESOLUÇÕES CP/CNE N°01 E 02/2001, que Instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
- VI. Decreto-Lei nº10172 DE 09/01/01 – Que articulou o Plano Nacional de Educação- PNE
- VII. Deliberação CEE n 04/10 que dá nova redação ao artigo 2º da Deliberação CEE/PR nº 04/06, que estabelece normas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- VIII. Deliberação nº 04/13, estabelece normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;
- IX. Deliberação nº 04/13, que estabelece normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;

- X. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, do MEC;
- XI. Estatuto da UNESPAR;
- XII. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- XIII. Lei 17505 – 11 de janeiro de 2013 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências;
- XIV. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, que define as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e suas alterações;
- XV. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- XVI. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- XVII. Parecer CEE/CES nº 23/11 que estipula a Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como disciplina nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica, em cumprimento ao artigo 3.º, do Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- XVIII. PDI da UNESPAR.
- XIX. Regimento Geral da UNESPAR;
- XX. Regulamento de Extensão,
- XXI. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial (no caso dos bacharelados);
- XXII. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências (no caso dos bacharelados e licenciaturas);

- XXIII. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- XXIV. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- XXV. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada;
- XXVI. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação docente);
- XXVII. Resolução n. 038/2020 – CEPE/UNESPAR, que regulamenta a Curricularização da Extensão.
- XXVIII. Resolução N.º 046 – 2018 – CEPE/UNESPAR, que regulamenta os estágios obrigatórios.
- XXIX. Resolução nº 001/2019 – COU/UNESPAR, que estabelece o Sistema de Cotas no processo Seletivo Vestibular e o Sistema de Seleção Unificada – SISU;
- XXX. Resolução nº 014/2018 – COU/UNESPAR que autoriza a matrícula especial em disciplinas isoladas de estudantes nos cursos de Graduação;
- XXXI. Resolução nº 038/2020– CEPE/UNESPAR, que Aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR;

Como o campo educacional, e sua regulamentação está diretamente ligado ao seu contexto histórico, analisar a fundamentação legal, o escopo da lei, decretos e pareceres nos permite compreender qual a dinâmica política ou os referenciais norteadores de qualquer projeto educacional, bem como dimensionar sua ação e amplitude. Na própria evolução do aparato legal podemos perceber inequivocamente, ainda que de forma reativa, como a sociedade em seu

desenvolvimento e complexidade está inexoravelmente ligada à educação e como a legislação direciona, ou por vezes condiciona o campo educacional.

Dessa forma, todo o aparato legal analisado exprime não só as exigências da sociedade, mas também suas expectativas, que encontram no Estado democrático nacional o instituidor do Estado de direito, das liberdades individuais, do acesso e melhoria da educação, como parte de um processo de transformação social. Portanto a legislação que concerne a orientação, regulamentação e instituição de diretrizes, dentro de parâmetros educacionais, direciona a construção dos projetos pedagógicos educacionais, incluindo nesse processo as demandas sociais, as políticas afirmativas e protetivas em relação à sociedade, onde cada avanço social se torna um equivalente legal dessa conquista.

Buscou-se de forma pontual, citar a estrutura central da lei, sobretudo, quando relacionados, ao ensino superior, não diferentemente em relação aos decretos, portarias e pareceres que fazem parte da fundamentação legal da educação e que em específico se aplicam a estrutura político legal da universidade, pontuando inclusive, em alguns momentos específicos, uma inadequação com as exigências legais.

- A Lei nº9394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, orientando os princípios e os fins a educação, do direito e do dever de educar, dos modelos e formas de organização escolar em território nacional, e dos níveis e modalidades de ensino e legislando em específico sobre o ensino superior regulado pelo Art. 43. Encontrando-se o Colegiado de História em acordo e observância a referida Lei.
- A Lei nº 10861/2004 – que em seu Art. 1º. Inciso 1º Institui o SINAES, que tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação

superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. De forma geral, a referida lei foi criada com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O Colegiado de História enquadra-se no dispositivo legal ora postulado, inclusive se utilizando de seus resultados na melhoria do projeto político pedagógico de curso e em seu corpo discente e docente.

- Já a Lei nº 11788/2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes, definindo, classificando, regulamentando e fiscalizando o campo do estágio que se apresenta como um direito acadêmico fundamental para o desenvolvimento do processo formativo, alternando teoria e prática, além de possibilitar uma experiência real ao acadêmico. Encontra-se o Projeto Político do Curso de História de acordo com a Lei específica, tanto no que tange a regulamentação de estágio, como em relação a disciplina específica de estágio, dentro da grade curricular do curso.
- Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002, versa sobre a educação ambiental de forma transversal nas disciplinas. Entende-se em seu Art. 1º por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Ainda que não haja uma disciplina específica para a educação ambiental, os eixos temáticos e problematizações constantes na grade curricular do curso e os componentes curriculares de História do Paraná I e II e História do Brasil I e II contemplam transversalmente a proposta.
- Decreto 5296/2004 – regulamenta a Lei nº10098/2000 Art. 1º estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na

construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Infelizmente o Colegiado de História não dispõe de forma adequada de acessibilidade, a todas as suas salas de aula, laboratórios, sala de projetos, arquivo, e sala do colegiado, encontrando-se com o conjunto da estrutura física do prédio/Campus que ocupa em inadequação para com o referido decreto.

- Em relação ao Decreto nº5626/2005, que regulamenta a Lei nº10436/2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras, e o artigo 18 da Lei nº10098/2000 encontra-se o Colegiado de acordo e dentro dos padrões estipulados e definidos, contando em sua grade curricular obrigatória com a disciplina de Libras, e circunstancialmente inclusive como disciplina optativa (extracurricular, a fim de atender os egressos da licenciatura).
- Decreto nº 5622/2005 – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em relação à educação e ensino a distância. Caracterizando-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. O Colegiado de História possui em sua matriz curricular, disciplinas ofertadas na qualidade de optativas que podem ser ofertadas na modalidade de ensino semi-presencial.
- Portaria MEC nº4059/2004 – Regulamenta a oferta de carga horária à distância em componentes curriculares presenciais. Encontra-se o Colegiado de História adequado e em observação à supra referida portaria.
- Portaria MEC nº40/2007- Institui o e-MEC, como forma de ampliar, agilizar, abreviar e racionalizar o trâmite do Cadastro de Instituições e Cursos superiores, Basis e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes Enade, entre outras disposições.
- Parecer CNE/CP nº28/2001 – Estabeleceu a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Dispõem à luz das diretrizes curriculares nacionais da formação

docente, o tempo mínimo para todos os cursos superiores de graduação de formação de docentes para a atuação na educação básica para a execução das atividades científico-acadêmicas não ficando abaixo de 2000 horas, sendo que, respeitadas as condições peculiares das instituições, estimula-se a inclusão de mais horas para estas atividades. Do total deste componente, 1800 horas serão dedicadas às atividades de ensino/aprendizagem e as demais 200 horas para outras formas de atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. Estas 2000 horas de trabalho para execução de atividades científico-acadêmicas somadas às 400 horas da prática como componente curricular e às 400 horas de estágio curricular supervisionado são o campo da duração formativa em cujo terreno se plantará a organização do projeto pedagógico planejado para um total mínimo de 2800 horas. Este total não poderá ser realizado em tempo inferior a 3 anos de formação para todos os cursos de licenciatura inclusive o curso normal superior. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação ao referido parecer.

- Parecer CNE/CP nº9/2001 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciaturas, de graduação plena. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação ao referido parecer.
- Resolução CNE/CP nº1/2002 – Institui Diretrizes Nacionais para formação de professores da Educação Básica, em nível superior. O Colegiado de História encontra-se adequado no que versa a referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº2/2002 – Institui a duração e carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação a referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº01/2004 – Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana, resolução que se respalda e dá cumprimento das leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação

a referida resolução, inclusive possuindo em sua matriz curricular, disciplinas específicas de História da África e Cultura Afro-Brasileira que atendem o requisito. Há projetos específicos que reforçam este dispositivo.

- Resolução CNE/CP nº 2/2004 – Resolve adiar o prazo previsto na Resolução CNE/CP nº1/2002. Encontra-se o Colegiado de História em observância à referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº01/2005 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da Educação Básica, em nível superior, cursos de Licenciatura, de graduação. Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena. O Colegiado de História encontra-se adequado no que versa a referida resolução.
- Resolução CNDI nº16/2008 – Dispõe sobre a inserção nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso. Dispõe sobre inserção nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. O Colegiado de História possui em sua matriz curricular a disciplina de história oral e como optativa a disciplina de História Pública e História Oral: conceitos e práticas entre outras que matizam a valorização do depoimento de pessoas de variadas faixas etárias, mas fundamentalmente as mais idosas, que são detentoras de experiências relevantes para a construção do conhecimento histórico. O acadêmico por meio desta disciplina é encorajado a ouvir e valorizar os depoentes idosos. Como se postula na concepção de ensino o homem em toda sua condição, espacialidade e temporalidade é nosso objeto central, dentro de uma visão humanística de ensino.
- Resolução CONAES 01/2010 – Estabelece sobre o Núcleo Docente Estruturante-NDE, regulada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

(CONAES). O Colegiado de História possui um Núcleo Estruturante que está operante, vindo de encontro ao que determina a referida resolução.

- Resolução Conselho Nacional de Educação Nº 2/ 2015 – Que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Estabelecendo no parágrafo primeiro do artigo 13.

§ 1º Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares

Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

- Resolução nº 2, de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). No Capítulo IV, Dos Cursos de Licenciatura estabelece que:

Art. 10. Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, instituída nos termos do Capítulo I desta Resolução.

Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I – Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II – Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III – Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Parágrafo único. Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009).

Art. 12. No Grupo I, a carga horária de 800 horas deve ter início no 1º ano, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – conhecimento, prática e engajamento profissionais – como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Parágrafo único. No Grupo I, devem ser tratadas ainda as seguintes temáticas:

I – Currículos e seus marcos legais:

- a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;
- b) Diretrizes Curriculares Nacionais;
- c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura; e
- d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

§ 4º Para o curso de formação de professores nos anos finais do Ensino Fundamental, e do Ensino Médio, as 1.600 horas, para aprofundar e desenvolver os saberes específicos, podem ser ofertadas, de acordo com a organização curricular, do seguinte modo: componentes curriculares, componentes interdisciplinares ou áreas de estudos, nos termos do respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O Colegiado de História encontra-se adequado a Resolução nº 2, de dezembro de 2019.

3.2. JUSTIFICATIVA

O Curso de História do *campus* de União da Vitória da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – desde sua criação em 1960, teve como missão a formação de docentes e pesquisadores a partir da área de Licenciatura. Os formados atuam em instituições públicas e privadas que tem, sobretudo, o caráter didático-pedagógico, seja em nível fundamental ou médio, bem como no estudo e preservação do patrimônio histórico-cultural das sociedades em que atuam.

Importa salientar que no campo de formação docente, o Curso de História se mantém fiel aos objetivos estabelecidos desde a sua criação. É relevante também a formação, igualmente constante, de pesquisadores para arquivos, museus, bibliotecas, centros de cultura e de patrimônio histórico públicos (municipais, estaduais ou federais), e de caráter privado.

Nos dias atuais, em que as possibilidades e a quantidade de informações crescem num ritmo acelerado, faz-se necessário um olhar mais acurado aos percursos que conduziram ao estado atual das coisas. Desse modo, as exigências de uma prática histórica crítica e criativa em relação aos documentos e recursos pedagógicos utilizados, associados a uma leitura igualmente crítica da historiografia e do mundo que nos cerca faz-se premente. Ao mesmo tempo, docentes e pesquisadores têm assistido o alargamento de seu campo de trabalho, com o crescimento das necessidades de assessoramento às mídias impressas e faladas, à televisão, ao cinema, as mídias digitais e suas plataformas de redes sociais. Tais transformações nas práticas cotidianas e nos usos tradicionais dos instrumentos e práticas investigativas, requerem uma maior familiaridade dos formados em História.

A recente atualização das Bases Curriculares Nacionais, trazem para além das competências específicas dos componentes curriculares elementos que se articulam transversalmente como a necessidade de diálogo entre estas tecnologias, as linguagens e as habilidades matemáticas que se redimensionam frente a

realidade do ensino nacional que se reorganiza. Nesse sentido o curso de posiciona de modo a entender que há integração destes elementos frente a crítica prévia da qual a disciplina já acumula enquanto fortuna crítica no bojo das disciplinas em que o ensino de história enquanto campo de saberes avançou e produziu um significativo e sofisticado debate. Após a inflexão das noções da aprendizagem histórica de Jorn Rusen, a premência do *giro decolonial* e a explosão das novas tecnologias que se imiscuem cotidianamente nas vidas privadas de discentes e docentes o curso propõe interfaces que partem tanto da inserção de componentes curriculares quanto de ajustamentos daquelas estruturas pré-existentes as necessidades do tempo presente. Tempo este que requer competências gerais e habilidades específicas de manejo com o novo público de formandos que advém desta realidade social e se pretende formador de sujeitos críticos na escola.

Urge, de fato, propiciar ao licenciado em História um contato mais estreito e gradual com as novas metodologias e tecnologias que se apresentam na atualidade de seu ofício. Assim, a Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em História, do *campus* de União da Vitória da Universidade Estadual do Paraná, visa fornecer um instrumental formativo que, ao mesmo tempo em que dialoga com as necessidades e as realidades do chão da escola, aquilo que postula a BNCC e as práticas estritamente pedagógicas, que também subjazem a uma formação profissional completa. Objetivando um exercício continuado, de atualização visando à intensa articulação da graduação com a sociedade, busca ainda, que os conteúdos pedagógicos sejam repensados a partir do sentido que eles possuem para o professor na sala de aula, procurando na teoria, soluções para os problemas encontrados na prática. Ao mesmo tempo em busca da prática docente para composição de novas teorias e formas de se pensar as relações pedagógicas e historiográficas que lhes são subjacentes em um universo de sentido que entende a construção dos vetores da consciência histórica e da formação humana.

Além da ênfase teórica que se dá para que o curso de História amplie espaços de pensamento e ação, também deve-se enfatizar a prática, a ação do

professor ou do pesquisador com licenciado em História. Deste modo é que se entende, tanto pelos docentes do colegiado de História, seus acadêmicos e eventuais docentes de outros departamentos envolvidos, que é preciso que o graduando tenha constantemente um entendimento “técnico” de sua licenciatura. Por técnico compreende-se um aprendizado instrumentalizado pluralmente, seja a partir das formas com as quais se apreende e se ensina, seja de modo que a prática da docência e da pesquisa, ao término de sua graduação, encontre confluência entre “campus acadêmico” e “campo social”. Compreende-se assim que o conhecimento e ação não sejam apartados entre si, mas relacionados em uma fusão completa e complexa.

A partir das necessidades de manutenção de um contínuo processo de aprendizagem que nos níveis do ensino fundamental se expressam na máxima do Fortalecimento de autonomia entre os alunos nas escolas se idealiza um curso que vincula em seus formados:

o sentido dos fortes apelos emocionais que a atual realidade social mediada nos alunos do ensino fundamental em seus componentes curriculares;

o sentido da pesquisa que se relaciona intimamente com a autonomia e a capacidade de engajamento e protagonismo;

o sentido da diversidade que as práticas extensionistas abarcam que não permite naturalizações das violências estruturais ou simbólicas.

Estes mesmos vetores se acrescem ao momento do futuro professor que ao pensar o ensino médio e o itinerário das ciências humanas deve reconhecer-se e identificar na matriz do curso os elementos do saber- fazer, em que integração e flexibilidade são as ideias força, sendo assim o curso pretende vincular a seus formandos:

o sentido da criatividade que demanda resoluções de problemas identificados das comunidades das quais são oriundos;

o sentido da investigação científica voltada ao coletivo na interpretação dos processos socio históricos visando melhorias e desenvolvimento;

o sentido das capacidades de mediação que pode se mobilizar nas intervenções sócio culturais

O objetivo final do curso é a formação de um profissional capacitado para perceber e mostrar em sua prática a indissolubilidade entre o ensino, pesquisa e sua extensão no corpo social, o curso de História define-se, neste rastro, como um meio adequado de fomento a construção do saber através de métodos aplicáveis de forma transdisciplinar, aqui entendida como a conjunção da interdisciplinaridade - entendendo por este termo, fator que correlaciona e faz interagir as disciplinas no âmbito da nossa matriz. Nesta conjunção, procura também exercer a complementaridade – concepção que projeta interação nos quadrantes principais da existência humana, a saber: sociabilidade, afetividade, consciência individual e coletiva. Conceitos de interdisciplinaridade e complementaridade que exercidos possibilitam a problematização, o despertar do senso crítico e a verificação de controvérsias que se apresentam a cada passo do devir histórico.

A partir de um olhar mais aguçado que se pode fazer da trajetória histórica pode-se dizer que o curso de história do *campus* União da Vitória nas duas primeiras década do século XXI, busca efetivamente nas suas atribuições de formar capacitados professores; dentro de um regime de oferta gratuito e de padrões de qualidades notáveis, considerando as enormes discrepâncias socioeconômicas do Brasil e o atual cenário de diminuição de investimentos no setor da educação paranaense, principalmente no que se refere à UNESPAR, a última Universidade reconhecida pelo governo do Estado.

O ensino de História na contemporaneidade deve ser concebido numa pluralidade de conhecimentos e habilidades contextualizadas *in totum* no meio social. Trata-se da tão pertinente e necessária visão sistêmica, pela qual a Universidade, caracterizada, principalmente, pela transmissão, produção e extensão

do saber, toma vulto no seio social, com a ampliação do vínculo de formação do profissional, além dos “portões acadêmicos”.

Tendo-se expostos os motivos que justificam a existência e a essencialidade do Curso de História, cabe asseverar que a formação no curso dá condição ao egresso de reconhecer as várias possibilidades interpretativas da História, para entender que a história que se escreve, quando correlata com a que se vive, permite reflexão e consciência da natureza, das fontes e da construção histórica, até a ponto de saber que cada aspecto da vida humana e dos relacionamentos em sociedade preponderam sobre a simples junção factual de atos heroicos e narrados com requinte. A UNESPAR pretende formar agentes da história, comprometidos com a sociedade em que vivem, mas perfeitamente integrados na “aldeia global”.

4. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

As seções abaixo apresentam a concepção, finalidade e objetivos do Curso de História da UNESPAR. Todas as premissas destas seções estão em harmonia e valorizam os princípios de uma formação humanística, ética, crítica que deve preparar seus estudantes para se tornarem profissionais com o mais alto grau de excelência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.1. CONCEPÇÃO

A possibilidade de consolidar as atividades da UNESPAR no que se refere à função social de seu desempenho em ensino, pesquisa e extensão, depende, cada vez mais, de uma definição clara de seu papel como instituição pública. Em um contexto em permanente transformação, o processo de modernização do país, com o avanço da qualificação em tecnologia, tem convivido face a face com o aumento da complexidade das relações sociais. Desigualdade e tensões têm caracterizado a sociedade brasileira, exigindo das instituições públicas o comprometimento com o bem coletivo. As enormes proporções da pobreza tornam necessários projetos coletivos dotados de sustentação ética e racional. As incertezas que surgem, quando são avaliadas estratégias para a superação da desumanidade historicamente estabelecida, são resultantes da percepção da complexidade dos problemas vividos no contexto com o qual a UNESPAR interage. Essas incertezas merecem tanto mais atenção, quanto mais tomamos consciência das responsabilidades diretas e indiretas associadas às tomadas de posições diante dos problemas com que nos defrontamos.

As concepções de conhecimento que podem permitir à UNESPAR cumprir sua função social, necessariamente, devem levar em conta a intenção de propor visões da realidade que não sejam unívocas ou unilaterais. A possibilidade de convivência de posições diferentes, perspectivas variadas, é fundamental para a formação de

conhecimento, com ponderação e rigor. O questionamento que surge com a comparação entre diferentes posições é fecundo para a renovação de ideias e o aumento da clareza quanto aos potenciais inerentes a diferentes procedimentos de reflexão.

Um conhecimento com pretensão de verdade absoluta deve resultar em distorção. Se compreendermos a realidade como caracterizada pela constante transformação, devemos encontrar métodos adequados para a produção de conhecimento, que levem em conta essa caracterização. A imposição de verdades absolutas remove da produção de conhecimento seu caráter histórico e dinâmico, impondo sobre a realidade modelos que autoritariamente se sobrepõem aos movimentos de mudança. O conhecimento não tem seu valor condicionado à ideia de que ele possa ser encarado como verdade irrefutável, como dogma. Seu valor depende de sua capacidade de dar conta da realidade, em sua constante transformação. Para isso, deve o próprio conhecimento ser transformado, superando limitações e interiorizando novas exigências apresentadas pelo processo de mudanças da realidade.

É preciso enfatizar que, ao entendermos a realidade como processo em constante mudança, não restringimos a realidade ao domínio específico do mercado. Se é verdade que, em larga medida, o mercado de trabalho depende do fluxo de egressos do ensino superior, isso não resulta, no entanto, que a Universidade seja apenas uma prestadora de serviços para a cobertura de vagas.

Face a tudo isto, compreendemos que o Projeto Político Pedagógico do Curso de História do Campus de União da Vitória, consciente das transformações da realidade, propõe um encaminhamento para suas orientações acadêmicas, de modo a, na medida do possível, realizar intervenções no processo histórico. Essas intervenções devem acontecer de maneira que a realidade conduza suas mudanças no sentido de um aumento das condições de atendimento das demandas coletivas, e de uma diminuição da desigualdade social. Caso não contribua para esse sentido

dos acontecimentos, considerando a responsabilidade que lhe cabe, ao curso de História, enquanto constituinte de um ambiente de Educação Superior, estaria se omitindo, ou contribuindo para o incremento de problemas. Por defender a sustentação de suas ações em valores éticos, o Curso quer, contra a omissão e contra o aumento dos problemas, firmar sua posição como responsável por benefícios à comunidade, como é esperado de uma instituição pública e gratuita capaz de interagir com o contexto que a mantém. O engajamento com a comunidade, a aquisição de habilidades para o exercício das dimensões da prática profissional, preocupações atuais advindas da nova Base Curricular Nacional são elementos inerentes a concepção de curso e sujeito a ser formado nos seus quadros.

Se estivesse apenas cobrindo vagas do mercado de trabalho, o Curso estaria contribuindo para conservar o estado dos problemas sociais, pois as demandas do mercado, em larga medida, expressam contradições e conflitos do sistema econômico e político. Cumprir necessidades imediatas de viabilização das relações econômicas é menos do que deve ocupar a instituição pública e gratuita. Ela deve interferir no cerne das contradições e dos conflitos que reconhece à sua volta, realizando ações que beneficiem a sociedade com que interage.

Para isso, é fundamental que o Curso estabeleça expectativas, quanto ao perfil dos egressos de seus cursos. Um aluno que entra na UNESPAR deve, ao final de sua trajetória, ser um cidadão capaz de um envolvimento importante no quadro de mudanças sociais. A formação acadêmica deve não apenas dar condições para que exerça uma profissão, tendo um desempenho satisfatório, mas ir além disso. No espectro das competências amplas docentes. A formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação no futuro, deve dar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente, e atuar junto à sociedade, que através dos recursos que a universidade investiu em sua formação. Deve dar a ele também a clareza de que, sendo formado em uma instituição pública,

desta recebe a qualificação necessária para, através de suas ideias e seu trabalho, beneficiar a sociedade.

Ganhar um diploma não é, no caso, apenas uma forma de defender os próprios interesses, mas antes de tudo uma forma de contribuir para resolver problemas que dizem respeito a outras pessoas. Sem que se possa definir sua função social, o conhecimento adquirido se constitui apenas como exercício de individualismo. Em tempos de exigência de responsabilidade, em escala histórica sem precedentes no país, o individualismo se converte em vaidade e, no extremo, em frieza violenta e anti-social, que contraria os interesses de uma instituição pública e gratuita dedicada à educação.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt, a noção de 'educação histórica' permite a relação direta entre a aprendizagem histórica e compreensão histórica a partir dos pressupostos da ciência histórica. O aluno aprende história da mesma forma que historiadores fazem seu trabalho histórico, sem mediações cognitivas externas entre o ensino e aprendizagem descontextualizadas. Dentro da aprendizagem histórica a educação histórica se constrói de forma direta com o conhecimento histórico e a consciência histórica do aluno, se aprende história, historicamente. O resultado desse processo é a criação de uma racionalidade histórica onde as categorias do pensamento histórico constroem uma forma de compreensão do raciocínio histórico e não a organização de um conhecimento histórico específico.¹

Nessa perspectiva, além de preparar para uma atuação profissional, ou uma qualificação técnica, um curso acadêmico deve preparar para o enfrentamento das dificuldades colocadas pela experiência da vida em sociedade. Cada aluno deve ser encarado pela instituição como um sujeito capaz de participação atuante no âmbito coletivo, de entendimento do contexto em que vive, e de avaliação ética dos problemas colocados pela realidade. A formação acadêmica, deixando de lado o

¹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender história**: Perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora Unijuí, 2009

componente propriamente humanístico do processo de formação, reduz os estudantes a figuras anônimas e indiferentes. Cabe levar em conta o que o aluno do Curso de História vai fazer com o conhecimento obtido, como vai refletir a respeito dos problemas que o cercam, como vai avaliar as repercussões diretas e indiretas do emprego de seu conhecimento no contexto social. Conceber a competência intelectual em termos de qualificação puramente técnica, sem levar em conta esses elementos, é contribuir para a conservação de estruturas sociais injustas, fundamentadas em heranças autoritárias.

Estevão Resende Martins, sobre o fator valorativo de uma formação para as humanidades aberto pelo iluminismo no ambiente universitário, posiciona um arrazoado:

O esclarecimento objetivado pelas Luzes setecentistas, pois, é uma tarefa constante, cuja meta última é a libertação do homem de quaisquer coerções, de preconceitos tradicionais e de dominação ilegítima, mediante educação, crítica pública e debate livre que banissem a ignorância, a superstição e a intolerância. Para lá se chegar é indispensável o recurso ao uso maduro da razão como reguladora de todas as relações privadas e públicas. Sem identificar-se necessariamente com os projetos concretos de sua época, a proposta iluminista se articula como mola propulsora da modernidade, em que crítica e utopia se completam.²

Nesta esteira a perspectiva do conhecimento histórico sob a ótica aberta pelas luzes, situa que qualquer conhecimento é construído de um ponto de vista e exige uma sustentação, o que leva a forma expositiva do conhecimento histórico que deve ser sistematicamente argumentativa e demonstrativa. Entende-se que a ciência histórica é a fornecedora, com sua densidade do controle metódico da teoria e da prática de pesquisa, da tessitura explicativa das necessidades de autoidentificação dos agentes racionais humanos, mediante referência crítica ao presente, sem

² MARTINS, Estevão Resende. Educação e consciência histórica. In: CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Educação histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011 p.77

contudo submeter-se a este ou deixar-se por ele instrumentalizar-se.³ Assim em conformidade dos argumentos expressos, o curso de história da UNESPAR campus União da Vitória situa sua concepção do conhecimento histórico, nem vinculado, exclusivamente ao mercado e as pressões individualizantes, nem mesmo refém único do presente como perspectiva de realização humana, ou mesmo de ações estatizantes instrumentalizadoras.

Destarte o debate avançado que os conceitos de educação histórica e consciência histórica ganharam na primeira década do século XXI, a partir de vários grupos de pesquisa espalhados pelo mundo,⁴ na confluência de saberes entre a história e os saberes pedagógicos o curso de história preza pela concepção que a eficácia da aprendizagem histórica se efetiva na medida em que consegue vincular a experiência no tempo e da subjetividade dos sujeitos que apreendem a história, relaciona-as umas às outras e da capacidade de rearticulação discursiva nos termos da narrativa histórica.

A percepção que a área da didática da história, tem ganho cada vez mais área de responsabilidade frente às disciplinas pedagógicas, leva ao reconhecimento que para a conquista de espaço elabora novo objeto centrado na ideia de aprendizagem histórica que fornece sentido para as necessidades de orientação temporal dos aprendentes. A concepção pedagógica defendida neste projeto portanto está imbricada visceralmente com o conceito de conhecimento histórico que se defende, na busca pela libertação do homem das amarras condicionantes que se constroem também historicamente, e investigam a forma de aprendizagem que questionam os sentidos tradicionais, exemplares, críticos e genéticos sobre a experiência temporal.⁵

³ Idem p.78

⁴ Nos referimos aqui às elaborações teóricas de Jorn Rusen, Alemanha, pesquisas empíricas de Peter Lee, Inglaterra e Isabel Barca em Portugal, Hilary Cooper na Espanha, Maria Auxiliadora Schmidt no Brasil e muitos outros que exploram esforços de pesquisa em torno da ideia de vinculação com qualificação de aprendizado, capacidade de explicação narrativa e maturação de uma consciência histórica entre alunos nas escolas fim.

⁵ RUSEN, Jorn. Aprendizagem histórica: esboço de uma teoria. In: **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: WA editores, 2012. p.79-89

Somente quando a história deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimento acumulados, é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendiz e se tornar fatos de determinação cultural na vida humana.⁶

A composição de nosso currículo é resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e procura contemplar um núcleo que caracteriza a identidade do curso e em torno do qual se constrói uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis.

Sendo assim, a flexibilização curricular é algo que se impõe nas reformas curriculares dos cursos de graduação face às exigências das rápidas transformações socioeconômicas, geopolíticas, culturais e tecnológicas que vêm ocorrendo na sociedade, com seus desdobramentos gerais e particulares na educação, em especial, no ensino superior. Nesta perspectiva, esta preocupação insere-se num sentido maior - o combate aos efeitos desintegradores, antidemocráticos e antissolidários presentes na sociedade contemporânea em crise.

A flexibilização curricular ao ser entendida no seu sentido político implica, por um lado, numa ação coletiva de contraposição “tanto à tradição normativa e autoritária do Estado brasileiro em relação ao ensino superior quanto à percepção tecnocrática e corporativa da sociedade, na qual a realidade social se segmenta, segundo a ótica dos interesses de corporações profissionais”.⁷

Nesse quadro de rupturas, o Colegiado de História concebe o movimento em direção a flexibilização curricular, aliada ao respeito à diversidade de sujeitos e práticas, como decorrente do exercício concreto da liberdade acadêmica e da cidadania no seu interior, da flexibilização do seu espaço/tempo físico e pedagógico,

⁶ RUSEN, Jorn In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rösen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

⁷ http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_antiores.php, 2003 p. 106

da organização/gestão administrativa e pedagógica/docente, da produção do conhecimento, da melhoria da sua infraestrutura e das condições de trabalho dos professores e da valorização da categoria docente.

De acordo com o PDI UNESPAR (p.67.)

As políticas de ensino devem primar pela interdisciplinaridade na organização de suas matrizes curriculares, possibilitando aos acadêmicos exercitar sua criatividade com temas contemporaneamente relevantes, além da formação necessária para o bom desempenho do egresso.⁸

A flexibilização, para nós, insere-se então enquanto promotora de qualidade social para a prática pedagógica, em oposição à qualidade de resultados, e deve, de fato, contribuir para fortalecer o bem comum e o espaço público no interior e exterior da universidade, fortalecendo e legitimando-a socialmente.

Resta ainda uma discussão muito interessante e extremamente importante que é a articulação do curso de História com outras áreas da construção do saber, entendida por nós como a interdisciplinaridade.

O que me importa, disse o filósofo, não são nem as pedras nem as árvores, mas os homens na cidade. Não pôde ser fiel a essa afirmação até o fim. Sua reflexão sobre os homens na cidade conduziu-o a lhes atribuir um lugar no mundo e um parentesco de substância com as pedras e as árvores⁹.

Trabalhando sobre a situação do saber científico na contemporaneidade, Castoriadis destaca a importância da interrogação filosófica para todas as ciências, as quais passam hoje por uma situação de crise generalizada necessitando de uma reflexão profunda sobre suas categorias, sobre a relação com seus objetos, e sobre

⁸ UNESPAR. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI -2011-2016 p.67

⁹ CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do Labirinto** Vol. III - O mundo fragmentado. Paz e Terra. 1992. P. 83

o saber que é gerado. Na verdade, este processo questiona a separação absoluta entre ciência e filosofia (e vice-versa), separação esta que impede a compreensão das problemáticas internas, do enraizamento histórico e principalmente da função social do saber científico; modelo da racionalidade técnica, cujos perigos - riscos de grande consequência; nos termos de Giddens - assustam a humanidade neste final de século.

Em conjunto com esta separação, temos aquela expressa na uni disciplinaridade, ou, "hiperespecialização", a qual impede uma visão interacional do que existe nas distintas áreas do conhecimento, e esgota-se como modelo explicativo do homem e de suas relações sociais.

Ao abordar a questão das disciplinas antropológicas (economia, direito, linguística, psicanálise, sociologia e história), Castoriadis chama a atenção para o fato de que, entre estas, a separação se faz sentir com maior gravidade, uma vez que a unidade do objeto desafia imediatamente a dissecação científica. Questões econômicas, jurídico-políticas, psicossociais, culturais e históricas, são tratadas como nos sistemas mecânicos clássicos, de forma linear, reducionista e determinista, importando apenas "o homem na cidade", ou melhor, pedaços do homem, em partes da cidade, esquecendo-se a multiplicidade do Ser e do mundo.

Edgar Morin afirma categoricamente: *"os "hiperespecialistas" são pretensos conhecedores, mas de fato praticantes de uma inteligência cega, posto que parcelar e abstrata, evitando a globalidade e a contextualização dos problemas"*. Propõe-nos a "epistemologia da complexidade", na qual a rigidez da lógica clássica é substituída pela dialógica, e o conhecimento da integração das partes num todo é completada pelo reconhecimento da integração do todo no interior das partes. Isto nos alerta para a importância vital da contextualização.¹⁰

¹⁰ MORIN, Edgar. **Ciência com consciência** - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

Notemos que não se defende na prática interdisciplinar uma "unificação", na qual, a partir de uma axiomática geral, romperiam-se definitivamente as fronteiras disciplinares (e isto hoje está fora de cogitação). A interdisciplinaridade não nega as especialidades, e respeita o território de cada campo do conhecimento; o que se quer é superar a "separação extrema" entre as disciplinas, ou seja, *"a separação entre disciplinas do mesmo domínio e a separação da reflexão filosófica"* nestes termos Castoriadis; alerta para a superação da "hiperespecialização" e da necessidade de trabalhar o conhecimento através de interdependências e de conexões recíprocas. Gusdorf deixa claro isto ao salientar a questão da "complementaridade", onde os especialistas trabalham conscientes de seus limites e acolhendo as contribuições de outras disciplinas.

Calvino também não deixou fora de suas "propostas" a interdisciplinaridade. Os cinco valores apresentados para o próximo milênio, são todos inter relacionados e no último - a "multiplicidade" - destaca o conhecimento como uma rede de conexões. Encerra seu trabalho (e sua vida) valorizando as relações, e defendendo uma visão pluralística e multifacetada do mundo, buscava uma obra que:

Nos permitisse sair da perspectiva limitada do eu individual, não só para entrar em outros eus semelhantes ao nosso, mas para fazer falar o que não tem palavra, o pássaro que pousa no beiral, a árvore na primavera e a árvore no outono, a pedra, o cimento, o plástico...¹¹.

Os argumentos de Calvino encontram-se com Castoriadis: *"o que nos importa são sempre os homens e sua cidade. Mas sabemos que não podemos separá-lo das pedras e das árvores"*,¹² lição que já devíamos ter aprendido para a superação do conhecimento tecnocrático.

¹¹ CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993. p. 51

¹² CASTORIADIS, C. Op. Cit. P. 102

No que tange aos educadores e à Universidade, num processo interdisciplinar, quero salientar Morin, quando diz: *"é necessário que os educadores se auto-eduquem, e se eduquem prestando atenção às gritantes necessidades do século, as quais são encarnadas também pelos estudantes. Eis a perspectiva histórica para o novo milênio. A universidade deve ultrapassar-se para se reencontrar"*.

4.2. FINALIDADES

Considerando a natureza do público atendido na graduação em História, e seu perfil de aluno trabalhador, e com pais com formações inferiores às que eles mesmo tem condições de galgar conforme o diagnóstico do Programa de Reestruturação de cursos da UNESPAR/2016, que aponta "A imensa maioria é constituída por trabalhadores, muitos com baixa renda, advindos da escola pública, com pouca escolaridade na família, sendo que boa parte reside em municípios vizinhos, dependendo de transporte complementar para garantir seu acesso à universidade."¹³. Entende-se que a finalidade é ofertar sentido de orientação histórica para a vida vivida e profissional na região do contestado que possui baixos índices de desenvolvimento humano nos municípios atingidos.

Antes de qualquer ação concreta foi preciso definir qual a orientação que iria reger esse processo curricular e entendemos então que seria uma formação

¹³ <http://prograd.unespar.edu.br/programaseprojetos/2nova-etapa-programa-reestrutura-c-ao.pdf>

centrada na qualificação de profissionais da educação em consonância com as novas dinâmicas do mercado de trabalho, ou seja, a formação primeira deve estar centrada na formação de professores, não regida pelo mercado, mas não desconsiderando este e a estrutura de oferta de postos nas salas de aula das redes públicas e privadas e órgãos públicos das cidades do entorno no sul do Estado do Paraná e Norte do Estado de Santa Catarina.

Como referencial a organização curricular, e as ações pedagógicas necessárias partimos de alguns pontos centrais para concretizar esta prática, quando as condições estruturais de manutenção do curso permitam integralmente:

- Desenvolver ações pedagógicas ao longo do curso que permitam interface real entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que se possa produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;
- As atividades complementares deverão contribuir para viabilizar a flexibilização curricular, mas não deverão ser consideradas o único meio de realizá-la;
- Disciplinas e atividades complementares deverão expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento de carga horária;
- Ampliar as interfaces entre as diversas áreas do conhecimento nos níveis de ensino, pesquisa e extensão;
- Atribuir procedimentos à mobilidade acadêmica para aproximar os sujeitos e experiências provenientes de diferentes trajetórias intra e interinstitucionais;
- Criar condições para que as diferentes demandas nas IES possam conduzir a uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;

Ressalte-se, neste momento, que a *práxis* aqui aludida, inclui o ensino nas escolas de nível fundamental e médio da região de União da Vitória – que inclui municípios sob sua área de abrangência. A sociedade união vitoriense não foge à

regra da sociedade brasileira: trata-se de um “cadinho étnico”. A UNESPAR e seu curso de história do Campus de União da Vitória tem, aí, a particularidade de atuar como mediadora da mobilidade social que se constitui de povos miscigenados, numa região que foi palco do movimento dos tropeiros e do qual nasceu; que tem reminiscências do Contestado e é, na atualidade, um dos eixos rodoviários alternativos para o Mercosul como se pode ver ao sul do Estado no mapa abaixo e nos dados de IHDM correspondentes:

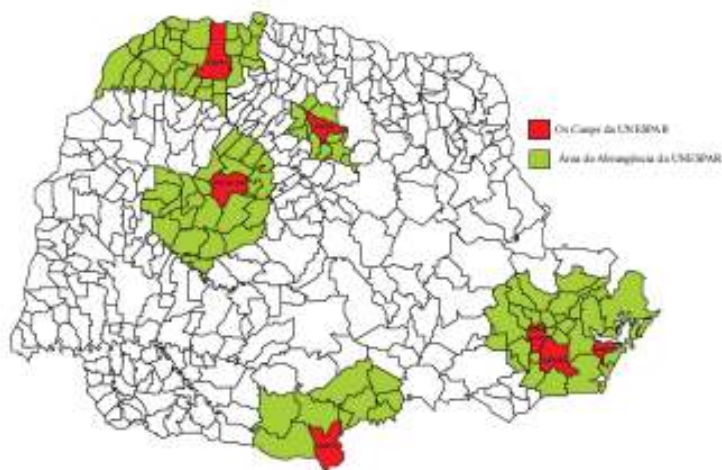


Figura 1 - Área de Abrangência da UNESPAR em 2011. Fonte: UNESPAR, 2011.

Ranking IHDM 2010	Município	IHDM 2010	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Municípios do sul paranaense					
764 °	União da Vitória*	0,740	0,713	0,837	0,680
1398 °	Paula Freitas	0,717	0,699	0,847	0,622

1331 °	São Mateus do Sul	0,719	0,711	0,838	0,623
1665 °	Paulo Frontin	0,708	0,688	0,806	0,639
1665 °	Mallet	0,708	0,681	0,809	0,645
2309 °	Porto Vitória	0,685	0,674	0,796	0,600
2738 °	Bituruna	0,667	0,645	0,829	0,556
2802 °	Cruz Machado	0,664	0,635	0,845	0,545
3070 °	General Carneiro	0,652	0,638	0,816	0,532
Municípios do Norte Catarinense					
87 °	Porto União*	0,786	0,752	0,891	0,724
420 °	Canoinhas	0,757	0,717	0,874	0,692
1720 °	Três Barras	0,706	0,677	0,814	0,639
1934 °	Irineópolis	0,699	0,720	0,836	0,567
2545 °	Bela Vista do Toldo	0,675	0,624	0,826	0,598
2964 °	Matos Costa	0,657	0,630	0,831	0,541

*Municípios: Sede e de ação direta da UNESPAR – Campus União da Vitória ¹⁴

Observados os dados referentes ao IHD dos municípios dos quais procedem cerca de 58% dos alunos do curso de História detecta-se que a microrregião se

¹⁴ Dados brutos Disponíveis em http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM

Qualificação dos resultados segundo a ONU: 0,800 a 1,000 Muito Alto
0,700 a 0,799 Alto

0,600 a 0,699 Médio
0,500 a 0,599 Baixo
0,000 a 0,499 Muito Baixo

encontra na faixa de IHD Média considerada pela ONU, no entanto com discrepâncias regionais alarmantes entre aqueles que tendem ao IHD alto como são União da Vitória e do lado Catarinense da fronteira, Porto União comparados os municípios no entorno que tendem ao baixo. Observa-se o papel de proeminência dos índices destes municípios sede e de ação direta, frente aos demais, o que aumenta a responsabilidade formativa da UNESPAR na busca pela eliminação das diferenças entre os municípios mais empobrecidos e os que possuem maior renda e por consequência índices melhores, principalmente quanto ao quesito educação, que é o que possui no geral os piores índices e maiores diferenças. No Estado do Paraná que conta com diferenças claras entre os três municípios de IHD baixo no quesito educação é que o trabalho deve ser mais intenso por parte do curso, que deve ter por finalidade a construção de um sentido regional e uma memória histórica temporalmente orientada para o exercício da prática pedagógica em sua licenciatura e nas escolas em que os egressos irão atuar.

4.3. OBJETIVO GERAL

De modo amplo os principais espaços de trabalho do profissional de História continuam sendo as escolas da rede pública e particular de ensino. Portanto, podemos afirmar que um percentual significativo dos egressos irá atuar na rede pública e privada de ensino, de onde muitos deles são oriundos. Eis que este é o objetivo geral e central de nosso curso: formar licenciados em História.

A partir do objetivo geral expresso acima, podemos definir também, a partir das Diretrizes Curriculares dos cursos de História (Parecer CNE/CES nº 492/2001), as seguintes competências e habilidades gerais do licenciado em História:

- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e análise das relações sócio-históricas.
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias, assim como suas interrelações.
- Dominar os conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio.
- Dominar os métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

Entretanto, atualmente já existem profissionais trabalhando em arquivos históricos municipais, atuando e organizando museus locais e participando de atividades de pesquisa sobre o patrimônio histórico da região. Ou seja, aproveitando as possibilidades postas no atual contexto graduados em história tem sido chamados para atuar como colaboradores de museus, institutos de pesquisa e serviços de Patrimônio e Estatística; como autores de livros didáticos; como organizadores de arquivos e bancos de dados formatados para as novas tecnologias e linguagens; como assessores políticos ou culturais, enfim, áreas que atestam a associação entre pesquisa e ensino.

Além disso, o Curso objetiva propiciar uma boa base para quem deseja continuar seus estudos em nível de pós-graduação e seguir carreira universitária. Portanto, ao lado da feição pedagógica da profissão de historiador-educador, temos insistido na ideia de que a formação extrapola o âmbito da sala de aula e aponta para um maior acesso aos bens culturais e às artes. Ou seja, acreditamos que nossa perspectiva

de formação dos acadêmicos formados no curso de História da UNESPAR contempla o contido nos Projetos Referenciais Nacionais dos Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES nº 492/2001), nas Bases Nacionais Comuns Curriculares– Licenciaturas e Bacharelado e na Resolução nº 02/CNE/CP/2019, que indica a necessidade de que a formação do professor em história seja complementada pela formação do pesquisador e do difusor de suas pesquisas por intermédio da sala de aula e outros veículos na comunidade, bem como no meio científico. Um curso que prima pela formação de professores na modalidade de uma licenciatura tem por objetivos específicos:

4.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Quanto ao ensino:

- Proporcionar ao futuro profissional da educação da área de História uma visão de conjunto das possibilidades de trabalho e sua inserção na sociedade.
- Habilitar profissionais capacitados para desempenharem funções no âmbito do ensino fundamental e médio tanto das escolas públicas, quanto das particulares.
- Criar condições teóricas, metodológicas e práticas, para que os licenciados em História se tornem atores efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico da escola em que estão inseridos.
- Oferecer subsídios aos licenciados em história no sentido da elaboração de planejamentos curriculares, de forma participativa, contemplando os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, capazes de formar o educando para o exercício profissional.
- Promover ações didático-pedagógicas de caráter transdisciplinar no processo

de formação do professor de História.

- Capacitar no âmbito dos conhecimentos técnicos disciplinares, para a execução do ensino de saberes histórico-críticos.
- Garantir que o processo de ensino-aprendizagem integre as atividades desenvolvidas entre a Universidade, as escolas e a comunidade.
- Possibilitar a utilização dos saberes e sua integração teórico-prática no espaço de trabalho da educação, considerando a possibilidade da transdisciplinaridade.

Quanto à pesquisa:

- Desenvolver atividades de pesquisa de campo, em bases de dados informacionais e fundos de arquivo para dar maior suporte ao aluno.
- Fornecer aos acadêmicos sólido embasamento teórico historiográfico que possibilite a operacionalização da ação de pesquisa e se traduza em propostas educativas de forma correta e eficaz.

Quanto à extensão:

- Ampliar e estimular a inserção institucional dos docentes e discentes com a comunidade científica regional e nacional ao mesmo tempo em que fornece à comunidade em que se insere suporte para a compreensão histórica e identitária plural por meio de ações que forneçam sentido de orientação temporal aos agentes da sociedade do vale do Iguaçu.
- Qualificar profissionais com a formação teórico-metodológica necessária à execução de projetos sociais que levem em conta uma expressão ampla de identidades e memórias que incluem aí a regionalidade, bem como consciência histórico-crítica amadurecida sobre os elementos de pertencimentos locais e mais amplos.

Desempenho de projetos que interajam com saberes e práticas das comunidades envolvidas, colem dados e troquem experiências com intuito de investigação, problematização e solução de demandas dos sujeitos da comunidade envolvidas e incentivo às práticas que realimentam a pesquisa e o ensino

PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



UNESPAR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ



5. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

A metodologia e a avaliação constituem etapas essenciais do processo de ensino e aprendizagem. Nesta seção serão apresentadas as diretrizes que orientam as perspectivas metodológicas e de avaliação do Curso de História do Campus de União da Vitória. Contém inicialmente alguns pressupostos, as metodologias de ensino em si, para por fim dedicar um tópico para cada um dos aspectos ensino, pesquisa e extensão.

5.1. METODOLOGIA

Pressupostos orientadores da metodologia de atuação

O princípio da indissociabilidade universitária entre ensino, pesquisa e extensão, é um dos imperativos da Constituição brasileira de 1988. De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da universidade brasileira e não pode ser compartimentado. Tendo em vista tal especificidade o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior que, do contrário, violariam o preceito legal. Nesse sentido concordamos com o que aponta Bruno Pucci¹⁵ que a expressão “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” não deve ser considerada como uma fraseologia de efeito, mas deve ser um instrumento na direção da construção de uma universidade de um bom nível acadêmico, pública, autônoma, democrática, que efetivamente propicie a inclusão da maioria de acordo com suas necessidades concretas.

¹⁵ PUCCI, Bruno. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**. Impulso: Piracicaba, 1991. p.33-42

Para Maria das Graças Silva¹⁶ as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história. Por sua vez, Ivetti Magnani¹⁷ indica que nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais¹⁸. Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

Logo, a indissociabilidade pode ser entendida como um princípio orientador da universidade nascido sob o influxo dos debates que estabelecem o lugar da universidade no seio da sociedade em geral, recebendo daí, uma nítida influência daquela terceira tendência sugerida por Pereira Júnior¹⁹ – a de um conhecimento científico em diálogo permanente com as demandas sociais. Neste sentido o termo indissociabilidade remete à ideia da interligação existente entre o Ensino-Pesquisa-Extensão, refletindo “um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico”²⁰.

¹⁶ SILVA, Maria das Graças. **Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária?** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais... Caxambu: ANPED, 2000

¹⁷ MAGNANI, Ivetti. **Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. Anais... Caxambu: ANPED, 2002

¹⁸ Op cit. SILVA, Maria das Graças. **Universidade e sociedade.** ...

¹⁹ PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. **A universidade pública e os desafios do desenvolvimento.** La Insígnia: Brasil, 13 jan. 2005.

²⁰ ANDES-SN para a Universidade Brasileira. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003. p.30

Pensar o fazer universitário a partir desse prisma, implica o reconhecimento de que a formação do professor deve ocorrer “articulada à vivência do real, imersa na própria realidade, fundada em uma relação dialética entre teoria e prática”²¹. Por outra perspectiva, deve-se reconhecer a necessidade de os professores estarem capacitados para assumirem uma nova pedagogia: aquela que permita ser efetiva a tridimensionalidade do fazer universitário. De acordo com as orientações constantes no Plano Nacional de Graduação essa nova pedagogia traz em seu bojo o conceito de indissociabilidade o qual, se considerado como eixo na formação do graduado, evita o reducionismo de antigas práticas. Dessa forma, é inegável que a indissociabilidade constitui-se princípio orientador da qualidade da produção universitária, que favorece o diálogo entre universidade e a sociedade, bem como permite a substituição da unilateralidade pela interatividade do conhecimento²².

Esse princípio encontra-se descrito na Política Nacional de Extensão Universitária ao defini-la como um “processo que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”²³. Nesse sentido, a extensão universitária, por meio da intervenção social, além de promover benefícios à comunidade receptora, trazendo mudanças à vida das pessoas, diminuindo a distância entre a universidade e a comunidade, deve proporcionar aos estudantes a oportunidade de incluírem em sua formação do profissional a vivência de atitude cidadã, cujos conhecimentos tornam-se significativos à medida que contribuem para a superação das desigualdades sociais existentes²⁴.

²¹ DIAS, Ana Maria Iori. **Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão**. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009 p.42

²² SANTOS, Boaventura Sousa. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2004.

²³ FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006 p.05

²⁴ Idem

Para reforçar, a LDB no artigo 43, inciso VII, estabelece como uma das finalidades da educação superior “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Para que essa capacidade da extensão de ser a articuladora das outras funções da universidade, é mister que os professores sejam afeitos à investigação. Entende-se, dessa forma, que a pesquisa é o primeiro passo para a realização de qualquer ação interventora, pois através dela consegue-se problematizar a realidade, definir conceitos, metodologias e recursos necessários para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos.

A extensão relacionada com a pesquisa, permite ao acadêmico diagnosticar um leque de questões para as quais poderá buscar soluções no retorno à sala de aula. As discussões teóricas empreendidas pelo ensino darão o aporte necessário à formação de conhecimentos, assumindo a perspectiva de ensino com “um novo diálogo interdisciplinar, uma organização curricular que acolha, ao eixo científico básico que informa a área de conhecimento relacionada à atuação profissional, a contribuição de ciências conexas”²⁵.

Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Metodologias de ensino

Observando o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, cursos de

²⁵ FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO ... **Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção**. [Rio de Janeiro], 1999

Licenciatura de Graduação Plena, instituídos pela Resolução CNE/CP nº 1/2002, a atualização normativa do Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução nº 2/2001 e da Resolução CNE/CP nº 02/2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e que institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores (BNC-Formação), o Plano Pedagógico de História da UNESPAR- campus de União da Vitória, define aqui os princípios norteadores de sua organização curricular.

Como parte estruturante dos princípios norteadores de sua organização curricular o curso de História visa efetiva aprendizagem do estudante executando a totalidade das cargas horárias previstas em seus componentes curriculares com seus conteúdos referentes, quando distribui a disciplina de História do Brasil ao longo de seu período formativo de 04 anos entendendo que este conjunto de conhecimentos deve ser amplamente consolidado como forma de afirmação de identidades e de reconhecimento de sua própria sociedade. De forma equivalente, quando se realiza a mesma distribuição para os conteúdos de História do Paraná em 02 dois anos visando identificações plenas e de reinvestimento e significações culturais entre sujeitos e objetos de estudo viabilizando com isso o nascimento da consciência histórica. A aprendizagem nesta ordem de normatividade é entendida como um processo que reconstrói incessantemente ao longo do processo formativo seus conteúdos, formas de aprendizagem e amadurecimento da consciência histórica. De acordo com Jorn Rüsen: “A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo”²⁶. Nesse sentido, o tempo histórico é reinvestido pelo trabalho constante e permanente com a constituição dos tempos históricos na vida prática que se transformam em referenciais de auto identidade.

²⁶ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 p.59

As cargas horária previstas para o cumprimento das Práticas Pedagógicas encontram-se distribuídas ao longo das disciplinas que compõe a estrutura curricular e se referem ao exercício de atividades de enriquecimento cultural que se constitui em uma preocupação da Coordenação do Curso para elaboração de metas de atuação, que pode promover conferências de encerramento de curso, editais de concursos artísticos e estéticos, viagens de pesquisa de campo que envolvam o curso como um todo, convênios de atuação entre colegiado e poderes públicos para atuação em museus, centros culturais e casas de memória.

Tais atividades devem estar ancoradas em dinâmicas de aprendizado que advém dos saberes de seu núcleo básico de maneira ampla e estão previstas como mínimo de 05 horas anuais de efetivação, mas que via-de-regra as horas que ultrapassem este pequeno número se situam como acréscimo às cargas horárias previstas para cada componente curricular. Por exemplo: viagens de campo que agreguem vários destinos e saberes de forma a serem aproveitados por pelo menos três componentes curriculares ou concursos artísticos que abordem os saberes gerais que articulados ao objeto do concurso sirvam a comunidade acadêmica ou a sociedade.

De forma a vencer a carga horária mais ampla prevista para esta natureza de atividades individualmente os professores se envolvem ou propõe projetos que preveem uma carga efetiva de acordo com o disponível para suas componentes curriculares mas que podem ultrapassar esta, que tanto podem atingir objetivos culturais, quanto para o aprimoramento das práticas investigativas, na medida em que propõe em nível de Colegiado inserções dos acadêmicos sob sua responsabilidade editais, projetos de fundos que contemplem as áreas dos componentes curriculares a que estão atribuídos de maneira específica. Por exemplo: viagens de pesquisa a fontes documentais, ligados aos componentes curriculares História do Brasil ou Paraná, elaboração de sites de publicização de fontes documentais referentes aos componentes curriculares de História Antiga ou Medieval ou projetos de ordem pedagógica que se instrumentalizam aos

componentes curriculares de Didática da História, Metodologia e Prática do ensino de História e outras.

Da pesquisa:

Além dos projetos individuais, editais e propostas de curso o aprimoramento em práticas investigativas ocorre especificamente na distribuição de componentes curriculares que contemplam a demanda da pesquisa científica, como Iniciação a Pesquisa Histórica, Produção de Monografia, outros dois componentes curriculares comportam atividades investigativas que estruturam suas ementas: Educação Patrimonial e Ambiental e História Pública e História Oral: Conceitos e Práticas, no levantamento de dados patrimoniais e acervos arquivísticos, bem como na realização de entrevistas. Em todos estes casos a relação e distribuição entre carga horária formal e Práticas de Componentes Curriculares proporcionalmente é superior às demais componentes e sozinhas representam cerca de 105 horas de atuação dentre as 400 horas previstas.

A organização curricular, portanto, prevê o cumprimento das horas dos componentes curriculares segundo suas ementas, que designam a ordem das atividades suas cargas horárias e como os projetos propostos se articulam, dentro da carga horária prevista para cada componente curricular sob responsabilidade dos respectivos docentes.

As descobertas científicas dos discentes se canalizam para apresentação em eventos de pesquisa assistido pelo professor orientador, no qual o acadêmico apresenta sua produção, após o que pode ser encaminhado para publicações em revistas indexadas.

Do ensino:

Quanto ao desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe entre o corpo discente as dinâmicas de atuação dos docentes, privilegiam a integração das turmas com propostas de trabalhos apresentados em regimes de

seminário, pesquisas de campo realizadas em duplas ou pequenos grupos, dinâmicas de debates em modelos Grupo de verbalização/Grupo de Observação, na interação referente às práticas de estágio supervisionado junto às escolas, somado a isto os projetos já citados que naturalmente promovem esta coesão de equipes e trabalhos partilhados. Tais exercícios são efetivos e via-de-regra se encontram descritos nas ementas dos respectivos componentes curriculares.

O acolhimento e o trato da diversidade ocorre no curso de História na medida em que sua organização curricular estabelece a existência da disciplina de Libras, mas para além disto quando insere em suas propostas por intermédio de seus componentes curriculares a abordagem plural que tem na disciplina de Direitos Humanos, diversidade e inclusão uma janela para a visibilidade de outros sujeitos. Também se tem em conta outras culturas e sociedades no tempo e no espaço, a exemplo, estão considerados o diversos grupos indígenas que se visibilizam pela disciplina de Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena. Os componentes curriculares oriundos de seu núcleo pedagógico se orientam para os marcos de legislação dos PCN's²⁷ que travam um diálogo interno entre os demais componentes curriculares do curso que se efetivam na elaboração de um relato de atividades de ensino enfeixados em Trabalho Final de Estágio Supervisionado a ser apresentado na forma de relatório de avaliação. Tal desenvolvimento das práticas de estágio levados a cabo na conexão entre os saberes curriculares previstos prioriza a capacidade de aprender e ensinar dentro das especificidades de grupos e indivíduos. Compreende-se que existem eixos transversais mais correlacionados²⁸ às ciências humanas do que outros, o curso e seus professores devem formar na perspectiva de que ao efetivarem suas práticas pedagógicas os egressos devem

²⁷ Op. cit. - Os PCN's de história para os 3º e 4º ciclo do ensino fundamental bem como os referentes ao ensino médio delimitam eixos transversais: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural

²⁸ Ética, orientação sexual, pluralidade cultural sendo que saúde e meio ambiente possuem mais atributos técnicos.

atuar como facilitadores de conteúdo e atuações nos meios pedagógicos de suas escolas e comunidades.

Assim, atendendo o artigo Art. 10 da Resolução CNE/CP nº 02/2019 que solicita os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares o plano de eixos norteadores fica assim delimitado:

- Grupo I: 800 horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.
- Grupo II: 1.600 horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC e para o domínio pedagógico desses conteúdos.
- Grupo III: 800 horas de prática pedagógica, distribuídas da seguinte forma: 400 horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora e 400 horas para a prática dos componentes curriculares dos grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, de acordo com o PPC da instituição formadora.

Uma reformulação de matriz e novos parâmetros de cumprimento da carga horária, gerou debates entre o corpo docente de forma ampla e seu Núcleo Docente Estruturante (NDE) e em 2022 atendeu-se esta demanda, originando o documento reformulado e que foi submetido ao Programa de Reestruturação de Cursos da UNESPAR efetivado pela PROGRAD no escopo das Pró-Reitorias da universidade.

Da extensão:

Os projetos que integram o discente às suas dinâmicas de práticas profissionais, são os projetos de perfil extensionista que foram subvencionados pelo governo do Estado do Paraná - SETI, por intermédio de seu programa Universidade Sem Fronteiras - USF. O Colegiado de História submeteu propostas e já contou com

dois projetos realizados *Contando nossa história: A História local como espaço privilegiado para o convívio comunitário e exercício da cidadania ativa* e *Os catadores da margem esquerda: Coleta, sobrevivência e identidade no Médio Iguaçu do início do século XXI*, ambos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos, porém com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de ressignificação da história e de seu papel na sociedade.

Atualmente o colegiado conta com o projeto de extensão “Relações de Violência e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade Eslava na comarca de União da Vitória-PR” que está ligado ao programa de extensão “*Observatório Polonês*” e ao “*Laboratório de processamento, restauro e conservação de fontes histórica - LAFJUR*” e pretende gerar uma reflexão sobre direitos humanos e a identidade polonesa nas regiões de imigração, visando uma diminuição dos índices de violência.

O colegiado conta com alunos bolsistas voluntários da graduação, vinculados ao projeto acima descrito, que atuam no arquivo histórico do LAFJUR, descrito posteriormente, e que intenta publicizar material de acervo à comunidade de forma ampla e acadêmica de pesquisa.

Foi cadastrado na divisão de extensão e cultura do Campus, recentemente o projeto de extensão “*Variedades em História*”, que apresenta de modo on-line na forma de curso, oficinas e rodas de conversa para a divulgação do conhecimento científico da produção de pesquisa de docentes e discentes. A oferta de cursos livres de temas em história com perfil introdutório, pautado em diversas abordagens historiográficas e enfoques plurais se mostra relevante para a formação ampla de graduandos de vários campos das ciências humanas, bem como docentes da rede pública de ensino em vários níveis. Tal projeto se configura como uma proposta integradora entre o colegiado e seu Centro Acadêmico de História - CAHIS proponente das ações extensionistas constituintes do projeto.

A curricularização das atividades de extensão são atualmente ponto de debate constante no NDE e no formato que assumirá futuramente descrito em seu regulamento de extensão tanto, no arranjo dos ementários das novas disciplinas quanto na oferta de seminário de extensão que acolha as experiências desenvolvidas por professores e alunos no atendimento a comunidade. Anteriormente, neste mesmo documento, apontamos nossa reflexão mais detalhada para o cumprimento da curricularização da extensão.

5.2. AVALIAÇÃO

Avaliação do processo de ensino e aprendizagem discente

A aprendizagem é uma capacidade humana contínua ao longo da vida de qualquer indivíduo. A partir desta premissa, considera-se que a aprendizagem deva ocorrer ao longo dos quatro anos formativos que integram o curso de Licenciatura em História da Unespar, lotado no *campus* de União da Vitória – PR. O curso prima por instigar os futuros professores a desenvolver as competências previstas pela BNCC, a saber:

- Conhecimento
- Pensamento científico, crítico avaliativo;
- Repertório Cultural;
- Comunicação;
- Cultura digital;
- Trabalho docente e carreira acadêmica;
- Argumentação;
- Empatia e cooperação;
- Responsabilidade e cidadania.

Tais competências serão desenvolvidas ao longo do curso, durante as diversas atividades propiciadas tais como aulas expositivas, dialogadas, análise de documentos históricos a partir das concepções teóricas e metodológicas

contemporâneas da ciência histórica, de projetos de extensão, de pesquisa em acervos documentais físicos e digitais, levantamento e produção de documentos históricos, produção de artigos, monografia, estágios obrigatórios e não obrigatórios, monitorias e participação em eventos científicos promovidos pelo Colegiado de História.

Neste contexto, a avaliação é parte fundamental do processo de formação de professores, seja enquanto tema a ser refletido visando a preparação para as tarefas avaliativas que exercerão nas escolas em que atuarão, seja enquanto forma de percepção da apreensão de conteúdos próprios da História e das competências necessárias ao licenciado em História.

Considerando que as atividades do curso de História são diversas, fugindo à premissa de aulas expositivas desprovidas da participação ativa dos alunos enquanto sujeitos de sua própria formação a concepção de avaliação presente no curso segue o mesmo caminho, indo além das provas bimestrais, necessárias, porém não suficientes para verificar a aprendizagem como um todo.

O método da História que abrange o trabalho com vestígios e fontes históricas, a fundamentação na historiografia, a problematização do conteúdo e sua organização estruturada em narrativas históricas é desenvolvido nas diferentes disciplinas com atividades de pesquisa, análise de fontes, resenhas e fichamentos de produções historiográficas, seminários e debates, culminando em artigos, testes escritos, comunicações em eventos científicos e práticas docentes em escolas.

Tal dinâmica confere à avaliação um caráter processual possibilitando a verificação do desempenho do acadêmico ao longo do curso pautando-se em diferentes atividades o que permite que o mesmo demonstre suas competências diante de diferentes situações.

Todas as atividades mencionadas, além de pressupor o desenvolvimento das competências gerais, promovem o desenvolvimento através das três dimensões das ações docentes, que dão primazia ao

- Desenvolvimento profissional;
- Prática profissional;
- Engajamento profissional.

O docente em formação será continuamente avaliado no que se refere ao aprendizado promovidos pelos docentes, nas diferentes subáreas da História, demonstrando a aquisição de conhecimento sobre as ações promovidos por homens e mulheres no tempo,²⁹ mas também suas habilidades de lecionar e fazer-se compreender pelos seus futuros estudantes.

Além desses pontos mencionados, as competências específicas relacionadas a dimensão do conhecimento profissional que são:

- Dominar os objetos de conhecimento e saber ensiná-los;
- Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- Reconhecer os contextos de vida dos estudantes;
- Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

Serão cumpridas não só pelas disciplinas previstas pelo curso, que promovem ampla discussão sobre a História ocidental, do continente americano, do Brasil e do Paraná, como prevê a legislação relativa ao ensino de História e, também, as Políticas Educacionais promovidas ao longo do processo histórico brasileiro. Pontua-se ainda eu o curso prevê 400 horas de estágio obrigatório, que além de promover a aprendizagem teórica sobre a prática docente, prevê a aprendizagem prática a partir da observação, construção e ação das aulas de História no âmbito escolar, nos níveis de ensino que cumprem suas atividades de estágio, a fim de conhecer a realidade dos seus estudantes e como eles aprendem. O regime avaliativo destas práticas se encontra descrito em seções específicas deste documento bem como em regulamento em anexo. Sendo assim, as disciplinas e as práticas que compõe o rol

²⁹BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

de ementas do curso atendem ainda as disposições exigidas no que dizem respeito as competências específicas da prática e do engajamento profissional. Quanto ao quesito de trabalho docente, e carreira acadêmica processo avaliativo que qualifica o discente é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também descrito em seção específica e regulamento próprio.

Tomando por premissa que a História enquanto ciência avança História avança a partir das revisões pautadas em novos documentos que se tornam acessíveis e podem informar melhor o historiador sobre personagens negligenciados anteriormente em um evento já conhecido, como pode informar mais sobre sujeitos também já conhecidos. A crítica a verdade absoluta serve para ampliarmos a História. Nosso conhecimento não é estático e é baseado em: novas fontes, novos métodos, novas perspectivas, novas perguntas

Sobre a função da História para a sociedade, podemos mencionar algumas. Para o professor de História, uma das funções é educar crianças jovens e adolescentes, ou seja, é algo além da simples curiosidade sobre o passado. Além disso, temos, portanto, três principais grupos de funções da história: de ampliação de conhecimento científico, política, de ajudar na construção da democracia, além da sua função útil de aplicabilidade imediata do dia a dia, entretenimento e no turismo por exemplo. É no equilíbrio dessas três funções que o professor e historiador deve exercer e defender sua atividade de criar e lecionar história ao longo do tempo, perante a sociedade. Sabendo que, ambas as atividades são permeadas pela historicidade. No que concerne a avaliação do desempenho o Colegiado de História, procede segundo as disposições internas do regimento da UNESPAR, que consiste, na sua íntegra quanto aos tópicos:

Frequência

A frequência às aulas e demais atividades escolares em cada disciplina é obrigatória, vedado o abono de faltas, salvo os casos expressamente previstos em Lei.

Avaliação

A avaliação do rendimento escolar do (a) estudante será feita em cada disciplina em função de seu aproveitamento verificado em provas e ou trabalhos escolares. São asseguradas ao (à) docente da disciplina, na verificação do rendimento escolar, liberdade e autoridade para formular e julgar questões no âmbito de sua competência. A verificação e registro de frequência são de responsabilidade do (a) docente e seu controle será efetuado pelo Colegiado de Curso.

Segunda Chamada de prova

O(a) estudante que não comparecer às provas ou demais verificações de aprendizagens ou ao exame final terá o direito a segunda oportunidade, desde que comprove impedimento legal, ou motivo de força maior, e venha requerê-la, via protocolo, junto a Coordenação do Colegiado de Curso, no prazo de três (03) dias úteis, a contar de sua realização.

Revisão de prova

Fica assegurado ao (à) estudante o direito de requerer junto ao Colegiado de Curso revisão de provas escritas, no prazo de até três (03) dias úteis após a publicação dos resultados em Edital. O (a) docente fará revisão da prova escrita na presença do(a) estudante em dia e hora marcados pelo docente, num prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis após o recebimento do requerimento. Se o(a) estudante não concordar com o resultado da revisão feita pelo(a) docente da disciplina, a Coordenação do Colegiado de Curso designará comissão especial (banca revisora) para efetuar a referida revisão que deverá ser feita na presença do(a) estudante.

Notas bimestrais ou semestrais

As notas bimestrais ou semestrais e de exames finais serão expressas em pontos numa graduação de zero (0,0) a dez (10,00), permitida a fração de décimos. A média final de aproveitamento do(a) estudante no curso de regime seriado é o resultado da média aritmética dos pontos obtidos nos quatro bimestres cursados ou nos dois semestres e no curso de regime semestral é a média aritmética dos pontos obtidos nos dois bimestres cursados. Será aprovado(a) na disciplina o(a) estudante que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares

Fórmula para obter média final:

4 bimestres (média 1º B + média 2º b + média 3º b + média 4º b ÷ 4 = média final)

2 semestres (média 1º S + média 2º S ÷ 2 = média final)

Exame Final

Presta exame final na disciplina o(a) estudante que tem média final igual ou superior a quatro vírgula zero (4,0) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) devendo obter a média aritmética de seis vírgula zero (6,0) com a nota do exame.

A média mínima exigida para aprovação em exame final, será seis vírgula zero (6,0) da média aritmética entre a nota desse exame e a média das notas bimestrais.

Fórmula para aprovação em exame final (média final + média obtida no exame final ÷ 2 tem que ser igual ou superior a 6,0)

Será reprovado (a) em qualquer disciplina o(a) estudante que, nela, não alcançar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e

demais atividades escolares, independentemente da média final obtida, ou não conseguir nos bimestres escolares, as notas mínimas estabelecidas para prestação de exame final.”³⁰

Avaliação interna do curso

A Avaliação Institucional na UNESPAR é realizada por meio de Comissão Própria de Avaliação – CPA e é concebida como um processo organizado a fim de colher subsídios para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade institucional. Tem como foco os processos, fluxos, resultados e estruturas, buscando dar suporte ao processo de planejamento institucional, identificando insuficiências, apontando vantagens, subsidiando a sugestão de diretrizes e critérios para as políticas e metas da Instituição pela produção de informações para tomada de decisões.

Essa avaliação torna-se o alicerce da gestão universitária, propiciando condições de verificar a eficácia da configuração institucional adotada, qual a sua adequação aos objetivos institucionais, qual a relação entre as definições contidas, os princípios e fins da UNESPAR e a prática efetiva do cotidiano, promovendo condições para que a instituição consiga identificar suas práticas refletir sobre seus limites e possibilidades, explicar suas políticas, os seus objetivos e o seu projeto para o futuro.

O colegiado de história responde a Comissão Própria de Avaliação e faz deste instrumento um parâmetro para sua avaliação interna e de desempenho docente. Entendemos que por meio da avaliação institucional aparecem indicadores que nos dão suporte para melhorar o que é necessário. Consideramos fundamental a participação dos professores, alunos e de todas as pessoas envolvidas e

³⁰ Informações obtidas em: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>. Acesso 05 ago 2022.

interessadas na educação com o propósito de promover o aperfeiçoamento intelectual e o preparo profissional no âmbito do órgão Colegiado.

Avaliação Externa do Curso

O compromisso com a qualidade do curso e a seriedade com que são recebidos os resultados dessas avaliações tem proporcionado ao curso atingir um maior índice de qualidade e eficiência.

O ENADE que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é um dos parâmetros de avaliação externa do curso quando realiza seus exames em regime trienal. De modo comparativo os resultados do exame no curso mostram de maneira consistente a cada ciclo avaliativo a manutenção de um IDD na faixa de conceito 4 pela sua média.

O ENADE verificou em 2008 o desempenho dos estudantes do curso de História da FAFIUV, incluindo grupos de estudantes ingressantes (23 alunos responderam a prova) e concluintes (17 alunos responderam a prova), selecionados por amostragem. Apresentamos a seguir os resultados obtidos nestas avaliações. O conceito do curso que depende do desempenho dos estudantes concluintes no componente específico (75% da nota) e na formação geral (25% da nota) foi 4. O indicador de diferença do desempenho observado e esperado – IDD foi 5 revelando que o curso está acima da média do que é esperado dele considerando o perfil de seus estudantes.

Sobre o desempenho dos estudantes, no ano de 2008 a nota média dos concluintes e ingressantes em formação geral foi maior na instituição do que no Brasil. Os primeiros atingiram 60,8 enquanto no Brasil a nota foi 46,9 e os segundos 56,0 de média na instituição, sendo 46,1 a média brasileira.

Novamente para 2008 no componente específico a média da instituição dos concluintes e ingressantes foi também maior que a média no Brasil. Na instituição foi

de 52,1 para os primeiros, enquanto no Brasil foi de 35,4 e em relação aos ingressantes, na instituição a média foi de 38,4 e no Brasil 32,5.

Para o ano de 2014 foram concluintes (17 alunos responderam a prova), selecionados por amostragem. Apresentamos a seguir os resultados obtidos nesta avaliação em que o CPC ficou na casa dos 3,6 qualificando o curso com uma nota 04 em função do IDD.

Sobre o desempenho dos estudantes de história no ano de 2014, a nota média dos concluintes em formação geral foi maior na instituição do que no Brasil, atingiram 66,4 enquanto no Brasil a nota foi 58,3. No componente específico a média da instituição dos concluintes foi também maior que a média no Brasil, a instituição foi de 55,1 enquanto no Brasil foi de 35,6. Tais resultados confirmam a manutenção por três ENADES consecutivos de uma posição do curso de história do Campus de União da Vitória como o primeiro curso do Estado do Paraná e entre os quinze melhores cursos de história do Brasil todo.

Por fim, no último ciclo avaliativo, no ano de 2017 o curso teve 16 concluintes e foi registrado pelo INEP o IDD contínuo do curso de 4,5191, indicando uma melhora e a saída do curso da faixa de conceito 04 o que qualifica na faixa de IDD 5. No ano de 2020 em razão da pandemia covid-19, o ENADE foi suspenso e os estudantes não realizaram o exame.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

Ao longo de muitos anos a História enquanto área de conhecimento tem ocupado várias dimensões, e muitas foram às teorias que a colocaram entre o seu reconhecimento, como conhecimento que faz entender a vida e, por outro lado, o status de ciência. Nesse sentido, o profissional de História deve ser capaz de trabalhar com o ofício de professor, carregando a inquietação do investigador para a

sala de aula. Estes dois vieses trouxeram para o âmbito da discussão teórica da sua abrangência uma problemática que se dá como elemento norteador da sua prática e consequentemente de sua existência enquanto meio de ensino e pesquisa. O que por sua vez exerce categorização sobre o perfil profissional do egresso no sentido de não dissociar o professor do pesquisador, em uma relação dialética que se estabelece no âmbito dos recortes epistemológicos feitos pelo professor no instante em que se utiliza de seus instrumentais de trabalho, da teoria escolhida, do campo pedagógico estruturante e, por conseguinte da pesquisa que norteia sua atuação docente.

Segundo Paulo Freire, um professor que valha este nome jamais abdica de sua curiosidade intelectual. Afinal, é ela que permite a ele orientar pelas fronteiras do mundo conhecido, testando limites e possibilidades, contemplando o ciclo de sua ética profissional quando, "comunicando a novidade" a seus alunos, insere-os neste processo dinâmico de busca e, sobretudo, construção do conhecimento. Ser professor é, assim, ser pesquisador.³¹ Conforme o BNCC: "O exercício do "fazer história", de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um "Outro", às vezes semelhante, muitas vezes diferente" (BNCC, 397).

A defesa de formação de um professor pesquisador efetuada por este documento se pauta na esteira de uma reflexão amadurecida sobre o papel de Licenciados em História que não só sabem como é produzido seu conhecimento básico porque o desempenharam durante sua graduação, como também se questionam se a validade deste conhecimento conquistado, via pesquisa se operacionaliza no exercício pedagógico de sua função maior. Levando em consideração como condição conceber a atuação pedagógica, sob a prática reflexiva e não meramente uma atividade técnica, se faz necessário que o docente se aproprie de saberes que adquirem processos reflexivos com o coletivo dos

³¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

profissionais e em contínuo diálogo com as teorias de maneira indispensável, levando em consideração que a experiência por si só não é formadora. Neste sentido, o curso de História da UNESPAR do campus União da Vitória percebe a importância da formação de um professor crítico, reflexivo/pesquisador, ou seja, a formação de um profissional capaz de analisar sua própria prática e através desta estar preparado para contribuir com a formação continuada de pessoas capazes de pensar, formar para o pensamento e não simplesmente para a recepção de informações.

Assim o licenciado depois de concluído o processo formativo total, deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de ensino e pesquisa em história em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. A partir da formulação do PPC estabelecido para o Curso de História, é possível estabelecer a formação pretendida para a atividade profissional, fundamentada na vinculação entre ensino e pesquisa, para estabelecer um perfil concreto da carreira dos egressos capazes de dominar os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento.

Para que essa formação profissional seja satisfatória, o curso deve levar em conta as necessidades do mercado de atuação de âmbito regional e as demandas que exigem a presença do professor de História em escolas, outras Universidades, Museus, Arquivos, Institutos e afins. Outra frente das demandas pelo profissional da História vai no sentido da participação em assessorias na produção de cartilhas pedagógicas, textos históricos, documentários e produtos audiovisuais em que o passado ganha representação e necessita de uma abordagem pedagógica em sua apresentação aos mais variados públicos como se verá no tópico do campo de atuação profissional. Espera-se, desta forma, que o profissional Licenciado em História saiba formular questões críticas relativas à atuação pedagógica do educador. Assim, quer-se que o egresso, tendo completado o tempo de graduação e sido aprovado na forma curricular, desenvolva as seguintes competências, em

conformidade com a Base Nacional Comum para a formação inicial (Resolução no 2, de 20 de dezembro de 2019):

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES
1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Competências específicas		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.
1.2 Demonstrar conhecimentos sobre os estudantes e como eles aprendem.	2.2 Criar saberes gerir ambientes de aprendizagem.	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
1.3 Reconhecer os contextos.	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos de conhecimento, competências e habilidades.	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com a família e com a comunidade.

1. Dimensão do conhecimento profissional	
Competências Específicas	Habilidades
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.
	1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e

	eliminam as barreiras de acesso ao currículo.
	1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência (História) estabelecidos na BNCC e no currículo.
	1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.
	1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.
	1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.
	1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.
	1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.
	1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.
	1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.
	1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.

	1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.
1.3 Reconhecer os contextos	1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.
	1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulam com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.
	1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.
	1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.
	1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.
	1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.

2. Dimensão da prática profissional

Competências Específicas	Habilidades
2.1 Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.
	2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades



	de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.
	2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).
	2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes
	2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.
	2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.
	2.1.7 Interagir com os

	estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.
--	--

3.DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional	3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.
	3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.
	3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.
	3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.
	3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.
3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos	3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.

são capazes de aprender	
	3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
	3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.
	3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.
	3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.
3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos	3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.
	3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.
	3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.
	3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.
3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade	3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.
	3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de

	modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.
	3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.
	3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.
	3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.

A partir do desenvolvimento dessas competências da formação complementar e interdisciplinar previstas neste PPC, o licenciado estará capacitado para atuar em diferentes setores da sociedade agindo de forma a buscar suprimir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento. A partir da formulação do PPC estabelecido para o Curso de História da UNESPAR campus União da Vitória, os profissionais formados pelos cursos de licenciatura em História estarão aptos para exercer o ofício de professor de História para o Ensino Básico e Fundamental.

7. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura dos núcleos de formação são elaborados de acordo com as diretrizes curriculares do curso de História e as legislações complementares. Os estágios, TCC e ACC não seguem o padrão das aulas.

7.1. CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM COMPONENTES CURRICULARES			
NÚCLEO DE FORMAÇÃO	TIPO ³²	COMPONENTES CURRICULARES	C/H ³³
Grupo I - compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.	DIS	Políticas Educacionais	60
	DIS	Psicologia da Educação	60
	DIS	Didática da História	80
	DIS	Educação Patrimonial e Ambiental	80
	DIS	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena	80
	DIS	História Oral	60
	DIS	Direitos humanos, Diversidade e inclusão	80
	DIS	Linguagens e tecnologias no Ensino e História	60
	DIS	Libras	60

³² Tipo do componente curricular: Dis - Disciplina, AAC - Atividade Acadêmica Complementar, Est – Estágio, TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

³³ Incluí do Grupo III - b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História I	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História II	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História III	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História IV	60
SUB-TOTAL			860
Grupo II – compreende a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.	DIS	Teoria da História I	60
	DIS	Teoria da História II	60
	DIS	Teoria da História III	60
	DIS	Teoria da História IV	60
	DIS	Introdução a pesquisa histórica- IPH I	60
	DIS	Introdução a pesquisa histórica- IPH II	30
	DIS	História do Brasil Colonial I	60
	DIS	História do Brasil Colonial II	60
	DIS	História do Brasil Imperial I	60
	DIS	História do Brasil Imperial II	60

DIS	História do Brasil Republicano I	60
DIS	História do Brasil Republicano II	60
DIS	História Antiga I	60
DIS	História Antiga II	60
DIS	História Medieval I	60
DIS	História Medieval II	60
DIS	História Moderna I	60
DIS	História Moderna II	60
DIS	História Contemporânea I	60
DIS	História Contemporânea II	60
DIS	História da América I	60
DIS	História da América II	60
DIS	História da África	60
DIS	História do Paraná I	60
DIS	História do Paraná II	60

	DIS	Optativa (01)	60
	DIS	Optativa (02)	60
	DIS	Optativa (03)	60
	DIS	Optativa (04)	60
	DIS	Universidade e Sociedade I	75
	DIS	Universidade e Sociedade II	75
	TCC	Produção de monografia	60
SUB-TOTAL			1920
Grupo III: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora.	AAC	Atividades Complementares Acadêmico-científicas e culturais	60
	EST	Estágio Curricular Supervisionado I	200
	EST	Estágio Curricular Supervisionado II	200
SUB-TOTAL			600
TOTAL GERAL			3.240

0

7.2 DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR

Seguem abaixo as distribuições dos componentes curriculares por série e suas cargas horárias discriminadas conforme os parâmetros da legislação vigente.

7.2.1 Primeira série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA				
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	TOTAL
1º Semestre							
DIS	Didática da História ³⁴	Presencial	50	10		20	80
DIS	Educação Patrimonial e Ambiental- EPA ³⁵	Presencial	50			30	80

³⁴Disciplina com 20 (vinte) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento

DIS	História do Brasil Colônia I	Presencial	55	05			60
DIS	Psicologia da Educação	Presencial	50	10			60
DIS	História Antiga I	Presencial	55	05			60
2º semestre							
DIS	História Antiga II	Presencial	55	05			60
DIS	Políticas Educacionais	Presencial	50	10			60
DIS	Optativa I	Presencial	50	10			60
DIS	Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena ³⁶	Presencial	50	10		20	80
DIS	História do Brasil Colônia II	Presencial	55	05			60
DIS	Universidade e Sociedade ³⁷	Programada	20			55	75
CARGA HORÁRIA ANUAL			540	70		125	735

³⁵ Disciplina com 30 (trinta) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

³⁶ Disciplina com 20 (vinte) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

³⁷ Disciplina com 20 (vinte) horas teóricas na modalidade ACEC I e 55 (cinquenta e cinco) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

8

7.2.2 Segunda série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA				
TIPO	DESCRIÇÃO	OFER	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	TOTAL
1º Semestre							
DIS	Teoria da História I	Presencial	60	00			60
DIS	Libras	Presencial	60	00			60
DIS	História da África	Presencial	50	10			60
DIS	História Medieval I	Presencial	50	10			60
DIS	História Oral	Presencial	55	05			60
DIS	Linguagens e tecnologias no ensino de história	EAD total	60	00			60
2º Semestre							
DIS	História Medieval II	Presencial	50	10			60
DIS	História do Brasil Imperial I	Presencial	50	10			60
DIS	Teoria da História II	Presencial	60	00			60

83

DIS	Direitos humanos, Diversidade e inclusão ³⁸	Presencial	50		10	20	80
DIS	Optativa II	Presencial	50	10			60
DIS	Universidade e Sociedade ³⁹	Programada	10			65	75
CARGA HORÁRIA ANUAL			605	55	10	85	755

7.2.3 Terceira série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA				
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	TOTAL
1º Semestre							
DIS	Teoria da História III	Presencial	60	00			60

³⁸Disciplina com 30 (trinta) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

³⁹ Disciplina com 10 (dez) horas teóricas na modalidade ACEC I e 65 (cinquenta e cinco) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

DIS	História Moderna I	Presencial	50	10			60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH I	Presencial	50	10			60
DIS	História América I	Presencial	50	10			60
DIS	Iniciação à Pesquisa Histórica-IPH	Presencial	40	20			60
2º Semestre							
DIS	História do Brasil Imperial II	Presencial	50	10			60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH II	Presencial	50	10			60
DIS	História do Brasil Republicano I	Presencial	55	05			60
DIS	História do Paraná I	EAD total	50	10			60
DIS	Optativa III	Presencial	50	10			60
Est	Estágio Supervisionado I ⁴⁰	Presencial	-	170	30		200
	Iniciação à Pesquisa Histórica-IPH	Programada		30			30
CARGA HORÁRIA ANUAL			505	295	30		830

⁴⁰ As atividades do “Estágio curricular supervisionado I” (200h) estão vinculadas à disciplina “Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH” Dentre as 200 (duzentas) horas destinadas às atividades de estágio, 30 (trinta) horas deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR, com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus, e em conformidade com o Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de História.

13

7.2.4 Quarta série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA				
TIPO	DESCRIÇÃO	OFER	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	TOTAL
1º Semestre							
DIS	História Contemporânea I	Presencial	50	10			60
DIS	Teoria da História IV	Presencial	60	00			60
DIS	História do Paraná II	Presencial	50	10			60
DIS	História Moderna II	Presencial	50	10			60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História – MPEH III	Presencial	50	10			60
2º Semestre							
DIS	História Contemporânea II	Presencial	50	10			60
DIS	História América II	EAD total	50	10			60
DIS	História do Brasil Republicano II	Presencial	50	10			60
DIS	Optativa	Presencial	50	10			60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História – MPEH IV	Presencial	50	10			60

86

Est	Estágio Supervisionado ⁴¹	Presencial		160	40		200
Pped	Produção de Monografia	Programada	-	60			60
CARGA HORÁRIA ANUAL				510	310	40	860

7.2.5 Resumo da oferta

Ano / Série	CARGA HORÁRIA					
	TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
Primeira série	540	70		125		735

⁴¹ As atividades do “Estágio curricular supervisionado I” (200h) estão vinculadas à disciplina “Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH” Dentre as 200 (duzentas) horas destinadas às atividades de estágio, 40 (quarenta) horas deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR, com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus, e em conformidade com o Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de História.

Segunda série	605	55	10	85		755
Terceira série	505	295	30	0		830
Quarta série	510	310	40	0		800
Atividade Acadêmica Complementar - AAC						60
Trabalho de Conclusão de Curso -TCC		60				60
TOTAL						3.240

Carga Horária Total (CHT) Curso de História / UNESPAR União da Vitória	
Atividades Curriculares	CHT
Componentes Curriculares	2.720
Estágio Curricular Supervisionado	400
Trabalho de Conclusão de Curso -TCC	60
Atividades Acadêmicas Complementares - AAC	60
Extensão curricular	320*
Total do curso	3.240

23 atividades regulares do curso de modo curricularizado

*A carga horária de extensão, de acordo com a legislação, não é acrescida à carga horária total do curso, mas permeia

8 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

O conjunto das disciplinas ofertadas no Curso de História são fruto de análise da documentação legal que regulamenta a formação de professores, as diretrizes curriculares para o ensino superior, a literatura científica, a prática cotidiana dos docentes, a percepção dos discentes e egressos; e o currículo oficial está dividido em obrigatórias, optativas, eletivas e extracurriculares, conforme apresentado nas subseções a seguir.

8.2 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

As disciplinas obrigatórias estão apresentadas nos quadros a seguir, indicando o nome, e as cargas horárias para Atividade Prática como Componente Curricular (APCC) e conteúdos teóricos, totalizando a oferta da disciplina em horas. A contextualização da curricularização da extensão será tratada em seção própria no corpo deste documento.

DISCIPLINA		Didática da História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10		20		80
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Aspectos históricos, pedagógicos e legais do ensino no Brasil, suas dimensões estruturais e implicações para o ensino da disciplina de História. Parâmetros conceituais da formação da consciência histórica com implicações para o ensino e as abordagens que dialogam com as diversas correntes historiográficas. Atenção à ideia de aprendizagem histórica e desenvolvimento do pensamento histórico de estudantes. Desenvolvimento de atividades de extensão.

Código das habilidades BNCC: (EF01HI04) (EF01HI08)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. A crise na Educação. IN ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

CERRI, Luis Fernando (org.). *Ensino de História e Educação*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

GADOTTI, M. *Concepção Dialética da Educação – um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2000.

BARCA, I. **Educação e consciência histórica na era da globalização**. Braga: Universidade do Minho, 2011.

CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. A. **Educação histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: UNIJUÍ, 2011.

DISCIPLINA		Direitos humanos, Diversidade e inclusão			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50		10	20		80
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Afirmção histórica dos direitos humanos. Diversidade, multiculturalismo e Inclusão. Fundamentação e inversão ideológica dos direitos humanos. Direito internacional dos direitos humanos e seus sistemas de proteção global e regional. Reconhecimento da diversidade e políticas públicas em direitos humanos. Tópicos de direitos humanos e inclusão.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI105)(EF08HI14)(EF09HI08)(EM13CHS502)(EM13CHS503)(EM13CHS605)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. 360º História sociedade e cidadania. 2. ed. São Paulo: FTD, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil/ o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GOMES, Adriana L. Limaverde. Atendimento educacional especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007

ROCHA, Ruth; ROTH, Otavio. Declaração Universal dos Direitos Humanos. São Paulo: Círculo do Livro, s.d..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Augusto Jobim; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima; BORGES, Rosa Maria Zaia (Orgs.). Direitos humanos e terrorismo. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Editora unisinos, 2009.

FLORES, Joaquín Herrera. Teoria crítica dos direitos humanos. Direitos humanos como produtos culturais. São Paulo: Lumen juris, 2009.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Método, 2014.

DISCIPLINA		Educação Patrimonial e Ambiental			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50			30		80
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O objetivo do curso é a construção da noção de Patrimônio Histórico, através dos processos que o originam e o consolidam. Visando-se a construção do conhecimento histórico na abordagem dos estudos patrimoniais e também da memória enquanto viés de pesquisas, objetivando identificar nos registros que se faz a riqueza das experiências humanas. Ao mesmo tempo refletir os temas, natureza, ambiente e sociedade, privilegiando os estudos sobre as bases epistêmicas, conceituais, métodos e abordagens da história ambiental, bem como as transformações no imaginário Ocidental acerca do mundo natural e as</p>					

ações antrópicas. Desenvolvimento de atividades de extensão.

Código das habilidades BNCC: (EF02HI09) (EF03HI04-07) (EF04HI04) (EF05HI10) (EM13CH102)(EM13CH302-04)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio*. 2ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Lamparina, 2009

BOSI, E. *Memoria e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Regina. "Tesouros humanos vivos" ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural - notas sobre a experiência francesa de distinção do "Mestre da Arte". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n ° 9.795, de 27 de abril de 1999.

COELHO, G. N.; VALVA, M. *Patrimônio Cultural Edificado*. Goiânia: UCG, 2001.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

DISCIPLINA		Estágio supervisionado I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	170	30			200
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	Estar matriculado na disciplina Métodos e Práticas do Ensino de História I
EMENTA	
<p>A disciplina visa orientar a elaboração de planos de trabalho docente, planos de aula e materiais didáticos para a prática de estágio supervisionado, bem como orientar a reflexão sobre a prática pela escrita do relatório de estágio. Desenvolvimento de atividades de Extensão. (Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente na qual as seis competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades servem ao discente como instrumentos de execução)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BARROS, José de Assunção. História e música. In: MOTTA, Márcia Menendes; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. História & parcerias. Rio de Janeiro: Edur, 2018.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.</p> <p>BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CASSIANO, Célia Cristina. O mercado do livro didático no Brasil do século XXI. São Paulo: UNESP, 2013</p> <p>MARIETA, Maria Moraes; OLIVEIRA, Margarida dias de (Org.) Dicionário do ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019.</p> <p>PINSKY, Carla. (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008</p>	

DISCIPLINA	Estágio supervisionado II				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
		160	40	200	
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa orientar a elaboração de planos de trabalho docente, planos de aula e materiais didáticos para a prática do estágio final supervisionado, bem como orientar a reflexão sobre a prática pela escrita e apresentação do Trabalho Final de Estágio Supervisionado. Desenvolvimento de atividades de Extensão. (Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente na qual as seis competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARVALHO, Rayssa Andrade. <i>A educação antirracista no Brasil: alguns apontamentos sobre mulheres negras no ensino de História</i>. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.3, n. 2, 2014.</p> <p>DELIBERAÇÃO 04/06. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>DELIBERAÇÃO 07/06. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>DELIBERAÇÃO 03/18. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>FARIA, Maria Alice. <i>Como usar o jornal na sala de aula</i>. São Paulo: Contexto, 2013.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>SOBANSKI, Adriane [et. al]. O uso de quadrinhos: recortes e métodos. In: _____. <i>Ensinar e aprender História: história em quadrinhos e canções: metodologia ensino médio</i>. Curitiba, Base Editorial, 2010.</p> <p>SOUZA, Flávia Miguel de Souza; MARTINS, William de Souza Nunes. <i>História e</i></p>					

cinema: o cinema como fonte histórica. In: MOTTA, Márcia Menendes; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. História & parcerias. Rio de Janeiro: Edur, 2018.

TELLES, Helyom Viana. Um passado jogável? Simulação digital, videogames e história pública. Revista observatório, v2 n1, 2016.

VILELA, Túlio. Os quadrinhos na aula de história. In: RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro; BARBOSA, Alexandre [et. al]. Como usar as histórias em quadrinhos. São Paulo: Contexto, 2020.

DISCIPLINA		História Antiga I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
55	05				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A proposta desta disciplina é a leitura crítica e análise da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Oriental, evidenciando seus aspectos sociais, econômicos e políticos por meio da análise de textos e documentos do e sobre o período. O eixo de discussões evidenciará aspectos que dizem respeito, sobretudo, aos modos de experiência do tempo, da política e da religiosidade no cotidiano das sociedades em questão. A disciplina abordará também os diversos modos de leitura da Antiguidade no presente, desde os seus usos políticos até os múltiplos sentidos das interpretações historiográficas, passando pelos discursos midiáticos. Código das habilidades BNCC: (EF05HI03) (EF06HI09-13) (EM13CHS105)</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, C. F. S. *Antiguidade Oriental*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
 CARDOSO, C. F. S. *Sociedades do Antigo oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986.
 PINSKI, J. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Editora Contexto, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOUZON, E, *Ensaio Babilônicos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
 CARDOSO, C. F. S. *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora da UnB, 1994.
 FRAHM, E. (Ed.). *A companion to Assyria*. New Haven: Yale University, 2017.
 LÉVÊQUE. P. (Org.). *As primeiras civilizações (3 vols.)*. Lisboa: Edições 70, 1990.

DISCIPLINA		História Antiga II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
55	05				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A proposta desta disciplina é a leitura crítica e análise da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Clássica e Tardia, evidenciando seus aspectos sociais, econômicos e políticos por meio da análise de textos e documentos do e sobre o período. O eixo de discussões evidenciará aspectos</p>					

que dizem respeito, sobretudo, aos modos de experiência do tempo, da política e da religiosidade no cotidiano das sociedades em questão. A disciplina abordará também os diversos modos de leitura da Antiguidade no presente, desde os seus usos políticos até os múltiplos sentidos das interpretações historiográficas, passando pelos discursos midiáticos.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI17) (EF06HI19)(EMCHS104)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, C. F. S. *Antiguidade Oriental*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
CARDOSO, C. F. S. *Sociedades do Antigo oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986.
PINSKI, J. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIVERANI, M. *Antigo Oriente: história, sociedade e economia*. São Paulo: Edusp, 2016.
REDE, M. *Família e patrimônio na antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
SAND, S. *A invenção do povo judeu*. São Paulo: Editora Benvirá, 2011.

DISCIPLINA		História da África			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Esta disciplina prevê o estudo da História da África moderna e contemporânea (século XV até o presente), focando os processos internos e a participação africana diante da conquista e da colonização.

Código das habilidades BNCC: (EF03HI03)(EF05HI08)(EF07HI14-16)(EF08HI23) (EF08HI26)(EMCHS202)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MBEMBE, Achile. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
VISENTINI, Paulo Fagundes. *História da África e dos africanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014
ZERBO, J. K. *História Geral da África*. São Paulo: Ática-Unesco, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

M^{re}BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações*. Até ao Século XVIII. Lisboa: Vulgata, 2003.
HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *Tradição Viva*. In: *História Geral da África: Metodologia e Pré- História da África*. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010.
LOVEJOY, P. **Escavidão na África**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

DISCIPLINA		História da América I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Estudo da História da América e Caribe, englobando a análise e a compreensão das conjunturas sociais e econômicas dos povos pré-colombianos, os processos de exploração e povoamento, as tensões sócio-políticas entre populações americanas e os domínios espanhol, francês e anglo-saxônico.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI08) (EF08HI07-9) (EF08HI19)(EM13CHS203)(EM13CHS602)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.) <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>BARTRA, R. <i>Tributo e posse da terra na sociedade asteca</i>. In:</p> <p>BELLOTTO. M.L. e CORRÊA, Anna M. Martinez. <i>A América de Colonização Espanhola: Antologia de textos históricos</i>. São Paulo: Mussite, 1991</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>PORTUGAL, Ana Raquel. O ayllu andino nas crônicas quinhentistas: um polígrafo na literatura brasileira do século XI. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.</p> <p>BETHEL, L. (Org.) História de América Latina. La América precolombina y la conquista. Barcelona: Editorial Crítica, Cambridge University Press, 1990. v. 1.</p> <p>_____. História de América Latina. América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, Cambridge University Press, 1990, v. 2.</p>	

DISCIPLINA		História da América II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	EAD Total				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo da História da América, englobando as lutas pela independência, as revoltas e os conflitos latino-americanos contemporâneos.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF08HI10-11) (EF08HI13) (EF08HI19) (EF08HI25) (EM13CHS203)(EM13CHS602)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>VAINFAS, Ronaldo. América 1492: encontro ou desencontro? Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993. p. 29-32.</p> <p>SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. Os modos indígenas. In: A América Latina na época colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>WACHTEL, N. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: América Latina colonial. São Paulo: Edusp, 1997.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CANDAUI, Vera Maria (Org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.</p> <p>CHAUNU, P. História da América Latina. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.</p> <p>GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 24ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.</p>					

DISCIPLINA		História do Brasil Colonial I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
55	05				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo das características e modalidades fundamentais da colonização portuguesa na América e dos principais temas e debates da historiografia sobre a Colônia. Através do estudo de obras clássicas, trabalhos recentes e de documentos históricos, diferentes análises sobre a sociedade colonial e sobre as múltiplas experiências e práticas dos colonos serão discutidas, procurando contemplar as novas tendências, metodologias, fontes e objetos que marcaram os estudos sobre a América portuguesa nos últimos anos.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EFEF06HI05-06)(EF07HI03)(EF07HI11)(EF08HI12) (EF08HI14)(EM13CHS201)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ALENCASTRO, Luiz. Felipe de. <i>O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>ALGRANTHI, Leila, Megan. <i>Honradas e devotas: Mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimento do sudeste do Brasil 1750-1822</i>. Rio de Janeiro. José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.</p> <p>ARAUJO. Emanuel. <i>O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial</i>. Rio de Janeiro: José Olympio. 2008</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A geografia do crime: Violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BOXER, Charles. A idade do ouro do Brasil. Dores e crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Escravismo no Brasil. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

DISCIPLINA		História do Brasil Colonial II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
55	05				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso estruturar-se-á em torno das questões de cultura e sociedade, adentrando nas questões de religiosidade, gênero, educação, saberes e técnicas na América Portuguesa. A questão da escravidão e das mestiçagens será foco sempre presente nos debates, bem como dar-se-á ênfase aos movimentos de contestação e crise do sistema.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF07HI12) (EF07HI16) (EF08HI14) (EM13CHS401)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARAÚJO, Emanuel. Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 83-187.
PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia). 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
MONTEIRO, John. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57-98.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Karita de Fátima. Os inconfidentes nas Minas Gerais: uma relação entre a geografia e a literatura setecentista de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Avarenga Peixoto. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2014.
BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de História, vol. 18, n. 36, 1998.
BOXER, Charles. "Pureza de sangue" e "raças infectas". In: O Império Colonial Português (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1981, p. 242-262.

DISCIPLINA		História do Brasil Imperial I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
As posturas teórico-interpretativas da formação imperial brasileira. A sociedade brasileira e os interesses contraditórios na formação do Estado Nacional diante das especificidades da "Independência" do Brasil. O Primeiro					

reinado e o período regencial. Além das relações da economia, Estado, sociedade e cultura ao longo do século XIX: mudanças e permanências.

Código das habilidades BNCC: (EF08HI15-17) (EF08HI20-22) (EM13CHS204) (EM13CHS603)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BERBEL, Márcia, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Elciene, Orfeu da Carapinha. A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1999.

BANDEIRA, Luiz Moniz Bandeira – O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 2a. ed., Brasília, Editora da UNB, 1995.

COSTA, Wilma Peres. A espada de Dâmocles. O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

DISCIPLINA		História do Brasil Imperial II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Discussão aprofundada sobre o segundo reinado, a transição da sociedade escravista para a capitalista e do estado monárquico para o republicano. Além de temas pontuais da experiência imperial brasileira: nação, cidadania, escravidão e tráfico de escravos, economia, cultura, abolição, etc.

Código das habilidades BNCC: (EF08HI15-18) (EF08HI20-22) (EF08HI24) (EM13CHS204) (EM13CHS603)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980.
GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011
HORNE, Gerald. O Sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho Franco – Homens livres na ordem escravocrata. 3ª. ed., SP, Kairós, 1983.
GOMES, F.S. e REIS, J.J., (orgs.), Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
MACHADO, M. H. P. T. O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição. S. Paulo/R. de Janeiro: Edusp/Ed. UFRJ, 1994.

DISCIPLINA		História do Brasil Republicano I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
55	05				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Discussão sobre a história política e social do Brasil no período da dissolução do modelo político Imperial enfatizando instauração do regime Republicano até o final da era Vargas. Problemas da Historiografia brasileira sobre a Primeira República. Investigação sobre a participação popular e seus impasses com o advento do capitalismo industrial e as transformações econômico-sociais na estrutura da sociedade, tudo permeado por uma discussão sobre a vida cultural.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI01-06)(EM13CHS205)(EM13CHS303-4)(EM13CHS403)(EM13CHS504) (EMCHS606)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CARVALHO, J. M. <i>A formação das almas: o imaginário da república no Brasil</i>. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.</p> <p>_____. <i>Os bestializados. Rio de Janeiro e a República que não foi</i>. São Paulo: Cia das Letras, 1987.</p> <p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CARONE, Edgar. <i>A República Velha. Instituições e classes sociais.(1889-1930)</i>. Rio de Janeiro: Difel, 1978</p> <p>LEMONS, Renato. <i>A alternativa republicana e o fim da monarquia</i>. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 .Vol III</p> <p>MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. <i>Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos</i>. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.</p>	

DISCIPLINA		História do Brasil Republicano II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Discussão sobre a história política e social do Brasil no período republicano, no período entre a redemocratização após o Estado Novo até os eventos contemporâneos do início do século XXI. Problemas da Historiografia brasileira sobre a República. Investigação sobre a ampliação e retrocessos da participação popular na vida política com restrições da cidadania e os processos de modernização dos regimes autoritários e neoliberais. As transformações econômico-sociais na estrutura da sociedade, sob regimes democráticos. Ampla discussão sobre a vida cultural na contemporaneidade.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI07-09) (EF09HI17-27)(EM13CHS205)(EM13CHS303-4)(EM13CHS403)(EM13CHS504) (EMCHS606)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CAPELATO, Maria Helena. <i>Os Arautos do Liberalismo</i>. São Paulo: Brasiliense, 1988. 258p</p> <p>FICO, Carlos. <i>Além do golpe</i>. Rio de Janeiro: Record, 2004.</p> <p>LENHARO, Alcir. <i>Sacralização da política</i>. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986. 218 p</p> <p>NAPOLITANO, Marcos. <i>1964: história do Regime Militar Brasileiro</i>. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 365 p</p>					

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 709

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Angela de Castro. Olhando para dentro. 1930-1964. São Paulo: Fundacion MAPFRE/Objetiva, 2013.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira das ilusões perdidas a luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUISONI, Divo. O livro negro da ditadura. Org. São Paulo: Ed Anita, 2014 p 93-166 caps 12 a 21

DISCIPLINA		História do Paraná I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	EAD Total				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo da sociedade paranaense da formação as instituições entre: propriedade, trabalho e ideologia, através da análise documental e das diferentes abordagens historiográficas.</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF03HI09-12)(EM13CHS106)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

AVE-LALLEMANT, Robert. 1858, *Viagem pelo Paraná*. Curitiba: fundação Cultural, 1995.
 CAMPIGOTO, José Adilçom; SOCHODOLAK, Hélio. *Estudos em história cultural na região sul do paraná*. Guarapuava-Pr: UNICENTRO, 2008.
 IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Hucitec, 1988

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDREAZZA, Maria Luiza. Imigrantes insurgentes: a experiência dos escravos de Antônio Olinto. In: *Paraná Insurgente: histórias e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.
 BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. O Breno dos Curitibanos. A participação do Barão de Antonina na separação da Comarca de Curitiba (1842-1853). In: COSTA, Hilton. *O Paraná pelo caminho – Justiça*. Curitiba: Máquina de Escrever, 2017.
 _____. Mulas em movimento: o mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX. In: *Anos 90, Porto Alegre*, v. 23, n. 44, p. 207-230, dez. 2016.
 CHAGAS, Nádia M.; MOTA, Lúcio Tadeu. *História do Paraná: pré-história, colônia e império*. Maringá: EDUEM, 2011.

DISCIPLINA		História do Paraná II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Estudo da sociedade paranaense e movimentos sociais entre: propriedade, trabalho e ideologia, através da análise documental e das diferentes abordagens historiográficas.

Código das habilidades BNCC:(EF03HI09-12)(EM13CHS106)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNEIRO, David. O paraná e a revolução federalista. 2 ed. Curitiba-PR: Secretaria da Cultura e do Esporte, 1982.

MACHADO. Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas. (1912-1916), Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004.

WEHLING, Arno; ZEFERINO, Augusto César. 100 anos do contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AURAS, M. Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis. Ed. UFSC/Cortez Ed. 1984.

BERNADET, J. C. Guerra camponesa no Contestado. São Paulo, Global. 1979.

BRUNELO, Leandro. Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná. Dissertação Mestrado UEM, 2008.

DISCIPLINA		Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena			
CARGA HORÁRIA					
TEORICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50		10	20		80
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Visão global da evolução histórica da África no período moderno e contemporâneo e sua correlação com a história do Brasil. História dos povos originários do Brasil. As trocas culturais, os processos de resistência e o processo complexo de mestiçagens. A condição do negro e do indígena no Brasil desde o descobrimento. Cultura e identidade indígena e afro-brasileira no século XX. As formas de integração e exclusão do negro e do indígena na sociedade brasileira.

Código das habilidades BNCC:
(EF04HI10)(EF06HI07)(EF07HI09)(EF07HI12)(EF09HI13-14)(EM13CHS502-4)(EM13CHS601)(EM13CHS605)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCASTRO, Luiz. Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala (formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal). Rio de Janeiro: Jos
GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves E. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3ª ed. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2011 e Olympio, 1946.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOURA, Gloria. Cultura afro-brasileira nosso patrimônio. Brasília: FCP, 2012.
MONTERO, P. Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006
PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
SAVOIA, Sandro Cavalieri. História e cultura afro-brasileira e africana. Curitiba-Pr: SEED/Pr, 2006.

DISCIPLINA		História Medieval I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina objetiva principalmente fornecer um instrumental básico necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de História Medieval, com ênfase no período denominado Alta Idade Média (séculos V-IX). Os estudos abrangerão conteúdos diversificados, métodos e técnicas de pesquisa, trabalho com documentos e desenvolvimento de análise crítica. Dividimos o enfoque do curso em três áreas principais: o Ocidente Medieval; O Império Bizantino e o Mundo Islâmico.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI14-16)(EM13CHS103)(EM13CHS402)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDERSON Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>BROWN, P. "Antiguidade Tardia" in ARIES, P. & DUBY, G. (orgs.) História da Vida Privada. Vol. 1 São Paulo: Companhia das Letras, 1989.</p> <p>DUBY, G. História da vida privada: da Europa feudal à Renascença. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

ARIÈS, P. e DUBY, G. (org.) História da vida privada: do império romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
 BATISTA, J. N. História da Baixa Idade Média (1066-1453). São Paulo: Ática 1989.
 BLOCH, M. Os reis taumaturgos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 DUBY, G. Guerreiros e Camponeses. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DISCIPLINA		História Medieval II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina objetiva principalmente fornecer um instrumental básico necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de História Medieval, com ênfase no período denominado Baixa Idade Média (séculos X-XV). Os estudos abrangerão conteúdos diversificados, métodos e técnicas de pesquisa, trabalho com documentos e desenvolvimento de análise crítica. Dividimos o enfoque do curso em três áreas principais: o Ocidente Medieval; O Império Bizantino e o Mundo Islâmico.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI17-19)(EM13CHS103)(EM13CHS402)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
 HEERS, J. *História Medieval*. Lisboa: Difel, 1986.
 LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente Medieval*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
 LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente Medieval*. Vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLOCH, M. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 DUBY, G. *Guerreiros e Camponeses*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
 _____. *Ano Mil, Ano Dois mil: na pista dos nossos medos*. São Paulo: Unesp, 1998.
 _____. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
 DUCELLIER, A.; KAPLAN, M.; MARTIN, B. *A Idade Média no Oriente: Bizâncio e o Islão (dos bárbaros aos Otomanos)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994

DISCIPLINA		História Contemporânea I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
55	05				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Panorama de estruturação e definição das condicionantes históricas da realidade contemporânea. Discussão sobre as Revoluções, o período napoleônico, a					

formação do Estado-nação e do nacionalismo. Transição colonialismo - imperialismo. Questionamentos acerca da I Guerra Mundial e o período conhecido como Entre-Guerras.

Código das habilidades BNCC(EF08HI01-05)(EF09HI10-15)(EF09HI28)(EF09HI31-36) (EM13CHS305)(EM13CHS604)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
 CATANI, A. M. *O que é Imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
 HOBBSAWN, E.J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
 HOBBSAWN, E.J. *A era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTONE, M. & DE FRANCESCO, A. (Eds) *Rethinking the Atlantic World: Europe and America in the age of democratic revolutions*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.
 ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
 BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
 FURET, François. *A Revolução em debate*. Bauru: EDUSC, 2001.

DISCIPLINA		História Contemporânea II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
55	05				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A Segunda Guerra Mundial e o período pós-guerra: descolonização e Guerra Fria. Década de 1970 em diante: os debates sobre globalização, sociedade pós industrial e tempos pós-modernos. A perestroika e a derrubada do socialismo no Leste Europeu. Conceitos importantes, como revolução, capitalismo, fascismo, socialismo, (des)colonização, globalização. - Análise crítica sobre as dicotomias “Ocidente/Oriente”, “desenvolvimento e subdesenvolvimento”, “Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo”, “moderno/pósmoderno”, “sociedade industrial/sociedade pós-industrial” o surgimento da tensão Modernidade/ Pós-modernidade.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI28)(EF09HI31-36). (EM13CHS305)(EM13CHS404)(EM13CHS604)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>AGAMBEM, Giorgio. <i>O que resta de Auschwitz?</i> São Paulo: Boitempo, 2008. ARENDR, Hannah. <i>Origens do Totalitarismo</i>. São Paulo: Cia das Letras, 1989. BARROS, Edgard Luiz de. <i>A guerra fria</i>. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988. BLACKBURN, Robin (org). <i>Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo</i>. São Paulo: Paz&Terra, 1993.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANDERSON, Perry. <i>As origens da Pós-Modernidade</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. ARENDR, Hannah. <i>Homens em tempos sombrios</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. BARANOWSKI, Shelley. <i>Império nazista: o imperialismo e o colonialismo alemão de Bismarck a Hitler</i>. São Paulo: Edipro, 2014. BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. <i>A revolução mexicana</i>. São Paulo: Editora Unesp, 2010.</p>	

BECK, Ulrich. A Europa alemã: a crise do euro e as novas perspectivas de poder. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

DISCIPLINA		História Moderna I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso objetiva, principalmente, fornecer um instrumental necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de história moderna. Centrando nossas reflexões inicialmente numa dimensão de conceituar a História Moderna e explorar seu desenvolvimento; problematizar a desintegração do feudalismo e a transição para o Capitalismo a cristandade e o problema das heresias, o Renascimento.</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF07HI01-06)(EM13CHS206)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.</p> <p>A OUTRA história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.</p> <p>ARRUDA, José Jobson de Andrade. História moderna e contemporânea. São Paulo: Ed. Ática, 1986.</p> <p>BURCKHARDT, Jacob. A cultura do renascimento na Itália: um ensaio. São</p>					

Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
BRAUDEL, Fernand. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
DELUMEAU, Jean. A Civilização do Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

DISCIPLINA		História Moderna II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso objetiva, principalmente, fornecer um instrumental necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de história moderna. Para tanto serão tematizadas as questões sobre o Estado Absolutista e os teóricos do absolutismo. O Estado e o mercantilismo. O liberalismo e as Revoluções Inglesas. As crises econômicas do século XVII.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF07HI07-08)(EF07HI13)(EF07HI17)(EF08HI01)(EM13CHS201)</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRUDA, José Jobson. A revolução Inglesa. São Paulo: Brasiliense, 1999.
 BURKE, Peter. A fabricação do rei: a construção a imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 BURKE, Peter. A fabricação do rei: a construção a imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. São Paulo Companhia das Letras, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
 BRAUDEL, Fernand. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
 _____. O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
 BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
 CORVESIER, André. História Moderna. São Paulo: Difel, 1983.

DISCIPLINA		História Oral			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
55	05				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

A história oral em seu desenvolvimento histórico. Principais problemas teóricos do método. Polarização entre memória e História. Instrumentos de registro e conversão histórica. Prática documental e trabalho em laboratório específico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTI, Verena. História Oral: A experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989

_____. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

_____. Manual de história oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTI, Verena. História dentro de história. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994

FERRO, Marc. A história Viglada. São Paulo: Martins Fontes, 1988

DISCIPLINA		Iniciação a Pesquisa Histórica I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
40	20				

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Planejamento, orientação e delegação de atividades direcionadas para a elaboração de projeto de pesquisa e de monografia. Normas para apresentação científica e parâmetros de pesquisa.</p> <p>O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no ensino fundamental e competência 1 no ensino Médio.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.</p> <p>BARROS, José D'Assunção. Teoria e formação do historiador. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.</p> <p>BURKE, Peter. História e Teoria Social. São Paulo: Editor Unesp. 2002.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.</p> <p>DOSSE. A História em Migalhas: Editora Ensaio, 1994.</p> <p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1995.</p>	

DISCIPLINA	Iniciação a Pesquisa Histórica II				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	30				30

OFERTA	Programada
PRÉ-REQUISITOS	Ter sido aprovado na disciplina Iniciação a Pesquisa Histórica I
EMENTA	
<p>Planejamento, orientação e delegação de atividades direcionadas para a elaboração de projeto de pesquisa e de monografia. Normas para apresentação científica e parâmetros de pesquisa.</p> <p>O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no ensino fundamental e competência 1 no ensino Médio.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BURKE, Peter. História e Teoria Social. São Paulo: Editor Unesp. 2002. _____(org). A escrita da História. São Paulo: UNESP, 1982. CARDOSO, Ciro Flamarion. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 2007. DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade. GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo: Bertrand, 1986.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Difel, 1989 LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. _____. História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. _____. História: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.</p>	

DISCIPLINA	Libras				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
60				60	
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Propriedades das línguas humanas e as línguas de sinais. Os estudos das línguas de sinais e a língua brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EM13CHS501)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BRANDÃO, F. Dicionário Ilustrado de libras: Língua brasileira de sinais. São Paulo: Global Editora, 2011.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, corde, 1997</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.436, de 24/04/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>MOURA, LODI & PEREIRA. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre/RS. Artes Médicas. 1997.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1. 222 p.</p> <p>SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.</p>					

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em formação na licenciatura para a realização do estágio e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>.(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>CASSIANO, Célia Cristina. O mercado do livro didático no Brasil do século XXI. São Paulo: UNESP, 2013.</p> <p>KARNAL, Leandro. História na sala de aula. Conceitos práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensinar a ensinar: didática para escola fundamental e média. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 201 p
HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 283 p
PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: ArtMed Editora, 1999. 90 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). **Escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542
OLIVEIRA, Margarida Dias (org.). *Como se formam os professores de História: vivências e experiências de iniciação à docência*. Natal, EDFURN, 2009.
PINSKY, Jaime (Org.). **12 faces do preconceito**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História III			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de					

formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.

(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCO, Aléxia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo [et. al.] Ensinos de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) Novos temas nas salas de aula de História. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). Jörn Rüsen: e o ensino de história. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.

DISCIPLINA	Metodologia e Prática do Ensino de História IV				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensinar a ensinar: didática para escola fundamental e média. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 201 p</p> <p>FRANCO, Aléxia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo [et. al.] Ensinos de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.</p> <p>KARNAL, Leandro. História na sala de aula. Conceitos práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.
GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542
OLIVEIRA, Margarida Dias (org.). Como se formam os professores de História: vivências e experiências de iniciação à docência. Natal, EDFURN, 2009.

DISCIPLINA		Políticas Educacionais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Aspectos históricos, pedagógicos e legais do ensino no Brasil, suas dimensões estruturais e implicações para o ensino da disciplina de História. Abordagens sobre Direitos Humanos, visando não só sua conceituação como a reflexão sobre sua historicidade e pensar nas implicações para o ambiente educacional. Analisar documentos nacionais e internacionais referentes à educação e aos direitos humanos. Problematizar questões específicas relativas aos direitos humanos, como preconceito, discriminação, violência, políticas públicas, currículos escolares.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI16) (EF09HI23)(EF09HI36)(EM13CHS501)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente.

ROMANELLI, O.O. História da Educação no Brasil. 23. ed. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. Avaliação da educação: novos desafios em contexto de municipalização. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

CORREA, Werle Flávia Obino a. Sistema Municipal de Ensino: contexto do Sistema de Avaliação da Educação Básica. ANPED, trabalho encomendado, 2009. Captura em WWW anped.org.br, dia 26 de junho de 2011.

CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda; KRAMER, Sônia. Formação de profissionais da Educação Infantil: um desafio para as políticas municipais de educação face às exigências da LDB. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

DISCIPLINA		Produção de Monografia			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	60				60
OFERTA	Programada				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Pesquisa e redação de texto monográfico de acordo com as normas ABNT, visando formação técnico científica. Sessões de orientação às etapas do desenvolvimento da pesquisa e da produção escrita dentro do rigor metodológico, os projetos são divididos por área de conhecimento entre os professores do colegiado. As orientações são realizadas uma vez por semana em horário estabelecido no cronograma semanal do curso em horário regular de aula.

O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e competência 1 no Ensino Médio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LANGLOIS, CH. V. SEIGNOBOS, C.H. Introdução aos estudos históricos. Trad. Laerte de Almeida Morais. São Paulo: Renascença, 1946.

LUCA, Tânia Regina de. Práticas de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2020

PINSKY, Carla. (Org.) Fontes históricas. São Pulo: Contexto, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURKE, Peter. (org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo:UNESP, 1992.

DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. São Paulo: Forense, 2000.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1990.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. 6. ed. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA		Psicologia da Educação			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Relação entre Psicologia e Educação. Principais abordagens psicológicas e suas contribuições para a Educação. Ensino e aprendizagem em diferentes perspectivas: Inatismo, Empirismo e Interacionismo. Teorias contemporâneas do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Psicologia da educação e temas atuais do contexto educacional.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência Normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.</p> <p>BOCK, A. M. B. & FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. T. A Psicologia ou as psicologias. In: Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>FREIRE. I. Raízes da Psicologia: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia. 13ed. São Paulo: Saraiva, 1999</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANTUNES, M.A.M. & MEIRA, M.E.M. Psicologia Escolar: práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003</p> <p>BARROS, C.S.G. Pontos de psicologia Escolar. Lisboa. Moraes, 1988.</p> <p>FRED. S. Keller. A definição da psicologia. São Paulo, Perspectiva, 1984.</p> <p>FRELLER, C. Histórias de Indisciplina Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.</p>	

DISCIPLINA		Teoria da História I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina prevê o estudo dos conceitos fundamentais da História enquanto conhecimento cientificamente produzido. Prevê também discussões acerca da natureza e fundamento do conhecimento histórico de forma ampla, acercando-se das diferentes visões e abordagens que a História apresentou ao longo do tempo.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competências no Ensino Médio.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI01)(EM13CHS101)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BARROS, José D'Assunção. <i>Teoria da História</i>. Petrópolis: Vozes, 2011 (4 volumes).</p> <p>BLOCH, Marc. <i>Introdução à História</i>. Lisboa. Publicações Europa-América, s/d.</p> <p>BURKE, Peter. <i>A escrita da História</i>. São Paulo: UNESP, 1992</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

AROSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.
 BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
 CARR, E. Que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DISCIPLINA		Teoria da História II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A proposta desta disciplina é expor questões epistemológicas e metodológicas sobre o conhecimento histórico ao longo do tempo, com ênfase em apresentar o processo de institucionalização dos estudos históricos no século XIX.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI02)(EM13CHS301)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.
 HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das letras, 2000.
 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOURDIEU, Pierre. Os usos da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
 CUNHA, Flávio José Saliba. História & sociologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2007;
 BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. O sociólogo e o historiador. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
 DIAS, Vanessa Tavares. Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil. Cronos, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 145-161, jul./dez. 2009.

DISCIPLINA		Teoria da História III			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina refere-se à natureza do fazer histórico, a identificação dos procedimentos e das etapas-chaves da prática investigativa dos historiadores, referindo-se ao estudo dos conceitos fundamentais das principais teorias e filosofias do século XX.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do</p>					

Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI01)(EM13CHS301)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. *A História em migalhas*. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHARTIER, Roger. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de. (Org.) *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DISCIPLINA		Teoria da História IV			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Esta disciplina prevê o estudo dos fundamentos da crítica historiográfica contemporânea nos séculos XX e XXI, referindo-se à compreensão das crises epistemológicas e metodológicas da historiografia, bem como o diálogo interdisciplinar da prática historiográfica.

Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI02)(EM13CHS101)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GINZBURG, Carlo [et.all]. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das letras, 2000.

HOBSBAWM, Eric [et.all]. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princenton University Press, 2007.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

DISCIPLINA

Universidade e Sociedade I

CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
20			55		75
OFERTA		Programada			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. semestre do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.</p> <p>Competência 4 do Ensino fundamental e Competências 4, 5 e 6 no Ensino Médio</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF08HI14)(EF09HI09)(EF09HI15-16)(EF09HI25-27)(EF09HI36)(EM13CHS403-404)(EM13CHS501-504) (EM13CHS601-606)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>50 ANOS de extensão rural paranaense. Curitiba: EMATER, 2006.</p> <p>CATÁLOGO de projetos de extensão. Maringá-PR: UEM/Imprensa Universitária, 2002</p> <p>CARVALHO, Célia Regina de; CIRÍACO, Klinger Teodoro; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. <i>Contextos formativos no ensino, pesquisa e extensão universitária</i>. Curitiba: CRV, 2015.</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, M. L. A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 2000.
 BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
 FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.
 GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542

DISCIPLINA		Universidade e Sociedade II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
10			65		75
OFERTA	Programada				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. ano do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.</p> <p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas</p>					

educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. semestre do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.

Competência 4 do Ensino fundamental e Competências 4, 5 e 6 no Ensino Médio

Código das habilidades BNCC:(EF08HI14)(EF09HI09)(EF09HI15-16)(EF09HI25-27)(EF09HI36)(EM13CHS403-404)(EM13CHS501-504) (EM13CHS601-606)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do conhecer e do agir coletivo. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 7(2): 5-25, agosto/2001.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?. *Instituto Paulo Freire*, 2017.

ROCHA JUNIOR, Alberto Ferreira da. *Cultura e extensão universitária: a produção de conhecimento comprometida com o desenvolvimento social*. São João del-Rei, MG: Malta, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). *Jörn Rüsen: e o ensino de história*. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória D'África em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2008.

DISCIPLINA		Linguagens e tecnologias no Ensino de História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
60				60	
OFERTA	EAD total				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Analisar processos de incorporação e trabalho pedagógico com diversas tecnologias e linguagens no processo de ensino e aprendizagem de História. Nessa perspectiva novas linguagens e tecnologias funcionarão instrumentos, meios, para uma aprendizagem histórica capaz de desenvolver a competência narrativa dos estudantes, linguisticamente e com pensar lógico para auxiliá-los a pensar historicamente.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI15) (EF06HI19) (EF07HI08) (EF07HI14) (EF09HI12)(EM13LGGCHS103)(EM13LGGCHS403)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>HAGEMEYER, Rafael Rosa. História e audiovisual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.</p> <p>KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2005</p> <p>RODRIGUES, André Wagner. História, historiografia e ensino de história em relação dialógica com a teoria da complexidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>LEITE, Priscila Gontijo et. all. <i>Ensino de história, tecnologias e metodologias ativas: novas experiências e saberes escolares</i> [recurso eletrônico] João Pessoa: Editora do CCTA, 2022</p> <p>RADFORD, Luis; MOREY, Bernadete; MENDES, Iran Abreu (org.). <i>Cognição matemática: história, antropologia e epistemologia</i>. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.</p>					

MAGALHÃES FILHO, Antonio Germano; ARAUJO, Fátima Maria Leitão (Orgs). *Ensino & linguagens da história*. Fortaleza: EdUECE, 2015
XAVIER, Edson; PRESTES FILHO, Ubirajara F. *História interativa*. 1 ed. Tatuí: Casa Publicadora, 2008.

8.3 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Além das disciplinas obrigatórias os estudantes de História devem cumprir 4 (quatro) disciplinas de 60 horas na modalidade optativa, que segundo a orientação da Pró-reitora de Graduação da UNESPAR:

[...] estão computadas na carga horária obrigatória total do Curso. Quando da exigência nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de graduação, estas disciplinas devem ser ofertadas pelo próprio colegiado. Em caso de Cursos em que esta exigência não ocorra, bem como daqueles que não possuem diretrizes próprias, ainda assim torna-se facultativo ao colegiado a oferta ou não destas disciplinas. As optativas representam uma oportunidade de aprofundamento e/ou direcionamento pelo estudante na área de estudo, devendo constar em um rol previamente definido no PPC do próprio Curso do estudante, incluindo a carga horária da disciplina. Anualmente, em período anterior à renovação da matrícula pelo estudante, cada colegiado deve propor ao Centro de Área no qual pertence, as disciplinas optativas as quais pretende ofertar. Como tais disciplinas compõem a carga horária obrigatória total do Curso, o colegiado, já no PPC, deve informar quantas disciplinas optativas deverão ser cursadas em cada período letivo. (UNESPAR, 2017)

Atendendo a estes parâmetros as disciplinas optativas do curso serão ofertadas uma para cada série a cada ano, simultaneamente em um mesmo dia da semana ao segundo semestre e permitem a livre escolha do discente entre elas até o limite de vagas definidas a cada ano letivo pelo colegiado de curso e informado aos alunos pelo coordenador que matricula os alunos e informa a secretaria. A título de optativas podem ser cumpridas por parte do aluno até 02 (duas) disciplinas em outros cursos da UNESPAR de modo substitutivo.

DISCIPLINA		Estudos Avançados em História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre correntes historiográficas. Discussão de problemas historiográficos contemporâneos. Exploração de novos conceitos teóricos em história.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>DOSSE, François. <i>A História</i>. São Paulo: EDUSC, 2003.</p> <p>HARTOG, François. <i>Evidência da História</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>KOSELLECK, Reinhart. <i>Futuro passado</i>. Rio de Janeiro: PUC, 2011</p> <p>TALEB, Nassim Nicholas. <i>A lógica do cisne negro</i>. São Paulo: Best seller, 2008</p>					

DISCIPLINA		Ensino de História e Material Didático			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

30	30				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina tem como objetivo apresentar questões relacionadas ao ensino de história e a construção do material didático, considerando como aspectos de grande influência a teoria e prática. Visa a análise, elaboração e reformulação do material didático na disciplina de História. Discussões sobre as práticas de ensino e aprendizagem e a utilização de recursos na elaboração do material didático.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>Humanismo e didática da história: Jörn Rüsen</i>. 1. ed. Curitiba: W. A. Editores, 2015. 161 p</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>Jörn Rüsen: e o ensino de história</i>. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.</p> <p>PINSKY, Jaime; PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi (org.). <i>Novos combates pela história: desafios - ensino</i>. São Paulo: Contexto, 2021. 254 p</p>					

DISCIPLINA	História Cinema e Imagens				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo das relações entre cinema, imagens e História. Estudo das representações cinematográficas e imagéticas como modelo de construção do campo epistemológico da História.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>DIDI-HUBERMAN, Georges. <i>Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte</i>. São Paulo: Editora 34, 2013.</p> <p>DIDI-HUBERMAN, Georges. <i>O que vemos, o que nos olha</i>. São Paulo: Editora 34, 2010.</p> <p>FERRO, Marc. <i>Cinema e História</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.</p>					

DISCIPLINA	História da Alimentação				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Estudo da História da Alimentação a partir de panorama historiográfico fundador deste campo em âmbito internacional e nacional e seus desdobramentos no cotidiano alimentar como influenciador de práticas culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. 3.ed. São Paul
FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Comida*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 362p
SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação cultural, 1995. 189po: Global, 2004. 954p

DISCIPLINA		História da Ciência e da Técnica			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina pretende analisar a ideia de ciência ao longo da história ocidental. A Episteme na cultura grega. A "ciência" medieval e renascentista. A emergência da ciência moderna e seus desdobramentos até o século XX. Procura-se analisar as relações entre ideias científicas e os aspectos sociais, culturais, etc. que					

caracterizaram a cultura ocidental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHASSOT, Attico. *A ciência através dos tempos*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2008. 280 p

CHALMERS, Alan Francis. *A fabricação da ciência*. São Paulo: UNESP, 1994..

KUHN, Thomas S. *O caminho desde a estrutural* ensaios filosóficos, 1970-1993
São Paulo: UNESP, 2006. 402 p

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2009.

DISCIPLINA		História da Cultura Material e Imaterial			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso procura compreender os conceitos de “cultura material” e “imaterial” e seus contextos de surgimento, analisando essas categorias a luz de temas como cultura, patrimônio e museus em interdisciplinaridade com outros campos de estudo como, por exemplo, a Antropologia e a Museologia, entendendo a sociologia das relações humanas a partir das noções de identidade e a memória.</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2006.
ROCHA, Carla Regina Nunes da. *Cultura material e ensino de história*. União da Vitória: FAFI, 2007.

VIEIRA, Luiz Renato. *A capoeira e as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial*. Brasília: FCP, 2012.

DISCIPLINA		História da Historiografia Brasileira			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina abordará a produção historiográfica brasileira a partir de meados do século XIX, momento de sua construção dentro do ideal de nacionalidade, passando pelas décadas iniciais do século XX até as discussões sobre os rumos de nossa recente historiografia.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
FREITAS, Marcos Cezar de. <i>Historiografia brasileira em perspectiva</i> . 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003. 476p.					
MOTA, Carlos Guilherme (Org.). <i>Brasil em perspectiva</i> . 1968. 415 p					

RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970. 306p

DISCIPLINA	História da Saúde e da Doença				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso tem como objetivo discutir a história da saúde e da doença, procurando identificar rupturas e permanências no pensamento e nas ações de saúde. Entender os diferentes contextos em que a assistência à saúde foi organizada, desde o exercício das artes de curar até institucionalização da medicina. Compreender os determinantes estruturais do processo <i>saúde/doença</i> das populações. As políticas de combate as doenças e promoção da saúde ao longo da história.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidadefebril: cortiços e epidemias na Corte imperial</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. FOUCAULT, Michel. <i>Microfísica do Poder</i>. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. <i>A bailarina da morte</i>:</p>					

A gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

DISCIPLINA		História da Saúde no Brasil			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina tem por objetivo discutir sobre a História da Saúde no Brasil entre os séculos XVIII e XX, tomando como ponto de referência suas rupturas, mudanças e permanências acerca das práticas vinculadas às questões de saúde. Neste sentido, será historicizada a maneira como a saúde foi organizada, formas de lidar com epidemias, o exercício da arte de curar e a institucionalização da medicina. Além disso, pretende-se debater o modo como foram operadas as ações de saúde a partir do higienismo e sanitarismo, como também, a atuação dos saberes médico-científico em políticas públicas, sua vinculação com o Estado e iniciativas privadas.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2017. 286</p> <p>PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. <i>As Barricadas da Saúde</i>. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 126p</p>					

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 375 p.

DISCIPLINA		História do Tempo Presente			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Reflexões sobre os eixos teóricos, metodológicos, historiográficos e dos desafios de seu estudo, a partir de fontes diversificadas, abrangendo os vínculos com as memórias individuais e públicas, relações entre memória, história e esquecimento, além dos usos políticos do passado.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. <i>História do Tempo Presente</i> . São Paulo: Contexto, 2003. 224p. BURGUIÈRE, André. <i>Dicionário das ciências históricas</i> . Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. 775p. LE GOFF, Jacques. <i>A história nova</i> . 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.					

DISCIPLINA		História e Artes			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Conhecer e discutir a relação entre arte e história. Estudar o surgimento e a afirmação do campo de conhecimento específico da História da Arte, assim como as diversas formas de escrita histórica sobre arte. Identificar e problematizar a especificidade da arte e sua relação com a cultura. Identificar e discutir, na historiografia da arte, os conceitos que estão envolvidos nessa relação.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ALLOA, Emanuel (Org). <i>Pensar a imagem</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. ARGAN, Giulio Carlo. <i>A Arte Moderna na Europa: de Hogarth a Picasso</i>. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. BAXANDALL, Michael. <i>Padrões de Intenção: a explicação histórica dos quadros</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2006</p>					

DISCIPLINA		História e Biografia			
CARGA HORÁRIA					

TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A biografia como gênero historiográfico, oferecendo um quadro geral do debate historiográfico sobre a temática. Estudar diferentes formas de construção de biografia: micro-biografias, grandes personagens, prosopografia, memórias e auto-biografias. A pesquisa biográfica em história na perspectiva transdisciplinar.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. <i>Domínios da história</i>. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. <i>Brasil: uma biografia</i>. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. CHAPLIN, Charles. <i>História da minha vida</i>. 5ªed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966</p>					

DISCIPLINA		História e Cultura Brasileira			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina propõe a debater os processos e produtos da cultura no Brasil em suas chaves interpretativas mais relevantes para a historiografia. Aspectos como o teatro, a arquitetura, a canção, a alimentação, a literatura, a penetração das culturas europeias e suas acomodações as variadas artes e saberes populares muitas vezes etnicamente referenciados e algumas vezes concebidos como “folclóricos”. Eventualmente o debate de uma ideologia da cultura nacional. Poderá também realizar a discussão sobre as várias fases pelas quais atravessa o processo civilizatório brasileiro, que parte de uma posição periférica e mimética até a elaboração de uma cultura nacional e popular bem como o avanço do modernismo entre nós. Interessam as circularidades e apropriações nos mais diversos produtos e saberes.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MOTA, Carlos Guilherme. <i>Ideologia da cultura brasileira</i>. 9.ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998. 303p NAPOLITANO, Marcos. <i>Cultura brasileira</i>. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004. 133p NAPOLITANO, Marcos. <i>A Síncope das Idéias</i>. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. 159</p>	

DISCIPLINA	História e Cultura dos Povos Indígenas no Brasil				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre a Cultura dos povos indígenas no Brasil e as diferentes abordagens historiográficas referentes às suas representações entre os séculos XVI e XXI, bem como, reflexão acerca da história de luta dos povos indígenas no Brasil, as políticas públicas e a constituição de um campo de saber acadêmico.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>COSTA E SILVA, Alberto da. <i>Antologia de lendas do índio brasileiro</i>. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1969. FERREIRA, Maria Beatriz Rocha; VINHA, Marina (Orgs.). <i>Celebrando os jogos, a memória e a identidade: XI jogos dos Povos Indígenas</i>, Porto Nacional, Tocantins, 2011. MONTEIRO, John Manuel. <i>Negros da terra</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2009. TODOROV, Tzvetan. <i>A conquista da América: a questão do outro</i>. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. VIDAL, Lux. <i>Grafismo indígena: estudos de antropologia estética</i>. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. WEBER, Ingrid. <i>Um copo de cultura: os hunikuin (kaxinawá) do rio humaitá e a escola</i>. 1. ed. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2006.</p>					

DISCIPLINA	História e Cultura Escrita				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre a circulação da cultura escrita e sua capacidade de transformar os modos de interação social, permitir novas formas de pensar e modificar as relações de poder e forjar identidades em torno de comunidades de leitores, escritores, editores e censores.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BURKE, Peter. <i>Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot</i>. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. CHARTIER, Roger. <i>A Aventura do Livro</i>. São Paulo: UNESP, 1998. _____. <i>Cultura escrita, literatura e história/ conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit</i>. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2001. DARNTON, Robert. <i>Os best-sellers proibidos</i>. Editora Schwarcz Ltda, 1998. _____. <i>O grande massacre de gatos</i>. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996</p>					

DISCIPLINA		História e Ensino de História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina visa estabelecer debates sobre ensino da história e suas diferentes concepções de ensino, aprendizagem e conhecimento histórico. Discute a trajetória do ensino de história na educação básica, relacionando com a produção historiográfica e articulando entre a fundamentação teórica tendo em vista a realidade escolar.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>Aprender história: perspectivas da educação histórica</i>. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. 310 p. NUNES, Silma do Carmo. <i>Concepções de mundo no ensino da história</i>. São Paulo: Papirus, 1996. 132p FONSECA, Selva Guimarães. <i>Ensinar e aprender história</i>. Campinas: Alínea Editora, 2009. 300p</p>	

DISCIPLINA	História e Ficção Histórica				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Estudo sobre a relação entre História e Ficção a partir de diversos suportes de produção e divulgação. Pretende-se ainda analisar temas e procedimentos recorrentes nos romances históricos e demais narrativas que possam auxiliar na compreensão das representações sobre determinados períodos da história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Escrita, linguagem, objetos*. Bauru: EDUSC, 2004.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. 327p

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1970. 204p

WHITE, Hayden. *Meta-história*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 456p

DISCIPLINA		História e Fontes Históricas			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Estudo dos vários suportes, documentos e fontes que podem servir a história em seu ofício narrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012

DISCIPLINA		História e Gênero			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre as relações de gênero no campo da história a partir da discussão de aspectos teórico-metodológicos sobre a história das mulheres ao gênero enquanto categoria de análise, a emergência do sexo/corpo no discurso médico-científico e jurídico na construção das diferenças, a historicidade dos papéis sociais de gênero, bem como, as fontes e as abordagens recentes na</p>					

historiografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AUAD, daniela. *Educar Meninas e Meninos: relações de gênero na escola*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero/ feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 160

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história*. Bauru: EDUSC, 2003. 499p

DISCIPLINA		História e Guerra			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre as dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e militares					

das guerras em diferentes temporalidades e diferentes recortes espaciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDR, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KEEGAN, Jonh. *Uma história da Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 2006

LORENZI, Mário. *Desarmamento ou holocausto nuclear*. São Paulo: Global, 1983.

SHIRER, William. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DISCIPLINA		História e Imigração			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo dos fenômenos de imigração na história, e em particular no espaço brasileiro.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999. 577 p

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 344p

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós - modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro - RJ: DPGA, 2006. 102p.

DISCIPLINA		História e Mestiçagens			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Problematizar como a escravidão no âmbito mais geral e o tráfico, particularmente, foram expressões do que havia de mais mundializado entre os séculos XV e XVIII, isto é, o comércio, entendido de maneira mais ampliada o que significou, para além das trocas econômicas, os deslocamentos de gentes, culturas, flora e fauna, desenvolvido entre as quatro partes do mundo. É esse mundo ibero-americano, no qual a escravidão e as mestiçagens biológicas e culturais se associam desde muito cedo que a disciplina centrará sua análise de investigação. Já o plano temporal se estende desde os primeiros anos posteriores à chegada dos ibéricos no Novo Mundo até o século XIX, quando</p>					

foram extintos os últimos regimes escravistas americanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 12. ed. Distrito Federal: 1963. 589 p
IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora, 2010. 309p

RIBEIRO, Darcy. *Mestiço é que é bom!*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 157p

DISCIPLINA		História e Mídias			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Debate sobre os conhecimentos históricos, dimensões, influências e impactos das mídias em suas diversidades de expressões e narrativas - a exemplo do documentário, cinema, televisão, fotografia, artes plásticas, tecnologias digitais, redes sociais, entre outras - abrangendo a cultura de massas ou popular e a indústria cultural.</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter; CO-AUTOR; DIAS, Maria Carmelita Pádua; TRADUÇÃO. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

SAID, Gustavo Fortes. *Mídia, poder e história na era pós-moderna*. Teresina, PI: EDUFPI, 1998.

MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50*. Campinas: Unicamp, 1996.

DISCIPLINA	História e Morte				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa abordar aspectos das várias representações a respeito da morte e do morrer nos mais diversos períodos da História. Desta forma, objetiva-se oferecer um panorama que versem sobre as atitudes individuais e coletivas relativas à morte, ao morrer e ao além-túmulo, em diferentes temporalidades, espacialidades e sob diversos recortes teórico-metodológicos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARIÈS, Philippe. *O homem perante a morte* - i. 2ª ed. Porto, Portugal: Europa-américa, 2000. 340p

KELEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2016. 538

VAILATI, Luiz Lima. *A Morte Menina*. São Paulo: Alameda, 2010. 358p

DISCIPLINA		História e Música			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe de modo introdutório explorar as interpelações entre o debate historiográfico e a música em seu sentido amplo na constituição de um campo de estudos. Música erudita, canção popular, transformações dos suportes e mídias sonoras são temas abordados para o entendimento das principais linhas de investigação presentes nas pesquisas contemporâneas sobre o tema. Aspectos da história cultural da música popular no Brasil e no mundo podem ser debatidos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ADORNO, Theodor W. *Introdução à sociologia da música*. São Paulo: UNESP, 2011. 419p
 FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *Festas e batuques do Brasil*. Rio de Janeiro - RJ: Sabin, 2009. 104 p
 GARCIA, Miliandre. *Do Teatro Militante À Música Engajada*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. 159p

DISCIPLINA		História e Práticas Jurídicas			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina pretende analisar a relação entre as narrativas históricas e um amplo conjunto de práticas e saberes jurídicos operados nos tribunais e estâncias da justiça na sociedade em diferentes temporalidades e espaços.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BALDY, Hélio Rosa. <i>Em torno da justiça e da história</i> . Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1997. 175p. BOBBIO, Norberto. <i>Estado, governo, sociedade</i> . 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. 173p.					

PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 417 p.

DISCIPLINA		História e Relações Étnicos Raciais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre os processos de construção de identidades e fronteiras étnicas. Estudo sobre as concepções históricas de etnia e de raça. Estudo dos processos históricos do racismo e do colonialismo.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>NASCIMENTO, Abdias. <i>O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado</i>. São Paulo: Perspectiva, 2021.</p> <p>FANON, Frantz. <i>Pele negra, máscaras brancas</i>. São Paulo: Ubu, 2020.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia. <i>O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2004</p>					

DISCIPLINA		História e Religiosidades			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende abordar temas e debates historiográficos relativos à História das Religiões, sob a perspectiva da História Cultural com enfoque na discussão teórica sobre o estudo das religiões desenvolvida na Idade Contemporânea – História das Religiões/História Religiosa/ História Cultural das Religiões; conceitos-chave, tais como religião/religiões; identidade; sincretismo. Além disso se pretende à análise de debates candentes a diferentes grupos religiosos presentes na formação religiosa brasileira, e abordagem de temas transversais à área de religiões – gênero, política, mídia, juventude, ensino religioso, entre outros. Para tal se propõe a analisar a cultura audiovisual, iconográfica e material ligada a aspectos religiosos na contemporaneidade.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ARMSTRONG, Karen. <i>Em nome de deus</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2009. 580p ARMSTRONG, Karen. <i>Uma história de deus</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2008. 557 RICOEUR, Paul. <i>História e verdade</i>. Rio de Janeiro: Forense, 1968. 340p</p>					

DISCIPLINA		História e Romance Histórico			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Levar à reflexão sobre as relações entre a criação literária e a área de conhecimento da história, focando no gênero literário conhecido como romance histórico, visando examinar como se dá o diálogo entre as duas instâncias nas obras que podem ser lidas como ficção histórica. Pretende-se ainda analisar temas e procedimentos recorrentes nos romances históricos, que possam auxiliar na compreensão das representações sobre determinados períodos da história.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>LUKÁCS, Georg. <i>A teoria do romance</i>. Lisboa, Portugal: Presença, s.d. TODOROV, Tzvetan. <i>As estruturas narrativas</i>. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.</p> <p>MAIA, Pedro Américo. <i>A problemática moral no moderno romance brasileiro</i>. 4 ed. Belo Horizonte: Grupo Gente Nova, s.d.</p>					

DISCIPLINA		História e Sensibilidades			
CARGA HORÁRIA					

TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O programa objetiva a exploração das percepções das sensibilidades, no âmbito dos estudos em história cultural. Com temas diversos e narrativas fixadas em temporalidades distintas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C. <i>Fronteiras</i> . São Paulo: Olho D'Água, 2003. 300p					
LANGUE, Frédérique; PESAVENTO, Sandra Jatthy. <i>Sensibilidade na história</i> . 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 262p					
KOBELINSKI, Michel (Org.). <i>Novas sensibilidades na américa latina</i> . Curitiba: CRV, 2016. 185 p					

DISCIPLINA	História e Sexualidade				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina pretende passar por um inventário das práticas e conceituações a respeito da sexualidade ao longo da história. Procura apontar indicativos para a educação no que tange aos assuntos da sensibilidade humana, intimidade e valores morais subjacentes ao tema.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). <i>Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação</i>. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 191 p</p> <p>VIEIRA, Galdino Nunes. <i>Amor, sexo e erotismo</i>. 4 ed. São Paulo: Casa Publicadora, 1978. 28</p> <p>HISTÓRIA da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 633p8p</p>	

DISCIPLINA	História e Violência				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Visa discutir questões afeitas a violência, poder e ordem. Análise crítica das abordagens funcionalistas da violência; exame das questões da ordem e da violência e suas relações com a ordem social. Os múltiplos códigos interpretativos da violência brasileira: exame de temáticas presentes no interior da questão da violência e da criminalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993. 307p
FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano/ a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. 326

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 389p

DISCIPLINA		História Feitiçaria e Inquisição			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Analisar a atuação do Tribunal da Inquisição: gênese, natureza e objetivos. O Santo Ofício no período medieval e moderno entre duas dinastias. Os órgãos, os agentes e os espaços da Inquisição. Também compreender os casos de heresia, feitiçaria, curas mágicas e demais práticas delituosas aos olhos do Santo Ofício tanto na Europa quanto no Brasil, analisando casos e processos específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVINSKY, Anita. *Inquisição*. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. *Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DISCIPLINA		História, Império e Imperialismos			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre a relação entre História, império e imperialismo, suas práticas históricas e seus debates conceituais-historiográficos.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia de bolso, 2012.

DORÉ, Andréa & LIMA, Luís Felipe Silvério (Org) *Facetas do Império na História*. Brasília: Aderaldo & Rotschild, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DISCIPLINA		História Imprensa e Periódicos			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O curso pretende debater os vários produtos da imprensa e dos periódicos em sua relação com a história narrada possível, bem como no uso técnico destes como fontes para sua escrita.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
DARNTON, Robert. <i>O beijo de lamourette</i> . 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 395p					
GRAF, Márcia Elisa de Campos. <i>Imprensa periódica e escravidão no paraná</i> . Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. 167p					

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luíza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo - SP: Contexto, 2008. 303

DISCIPLINA		História Oral e Memória			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo conceitual em História Oral dedicada à memória visando a pesquisa e os processos ético-normativos, amplificado pela análise das estruturas de memória, identidade e oralidades.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
PORTELLI, Alessandro. <i>Ensaio de História Oral</i> . São Paulo: Letra e Voz, 2010. ALBERTI, Verena. <i>História oral/ a experiência do CPDOC</i> . Rio de Janeiro: FGV, 1990. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. <i>Manual de história oral</i> . 4.ed.re.a. São Paulo: Loyola, 2002					

DISCIPLINA		História Pública e Ação educativa em Museus			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O Historiador público e ação educativa em museus. Museus, educação e patrimônio: desafios atuais. Gestão de coleções: arquivos, manuscritos e museus. Ações educativas nos museus e correntes pedagógicas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ARQUIVOS, <i>patrimônio e memória</i> . São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.					
BOSI, Ecléa. <i>Memória e sociedade</i> . 6.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 484p					
CHOAY, Françoise. <i>A Alegoria do Patrimônio</i> . 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2006. 282p					

DISCIPLINA		História Pública e História Oral: conceitos e práticas			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60



OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
História, História Oral e História Pública. História Pública e mídias, tempo presente, comunidades e culturas populares, plataformas digitais, narrativas públicas. História Pública e ensino de História	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALBERTI, Verena. <i>História oral/ a experiência do CPDOC</i> . Rio de Janeiro: FGV, 1990. FREITAS, Sônia Maria de. <i>História oral</i> . São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Imprensa oficial do Estado, 2002. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de (Org.). <i>História pública no Brasil: sentidos e itinerários</i> . São Paulo: Letra e Voz, 2016	

DISCIPLINA	Práticas de Arquivo				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
30	30				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

A disciplina aborda práticas de higienização, restauração, preservação e acondicionamento de acervos documentais, bem como a elaboração de instrumentos de pesquisa e meios de divulgação; destacando a importância dos mesmos para a pesquisa e produção de conhecimento histórico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 316p

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 89p.;il.(projeto como fazer,1)

GOMES, F. Araújo; HELLUY, Hâmida R. *Manual de arquivo e documentação*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Interciências, 1976 201p

DISCIPLINA		Tópicos de História Regional e Local			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

A disciplina visa o debate de questões teóricas e metodológicas da História Regional e Local. Trata-se de discussões sobre suas origens e evolução, suas conexões com o nacional e o global, suas possibilidades e limites. A disciplina visa também o mapeamento e discussão sobre as fontes da pesquisa histórica regional e local, bem como o uso e as potencialidades pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016. 297 p

BALAKHRISNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 335p

RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no Vale do Iguaçu*. União da Vitória 1973. 154p

SILVA, Cleto da. *Apontamentos históricos de União da Vitória/ 1768 - 1933*. 21. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2006. 248 p.

DISCIPLINA		Tópicos em História Ambiental			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina História Ambiental visa refletir os temas, natureza, ambiente e sociedade. Neste sentido, privilegiam-se os estudos sobre as bases epistêmicas,					

conceituais, métodos e abordagens da história ambiental, bem como as transformações no imaginário Ocidental acerca do mundo natural e as ações antrópicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Ely Bergo de. *Ensino de História e Educação Ambiental*. São Paulo: Fino Traço, 2021. 185p.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2010. 537p

NOVAES, Pedro da Costa; RIBAS, Otto. *Agenda 21*. Brasília : MMA/PNUD, 2000. 192p

DISCIPLINA		Tópicos em sociedades orientais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe investigar aspectos sociais, antropológicos, e históricos das sociedades orientais próximas e distantes, tanto no tempo quanto no espaço. Problematicar o Oriente que o Ocidente construiu e o Ocidente orientalizado. Cultura e religiosidades orientais. A China, o Japão e a Índia. A situação político-econômica no Oriente Próximo. A invenção do Terrorismo ou a face da violência</p>					

soberana. Cultura do ódio em Israel e Palestina

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALLEN, Mark. *Árabes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. 171p
 GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
 LUYTEN, Sonia M. Bibe. *Cultura pop japonesa*. São Paulo: Hedras, 2005. 143p
 SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. 523p

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Contemporânea			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo de temas relacionados à formação e/ou desenvolvimento do mundo contemporâneo, em diferentes recortes espaciais, a partir de enfoques políticos, econômicos, sociais ou culturais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARENDR, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Cultural			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe trabalhar recortes da fortuna crítica dos trabalhos em história cultural que vão desde os escritos da Escola dos Anales aos estudos culturais ingleses. Visa investigar de modo tópico também as mediações e correlações produzidas na América latina, Ásia e África quando a reflexão de historiadores e cientistas sociais se voltaram para o entendimento da cultura e dos produtos culturais circulantes nas sociedades e objetos de análise. Nesse sentido de modo pontual interessam os problemas, as conexões com a antropologia histórica e os debates para além da virada cultural e do <i>Linguistic Turn</i>.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002. 275p
DOSSE, François. *A história em migalhas*. 3.ed. São Paulo: Ensaio/Universidade Estadual de Campinas, 1994. 267p

HUNT, Lynn; CAMARGO, Jefferson Luiz. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 317p

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História do Brasil Imperial			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Utilizando-se das contribuições clássicas e recentes da historiografia, a disciplina tem por objetivo introduzir os graduandos nos principais debates historiográficos a respeito da cultura e sociedade no Brasil Imperial. Focando principalmente nos temas da violência, escravidão, relações de raça e gênero, aspectos culturais, literatura e artes, famílias e vida doméstica; os espaços de sociabilidade e as políticas de controle de condutas.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ABREU, Martha. <i>O império do divino</i>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fapesp, 1999. FREYRE, G. <i>Sobrados e Mocambos</i>. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.</p>					

REIS, João José; GOMES, Flávios dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M. de. *O alufá Rufino/ tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História do Brasil Republicano			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina desenvolve assuntos paralelos ao tema iminente político/econômico do Brasil republicano ao longo do século XX. Os temas tópicos que ancoram os debates são: Autoritarismo, etnicidades, gênero, cultura, cotidiano, censura, infância e gerações, festas, revoluções e uma história das ideias da cultura brasileira que amadurece lentamente após a promulgação da República até os dias atuais.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>GREEN, James N. <i>Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985</i>. São Paulo: Companhia das letras, 2009</p> <p>FAORO, Raymundo. <i>Os donos do poder</i>. Formação do patronato político brasileiro. 4ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977</p> <p>NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral) <i>História da vida privada no Brasil</i>. Vol. 3.</p>					

República: da Belle époque à era do rádio. SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História e Literatura			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende realizar um estudo da representação da história na ficção. Bem como dos procedimentos da narrativa ficcional na escrita da história e das relações entre história, ficção e memória a partir do século XVI. Pensando o romance como instância de construção ficcional da realidade sócio-histórica.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BOSI, Alfredo. <i>História da Literatura</i>. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2013</p> <p>CHARTIER, Roger. <i>Cultura escrita, literatura e história</i>. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>FARACO. C. A. <i>Diálogos com Bakhtin</i>. Paraná. Editora UFPR, 2007.</p>					

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Ibérica			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Pretende-se fornecer um balanço da história de Portugal e Espanha em diferentes temporalidades e abordagens. Analisar a história e historiografia dos Estados dinásticos na Península Ibérica. Discutir, de forma comparada, a formação dos Estados de Portugal e Espanha e suas relações com outras realidades como, por exemplo, América e África.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. La formación del feudalismo en la Península Ibérica. Barcelona, Espanha: Crítica, 1978. BOXER, C. R. A igreja e a expansão ibérica. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989. FERNANDES, Fátima Regina; FRIGUETTO, Renan. <i>Cultura e poder na península ibérica</i>. Curitiba: Juruá, 2001. 247p VERA, Juan Palau. Geografía de españa y portugal. 10 ed. Barcelona, Espanha: I. G. Seix Y Barral Hinos, 1951.</p>					

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em História Social
-------------------	---

CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende analisar a história social, seus métodos, fontes e temas. Sua relação íntima com a conjuntura econômica e, ou cultural. A organização e estruturação das hierarquias sociais. Sua relação com a história global.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. <i>Domínios da história</i>. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997. 508p</p> <p>FOUCAULT, Michel. <i>Em defesa da sociedade</i>. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 269p</p> <p>FLORENTINO, Manolo, Et Al. <i>A paz nas senzalas</i>. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997. 250p.</p>					

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em Línguas Clássicas				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O curso pretende instrumentalizar conceitos básicos em línguas clássicas, e apresentar tópicos pontuais em que a história se beneficie das estruturas de comunicação da língua grega e cultura latina.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ASSIS CINTRA. <i>Os clássicos e o antigo vernáculo</i>. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1921. 320p.</p> <p>DANIELLOU, Maria da Eucarístia. <i>Curso de grego</i>. Rio de Janeiro: MEC - Instituto Nacional do Livro, 1954. 265p</p> <p>NUSSBAUM, Martha C. <i>A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega</i>. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 486 p</p> <p>RÓNAI, Paulo. <i>Curso básico de latim i</i>. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2002. 132p</p>					

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em Movimentos Sociais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Estuda processos sociais, políticos e culturais envolvidos nos movimentos sociais; A contribuição dos movimentos na elaboração e implementação de políticas sociais. Diferentes leituras sobre os "velhos" e "novos" movimentos, percursos e redefinições dessas ações coletivas no mundo.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ORTEGA Y GASSET, José. <i>A rebelião das massas</i>. 3.ed. Rio de Janeiro - RJ: 1971. 264p.</p> <p>TÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. <i>Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil</i>. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. <i>História dos movimentos e lutas sociais</i>. São Paulo: Loyola, 1995</p>	

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em Paleografia				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Conhecer a origem da Paleografia e identificar os vários tipos de escrita da Época Moderna, exercitando a habilidade de ler e compreender documentos da época moderna, transcrevendo-os de acordo com as normas técnicas para edição e transcrição de documentos manuscritos, e em específico, os produzidos por órgãos administrativos do Império Português. Esclarecer as ferramentas e técnicas essenciais para ao aparato heurístico da História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

CAMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em Teoria da História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo das correntes do pensamento histórico e dos textos fundamentais da tradição historiográfica.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOSSE, François. *A História em migalhas*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

REIS, José Carlos. *História e Teoria*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2007

8.4 DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES/ELETIVAS

As disciplinas extracurriculares são um elemento de enriquecimento e diversificação da formação dos estudantes constitui uma opção individual dos alunos na busca de outros conhecimentos e experiência no decorrer de sua trajetória acadêmica. Segundo orientação da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UNESPAR as disciplinas extracurriculares estão:

Além das disciplinas obrigatórias que compõem o currículo mínimo do Curso (distribuídas em obrigatórias, optativas e eletivas), o estudante poderá cursar disciplinas extracurriculares com o intuito de aprofundar conhecimentos específicos em áreas de interesse pessoal, desde que não implique em ônus ao erário da instituição. Nestes casos, a procura pela disciplina é de livre escolha do estudante, porém, os colegiados deverão fixar os limites de contingenciamento de matrículas nas disciplinas, conforme disponibilidade e conveniência administrativas. (UNESPAR, 2017).

Os estudantes de outros cursos podem se matricular livremente para cursar disciplinas extracurriculares no Curso de História. O número de vagas para cada disciplina será estabelecido pelo colegiado antes do início de cada ano letivo e deve respeitar as normativas e regulamentos estabelecidos pela UNESPAR. Estarão



excluídas da oferta aos demais cursos as disciplinas referentes a Prática do ensino de História e aos Estágios Supervisionados, bem como as disciplinas de Introdução a Pesquisa Histórica e Produção de monografia compreendendo que estas tem implicações sobre o processo formativo específico do profissional. Os acadêmicos do Curso de História podem optar por cursar até duas disciplinas em outros cursos e validá-las como disciplinas optativas na História. As disciplinas cursadas acima desse limite serão validadas como atividades complementares

8.5 PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PPed)

A Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPed) pretende integrar o campo teórico dos conhecimentos cognitivos propostos por cada disciplina em uma dimensão que prioriza os fazeres pedagógicos inserida no processo de ensino-aprendizagem.

A carga horária definidas como Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPed), estão distribuídas em 400 horas transversalmente às disciplinas e a conforme se vê na matriz, estão alocadas em cada componente curricular de acordo com as especificidades dos componentes e se concentram mais agudamente, sobre as componentes que se relacionam ao exercício profissional atuante do historiador, a saber: Cultura Afro Brasileira (20hr), Educação Patrimonial e Ambiental (30hr), Iniciação a Pesquisa Histórica- IPH (20hr) e Produção da Monografia (60hr) que juntas agregam 130 (cento e trinta) horas cerca de 33% das 400 horas previstas.

As demais componentes recebem de 10 a 05 horas de acordo com sua proximidade de construção de vínculos identitários e de valorização afirmativa com cada uma das disciplinas. Estas definidas a cada caso referem-se a atividades relacionadas a prática de ensino aplicada a cada componente curricular como

produções de materiais didáticos específicos, planejamentos de atividades, roteiros de saída de campo, listas de sites, blogs e web pages de conteúdos pedagógicos, cartilhas, transposições didáticas e sínteses.

A disciplina de Produção de Monografia se enquadra como Prática Pedagógicas(PPed) e possuem respaldo na legislação. A sala do colegiado e de projetos são utilizadas como espaços de orientação aos alunos que solicitam para o professor que orienta o projeto ou acompanha a disciplina nos horários de atendimento acadêmico previsto a cada início de ano. Outros modos de orientação on-line também poderão ser facultados, de acordo com as dificuldades de orientação presencial em circunstâncias excepcionais e justificáveis. Além disso, e conforme descrito na seção sobre o PIBID, as Práticas dos Componentes Curriculares e o plano pedagógico do curso facultam o cumprimento de carga horária do PIBID em no máximo até 100 horas, considerando as demais dimensões formativas as quais podem interessar ao aluno.

Eixo temático	Componente curricular	Carga horária
Conhecimento profissional Competências Específicas: I- dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos; IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	Políticas Educacionais	60
	História Oral	60
	Libras	60
	Teoria da História I	60
	Teoria da História II	60
	Teoria da História III	60
	Teoria da História IV	60
	Introdução a pesquisa histórica- IPH I	60
	Introdução a pesquisa histórica- IPH II	30
	História do Brasil Colonial I	60
	História do Brasil Colonial II	60
	História do Brasil Imperial I	60
	História do Brasil Imperial II	60
	História do Brasil Republicano I	60
	História do Brasil Republicano II	60
História Antiga I	60	
História Antiga II	60	
História Medieval I	60	
História Medieval II	60	
História Moderna I	60	

	História Moderna II	60
	História Contemporânea I	60
	História Contemporânea II	60
	História da América I	60
	História da América II	60
	História da África	60
	História do Paraná I	60
	História do Paraná II	60
Prática Profissional Competências Específicas: I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.	Metodologia e Prática do Ensino de História I Metodologia e Prática do Ensino de História II Metodologia e Prática do Ensino de História III Metodologia e Prática do Ensino de História IV Didática da História Psicologia da Educação Linguagens e tecnologias no Ensino e História Produção de monografia Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II	60 60 60 60 80 60 60 60 200 200
Engajamento profissional Competências Específicas: I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.	Educação Patrimonial e Ambiental Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena Direitos humanos, Diversidade e inclusão Universidade e Sociedade I Universidade e Sociedade II	80 80 80 75 75

8.6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

No contexto da prática profissional, o Estágio Curricular, obrigatório por lei, será realizado em escola/colégio de Educação Básica, mediante regime de colaboração entre os sistemas de ensino. O curso de História atua de forma a intermediar a colocação de estagiários por meio de seu professor coordenador de estágio que responde pelos componentes curriculares de Metodologia e Prática de ensino de história I,II,III e IV que se encontram alocadas no terceiro e quarto ano conforme legislação que prevê que o estágio deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado pela Instituição formadora.

O acompanhamento de estágio é realizado presencialmente pelo professor coordenador de estágio e pelo professor orientador do tema de estágio, seu cumprimento está distribuído em uma carga horária de 200 horas no terceiro ano e 200 horas no quarto ano do curso em atividades planejadas, de acordo com a legislação vigente.

Torna-se extremamente necessário que:

- Cada disciplina do curso visa ligar a parte teórica com a prática e isso é atingido com o uso de projetos de pesquisa em todo o processo educacional do futuro professor. Sendo que o termo pesquisa aqui usado, refere-se ao sentido *lato* de investigação, de busca diligente da solução de um problema.

- As disciplinas que fazem parte da estrutura curricular estão relacionadas entre si, em cada série subsequente, de forma a garantir a espiralidade dos conteúdos, contribuindo assim para pôr fim às disciplinas estanques.

- Que a organização curricular favoreça a interdisciplinaridade, o que permite a aproximação dos interesses comuns e objetiva a colaboração entre os docentes que integram a série, superando a fragmentação dos conteúdos.

Assim, pretende-se:

- Possibilitar a formação de professores, para o ensino fundamental e médio, eficientes para atuarem no momento presente da realidade nacional.

- Proporcionar aos acadêmicos, experiências que facilitem a formação de indivíduos críticos de sua própria ação e conscientes de suas futuras responsabilidades.

Mediante essas considerações pretende-se com este documento fornecer informações necessárias sobre o Curso de História com objetivo de renovação do reconhecimento do Curso em cumprimento ao Art. 31 e § 2º da Liberação n.º 1/05 do Conselho Estadual de Educação.

Os documentos e ementas referentes ao Estágio Supervisionado possuem vinculação e correspondência de execução paralela ao longo dos anos em que a disciplinas de Metodologia e prática de ensino se efetuem

Políticas Educacionais	Didática da História	Psicologia da Educação	Linguagens e tecnologias no ensino de história
Carga horária 60	Carga horária 60	Carga Horária 60	Carga Horária 60
Estudo teórico referente à educação brasileira e estudo de sua legislação e de suas diretrizes.	Estudo teórico referente à didática da História.	Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Infância, adolescência e fase adulta como categorias psicológicas do desenvolvimento humano. Abordagens teóricas da Psicologia da Educação e suas interfaces para a aprendizagem escolar.	Trabalho pedagógico com diversas tecnologias e linguagens no processo de ensino e aprendizagem de História. Nessa perspectiva, para uma aprendizagem histórica.

Metodologia e Prática de Ensino de História I	Metodologia e Prática de Ensino de História III	Metodologia e Prática de Ensino de História III	Metodologia e Prática de Ensino de História IV
Carga horária 60	Carga horária 60	Carga horária 60	Carga horária 60
Estudo teórico e aprendizagem de elaboração de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos para serem aplicados na educação básica.	Estudo teórico e aprendizagem de elaboração de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos para serem aplicados na educação básica.	Estudo teórico e Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino que ofereçam suporte à prática docente, ao estágio final e à elaboração de trabalho final de estágio supervisionado (TFES).	Estudo teórico e Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino que ofereçam suporte à prática docente, ao estágio final e à elaboração de trabalho final de estágio supervisionado (TFES).
Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado II
Carga horária 100	Carga horária 100	Carga horária 100	Carga horária 100
Elaboração e execução de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos, no ensino fundamental e médio. Carga horária extensionista 15 horas	Elaboração e execução de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos, no ensino fundamental e médio. Carga horária extensionista 15 horas	Elaboração de plano de trabalho docente, planos de aula e material didático, no ensino fundamental e/ou médio. Carga horária extensionista 20 horas	Elaboração de plano de trabalho docente, planos de aula e material didático, no ensino fundamental e/ou médio. Carga horária extensionista 20 horas

Pode-se observar que a estrutura operacional do estágio está organizada de forma a distribuir os saberes referentes à prática profissional em equilíbrio com as atividades presenciais desenvolvidas nas componentes curriculares



correspondentes informadas acima. Consta mais a frente (anexo I) o respectivo regulamento que ordena as ações da prática de Estágio.

O Estágio Curricular Supervisionado de caráter obrigatório tem carga-horária de 400 horas, conforme a LDB 9.394/1996, art. 82, a Lei 11.788/2008, que regulamenta as atividades de estágio no país, a Resolução do CNE/CP 2, de 19/02/02, a e Resolução Nº 010/2015 - CEPE/UNESPAR.

8.5.1 ESTÁGIO CURRICULAR REMUNERADO NÃO OBRIGATÓRIO

O Estágio Curricular não obrigatório do Curso de História pode ser exercido por acadêmicos regularmente matriculados e visa estabelecer a relação entre conhecimentos teóricos e práticos necessários à formação do professor de História, ampliando a formação acadêmico-profissional do estudante mediante sua integração no mundo do trabalho. Conforme previsto no anexo I.

8.5.2 TRABALHO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO - TFES

Em função do perfil formativo do campus de União da Vitória, que orienta para uma habilitação plena e atuante nas licenciaturas e particularmente a de História, os graduandos e graduandas do 4º ano do curso, matriculado na Disciplina de Metodologia e Prática do Ensino de História II, deverá elaborar o Trabalho Final de Estágio – TFES, compondo a produção de um relato de experiência e um portfólio das atividades práticas de estágio, com planos de aulas e materiais didáticos, que deverão ser entregues ao professor(a) da disciplina ao final do ano letivo e apresentados em um seminário com o objetivo de ampliar o debate em relação a experiência adquirida em sala de aula. Esse seminário será organizado pelo professor da disciplina para expor os resultados obtidos pela prática do estágio ampliando a discussão sobre o ensino de história na rede pública e/ ou particular.



8.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -TCC

O curso de História estipulou dois trabalhos essenciais para a conclusão da graduação em Licenciatura em História, um vinculado ao ensino – Trabalho Final de Estágio Supervisionado -TFES - já descrito. Outro se encontra ligado ao exercício da pesquisa. Prescrito da forma de Monografia ou artigo científico o TCC pretende conferir habilidades e competências quanto a produção do conhecimento, e confere ao discente - dentro das competências específicas requerida tanto no ensino médio, quanto no ciclo da educação do ensino fundamental - saber-fazer e expertise profissional. O regulamento específico do trabalho de conclusão de curso se encontra o anexo II.

8.8 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) pretendem integrar de modo extracurricular o campo teórico e prático os conhecimentos cognitivos propostos pelo curso em uma dimensão que prioriza a participação dos discentes em eventos, seminários, congressos, feiras de conhecimento, e outras atividades correlatas, que possuam certificação em áreas do conjunto das Ciências Humanas, na área de Educação e outras ainda que se justifiquem como disciplinas auxiliares para o exercício da pesquisa em história, e mesmo da docência em ciência humanas. Como a BNCC prevê a formação para as competências e habilidades ligadas as linguagens e pensamento matemático, as áreas de Letras e Matemática também podem ser acatadas como de interesse válido no cômputo de sua carga horária.

A carga horária definidas como Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), estão delimitadas em 60 horas que deverão ser efetivadas ao longo dos 04 anos do curso, é de responsabilidade do discente se inscrever, participar dos



eventos e apresentar seus certificados de participação ao final do oitavo período ao coordenador de curso ou o professor designado para tal, para que efetive o registro de cumprimento. As atividades, são validadas pela coordenação do curso, em instrumento próprio do colegiado e relatado de forma oficial a Secretaria Acadêmica para lançamento em histórico do aluno.

8.9 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Expressivos são os números de crescimento do fomento à extensão universitária no Brasil e no Paraná, não diferentemente dentro do Colegiado de História desde 2009, através do apoio de agências de fomento federal e do Programa Institucional de Bolsa a Iniciação à Pesquisa - PIBIC – MEC/CAPES e agência de fomento estadual como a USF – Universidade Sem Fronteiras – do Estado do Paraná, pôde o departamento a alguns anos iniciar e desenvolver diversos projetos institucionais que ampliaram a ação e o alcance da licenciatura de história no contexto regional. Os projetos que integram o acadêmico a sua dinâmica de práticas profissionais, são os projetos de perfil extensionista que são subvencionados pelo governo do Estado do Paraná SETI, por intermédio de seu programa Universidade Sem Fronteiras - USF.

O Colegiado de história submete regularmente propostas e como já se afirmou anteriormente, atualmente cadastrado na divisão de extensão do campus há o projeto de extensão *Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR* articulador de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos porém com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de ressignificação da história e de seu papel na sociedade. Neste projeto, o colegiado conta com alunos bolsistas da



graduação, voluntários que atuam no arquivo histórico, descrito posteriormente, e que intenta publicizar material de acervo à comunidade de forma ampla e acadêmica de pesquisa.

Nesse processo de necessidade de ampliação da extensão, a relação entre ensino, pesquisa e extensão também foi pensada a partir da inclusão dos egressos do curso de história na estruturação dos projetos. Todos os projetos de extensão orientaram-se na articulação/participação de recém-formados, perspectiva essa que vem de encontro com a ampliação da formação acadêmica, experiência e valorização profissional, que reflete o Projeto Curricular de Curso e o compromisso com a educação em todos os seus níveis.

Uma determinada concepção de extensão universitária tem sido fruto de debates e discussões e no decorrer da história da universidade no Brasil passou por diversas transformações e “[...] durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania.” (FORPROEX, 2006, p. 20). A partir de então, com a reabertura de democrática a partir de 1984 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabelece que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão representa a base da organização das universidades brasileiras, e partindo de um amplo debate, em 2010 foi apresentando o seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2006).

Ao considerar o conceito de extensão definido pela FORPROEX e a determinação da Lei nº 1.300/2014, e a RESOLUÇÃO Nº 038/2020–CEPE/UNESPAR adotamos a seguinte classificação:

Art. 7º Para atender aos objetivos previstos na Resolução Nº 7/2018 MEC/CNE/CES, a curricularização nos cursos de Graduação e Pós-



graduação da UNESPAR deverá ser realizada de acordo com as seguintes modalidades, observando-se as especificidades de cada curso:

I – ACEC I: disciplina de caráter introdutório, apresentando aos discentes a fundamentação teórica da extensão universitária, a legislação vigente sobre o tema e possibilidades de desenvolvimento de ações extensionistas, com carga horária anual máxima de 30h (trinta horas), conforme diretrizes estabelecidas no PPC's dos cursos e de acordo com suas especificidades.

II – ACEC II: disciplinas obrigatórias e/ou optativas, com previsão de uma parte ou da totalidade de sua carga-horária destinada à participação dos discentes como integrantes da equipe executora de ações extensionistas cadastradas na UNESPAR, conforme diretrizes estabelecidas nos PPC's dos cursos e de acordo com suas especificidades.

III – ACEC III: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de ações extensionistas não-vinculadas às disciplinas constantes nos PPC's dos cursos de Graduação e Pós-graduação da UNESPAR.

IV – ACEC IV: participação de discentes como integrantes da equipe organizadora e/ou ministrante de cursos e eventos vinculados a Programas e Projetos de Extensão da UNESPAR.

V – ACEC V: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de atividades de extensão de outras instituições de ensino superior, com a creditação de no máximo 120 (cento e vinte) horas para esta modalidade.

Metodologicamente a extensão ocorrerá em vários modos, alguns deles inter relacionados:

A curricularização da extensão no Curso de História da UNESPAR no Campus de União da Vitória dar-se-á por meio do “Programa de extensão em História” intitulado “Histórias, Patrimônios Artes e Públicos” e do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História” intitulado “História, Cultura e Identidades”,

O “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História” estará vinculado ao programa de extensão do curso e é responsável pela integralização curricular da ACEC II, podendo apresentar propostas em ACEC III e IV e tem como objetivo integrar ações extensionistas às disciplinas específicas do curso.

Os professores que ofertam disciplinas em que a extensão é parte integrante do processo formativo, informam planos de ensino e atividades



extensionistas ao Coordenador de ACEC para vínculo a seu projeto integrador, bem como seus respectivos relatórios finais de atividades.

Os professores do colegiado que não possuem disciplinas em que a extensão é parte constitutiva do processo formativo, podem de modo individual propor por meio do “Programa de extensão em História” ações e projetos nas modalidades ACEC III e IV desde que vinculados a este último. Tais propostas podem ser de cunho cultural e/ou científico como: Grupos de dança e cultura afro brasileira, Projetos de memória e história oral, Projetos pedagógicos, eventos, serviços e cursos entre outros.

As disciplinas que integrarão o projeto integrador são: “Universidade e Sociedade I”; “Universidade e Sociedade II”; “Cultura Afro Brasileira”; “Educação Patrimonial e Ambiental- EPA”; “Didática da História; “Tópicos em Brasil Colônia” e as atividades do “Estágio Curricular Supervisionado I” (Metodologia e prática do ensino de História I e II), “Estágio Curricular Supervisionado II” (Metodologia e prática do ensino de História III e IV)

Assim, o “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História” vinculado a seu Programa garante 320 horas de extensão curricularizadas em disciplinas obrigatórias nas modalidades de ACEC I e II, conforme a carga horária prevista na tabela acima, podendo o discente efetivar práticas complementares ou substitutivas em até 120 (cento e vinte) horas para as ACECs III e IV.

Assim sendo alguns fatores são necessários destacar

a) Participação discente obrigatória nas ações curricularizadas anualmente nos ementários da disciplina Universidade e sociedade I e II que estão ligadas diretamente ao exercício da extensão de forma prática e teórica.



b) Participação discente obrigatória no programa de extensão ofertadas no âmbito do colegiado tendo em vista que conforme prescreve o regulamento; as atividades e projeto integrador são vinculados a este programa.

c) Participação discente obrigatória de 70 horas nas ações curricularizadas anualmente nos ementários das disciplinas Estágio Supervisionado I e II categorizadas como Pped em ACECs, que estão ligadas diretamente ao exercício da extensão.

d) Participação discente facultativa de modo complementar ou substitutivo nas ações de extensão propostas por docentes que apresentem projetos de extensão de cunho cultural e/ou científico como: Grupos de dança e cultura afro brasileira, Projetos de memória e história oral, Projetos pedagógicos, eventos, serviços e cursos entre outros.

e) Participação discente facultativa de programas de extensão ofertadas no âmbito da Pró Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC, Fundo Paraná ou Fundação Araucária sob acompanhamento dos docentes proponentes que podem estar ligados também a grupos de pesquisa bem como a outras Universidades que desempenhem atividades de mesma finalidade.

Sobre as ações desenvolvidas com as comunidades escolares regionais, cabe ainda ressaltar o lugar do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), que desde 2007 como uma iniciativa de aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior, IES em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. No Campus da UNESPAR, de União da Vitória com a especificidade de atender cursos de licenciaturas o Projeto Institucional do PIBID contempla a todas as áreas do conhecimento, por meio dos cursos da instituição: Ciências Biológicas, Filosofia, Geografia, História, Letras Português, Espanhol e Inglês, Matemática, Pedagogia e Química. As atividades do Programa são organizadas em grupos de estudos



semanais e atividades práticas em salas de aula da Educação Básica. O Campus de União da Vitória, exclusivo em licenciaturas, colhe os frutos do PIBID, no intuito de proporcionar mecanismos de promoção e maior inserção acadêmica desde os primeiros anos de sua formação no projeto político pedagógico das escolas públicas. Destacamos que, essa formação inicial antes de qualquer assertiva, aponta influências de princípios, fundamentos e concepções educacionais contemporâneas na dinâmica formativa das universidades públicas estaduais. Nesse sentido, o PIBID proporciona aos licenciandos menor distância entre a fundamentação teórico-metodológica recebida na universidade com a prática no contexto de escolas de Educação Básica, e, com as atividades planejadas e executadas pelos bolsistas evidenciam valiosos processos de formação de professores. O Programa pelo impacto que desempenha na formação docente necessita de constante implementação e manutenção numa perspectiva coletiva, valorizando as experiências (SILVA, 2016). O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID começou a ser desenvolvido nesta Instituição em 2010, integrando o curso de licenciatura com a Educação Básica, em convênio com a CAPES. Em sua primeira versão o Colegiado de História, atendendo a lei 10.639/03, explorou as questões étnico raciais, através do projeto História da África e da cultura afro-brasileira: para além das leis, rumo à cidadania. Atuando efetivamente em mais de uma dezena de escolas, o projeto foi capaz de articular uma proposta efetivamente extensionista na medida em que dialogou com escolas, associações de moradores, associações culturais, terreiros de Umbanda da região e outras universidades. Atualmente, e atendendo às novas exigências e configurações do Programa PIBID, as Práticas dos Componentes Curriculares o plano pedagógico do curso faculta o cumprimento de carga horária do PIBID em no máximo até 100 horas, considerando as demais dimensões formativas as quais podem interessar ao aluno.



Desta feita atendendo aos critérios vigentes a curricularização da extensão no Curso de História da UNESPAR Campus União da Vitória se dará nos seguintes componentes:

COMPONENTE	INTEGRALIZAÇÃO	CARGA HORÁRI A
ACEC I - Parte de Disciplina:	Universidade e Sociedade I Universidade e Sociedade II	20 hr 10 hr
ACEC II - Parte de Disciplina:	Universidade e Sociedade I Universidade e Sociedade II Cultura Afro Brasileira Educação Patrimonial e Ambiental Didática da História Direitos humanos, Diversidade e inclusão Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II	55 hr 65 hr 20 hr 30 hr 20hr 30 hr 30 hr 40 hr
ACEC III – Participação em projetos:	Programa de extensão em História da UNESPAR Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR	120 hr*
ACEC IV - Participação em Cursos e eventos do Curso/IES:	Programa de extensão em História da UNESPAR Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR UNESPAR	
ACEC V - Participação em Cursos e eventos de outras instituições	Cursos e eventos de outras instituições	
TOTAL		320



* Conforme previsto no §3º do Artigo 12 do Regulamento de atividades de extensão do curso de História podem ser desenvolvidas de forma complementar ou substitutiva diversas atividades referentes as ACECs III, IV e V

8.9 Pesquisa

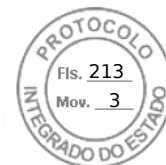
As pesquisas desenvolvidas no curso de Graduação em História foram marcadas por décadas de produção de conhecimento histórico e de interação com a comunidade científica e escolar. Desde a década de 1970 o dinamismo do curso de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV) se apresentava em atividades diversificadas, abrangendo exposições, seminários, divulgação de conhecimento, oficinas e cursos diversos.

A iniciativa da criação do *Centro de Pesquisas e Estudos Históricos* (CEPEH, em 1976) voltado à pesquisa histórica e a preservação do patrimônio cultural, seja ele local ou regional, enquadrava-se na perspectiva de uma “comunidade de compartilhamento de problemas e métodos” (Kuhn, 1970), estruturados na história tradicional, no historicismo e nas influências do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP), em sua maioria, articulado ao paradigma paranista.⁴²

Em fins da década de 1990, a criação do *Arquivo Histórico do Departamento de História* e de seu acervo documental visava contribuir com a formação de acadêmicos, professores e pesquisadores.⁴³ Ao mesmo tempo, essa iniciativa se associava à tarefa de vincular esta formação à extensão universitária, socializando

⁴² KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago, University of Chicago Press, 1970. Além da diversidade de publicações a partir deste período, veja-se também a série quase completa de Boletins do IHGPR disponível na Biblioteca Dante de Jesus Augusto. Para enfatizar essas ideias, sugerimos a leitura de ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Curitiba: UFPR, 2009.

⁴³No site da Unespar, campus de União da Vitória, o referido Arquivo Histórico está desatualizado, com link que direciona o consulente para um blog pessoal: <http://arquivofafiuv.blogspot.com/>



o conhecimento, tornando-o um capital social produzido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI-UV).⁴⁴ A organização arquivística e as pesquisas que dela resultam contribuem – ontem e hoje – não apenas para formar historiadores, mas para preservar os “vestígios de lugares e de memórias”, para refletir os desafios teóricos e metodológicos desse campo, além de ser possível planejar a relação institucional estabelecida entre esse espaço formativo, seus usuários e a sociedade.⁴⁵ Em termos historiográficos, nessa época, o colegiado de história era influenciado pelo debate em torno da “virada linguística”, do fazer historiográfico, das implicações na identidade do historiador profissional e sua escrita historiadora.⁴⁶ Simultaneamente, desde fins do século XX, outros campos da pesquisa histórica também se fizeram presentes, privilegiando-se a pesquisa em história cultural, a história política e a história do tempo presente, entre outras linhagens historiográficas.⁴⁷

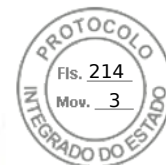
A ampliação do quadro docente do colegiado de história se deu com a realização de Concursos Públicos (1998, 2006 e 2014), embora a composição do quadro docente tenha se mantido deficitária na últimas duas décadas (com o número máximo de seis docentes efetivos nesse período). A ausência de concurso público para o curso de história impossibilitou a formação de grupos de pesquisa no campus e a participação de docentes nos programas de mestrado em Ensino de

⁴⁴ O Professor José Fagundes trabalhou na FAFI-UV entre os anos de 1991 e 2008. Sobre o assunto, ver FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social**: extensão, limites e perspectivas. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986; e FAGUNDES, J.; MARTINS, Ilton César. Autonomia Universitária: contribuição da FAFI ao plano estadual de educação. *Luminária (União da Vitória)*, v. 7, p. 77-82, 2005.

⁴⁵ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009, p. 9.

⁴⁶ Ver DOS SANTOS, W. G. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do linguistic turn: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019.

⁴⁷ FERREIRA, M. de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, 2018.



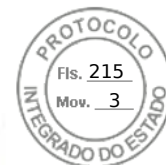
História (ProfHistória - 2016) e História Pública (2019) ofertados no campus da Unespar-Campo Mourão.⁴⁸

Apesar da a composição colegiada do campus de União da Vitória ser deficitária e de contar com a maioria de professores colaboradores/temporários, houve avanços a partir dos campos de pesquisa historiográfica a pouco delineados, através da oferta de cursos de Pós-graduação (*Lato sensu*). Entre elas, estavam História do Brasil (2002), História e Meio ambiente (2003), História do Brasil (2003-2007), Estudos de História Cultural (2008-2009), História e Sociedade (2009), Pós-História (2010). Para o ano de 2023, o colegiado de história ofertará a Pós-Graduação (*Lato sensu*) Gênero, diversidade e violência.

Institucionalmente a Pós-Graduação *Lato sensu* avançou com a criação do Instituto de Ensino, Pesquisa e Prestação de Serviços – IEPS (2000), sendo que as pesquisas eram complementadas com saídas de campo, apresentação e difusão de conhecimento histórico. Esses encaminhamentos possibilitaram a divulgação de pesquisas e a publicação de textos de referência, a partir de eventos anuais (Semanas de História) e do Colóquio Nacional de História e Historiografia no Vale do Iguaçu (2005). A repercussão dessas iniciativas envolvendo ensino, pesquisa e extensão, a partir da contribuição de Fagundes (1986), alargou-se com a qualificação de egressos do curso de história em programas de Pós-Graduação no Brasil, estimulando-se ainda mais a pesquisa e a formação continuada, apesar da ausência de oferta de Pós-Graduação – *Strictu sensu* na instituição.

Nesse movimento, podemos inserir a criação de programas de incentivo à pesquisa qualificada, que se colocava como meta da gestão do Prof. Dr. Eloy Tonon, Diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI-UV). Em 2006, criou-se o Comitê de Ética, Pesquisa e Extensão (CEPEX) - órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, a fim de salvaguardar a integridade e a dignidade dos participantes de pesquisas desenvolvidas na instituição, bem como

⁴⁸ Atualmente o Prof. Dr. Michel Kobelinski integra as linhas de pesquisa Saberes históricos em diferentes espaços de memórias (ProfHistória) e Memórias e Espaços de Formação (História Pública).



orientar as atitudes ético-normativas dos pesquisadores. Com esses procedimentos e a inclusão no Sistema CEP/Conep (Comitê de ética em Pesquisa; Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) almejava-se a excelência e a qualificação das pesquisas que envolvessem seres humanos, atendendo mesmo que tardiamente a Resolução CNS nº 196/96.⁴⁹

A alteração na matriz curricular Curso de História (2011-2012) produziu uma mudança no perfil do trabalho científico.⁵⁰ Partia-se do pressuposto de que a formação de profissionais capacitados passava pela articulação entre o ensino e a pesquisa. Assim, a monografia de graduação ou a produção de artigo científico se tornavam componentes curriculares obrigatórios, propiciando aos acadêmicos, situações de investigação e de formação docente mais densa e articulada, face a ausência de uma Pós-Graduação *Strictu sensu*, pesquisa em rede e internacionalização.

Nessa época em que a UNESPAR se consolidava enquanto instituição universitária, surgiram iniciativas envolvendo a criação de laboratórios, grupos e projetos de pesquisa/extensão - voltados, em geral, para a temática do Contestado. Entre as mudanças curriculares estavam a instalação do Laboratório de História Oral, que visa salvaguardar a memória regional, além da inserção da disciplina de História Oral (núcleo estruturante complementar), capacitando os acadêmicos em termos epistêmicos, técnicos, metodológicos e éticos, além de alavancar estudos relativos à história do tempo presente. Simultaneamente, a constituição do Laboratório de Aprendizagem Histórica – LAPHIS – tinha como objetivo o desenvolvimento da pesquisa/extensão.

Entre os anos de 2011 e 2020, a articulação entre o ensino e a pesquisa constava do Plano Nacional de Pós-Graduação e de uma Agenda Nacional de

⁴⁹É preciso sublinhar que vários projetos de pesquisa desenvolvidos na Unespar não têm trânsito em Comitê de Ética. Portanto, parte destas pesquisas fogem do controle da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação, inexistindo iniciativas de orientação e discussão desse delicado tema que envolve seres humanos. No colegiado de história, o Prof. Dr. Michel Kobelinski e uma equipe constituída elaborou o regulamento e presidiu o referido Comitê de Ética em Pesquisa entre os anos de 2006 e 2009.

⁵⁰ Cf. *Regulamento de Trabalho Monográfico para Produção de Artigo Acadêmico* (2011), que alterava o Regulamento de 2007.



Pesquisa. A melhoria da Educação Básica previa a “ampliação do atendimento na educação básica” e a “formação, qualificação e valorização dos profissionais da educação”, tendo como eixos a formação inicial e continuada através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e Programa de Residência Pedagógica (PRP).⁵¹ Nesse sentido, em razão dos problemas anteriormente apontados, o curso de História não teve condições de ofertar programas de mestrado profissional para qualificação de professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) na região de sua abrangência.

No tocante à internacionalização (ver item 9.9), o modelo adotado atualmente na instituição (*Internacionalization at Home, IaH*) não se articulou inteiramente à dinâmica do Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e ao campus de União da Vitória, por vários motivos. Isto explica, em parte, a inexistência de uma Pós-Graduação *Strictu sensu*. Como resultado, as ações nessa direção foram isoladas e de baixo impacto, tais como ausência de redes de pesquisa, linhas de pesquisa e colaboração científica, ausência de convênios, carência nas interações e trânsito de docentes/discentes do campus com universidades estrangeiras, comprometimento, planejamento e recursos institucional e estatal.

Em 2013 a pesquisa histórica se desenvolveu através de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq, sendo estes: *Cultura e sensibilidades, Música, cultura e sociedade, História Pública (em atualização ao grupo Cultura e Sensibilidades)* e por fim *Subjetividades, violência e morte*. É importante dizer que a vinculação dos professores (efetivos e colaboradores) a grupos de pesquisa de outras instituições universitárias, ampliou a troca de conhecimentos e promoveu a difusão da pesquisa histórica em vários campos. Por outro lado, entre 2014 e 2015, como resultado das alterações curriculares (2011-2012) e, sobretudo em relação à

⁵¹ Sobre o PIBID - 2010, o curso de História privilegiou o tema História da África e da cultura afro-brasileira: para além das leis, rumo à cidadania. Ver COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PNPG 2011-2020. Evolução do SNPG-PNPG-2011-2020. CAPES: Brasília, 2021.



produção de artigos - avaliados por professores do colegiado - surgiram as revistas *Mais que Amélias* e *Sobre Ontens* para centralizar a produção científica dos acadêmicos curso de história. No entanto, essa forma de disseminação de pesquisa local foi descontinuada.⁵²

Atualmente o colegiado conta com Laboratório de Processamento, Restauro e Conservação de Fontes Históricas Jurídicas (LAFJUR), que procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios para sua recolha, seleção, tratamento e conservação. A salvaguarda e a recepção de documentos tem como finalidade servir como material de consulta e como fonte de pesquisa. O LAFJUR mantém convênio com a Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, com fins de assessoria técnica e compartilhamento de acervos. Assim, a existência desse laboratório envolve tanto a pesquisa documental quanto o suporte ao desenvolvimento de atividades extensionistas.

No momento está sendo implantada uma seção do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com a UNESPAR. O objetivo é criar espaços de debate acadêmico-científico

⁵² Atualmente os referidos periódicos não estão vinculados ao colegiado de história, uma vez que se desviaram de suas funções primordiais e dos processos ético-normativos, ignorando os regulamentos internos para funcionar de maneira oculta e paralela para vincular suas imagens à UNESPAR com a pretensão de obter credibilidade e legalidade junto ao público universitário brasileiro. Como estas revistas também não atendem a Lei do Livro (Lei Nº 10.753, 2003), a Lei do Depósito Legal (Lei 10.994/2004) e os Processos de Avaliação pelos Pares, sua existência não é conhecida institucionalmente e, desse modo, seus editores não integram o *Portal de Periódicos da Unespar* (<https://periodicos.unespar.edu.br/>); tampouco seus editores permitem acesso às informações em site da instituição (Lei de Acesso à Informação, Decreto Nº 7.724/2012) ou atendem a Resolução de Periódicos da Unespar (Resolução nº 002/2022 – CEPE/Unespar), para atuarem como Membros de Comitê Editorial. As más práticas editoriais consistem na transformação de Anais de eventos on-line em livros eletrônicos (Simpósio Eletrônico Internacional de Ensino de História: <https://simpohist2021.blogspot.com/>) sem certificação válida pela universidade, valendo-se de editora inexistente (no caso, a *Sobre Ontens*), inobservância dos dispositivos presentes na Lei do Direito Autoral (Lei 9.610/1998), resultando em atos de má fé, cujo resultado é a disseminação e a superprodução de pesquisa acadêmica de forma irregular, através da qual currículos na Plataforma Lattes são alimentados com dezenas de “livros” e “capítulos de livros”, fazendo com os autores que participam dessas revistas/eventos incorram na artificialização volumosa da produção acadêmica.

interinstitucional, privilegiando temas da História Antiga, História Medieval ou ainda temas contemporâneos.⁵³

Os projetos de pesquisa docente são registrados na Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do campus.⁵⁴ Estes, também acolhem pesquisas discentes, procurando articulá-las aos grupos de pesquisa, à difusão do conhecimento, além de valorizar os vínculos com a extensão universitária e com a própria trajetória de pesquisa do alunado. Atualmente, as pesquisas desenvolvidas pelos docentes são as seguintes:

A) Everton Grein - TIDE: *Esmaragdo de São Miguel (760-840): pedagogia e doutrina no Renascimento Carolíngio*. Outro projeto: *Os Hispani na corte Carolíngia*.

B) Jefferson William Gohl -TIDE: *Sentidos da morte: Representações dos assassinatos e suicídios em processos crime da comarca de União da Vitória no início do século XX* ligado ao LAFJUR.

C) Kelly Cristina Benjamim Viana - 1) **TIDE**: *Dedo de anjo e osso de defunto: restos mortais, feitiçaria e Inquisição nos espaços luso-brasileiros (1670-1790)*. 2) **Projeto de pesquisa/extensão**: *Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR* ligado ao programa *Observatório polônes*.

D) Michel Kobelinski – 1) **TIDE**: *Museus, monumentos e comunidades: lugares de memória pública* ligado ao grupo *História Pública* e outros projetos: *Novas sensibilidades na América Latina: perspectivas históricas, literárias e políticas (séc. XVI-XXI)* este último alinhado ao

⁵³ No momento, o único link ativo para o Núcleo de Estudos Mediterrânicos. Ver: <https://www.facebook.com/nemed.ufpr>

⁵⁴ Atualmente o link para acesso à página de projetos de pesquisa do campus está inativo. Ver: <https://uniaodavitoria.unespar.edu.br/menu-principal/setores-1/divisao-de-pesquisa-e-pos-graduacao>



Grupo de História Pública (pesquisa em rede); 2) **Projeto de pesquisa/extensão**: Histórias, Artes, Patrimônios e Públicos.

PROJETOS DE PROFESSORES COLABORADORES

E) Alexandre Rodrigues de Souza - Investigação sobre os discursos médicos produzidos sobre as enfermidades venéreas no contexto escravista do Brasil Colonial.

F) Bruna Silva - Diálogos entre SBPC e ANPUH: direito de acesso e produção científica (séculos XX e XXI) (Vinculado à Universidade Federal Fluminense).

G) Jéssica Caroline Oliveira - **Projeto de extensão**: História, Cultura e Identidades

H) Naiara Krascheski Stadler - Fotografias da *DeutscheKolonialgesellschaft* em África (1884-1943).

I) Priscila Emanoeli Cozer - As cheias do Iguaçu: O Impacto da Enchente de 1983 na Memória Coletiva e na Construção Social dos Municípios de União Da Vitória (PR) e Porto União (SC).

Na graduação, em termos metodológicos, a pesquisa ocorre de forma regular e interrelacionada. A participação discente é obrigatória nas disciplinas que estão ligadas diretamente ao exercício da pesquisa individual e autônoma, através das disciplinas de Introdução à Pesquisa Histórica e Produção Monográfica. Nessas disciplinas, a elaboração de monografia/artigo também envolve a produção de materiais didáticos e planejamento pedagógico, os quais são atrelados à Prática dos Componentes Curriculares, à Extensão Universitária. Eventualmente estas

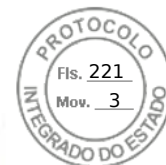


pesquisas podem ser inscritas em Programas de Iniciação Científica, coordenados pela Pró-Reitoria da Pesquisa da UNESPAR (PRPPG).

8.10 INTERNACIONALIZAÇÃO

Na UNESPAR, a Política Institucional de Internacionalização, estabelecida através da Resolução nº 001/2018, articula as esferas estadual, federal e internacional aos princípios de promoção, fomento e consolidação de ações de internacionalização, abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Em tese, a política de internacionalização, coordenada pelo Escritório de Relações Internacionais (ERI, Resolução nº. 005/2016), articulada às Pró-reitorias, assistiria a comunidade acadêmica da UNESPAR, tanto em estabelecer relações com instituições estrangeiras (e nacionais), para promover a “interculturalidade e a cidadania global”, quanto em promover mobilidade física e virtual de professores, agentes universitários e estudantes (Resolução nº 001/2018, p. 6).

O processo de internacionalização, preconizado como caminho e compromisso interinstitucional, intercultural, intelectual e social, sinaliza para trocas de conhecimentos científico, cultural e tecnológico, além da formação de redes colaborativas interinstitucionais, com mobilidade de docentes e discentes, com vistas a uma formação cidadã universalizante. Contudo, as ações de implementação e promoção de uma cultura de internacionalização, envolvendo Graduação e Pós-Graduação, deixam a desejar devido a ausência de articulações, recursos financeiros e, até mesmo, de projetos em rede. As ações existentes se restringem a ações isoladas, processos burocráticos e a mapeamentos individuais e desarticulados da realidade universitária. Portanto, a sensibilização, o estímulo e a orientação da comunidade acadêmica em torno da internacionalização e, conseqüentemente da circularização de saberes, são limitados, à exceção de poucos projetos e convênios dos Programas de Pós-Graduação da Universidade, articulados às ações do ERI.



A internacionalização da Educação Superior na Unespar parte do conceito de Internationalization at Home (IaH), do qual decorre o princípio da universalização curricular (Internationalization of the Curriculum), centrado em habilidades e competências interculturais. Isto, “sem, necessariamente [o aluno], precisar sair do seu país de origem”, além de o processo de internacionalização considerar que a formação curricular não é responsabilidade exclusiva do ERI, mas de toda a instituição. É por este motivo que se criou o Comitê de Internacionalização da Unespar – COMIT, embora que tal política de descentralização não tenha discutido as novas ações e papéis de toda comunidade universitária nesse processo. É importante dizer que é necessário levantar demandas docentes e discentes, os quais, certamente pretendem um modelo de currículo acessível, inclusivo e qualitativo, através de experiências na universidade de origem, e também, nas instituições estrangeiras. Acrescente-se, que a Internacionalização em Casa prevê a existência da pesquisa internacional em rede, organização e preparação de docentes, discentes e gestores para atuar no processo, além de uma política institucional clara de investimentos.

Nessa linha de argumentação, o Programa de Internacionalização da Unespar (PIU) é pouco conhecido e difundido internamente. A princípio, devido à gestão do Eri ser constituída em plena pandemia do Covid-19 (2021-2021). Como desfecho a política de descentralização do Eri através de um Comitê de Internacionalização (COMINT), mapeamento de ações de internacionalização da comunidade acadêmica, ou mesmo de Disseminação da Cultura de Internacionalização, tem baixa divulgação e adesão pela comunidade acadêmica e mesmo pelos colegiados de Graduação e Pós-graduação. Quando muito, constituem-se apenas em iniciativas ou lustros de internacionalização, através de visitas de professores estrangeiros para palestras e minicursos.

No colegiado de História do campus, iniciativas desta natureza, embora desafinadas com a atual Política Institucional de Internacionalização, começaram a ser discutidas, tendo como objetivos potencializar experiências pessoais,



aprendizados, fortalecimento curricular, estratégias para evitar a evasão acadêmica, convênios e projetos de cooperação internacional.

Considerando o último quinquênio, o Departamento de História recebeu, em 13 de junho de 2017, a Professora Dr^a Olga Alicia Gallardo Milanés, da Universidade de Holguín - Cuba, para ministrar a palestra “A Revolução Cubana: desafios contemporâneos, por intermédio do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Unespar, campus de Campo Mourão.

Em 2019, o campus de União da Vitória recebeu o Professor visitante, Dr. Jorge Alberto Kulemeyer, Universidade de Jujuy, Argentina, na Jornada de Trocas, Interação e Interlocução (8 a 12 julho de 2019), cuja palestra no campus foi “Diálogos histórico-antropológicos: La danza de los Diablos”. A iniciativa de natureza científica e extensionista estava vinculada aos preceitos do Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020, destacando-se ações de internacionalização e de cooperação internacional e de produção científica.

Atualmente, através dos colegiados de história do campus de União da Vitória e do Programa de Pós-Graduação em História Pública, campus de Campo Mourão, assinou-se o Convênio de Cooperação Científica com a Universidade de Quilmes, Argentina, Mestrado em História Pública e Divulgação da História (Diário Oficial do Paraná, 20 de abril, de 2022, p. 44). As tratativas em torno de um projeto comum de pesquisa já foram iniciadas e contam com atividades em rede. Citamos aqui o evento “Historias, memorias y artes en el espacio público - Brasil y Argentina (24/03/2022), vinculado ao Project Manager Explorers and Delegate Steering Committee, da International Federation for Public History, IFPH-FIHP, além da Convocatória Projectos de construcción de narrativas y acciones de Historia Pública y divulgación social de la Historia (12/04/22). Em termos de Programação para o corrente ano, haverá intercâmbio de professores visitantes do Brasil e da Argentina, nos meses de outubro e novembro. Ainda assim, é preciso pontuar a participação



de membros do colegiado na Federação Internacional de História Pública e no Comitê Editorial da Revista Public History Weekly.

Entendemos que a internacionalização do Ensino Superior abrange uma dimensão estratégica da universidade e, através dela, podemos pensar no desenvolvimento humano, ético e competente. A internacionalização do currículo e de atividades que possam torná-la dinâmica, crítica e inclusiva, é um caminho para alcançarmos a qualidade no Ensino Superior, seja através de interações, convênios e parcerias, seja através de projetos em rede, voltados para o ensino, pesquisa e extensão.

8.11 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

A nova matriz curricular mantém uma relação estreita com a anterior sendo que todas as disciplinas ofertadas anteriormente foram mantidas quase em sua totalidade a exceção da alteração da disciplina de Antropologia e história dos povos indígenas e História e Cultura Afro-Brasileira que foram agregadas em uma única opção na grade de 2023 sob a nomenclatura de Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena. Assim sendo o aluno tem como optar segundo o quadro de equivalência de maneira a não perder nenhuma carga horária já realizada. Sendo que tendo já efetivadas em sua integralidade as duas disciplinas o discente pode ser dispensado daquelas que lhe correspondem. Inclusive a observância da quantidade de cargas horárias foram preservadas mesmo quando houveram desdobramentos de base anual para semestral, sem impacto considerável a exceção da disciplina de Iniciação a Pesquisa Histórica II que acresce de 30 horas, no entanto pela sua característica de Disciplina programada não apresenta dificuldades de cumprimento.

Quanto as optativas, o entendimento é que abre-se um leque maior de opções que se não foram cumpridas duas delas por parte do aluno que tinha vigência na matriz de 2019 pode-se estender o direito de cumprir também aquelas

disciplinas equivalentes de foram acrescentadas na matriz de 2023 a saber Linguagens e tecnologias no ensino de história e Direitos Humanos, Diversidade e inclusão sem prejuízo para o aluno pois já fará parte da oferta de disciplinas por parte do corpo docente do colegiado.

8.12 QUADRO DE EQUIVALÊNCIA EM RELAÇÃO A MATRIZ CURRICULAR EM VIGOR

Quadro de equivalências		
	Disciplinas 2019	Disciplinas equivalentes 2023
Dis	Psicologia da Educação	Psicologia da Educação
Dis	Didática da História	Didática da História
Dis	Metodologia e Prática do Ensino de História I	Metodologia e Prática do Ensino de História I
		Metodologia e Prática do Ensino de História II
Dis	Metodologia e Prática do Ensino de História II	Metodologia e Prática do Ensino de História III
		Metodologia e Prática do Ensino de História IV
Dis	História do Brasil Colonial I	História do Brasil Colonial I
Dis	História do Brasil Colonial II	História do Brasil Colonial II
Dis	História do Brasil Imperial I	História do Brasil Imperial I
Dis	História do Brasil Imperial II	História do Brasil Imperial II
Dis	História do Brasil República I	História do Brasil Republicano I
Dis	História do Brasil República II	História do Brasil Republicano II
Dis	História Antiga I	História Antiga I
Dis	História Antiga II	História Antiga II
Dis	História Medieval I	História Medieval I
Dis	História Medieval II	História Medieval II

Dis	História Moderna I	História Moderna I
Dis	História Moderna II	História Moderna I
Dis	História Contemporânea I	História Contemporânea I
Dis	História Contemporânea II	História Contemporânea I
Dis	Antropologia e história dos povos indígenas	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena
		História Oral
Dis	História da América I	História da América I
Dis	História da América II	História da América II
Dis	História da África	História da África
Dis	História e Cultura Afro-Brasileira	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena
Dis	Libras	Libras
Dis	Teoria da História I	Teoria da História I
Dis	Teoria da História II	Teoria da História II
Dis	Teoria da História III	Teoria da História III
Dis	Teoria da História IV	Teoria da História IV
Dis	Iniciação a Pesquisa Histórica	Iniciação a Pesquisa Histórica I
		Iniciação a Pesquisa Histórica II
Dis	Políticas Educacionais	Políticas Educacionais
Dis	Educação Patrimonial e Ambiental	Educação Patrimonial e Ambiental
Dis	História do Paraná I	História do Paraná I
Dis	História do Paraná II	História do Paraná II
Dis	Tópicos em Brasil Colônia	História do Brasil Colonial II
Dis	Universidade e Sociedade I	Universidade e Sociedade I
Dis	Universidade e Sociedade II	Universidade e Sociedade II

Dis	Optativa (01)	Optativa (01)
Dis	Optativa (02)	Linguagens e tecnologias no ensino de história
Dis	Optativa (03)	Optativa (03)
Dis	Optativa (04)	Direitos Humanos, Diversidade e inclusão
Est	Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado I
Est	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado II
Dis	Produção de monografia	Produção de monografia

8.13 RECURSOS NECESSÁRIOS

As instalações e equipamentos do curso de história buscam atender às necessidades de alunos e professores. Entre os anos de 2009 e 2012, graças aos recursos oriundos da Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia, a instituição ampliou sua estrutura física. O colegiado de história se beneficiou com este novo aparato que atualmente necessita manutenção e reaparelhamento. Destarte certa insuficiência do suporte físico e dos equipamentos que visam o desenvolvimento de ações individuais e coletivas, procura-se articular as experiências formativas e técnicas ao ensino, à pesquisa e à extensão. As condições de acesso e mobilidade aos ambientes do colegiado não são plenas, embora estejam previstas em projeto institucional.

Sala de Professores e Sala de Reuniões

A sala de professores e a sala de reuniões é um ambiente funcional e confortável. Este amplo espaço é utilizado com frequência (manhã, tarde e noite). Funciona como ambiente das reuniões de colegiado, as quais ocorrem regularmente às terças-feiras. Trata-se de um espaço multifuncional, destinado a leitura, pesquisa,

orientação, elaboração de projetos e orientações de trabalho final de Estágio Supervisionado, monografias e artigos. Neste espaço são arquivados todos os documentos recebidos e produzidos pelo corpo docente. Entretanto, o projeto original de construção não privilegiou a segurança. Sabe-se da necessidade da instalação de grades externas e investimento em segurança para que os bens patrimoniais sejam mantidos e preservados. Entre eles, alarmes e câmeras de vigilância. Pretende-se, ainda, complementar os aparos de luz (persianas) com blackout além da substituição de fechaduras com maior padrão de qualidade para que a sala ganhe ainda mais em comodidade. Por fim, o que deixa a desejar é a regularidade dos serviços de limpeza e higienização.

Instalações docentes	Quantidade/área
Sala do colegiado	01 (40 mt)
Mesa	01
Cadeiras	10
Armário baixo	01
Armário alto	01
Rack	01
Mural	01
Frigobar (Inoperante)	01
Computador/ wireless	01
Impressora Laser HP(Inoperante)	01
Impressora Laser Samsung	01
Ar condicionado	01

8.13.1 RECURSOS FÍSICOS, BIBLIOGRÁFICOS E DE LABORATÓRIOS

Recursos Físicos:Sala de estudo e de reuniões (discentes)

Os acadêmicos de história contam com um ambiente multifuncional. A sala de projetos que ganhou decorações alusivas à presença africana por meio de concurso acadêmico, serve a inúmeros propósitos: encontro de grupo de estudos, reuniões de alunos envolvidos em projetos de ensino e pesquisa, etc.

Instalações discentes	Quantidade/Área (m ²)
Sala compartilhada projetos	40 mt
Mesa	1
Cadeiras	15
Sofá 3 x 2 lugares	1
Armário baixo	1
Armário de aço	1
Arquivo – aço	1
Estante de madeira	1

Salas de Aulas

Em geral, as salas de aula possuem amplo espaço, mesas e cadeiras para 40 alunos e alguns recursos materiais. (Ventiladores, tela de projeção, eventualmente TV Multimídia compartilhada com colégio José de Anchieta).

Discriminação	Área (m ²)	m ² por estudante
4	50 m ²	1,25

Mobiliário e demais equipamentos

Especificação	Quantidade
Mesas	160
Cadeiras	160
Tela para projeção	04
Quadro reticulado	04
Ventiladores	08
Luminárias fluorescentes	24
Cortinas black-out	04
Data show	03



O colegiado de história possui carências históricas estruturais acumuladas quanto a manutenção de seu curso no que tange aos recursos humanos. Seja quanto a necessidade de pessoal contratado que atue no auxílio a coordenação de curso, seja no apoio aos laboratórios que possuem demandas específicas a cada caso e finalidade. Os professores regularmente submetem projetos aos editais que preveem bolsistas, estagiários ou monitores, mas recorrentemente tais editais têm privilegiado os programas que possuem, desenvolvimento de pós graduação em andamento. Sendo que atualmente dos quatro postos necessários conta-se somente com uma única bolsista que atende as necessidades do arquivo histórico e laboratórios.

Recursos humanos a serem contratados

Quant.	Setor	Função	Atividades
01	Sala do colegiado	Auxiliar de coordenação	Transcrição de atas, Arquivamento e organização da documentação, e secretariado da coordenação e CAHIS
01	Arquivo histórico	Auxiliar de catalogação	Higienização, Arquivamento e organização da documentação, elaboração de instrumento de pesquisa

Laboratórios:

- A) Laboratório de processamento, restauro e conservação de fontes históricas jurídicas -LAFJUR

O laboratório procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios arquivísticos para sua recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de processos criminais produzidos pelo poder judiciários e recebidos, para servirem como elementos de documentação, podendo à posteriori ser utilizados como elementos de estudo de caráter científico. Trabalhando conjuntamente docentes e discentes as fontes produzidas pelo poder judiciário pretendem-se basicamente analisar e problematizar as formas jurídicas, a cultura jurídica e os usos da justiça na região. Colaborando para a constituição e integração do acervo do Arquivo Histórico em sua base física, entende-se que isso, aliado às dinâmicas de pesquisa histórica fornece elementos necessários para que possamos problematizar as questões de raça, gênero, classe, escolaridade, desenvolvimento social, relações de violência etc. Possibilitando iniciativas de projetos extensionistas que oferecerão retorno à comunidade local à medida que os saberes ali gerados permitem dar respostas para a sociedade sobre sua própria constituição histórica. Inicialmente localizado anexo a sala técnica ao lado do Arquivo contando com uma pequena área, e equipamentos deve desenvolver seus trabalhos a partir de projetos de iniciação



científica, de extensão e trabalho voluntário vinculado aos programas da UNESPAR. A publicitação destes dados das pesquisas e ações ali desenvolvidas em eventos, trabalhos científicos, artigos e palestras pode e deve provocar uma reflexão conjunta sobre a relação entre justiça e sociedade numa das regiões mais pobres do Estado.

B) Arquivo histórico

Desde 1999, foi criado o Arquivo Histórico do antigo Departamento, Acervo Documental, com a finalidade de contribuir com acadêmicos professores e pesquisadores, em geral, que buscam o conhecimento do passado que é intrínseca ao ser humano que sempre preocupou-se com suas origens.

O Arquivo Histórico, localiza-se no bloco do campus de União da Vitória, da UNESPAR no Bairro de São Cristóvão embora esteja restrito a um espaço mínimo de 30 mt, é essencial para a formação acadêmica. Permitindo o estudo e a reflexão sobre uma dimensão dos estudos históricos e sua relação com o ensino, através de fontes diversas, propiciando aos alunos o estudo de fontes documentais importantes para a história local.

As atividades do Arquivo Histórico contribuem para a reafirmação e construção da memória e da identidade de sujeitos ou de grupos sociais locais e regionais. Nesse sentido, as funções arquivísticas estão direcionadas à preservação, manuseio, tratamento, conservação, catalogação e digitalização de documentos históricos e se aplicam direta e interdisciplinarmente na formação acadêmica da licenciatura baseada no uso de fontes documentais, ao mesmo tempo que garante a preservação da memória da comunidade em que está inserido, de quem recebe a documentação e para quem a disponibiliza para pesquisa.

Os documentos mantidos pelo Arquivo Histórico possuem uma importante diversidade, abrangendo originalmente a partir da doação do Fórum da Comarca de União da Vitória: Acidentes de Trabalho, Interdições e Marcações, Naturalização,

Reintegração de Posse, entre outros. Recentemente houve a incorporação de cerca de 400 caixas de arquivo contendo outro fundo que corresponde aos processos da Vara Criminal do fórum. Dessa forma, se torna possível, dentro de um trabalho conjunto e complementar, utilizando-se das técnicas de pesquisa em História Oral e do laboratório de História Oral, estabelecer vínculos de pesquisa e ensino fundamentais para a formação do licenciando e para a pesquisa.

A totalidade de documentos por hora não pode ser determinada, mas perfazem atualmente cerca de 600 caixas arquivo alocadas em 14 estantes de aço, das quais já se fez a análise de modelos de instrumentos de pesquisa, a digitalização e instrumentalização de cerca de 20 caixas e cerca de 600 processos e documentos diversos, bem como sua higienização, recuperação, organização e manutenção constante do acervo. Há atendimento para pesquisa ao público interessado a partir dos projetos de pesquisa submetidos pelo responsável pelo LAFJUR que dispõe de bolsistas que efetivam o trabalho e atendem aos pesquisadores. O acervo encontra-se aberto a professores, alunos e pesquisadores e possui modesta divulgação em meio eletrônico, vinculado a página da instituição mantenedora. No momento o Arquivo Histórico vem aguardando um sítio em específico, (<http://arquivofafiuv.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-08-17T12:58:00-07:00&max-results=7>) bem como hospedagem para seu acondicionamento e divulgação digital.

Discriminação

Arquivo	Área (m ²)	m ² por estudante
Sala de acervo	30	0,75
Sala técnica LAFJUR	15	0,12

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Armário de aço (4 gavetas)	1
Estantes de aço	14
Mesa	2
Bancadas	6
Cadeiras giratórias	5
Cadeiras fixas	5
Ventilador	1

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computador (desatualizados)	2
Ar condicionado	1
Desumidificador	2 (01 inoperante)
Impressora jato de tinta	1
Aparelho telefônico	1

Material de consumo

Especificação	Quantidade
Tesouras	05
Estiletes	03
Grampeador	02
Luvas de látex	01 cx
Máscaras	20

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários						
LAFJUR		Terça	Quarta		Sexta	
Horários		Tarde	Tarde		Tarde	

C) Laboratório de história oral

O Laboratório de história oral, documentação e mídia localiza-se no piso superior, lado direito ao final do bloco C da UNESPAR campus de União da Vitória, com área compartimentada na sala isolada acusticamente, para atividades de estúdio e gravações, e sala de processamento e guarda.

A História Oral registra o cotidiano e a memória de sujeitos em suas trajetórias social, política, cultural, entre outras. Sua idealização parte da necessidade de registrar memórias que ficaram nas franjas da história oficial. O



objetivo geral maior se trata de articular as questões teórico-metodológicas desenvolvidas junto a disciplina de História Oral, com as práticas de pesquisa em História Local. Além de o laboratório ser aberto à todas as disciplinas e/ou linhas de pesquisa, pretende-se o registro de experiências vividas de sujeitos que se inserem no âmbito de atuação da universidade. As pesquisas desenvolvidas pelos professores e, mesmo pelos alunos, estão em conformidade com a **Resolução 196/96**, de 16 de outubro de 1996, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Os projetos de pesquisa transitam no colegiado e no Comitê de Ética e Pesquisa da instituição (COEP). Este também é o caso das aulas experimentais que podem se vincular a projetos de pesquisa docente; segue-se o modelo de Aulas Práticas do COEP, com plano ou roteiro de aula e parecer do colegiado, assentados em ata. O roteiro das atividades laboratoriais abrange a coleta de depoimento, elaboração de ficha dos informantes, transcrição de relatos, uso de vídeos, organização de dados coletados, entre outros.

Como o laboratório de História Oral possui uma ampla frente de atuações suas normas de uso e funcionamento encontram-se descritas em projeto em anexo (Anexo IV) que ordena as atividades do Laboratório de história oral, documentação e mídia. Dependendo dos projetos individuais apresentados, seja de alunos seja, de professores poder-se-á complementar a pesquisa em História Oral com a documentação disponível no Arquivo Histórico. Projetos já desenvolvidos junto ao laboratório de história oral: *Folclore regional em foco* (2011) pela professora supervisora, Zuleide Matulle. *Imigração, Culturas e sociedade* (2012-2014) e *A origem das canções na vida comum no Vale do Iguaçu: um estudo acerca da recepção da produção fonográfica entre 1965 e 1985* (2015-2016) pelo professor supervisor Jefferson William Gohl.

Discriminação

Laboratório nº 2	Área (m ²)	m ² por estudante
------------------	------------------------	------------------------------

Laboratório de história oral	56	0,43
------------------------------	----	------

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Armários	2
Porta-arquivos	2
Estante de aço	1
Mesas	2
Cadeiras	22
Persianas e blackout	2

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/wireless	4
Notebooks	1
Scanner	1
Impressora	1
Mesa de som	1

Amplificador	1
Equipamento de áudio	1
Toca-discos prof.	1
Caixa de som	1
Piscina de áudio	1
Hd externo	1
Micro sistem	1
Kit iluminação	1
Flasch/carregador	1
Rádio toca-fitas	5
Refletor de luz	1
Microfones	4
Microfone de lapela	3
Câmeras fotográficas	11
Ar condicionado	2
Micro-gravadores digitais	7
Filmadora	3
Pedestais e suporte	3

Microfone externo (multidirecional)	1
Vara microfone	1
Pen-drive	35

Material de Consumo

Especificação	Quantidade
DVD	70

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários

D) Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE

O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE localiza-se no piso superior direito do início do bloco B da UNESPAR, constitui-se como espaço comum das licenciaturas nas dependências do Campus de União da Vitória, destinado a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, incentivando o desenvolvimento de metodologias voltadas à inovação das práticas pedagógicas; elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar e estímulo ao uso de tecnologias da informação e comunicação



(TICs) na articulação entre os programas da CAPES relacionados à educação básica.

O curso de história do campus de União da Vitória participa como subprojeto entre outros oito cursos de licenciatura do Campus, que tem seu projeto amplo coordenado pela professora Maria Ivete Basniak, contando com mobiliário e equipamentos modernos, e recursos bibliográficos e didáticos o laboratório e seus projetos tem a função de articular os cursos de licenciatura para além do Campus em direção a aproximação da educação básica em direção as descobertas e construção de novos modelos de aprender-ensinar e de transformação dos aspectos da realidade local e regional.

As equipes de trabalho devem buscar por meio do LIFE novas metodologias que propiciem a construção de conhecimento interdisciplinar, avaliações de recursos didático-pedagógicos, em perspectiva contextualizada, problematizando e incentivando o uso das TICs em interface com os modos de conhecer, apreender e ensinar na escola de educação básica e no curso de licenciatura em História.

A socialização das experiências adquiridas entre as licenciaturas constitui-se em etapa importante do processo e integração dos níveis inter e extra universidade. O colegiado de história, além dos equipamentos comuns do LIFE, dispõe de materiais específicos para seu uso e atuação, como material de expediente, papel A-4, tesouras, canetas e bibliografia sobre metodologia do ensino de história e de reflexão sobre o papel do professor em história à disposição de professores e alunos.

Especificação	Quantidade
Bancadas	3

Cadeiras	30
Quadro Branco	01
Tela multimídia	01
Armário de materiais História	01

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/wireless	13
Impressora 3D	01
Tablets	10

Recursos Bibliográficos: Biblioteca

As necessidades básicas na manutenção da oferta do curso e do desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão dizem respeito a uma atualização dos acervos bibliográficos conforme já apontado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Biblioteca Dante de Jesus Augusto - UNESPAR – Campus União da Vitória, é um setor estratégico aos cursos da Universidade e tem a finalidade atender discentes e docentes. Sua atividade principal é realizar empréstimo domiciliar e consulta, disponibilizando via Sistema PERGAMUM consultas presenciais e online, cujo catálogo abrange todo o acervo existente. A biblioteca oferece levantamento bibliográfico e possibilita presencialmente acesso ao Portal de Periódicos da Capes e empréstimo entre as bibliotecas da UNESPAR (COMUT). O acervo da biblioteca

conta hoje com: 33.011 títulos e 45.336 exemplares de livros em português, inglês, espanhol, francês e alemão, bem como teses, dissertações e periódicos.

Além do já descrito, a biblioteca conta ainda com espaço para estudo individual e coletivo e com computadores com acesso a internet para atender finalidades de pesquisa de discentes e docentes.

Suporte Estrutural

Discriminação	Área (m ²)	m ² por estudante
Biblioteca	375	2,92

Mobiliário

Especificação	Quantidade
ESTANTE / PRATELEIRA EM AÇO	120
ARMÁRIO DE AÇO	13
ESTANTE EM MADEIRA	01
FICHÁRIO / ARQUIVO EM AÇO	11
MESA PARA COMPUTADOR	04
MESA PARA IMPRESSORA	06
MESA EM FÓRMICA	08
MESA PARA TELEFONE	01
MESA REDONDA	03
SUORTE PARA ÁGUA	01
BALCÃO EM FÓRMICA	01
BALCÃO EM MADEIRA	02
PORTA FICHAS	02
CARRINHO PARA TRANSPORTE DE LIVROS	03
APARELHO DE TELEFONE	01
QUADRO DO SR. DANTE	01
QUADRO BRANCO COM MOLDURA	01
FICHÁRIO EM MADEIRA	01
PORTA LIVROS EM MADEIRA	01
PORTA JORNAIS	01
CAIXA EM MADEIRA PARA SUGESTÕES	01
RELÓGIO DE PAREDE	01

ARMÁRIO GUARDA-VOLUMES	01
ARMÁRIO ESTANTE SEM PORTAS	01
BIOMBO EM MADEIRA	01
KIT ALARME	01
CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR EXECUTIVA	06
CADEIRA FIXA COM 04 PÉS	34
EXTINTOR DE INCÊNDIO	01
VENTILADOR DE TETO	01
ESCADA COM 03 DEGRAUS	02

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores	07
IMPRESSORA JATO DE TINTA	01
IMPRESSORA MATRICIAL	04

9 QUADRO DE SERVIDORES

9.10 COORDENAÇÃO DE CURSO

COORDENADOR DO CURSO				
Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós- Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Everton Grein	História UNESPAR (2005)	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015 Mestre em História (UFPR) 2009	32	Efetivo TIDE

9.11 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre Doutor	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
1.	EVERTON GREIN	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015 Mestre em História (UFPR) 2009	40	Doutor	Efetivo/TIDE
2.	JEFFERSON WILLIAM GOHL	Doutor em história (UnB) 2014 Mestre em História (UFPR) 2003	40	Doutor	Efetivo/TIDE
3.	KELLY CRISTINA BENJAMIM VIANA	Doutora em História (UnB) 2014 Mestre em história (UFC) 2010	40	Doutora	Efetivo/TIDE
4.	MICHEL KOBELINSKI	PhD (UFPR) 2015 Doutor (UNESP/Assis) 2008 Mestre (UNICENTRO)1997	40	Doutor	Efetivo/TIDE

9.12 CORPO DOCENTE

PROFESSORES EFETIVOS					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre Doutor	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
1.	EVERTON GREIN	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015	40	Doutor	Efetivo/

		Mestre em História (UFPR) 2009			TIDE
2.	JEFFERSON WILLIAM GOHL	Doutor em história (UnB) 2014 Mestre em História (UFPR) 2003	40	Doutor	Efetivo/ TIDE
3.	KELLY CRISTINA BENJAMIM VIANA	Doutora em História (UnB) 2014 Mestre em história (UFC) 2010	40	Doutora	Efetivo/ TIDE
4.	MICHEL KOBELINSKI	PhD (UFPR) 2015 Doutor (UNESP/Assis) 2008 Mestre (UNICENTRO)1997	40	Doutor	Efetivo/ TIDE

PROFESSORES TEMPORÁRIOS					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós- Graduação	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
		Mestre Doutor			
1.	Alexandre Rodrigues de Souza	Doutor em história (UFF) 2018 Mestre em história (UFF) 2011	40	Doutor	CRES
2.	Bruna Silva	Doutor em História (UNIOESTE) 2019 Mestre em História (UNICENTRO) 2013	40	Doutora	CRES
3.	Jessica Caroline de Oliveira	Mestre em História (UEPG)2018	40	Mestre	CRES
4.	Naiara BatistaKrascheski Stadler	Doutor em História (UFPR) 2020 Mestre em História (UFPR) 2015	40	Doutora	CRES
5.	Priscila Emanoeli Cozer	Mestre em História (UEPG) 2017	40	Mestre	CRES





10 REFERÊNCIAS

- ANDES-SN para a Universidade Brasileira. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003.
- BRASIL, Secretaria de educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia. Secretaria de educação fundamental: Brasília. MEC/SEF, 1997.
- CALVINO, I. Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- CASTORIADIS, C. As Encruzilhadas do Labirinto Vol. III - O mundo fragmentado. RJ: Paz e Terra, 1992.
- DIAS, Ana Maria Iori. Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo, Paz e Terra, 1996
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.
- FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO ... Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção. [Rio de Janeiro], 1999.
- http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/themes/wp-simple/CURRICULOS/Parana_Diretrizes_Curriculares_da_Educacao_Basica_Historia.pdf
- <http://www.castelobranco.br/site/arquivos/pdf/Referenciais-Curriculares-Nacionais-v-2010-04-29.pdf>
- http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_antteriores.php
- http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_antteriores.php , 2003
- LEVY, P. As tecnologias da inteligência. São Paulo: Editora 34. S/d
- LUCKESI, C. C. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002
- LUDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a06v2274.pdf>
- MAGNANI, Ivetti. Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. Anais... Caxambu: ANPED, 2002.
- MARTINS, Estevão Resende. Educação e consciência histórica. In: CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. Educação histórica: teoria e pesquisa. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.



MAZZILLI, Sueli. Ensino, Pesquisa e Extensão: uma associação contraditória. Tese de Doutorado. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Questões curriculares e didáticas no ensino da História Antiga. In: Anais do I Simpósio Nacional de História Antiga. João Pessoa: Ed. Universitária, 1984.

MIRANDA, Marília G. de. O Professor Pesquisador e Sua Pretensão de Resolver a Relação Entre a Teoria e a Prática na Formação de Professores. In: O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papyrus, 5 ed, 2006, p.129-143.

MORETTO, V. P. Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORIN, E. Ciência com consciência - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NÓVOA, Antônio. O Professor Pesquisador e Reflexivo. Entrevista concedida em 13 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/antonio_novoa.htm Acessado em 22/11/2010

para a prevenção da violência. Brasília: UNESCO/UCB, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. A universidade pública e os desafios do desenvolvimento. La Insígnia: Brasil, 13 jan. 2005.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

REALE, Miguel. O homem e seus horizontes. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

RUSEN, Jorn In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RUSEN, Jorn. Aprendizagem histórica: esboço de uma teoria. In: Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: WA editores, 2012, p.79-89.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Boaventura Sousa. A universidade no século XXI. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. Aprender história: Perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

SILVA, Maria das Graças. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais... Caxambu: ANPEd, 2000.

Documentos consultados

UNESPAR. Relatório CPA 2011/12- Campus União da Vitória: 2013.



UNESPAR. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI -2011-2016.

UNESPAR. Projeto Político Institucional – PPI 2012.



11 ANEXOS:

ANEXO I

ANEXO I

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS, DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

TÍTULO I

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Art. 1.º - O Estágio Curricular Supervisionado é uma etapa obrigatória dos Cursos de Formação Docente de acordo com as Resoluções CNE/CP nº1/2002 e CNE/CP nº2/2002.

Art. 2.º - A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado, de caráter obrigatório, definida nos planejamentos curriculares dos Cursos de Formação Docente, será de 400 (quatrocentas) horas, conforme Resolução CNE/CP2/2002, distribuídas nas 3^{as} e 4^{as} séries.

Art. 3.º - A mesma Resolução prevê que os alunos e alunas que exerçam atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

§ 1.º - Para obter essa redução de c/h o aluno ou aluna, com amparo na Legislação vigente deverá apresentar documentação comprobatória à coordenação de estágio



do curso, do tempo de efetivo exercício no Magistério, na área específica, no Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano ou Ensino Médio.

§ 2.º - A coordenação de estágio do Curso analisará os documentos apresentados e emitirá parecer referente à dispensa.

§ 3.º - A referida dispensa não isentará o aluno ou aluna de apresentar relatório semestral das atividades docentes realizadas nas respectivas Escolas e nem da frequência às atividades que forem determinadas pelo/a professor/a orientador/a de Estágio em sala de aula por considerá-las prioridades na formação docente.

§ 4º - A Carga horária para as disciplinas de Estágio I e II, é distribuída da seguinte forma:

4 horas de observação e 6 horas de prática de estágio, sendo que, os estagiários que cursam Estágio I deverão cumprir a carga horária obrigatória no ensino fundamental, enquanto que, estagiários matriculados em Estágio II, deverão estagiar, preferencialmente, no ensino médio.

CAPÍTULO II

DO CONCEITO E OBJETIVOS

Art. 5.º - Considera-se Estágio Curricular Obrigatório as atividades educacionais de ensino-aprendizagem proporcionadas ao/a acadêmico/a pela participação em situações reais, realizadas em instituições de Ensino Fundamental e Médio.

Art. 6.º - Serão objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

I – Proporcionar ao futuro profissional um conhecimento real, preparando-o de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;



II – Elaborar projetos pedagógicos inovadores, viabilizando o desenvolvimento e avaliação dos mesmos;

III – Proporcionar experiência acadêmico-profissional orientada para a competência técnico-científica no trabalho profissional, no contexto das relações sociais diagnosticadas. Nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

IV – Promover a interação entre a Instituição formadora e a comunidade;

V – Produzir conhecimentos significativos na sua área de atuação, promovendo uma ação reflexiva na estrutura curricular do Curso e nas Instituições de realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

VI- Ofertar atividades extensionista nas escolas de atuação definidas no Art. 07 e outras comunidades escolares ou universitárias que porventura solicitarem ações relacionadas ao programa e ao projeto integrador do curso.

CAPÍTULO III

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 7.º - Constituir-se-ão campos de Estágio:

I – Estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio, da rede Municipal, Estadual e Particular situados no município de União da Vitória. Instituições de ensino de municípios vizinhos podem se tornar campos de estágio para acadêmicos/as do 4º ano do curso em situações específicas, dependendo da autorização do/a professor/a orientador/a do Trabalho Final de Estágio Supervisionado;

II – Instituições sociais, assistenciais e culturais da comunidade alvos de projetos ou programas de ensino, pesquisa e extensão que envolvam acadêmicos/as estagiários/as.



Art. 8.º - Os Estágios Curriculares obrigatórios, quando realizados em entidades públicas ou privadas, deverão ser precedidos da celebração de Convênio ou Acordo de Cooperação, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições de sua realização, quando solicitados pelas Instituições.

Art. 9º – As atividades a serem desenvolvidas pelo/a estagiário/a, bem como todas as condições de estágio, devem constar em Termo de Compromisso assinado pelo/a acadêmico/a estagiário/a, pela instituição concedente, pela coordenação de estágio do curso e direção do campus.

Art. 10 - O seguro de acidentes pessoais em favor do/a estagiário/a será providenciado pelo Setor de Estágio do Campus de União da Vitória da UNESPAR.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

Art. 11 - Da organização administrativa dos estágios da UNESPAR, campus de União da Vitória participam:

I. Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD

II. Centros de Áreas, Colegiados de Cursos, Coordenação de Estágios e Setor responsável pelos estágios no *Campus*.

Art. 12 - Compete à Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD:

I. definir e emitir políticas e regulamentos de estágio, em conjunto com os Conselhos Superiores afins;

II. manter serviço de assessoria permanente aos Cursos por meio de suas Diretorias afins;



- III. encaminhar as questões relativas aos estágios às instâncias universitárias competentes, quando for o caso;
- IV. participar, quando necessário, de reuniões relativas à organização e avaliação dos estágios;
- V. promover encontros e intercâmbios entre os responsáveis pelos estágios na UNESPAR, visando solucionar problemas e ou padronizar procedimentos;
- VI. Promover, juntamente com os Coordenadores de Curso e/ou Coordenadores de Estágios, intercâmbio com outras instituições sobre assuntos pertinentes aos estágios;
- VII. fornecer assessoria aos Coordenadores de Cursos e/ou Coordenadores de Estágios na elaboração, tramitação e divulgação dos Regulamentos Específicos/Próprios de Estágios dos Cursos de Graduação.

Art. 13 - Cabe às instâncias de cada *Campus* ou unidade:

- I. Cabe ao Setor responsável pelos estágios no *Campus*: emitir certificado de Estágio não Obrigatório, mediante requerimento do estudante, para computar como carga horária de atividade acadêmica complementar, de acordo com o Regulamento Geral de Atividades Acadêmicas Complementares da UNESPAR e Regulamentos Específicos dos Cursos, atendendo às especificidades de formação e ainda para os fins profissionais acadêmicos que se fizerem necessários;
- II. Cabe ao Coordenador de Estágio do Curso assinar os certificados de Estágios não Obrigatórios;
- III. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus* manter cadastro atualizado de todos os estudantes que estejam realizando Estágios não Obrigatórios, bem como especificar o local onde estão atuando;



IV. Cabe ao Coordenador de Estágios do Curso: manter cadastro atualizado de todos os estudantes do seu curso que estão realizando estágios, com especificação dos locais de estágios; assinar o Plano de Trabalho a ser firmado entre estudantes e concedentes de estágios; receber os relatórios circunstanciados sobre os estágios obrigatórios ou não obrigatórios e tomar as providências cabíveis, junto aos demais setores, quando necessário;

V. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus*: formalizar e firmar convênios mediante delegação, entre a UNESPAR e as unidades concedentes de estágios, visando estabelecer os campos de estágios para os estudantes da UNESPAR.

VI. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus* estabelecer controle de vigência dos convênios, analisando-os periodicamente e verificando a necessidade ou não de sua renovação, juntamente com o Coordenador de Curso ou Coordenador de Estágio, emitindo, quando necessário, seu parecer.

VII - Compete aos Diretores de *Campus*, Centros de Área e aos Colegiados de Curso proverem apoio logístico e de recursos humanos para formalização e realização dos estágios, nos âmbitos das suas competências regimentais.

Art. 14 - Da organização didática dos estágios participam:

I. Colegiado de Curso:

II. Coordenação de Curso;

III. Coordenação de Estágio;

IV. Professor/a da disciplina de estágio supervisionado;

V. Professor/a regente da escola/colégio campus de estágio;

VI. Professor/a orientador/a do Trabalho Final de Estágio Supervisionado;



VII. Acadêmico/a estagiário.

Art. 15 - Cabe ao Colegiado do Curso:

- I. estabelecer e definir diretrizes para o Estágio Curricular Obrigatório e para os Estágio não Obrigatório;
- II. elaborar o Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso e encaminhá-lo ao Colegiado de Centro, para sua aprovação, observado o Regulamento Geral de Estágio da UNESPAR e demais legislação pertinente;
- III. manifestar-se, quando solicitado pelo coordenador de curso, em matérias referentes aos estágios obrigatórios e não obrigatórios.

Art. 16 - Compete à Coordenação de Estágios do Curso:

- I. propor ao Colegiado de Curso o sistema de organização e desenvolvimento dos estágios;
- II - propor minuta do Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso, obrigatório e não obrigatório, com assessoria da PROGRAD, encaminhando-a ao Colegiado de Curso para análise e posterior aprovação pelo Conselho de Centro respectivo;
- III. definir os diversos campos de estágios, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, a fim de que sejam formalizados os convênios para o desenvolvimento dos estágios;
- IV. identificar os campos de estágios e possibilitar a inserção dos estudantes nos mesmos;
- V. coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades de estágios, em conjunto com os docentes orientadores/supervisores de estágios e com os supervisores de campo de estágio de modo a propiciar a real inserção dos estudantes;



VI. convocar, sempre que necessário, reuniões com os docentes envolvidos com os estágios, para discutir assuntos tais como: planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágios e elaboração e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

VII. organizar, a cada período do estágio curricular obrigatório, os campos de estágio, a distribuição dos estagiários entre os supervisores/orientadores de estágios;

VIII. Organizar os estagiários por grupos, quando for o caso, para estabelecer uma distribuição conforme as possibilidades de vagas nos campos de estágios, evitando superlotação em determinados locais e de acordo com as características do perfil profissional expressas no Projeto Pedagógico do Curso;

IX. assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Curriculares Obrigatórios;

X. avaliar os relatórios circunstanciados que indiquem desvirtuamento da função educativa do estágio, emitidos pelos orientadores/supervisores de estágios ou pelo responsável pelos convênios de estágios não obrigatórios e encaminhar à PROGRAD, após a análise do Colegiado de Curso e Conselho de Centro;

XI. organizar o Seminário de Ensino de História no final do segundo semestre do ano letivo para que estagiários/as apresentem os resultados de suas atividades e reflexões teóricas sobre ensino e aprendizagem da história.

XII. Checar se as ações de extensão estão adequadas e perfazendo as cargas horárias previstas.

Art. 17 – O curso de História terá, de acordo com as possibilidades de número de docentes, 01 (um/a) Coordenador/a e 01 (um/a) Vice coordenador/a de Estágios, eleito/a pelos seus pares, preferencialmente, dentre os docentes efetivos em Regime de Tempo Integral;



§ 1º Os docentes escolhidos como Coordenador e Vice coordenador de Estágios serão nomeados por uma Portaria do Reitor, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 3º O Coordenador e Vice coordenador de Estágios devem, preferencialmente, atuar como orientadores/supervisores de estágios durante a sua gestão.

§ 4º O Coordenador de Estágio deve ser membro nato do Colegiado de Curso, com a formação específica do Curso;

§ 5º O Vice coordenador deve colaborar com o Coordenador de Estágios em suas atribuições e substituí-lo em eventuais ausências e, em caso de vacância do cargo, deve assumir a função de coordenador de estágio, até que se realizem novas eleições.

Art. 18 – Caberá aos Professores/as de Metodologia de Ensino e de Estágio Curricular Supervisionado que devem ser habilitados/as na área específica do curso de formação, e preferencialmente com experiência no Ensino Fundamental e Médio.

I – apresentar formalmente, aos/ as estagiários/as, no início do período letivo, todos os aspectos legais que compreendam o processo de estágio curricular;

II - Orientar o processo de Solicitação de Campo de Estágio junto ao Núcleo Regional de Ensino da União da Vitória, através da plataforma e-protocolo.

III – coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com os/as demais professores/as orientadores/as dos temas de Estágio;

IV – Entrar em contato com os estabelecimentos oficiais do Ensino Fundamental e Médio, que ofertam estágio, para análise das condições do estágio, tendo em vista a celebração de convênios e acordos, quando for o caso;



V – organizar o Programa de Metodologia de Ensino especificando orientações das atividades de Estágio Supervisionado de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, acatando o Regulamento Geral do Estágio Curricular da IES;

VI – discutir as tendências atuais, teóricas e metodológicas referente ao ensino na área específica;

VII – orientar a elaboração dos Planos de Estágio, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades práticas realizadas pelos/as estagiários/as durante todo o processo;

VIII – informar ao/a aluno/a estagiário/a sobre as normas, procedimentos e critérios do planejamento, da execução e da avaliação das atividades de estágio supervisionado;

IX – manter contato sistemático com as escolas (supervisores/as) nas quais os/as estagiários/as cumprem atividades inerentes ao Estágio Curricular Supervisionado;

X – organizar e manter atualizada a documentação dos/as Estagiários/as e assinar as Certidões de Estágio;

XI – receber e analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos dos/as estagiários/as, registrando o controle efetivo das horas realizadas conforme estabelece a legislação vigente;

XII – propor à Coordenação de Estágio do Curso, quando necessário, o desligamento do/a Estagiário/a do campo de estágio;

XIII – dispensar eventualmente os/as Estagiários/as para atividades nas escolas e/ou biblioteca, apenas no horário destinado à disciplina de Metodologia de Ensino, observando o cumprimento das tarefas solicitadas;



XIV – permanecer na Instituição, mesmo quando a turma ou parte dela, estiver em outras atividades, ficando à disposição dos alunos e alunas que necessitem de apoio individual aos seus projetos;

XV- propor as ações extensionistas com cargas horárias previstas a cada série no regulamento de extensão do curso em conjunto com seus alunos nas escolas que constituem o campo de estágio.

XVI- entregar ao coordenador de ACEC do curso no início de cada ano letivo seu plano e ensino constante das atividades extensionistas previstas para as turmas, bem como o relatório ao final do ano das práticas realizadas.

Art. 19 – O/a professor/a regente da escola/colégio Campus de estágio deverá ser habilitado/a na área de atuação nas escolas e outras instituições de ensino parceiras, com um mínimo de dois anos de experiência, salvo se a instituição não possuir profissional com esse perfil.

Art. 20 – Ao/a professor/a regente da escola campo de Estágio, também responsável pelo acompanhamento do/a Estagiário/a no campo de estágio, compete:

I – fornecer aos/as Estagiários/as informações necessárias para a elaboração e execução do planejamento de estágio;

II – aprovar o Plano de Trabalho Docente e Planos de aula; sugerindo reformulações que se fizerem necessárias;

III – Preencher e assinar os instrumentos próprios de acompanhamento que lhes forem solicitados;

IV – acompanhar efetivamente o desempenho do/a estagiário/a, incentivando e apresentando sugestões que venham em seu auxílio, quando necessário;



V – informar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado qualquer mudança no planejamento ou outras situações que possam comprometer o andamento do estágio.

Art. 21 – Os/as professores/as das disciplinas do Curso responsáveis pela orientação dos planejamentos dos Planos de aula e do Portfólio de Estágio a ser executado e entregue pelo estagiários do 4º ano do curso, de acordo com sua área de conhecimento, compatível ao Planejamento Final de Estágio do/a acadêmico/a, compete:

I – estabelecer um cronograma em conjunto com o/a estagiário/a (seu orientando ou orientanda), respeitando a disponibilidade de ambos/as para os encontros necessários;

II – assinar a carta de aceite juntamente com seu/ua orientando/a;

III – analisar o Planejamento de Estágio do/a acadêmico/a e propor sugestões onde se fizer necessário;

IV – orientar a produção do material didático referente ao tema proposto no Planejamento de Estágio, atividades de prática de ensino, e acompanhar o processo de produção do portfólio de Estágio II.

V – comunicar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino o não comparecimento dos/as orientandos/as às sessões de orientações, já em fase inicial, registrando as ausências na Ficha de presença de orientações;

VI – acompanhar o/a estagiário/a que orienta em atividades de estágio nas instituições de ensino para avaliação e comunicar ao/a coordenador/a de estágios do curso suas considerações a respeito do desempenho do/a mesmo/a;

Art. 22 – O/a acadêmico/a-estagiário/a é /aquele/a que estará regularmente matriculado/a nas séries em que se realizam o Estágio Curricular Supervisionado.



Art. 23 – Ao/a acadêmico/a-estagiário/a compete:

I – comparecer às aulas previstas no horário, sendo obrigatória a frequência exigida por lei – 75% (setenta e cinco por cento) das aulas teóricas e 100% (cem por cento) das atividades no campo de estágio;

II – observar e respeitar as normas contidas no Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso;

III – definir com o/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado, o/a Professor/a Supervisor/a da Escola campo de estágio, os locais, períodos e formas para o desenvolvimento das atividades referentes ao Estágio Curricular Supervisionado;

IV – conhecer antecipadamente o campo de estágio em que atuará;

V – elaborar e executar o seu plano individual sob a orientação do/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado com acompanhamento do/a professor/a Supervisor/a da Instituição, campo de Estágio e do/a professor/a orientador/a do tema;

VI – apresentar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e do Estágio Curricular Supervisionado e ao/a Professor/a Supervisor/a, o Planejamento de estágio a ser desenvolvido, cumprindo rigorosamente as datas estabelecidas;

VII – a aplicação do Planejamento de estágio em escolas e/ou outras Instituições só poderá iniciar mediante aprovação por escrito do/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado bem como pela devolução das referidas fichas assinadas pelo/a professor/a supervisor/a e direção ou pedagogo/a da escola responsável pelo acompanhamento do mesmo;

VIII – desempenhar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado com responsabilidade e competência, observando as normas de ética profissional no desempenho das suas atividades;



IX - participar regularmente das aulas de Metodologia de Ensino, de acordo com o horário escolar previsto, recebendo informações precisas e sugestões para a melhoria de seus planejamentos, constituindo-se esses aspectos em fatores de avaliação;

X – preencher, encaminhar e devolver os instrumentos de acompanhamento e avaliação, em anexo ao seu Planejamento de Estágio Supervisionado;

XI – entregar ao/a professor/a de Metodologia de Ensino (Orientador/a de Estágio) em data previamente fixada, o Relatório abrangendo todos os aspectos relativos ao Estágio;

XII – comunicar e justificar com antecedência, ao/a Professor/a Supervisor/a (campo de estágio) e ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio sua ausência em atividades previstas no plano de estágio;

XIII – repor as atividades previstas no plano de estágio, cuja justificativa da ausência foi aceita pelo/a supervisor/a e Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio.

XIV- cumprir as atividades extensionistas propostas pela professora responsável pela disciplina de Metodologia e Prática do Ensino de História.

DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Seção I

Das Atividades de Prática de Ensino como forma de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório



Art. 24 – A Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado, como componente acadêmico, fornece ao/a aluno/a, como futuro/a professor/a, acesso ao conhecimento das tendências atuais de ensino nas diferentes áreas e experiências profissionais por meio do exercício da competência técnica, em três momentos:

I – na Universidade – no preparo das atividades de Estágio;

II – nos estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio, efetivando o Estágio;

III – na Universidade, posteriormente, para análise e avaliação.

Art. 25 – As atividades a serem desenvolvidas pelo/a estagiário/a devem constar no Plano de Estágio do/a Professor/a de Metodologia de Ensino (orientador/a de estágio);

Art. 26 – As atividades de Estágio Supervisionado num total de 400 (quatrocentas) horas abrangem as seguintes atividades:

I – análise da estrutura e funcionamento de escolas e suas decorrências para o processo de ensino-aprendizagem;

II – análise de livros didáticos e programas executados em Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio;

III – estágios de coparticipação:

- a) análise de dinâmica da prática docente desenvolvida em escolas de Ensino Fundamental e Médio;
- b) estágios de regência: execução de propostas didáticas, apresentação de estratégias pedagógicas e materiais didáticos em situações concretas de ensino-aprendizagem;



IV – análise de experiências pedagógicas bem sucedidas e materiais didáticos, por meio de pesquisas e em projetos especiais.

V – estágios com projetos de reforço escolar, minicursos e oficinas pedagógicas;

VI – estágios com projetos de ensino voltados a regência de classe no ensino Fundamental e Médio na terceira e quarta série;

VII – relatórios das atividades desenvolvidas;

VIII – Produção do portfólio, referente à sua experiência de estágio, que deverá ser apresentado no Seminário de Ensino de História que será realizado no segundo semestre do 4º ano de curso. Este portfólio deverá ser escrito segundo as normas da ABNT vigente.

IX- atividades de extensão de diversas naturezas, de forma *on line* e nas escolas que constituem o campo de estágio distribuídas em 30 (trinta) horas para a terceira série e 40 (quarenta) para o quarto ano do curso.

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 27 – Dar-se-á conforme as seguintes modalidades:

I – Supervisão semidireta: o/a Professor/a de Metodologia de Ensino e de Estágio Supervisionado fará acompanhamento e orientações individuais e coletivas ao/a estagiário/a na Universidade, e contato sistemático ao campo de estágio com o/a professor/a supervisor/a, regente da classe onde o/a acadêmico/a irá estagiar.



II – Supervisão direta: acompanhamento pelo/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado por meio de relatórios, reuniões, seminários de apresentação dos resultados dos projetos de estágio e presencial por amostragem. E acompanhamento pelo/a professor/a orientador/a do trabalho final de estágio supervisionado, da 4ª série, na elaboração do planejamento, material didático e artigo sobre o estágio.

III – Supervisão direta e presencial pelo/a professor/a supervisor/a da escola campo de estágio, em todas as atividades do/a acadêmico/a na escola, e dos/as professores/as da disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de História e orientador/a do TFES em aulas ministradas pelo/a acadêmico/a na escola/colégio.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO

Do Estágio Supervisionado e da Disciplina de Metodologia de Ensino

Art. 28 – A Avaliação será parte integrante do processo de formação devendo ser de forma sistemática, contínua e global durante o transcorrer das Práticas de Estágio, obedecendo às normas legais vigentes e o que preconiza este Regulamento.

Art. 29 – A sistemática de avaliação será desenvolvida cooperativamente por estagiários/as, professores/as orientadores/as e supervisores/as.

§ 1º - O conjunto de critérios da avaliação resultará em uma nota única que deverá ser encaminhada ao SCA, ao término das disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado.

§ 2º - Os critérios de avaliação contemplam, entre outros, instrumentos como: elaboração de planejamento de estágio, execução das atividades



em campo de estágio, apresentação de relatórios, provas de conhecimento, seminários, especificados no plano de ensino das disciplinas de Metodologia e Prática de Ensino de História I e II e Estágio Supervisionado I e II.

Art. 30 – O controle de frequência e aproveitamento da disciplina de Metodologia de Ensino será efetuado em diário de classe próprio e do Estágio em Fichas específicas para isso.

Art. 31 – O processo de avaliação da disciplina de Metodologia do Ensino e do Estágio nas 3.^{as} e 4.^{as} séries envolverá o cumprimento das atividades solicitadas nas datas estabelecidas durante o ano letivo, pelo/a Professor/a de Metodologia de Ensino e do Estágio Supervisionado, e os registros serão anuais.

Art. 32 – A aprovação na disciplina de Metodologia do Ensino exigirá frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas-teóricas (sessões de orientações), e no Estágio Supervisionado 100% (cem por cento) nas atividades desenvolvidas em campo de estágio e nota mínima 7,0 (sete), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) para ambas as disciplinas.

Art. 33 – Os acadêmicos, nas 3.^{as} e nas 4.^{as} séries, deverão desenvolver Projetos de Ensino em Escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio, com participação de 100% na carga horária estabelecida para o projeto e a nota mínima para aprovação 7,0 (sete), independente das notas obtidas nas outras atividades;

Parágrafo único: deverão desenvolver as atividades de extensão previstas no planejamento do professor, e a vinculação de nota na condição de outras atividades fica a critério do (a) professor(a) da disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de História



Art. 34 – Se a nota, obtida na aplicação do projeto for inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro) o mesmo deverá ser reformulado e aplicado novamente em tempo hábil, mantendo-se a exigência da nota 7,0 (sete) para aprovação, sendo esta a média final da disciplina composta pela média aritmética de todas as atividades realizadas no transcorrer do ano letivo.

Parágrafo único: Não se aplica as disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado, as normas referentes ao Exame Final.

Art. 35 – Documentos obrigatórios que compõe o Portfólio Final de Estágio:

- Termo de Compromisso de estágio;
- Carta de aceite do orientador;
- Relatório de observação;
- Análise do PPC do Colégio em que o estágio foi realizado;
- Planos de aula;
- Materiais didáticos utilizados;
- Relatório da prática de estágio;
- Ficha de frequência de estágio;
- Declaração de conclusão de estágio (assinada(o) pela(o) professor supervisor(a));

§ único: O portfólio completo deverá ser entregue impresso, encadernado, na ordem acima mencionada e, também, em *Portable Document Format* - PDF, durante o Seminário Final de Estágio.

Art. 36 – A coordenação de Estágio organizará e divulgará o cronograma das apresentações, em forma de editais afixados na Instituição;



§ 1º: a nota final da disciplina de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado constará da média aritmética das seguintes notas: nota das atividades anuais, nota da aplicação do Projeto de Ensino na escola e a nota da construção e apresentação do Portfólio Final de Estágio Supervisionado – TFES.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - As atividades e determinações específicas das Licenciaturas deverão constar nos Planos de Ensino dos/as Professores/as de Metodologia de Ensino (no Projeto de Estágio do Curso e no Projeto Político – Pedagógico do Curso).

Art. 38 – O cumprimento das horas de Estágio Curricular Supervisionado será em horário contrário ao funcionamento do Curso, salvo exceções, decididas em conjunto com o/a Professor/a de Metodologia do Ensino e de Estágio.

Art. 39 – O acompanhamento e o registro das atividades previstas na presente Resolução serão efetuados em fichas padrões.

Parágrafo único: o registro das atividades extensionistas e seu encaminhamento para creditação ocorrem vinculados ao projeto integrador a cargo do coordenador de ACEC do colegiado.

Art. 40 - Em tempos de emergência o Estágio Supervisionado poderá seguir outras documentações ou regimentos vigentes em níveis de Universidade, SEED e MEC.



TÍTULO II

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 41 - O local de estágio será selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelo setor responsável pelos estágios nos *campi* da UNESPAR e/ou pelos agentes de integração.

Art. 42 - O estágio, sendo considerado como ato educativo, deverá ser realizado em área e local compatíveis com o Curso no qual o estudante esteja matriculado, sendo expressamente vedado o exercício de atividades não relacionadas à sua área de formação.

Art. 43 - Constituem-se campos de estágio as entidades de direito privado, as instituições ou órgãos da administração pública, as instituições de ensino e



pesquisa, públicas e privadas, os próprios *campi* da UNESPAR e a comunidade em geral, desde que apresentem condições para:

- I. planejamento e execução conjuntas das atividades de estágios;
- II. aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de formação para o mundo do trabalho;
- III. vivência efetiva de situações reais de vida e de trabalho, compatíveis com o campo profissional de atuação, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, no Projeto Pedagógico do Curso e demais legislações pertinentes em vigor;
- IV. avaliação e acompanhamento conjuntos, das instituições formadora e cedente.

Art. 44 – de acordo com a Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História além das práticas docentes (regência, planejamento, avaliação escolar e elaboração de materiais didáticos), estudantes e graduados/as da licenciatura em História podem atuar em arquivos (públicos ou privados), museus e espaços culturais, preservando, restaurando, digitalizando e instrumentalizando para pesquisa documentos que possibilitem a pesquisa histórica, bem como auxiliar na pesquisa a tal documentação ou ainda, orientar visitas a patrimônios históricos, museus e casas de cultura.

Art. 45 – Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.



ANEXO II

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC DO CURSO DE HISTÓRIA

Justificativa

A exigência da Monografia é prevista em matriz curricular do Curso de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação desde 17 de setembro de 2001 – Processo 558/00 e nesse sentido sua produção tem caráter obrigatório.

Partindo do pressuposto de que o ensino de graduação, na medida em que visa a formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, instituímos também a produção do Artigo Acadêmico como componente curricular obrigatório na matriz proporcionará aos alunos a vivência de situações de investigação científica além de o contato com a pesquisa histórica, imprescindível para a formação do historiador, constitui também elemento indispensável para formar bons professores.

A presente modificação no regulamento para realização de trabalho monográfico/artigo acadêmico vem ao encontro de um debate realizado entre os docentes do Curso de História e a comunidade acadêmica, os quais constataram a necessidade de empreender algumas modificações no perfil do trabalho científico realizado pelos discentes. Isso se deu por algumas razões que foram evidenciadas desde a implementação do texto monográfico, as quais foram:

- a) Sendo um curso de Licenciatura em História, o trabalho principal dos alunos é o Trabalho Final de Estágio Supervisionado-TFES, que demanda atenção especial no planejamento das aulas e produção de material didático.
- b) O trabalho monográfico, enquanto produção derivada da pesquisa, pode também ser feita num formato que possibilite o desdobramento para publicação e apresentação em evento científico.



c) Por fim, isso diferenciaria substancialmente a estrutura do TFES do trabalho monográfico, evitando redundâncias na formulação do texto científico.

Art. 1º Será facultada ao aluno a realização do texto monográfico, de 30 a 50 páginas.

§ 1º. Conforme definido conjuntamente entre orientador e discente, pode ser adotado o formato de artigo científico, de acordo com as regras da ABNT, de 15 a 20 páginas.

Art. 2º A Monografia/artigo deverá ser construída/o durante a terceira série, orientado por um professor pertencente ao departamento de História, ou outro colegiado desde que o orientador tenha conhecimento sobre o tema escolhido pelo aluno.

§ 1º. As orientações deverão ser distribuídas entre os docentes procurando respeitar igualdade para todos os professores do colegiado, observando-se a temática e a área de conhecimento dos orientadores.

§ 2º. O tempo para as orientações está previsto no horário de atendimento acadêmico dos docentes informados no início de cada ano em edital da coordenação de curso, e os docentes orientadores terão atribuídas a sua carga horária, uma hora aula semanal a cada acadêmico orientados conforme regulamentos da UNESPAR.

§ 3º. Quando não houver professor orientador pertencente ao Colegiado do Curso com conhecimento sobre a temática escolhida pelo aluno, este poderá ser orientado por professores vinculados a instituição, desde que exista anuência do Colegiado do Curso e do Professor Convidado.

Art. 3º O acadêmico no 3º ano deverá apresentar Projeto de Pesquisa o qual deverá ser aprovado pelo professor da disciplina de Iniciação à Pesquisa em História.

Art. 4º. O acadêmico deverá para a elaboração de Monografia e/ou artigo cumprir no mínimo duas sessões mensais de orientação com seu professor orientador, apresentando o que foi solicitado pelo mesmo, para correção e orientação à produção escrita e entregando as correções solicitadas anteriormente.

§ 1º. As frequências ou ausências serão registradas em fichas e posteriormente em sistema para a disciplina.

§ 2º. O trabalho para correção final deverá ser entregue pelo acadêmico ao seu orientador na primeira semana de outubro do ano em que cursa a disciplina



§ 3.º A monografia em sua versão final deverá ser construída dentro do rigor metodológico e possuir entre 30 e 50 páginas.

§ 4.º O artigo em sua versão final deverá ser construído dentro do rigor metodológico e possuir entre 15 e 20 páginas

§ 5.º O acadêmico que não entregar o trabalho conforme prevê os parágrafos anteriores, será automaticamente reprovado.

Art. 5.º O professor orientador terá 15 dias a partir da data do recebimento da Monografia/Artigo para devolver o trabalho corrigido ao acadêmico a fim de que o mesmo proceda as alterações que ainda forem necessárias.

§ 1.º Uma cópia do trabalho em sua versão final corrigida deverá ser entregue ao orientador em último prazo até 30 dias antes da entrega das notas finais ao SCA, definidas anualmente.

§ 2º Uma cópia do trabalho em sua versão final corrigida deverá ser entregue ao segundo professor parecerista na mesma data acima para a leitura e avaliação no seminário de pesquisa.

Art.6º. Existe banca examinadora para avaliação do trabalho de Monografia/Artigo.

Art. 7º. A escolha do segundo professor, leitor e parecerista do trabalho que compõe a banca, é realizada de comum acordo entre o discente e o docente que realiza sua orientação.

Art. 8º. O Seminário de Pesquisa em História que configura a apresentação das bancas ocorrerá a partir da segunda semana do mês de novembro e será organizado pelo professor que é responsável pela disciplina de produção de monografia, sendo que, publicará edital contendo nome dos alunos que tiverem em condições de apresentarem seus trabalhos e horário de suas respectivas apresentações.

Art. 9º. A Monografia/Artigo será apresentada, ao final do 4º ano, obrigatoriamente em banca no Seminário de pesquisa, acompanhado pelo orientador.

§ 1º. O acadêmico pesquisador terá de 20 a 30 minutos para dissertar sobre seu tema monográfico.

§ 2º. O orientador realiza a avaliação neste momento do trabalho ora apresentado expondo seu parecer, tendo para tal 05 a 10 minutos.

§ 1º. O professor parecerista convidado para a leitura da monografia também expõe seu parecer por ocasião do término da apresentação do trabalho e exposição do parecer do orientador, tendo para tal 05 a 10 minutos.



§2º. Não é emitida nota aberta ao público, e os pareceres escritos que contém a nota são entregues ao professor orientador, que anexa a planilha de orientações e frequência que encaminha a nota final ao professor responsável pela disciplina e produção de monografia.

Art. 10º. A avaliação de dará conforme os seguintes critérios a serem seguidos pelo orientador e professor parecerista convidado são:

Na inquirição da apresentação

a) Clareza de ideias: capacidade de apropriação, fidedignidade e diálogo no texto e por consequência na apresentação com os autores que embasam o trabalho – peso 1,5 (um e meio pontos)

b) Expressão: capacidade de expor com objetividade, no texto escrito e na apresentação oral, os argumentos desenvolvidos – peso 1,5 (um e meio pontos)
Na leitura e apreciação do texto:

c) Coerência textual: capacidade de organizar o texto com começo, meio e fim, ordenação metodológica, correção ortográfica e adequação de bibliografias e fontes de pesquisa, – peso 7,0 (sete pontos)

Art. 11º. Quando o aluno não cumprir com os requisitos estabelecidos pelo presente para a elaboração da Monografia/Artigo será reprovado na disciplina de “Produção Monografia”, exonerando o Professor orientador de qualquer vínculo com o acadêmico.

Art. 12º. Em caso de Reprovação do aluno este deverá cursar a disciplina em regime de dependência obedecendo ao regulamento da Instituição e ainda:

I – o aluno deverá se adequar aos horários de atendimento do professor que se disponibilizar a orientá-lo no ano seguinte.

Art. 13º. A nota final será atribuída pela média das atribuições dos pareceres do professor orientador e do professor parecerista convidado e lançado no sistema acadêmico do SCA pelo professor responsável pela disciplina de “Produção de Monografia”.

I - Será aprovado o aluno que obtiver nota final mínima 7,0.

II- Será aprovado o aluno que obtiver nas fichas de frequência a orientação 75% da carga horária de doze encontros sendo o mínimo, portanto nove (09) encontros de orientação.



III - O acadêmico que não entregar a Monografia/Artigo na data estabelecida pelo Colegiado será reprovado na disciplina.

Art. 14º. As monografias que tiverem aprovação do orientador e parecerista, com nota superior a 9,0, poderão ser encadernadas em capa dura e enviado para a biblioteca. Isso deverá ser comunicado ao Colegiado do Curso.

Art. 15º. Os artigos que tiverem aprovação do orientador e parecerista, com nota superior a 9,0, poderão ser encaminhados para publicação em revistas acadêmicas.

Art.16º. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelos docentes do Colegiado de História ou, se necessário, pelo Centro de área.

ANEXO III

REGULAMENTO DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO COLEGIADO DE HISTÓRIA

Considerando a obrigatoriedade da inserção de programas e projetos de extensão universitária na matriz curricular dos cursos de graduação e a inserção facultativa na matriz curricular dos cursos de pós-graduação, previstas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Lei Nº 13.005 de 25/06/2014;

considerando o disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira;

considerando a Resolução Nº 011/2015 - CEPE que normatiza as atividades extensionistas na UNESPAR bem como a Resolução Nº 038/2020-CEPE/UNESPAR e a Instrução Normativa conjunta nº 01/2021 - PROEC/PROGRAD que orientam as regulamentações para os cursos, o Colegiado de História em consonância com os debates de seu Núcleo Docente Estruturante - NDE, vem neste documento dispor de suas diretrizes para o cumprimento das suas atividades extensionistas.

Definições e Histórico



Compreende-se que os princípios que estruturam tanto a concepção quanto a prática da extensão na educação superior se pautam, por uma interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade. Interação esta que envolve troca de saberes ligadas as demandas complexas da sociedade contemporânea, visando uma formação cidadã dos discentes da universidade e da oferta de iniciativas que efetivem compromisso social que auxiliem no enfrentamento das questões da sociedade brasileira.

Conforme normatizado na Resolução N° 038/2020 as Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACECs) o colegiado de história em sua finalidade de aprofundar o contato da universidade com a sociedade e conforme dispõe o documento do Renex Política Nacional de Extensão Universitária em um de seus princípios básicos:

4- A ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas.(RENEX, 2012 p.38)

Nesse sentido o colegiado de história parte de um histórico em que já atuou de forma descontinuada com a extensão desde os anos de 2009 quando iniciou com o programa Universidade Sem Fronteiras – USF do governo o Estado do Paraná. Tendo cadastrados os projetos: *Contando nossa história: A História local como espaço privilegiado para o convívio comunitário e exercício da cidadania ativa* e *Os catadores da margem esquerda: Coleta, sobrevivência e identidade no Médio Iguaçu do início do século XXI*, ambos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos, porém com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de resignificação da história e de seu papel na sociedade. Também já ofertou ações extensionistas como *Gênero e diversidade sexual: ações afirmativas para combater a violência* que atendia a comunidade na orientação a vítimas de violência contra a mulher e atuava em parceria com o coletivo *Mais que Amélias*. Docente do colegiado já ofertou junto a outro programa o projeto *Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR* e no presente oferta o projeto *Pop up Museus* que faz parte de seu programa de extensão devidamente cadastrado junto a divisão de extensão de Campus. Vem atuando desde 2019 de modo introdutório quanto as práticas da extensão universitária na forma de duas disciplinas específicas alocadas no primeiro e terceiro ano do curso já aprovadas em ato de renovação do PPC do curso no ano de 2021 e em pleno exercício de sua matriz.



CAPÍTULO 01

Legislação e conceituação

Art. 1º - A curricularização da extensão nos cursos de graduação da UNESPAR dá-se em cumprimento à Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014.

Art 2º Considera-se campos de atuação da extensão os espaços e comunidades que se caracterizam por efetivar um compromisso social formalizando a atuação cidadã do colegiado de História.

§1º Que atenda-se preferencialmente a ampla região formada pelas cidades do Vale do Iguaçu, conforme apontado no Plano pedagógico do curso – PPC, e que se notabilizam por uma composição demográfica pluralista no Estado do Paraná, verdadeiro cadinho étnico, que exige das propostas extensionistas uma ampla gama de possibilidades pois orientadas para as variadas comunidades que aí se localizam.

§2º Considere-se prioritário o grande número de municípios que concorrem para a oferta de discentes e a característica da fronteira sul paranaense que faz divisa com o Estado de Santa Catarina, e que contém uma variada forma de arranjos de ocupação demográfica e territorial

§3º Que também sejam desenvolvidas propostas e ações por meio eletrônico on line na forma de eventos, cursos e dinâmicas de divulgação de pesquisas e saberes seja da universidade seja das comunidades que totalizem um público mensurável em suas participações.

São assim descritos os campos de atuação:

- I- Comunidade escolar das redes municipais dos municípios sul paranaense e norte catarinense
- II- Comunidade escolar das redes estaduais dos municípios sul paranaense e norte catarinense
- III- Coletivos educacionais, cursos e grupos de pesquisa em outras universidades (públicas ou privadas)
- IV- Órgãos dos poderes públicos da região, em diferentes prefeituras (poder executivo); fóruns da comarca ou fora dela (Poder judiciário); assembleias e câmaras legislativas (poder legislativo).
- V- Movimentos sociais organizados, sindicatos de classe, cooperativas e associações de caráter filantrópico, instituições religiosas, centros de convivência de jovens, idosos e asilos



VI- Uma ampla variedade de comunidades não regulamentadas: como ribeirinhos, grupos de catadores de material reciclável, comunidades indígenas, coletivos de agricultores entre outros.

VII- Público nacional e internacional aberto a extensão como membros da comunidade externa

Art. 3º As atividades de extensão articulam-se de forma a integrar-se às ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, o diálogo com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 4º - As Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC) são componentes curriculares, nas modalidades “disciplina” ou “ação extensionista”, de cursos de graduação, em que discentes e docentes, em uma relação dialógica com grupos da sociedade, atuam de forma ativa como integrantes de equipes executoras de ações de extensão, no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com a perspectiva de transformação social.

Parágrafo único. De acordo com as legislações já anteriormente nominadas, será destinada uma carga horária mínima de 10% (dez por cento) do total de horas da matriz curricular do Curso de História da UNESPAR para serem cumpridas em atividades de extensão por cada estudante ao longo do curso. Com vistas à integração no processo de ensino/aprendizagem, a inserção das atividades de extensão deve ocorrer em articulação com os conteúdos curriculares, sem implicar no aumento de carga horária total dos cursos.

Art. 5º - A implementação das ACEC no Curso de História da UNESPAR visa à formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, por meio do diálogo e da reflexão sobre sua atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável com a realidade brasileira.

Parágrafo único. A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DAS ACEC NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO



Art. 6º - De acordo com a Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, as atividades de ACEC podem ser desenvolvidas em disciplinas ou em ações extensionistas, tais como programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, organizando-se em cinco modalidades. A curricularização da extensão será implantada no Curso de História por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura – ACEC”, que serão desenvolvidas ao longo da formação acadêmica e ofertadas por meio do “Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR” vinculados ao programa de extensão do curso.

Parágrafo único. Os temas específicos abordados pelo “Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR” nominado “História, Cultura e Identidades”, figuram na área de Ciências Humanas e serão executados na forma de projetos, cursos e/ou eventos.

Art. 7º O colegiado deverá manter sempre um Programa de extensão cadastrado na divisão de extensão do campus, que no presente intitula-se “Histórias, Patrimônios Artes e Públicos”.

§1º A coordenação do “Programa de Extensão em História da UNESPAR” ficará sempre a cargo do(a) decano do colegiado.

Art. 8º - São os objetivos do “Programa de Extensão em História da UNESPAR”:

- I – integrar colaborativamente as ações de extensão do Curso de História, a fim de cumprir a legislação vigente;
- II – promover a consolidação de uma cultura extensionista na UNESPAR, com o intuito de integrar a comunidade acadêmica com a comunidade externa;
- III – externar os impactos do Curso de História da UNESPAR na região
- IV – receber os relatórios do projeto integrador do coordenador de ACEC com fins de informação e creditação

V - acatar ações extensionistas diversas dos professores, do colegiado de história ou outros colegiados da UNESPAR integrando-os ao programa

Art. 9º As ações extensionistas promovidas pelo Curso de História devem, preferencialmente, vincular-se ao “Programa de Extensão em História da UNESPAR”, mas não há impeditivos para a realização de qualquer ação proposta fora do programa.



Art. 10º A coordenação de ACEC do curso fica a cargo do(a) professor(a) responsável pelas disciplinas de Universidade e Sociedade I e II que responde pela coordenação de extensão do curso designada pelo coordenador de curso. Na ausência do coordenador de ACEC, temporariamente a coordenação do projeto integrador ficará a cargo do(a) Coordenador(a) do programa de extensão.

Seção I

Das modalidades de ACEC's Em acordo com as prerrogativas da Resolução Nº 038/2020 – CEPE/UNESPAR, o Curso de História promoverá as seguintes modalidades de ACEC's:

Art. 11º ACEC I: A modalidade I das Ações Curriculares de Extensão e Cultura será desenvolvida no Curso de História e ocorrem distribuídas na proporção de 20 (vinte) horas teóricas na disciplina Universidade e Sociedade I e 10 (dez) horas na disciplina Universidade e Sociedade II.

§1º A proporção das demais horas das disciplina de Universidade e Sociedade I e II, ficam distribuídas em 55 (cinquenta e cinco) para o primeiro ano de curso e 65 (sessenta e cinco) para o terceiro ano, na modalidade ACEC II.

Art. 11º ACEC II: A modalidade II das Ações Curriculares de Extensão e Cultura será desenvolvida no Curso de História por meio do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” intitulado “História, Cultura e Identidades”, vinculado ao “Programa de Extensão em História da UNESPAR”

§1º O “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” oferecerá anualmente 220 (duzentas e vinte) horas de ações extensionistas correspondentes à modalidade ACEC II.

§2º As disciplinas abarcadas pelo “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” serão aquelas que possuem carga horária de extensão prevista no Projeto Pedagógico do Curso de História, a saber, “Cultura Afro Brasileira”; “Educação Patrimonial e Ambiental- EPA”; “Didática da História; “Tópicos em Brasil Colônia” e as atividades do “Estágio Curricular Supervisionado I” (Metodologia e prática do ensino de História I), “Estágio Curricular Supervisionado II” (Metodologia e prática do ensino de História II

§3º A distribuição das horas de extensão do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR”, respeitando o disposto no Projeto Pedagógico do Curso de História , ocorrerá nas disciplinas da seguinte forma:

I – “Cultura Afro Brasileira” total de 20 (trinta) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;



- II – “Educação Patrimonial e Ambiental- EPA” total de 30 (trinta) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- III – “Didática da História” : total de 20 (trinta) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- IV – “Tópicos em Brasil Colônia” : total de 30 (trinta) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- V – “Estágio curricular supervisionado I” vinculado à disciplina “Metodologia e prática do ensino de História I”: total de 30 (trinta) horas de ações extensionistas na modalidade de ACEC II compreendidas dentre as 200 (duzentas) horas de estágio prevista para esta etapa, condicionadas à aprovação na disciplina;
- VI – “Estágio curricular supervisionado II” vinculado à disciplina “Metodologia e prática do ensino de História II”: total de 40 (quarenta) horas de ações extensionistas na modalidade de ACEC II compreendidas dentre as 200 (duzentas) horas de estágio prevista para esta etapa, condicionadas à aprovação na disciplina;

§4º As atividades de extensão a serem desenvolvidas nas disciplinas mencionadas deverão constar no “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” e no Plano de Ensino de cada disciplina em específico, respeitando a autonomia docente no desenvolvimento de suas atividades.

§5º O “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” deverá ser coordenado pelo(a) coordenador(a) da ACEC do Colegiado de História em parceria com os professores das disciplinas acima elencadas.

Art. 12. - ACEC III e IV: As modalidades III e IV das Ações Curriculares de Extensão e Cultura serão desenvolvidas no Curso de História por meio do “Programa de extensão do curso de história da UNESPAR” e por projetos e/ou cursos advindos das iniciativas e interesses didático-pedagógicos dos(as) docentes.

§1º Os projetos e cursos advindos das iniciativas particulares dos(as) docentes poderão mudar a cada ano, de acordo com seus interesses didático-pedagógicos. Os projetos e cursos, individuais ou coletivos, do Colegiado de História correspondem respectivamente às modalidades III e IV das ACEC.

§2º O “Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR”, vinculado ao “Programa de Extensão em Filosofia da UNESPAR”, objetiva integrar e organizar os eventos promovidos pelo Curso de História da UNESPAR. As ações do “Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR” corresponderão à modalidade IV das ACEC.



§3º As atividades de extensão do Curso de História nas modalidades ACEC III e IV devem ofertar a carga horária de extensão por estudante ao longo de quatro anos de forma complementar ou substitutiva a ACEC II. Garantindo a todos os(as) estudantes, junto à ACEC II, o total de 320 horas de extensão ao longo da periodização estipulada pela matriz curricular do curso.

Art. 11. ACEC V: O Curso de História da UNESPAR aceitará certificado de participação de discentes como integrantes das equipes executoras de atividades de extensão de outras instituições de ensino superior para fins de creditação de horas de extensão.

Art. 12. A soma da participação dos estudantes nas atividades de ACEC III, IV e V poderá contabilizar até 120h de atividades complementares

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

Art 13. As equipes executoras, são possíveis em várias configurações e ligadas ao programa ou ao projeto integrador e sempre quando possível, deve ser constituída não só de docentes e estudantes do Curso de História, mas de outros membros da comunidade interna e externa à UNESPAR.

Seção I

Do professor(a) extensionista

Art 14. São as atribuições dos professores dos componentes curriculares.

§1º Cabe ao(à) professor(a) de disciplina com carga horária para ACEC:

I – apresentar no Plano de Ensino como a carga horária de ACEC será cumprida no desenvolvimento da disciplina;

II – encaminhar ao(à) Coordenador(a) de ACEC a proposta de extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento, orientação quanto aos registros e regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no campus para fins de certificação dos participantes, que será anual

III – acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;

IV– preencher e encaminhar o relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas, para o(a) Coordenador(a) de ACEC.



§2º Cabe ao(à) professor(a) de disciplina que não possui carga horária prevista em disciplina para ACEC.

I – encaminhar no início do ano ao(à) Coordenador(a) do programa a proposta de extensão a ser realizada - vinculada ou não a disciplina - para formalização, conhecimento, orientação quanto aos registros e regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no campus para fins de certificação dos participantes, que será anual;

III – acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;

IV – preencher e encaminhar o relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas, para o(a) Coordenador(a) do programa

Seção II

Do(a) estudante extensionista

Art. 15. Cabe ao(à) estudante:

I – verificar quais disciplinas desenvolvem as ACEC como componente curricular, atentando para as atividades que estarão sob sua responsabilidade;

II – comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;

III – apresentar documentos, projetos, relatórios, quando solicitados pelos(as) professores(as) que ofertam e orientam ACEC;

IV – atentar para o cumprimento da carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de projetos, cursos e eventos propostas nas disciplinas “Universidade e Sociedade I e II” e “Projeto integrador” vinculados ao Programa de Extensão em História da UNESPAR;

V – consultar as informações do(a) Coordenador(a) de ACEC quanto às possibilidades de participação em projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da UNESPAR;

VI – apresentar ao(à) Coordenador(a) de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas, bem como o cômputo das horas em documento próprio (anexo I), para envio à Secretaria de Controle Acadêmico;

VII – preencher os formulários e listas de presenças dos projetos, cursos e eventos de que participar para receber as horas equivalentes à sua participação;

VIII – apresentar aproveitamento de, no mínimo, 75% em cursos, eventos e demais atividades extensionistas correspondentes à ACEC I e II;

Seção III

Da comunidade Externa



Art. 16. Os membros da comunidade externa podem integrar a equipe executora das atividades previstas nas ACEC e devem constituir a maior parte do público-alvo de tais ações.

Art. 17. Cabe ao membro da comunidade externa:

- I – comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- II – apresentar documentos, projetos, relatórios e afins, quando solicitados pelos(as) professores(as) que ofertam e orientam ACEC;
- III – atentar para o cumprimento da carga horária das atividades extensionistas propostas;
- IV – preencher os formulários e listas de presenças dos projetos, cursos e eventos de que participar para receber as horas equivalentes à sua participação;
- V – apresentar aproveitamento de, no mínimo, 75% em cursos, eventos e nas demais atividades que assim exigiram

Seção IV

Do Coordenador(a) de ACEC

Art. 18. Compete ao(à) Coordenador(a) de ACEC:

- I – organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste Regulamento;
- II – organizar e divulgar a oferta de carga horária de extensão no Curso de História, a fim de suprir a demanda de atividades de extensão;
- III – verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;
- IV – elaborar um registro dos projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 6º deste Regulamento e divulgar entre os estudantes e a comunidade externa;
- V – articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga-horária de extensão;
- VI – registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária nas pastas de cada discente junto ao coordenador do programa que encaminha ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação;
- VII – fiscalizar, acompanhar e garantir em conjunto com a coordenação de curso e do coordenador do programa a aplicação da atual legislação sobre a extensão, que exige dos estudantes o cumprimento adicional de 10% da carga horária do curso em atividades de extensão;
- VIII – orientar os estudantes acerca das ofertas e trâmites burocráticos referentes à extensão;



IX – Coordenar, o “Projeto integrador do Curso de História da UNESPAR” responsabilizando-se pelos devidos relatórios junto ao Coordenador do “Programa de Extensão do Curso de História” que por sua vez encaminha a Divisão de Extensão e Cultura do campus.

X - Manter atualizada ao final de cada ano em instrumento de registro próprio do colegiado

CAPÍTULO V

Do Procedimento para Validação das ACEC's

Art. 19. Para o aproveitamento e validação das atividades de ACEC, considera-se necessário:

I – para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento em nota e frequência;

I – para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento de 75% frequência;

II – para as ações extensionistas realizadas no âmbito da UNESPAR, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades;

III – para as ações extensionistas realizadas em outras instituições de Ensino Superior, o(a) acadêmico(a) deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades. A simples participação como ouvinte em ações de extensão não será validada como ACEC;

IV – a apresentação por parte do(a) estudante, conforme solicitação lançada em edital pelo(a) Coordenador(a) de ACEC ao final do ano letivo, do formulário (Apêndice I) preenchido com o cômputo das atividades e com cópias dos certificados das atividades em anexo;

V – a validação por parte do(a) Coordenador(a) de ACEC das horas no formulário previamente preenchido pelo(a) estudante.

Parágrafo único. O(a) estudante é o responsável pelo gerenciamento de suas participações nas atividades de ACEC, as quais deverão ser cumpridas ao longo do curso de graduação. O(a) estudante poderá solicitar ao Colegiado os esclarecimentos que julgar necessários quanto à aceitação ou não de qualquer atividade que não tenha sido prevista pelo(a) Coordenador(a) de ACEC, no âmbito do Curso ou da UNESPAR

Art. 20. Ao final do ano letivo será emitido relatório individual do estudante concluinte para envio à Secretaria Acadêmica, a fim de comprovar a conclusão das ACEC e posterior arquivamento.



Art. 21. Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento será computado diretamente pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo ao (a) Coordenador(a) de ACEC fazer apenas os registros na documentação do estudante para seu controle.

Parágrafo único. Caso o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, poderá aproveitar integral ou parcialmente a carga horária de extensão da atividade da disciplina caso esta esteja efetivamente realizada e lançada no relatório final do(a) coordenador(a) de ACEC.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo(a) Coordenador(a) de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião previamente agendada. As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

Art. 23 – Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo CEPE.

Apêndice I:

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO HISTÓRIA REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO (MÍNIMO DE 320 HORAS)

DISCENTE: _____

ATIVIDADES DE EXTENSÃO Inserir o nome completo da atividade, local e ano de realização	Carga horária



União da Vitória, / /

Acadêmico(a)

Coordenador(a) de ACEC
do curso de História

ANEXO IV

LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO, RESTAURO E CONSERVAÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS JURÍDICAS- LAFJUR

Projeto: HISTÓRIA, JUSTIÇA E CIDADANIA: USOS SOCIAIS

1. Justificativa

A proposta inicia-se com uma pergunta norteadora para o conjunto de nossa reflexão e de nossos objetivos: como a história produzida pelo Poder Judiciário da Comarca de União da Vitória ao longo dos seus quase 110 anos de história pode



contribuir para uma discussão essencial dos usos da justiça enquanto instrumento pleno para a democracia? Ou seja, nossa pergunta versa tanto sobre a cultura jurídica posta em prática durante o Brasil República quanto, e essencialmente, sobre os diferentes usos feitos por seus manipuladores técnicos e o conjunto de sujeitos à ela submetidos em determinados momentos.

Dito de outra forma, para além do conjunto legal efetivado no texto da lei, as ações que se desenrolam nos tribunais contemplam ainda uma série significativa de táticas e estratégias. Michel de Certeau (1994) afirma que as estratégias têm estreita relação com o lugar onde são postas em prática. Então existe igualmente um limite para o uso das estratégias dada por este mesmo lugar. As estratégias usadas num julgamento são dadas em função de sua possível eficácia e aceitação em função daquilo que diz a lei. A tentativa de manipular um julgamento parte sempre do conhecimento e reconhecimento da lei. E, portanto, a lei torna-se e efetiva-se como parte integrante e importante para o ordenamento social, de tal forma que não se pode agir completamente ao largo dela, mesmo quando a situação parece justificar completamente uma determinada ação. Temos a necessidade de encarar a lei como uma expressão histórica compreensível apenas no confronto com os aspectos de totalidade da sociedade na qual está inserida, isto é, de acordo com a experiência contemporânea dos agentes sociais.

Portanto, a lei deve, ao menos, parecer justa. Thompson (1986) ressalta o fato de que a lei expressa sim as contradições presentes nas diferentes sociedades. Entende que a lei pode ser usada instrumentalmente na “mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente, como sua legitimadora”, mas não pode ser só isso. Insistindo na ideia de que a lei “têm suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento”, Thompson ressalta o fato de que, ainda assim, é fundamental que ela consiga parecer aos olhos dos que a ela são submetidos, justa. Mesmo existindo certas categorias que histórica ou socialmente sejam excluídas do acesso aos procedimentos legais expressos pela lei, estes



devem expressar “critérios lógicos” que se refiram aos padrões de universalidade e igualdade, em seu corpo de regras e procedimentos.

Isso está condicionado ou atrelado pelo senso de justiça que os homens possuem e que tentarão aplicar quando seus interesses estiverem em jogo. Portanto, acreditamos que o projeto encontra respaldo efetivo tanto na possibilidade da preservação e resguardo da memória como fundamento essencial para o fortalecimento de relações plenamente democráticas, quanto nas preocupações decorrentes do CONARQ bem como na salvaguarda da documentação que corresponde a parte importante da história.

A proposta do presente projeto com a documentação do Judiciário da Comarca dentro do Arquivo Histórico segue as lições de Maria Silva Jardim (1999) para a qual os arquivos, como suporte de informação, refletem o funcionamento do aparelho estatal. O capital informacional não se exerce apenas pelo quantum de informação acumulada, mas também pelos usos ou não usos deste capital, implicando em diversos graus de transparência e opacidade do Estado. Enquanto expressão cotidiana, a informação arquivística traduz, nos termos em que é gerenciada (ou negligenciada), os diversos matizes entre a transparência e a opacidade. Os documentos de arquivo evidenciam o tratamento que o Poder Público tem dispensado à sua informação. Ao longo de anos, a situação dos arquivos públicos tem sido objeto de diversos diagnósticos, e vem denunciando a sua progressiva corrosão, desde os documentos acumulados nos depósitos como daqueles ainda em fase de produção, passando pela precariedade organizacional, tecnológica e humana. Os arquivos do Judiciário, com algumas exceções, seguem essa tendência. Uma grande quantidade de documentos é produzida todos os dias.

O Judiciário, como parte do aparelho estatal, tem a incumbência de resolver os conflitos da sociedade, fundamentado no direito e nas provas materiais. O resultado de toda atividade jurisdicional se resume a um só produto: o processo judicial. Todavia, ao longo do trâmite, esses processos vão se tornando densos, atingindo um grande volume. Depois do trânsito em julgado, os processos



normalmente chegam aos arquivos dos tribunais. E nesse momento surge a pergunta: o que fazer com tantos documentos? Apenas a título de exemplo, em 1998, segundo dados arrolados em pesquisa solicitada pela Justiça Federal, apenas sob sua guarda, encontravam-se 31 milhões de processos.

Para concluir gostaríamos de indicar ainda que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, recebeu do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, um novo projeto de lei datado de 13 de abril de 2016 que trata exatamente da documentação que ora solicitamos, qual seja, processos findos. Entre outras providências constantes no referido projeto que dispõe sobre a gestão, avaliação e a destinação de autos judiciais e demais documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário e em seu Artigo 11, revoga a Lei no 7.627, de 10 de novembro de 1987, que dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos de Justiça do Trabalho e passa a constar:

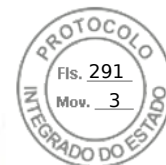
Art. 3º Os autos judiciais e demais documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário, inclusive no exercício de funções administrativas, independentemente do suporte, serão objeto de avaliação, para fins de guarda permanente ou eliminação, em conformidade com os prazos de guarda e destinação previstos em tabelas de temporalidade, integrantes de programa de gestão de documentos e preservação da memória.

Parágrafo único. A avaliação de documentos deverá contemplar, necessariamente, os seguintes aspectos: I -preservação de documentos de valor informativo, histórico e probatório;

Art. 5º. Os Tribunais poderão estabelecer convênios com instituições de natureza histórica, cultural e universitária, para cooperação nas atividades arquivísticas do Poder Judiciário. (grifos nossos)

Eis, portanto, que o presente projeto procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios para sua recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de documentos produzidos e recebidos, para servirem como elementos de pesquisa, podendo à posteriori ser utilizados como elementos de estudo de caráter científico. Usando as

287



fontes produzidas pelo poder judiciário pretendemos basicamente analisar e problematizar as formas jurídicas, a cultura jurídica e os usos da justiça em nossa região. Entendemos que isso fornece elementos necessários para que possamos problematizar as questões de raça, gênero, classe, escolaridade, etc. Desta salvaguarda documental pretendemos, de maneira mais específica, tematizar num primeiro momento, 5 grupos temáticos centrais:

- Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR
- Crimes de morte e atentados contra a própria vida: homens e mulheres em assassinatos e suicídios no início do século XX;
- Das horas e dos locais: União da Vitória e os crimes nas primeiras décadas do XX;
- Tipificando sujeitos: gênero, cor, instrução e outras tipificações nos processos-crime de União da Vitória no início do século XX;
- Crime e infância: menores, infanticídio ou atentados em família.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivos Gerais

Explorar a documentação produzida pelo Poder Judiciário de União da Vitória desde a sua instalação no ano de 1908, até o ano de sua possibilidade de exploração como fonte histórica, até o ano de 1985. Portanto, consideramos a recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de documentos produzidos e recebidos pelo colegiado de história. Isto articula-se com a criação de uma equipe de pesquisadores formada por professores e alunos de graduação que, em conjunto e baseado nos dados coletados, pretende problematizar a realidade dos usos da

justiça feito pelo conjunto da população e, de outro lado, as diferentes formas que os manipuladores técnicos da justiça procuraram produzir, ou produziram, enquadramentos sociais.

2.2 Objetivos Específicos

- Constituição de uma equipe interdisciplinar de trabalho com vistas a problematizar o funcionamento e usos da justiça na Comarca de União da Vitória;
- Classificação arquivística da documentação produzida e recebida dos variados órgãos públicos, independentemente do seu tipo de suporte ou formato, que se conserva para servir de testemunho, prova ou informação;
- Inventariar, conservar, tratar arquivisticamente, acessibilizar e difundir documentação com valor histórico, quer de núcleos públicos, quer de núcleos privados, com interesse de pesquisa científica, qualquer que seja a sua natureza ou suporte material.
- Composição de instrumento de pesquisa, restauro e adequações de conservação, daqueles acervos que não mais consultados pelos serviços e órgãos do fórum e selecionados em função do seu valor arquivístico,
- Problematizar a produção da documentação do judiciário a partir de cortes de raça, gênero, escolaridade, idade, classe social e etnicidade entre outras como forma de operacionalizar efetivamente uma reflexão sobre a justiça, seu funcionamento e seus usos;
- Criar um espaço de consulta, de comunicabilidade e de atividades de extensão como palestras e minicursos tendo por foco sempre a relação justiça e cidadania, mediados pela documentação produzida pelo Poder Judiciário.
- Divulgar os materiais produzidos em eventos científicos, palestras, mini-cursos e artigos científicos.



- E, de maneira mais específica, tematizar num primeiro momento, 5 grupos temáticos centrais anteriormente descritos.

3. METODOLOGIA

A metodologia de trabalho deve considerar originalmente os seguintes passos;

- Elaboração de instrumento de cooperação entre o Fórum de União da Vitória e a UNESPAR.
- Capacitação em técnicas de arquivista e tratamento de fontes históricas: manuseio, restauro, classificação e elaboração de instrumentos de pesquisa;
- Definir os circuitos documentais;
- Colaborar na definição de modelos administrativos;
- Definir os critérios de registro de entrada ou saída;
- Definir os procedimentos administrativos e orientar na constituição dos acervos
- Elaborar, implementar e acompanhar o plano de classificação;
- Propor a utilização dos materiais de suporte;

O passo seguinte da metodologia é a problematização da documentação em si, ou seja, formatação de modelos de análise qualitativa que permitam verificar diferentes cortes na documentação: raça, gênero, idade, grau de alfabetização, religião, etnia, etc. Ao mesmo tempo, cruzamento destes dados com resultados dos processos: absolvição, condenação, tempo de condenação, arquivamento do processo.

A posse destes dados deve ensejar a formação de trabalhos expostos nas escolas e comunidade em geral expondo exatamente a relação que a justiça trava com a comunidade que a envolve e vice-versa.



Sua publicização dar-se-á na forma de palestras nas escolas, minicursos, comunicações em eventos científicos e produções de artigos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCELLI, E. *A cultura do crime e da lei*. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/revista/revista_seminarios1_virada_seculo.pdf> Acesso em: 21 Nov 2014.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: Artes de Fazer*. 12a edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2a Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sociais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DINIZ, João Maria Ferraz; VILLELA, Léa Maria Cardoso; MELLO, Judith Carneiro de; EHALT, Emereciana. *Castro Antiga: cronologia*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

ELMIR, Cláudio Pereira; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Odiosos homicídios: o processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

Código Criminal de 1830, Brasil Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 21 Nov 2014.

DEL PRIORE, M. *A crônica policial e os crimes de adultério*.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e processo político no Brasil*. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto



Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. Edusp: 2001.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. Editora: Kairos, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

MARTINS, Silvia Helena Zanirato. *A representação nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais*. In: Revista de História Regional. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, 1998.

PEREIRA, André Ricardo. *A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 38, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25/10/2007.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, F. e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

RIZZINI, Irma e VOGEL, Arno. O menor filho do Estado: pontos de partida para uma História da assistência pública à infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VELLASCO, I. A. *As seduções da ordem. Violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais século XIX*. Bauru - SP: EDUSC/ANPOCS, 2004.



ANEXO V

REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DO COLEGIADO DE HISTÓRIA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - Este Regulamento normatiza o uso e o funcionamento do Laboratório e História oral bem como os direitos e deveres de seus usuários.

CAPÍTULO II



DO FUNCIONAMENTO

Art. 2º - O Laboratório de História Oral do colegiado de História atende a comunidade acadêmica de segunda à sexta-feira, no período compreendido entre as 13:30 as 17:00 h, e sob agendamento entre as 19:00 e 22:00h, sendo que o agendamento pode ser feito aos sábados quando houver atribuição docente aos acadêmicos.

Parágrafo único – As chaves do laboratório ficam sob a guarda do coordenador de curso e do professor responsável pela disciplina de História Oral, cujo empréstimo será registrado em planilha própria.

Art. 3º - Durante todo o período de funcionamento do Laboratório de Informática o usuário deverá ter conhecimento suficiente do funcionamento dos equipamentos, dos softwares e dos recursos a serem utilizados.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

Art.4 º - A Direção e a Coordenação de curso estão envolvidas na atualização dos equipamentos e de novas tecnologias voltadas para a educação e para a pesquisa. Responde-se por meio do envio a PROPLAN nas planilhas anuais as necessidades de atualização dos equipamentos de acordo com as demandas apresentadas a Coordenação de curso e encaminhadas para análise e providencias.

Art. 5º - A manutenção e a instalação de softwares e hardwares são realizadas por técnicos do quadro funcional da mantenedora do campus de União da Vitória.

Parágrafo único - somente funcionários e estagiários previamente autorizados do setor poderão realizar a manutenção dos equipamentos.

CAPÍTULO IV



DA RESERVA DO LABORATÓRIO

Art. 6º - Os professores que desejarem fazer uso do laboratório e de seus recursos com suas turmas deverão entrar em contato com o Professor Responsável e/ou coordenador para verificar a disponibilidade de uso do laboratório.

Art. 07º - A prioridade de uso do Laboratório de História Oral e de seus recursos é da disciplina de História Oral e outras do curso em que as atividades de Laboratório, ACECs ou Ppeds correlacionadas constem obrigatoriamente no Plano de Ensino. As disciplinas que não são diretamente ligadas à História Oral serão atendidas de acordo com as disponibilidades de horário da planilha.

Art. 8º - As reservas do espaço e equipamentos (computadores, câmeras, microfones, etc.) para cursos, registros audiovisuais ou mesmo aulas, deverão ser solicitadas na planilha de maneira individual, e terá como critérios a ordem de chegada e inscrição nos horários pretendidos pelos professores e alunos.

CAPÍTULO V

DOS USUÁRIOS E DO USO

Art. 09 º - São considerados usuários do Laboratório de história Oral toda a comunidade acadêmica interna, em particular os alunos do curso de história que poderão utilizá-los, durante os horários livres disponibilizados - de forma individual e coletiva - para realização de trabalhos acadêmicos, pesquisa científica e planejamentos educacionais.

Art. 10º - Não é permitido a utilização do Laboratório de História Oral para atividades que não estejam diretamente ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária.

Art. 11º - O professor da disciplina é a autoridade no Laboratório de História Oral, sendo de sua responsabilidade fazer cumprir os regulamentos institucionais, sobretudo este.

CAPÍTULO VI -

DOS DEVERES E DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 12º - São deveres dos usuários do História Oral:

- I. respeitar o regulamento do Laboratório de História Oral;
- II. prezar pelo bom uso e conservação dos equipamentos e móveis disponíveis no Laboratório de História Oral;
- III. conferir o horário de aula, funcionamento e agendamentos em planilha;
- IV. respeitar os horários disponíveis e as reservas realizadas previamente;
- V. deixar mesas, cadeiras e equipamentos arrumados, quando do término de aula em meio aos turnos de atividade;
- VI. manter o silêncio e o bom ambiente de trabalho e estudo;
- VII. salvar arquivos de maneira correta para evitar problemas com a perda dos dados;
- VIII. comunicar os responsáveis pelo Laboratório caso ocorra algum imprevisto ou dificuldade que se apresentar.

Art. 13º - São direitos dos usuários do Laboratório de História Oral:

- I. acessar recursos audiovisuais e sonoros do Laboratório para a concretização de suas atividades acadêmicas;
- II. ter orientação e instrução sobre a utilização dos recursos e equipamentos, tanto de possíveis bolsistas do Laboratório quanto de professores que dele usufruam;
- III. acessar a base de dados digitais que embasem ou complementem seus estudos e práticas;
- IV. elaborar trabalhos diretamente direcionados às disciplinas e/ou projetos de pesquisas ou extensão da Universidade;

CAPÍTULO VII

DO USO INDEVIDO DO LABORATÓRIO

Art. 14º - Constitui uso indevido do Laboratório de História Oral:

- I. praticar atividades que afetem ou coloquem em risco as instalações e equipamentos;
- II. permitir o acesso ao Laboratório de pessoas estranhas à universidade e/ou pessoas não autorizadas, assim como efetuar empréstimo de chaves, cópias de chaves, abertura de portas, senhas, etc.

- III. exercer atividades que coloquem em risco a integridade física das instalações e/ou equipamentos do Laboratório, como por exemplo, comer, beber, fumar, atender o celular etc.;
- IV. perturbar o ambiente com brincadeiras, algazaras e/ou qualquer outra atividade alheia às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- V. desmontar equipamentos ou acessórios do Laboratório sob qualquer pretexto, assim como remover equipamento do local a eles destinados, mesmo dentro do próprio laboratório;
- VI. usar qualquer equipamento de forma danosa ou agressiva;
- VII. exercer atividades não relacionadas com o uso específicos de cada laboratório;
- VIII. usar as instalações do laboratório do curso para atividades eticamente impróprias.

CAPÍTULO VIII

DO USO ÉTICO DOS LABORATÓRIOS, E EQUIPAMENTOS

Art. 15º - Constitui uma falha, possível de penalidade:

- I. desrespeitar ou ofender verbalmente e/ou fisicamente a qualquer pessoa responsável e/ou aquelas que fazem uso do Laboratório de história Oral;
- II. alterar a configuração dos equipamentos sem supervisão do responsável;
- III. instalar ou remover programas ou software, a menos que autorizado e devidamente assistido por um técnico, bolsista ou professor responsável pelo Laboratório;
- IV. desenvolver e/ou disseminar vírus (ou qualquer outro software malicioso) propositalmente nos equipamentos do laboratório;
- V. praticar, de maneira não autorizada, ou facilitar a prática de qualquer atividade alheia aos interesses da Instituição (ensino, práticas investigativas / pesquisas educacional / iniciação científica e extensão);
- VI. por meio de seus equipamentos facilitar a divulgação da Universidade e seu curso de história para fins comerciais e/ou para qualquer outro fim externo ao conteúdo acadêmico sem o devido acompanhamento e autorização para estes usos.
- VII. utilizar os serviços e recursos da instituição para fins comerciais, políticos, religiosos ou outros, tais como mala direta, propaganda política etc.;
- VIII. utilizar os serviços e recursos da instituição para ganho pessoal;
- IX. utilizar os serviços e recursos da instituição para intimidar, assediar ou difamar ou aborrecer pessoas;



- X. utilizar os serviços e recursos da instituição para armazenar, divulgar ou transmitir material ofensivo e abusivo, ou de gosto discutíveis, fora do círculo apropriado;

CAPÍTULO IX

DAS PENALIDADES

Art. 16º - Além do que é previsto pela legislação em vigor e pelo Regimento Interno da Universidade o não cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento acarretará em penalidades estipuladas e impostas pela Coordenação do curso. Os usuários dos Laboratórios de História Oral estão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:

- I. aplicação do Regimento da Universidade
- II. proibição de acesso e uso do Laboratório de História Oral, temporária ou definitivamente;
- III. responsabilidade civil cabível na Lei;
- IV. advertência oral e/ou escrita; e
- V. outras penalidades, conforme decisão da Direção de Campus quando o coordenador do curso por qualquer razão não puder aplicar as penalidades.

Art. 17º - A fim de garantir um bom atendimento aos usuários, a integridade do sistema e equipamentos, um ambiente adequado e propício ao desenvolvimento das atividades de pesquisas educacional, seus responsáveis reservam-se o direito de :

- I. vistoriar arquivos e mídias dos usuários gravados, de forma a garantir os dados neles contidos;
- II. suspender o acesso de usuários que infringam as normas constante neste documento;
- III. bloquear o uso dos equipamentos, caso este não esteja sendo utilizado para fins acadêmicos.

CAPÍTULO X

DAS NORMAIS GERAIS

Art. 18º - A nenhum usuário é dado o direito de alegar desconhecimento das normas aqui dispostas.



Art. 19º- O direito à propriedade e/ou controle de quaisquer software ou hardware, bem como dos dados criados ou armazenados no sistema da Universidade ou transmitidos através de seu sistema computacional, pertencem a esta Instituição.

Art. 20º - Será garantido pela coordenação de curso o maior grau possível de confiabilidade no tratamento dos dados dos alunos, de acordo com a tecnologia disponível.

Art. 21º – A universidade e o curso de história não se responsabilizam por arquivos nos computadores, gravadores, câmeras e filmadoras sendo estes de inteira responsabilidade do aluno, devendo ser salvos na Área de trabalho em Servidor para posteriormente serem gravados nas mídias disponibilizadas pelo próprio usuário, observando-se que o conteúdo dessa pasta pode ser alterado e apagado por qualquer usuário. Na manutenção dos microcomputadores, esta pasta é apagada, não devendo portanto ser utilizada para gravar arquivos importantes. A equipe dos Laboratórios não se responsabilizará pelos arquivos deixados nesta pasta.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22º - Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pela Diretoria de campus.

Art. 23º – Este Regulamento entra em vigor na presente data revogando-se disposições em contrário.

ANEXO VI

REGULAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Arquivo histórico do Campus de União da Vitória, está sob responsabilidade do Colegiado de História, voltado ao tratamento arquivístico de documentos de caráter permanente, reconhecidos pelo seu valor histórico, científico e cultural, contendo documentos próprios a universidade ou de terceiros relacionados com a região de abrangência do campus.

Art. 2º São objetivos do Arquivo Histórico:

- I - captar e constituir coleções e fundos documentais, bibliográficos e hemerográficos, incluindo documentos textuais, iconográficos, sonoros e audiovisuais realizando sua restauração, organização, conservação, manutenção e divulgação;
- II - manter e incrementar bancos de dados relativos ao acervo do Arquivo
- III - atuar com outros cursos, ou laboratórios como o LAFJUR e outros de natureza científica e pedagógica, que se relacionem a seu acervo oferecendo suporte;
- IV - às atividades de ensino, pesquisa e extensão, relacionadas à memória histórica e sociocultural a partir da documentação disponível em seu acervo;
- V - organizar e dar suporte a eventos de ordem acadêmica, a projetos e cursos temáticos de extensão e pós-graduação Lato Sensu nas áreas de atuação do Arquivo Histórico;
- VI - oferecer oportunidade de estágio curricular e estágio não-obrigatório, e atividades de extensão;
- VII - estabelecer intercâmbios e convênios com escolas, entidades públicas e privadas, podendo receber bolsistas e contar com a colaboração de profissionais em suas atividades;
- VIII - prestar consultoria, assessoria e/ou colaboração na execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão ligados à memória histórica e ao patrimônio cultural material e imaterial, por demanda dos pesquisadores da UNESPAR e da comunidade externa;



IX - promover a divulgação das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Histórico;

X - vincular, na condição de participante ou coordenador de projetos de pesquisa ou extensão, pesquisadores da UNESPAR e de Instituições conveniadas, observada a regulamentação de pesquisa institucional, sem ônus financeiro para o Arquivo Histórico e a título de colaboração científica.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A estrutura do Arquivo é composta por:

I -Direção;

II - Sala do acervo (30mt)

III - Área de tratamento documental; (15mt)

SEÇÃO I

DA DIREÇÃO

Art. 4º A Direção do arquivo é de responsabilidade do Colegiado de História, composta por professor indicado pelo coordenador de curso, em regime de dedicação exclusiva com pesquisa cadastrada na divisão de pesquisa e, preferencialmente, com doutorado.

§ 1º A indicação será feita pelo coordenador de curso tendo consultado o nome entre os pares junto ao NDE do curso

§ 2º A Direção deve destinar um número adequado de horas para a função, não ficando desobrigado de suas atividades acadêmicas na Universidade.

Art. 5º Compete à Direção:

I - Exercer a direção executiva, coordenação e supervisão das atividades do Arquivo Histórico, delegando responsabilidades quando for o caso



II – O tempo de vigência do mandato da direção é de 04 anos sendo possível recondução do cargo, desde de que aberta a disponibilidade a ocupação para demais professores do curso de história e sob consulta do novo nome ao NDE, por parte do coordenador que indicará, novo diretor ou a recondução.

III- promover reuniões entre bolsistas, professores do campus e interessados para o estudo, planejamento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Histórico;

VI- coordenar a promoção de eventos culturais e de outras atividades do Arquivo Histórico quando houver necessidade;

1º - representar o Arquivo Histórico junto a órgãos da Universidade e externos; propondo políticas de captação de acervos históricos;

2º - buscar junto a instituições públicas e privadas a cessão, para fins reprográficos, ou a doação de documentos de interesse do Arquivo Histórico;

3º- desempenhar outras atividades correlatas;

4º - propor ao Colegiado:

a) os planos de atuação;

b) as propostas de estabelecimento de convênio e contratos de serviços;

c) as propostas de projetos que envolvam bolsistas, criação de vagas, de contratação e dispensa/remoção de pessoal técnico e administrativo.

Art. 06. No caso de vacância do cargo de Diretor(a), o Coordenador tem o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para disponibilizar a função a demais professores do colegiado, realizar reunião de NDE, e encaminhar à Direção do Campus de União da Vitória, a indicação de nome para a designação de nova Direção.

SEÇÃO II



DA ÁREA DE TRATAMENTO DOCUMENTAL

Art. 07. É a área responsável pelo tratamento documental do acervo.

Parágrafo único. A área é exercida e coordenada preferencialmente por agente universitário, quando houver contratado para a função. Podem ser exercidas pelo Diretor do arquivo, que delegará funções específicas aos demais integrantes e que os coordena na ausência de agente contratado.

Art. 08. São funções dos integrantes da área:

I - Receber os documentos encaminhados pelas entidades ou doadores particulares;

II - organizar e arranjar sob a insígnia de fundos ou coleções ou outra terminologia adequada, conforme cada caso e os protocolos definidos;

III - encaminhar o material para a restauração ou higienização, conforme anecessidade;

VI- Promover a conservação do acervo documental, bibliográfico e hemerográfico com ações estabilizadoras observando os protocolos estabelecidos e os tratamentos específicos a cada tipo de material;

V - executar a higienização de documentos, observando os protocolos estabelecidos;

VI- promover a restauração física de documentos, sob demanda do Colegiado observando os protocolos estabelecidos;

VII- zelar pelo manuseio e manutenção da infraestrutura para reprodução e registro de documentos em diferentes suportes e formatos;

VIII- executar os protocolos sobre reprodução de documentos definidos

XI- receber a documentação da área de conservação e reprografia e descrever o material nas bases de dados, de acordo com as normas e protocolos definidos;

X- organizar o acervo e elaborar instrumentos de pesquisa, com vistas à difusão da informação;



XI- prestar assessoria técnica e ministrar cursos e treinamentos, em sua área de especialização sob demanda;

XII- participar da criação e desenvolvimento de aplicativos específicos para dinamização do tratamento documental;

XIII - manter atualizado o registro dos serviços prestados;

XIV- apresentar, periodicamente, relatório circunstanciado das atividades realizadas;

XV- desempenhar outras atividades correlatas.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS COLABORADORES

Art. 09. Os colaboradores do Arquivo Histórico na ausência de Agente Universitário, serão bolsistas com fomento temporários, ou mesmo voluntários e pelo Diretor do arquivo, que os coordena.

Parágrafo 1º- Atendem pela realização de pesquisas instrumentais, elaboração de referências, atendimento ao público, divulgação do Arquivo Histórico e busca de intercâmbio com instituições afins.

Parágrafo 2º - Outras funções relacionadas no artigo 08 também podem ser atribuídas aos colaboradores sob julgamento do Diretor que delibera.

Parágrafo 3º - No caso dos voluntários, pode ser concedida certificação de horas trabalhadas, a título de horas sociais, carga horária de extensão, ou mesmo estágio curricular quando a área de formação se relacionar com a natureza do acervo. As assinaturas dos documentos validadores nesse caso ficam a cargo do Diretor do Arquivo e Coordenador de curso conforme a necessidade.

Art. 10. São funções dos integrantes colaboradores:

I - Realizar pesquisas instrumentais de apoio às atividades de tratamentodocumental e de referência;



- II - elaborar obras de referência, atendendo às demandas de pesquisa dos usuários do Arquivo Histórico;
- III - realizar o atendimento e assessorar os usuários na consulta ao acervo do Arquivo Histórico, observando os protocolos estabelecidos;
- IV - zelar pelo manuseio e manutenção da infraestrutura para consulta do acervo;
- V - encaminhar e acompanhar o processo de edição e distribuição das publicações do Arquivo Histórico;
- VI - promover eventos e treinamentos para aperfeiçoamento e atualização dos usuários e equipe do Arquivo Histórico;
- VII - estabelecer intercâmbio com escolas, organizações e entidades afins para formação e aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos e difusão da informação;
- VIII - acompanhar o desenvolvimento de estágios curriculares e atividades correlatas, seguindo os protocolos definidos;
- IX - executar as políticas do Arquivo Histórico para divulgação do acervo e serviços, intercâmbio com escolas e instituições afins, promoção de eventos e prestação de assessoria técnica;
- X - receber e encaminhar as solicitações de assessoria técnica para as respectivas áreas do Arquivo Histórico;
- XI - participar da criação e desenvolvimento de aplicativos específicos para dinamização das rotinas de pesquisa e consulta ao acervo, controle dos consulentes e solicitação de serviços;
- XII - executar as rotinas operacionais de manutenção dos bancos de dados da área de pesquisa, referência e atendimento;
- XIII - manter atualizado o registro dos serviços prestados;
- XIV - desempenhar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III



DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. É vedada a retirada de qualquer documento das dependências do Parágrafo único. Excepcionalmente, o Diretor pode autorizar a retirada de documentos para fins específicos, condicionada à assinatura de termo de responsabilidade, justificada e informada ao coordenador de curso de sua decisão.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado, ouvido o Diretor do Arquivo histórico.



ePROTOCOLO



Documento: **PPC_Historia_2022aprovado.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Everton Grein** em 26/09/2022 11:40.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Everton Grein** em: 26/09/2022 11:38.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
8542e872452ec8ad62f7012404bfe227.



**CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

Protocolo: 19.524.108-2
Assunto: Encaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso de História.
Interessado: CAMILA JURASZECK MACHADO
Data: 26/09/2022 11:40

DESPACHO

Prezada Profa. Camila,

Boa tarde.

Encaminha-se neste protocolado o Projeto Pedagógico do Curso de História com todas as suas alterações, e a Ata de aprovação do mesmo em reunião ordinária colegiada.

Att.

Prof. Everton Grein
Coordenador do Curso de História



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_1.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Everton Grein** em 26/09/2022 11:40.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Everton Grein** em: 26/09/2022 11:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
9ff237b98cac6bc0fb4845066319e70c.

DIVISÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO *CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA*

PARECER

Proponente	Colegiado do Curso de História da Unespar, <i>Campus</i> de União Da Vitória
Coordenador do curso	Everton Grein
Título	Projeto pedagógico do curso de História da Unespar
E- protocolo	19.524.108-2
Setor	Divisão de Ensino de Graduação

1. Histórico

O PPC do curso de História apresenta-se na Divisão de Ensino de Graduação para verificação das exigências e requisitos da Resolução 038/2020 - CEPE/UNESPAR - Regulamento da Curricularização da Extensão na Universidade Estadual do Paraná e Resolução MEC/CNE/CP 02/2019 (BNC-Formação) pela primeira vez.

2. Análise

O PPC do curso de História cumpre com os requisitos e atende a Resolução 038/2020 - CEPE/UNESPAR e Resolução MEC/CNE/CP. 02/2019 (BNC-Formação), tendo sido aprovado pelo Colegiado (Ata nº. 17/2022, de 26/08/2022, disponível a partir da Fl. 02 do processo do e-protocolo). Todavia, a partir da análise da Divisão de Ensino de Graduação são feitas algumas recomendações:

- 1) Faltou inserir a carga horária total do curso no quadro do item 1.1 (Fl. 7-8);
- 2) Verificar se toda a legislação relacionada no item 3.1 (Fl. 16-23) ainda está em vigência, como, por exemplo, a Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 2/2015 – CNE, bem como, a legislação mencionada no texto do PPC, como ocorre na FL. 55 (Resolução CNE/CP nº 1/2002 e Resolução nº 2/2001);
- 3) Verificar a presença de uma página em branco no PPC (Fl. 50 do processo do e-protocolo);
- 4) Nas Fls. 60, 205, 207 e 208 são mencionados os nomes de vários projetos de extensão desenvolvidos pelo curso de História, recomenda-se omitir estas informações, pois o PPC é um documento do curso que não deve ser alterado com frequência, enquanto que os projetos de extensão podem ser alterados a cada ano de acordo com as possibilidades do corpo docente;
- 5) Na Fl. 83, no quadro referente ao currículo, o subtotal do Grupo III consta 600 h e pela soma deveria constar 460 h. Além disso, a AAC está inserida no Grupo III na Fl. 83, enquanto que a PROGRAD recomenda que *as atividades acadêmicas complementares (AAC) devem ser inseridas nos Grupos I e/ou II dos conteúdos previstos na Resolução CNE/CP 02/2019* (Memorando Nº 04/2022 – DE/PROGRAD – UNESPAR);
- 6) No caso de disciplinas como Didática da História, que tem carga-horária

DIVISÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA

de ACEC que também é contabilizada como PPed, esta carga-horária deve ser inserida na coluna de PPed em ACEC (Fl. 84), dispensando a nota de rodapé;

7) Foram observadas disciplinas com 80 h (Fl. 84 e outras), o que não é permitido no padrão adotado pela UNESPAR. O padrão é de 30, 60, 90, 120, 180 e 210 horas para disciplinas que correspondem a 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 aulas semanais durante um ano letivo respectivamente;

8) Há disciplinas com o regime de oferta EAD total, tais como História do Paraná I e História da América II que tem carga-horária de PPed. Contudo, a prática deve obrigatoriamente ser presencial, como previsto na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (Artigo 15, parágrafo 6): *Para a oferta na modalidade EaD, as 400 horas do componente prático, vinculadas ao estágio curricular, bem como as 400 horas de prática como componente curricular ao longo do curso, serão obrigatórias e devem ser integralmente realizadas de maneira presencial.* Assim, a PPed só pode ocorrer em disciplina presencial ou EAD parcial;

9) O quadro com o resumo da oferta (Fl. 90 e 91) ficou confuso, pois não foi realizada a soma de cada coluna, o que ajudaria a esclarecer a carga-horária total de PPed e de extensão do curso. A carga-horária de ACEC em disciplinas exposta neste quadro (290 h) é diferente da carga-horária de extensão prevista no quadro da carga-horária total do curso na Fl. 91 (320 h);

10) As atividades complementares foram denominadas de maneira diferentes no PPC, sendo que no quadro da Fl. 83 é denominada de Atividades Complementares Acadêmico-Científicas e Culturais enquanto que na Fl. 91 e na Fl. 204 (bem como em outros locais) denomina-se de Atividade Acadêmica Complementar, é necessário padronizar. Ademais, é preciso incluir o regulamento de AAC no PPC. Deve-se explicar tanto no regulamento quanto no texto referente às AAC no PPC (Fls. 204 e 205), que as horas cumpridas em ACEC III, IV e V serão convalidadas como AAC;

11) O quadro referente a PPed (Fl. 198) está confuso, recomendo incluir nele apenas as horas de PPed, não a carga horária total das disciplinas. É preciso ainda somar a carga-horária final do quadro, evidenciando a carga-horária de PPed ofertada pelo curso, totalizando no mínimo as 400h que são obrigatórias. Neste quadro também não deve constar os Estágios, pois segundo a legislação as 400 horas para a prática dos componentes curriculares devem ser cumpridas nos Grupos I e II;

12) No quadro de resumo da oferta (Fl. 90 e 91), somando-se a carga-horária de PPed e PPed em ACEC obtém-se 870 horas, carga-horária muito superior do que é exigido pela legislação (400 horas). Todavia, a carga horária total de PPed ofertada pelo curso não é somada e não fica clara em nenhum local do PPC;

13) As horas de Estágio Supervisionado estão alocadas na coluna de PPed. Recomenda-se inserir uma coluna de Estágio nos quadros das Fl. 88 e 90, para não causar confusão entre estágio e PPed. Além disso, na Fl. 209 explicita-se que 70 horas do Estágio Supervisionado I e II são categorizadas como PPed em ACEC. O Estágio Supervisionado pode ser contabilizado como ACEC II, mas não pode ser considerado PPed. De acordo com a legislação, o aluno precisa cumprir 400h em Prática do Componente Curricular e 400h em Estágio Supervisionado, totalizando 800h. O quadro apresentado nas FL. 201 e 202 pode confundir, pois a seção não explica exatamente o motivo do quadro abordar outros componentes curriculares, já

DIVISÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO *CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA*

que é um texto sobre o estágio curricular.

14) Nas Fls. 209 e 210 há uma descrição do PIBID (projeto de ensino) no texto que fala sobre a curricularização da extensão. Recomendo realocar este texto;

15) Na Fl. 198 e em outros locais do PPC explicita-se que 100 horas do PIBID podem ser convalidadas como PPed. Se possível, seria importante explicar com mais clareza em quais disciplinas estas 100 horas serão convalidadas como PPed;

16) De acordo com o Regulamento da Curricularização da Extensão da Unespar (Resolução nº 038/2020), a ACEC I é uma disciplina de caráter introdutório, apresentando aos discentes a fundamentação teórica da extensão universitária, a legislação vigente sobre o tema e possibilidades de desenvolvimento de ações extensionistas. Assim, é importante incluir nas ementas das disciplinas de Universidade e Sociedade I e II a fundamentação teórica da extensão universitária e a legislação vigente sobre o tema, para se caracterizar também como ACEC I. Ainda no quadro da ementa das disciplinas Universidade e Sociedade I e II (A partir da Fl. 142), como a disciplina é inteira extensionista, a carga horária total deveria ficar na coluna de ACEC e, na ementa explicitar a carga horária que será ACEC I e a carga horária que será ACEC II;

17) No quadro referente a curricularização da extensão na Fl. 211, o total de oferta deve ser 324 horas, visto que 10% de 3.240 (carga-horária total do curso) é 324. Na Fl. 282, no § 3 do Artigo 12, novamente menciona que serão garantidas 320 horas de extensão, sendo que precisa ser no mínimo 324 horas. Ainda sobre o quadro da Fl. 211, em relação as 120 h de ACEC III, IV e V, é preciso deixar claro na nota de rodapé que destas, os acadêmicos terão que cumprir obrigatoriamente apenas 04 horas, pois as outras 320 ele já cumpre nos componentes curriculares previstos em ACEC I e II (eu compreendi isso, está correta minha interpretação?). Contudo, na nota de rodapé consta que estas 120 h *podem ser desenvolvidas de forma complementar ou substitutiva*, neste caso, os estudantes têm a opção de substituir as atividades extensionistas previstas em ACEC I e II e pelas atividades das ACECs III, IV e V? Isto ficou confuso, pois nas Fls. 208 e 209 compreende-se que as atividades extensionistas previstas em ACEC I e II são obrigatórias. Considero desnecessário constar no quadro de curricularização da extensão uma carga-horária tão superior (440 h) em relação ao que é obrigatório cumprir no curso (324 h);

18) No texto referente ao Estágio Supervisionado Obrigatório (a partir da Fl. 200) deve ser mencionada a extensão, explicando como as ACECs serão cumpridas no contexto do estágio;

19) Nos itens “frequência e avaliação” das FL. 64 a 67, sugiro remeter ao Regimento da Unespar, pois caso haja mudança neste documento não há a necessidade de alterar o PPC;

20) O TCC é considerado um componente curricular, então, sua carga horária precisa ser contabilizada/inserida na matriz curricular. Na matriz curricular está a “produção de monografia” e nos demais quadros seguintes “TCC”. É a mesma disciplina/componente? Se sim, precisa ficar com a mesma denominação.

3. Parecer

A Divisão de Ensino de Graduação da Unespar *Campus União da Vitória*



Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
Campus de União da Vitória



DIVISÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO CAMPUS UNIÃO DA VITORIA

atesta o cumprimento das exigências e requisitos estabelecidos na Resolução 038/2020 CEPE/UNESPAR e Resolução MEC/CNE/CP 02/2019, e é FAVORÁVEL ao desenvolvimento da referida proposta.

Camila Juraszek Machado

União da Vitória - PR, 30/09/2022

CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PORTARIA N ° 143/2022-REITORIA/UNESPAR

Praça Coronel Amazonas, s/n
União da Vitória- Paraná - Brasil - CEP 84.600-000
Fone (42)3521-9132 - www.uniaodavitória.unespar.edu.br



UNESPAR/
CAMPUS DE UNIAO DA VITORA
Divisão de Pesquisa e
Pós-Graduação



ePROTOCOLO



Documento: **PARECER_Historia1.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Camila Juraszeck Machado** em 30/09/2022 17:16.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Camila Juraszeck Machado** em: 30/09/2022 17:15.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
a34a14a91cdfb3d09623491d22c42c12.

CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA
DIVISAO DE GRADUACAO

Protocolo: 19.524.108-2
Assunto: Encaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso de História.
Interessado: CAMILA JURASZECK MACHADO
Data: 30/09/2022 17:18

DESPACHO

Prezado Coordenador do Curso de História, Everton Grein

Segue o parecer da Divisão de Ensino de Graduação a respeito das adequações realizadas no PPC do Curso de História.

Atenciosamente,

Profa. Dra Camila Juraszeck Machado
Chefe da Divisão de Ensino de Graduação/UNESPAR Campus União da
Vitória



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_2.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Camila Juraszeck Machado** em 30/09/2022 17:19.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Camila Juraszeck Machado** em: 30/09/2022 17:18.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ceac695029ecd2b3450530dd9e602cd2.



**CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

Protocolo: 19.524.108-2
Assunto: Encaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso de História.
Interessado: CAMILA JURASZECK MACHADO
Data: 20/10/2022 09:12

DESPACHO

Prezada Profa. Dra. Kelen dos S. Junges,
Em anexo reencaminho o Projeto Pedagógico do Curso de História revisado de acordo com o parecer anterior da Divisão de Ensino. Conforme o mesmo parecer, procedeu-se a realização de todas as adequações sugeridas pela relatoria.

Sem mais,
Att. Prof. Dr. Everton Grein



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_3.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Everton Grein** em 20/10/2022 09:13.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Everton Grein** em: 20/10/2022 09:12.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
b6e59f40412160c4cf00d65f613ed578.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

HISTÓRIA

CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

UNIÃO DA VITÓRIA – 2022

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
1.1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1.2	TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS	5
2.	DIMENSÃO HISTÓRICA	6
3.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	12
3.1.	LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	12
3.2.	JUSTIFICATIVA	22
4.	CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS	28
4.1.	CONCEPÇÃO	28
4.2.	FINALIDADES	38
4.3.	OBJETIVO GERAL	42
4.4.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	44
5.	METODOLOGIA E AVALIAÇÃO	45
5.1.	METODOLOGIA	46
5.2.	AVALIAÇÃO	57
6.	PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL	65
7.	ESTRUTURA CURRICULAR	75
7.1.	CURRÍCULO PLENO	76
7.2	DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR	80
7.2.1	Primeira série	80
7.2.2	Segunda série	82
7.2.3	Terceira série	83
7.2.4	Quarta série	85
7.2.5	Resumo da oferta	86
8	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	89
8.2	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	89
8.3	DISCIPLINAS OPTATIVAS	143
8.4	DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES/ELETIVAS	192
8.5	PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PPed)	193

8.6	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	196
8.7	PRODUÇÃO DE MONOGRAFIA -TCC	199
8.8	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	200
8.9	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO	201
8.9	PESQUISA	206
8.10	INTERNACIONALIZAÇÃO	214
8.11	PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR217	
8.12	QUADRO DE EQUIVALÊNCIA EM RELAÇÃO A MATRIZ CURRICULAR EM VIGOR	218
8.13	RECURSOS NECESSÁRIOS	220
8.13.1	RECURSOS FÍSICOS, BIBLIOGRÁFICOS E DE LABORATÓRIOS	221
9	QUADRO DE SERVIDORES	236
9.10	COORDENAÇÃO DE CURSO	236
9.11	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	237
9.12	CORPO DOCENTE	237
10	REFERÊNCIAS	240
11	ANEXOS:	243
	ANEXO I- REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS, DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA	240
	ANEXO II- REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC DO CURSO DE HISTÓRIA	262
	ANEXO III- REGULAMENTO DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO COLEGIADO DE HISTÓRIA	266
	ANEXO IV- LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO, RESTAURO E CONSERVAÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS JURÍDICAS	278
	ANEXO V - REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DO COLEGIADO DE HISTÓRIA	287
	ANEXO VI- REGULAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA	293
	ANEXO VII- REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE HISTÓRIA	299

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Pedagógico do Curso - PPC de História, se encontra abrigado no Campus de União da Vitória da UNESPAR, região sul do Paraná e atende a regulamentação da demanda de licenciaturas da rede pública e privada da região. O processo de elaboração deste documento passou por reuniões de seu Núcleo Docente Estruturante – NDE.

No entanto a última versão do Projeto Pedagógico do Curso de História em seu processo de Renovação, aprovada pelo CEPE em 2021, necessitava de atualizações referentes à curricularização da extensão e à internacionalização, desta maneira acrescentaram-se pequenas alterações para o aperfeiçoamento curso, tais como: a inclusão no rol disciplinas optativas, revisão de texto, adequações do regulamento de estágio e inserção do regulamento de atividades de extensão.

O presente texto apresenta em sua composição: a identificação do curso, funcionamento e vagas, dimensão histórica, a organização didático-pedagógica, legislação suporte de sua propositura, a justificativa para sua criação, concepção, finalidade e objetivos, metodologia, avaliação, perfil profissional, estrutura curricular, distribuição e ementário das disciplinas, quadro de recursos humanos, estágios supervisionados, trabalho de conclusão de curso, curricularização da extensão, ações para a internacionalização do curso e os regulamentos específicos já existentes bem como o novo sobre a extensão e sua curricularização em anexo.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

ITEM	DESCRIÇÃO
CURSO	História



ANO DE IMPLANTAÇÃO	2022
CAMPUS	União da Vitória
CENTRO DE ÁREA	Ciências Humanas e Educação
CARGA HORÁRIA	3240
HABILITAÇÃO	Licenciatura
REGIME DE OFERTA	Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	4 anos

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TURNO DE FUNCIONAMENTO	QUANTIDADE DE VAGAS
Noturno	40

2. DIMENSÃO HISTÓRICA

As instituições são filhas de seu tempo; são concebidas e construídas a partir das condições concretas e do esforço conjunto de uma determinada formação social, são, portanto, históricas. Deste modo, para serem devidamente entendidas, as instituições clamam pelo contexto que lhes deu origem e apelam para as condições históricas que alicerçaram seu caminho, que estimularam ou que frearam o seu desenvolvimento.

Com a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFI, enquanto instituição social não foi diferente; assim como em certos momentos a sua via foi aplainada pela conjugação de fatores favoráveis, em outros ela teve que percorrer sendas tortuosas e enfrentar os caminhos das pedras.

Na década de 50, União da Vitória, estava entre as maiores e mais prósperas cidades do Estado; era mais importante cidade do sul e do sudoeste do Paraná, exercendo influência social e cultural sobre toda a região. Dentro dessa conjuntura começou a ser pensada a possibilidade de criação de curso superior em União da Vitória. O depoimento do professor Israel Pastuch (1994), testemunha e protagonista, é fundamental para se entender a gênese e os primeiros passos da FAFI.

Em entrevista, concedida aos 22 de março de 1994, Pastuch assim se reporta aos acontecimentos que antecederam e que deram alento ao sonho de uma faculdade em nossa cidade.

A categoria dos alfaiates, da qual meu pai (Gregório Pastuch) fazia parte, teve um grande mérito. Era na alfaiataria do meu pai que reuniam-se os políticos, os homens públicos, "a elite do chimarrão e da fofoca" de nossas cidades ... homens como Alfredo Stalschmidt e Napoleão Feijó, progenitores de quatro professores (que viriam atuar na futura Faculdade), membros efetivos do Partido Social Democrático (PSD), começaram a fomentar a ideia de criação de um curso superior.

A criação de um curso superior já vinha ganhando corpo desde o Governo Munhoz de Rocha, todavia, essa ideia, torna-se realidade pela decisão do Governador Moisés Lupion, atendendo ao pedido do Diretório Municipal do então PSD, partido do Governador.

O Governador que, além de pertencer ao PSD, possuía um eleitorado expressivo na região - atendeu as solicitações dos correligionários criando, mediante a Lei nº 3001 de 22 de dezembro de 1956, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras subordinada à Secretária de Educação e Cultura do Estado do Paraná.

Estava criada a FAFI. No entanto, mais de três anos irão separar o ato de criação da Faculdade (22/12/56) da primeira aula inaugural (28/03/60). Além dos obstáculos burocráticos, Pastuch tece algumas considerações sobre o comportamento dos homens públicos da época, no sentido de esclarecer e não de julgar.

Em 1956, faltou aos nossos homens mais visão, deixando de lado o pensamento da responsabilidade de dívidas. O nosso prefeito da época, Sr. Esmeraldo Dalla Barba Kurten, não quis dar o passo maior que as pernas. Talvez estivessem certos em termos de conduta. Poderiam estar funcionando os cursos de Direito, Agronomia e Veterinária que já estavam assinados pelo Governador Lupion, mas o prefeito assustou-se. Aquilo que sobra para os homens desonestos - "aquela coragem, aquela facilidade de empurrar a coisa para a frente sem pensar o que vai acontecer" - falta para o homem de bem. O homem de bem não investe sem ter a certeza de que está dando um passo certo; foi isso que aconteceu em União da Vitória. Faltou espírito aventureiro para deixarem as coisas correrem e ficarem pertencendo ao futuro. Querendo fazer só o que estava ao alcance no momento foi o que atrapalhou a concretização do sonho de uma universidade em União da Vitória.

O gesto do Governador Lupion não foi correspondido no tocante aos cursos de Direito, Agronomia e Veterinária que não foram levados adiante, não saíram do papel. Já a Faculdade de Filosofia teve sorte diferente, graças mormente ao Dr. Luiz Wolski que empunhou a bandeira da FAFI, sendo designado para o cargo de Diretor da mesma pelo Decreto Estadual nº 8474 de 25 de fevereiro de 1957.

Portanto, a FAFI estava criada, tinha um Diretor designado, agora era preciso tratar da sua instalação. O Dr. Wolski liderou uma luta, como acentuou Pastuch, enfrentando toda sorte de obstáculos e sacrifícios durante os dois anos que separam a sua nomeação para o cargo de Diretor (25/02/57) da autorização para o funcionamento dos Cursos de Pedagogia e História pelo Parecer nº 562 de (25/11/59) do Conselho Nacional de Educação. Nesse mesmo parecer, que teve

como relator o Conselheiro Alceu Amoroso Lima, foram aprovados os seguintes professores para constituir o corpo docente da Faculdade: Aldrovando Cardon Castro, Alvir Rieseberg, Aniz Domingos, Edy Santos da Costa, Eny Camargo Maranhão, Francisco Filipiak, Ivete Mazalli, Ivone Mascarenhas Skiba, João Hort, Luíz Wolski, Lybia Stallschmidt, Maria Theresia Butzen, Vicente Codagnone, Walkíria Araújo de Oliveira.

Em 19 de janeiro de 1960 foi publicado o decreto nº 47666 que levou a assinatura do presidente da República Exmo. Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira e Clóvis Salgado, então Ministro da Educação, concedendo autorização para funcionamento dos dois cursos. Em consequência deste ato foi instalada a Faculdade, realizando-se, no mês de fevereiro do mesmo ano, o primeiro Concurso Vestibular, sendo aprovado 16 candidatos para o Curso de História e 35 para o Curso de Pedagogia. Dessas duas primeiras turmas formaram-se, em 18 de dezembro de 1963, 25 alunos do curso de Pedagogia e 08 alunos do curso de História.

Em 1966 são criados os cursos de Geografia e Letras (Licenciatura Plena de 1º ciclo) pela Lei Estadual nº 5320, de 10/05/1966, sendo transformados em Licenciatura Plena de pelo Decreto Estadual nº 21692, de 27/04/1970. Em 1967, o Decreto Federal nº 61120, de 31/07/1967, concede o reconhecimento dos cursos de História e Pedagogia. Já os cursos de Geografia e Letras são reconhecidos através do Decreto Federal nº 74750, de 23/10/1974.

O Decreto Federal nº 79216, de 08/02/1977, autoriza o funcionamento dos cursos de Ciências, Licenciatura de 1º Grau, e Licenciatura Plena com habilitação em Matemática, sendo o mesmo reconhecido pela Portaria Ministerial nº 617, de 16/12/1980. No que se refere ao somente ao curso de História, este recebeu autorização para funcionar em 25/11/1959, em sessão plenária do conselho Nacional de educação, pelo parecer nº 562, tendo como relator o emérito conselheiro escritor Alceu Amoroso Lima.

Em 19/01/1960, o decreto nº 47666, assinado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e pelo Ministro da

Educação Clóvis Salgado, também concedia a autorização para o funcionamento do mesmo. Neste mesmo ano, realizou-se o 1º Concurso Vestibular, no qual foram aprovados 16 candidatos para o Curso de História. A aula Inaugural foi proferida em 28/03/1960, às 10:00 horas, com a presença do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado Moisés Lupion, Secretário de Educação e Cultura, Sr. Nivon Weigert, o ex-secretário Dr. Plínio Franco Ferreira da Costa, comandante do 5º BEC, Tenente Coronel Gerson de Sá Tavares, autoridades da Comitativa Governamental, autoridades locais e dos municípios vizinhos, professores, acadêmicos, intelectuais da cidade e outras pessoas da comunidade. A mesma esteve a cargo do professor da Universidade Federal do Paraná, Dr. José Loureiro Fernandes, Professor Catedrático da Cadeira de Antropologia, que proferiu palestra com o tema *As Populações Primitivas do Paraná*, baseado em pesquisas realizadas nas jazidas antropológicas do litoral e interior do estado, em Sessão Solene no Salão Nobre da escola Normal Secundária Professora Amazília. Desde então o curso iniciou suas atividades didáticas, pedagógicas e culturais, tendo como primeiro Diretor da Faculdade o Dr. Luiz Wolski.

Em 31/07/1967 o decreto Federal nº 61120 concede o reconhecimento do Curso. A primeira formatura deu-se em 18 de dezembro de 1963, com 8 alunos, no auditório do Cine Teatro Luz. Após a imposição de grau, houve uma premiação de honra ao mérito ao 1º colocado do curso, o aluno Joaquim Osório Ribas. A 1ª reunião do Departamento de História (16/09/1963) ocorreu na sala da congregação da FAFI tendo como diretor do Departamento o professor Aniz Domingos. A assembleia teve por objetivo a necessidade urgente de se elaborar o Estatuto do Departamento.

Desde o início do curso esteve presente a preocupação do Departamento em promover eventos sócio culturais como: exposições, seminários, pesquisa histórica, simpósio de História, oficinas, cursos de extensão e conferências. A criação do Centro de Pesquisas e Estudos Históricos - CEPEH, em 1976, pelos professores – membros fundadores da FAFI, teve como objetivo incentivar o gosto

pela pesquisa histórica, a preservação patrimonial e documental da cidade e difundir a cultura histórica.

Em 23 de março de 1979 deu-se a fusão do Departamento de História e Geografia em Departamento de Ciências Sociais, conforme determinava o Regimento da Faculdade em seu artigo 72 seção IV. Em 11 de março de 1981, dissolveu-se o Departamento de Ciências Sociais voltando a ser Departamento de História em virtude da vigência do Novo Regimento Interno da Faculdade, aprovado pelo Conselho Federal de Educação conforme parecer nº 1153/80.

Em 1999, foi criado o Arquivo Histórico do Departamento, Acervo Documental, com a finalidade de contribuir com acadêmicos professores e pesquisadores, em geral, que buscam o conhecimento do passado que é intrínseca ao ser humano que sempre se preocupou com suas origens. Também possibilita aos acadêmicos a participação efetiva em atividade diferenciadas, no âmbito da pesquisa e organização arquivística, além de preservar a memória histórica da sociedade local pela guarda da documentação, contamos com o trabalho de todos que se dedicam ao estudo e a pesquisa histórica, oportunizando meios de colaborar e construir conhecimento.

Após a consolidação da UNESPAR após 2001 a estrutura departamental se converteu em um arranjo de setores colegiados e o Departamento passou a ser designado Colegiado. Atualmente o colegiado de História mantém viva em preocupação junto a comunidade acadêmica e sociedade, oportunizando acesso de docentes e acadêmicos a viagens de estudos locais históricos, incentivo a pesquisa e no fortalecimento das Semanas de História, realizadas anualmente, com apresentação de vários conferencistas/historiadores

Com vistas a atender as novas demandas de verticalização por que passa a estruturação e consolidação da UNESPAR, os eventos anuais semanas de história e Colóquio Nacional de história e historiografia no Vale do Iguaçu, realizados já a cerca de uma década, começam a ser orientados pelas dinâmicas de pesquisas coletivas orientadas para laboratórios, grupos de pesquisa e estabelecimento de linhas de atuação na pesquisa e na extensão. O colegiado conta ainda atualmente

com Laboratório de Fontes Jurídicas – LAFUR que em consonância com o acervo do arquivo histórico desenvolve suas atividades.

O colegiado de História presta assessoria também ao CAHIS – Centro Acadêmico de História, (anteriormente centro de estudos) composto e coordenado por acadêmicos do Curso, com objetivo de interagir junto aos estudantes sobre questões educativas, culturais e estudantis.

A preocupação com o processo educativo em História nos leva a uma contribuição mais sólida e precisa junto a esta Instituição de Ensino Superior e a seus participantes, para que o seu dedicado esforço em cumprir sua missão de gerar e universalizar conhecimentos para a sociedade, se concretize.

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura Plena em História da UNESPAR Campus de União da Vitória, Estado do Paraná, está respalda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Base Nacional Comum Curricular e na Resolução 02 de dezembro de 2019. Com isso, busca constantemente a modernidade no ensino praticado para atender a formação profissional completa dos seus acadêmicos, num exercício continuado, visando à intensa articulação da graduação com a sociedade.

Orientada pelos princípios (I) da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; (II) da diversidade epistemológica do mundo; (III) da diversidade de tempos-espacos-relações formativas, objetiva que os conteúdos pedagógicos sejam repensados a partir do sentido que eles têm para o professor na sala de aula, procurando na teoria, soluções para os problemas encontrados na prática.

DE CRIAÇÃO DO CURSO (Lei, Resoluções SETI, Resoluções COU/CEPE)

PARECER(ES) Nº	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA	PUBLICAÇÃO
C/N nº562	MEC	25/11/59	-
Portaria	Órgão Expedidor	Data	Publicação

Decreto n° 47660	MEC	19/01/1960	-
------------------	-----	------------	---

DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO (Decreto, Resoluções SETI, COU, Parecer CEE)

Parecer(es) N°	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto Federal n°47.666	MEC	10.01.60	

DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Portaria, Resoluções SETI, Parecer CEE)

Parecer(es) N°	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto Federal n°61120	MEC	31/07/1967	DOU 03/08/67

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Encontram-se aqui elencados os principais documentos normativos e orientadores que respaldam e fundamentam a proposta político-pedagógica do Curso de História da Universidade Estadual do Paraná, do campus União da Vitória, entre elas, a Base Nacional Comum Curricular (2018).

3.1. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

- I. Decreto-Lei n°. 1.190, de 4 de abril de 1939. Criação do curso. Câmara dos deputados. Brasília. 1939;

- II. PARECERES CNE/CES – N° 776/97 E 583/01 - Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação
- III. PARECER CNE/CES 492/01 E 1363/2001 que tratam da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- IV. PARECERES CNE/CP 2001: N° 09,21,27 E 28 CNE/CP 21/2001, que estabeleceram a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena
- V. RESOLUÇÕES CP/CNE N°01 E 02/2001, que Instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
- VI. Decreto-Lei nº10172 DE 09/01/01 – Que articulou o Plano Nacional de Educação- PNE
- VII. Deliberação CEE n 04/10 que dá nova redação ao artigo 2º da Deliberação CEE/PR nº 04/06, que estabelece normas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- VIII. Deliberação nº 04/13, estabelece normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;
- IX. Deliberação nº 04/13, que estabelece normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;
- X. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, do MEC;
- XI. Estatuto da UNESPAR;
- XII. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

- XIII. Lei 17505 – 11 de janeiro de 2013 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências;
- XIV. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, que define as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e suas alterações;
- XV. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- XVI. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- XVII. Parecer CEE/CES nº 23/11 que estipula a Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como disciplina nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica, em cumprimento ao artigo 3.º, do Decreto Federal n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- XVIII. PDI da UNESPAR.
- XIX. Regimento Geral da UNESPAR;
- XX. Regulamento de Extensão,
- XXI. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial (no caso dos bacharelados);
- XXII. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências (no caso dos bacharelados e licenciaturas);
- XXIII. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- XXIV. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

- XXV. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação docente);
- XXVI. Resolução n. 038/2020 – CEPE/UNESPAR, que regulamenta a Curricularização da Extensão.
- XXVII. Resolução N.º 046 – 2018 – CEPE/UNESPAR, que regulamenta os estágios obrigatórios.
- XXVIII. Resolução nº 001/2019 – COU/UNESPAR, que estabelece o Sistema de Cotas no processo Seletivo Vestibular e o Sistema de Seleção Unificada – SISU;
- XXIX. Resolução nº 014/2018 – COU/UNESPAR que autoriza a matrícula especial em disciplinas isoladas de estudantes nos cursos de Graduação;
- XXX. Resolução nº 038/2020– CEPE/UNESPAR, que Aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR;

Como o campo educacional, e sua regulamentação está diretamente ligado ao seu contexto histórico, analisar a fundamentação legal, o escopo da lei, decretos e pareceres nos permite compreender qual a dinâmica política ou os referenciais norteadores de qualquer projeto educacional, bem como dimensionar sua ação e amplitude. Na própria evolução do aparato legal podemos perceber inequivocamente, ainda que de forma reativa, como a sociedade em seu desenvolvimento e complexidade está inexoravelmente ligada à educação e como a legislação direciona, ou por vezes condiciona o campo educacional.

Dessa forma, todo o aparato legal analisado exprime não só as exigências da sociedade, mas também suas expectativas, que encontram no Estado democrático nacional o instituidor do Estado de direito, das liberdades individuais, do acesso e melhoria da educação, como parte de um processo de transformação social. Portanto a legislação que concerne a orientação, regulamentação e instituição de diretrizes, dentro de parâmetros educacionais, direciona a construção

dos projetos pedagógicos educacionais, incluindo nesse processo as demandas sociais, as políticas afirmativas e protetivas em relação à sociedade, onde cada avanço social se torna um equivalente legal dessa conquista.

Buscou-se de forma pontual, citar a estrutura central da lei, sobretudo, quando relacionados, ao ensino superior, não diferentemente em relação aos decretos, portarias e pareceres que fazem parte da fundamentação legal da educação e que em específico se aplicam a estrutura político legal da universidade, pontuando inclusive, em alguns momentos específicos, uma inadequação com as exigências legais.

- A Lei nº9394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, orientando os princípios e os fins a educação, do direito e do dever de educar, dos modelos e formas de organização escolar em território nacional, e dos níveis e modalidades de ensino e legislando em específico sobre o ensino superior regulado pelo Art. 43. Encontrando-se o Colegiado de História em acordo e observância a referida Lei.
- A Lei nº 10861/2004 – que em seu Art. 1º. Inciso 1º Institui o SINAES, que tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. De forma geral, a referida lei foi criada com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O Colegiado de História enquadra-se no dispositivo legal ora postulado, inclusive se utilizando de seus resultados na melhoria do projeto político pedagógico de curso e em seu corpo discente e docente.

- Já a Lei nº 11788/2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes, definindo, classificando, regulamentando e fiscalizando o campo do estágio que se apresenta como um direito acadêmico fundamental para o desenvolvimento do processo formativo, alternando teoria e prática, além de possibilitar uma experiência real ao acadêmico. Encontra-se o Projeto Político do Curso de História de acordo com a Lei específica, tanto no que tange a regulamentação de estágio, como em relação a disciplina específica de estágio, dentro da grade curricular do curso.
- Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002, versa sobre a educação ambiental de forma transversal nas disciplinas. Entende-se em seu Art. 1º por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Ainda que não haja uma disciplina específica para a educação ambiental, os eixos temáticos e problematizações constantes na grade curricular do curso e os componentes curriculares de História do Paraná I e II e História do Brasil I e II contemplam transversalmente a proposta.
- Decreto 5296/2004 – regulamenta a Lei nº10098/2000 Art. 1º estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Infelizmente o Colegiado de História não dispõe de forma adequada de acessibilidade, a todas as suas salas de aula, laboratórios, sala de projetos, arquivo, e sala do colegiado, encontrando-se com o conjunto da estrutura física do prédio/Campus que ocupa em inadequação para com o referido decreto.
- Em relação ao Decreto nº5626/2005, que regulamenta a Lei nº10436/2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras, e o artigo 18 da Lei nº10098/2000 encontra-se o Colegiado de acordo e dentro dos padrões

estipulados e definidos, contando em sua grade curricular obrigatória com a disciplina de Libras, e circunstancialmente inclusive como disciplina optativa (extracurricular, a fim de atender os egressos da licenciatura).

- Decreto nº 5622/2005 – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em relação à educação e ensino a distância. Caracterizando-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. O Colegiado de História possui em sua matriz curricular, disciplinas ofertadas na qualidade de optativas que podem ser ofertadas na modalidade de ensino semi-presencial.
- Portaria MEC nº4059/2004 – Regulamenta a oferta de carga horária à distância em componentes curriculares presenciais. Encontra-se o Colegiado de História adequado e em observação à supra referida portaria.
- Portaria MEC nº40/2007- Institui o e-MEC, como forma de ampliar, agilizar, abreviar e racionalizar o trâmite do Cadastro de Instituições e Cursos superiores, Basis e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes Enade, entre outras disposições.
- Parecer CNE/CP nº28/2001 – Estabeleceu a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Dispõem à luz das diretrizes curriculares nacionais da formação docente, o tempo mínimo para todos os cursos superiores de graduação de formação de docentes para a atuação na educação básica para a execução das atividades científico-acadêmicas não ficando abaixo de 2000 horas, sendo que, respeitadas as condições peculiares das instituições, estimula-se a inclusão de mais horas para estas atividades. Do total deste componente, 1800 horas serão dedicadas às atividades de ensino/aprendizagem e as demais 200 horas para outras formas de atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. Estas 2000 horas de trabalho para execução de atividades científico-

acadêmicas somadas às 400 horas da prática como componente curricular e às 400 horas de estágio curricular supervisionado são o campo da duração formativa em cujo terreno se plantará a organização do projeto pedagógico planejado para um total mínimo de 2800 horas. Este total não poderá ser realizado em tempo inferior a 3 anos de formação para todos os cursos de licenciatura inclusive o curso normal superior. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação ao referido parecer.

- Parecer CNE/CP nº9/2001 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciaturas, de graduação plena. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação ao referido parecer.
- Resolução CNE/CP nº1/2002 – Institui Diretrizes Nacionais para formação de professores da Educação Básica, em nível superior. O Colegiado de História encontra-se adequado no que versa a referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº2/2002 – Institui a duração e carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação a referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº01/2004 – Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana, resolução que se respalda e dá cumprimento das leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação a referida resolução, inclusive possuindo em sua matriz curricular, disciplinas específicas de História da África e Cultura Afro-Brasileira que atendem o requisito. Há projetos específicos que reforçam este dispositivo.
- Resolução CNE/CP nº 2/2004 – Resolve adiar o prazo previsto na Resolução CNE/CP nº1/2002. Encontra-se o Colegiado de História em observância à referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº01/2005 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da Educação Básica, em nível superior, cursos de

Licenciatura, de graduação. Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena. O Colegiado de História encontra-se adequado no que versa a referida resolução.

- Resolução CNDI nº16/2008 – Dispõe sobre a inserção nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso. Dispõe sobre inserção nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. O Colegiado de História possui em sua matriz curricular a disciplina de história oral e como optativa a disciplina de História Pública e História Oral: conceitos e práticas entre outras que matizam a valorização do depoimento de pessoas de variadas faixas etárias, mas fundamentalmente as mais idosas, que são detentoras de experiências relevantes para a construção do conhecimento histórico. O acadêmico por meio desta disciplina é encorajado a ouvir e valorizar os depoentes idosos. Como se postula na concepção de ensino o homem em toda sua condição, espacialidade e temporalidade é nosso objeto central, dentro de uma visão humanística de ensino.
- Resolução CONAES 01/2010 – Estabelece sobre o Núcleo Docente Estruturante-NDE, regulada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). O Colegiado de História possui um Núcleo Estruturante que está operante, vindo de encontro ao que determina a referida resolução.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

- Resolução nº 2, de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). No Capítulo IV, Dos Cursos de Licenciatura estabelece que:

Art. 10. Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, instituída nos termos do Capítulo I desta Resolução.

Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I – Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II – Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III – Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Parágrafo único. Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009).

Art. 12. No Grupo I, a carga horária de 800 horas deve ter início no 1º ano, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – conhecimento, prática e engajamento profissionais – como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Parágrafo único. No Grupo I, devem ser tratadas ainda as seguintes temáticas:

I – Currículos e seus marcos legais:

- a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;
- b) Diretrizes Curriculares Nacionais;
- c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura; e
- d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

§ 4º Para o curso de formação de professores nos anos finais do Ensino Fundamental, e do Ensino Médio, as 1.600 horas, para aprofundar e desenvolver os saberes específicos, podem ser ofertadas, de acordo com a organização curricular, do seguinte modo: componentes curriculares, componentes interdisciplinares ou áreas de estudos, nos termos do respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O Colegiado de História encontra-se adequado a Resolução nº 2, de dezembro de 2019.

3.2. JUSTIFICATIVA

O Curso de História do *campus* de União da Vitória da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – desde sua criação em 1960, teve como missão a formação de docentes e pesquisadores a partir da área de Licenciatura. Os formados atuam em instituições públicas e privadas que tem, sobretudo, o caráter didático-pedagógico, seja em nível fundamental ou médio, bem como no estudo e preservação do patrimônio histórico-cultural das sociedades em que atuam.

Importa salientar que no campo de formação docente, o Curso de História se mantém fiel aos objetivos estabelecidos desde a sua criação. É relevante também a formação, igualmente constante, de pesquisadores para arquivos, museus, bibliotecas, centros de cultura e de patrimônio histórico públicos (municipais, estaduais ou federais), e de caráter privado.

Nos dias atuais, em que as possibilidades e a quantidade de informações crescem num ritmo acelerado, faz-se necessário um olhar mais acurado aos percursos que conduziram ao estado atual das coisas. Desse modo, as exigências de uma prática histórica crítica e criativa em relação aos documentos e recursos pedagógicos utilizados, associados a uma leitura igualmente crítica da historiografia e do mundo que nos cerca faz-se premente. Ao mesmo tempo, docentes e pesquisadores têm assistido o alargamento de seu campo de trabalho, com o crescimento das necessidades de assessoramento às mídias impressas e faladas, à televisão, ao cinema, as mídias digitais e suas plataformas de redes sociais. Tais transformações nas práticas cotidianas e nos usos tradicionais dos instrumentos e práticas investigativas, requerem uma maior familiaridade dos formados em História.

A recente atualização das Bases Curriculares Nacionais, trazem para além das competências específicas dos componentes curriculares elementos que se articulam transversalmente como a necessidade de diálogo entre estas tecnologias, as linguagens e as habilidades matemáticas que se redimensionam frente a realidade do ensino nacional que se reorganiza. Nesse sentido o curso de posiciona de modo a entender que há integração destes elementos frente a crítica prévia da

qual a disciplina já acumula enquanto fortuna crítica no bojo das disciplinas em que o ensino de história enquanto campo de saberes avançou e produziu um significativo e sofisticado debate. Após a inflexão das noções da aprendizagem histórica de JornRusen, a premência do *giro decolonial* e a explosão das novas tecnologias que se imiscuem cotidianamente nas vidas privadas de discentes e docentes o curso propõe interfaces que partem tanto da inserção de componentes curriculares quanto de ajustamentos daquelas estruturas pré-existentes as necessidades do tempo presente. Tempo este que requer competências gerais e habilidades específicas de manejo com o novo público de formandos que advém desta realidade social e se pretende formador de sujeitos críticos na escola.

Urge, de fato, propiciar ao licenciado em História um contato mais estreito e gradual com as novas metodologias e tecnologias que se apresentam na atualidade desejo ofício. Assim, a Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em História, do *campus* de União da Vitória da Universidade Estadual do Paraná, visa fornecer um instrumental formativo que, ao mesmo tempo em que dialoga com as necessidades e as realidades do chão da escola, aquilo que postula a BNCC e as práticas estritamente pedagógicas, que também subjazem a uma formação profissional completa. Objetivando um exercício continuado, de atualização visando à intensa articulação da graduação com a sociedade, busca ainda, que os conteúdos pedagógicos sejam repensados a partir do sentido que eles possuem para o professor na sala de aula, procurando na teoria, soluções para os problemas encontrados na prática. Ao mesmo tempo em busca da prática docente para composição de novas teorias e formas de se pensar as relações pedagógicas e historiográficas que lhes são subjacentes em um universo de sentido que entende a construção dos vetores da consciência histórica e da formação humana.

Além da ênfase teórica que se dá para que o curso de História amplie espaços de pensamento e ação, também deve-se enfatizar a prática, a ação do professor ou do pesquisador com licenciado em História. Deste modo é que se entende, tanto pelos docentes do colegiado de História, seus acadêmicos e

eventuais docentes de outros departamentos envolvidos, que é preciso que o graduando tenha constantemente um entendimento “técnico” de sua licenciatura. Por técnico compreende-se um aprendizado instrumentalizado pluralmente, seja a partir das formas com as quais se apreende e se ensina, seja de modo que a prática da docência e da pesquisa, ao término de sua graduação, encontre confluência entre “campus acadêmico” e “campo social”. Compreende-se assim que o conhecimento e ação não sejam apartados entre si, mas relacionados em uma fusão completa e complexa.

A partir das necessidades de manutenção de um contínuo processo de aprendizagem que nos níveis do ensino fundamental se expressam na máxima do Fortalecimento de autonomia entre os alunos nas escolas se idealiza um curso que vincula em seus formados:

o sentido dos fortes apelos emocionais que a atual realidade social mediada nos alunos do ensino fundamental em seus componentes curriculares;

o sentido da pesquisa que se relaciona intimamente com a autonomia e a capacidade de engajamento e protagonismo;

o sentido da diversidade que as práticas extensionistas abarcam que não permite naturalizações das violências estruturais ou simbólicas.

Estes mesmos vetores se acrescem ao momento do futuro professor que ao pensar o ensino médio e o itinerário das ciências humanas deve reconhecer-se e identificar na matriz do curso os elementos do saber- fazer, em que integração e flexibilidade são as ideias força, sendo assim o curso pretende vincular a seus formandos:

o sentido da criatividade que demanda resoluções de problemas identificados das comunidades das quais são oriundos;

o sentido da investigação científica voltada ao coletivo na interpretação dos processos socio históricos visando melhorias e desenvolvimento;

o sentido das capacidades de mediação que pode se mobilizar nas intervenções sócio culturais

O objetivo final do curso é a formação de um profissional capacitado para perceber e mostrar em sua prática a indissolubilidade entre o ensino, pesquisa e sua extensão no corpo social, o curso de História define-se, neste rastro, como um meio adequado de fomento a construção do saber através de métodos aplicáveis de forma transdisciplinar, aqui entendida como a conjunção da interdisciplinaridade - entendendo por este termo, fator que correlaciona e faz interagir as disciplinas no âmbito da nossa matriz. Nesta conjunção, procura também exercer a complementaridade – concepção que projeta interação nos quadrantes principais da existência humana, a saber: sociabilidade, afetividade, consciência individual e coletiva. Conceitos de interdisciplinaridade e complementaridade que exercidos possibilitam a problematização, o despertar do senso crítico e a verificação de controvérsias que se apresentam a cada passo do devir histórico.

A partir de um olhar mais aguçado que se pode fazer da trajetória histórica pode-se dizer que o curso de história do *campus* União da Vitória nas duas primeiras década do século XXI, busca efetivamente nas suas atribuições de formar capacitados professores; dentro de um regime de oferta gratuito e de padrões de qualidades notáveis, considerando as enormes discrepâncias socioeconômicas do Brasil e o atual cenário de diminuição de investimentos no setor da educação paranaense, principalmente no que se refere à UNESPAR, a última Universidade reconhecida pelo governo do Estado.

O ensino de História na contemporaneidade deve ser concebido numa pluralidade de conhecimentos e habilidades contextualizadas *in totum*no meio social. Trata-se da tão pertinente e necessária visão sistêmica, pela qual a Universidade, caracterizada, principalmente, pela transmissão, produção e extensão do saber,

toma vulto no seio social, com a ampliação do vínculo de formação do profissional, além dos “portões acadêmicos”.

Tendo-se expostos os motivos que justificam a existência e a essencialidade do Curso de História, cabe asseverar que a formação no curso dá condição ao egresso de reconhecer as várias possibilidades interpretativas da História, para entender que a história que se escreve, quando correlata com a que se vive, permite reflexão e consciência da natureza, das fontes e da construção histórica, até a ponto de saber que cada aspecto da vida humana e dos relacionamentos em sociedade preponderam sobre a simples junção factual de atos heroicos e narrados com requinte. A UNESPAR pretende formar agentes da história, comprometidos com a sociedade em que vivem, mas perfeitamente integrados na “aldeia global”.

4. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

As seções abaixo apresentam a concepção, finalidade e objetivos do Curso de História da UNESPAR. Todas as premissas destas seções estão em harmonia e valorizam os princípios de uma formação humanística, ética, crítica que deve preparar seus estudantes para se tornarem profissionais com o mais alto grau de excelência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.1. CONCEPÇÃO

A possibilidade de consolidar as atividades da UNESPAR no que se refere à função social de seu desempenho em ensino, pesquisa e extensão, depende, cada vez mais, de uma definição clara de seu papel como instituição pública. Em um contexto em permanente transformação, o processo de modernização do país, com o avanço da qualificação em tecnologia, tem convivido face a face com o aumento da complexidade das relações sociais. Desigualdade e tensões têm caracterizado a sociedade brasileira, exigindo das instituições públicas o comprometimento com o bem coletivo. As enormes proporções da pobreza tornam necessários projetos coletivos dotados de sustentação ética e racional. As incertezas que surgem, quando são avaliadas estratégias para a superação da desumanidade historicamente estabelecida, são resultantes da percepção da complexidade dos problemas vividos no contexto com o qual a UNESPAR interage. Essas incertezas merecem tanto mais atenção, quanto mais tomamos consciência das responsabilidades diretas e indiretas associadas às tomadas de posições diante dos problemas com que nos defrontamos.

As concepções de conhecimento que podem permitir à UNESPAR cumprir sua função social, necessariamente, devem levar em conta a intenção de propor visões da realidade que não sejam unívocas ou unilaterais. A possibilidade de convivência de posições diferentes, perspectivas variadas, é fundamental para a formação de

conhecimento, com ponderação e rigor. O questionamento que surge com a comparação entre diferentes posições é fecundo para a renovação de ideias e o aumento da clareza quanto aos potenciais inerentes a diferentes procedimentos de reflexão.

Um conhecimento com pretensão de verdade absoluta deve resultar em distorção. Se compreendermos a realidade como caracterizada pela constante transformação, devemos encontrar métodos adequados para a produção de conhecimento, que levem em conta essa caracterização. A imposição de verdades absolutas remove da produção de conhecimento seu caráter histórico e dinâmico, impondo sobre a realidade modelos que autoritariamente se sobrepõem aos movimentos de mudança. O conhecimento não tem seu valor condicionado à ideia de que ele possa ser encarado como verdade irrefutável, como dogma. Seu valor depende de sua capacidade de dar conta da realidade, em sua constante transformação. Para isso, deve o próprio conhecimento ser transformado, superando limitações e interiorizando novas exigências apresentadas pelo processo de mudanças da realidade.

É preciso enfatizar que, ao entendermos a realidade como processo em constante mudança, não restringimos a realidade ao domínio específico do mercado. Se é verdade que, em larga medida, o mercado de trabalho depende do fluxo de egressos do ensino superior, isso não resulta, no entanto, que a Universidade seja apenas uma prestadora de serviços para a cobertura de vagas.

Face a tudo isto, compreendemos que o Projeto Político Pedagógico do Curso de História do Campus de União da Vitória, consciente das transformações da realidade, propõe um encaminhamento para suas orientações acadêmicas, de modo a, na medida do possível, realizar intervenções no processo histórico. Essas intervenções devem acontecer de maneira que a realidade conduza suas mudanças no sentido de um aumento das condições de atendimento das demandas coletivas, e de uma diminuição da desigualdade social. Caso não contribua para esse sentido

dos acontecimentos, considerando a responsabilidade que lhe cabe, ao curso de História, enquanto constituinte de um ambiente de Educação Superior, estaria se omitindo, ou contribuindo para o incremento de problemas. Por defender a sustentação de suas ações em valores éticos, o Curso quer, contra a omissão e contra o aumento dos problemas, firmar sua posição como responsável por benefícios à comunidade, como é esperado de uma instituição pública e gratuita capaz de interagir com o contexto que a mantém. O engajamento com a comunidade, a aquisição de habilidades para o exercício das dimensões da prática profissional, preocupações atuais advindas da nova Base Curricular Nacional são elementos inerentes a concepção de curso e sujeito a ser formado nos seus quadros.

Se estivesse apenas cobrindo vagas do mercado de trabalho, o Curso estaria contribuindo para conservar o estado dos problemas sociais, pois as demandas do mercado, em larga medida, expressam contradições e conflitos do sistema econômico e político. Cumprir necessidades imediatas de viabilização das relações econômicas é menos do que deve ocupar a instituição pública e gratuita. Ela deve interferir no cerne das contradições e dos conflitos que reconhece à sua volta, realizando ações que beneficiem a sociedade com que interage.

Para isso, é fundamental que o Curso estabeleça expectativas, quanto ao perfil dos egressos de seus cursos. Um aluno que entra na UNESPAR deve, ao final de sua trajetória, ser um cidadão capaz de um envolvimento importante no quadro de mudanças sociais. A formação acadêmica deve não apenas dar condições para que exerça uma profissão, tendo um desempenho satisfatório, mas ir além disso. No espectro das competências amplas docentes. A formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação no futuro, deve dar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente, e atuar junto à sociedade, que através dos recursos que a universidade investiu em sua formação. Deve dar a ele também a clareza de que, sendo formado em uma instituição pública,

desta recebe a qualificação necessária para, através de suas ideias e seu trabalho, beneficiar a sociedade.

Ganhar um diploma não é, no caso, apenas uma forma de defender os próprios interesses, mas antes de tudo uma forma de contribuir para resolver problemas que dizem respeito a outras pessoas. Sem que se possa definir sua função social, o conhecimento adquirido se constitui apenas como exercício de individualismo. Em tempos de exigência de responsabilidade, em escala histórica sem precedentes no país, o individualismo se converte em vaidade e, no extremo, em frieza violenta e anti-social, que contraria os interesses de uma instituição pública e gratuita dedicada à educação.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt, a noção de 'educação histórica' permite a relação direta entre a aprendizagem histórica e compreensão histórica a partir dos pressupostos da ciência histórica. O aluno aprende história da mesma forma que historiadores fazem seu trabalho histórico, sem mediações cognitivas externas entre o ensino e aprendizagem descontextualizadas. Dentro da aprendizagem histórica a educação histórica se constrói de forma direta com o conhecimento histórico e a consciência histórica do aluno, se aprende história, historicamente. O resultado desse processo é a criação de uma racionalidade histórica onde as categorias do pensamento histórico constroem uma forma de compreensão do raciocínio histórico e não a organização de um conhecimento histórico específico.¹

Nessa perspectiva, além de preparar para uma atuação profissional, ou uma qualificação técnica, um curso acadêmico deve preparar para o enfrentamento das dificuldades colocadas pela experiência da vida em sociedade. Cada aluno deve ser encarado pela instituição como um sujeito capaz de participação atuante no âmbito coletivo, de entendimento do contexto em que vive, e de avaliação ética dos problemas colocados pela realidade. A formação acadêmica, deixando de lado o

¹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender história**: Perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora Unijuí, 2009

componente propriamente humanístico do processo de formação, reduz os estudantes a figuras anônimas e indiferentes. Cabe levar em conta o que o aluno do Curso de História vai fazer com o conhecimento obtido, como vai refletir a respeito dos problemas que o cercam, como vai avaliar as repercussões diretas e indiretas do emprego de seu conhecimento no contexto social. Conceber a competência intelectual em termos de qualificação puramente técnica, sem levar em conta esses elementos, é contribuir para a conservação de estruturas sociais injustas, fundamentadas em heranças autoritárias.

Estevão Resende Martins, sobre o fator valorativo de uma formação para as humanidades aberto pelo iluminismo no ambiente universitário, posiciona um arrazoado:

O esclarecimento objetivado pelas Luzes setecentistas, pois, é uma tarefa constante, cuja meta última é a libertação do homem de quaisquer coerções, de preconceitos tradicionais e de dominação ilegítima, mediante educação, crítica pública e debate livre que banissem a ignorância, a superstição e a intolerância. Para lá se chegar é indispensável o recurso ao uso maduro da razão como reguladora de todas as relações privadas e públicas. Sem identificar-se necessariamente com os projetos concretos de sua época, a proposta iluminista se articula como mola propulsora da modernidade, em que crítica e utopia se completam.²

Nesta esteira a perspectiva do conhecimento histórico sob a ótica aberta pelas luzes, situa que qualquer conhecimento é construído de um ponto de vista e exige uma sustentação, o que leva a forma expositiva do conhecimento histórico que deve ser sistematicamente argumentativa e demonstrativa. Entende-se que a ciência histórica é a fornecedora, com sua densidade do controle metódico da teoria e da prática de pesquisa, da tessitura explicativa das necessidades de autoidentificação dos agentes racionais humanos, mediante referência crítica ao presente, sem

² MARTINS, Estevão Resende. Educação e consciência histórica. In: CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Educação histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011 p.77

contudo submeter-se a este ou deixar-se por ele instrumentalizar-se.³ Assim em conformidade dos argumentos expressos, o curso de história da UNESPAR campus União da Vitória situa sua concepção do conhecimento histórico, nem vinculado, exclusivamente ao mercado e as pressões individualizantes, nem mesmo refém único do presente como perspectiva de realização humana, ou mesmo de ações estatizantes instrumentalizadoras.

Destarte o debate avançado que os conceitos de educação histórica e consciência histórica ganharam na primeira década do século XXI, a partir de vários grupos de pesquisa espalhados pelo mundo,⁴ na confluência de saberes entre a história e os saberes pedagógicos o curso de história preza pela concepção que a eficácia da aprendizagem histórica se efetiva na medida em que consegue vincular a experiência no tempo e da subjetividade dos sujeitos que apreendem a história, relaciona-as umas às outras e da capacidade de rearticulação discursiva nos termos da narrativa histórica.

A percepção que a área da didática da história, tem ganho cada vez mais área de responsabilidade frente às disciplinas pedagógicas, leva ao reconhecimento que para a conquista de espaço elabora novo objeto centrado na ideia de aprendizagem histórica que fornece sentido para as necessidades de orientação temporal dos aprendentes. A concepção pedagógica defendida neste projeto portanto está imbricada visceralmente com o conceito de conhecimento histórico que se defende, na busca pela libertação do homem das amarras condicionantes que se constroem também historicamente, e investigam a forma de aprendizagem que questionam os sentidos tradicionais, exemplares, críticos e genéticos sobre a experiência temporal.⁵

³ Idem p.78

⁴ Nos referimos aqui às elaborações teóricas de JornRusen, Alemanha, pesquisas empíricas de Peter Lee, Inglaterra e Isabel Barca em Portugal, Hilary Cooper na Espanha, Maria Auxiliadora Schmidt no Brasil e muitos outros que exploram esforços de pesquisa em torno da ideia de vinculação com qualificação de aprendizado, capacidade de explicação narrativa e maturação de uma consciência histórica entre alunos nas escolas fim.

⁵ RUSEN, Jorn. Aprendizagem histórica: esboço de uma teoria. In: **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: WA editores, 2012. p.79-89

Somente quando a história deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimento acumulados, é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendiz e se tornar fatos de determinação cultural na vida humana.⁶

A composição de nosso currículo é resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e procura contemplar um núcleo que caracteriza a identidade do curso e em torno do qual se constrói uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis.

Sendo assim, a flexibilização curricular é algo que se impõe nas reformas curriculares dos cursos de graduação face às exigências das rápidas transformações socioeconômicas, geopolíticas, culturais e tecnológicas que vêm ocorrendo na sociedade, com seus desdobramentos gerais e particulares na educação, em especial, no ensino superior. Nesta perspectiva, esta preocupação insere-se num sentido maior - o combate aos efeitos desintegradores, antidemocráticos e antissolidários presentes na sociedade contemporânea em crise.

A flexibilização curricular ao ser entendida no seu sentido político implica, por um lado, numa ação coletiva de contraposição “tanto à tradição normativa e autoritária do Estado brasileiro em relação ao ensino superior quanto à percepção tecnocrática e corporativa da sociedade, na qual a realidade social se segmenta, segundo a ótica dos interesses de corporações profissionais”.⁷

Nesse quadro de rupturas, o Colegiado de História concebe o movimento em direção a flexibilização curricular, aliada ao respeito à diversidade de sujeitos e práticas, como decorrente do exercício concreto da liberdade acadêmica e da cidadania no seu interior, da flexibilização do seu espaço/tempo físico e pedagógico,

⁶ RUSEN, Jorn In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **JörnRüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

⁷http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_antiores.php , 2003 p. 106

da organização/gestão administrativa e pedagógica/docente, da produção do conhecimento, da melhoria da sua infraestrutura e das condições de trabalho dos professores e da valorização da categoria docente.

De acordo com o PDI UNESPAR (p.67.)

As políticas de ensino devem primar pela interdisciplinaridade na organização de suas matrizes curriculares, possibilitando aos acadêmicos exercitar sua criatividade com temas contemporaneamente relevantes, além da formação necessária para o bom desempenho do egresso.⁸

A flexibilização, para nós, insere-se então enquanto promotora de qualidade social para a prática pedagógica, em oposição à qualidade de resultados, e deve, de fato, contribuir para fortalecer o bem comum e o espaço público no interior e exterior da universidade, fortalecendo e legitimando-a socialmente.

Resta ainda uma discussão muito interessante e extremamente importante que é a articulação do curso de História com outras áreas da construção do saber, entendida por nós como a interdisciplinaridade.

O que me importa, disse o filósofo, não são nem as pedras nem as árvores, mas os homens na cidade. Não pôde ser fiel a essa afirmação até o fim. Sua reflexão sobre os homens na cidade conduziu-o a lhes atribuir um lugar no mundo e um parentesco de substância com as pedras e as árvores⁹.

Trabalhando sobre a situação do saber científico na contemporaneidade, Castoriadis destaca a importância da interrogação filosófica para todas as ciências, as quais passam hoje por uma situação de crise generalizada necessitando de uma reflexão profunda sobre suas categorias, sobre a relação com seus objetos, e sobre

⁸ UNESPAR. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI -2011-2016 p.67

⁹ CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do Labirinto** Vol. III - O mundo fragmentado. Paz e Terra. 1992. P. 83

o saber que é gerado. Na verdade, este processo questiona a separação absoluta entre ciência e filosofia (e vice-versa), separação esta que impede a compreensão das problemáticas internas, do enraizamento histórico e principalmente da função social do saber científico; modelo da racionalidade técnica, cujos perigos - riscos de grande consequência; nos termos de Giddens - assustam a humanidade neste final de século.

Em conjunto com esta separação, temos aquela expressa na uni disciplinaridade, ou, "hiperespecialização", a qual impede uma visão interacional do que existe nas distintas áreas do conhecimento, e esgota-se como modelo explicativo do homem e de suas relações sociais.

Ao abordar a questão das disciplinas antropológicas (economia, direito, linguística, psicanálise, sociologia e história), Castoriadis chama a atenção para o fato de que, entre estas, a separação se faz sentir com maior gravidade, uma vez que a unidade do objeto desafia imediatamente a dissecação científica. Questões econômicas, jurídico-políticas, psicossociais, culturais e históricas, são tratadas como nos sistemas mecânicos clássicos, de forma linear, reducionista e determinista, importando apenas "o homem na cidade", ou melhor, pedaços do homem, em partes da cidade, esquecendo-se a multiplicidade do Ser e do mundo.

Edgar Morin afirma categoricamente: *"os "hiperespecialistas" são pretensos conhecedores, mas de fato praticantes de uma inteligência cega, posto que parcelar e abstrata, evitando a globalidade e a contextualização dos problemas"*. Propõe-nos a "epistemologia da complexidade", na qual a rigidez da lógica clássica é substituída pela dialógica, e o conhecimento da integração das partes num todo é completada pelo reconhecimento da integração do todo no interior das partes. Isto nos alerta para a importância vital da contextualização.¹⁰

¹⁰ MORIN, Edgar. **Ciência com consciência** - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

Notemos que não se defende na prática interdisciplinar uma "unificação", na qual, a partir de uma axiomática geral, romperiam-se definitivamente as fronteiras disciplinares (e isto hoje está fora de cogitação). A interdisciplinaridade não nega as especialidades, e respeita o território de cada campo do conhecimento; o que se quer é superar a "separação extrema" entre as disciplinas, ou seja, *"a separação entre disciplinas do mesmo domínio e a separação da reflexão filosófica"* nestes termos Castoriadis; alerta para a superação da "hiperespecialização" e da necessidade de trabalhar o conhecimento através de interdependências e de conexões recíprocas. Gusdorf deixa claro isto ao salientar a questão da "complementaridade", onde os especialistas trabalham conscientes de seus limites e acolhendo as contribuições de outras disciplinas.

Calvino também não deixou fora de suas "propostas" a interdisciplinaridade. Os cinco valores apresentados para o próximo milênio, são todos inter relacionados e no último - a "multiplicidade" - destaca o conhecimento como uma rede de conexões. Encerra seu trabalho (e sua vida) valorizando as relações, e defendendo uma visão pluralística e multifacetada do mundo, buscava uma obra que:

Nos permitisse sair da perspectiva limitada do eu individual, não só para entrar em outros eus semelhantes ao nosso, mas para fazer falar o que não tem palavra, o pássaro que pousa no beiral, a árvore na primavera e a árvore no outono, a pedra, o cimento, o plástico...¹¹.

Os argumentos de Calvino encontram-se com Castoriadis: *"o que nos importa são sempre os homens e sua cidade. Mas sabemos que não podemos separá-lo das pedras e das árvores"*,¹² lição que já devíamos ter aprendido para a superação do conhecimento tecnocrático.

¹¹ CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993. p. 51

¹² CASTORIADIS, C. Op. Cit. P. 102

No que tange aos educadores e à Universidade, num processo interdisciplinar, quero salientar Morin, quando diz: *"é necessário que os educadores se auto-eduquem, e se eduquem prestando atenção às gritantes necessidades do século, as quais são encarnadas também pelos estudantes. Eis a perspectiva histórica para o novo milênio. A universidade deve ultrapassar-se para se reencontrar"*.

4.2. FINALIDADES

Considerando a natureza do público atendido na graduação em História, e seu perfil de aluno trabalhador, e com pais com formações inferiores às que eles mesmo tem condições de galgar conforme o diagnóstico do Programa de Reestruturação de cursos da UNESPAR/2016, que aponta "A imensa maioria é constituída por trabalhadores, muitos com baixa renda, advindos da escola pública, com pouca escolaridade na família, sendo que boa parte reside em municípios vizinhos, dependendo de transporte complementar para garantir seu acesso à universidade."¹³. Entende-se que a finalidade é ofertar sentido de orientação histórica para a vida vivida e profissional na região do contestado que possui baixos índices de desenvolvimento humano nos municípios atingidos.

Antes de qualquer ação concreta foi preciso definir qual a orientação que iria reger esse processo curricular e entendemos então que seria uma formação centrada na qualificação de profissionais da educação em consonância com as novas dinâmicas do mercado de trabalho, ou seja, a formação primeira deve estar centrada na formação de professores, não regida pelo mercado, mas não desconsiderando este e a estrutura de oferta de postos nas salas de aula das redes

¹³ <http://prograd.unespar.edu.br/programaseprojetos/2nova-etapa-programa-reestrutura-c-ao.pdf>

públicas e privadas e órgãos públicos das cidades do entorno no sul do Estado do Paraná e Norte do Estado de Santa Catarina.

Como referencial a organização curricular, e as ações pedagógicas necessárias partimos de alguns pontos centrais para concretizar esta prática, quando as condições estruturais de manutenção do curso permitam integralmente:

- Desenvolver ações pedagógicas ao longo do curso que permitam interface real entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que se possa produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;
- As atividades complementares deverão contribuir para viabilizar a flexibilização curricular, mas não deverão ser consideradas o único meio de realizá-la;
- Disciplinas e atividades complementares deverão expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento de carga horária;
- Ampliar as interfaces entre as diversas áreas do conhecimento nos níveis de ensino, pesquisa e extensão;
- Atribuir procedimentos à mobilidade acadêmica para aproximar os sujeitos e experiências provenientes de diferentes trajetórias intra e interinstitucionais;
- Criar condições para que as diferentes demandas nas IES possam conduzir a uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;

Ressalte-se, neste momento, que a *práxis* aqui aludida, inclui o ensino nas escolas de nível fundamental e médio da região de União da Vitória – que inclui municípios sob sua área de abrangência. A sociedade união vitoriense não foge à regra da sociedade brasileira: trata-se de um “cadinho étnico”. A UNESPAR e seu curso de história do Campus de União da Vitória tem, aí, a particularidade de atuar como mediadora da mobilidade social que se constitui de povos miscigenados, numa região que foi palco do movimento dos tropeiros e do qual nasceu; que tem

reminiscências do Contestado e é, na atualidade, um dos eixos rodoviários alternativos para o Mercosul como se pode ver ao sul do Estado no mapa abaixo e nos dados de IHDM correspondentes:

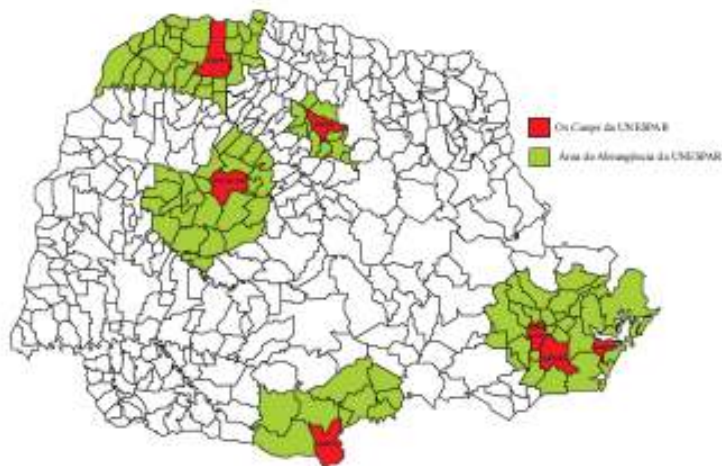


Figura 1 - Área de Abrangência da UNESPAR em 2011. Fonte: UNESPAR, 2011.

Ranking IHDM 2010	Município	IHDM 2010	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Municípios do sul paranaense					
764 °	União da Vitória*	0,740	0,713	0,837	0,680
1398 °	Paula Freitas	0,717	0,699	0,847	0,622
1331 °	São Mateus do Sul	0,719	0,711	0,838	0,623
1665 °	Paulo Frontin	0,708	0,688	0,806	0,639
1665 °	Mallet	0,708	0,681	0,809	0,645

2309 °	Porto Vitória	0,685	0,674	0,796	0,600
2738 °	Bituruna	0,667	0,645	0,829	0,556
2802 °	Cruz Machado	0,664	0,635	0,845	0,545
3070 °	General Carneiro	0,652	0,638	0,816	0,532
Municípios do Norte Catarinense					
87 °	Porto União*	0,786	0,752	0,891	0,724
420 °	Canoinhas	0,757	0,717	0,874	0,692
1720 °	Três Barras	0,706	0,677	0,814	0,639
1934 °	Irineópolis	0,699	0,720	0,836	0,567
2545 °	Bela Vista do Toldo	0,675	0,624	0,826	0,598
2964 °	Matos Costa	0,657	0,630	0,831	0,541

*Municípios: Sede e de ação direta da UNESPAR – Campus União da Vitória ¹⁴

Observados os dados referentes ao IHD dos municípios dos quais procedem cerca de 58% dos alunos do curso de História detecta-se que a microrregião se encontra na faixa de IHD Média considerada pela ONU, no entanto com discrepâncias regionais alarmantes entre aqueles que tendem ao IHD alto como são União da Vitória e do lado Catarinense da fronteira, Porto União comparados os municípios no entorno que tendem ao baixo. Observa-se o papel de proeminência dos índices destes municípios sede e de ação direta, frente aos demais, o que

¹⁴ Dados brutos Disponíveis em http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM

Qualificação dos resultados segundo a ONU: 0,800 a 1,000 Muito Alto
0,700 a 0,799 Alto

0,600 a 0,699 Médio
0,500 a 0,599 Baixo
0,000 a 0,499 Muito Baixo

aumenta a responsabilidade formativa da UNESPAR na busca pela eliminação das diferenças entre os municípios mais empobrecidos e os que possuem maior renda e por consequência índices melhores, principalmente quanto ao quesito educação, que é o que possui no geral os piores índices e maiores diferenças. No Estado do Paraná que conta com diferenças claras entre os três municípios de IHD baixo no quesito educação é que o trabalho deve ser mais intenso por parte do curso, que deve ter por finalidade a construção de um sentido regional e uma memória histórica temporalmente orientada para o exercício da prática pedagógica em sua licenciatura e nas escolas em que os egressos irão atuar.

4.3. OBJETIVO GERAL

De modo amplo os principais espaços de trabalho do profissional de História continuam sendo as escolas da rede pública e particular de ensino. Portanto, podemos afirmar que um percentual significativo dos egressos irá atuar na rede pública e privada de ensino, de onde muitos deles são oriundos. Eis que este é o objetivo geral e central de nosso curso: formar licenciados em História.

A partir do objetivo geral expresso acima, podemos definir também, a partir das Diretrizes Curriculares dos cursos de História (Parecer CNE/CES nº 492/2001), as seguintes competências e habilidades gerais do licenciado em História:

- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e análise das relações sócio-históricas.
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias, assim como suas interrelações.

- Dominar os conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio.
- Dominar os métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

Entretanto, atualmente já existem profissionais trabalhando em arquivos históricos municipais, atuando e organizando museus locais e participando de atividades de pesquisa sobre o patrimônio histórico da região. Ou seja, aproveitando as possibilidades postas no atual contexto graduados em história tem sido chamados para atuar como colaboradores de museus, institutos de pesquisa e serviços de Patrimônio e Estatística; como autores de livros didáticos; como organizadores de arquivos e bancos de dados formatados para as novas tecnologias e linguagens; como assessores políticos ou culturais, enfim, áreas que atestam a associação entre pesquisa e ensino.

Além disso, o Curso objetiva propiciar uma boa base para quem deseja continuar seus estudos em nível de pós-graduação e seguir carreira universitária. Portanto, ao lado da feição pedagógica da profissão de historiador-educador, temos insistido na ideia de que a formação extrapola o âmbito da sala de aula e aponta para um maior acesso aos bens culturais e às artes. Ou seja, acreditamos que nossa perspectiva de formação dos acadêmicos formados no curso de História da UNESPAR contempla o contido nos Projetos Referenciais Nacionais dos Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES nº 492/2001), nas Bases Nacionais Comuns Curriculares– Licenciaturas e Bacharelado e na Resolução nº 02/CNE/CP/2019, que indica a necessidade de que a formação do professor em história seja complementada pela formação do pesquisador e do difusor de suas pesquisas por intermédio da sala de aula e outros veículos na comunidade, bem como no meio científico. Um curso que prima pela formação de professores na modalidade de uma licenciatura tem por objetivos específicos:

4.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Quanto ao ensino:

- Proporcionar ao futuro profissional da educação da área de História uma visão de conjunto das possibilidades de trabalho e sua inserção na sociedade.
- Habilitar profissionais capacitados para desempenharem funções no âmbito do ensino fundamental e médio tanto das escolas públicas, quanto das particulares.
- Criar condições teóricas, metodológicas e práticas, para que os licenciados em História se tornem atores efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico da escola em que estão inseridos.
- Oferecer subsídios aos licenciados em história no sentido da elaboração de planejamentos curriculares, de forma participativa, contemplando os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, capazes de formar o educando para o exercício profissional.
- Promover ações didático-pedagógicas de caráter transdisciplinar no processo de formação do professor de História.
- Capacitar no âmbito dos conhecimentos técnicos disciplinares, para a execução do ensino de saberes histórico-críticos.
- Garantir que o processo de ensino-aprendizagem integre as atividades desenvolvidas entre a Universidade, as escolas e a comunidade.
- Possibilitar a utilização dos saberes e sua integração teórico-prática no espaço de trabalho da educação, considerando a possibilidade da transdisciplinaridade.

Quanto à pesquisa:

- Desenvolver atividades de pesquisa de campo, em bases de dados informacionais e fundos de arquivo para dar maior suporte ao aluno.
- Fornecer aos acadêmicos sólido embasamento teórico historiográfico que possibilite a operacionalização da ação de pesquisa e se traduza em propostas educativas de forma correta e eficaz.

Quanto à extensão:

- Ampliar e estimular a inserção institucional dos docentes e discentes com a comunidade científica regional e nacional ao mesmo tempo em que fornece à comunidade em que se insere suporte para a compreensão histórica e identitária plural por meio de ações que forneçam sentido de orientação temporal aos agentes da sociedade do vale do Iguaçu.
- Qualificar profissionais com a formação teórico-metodológica necessária à execução de projetos sociais que levem em conta uma expressão ampla de identidades e memórias que incluem aí a regionalidade, bem como consciência histórico-crítica amadurecida sobre os elementos de pertencimentos locais e mais amplos.

Desempenho de projetos que interajam com saberes e práticas das comunidades envolvidas, colem dados e troquem experiências com intuito de investigação, problematização e solução de demandas dos sujeitos da comunidade envolvidas e incentivo às práticas que realimentam a pesquisa e o ensino

5. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

A metodologia e a avaliação constituem etapas essenciais do processo de ensino e aprendizagem. Nesta seção serão apresentadas as diretrizes que orientam as perspectivas metodológicas e de avaliação do Curso de História do Campus de União da Vitória. Contém inicialmente alguns pressupostos, as metodologias de ensino em si, para por fim dedicar um tópico para cada um dos aspectos ensino, pesquisa e extensão.

5.1. METODOLOGIA

Pressupostos orientadores da metodologia de atuação

O princípio da indissociabilidade universitária entre ensino, pesquisa e extensão, é um dos imperativos da Constituição brasileira de 1988. De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da universidade brasileira e não pode ser compartimentado. Tendo em vista tal especificidade o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior que, do contrário, violariam o preceito legal. Nesse sentido concordamos com o que aponta Bruno Pucci¹⁵ que a expressão “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” não deve ser considerada como uma fraseologia de efeito, mas deve ser um instrumento na direção da construção de uma universidade de um bom nível acadêmico, pública, autônoma, democrática, que efetivamente propicie a inclusão da maioria de acordo com suas necessidades concretas.

Para Maria das Graças Silva¹⁶ as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história. Por sua vez, Ivetti Magnani¹⁷ indica que nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso

¹⁵ PUCCI, Bruno. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**. Impulso: Piracicaba, 1991. p.33-42

¹⁶ SILVA, Maria das Graças. **Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária?** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais... Caxambu: ANPEd, 2000

¹⁷ MAGNANI, Ivetti. **Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. Anais... Caxambu: ANPEd, 2002

às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais¹⁸. Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

Logo, a indissociabilidade pode ser entendida como um princípio orientador da universidade nascido sob o influxo dos debates que estabelecem o lugar da universidade no seio da sociedade em geral, recebendo daí, uma nítida influência daquela terceira tendência sugerida por Pereira Júnior¹⁹ – a de um conhecimento científico em diálogo permanente com as demandas sociais. Neste sentido o termo indissociabilidade remete à ideia da interligação existente entre o Ensino-Pesquisa-Extensão, refletindo “um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico”²⁰.

Pensar o fazer universitário a partir desse prisma, implica o reconhecimento de que a formação do professor deve ocorrer “articulada à vivência do real, imersa na própria realidade, fundada em uma relação dialética entre teoria e prática”²¹. Por outra perspectiva, deve-se reconhecer a necessidade de os professores estarem capacitados para assumirem uma nova pedagogia: aquela que permita ser efetiva a tridimensionalidade do fazer universitário. De acordo com as orientações constantes no Plano Nacional de Graduação essa nova pedagogia traz em seu bojo o conceito de indissociabilidade o qual, se considerado como eixo na formação do graduado, evita o reducionismo de antigas práticas. Dessa forma, é inegável que a

¹⁸ Op cit. SILVA, Maria das Graças. **Universidade e sociedade. ...**

¹⁹ PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. **A universidade pública e os desafios do desenvolvimento.** La Insígnia: Brasil, 13 jan. 2005.

²⁰ ANDES-SN para a Universidade Brasileira. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003. p.30

²¹ DIAS, Ana Maria Iori. **Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão.** Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009 p.42

indissociabilidade constitui-se princípio orientador da qualidade da produção universitária, que favorece o diálogo entre universidade e a sociedade, bem como permite a substituição da unilateralidade pela interatividade do conhecimento²².

Esse princípio encontra-se descrito na Política Nacional de Extensão Universitária ao defini-la como um “processo que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”²³. Nesse sentido, a extensão universitária, por meio da intervenção social, além de promover benefícios à comunidade receptora, trazendo mudanças à vida das pessoas, diminuindo a distância entre a universidade e a comunidade, deve proporcionar aos estudantes a oportunidade de incluírem em sua formação do profissional a vivência de atitude cidadã, cujos conhecimentos tornam-se significativos à medida que contribuem para a superação das desigualdades sociais existentes²⁴.

Para reforçar, a LDB no artigo 43, inciso VII, estabelece como uma das finalidades da educação superior “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Para que essa capacidade da extensão de ser a articuladora das outras funções da universidade, é mister que os professores sejam afeitos à investigação. Entende-se, dessa forma, que a pesquisa é o primeiro passo para a realização de qualquer ação interventora, pois através dela consegue-se problematizar a realidade, definir conceitos, metodologias e recursos necessários para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos.

²² SANTOS, Boaventura Sousa. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2004.

²³ FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006 p.05

²⁴ Idem

A extensão relacionada com a pesquisa, permite ao acadêmico diagnosticar um leque de questões para as quais poderá buscar soluções no retorno à sala de aula. As discussões teóricas empreendidas pelo ensino darão o aporte necessário à formação de conhecimentos, assumindo a perspectiva de ensino com “um novo diálogo interdisciplinar, uma organização curricular que acolha, ao eixo científico básico que informa a área de conhecimento relacionada à atuação profissional, a contribuição de ciências conexas”²⁵.

Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Metodologias de ensino

Observando o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, cursos de Licenciatura de Graduação Plena, instituídos pela Resolução CNE/CP nº 02/2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e que institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores (BNC-Formação), o Plano Pedagógico de História da UNESPAR- campus de União da Vitória, define aqui os princípios norteadores de sua organização curricular.

Como parte estruturante dos princípios norteadores de sua organização curricular o curso de História visa efetiva aprendizagem do estudante executando a totalidade das cargas horárias previstas em seus componentes curriculares com seus conteúdos referentes, quando distribui a disciplina de História do Brasil ao

²⁵ FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO ... **Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção**. [Rio de Janeiro], 1999

longo de seu período formativo de 04 anos entendendo que este conjunto de conhecimentos deve ser amplamente consolidado como forma de afirmação de identidades e de reconhecimento de sua própria sociedade. De forma equivalente, quando se realiza a mesma distribuição para os conteúdos de História do Paraná em 02 dois anos visando identificações plenas e de reinvestimento e significações culturais entre sujeitos e objetos de estudo viabilizando com isso o nascimento da consciência histórica. A aprendizagem nesta ordem de normatividade é entendida como um processo que reconstrói incessantemente ao longo do processo formativo seus conteúdos, formas de aprendizagem e amadurecimento da consciência histórica. De acordo com JornRüsen: “A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo”²⁶. Nesse sentido, o tempo histórico é reinvestido pelo trabalho constante e permanente com a constituição dos tempos históricos na vida prática que se transformam em referenciais de auto identidade.

As cargas horária previstas para o cumprimento das Práticas Pedagógicas encontram-se distribuídas ao longo das disciplinas que compõe a estrutura curricular e se referem ao exercício de atividades de enriquecimento cultural que se constitui em uma preocupação da Coordenação do Curso para elaboração de metas de atuação, que pode promover conferências de encerramento de curso, editais de concursos artísticos e estéticos, viagens de pesquisa de campo que envolvam o curso como um todo, convênios de atuação entre colegiado e poderes públicos para atuação em museus, centros culturais e casas de memória.

Tais atividades devem estar ancoradas em dinâmicas de aprendizado que advém dos saberes de seu núcleo básico de maneira ampla e estão previstas como mínimo de 05 horas anuais de efetivação, mas que via-de-regra as horas que ultrapassem este pequeno número se situam como acréscimo às cargas horárias

²⁶ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 p.59

previstas para cada componente curricular. Por exemplo: viagens de campo que agreguem vários destinos e saberes de forma a serem aproveitados por pelo menos três componentes curriculares ou concursos artísticos que abordem os saberes gerais que articulados ao objeto do concurso sirvam a comunidade acadêmica ou a sociedade.

De forma a vencer a carga horária mais ampla prevista para esta natureza de atividades individualmente os professores se envolvem ou propõe projetos que preveem uma carga efetiva de acordo com o disponível para suas componentes curriculares mas que podem ultrapassar esta, que tanto podem atingir objetivos culturais, quanto para o aprimoramento das práticas investigativas, na medida em que propõe em nível de Colegiado inserções dos acadêmicos sob sua responsabilidade editais, projetos de fundos que contemplem as áreas dos componentes curriculares a que estão atribuídos de maneira específica. Por exemplo: viagens de pesquisa a fontes documentais, ligados aos componentes curriculares História do Brasil ou Paraná, elaboração de sites de publicização de fontes documentais referentes aos componentes curriculares de História Antiga ou Medieval ou projetos de ordem pedagógica que se instrumentalizam aos componentes curriculares de Didática da História, Metodologia e Prática do ensino de História e outras.

Sobre as ações desenvolvidas com as comunidades escolares regionais, cabe ainda ressaltar o lugar do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), que desde 2007 como uma iniciativa de aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior, IES em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. No Campus da UNESPAR, de União da Vitória com a especificidade de atender cursos de licenciaturas o Projeto Institucional do PIBID contempla a todas as áreas do conhecimento, por meio dos cursos da instituição: Ciências Biológicas, Filosofia, Geografia, História, Letras Português, Espanhol e Inglês, Matemática, Pedagogia e

Química. As atividades do Programa são organizadas em grupos de estudos semanais e atividades práticas em salas de aula da Educação Básica. O Campus de União da Vitória, exclusivo em licenciaturas, colhe os frutos do PIBID, no intuito de proporcionar mecanismos de promoção e maior inserção acadêmica desde os primeiros anos de sua formação no projeto político pedagógico das escolas públicas. Destacamos que, essa formação inicial antes de qualquer assertiva, aponta influências de princípios, fundamentos e concepções educacionais contemporâneas na dinâmica formativa das universidades públicas estaduais. Nesse sentido, o PIBID proporciona aos licenciandos menor distância entre a fundamentação teórico-metodológica recebida na universidade com a prática no contexto de escolas de Educação Básica, e, com as atividades planejadas e executadas pelos bolsistas evidenciam valiosos processos de formação de professores. O Programa pelo impacto que desempenha na formação docente necessita de constante implementação e manutenção numa perspectiva coletiva, valorizando as experiências (SILVA, 2016). O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID começou a ser desenvolvido nesta Instituição em 2010, integrando o curso de licenciatura com a Educação Básica, em convênio com a CAPES. Em sua primeira versão o Colegiado de História, atendendo a lei 10.639/03, explorou as questões étnico raciais, através do projeto História da África e da cultura afro-brasileira: para além das leis, rumo à cidadania. Atuando efetivamente em mais de uma dezena de escolas, o projeto foi capaz de articular uma proposta efetivamente extensionista na medida em que dialogou com escolas, associações de moradores, associações culturais, terreiros de Umbanda da região e outras universidades. Atualmente, e atendendo às novas exigências e configurações do Programa PIBID, e das Práticas Pedagógicas – Ppeds, o plano pedagógico do curso faculta o cumprimento de carga horária do PIBID em no máximo até 100 horas, considerando as demais dimensões formativas as quais podem interessar ao aluno ou a escolha do discente o curso autoriza a validação das 60 horas Atividades Acadêmicas Complementares – ACC apresentando comprovantes de participação no programa.

Da pesquisa:

Além dos projetos individuais, editais e propostas de curso o aprimoramento em práticas investigativas ocorre especificamente na distribuição de componentes curriculares que contemplam a demanda da pesquisa científica, como Iniciação a Pesquisa Histórica, Produção de Monografia-TCC, outros dois componentes curriculares comportam atividades investigativas que estruturam suas ementas: Educação Patrimonial e Ambiental e História Pública e História Oral: Conceitos e Práticas, no levantamento de dados patrimoniais e acervos arquivísticos, bem como na realização de entrevistas. Em todos estes casos a relação e distribuição entre carga horária formal e Práticas de Componentes Curriculares proporcionalmente é superior às demais componentes e sozinhas representam cerca de 105 horas de atuação dentre as 400 horas previstas.

A organização curricular, portanto, prevê o cumprimento das horas dos componentes curriculares segundo suas ementas, que designam a ordem das atividades suas cargas horárias e como os projetos propostos se articulam, dentro da carga horária prevista para cada componente curricular sob responsabilidade dos respectivos docentes.

As descobertas científicas dos discentes se canalizam para apresentação em eventos de pesquisa assistido pelo professor orientador, no qual o acadêmico apresenta sua produção, após o que pode ser encaminhado para publicações em revistas indexadas.

Do ensino:

Quanto ao desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe entre o corpo discente as dinâmicas de atuação dos docentes, privilegiam a integração das turmas com propostas de trabalhos apresentados em regimes de seminário, pesquisas de campo realizadas em duplas ou pequenos grupos, dinâmicas de debates em modelos Grupo de verbalização/Grupo de Observação, na

interação referente às práticas de estágio supervisionado junto às escolas, somado a isto os projetos já citados que naturalmente promovem esta coesão de equipes e trabalhos partilhados. Tais exercícios são efetivos e via-de-regra se encontram descritos nas ementas dos respectivos componentes curriculares.

O acolhimento e o trato da diversidade ocorre no curso de História na medida em que sua organização curricular estabelece a existência da disciplina de Libras, mas para além disto quando insere em suas propostas por intermédio de seus componentes curriculares a abordagem plural que tem na disciplina de Direitos Humanos, diversidade e inclusão uma janela para a visibilidade de outros sujeitos. Também se tem em conta outras culturas e sociedades no tempo e no espaço, a exemplo, estão considerados o diversos grupos indígenas que se visibilizam pela disciplina de Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena. Os componentes curriculares oriundos de seu núcleo pedagógico se orientam para os marcos de legislação dos PCN's²⁷ que travam um diálogo interno entre os demais componentes curriculares do curso que se efetivam na elaboração de um relato de atividades de ensino enfeixados em Trabalho Final de Estágio Supervisionado a ser apresentado na forma de relatório de avaliação. Tal desenvolvimento das práticas de estágio levados a cabo na conexão entre os saberes curriculares previstos prioriza a capacidade de aprender e ensinar dentro das especificidades de grupos e indivíduos. Compreende-se que existem eixos transversais mais correlacionados²⁸ às ciências humanas do que outros, o curso e seus professores devem formar na perspectiva de que ao efetivarem suas práticas pedagógicas os egressos devem atuar como facilitadores de conteúdo e atuações nos meios pedagógicos de suas escolas e comunidades.

²⁷ Op. cit. - Os PCN's de história para os 3º e 4º ciclo do ensino fundamental bem como os referentes ao ensino médio delimitam eixos transversais: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural

²⁸ Ética, orientação sexual, pluralidade cultural sendo que saúde e meio ambiente possuem mais atributos técnicos.

Assim, atendendo o artigo Art. 10 da Resolução CNE/CP nº 02/2019 que solicita os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares o plano de eixos norteadores fica assim delimitado:

- Grupo I: 800 horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.
- Grupo II: 1.600 horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC e para o domínio pedagógico desses conteúdos.
- Grupo III: 800 horas de prática pedagógica, distribuídas da seguinte forma: 400 horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora e 400 horas para a prática dos componentes curriculares dos grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, de acordo com o PPC da instituição formadora.

Uma reformulação de matriz e novos parâmetros de cumprimento da carga horária, gerou debates entre o corpo docente de forma ampla e seu Núcleo Docente Estruturante (NDE) e em 2022 atendeu-se esta demanda, originando o documento reformulado e que foi submetido ao Programa de Reestruturação de Cursos da UNESPAR efetivado pela PROGRAD no escopo das Pró-Reitorias da universidade.

Da extensão:

Os projetos que integram o discente às suas dinâmicas de práticas profissionais, são os projetos de perfil extensionista que foram subvencionados pelo governo do Estado do Paraná - SETI, por intermédio de seu programa Universidade Sem Fronteiras - USF. O Colegiado de História submeteu propostas e já contou com dois projetos realizados com alunos das escolas municipais e comunidades de catadores de reciclados ambos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos, porém

com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de ressignificação da história e de seu papel na sociedade.

Atualmente o colegiado conta com o projeto de extensão que está ligado ao programa de extensão “*Observatório Polonês*” e ao “*Laboratório de processamento, restauro e conservação de fontes histórica - LAFJUR*” e pretende gerar uma reflexão sobre direitos humanos e a identidade polonesa nas regiões de imigração, visando uma diminuição dos índices de violência.

O colegiado conta com alunos bolsistas voluntários da graduação, vinculados ao projeto acima descrito, que atuam no arquivo histórico do LAFJUR, descrito posteriormente, e que intenta publicizar material de acervo à comunidade de forma ampla e acadêmica de pesquisa.

Foi cadastrado na divisão de extensão e cultura do Campus, recentemente o projeto de extensão “*Variedades em História*”, que apresenta de modo on-line na forma de curso, oficinas e rodas de conversa para a divulgação do conhecimento científico da produção de pesquisa de docentes e discentes. A oferta de cursos livres de temas em história com perfil introdutório, pautado em diversas abordagens historiográficas e enfoques plurais se mostra relevante para a formação ampla de graduandos de vários campos das ciências humanas, bem como docentes da rede pública de ensino em vários níveis. Tal projeto se configura como uma proposta integradora entre o colegiado e seu Centro Acadêmico de História - CAHIS proponente das ações extensionistas constituintes do projeto.

A curricularização das atividades de extensão são atualmente ponto de debate constante no NDE e no formato que assumirá futuramente descrito em seu regulamento de extensão tanto, no arranjo dos ementários das novas disciplinas quanto na oferta de seminário de extensão que acolha as experiências desenvolvidas por professores e alunos no atendimento a comunidade. Anteriormente, neste mesmo documento, apontamos nossa reflexão mais detalhada para o cumprimento da curricularização da extensão.

5.2. AVALIAÇÃO

Avaliação do processo de ensino e aprendizagem discente

A aprendizagem é uma capacidade humana contínua ao longo da vida de qualquer indivíduo. A partir desta premissa, considera-se que a aprendizagem deva ocorrer ao longo dos quatro anos formativos que integram o curso de Licenciatura em História da Unespar, lotado no *campus* de União da Vitória – PR. O curso prima por instigar os futuros professores a desenvolver as competências previstas pela BNCC, a saber:

- Conhecimento
- Pensamento científico, crítico avaliativo;
- Repertório Cultural;
- Comunicação;
- Cultura digital;
- Trabalho docente e carreira acadêmica;
- Argumentação;
- Empatia e cooperação;
- Responsabilidade e cidadania.

Tais competências serão desenvolvidas ao longo do curso, durante as diversas atividades propiciadas tais como aulas expositivas, dialogadas, análise de documentos históricos a partir das concepções teóricas e metodológicas contemporâneas da ciência histórica, de projetos de extensão, de pesquisa em acervos documentais físicos e digitais, levantamento e produção de documentos históricos, produção de artigos, monografia, estágios obrigatórios e não obrigatórios, monitorias e participação em eventos científicos promovidos pelo Colegiado de História.

Neste contexto, a avaliação é parte fundamental do processo de formação de professores, seja enquanto tema a ser refletido visando a preparação para as tarefas

avaliativas que exercerão nas escolas em que atuarão, seja enquanto forma de percepção da apreensão de conteúdos próprios da História e das competências necessárias ao licenciado em História.

Considerando que as atividades do curso de História são diversas, fugindo à premissa de aulas expositivas desprovidas da participação ativa dos alunos enquanto sujeitos de sua própria formação a concepção de avaliação presente no curso segue o mesmo caminho, indo além das provas bimestrais, necessárias, porém não suficientes para verificar a aprendizagem como um todo.

O método da História que abrange o trabalho com vestígios e fontes históricas, a fundamentação na historiografia, a problematização do conteúdo e sua organização estruturada em narrativas históricas é desenvolvido nas diferentes disciplinas com atividades de pesquisa, análise de fontes, resenhas e fichamentos de produções historiográficas, seminários e debates, culminando em artigos, testes escritos, comunicações em eventos científicos e práticas docentes em escolas.

Tal dinâmica confere à avaliação um caráter processual possibilitando a verificação do desempenho do acadêmico ao longo do curso pautando-se em diferentes atividades o que permite que o mesmo demonstre suas competências diante de diferentes situações.

Todas as atividades mencionadas, além de pressupor o desenvolvimento das competências gerais, promovem o desenvolvimento através das três dimensões das ações docentes, que dão primazia ao

- Desenvolvimento profissional;
- Prática profissional;
- Engajamento profissional.

O docente em formação será continuamente avaliado no que se refere ao aprendizado promovidos pelos docentes, nas diferentes subáreas da História, demonstrando a aquisição de conhecimento sobre as ações promovidos por homens

e mulheres no tempo,²⁹ mas também suas habilidades de lecionar e fazer-se compreender pelos seus futuros estudantes.

Além desses pontos mencionados, as competências específicas relacionadas a dimensão do conhecimento profissional que são:

- Dominar os objetos de conhecimento e saber ensiná-los;
- Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- Reconhecer os contextos de vida dos estudantes;
- Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

Serão cumpridas não só pelas disciplinas previstas pelo curso, que promovem ampla discussão sobre a História ocidental, do continente americano, do Brasil e do Paraná, como prevê a legislação relativa ao ensino de História e, também, as Políticas Educacionais promovidas ao longo do processo histórico brasileiro. Pontua-se ainda eu o curso prevê 400 horas de estágio obrigatório, que além de promover a aprendizagem teórica sobre a prática docente, prevê a aprendizagem prática a partir da observação, construção e ação das aulas de História no âmbito escolar, nos níveis de ensino que cumprem suas atividades de estágio, a fim de conhecer a realidade dos seus estudantes e como eles aprendem. O regime avaliativo destas práticas se encontra descrito em seções específicas deste documento bem como em regulamento em anexo. Sendo assim, as disciplinas e as práticas que compõe o rol de ementas do curso atendem ainda as disposições exigidas no que dizem respeito as competências específicas da prática e do engajamento profissional. Quanto ao quesito de trabalho docente, e carreira acadêmica processo avaliativo que qualifica o discente é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também descrito em seção específica e regulamento próprio.

²⁹BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

Tomando por premissa que a História enquanto ciência avança História avança a partir das revisões pautadas em novos documentos que se tornam acessíveis e podem informar melhor o historiador sobre personagens negligenciados anteriormente em um evento já conhecido, como pode informar mais sobre sujeitos também já conhecidos. A crítica a verdade absoluta serve para ampliarmos a História. Nosso conhecimento não é estático e é baseado em: novas fontes, novos métodos, novas perspectivas, novas perguntas

Sobre a função da História para a sociedade, podemos mencionar algumas. Para o professor de História, uma das funções é educar crianças jovens e adolescentes, ou seja, é algo além da simples curiosidade sobre o passado. Além disso, temos, portanto, três principais grupos de funções da história: de ampliação de conhecimento científico, política, de ajudar na construção da democracia, além da sua função útil de aplicabilidade imediata do dia a dia, entretenimento e no turismo por exemplo. É no equilíbrio dessas três funções que o professor e historiador deve exercer e defender sua atividade de criar e lecionar história ao longo do tempo, perante a sociedade. Sabendo que, ambas as atividades são permeadas pela historicidade. No que concerne a avaliação do desempenho o Colegiado de História, procede segundo as disposições internas do regimento da UNESPAR, que consiste, na sua íntegra quanto aos tópicos:

Frequência

A frequência às aulas e demais atividades escolares em cada disciplina é obrigatória, vedado o abono de faltas, salvo os casos expressamente previstos em Lei.

Avaliação

A avaliação do rendimento escolar do (a) estudante será feita em cada disciplina em função de seu aproveitamento verificado em provas e ou trabalhos escolares. São asseguradas ao (à) docente da disciplina, na

verificação do rendimento escolar, liberdade e autoridade para formular e julgar questões no âmbito de sua competência. A verificação e registro de frequência são de responsabilidade do (a) docente e seu controle será efetuado pelo Colegiado de Curso.

Segunda Chamada de prova

O(a) estudante que não comparecer às provas ou demais verificações de aprendizagens ou ao exame final terá o direito a segunda oportunidade, desde que comprove impedimento legal, ou motivo de força maior, e venha requerê-la, via protocolo, junto a Coordenação do Colegiado de Curso, no prazo de três (03) dias úteis, a contar de sua realização.

Revisão de prova

Fica assegurado ao (à) estudante o direito de requerer junto ao Colegiado de Curso revisão de provas escritas, no prazo de até três (03) dias úteis após a publicação dos resultados em Edital. O (a) docente fará revisão da prova escrita na presença do(a) estudante em dia e hora marcados pelo docente, num prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis após o recebimento do requerimento. Se o(a) estudante não concordar com o resultado da revisão feita pelo(a) docente da disciplina, a Coordenação do Colegiado de Curso designará comissão especial (banca revisora) para efetuar a referida revisão que deverá ser feita na presença do(a) estudante.

Notas bimestrais ou semestrais

As notas bimestrais ou semestrais e de exames finais serão expressas em pontos numa graduação de zero (0,0) a dez (10,00), permitida a fração de décimos. A média final de aproveitamento do(a) estudante no curso de regime seriado é o resultado da média aritmética dos pontos obtidos nos quatro bimestres cursados ou nos dois semestres e no curso de regime semestral é

a média aritmética dos pontos obtidos nos dois bimestres cursados. Será aprovado(a) na disciplina o(a) estudante que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares

Fórmula para obter média final:

4 bimestres (média 1º B + média 2º b + média 3º b + média 4º b ÷ 4 = média final)

2 semestres (média 1º S + média 2º S ÷ 2 = média final)

Exame Final

Presta exame final na disciplina o(a) estudante que tem média final igual ou superior a quatro vírgula zero (4,0) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) devendo obter a média aritmética de seis vírgula zero (6,0) com a nota do exame.

A média mínima exigida para aprovação em exame final, será seis vírgula zero (6,0) da média aritmética entre a nota desse exame e a média das notas bimestrais.

Fórmula para aprovação em exame final (média final + média obtida no exame final ÷ 2 tem que ser igual ou superior a 6,0)

Será reprovado (a) em qualquer disciplina o(a) estudante que, nela, não alcançar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, independentemente da média final obtida, ou não conseguir nos bimestres escolares, as notas mínimas estabelecidas para prestação de exame final.”³⁰

³⁰ Informações obtidas em: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>. Acesso 05 ago 2022.

Avaliação interna do curso

A Avaliação Institucional na UNESPAR é realizada por meio de Comissão Própria de Avaliação – CPA e é concebida como um processo organizado a fim de colher subsídios para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade institucional. Tem como foco os processos, fluxos, resultados e estruturas, buscando dar suporte ao processo de planejamento institucional, identificando insuficiências, apontando vantagens, subsidiando a sugestão de diretrizes e critérios para as políticas e metas da Instituição pela produção de informações para tomada de decisões.

Essa avaliação torna-se o alicerce da gestão universitária, propiciando condições de verificar a eficácia da configuração institucional adotada, qual a sua adequação aos objetivos institucionais, qual a relação entre as definições contidas, os princípios e fins da UNESPAR e a prática efetiva do cotidiano, promovendo condições para que a instituição consiga identificar suas práticas refletir sobre seus limites e possibilidades, explicar suas políticas, os seus objetivos e o seu projeto para o futuro.

O colegiado de história responde a Comissão Própria de Avaliação e faz deste instrumento um parâmetro para sua avaliação interna e de desempenho docente. Entendemos que por meio da avaliação institucional aparecem indicadores que nos dão suporte para melhorar o que é necessário. Consideramos fundamental a participação dos professores, alunos e de todas as pessoas envolvidas e interessadas na educação com o propósito de promover o aperfeiçoamento intelectual e o preparo profissional no âmbito do órgão Colegiado.

Avaliação Externa do Curso

O compromisso com a qualidade do curso e a seriedade com que são recebidos os resultados dessas avaliações tem proporcionado ao curso atingir um maior índice de qualidade e eficiência.

O ENADE que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é um dos parâmetros de avaliação externa do curso quando realiza seus exames em regime trienal. De modo comparativo os resultados do exame no curso mostram de maneira consistente a cada ciclo avaliativo a manutenção de um IDD na faixa de conceito 4 pela sua média.

O ENADE verificou em 2008 o desempenho dos estudantes do curso de História da FAFIUV, incluindo grupos de estudantes ingressantes (23 alunos responderam a prova) e concluintes (17 alunos responderam a prova), selecionados por amostragem. Apresentamos a seguir os resultados obtidos nestas avaliações. O conceito do curso que depende do desempenho dos estudantes concluintes no componente específico (75% da nota) e na formação geral (25% da nota) foi 4. O indicador de diferença do desempenho observado e esperado – IDD foi 5 revelando que o curso está acima da média do que é esperado dele considerando o perfil de seus estudantes.

Sobre o desempenho dos estudantes, no ano de 2008 a nota média dos concluintes e ingressantes em formação geral foi maior na instituição do que no Brasil. Os primeiros atingiram 60,8 enquanto no Brasil a nota foi 46,9 e os segundos 56,0 de média na instituição, sendo 46,1 a média brasileira.

Novamente para 2008 no componente específico a média da instituição dos concluintes e ingressantes foi também maior que a média no Brasil. Na instituição foi de 52,1 para os primeiros, enquanto no Brasil foi de 35,4 e em relação aos ingressantes, na instituição a média foi de 38,4 e no Brasil 32,5.

Para o ano de 2014 foram concluintes (17 alunos responderam a prova), selecionados por amostragem. Apresentamos a seguir os resultados obtidos nesta avaliação em que o CPC ficou na casa dos 3,6 qualificando o curso com uma nota 04 em função do IDD.

Sobre o desempenho dos estudantes de história no ano de 2014, a nota média dos concluintes em formação geral foi maior na instituição do que no Brasil, atingiram 66,4 enquanto no Brasil a nota foi 58,3. No componente específico a média da instituição dos concluintes foi também maior que a média no Brasil, a instituição foi de 55,1 enquanto no Brasil foi de 35,6. Tais resultados confirmam a manutenção por três ENADES consecutivos de uma posição do curso de história do Campus de União da Vitória como o primeiro curso do Estado do Paraná e entre os quinze melhores cursos de história do Brasil todo.

Por fim, no último ciclo avaliativo, no ano de 2017 o curso teve 16 concluintes e foi registrado pelo INEP o IDD contínuo do curso de 4,5191, indicando uma melhora e a saída do curso da faixa de conceito 04 o que qualifica na faixa de IDD 5. No ano de 2020 em razão da pandemia covid-19, o ENADE foi suspenso e os estudantes não realizaram o exame.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

Ao longo de muitos anos a História enquanto área de conhecimento tem ocupado várias dimensões, e muitas foram às teorias que a colocaram entre o seu reconhecimento, como conhecimento que faz entender a vida e, por outro lado, o status de ciência. Nesse sentido, o profissional de História deve ser capaz de trabalhar com o ofício de professor, carregando a inquietação do investigador para a sala de aula. Estes dois vieses trouxeram para o âmbito da discussão teórica da sua abrangência uma problemática que se dá como elemento norteador da sua prática e consequentemente de sua existência enquanto meio de ensino e pesquisa. O que por sua vez exerce categorização sobre o perfil profissional do egresso no sentido de não dissociar o professor do pesquisador, em uma relação dialética que se estabelece no âmbito dos recortes epistemológicos feitos pelo professor no instante em que se utiliza de seus instrumentais de trabalho, da teoria escolhida, do campo

pedagógico estruturante e, por conseguinte da pesquisa que norteia sua atuação docente.

Segundo Paulo Freire, um professor que valha este nome jamais abdica de sua curiosidade intelectual. Afinal, é ela que permite a ele orientar pelas fronteiras do mundo conhecido, testando limites e possibilidades, contemplando o ciclo de sua ética profissional quando, "comunicando a novidade" a seus alunos, insere-os neste processo dinâmico de busca e, sobretudo, construção do conhecimento. Ser professor é, assim, ser pesquisador.³¹ Conforme o BNCC: "O exercício do "fazer história", de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um "Outro", às vezes semelhante, muitas vezes diferente" (BNCC, 397).

A defesa de formação de um professor pesquisador efetuada por este documento se pauta na esteira de uma reflexão amadurecida sobre o papel de Licenciados em História que não só sabem como é produzido seu conhecimento básico porque o desempenharam durante sua graduação, como também se questionam se a validade deste conhecimento conquistado, via pesquisa se operacionaliza no exercício pedagógico de sua função maior. Levando em consideração como condição conceber a atuação pedagógica, sob a prática reflexiva e não meramente uma atividade técnica, se faz necessário que o docente se aproprie de saberes que adquirem processos reflexivos com o coletivo dos profissionais e em contínuo diálogo com as teorias de maneira indispensável, levando em consideração que a experiência por si só não é formadora. Neste sentido, o curso de História da UNESPAR do campus União da Vitória percebe a importância da formação de um professor crítico, reflexivo/pesquisador, ou seja, a formação de um profissional capaz de analisar sua própria prática e através desta estar preparado para contribuir com a formação continuada de pessoas capazes de

³¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

pensar, formar para o pensamento e não simplesmente para a recepção de informações.

Assim o licenciado depois de concluído o processo formativo total, deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de ensino e pesquisa em história em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. A partir da formulação do PPC estabelecido para o Curso de História, é possível estabelecer a formação pretendida para a atividade profissional, fundamentada na vinculação entre ensino e pesquisa, para estabelecer um perfil concreto da carreira dos egressos capazes de dominar os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento.

Para que essa formação profissional seja satisfatória, o curso deve levar em conta as necessidades do mercado de atuação de âmbito regional e as demandas que exigem a presença do professor de História em escolas, outras Universidades, Museus, Arquivos, Institutos e afins. Outra frente das demandas pelo profissional da História vai no sentido da participação em assessorias na produção de cartilhas pedagógicas, textos históricos, documentários e produtos audiovisuais em que o passado ganha representação e necessita de uma abordagem pedagógica em sua apresentação aos mais variados públicos como se verá no tópico do campo de atuação profissional. Espera-se, desta forma, que o profissional Licenciado em História saiba formular questões críticas relativas à atuação pedagógica do educador. Assim, quer-se que o egresso, tendo completado o tempo de graduação e sido aprovado na forma curricular, desenvolva as seguintes competências, em conformidade com a Base Nacional Comum para a formação inicial (Resolução no 2, de 20 de dezembro de 2019):

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre,

justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao compartilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Competências específicas		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.
1.2 Demonstrar conhecimentos sobre os estudantes como eles aprendem.	2.2 Criar saberes gerir ambientes de aprendizagem.	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
1.3 Reconhecer os contextos.	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos de conhecimento, competências e habilidades.	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com a família e com a comunidade.

1. Dimensão do conhecimento profissional	
Competências Específicas	Habilidades
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.
	1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.
	1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência (História) estabelecidos na BNCC e no currículo.
	1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos

	estudantes.
	1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.
	1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.
	1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.
	1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.
	1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.
	1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.
	1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.
	1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.
1.3 Reconhecer os contextos	1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.
	1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulam com os contextos socioculturais dos estudantes,

	para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.
	1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.
	1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.
	1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.
	1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.

2. Dimensão da prática profissional

Competências Específicas	Habilidades
2.1 Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.
	2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.
	2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas

	considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).
	2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes
	2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.
	2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.
	2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.

3.DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL

Competências Específicas	Habilidades
3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional	3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.
	3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.
	3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.
	3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.
	3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.
3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender	3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.
	3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
	3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser

	capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.
	3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.
	3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.
3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos	3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.
	3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.
	3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.
	3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.
3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade	3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.
	3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.
	3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.
	3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a

	construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.
	3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.

A partir do desenvolvimento dessas competências da formação complementar e interdisciplinar previstas neste PPC, o licenciado estará capacitado para atuar em diferentes setores da sociedade agindo de forma a buscar suprimir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento. A partir da formulação do PPC estabelecido para o Curso de História da UNESPAR campus União da Vitória, os profissionais formados pelos cursos de licenciatura em História estarão aptos para exercer o ofício de professor de História para o Ensino Básico e Fundamental.

7. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura dos núcleos de formação são elaborados de acordo com as diretrizes curriculares do curso de História e as legislações complementares. Os estágios, TCC e ACC não seguem o padrão das aulas.

7.1. CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM COMPONENTES CURRICULARES			
NÚCLEO DE FORMAÇÃO	TIPO ³²	COMPONENTES CURRICULARES	C/H ³³
Grupo I - compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.	DIS	Políticas Educacionais	60
	DIS	Psicologia da Educação	60
	DIS	Didática da História	75
	DIS	Educação Patrimonial e Ambiental	90
	DIS	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena	75
	DIS	História Oral	60
	DIS	Direitos humanos, Diversidade e inclusão	75
	DIS	Linguagens e tecnologias no Ensino e História	60
	DIS	Libras	60

³² Tipo do componente curricular: Dis - Disciplina, AAC - Atividade Acadêmica Complementar, Est – Estágio, TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

³³ Incluí do Grupo III - b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História I	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História II	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História III	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História IV	60
SUB-TOTAL			855
Grupo II – compreende a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.	DIS	Teoria da História I	60
	DIS	Teoria da História II	60
	DIS	Teoria da História III	60
	DIS	Teoria da História IV	60
	DIS	Introdução a pesquisa histórica- IPH I	60
	DIS	Introdução a pesquisa histórica- IPH II	30
	DIS	História do Brasil Colonial I	60
	DIS	História do Brasil Colonial II	60
	DIS	História do Brasil Imperial I	60
	DIS	História do Brasil Imperial II	60

DIS	História do Brasil Republicano I	60
DIS	História do Brasil Republicano II	60
DIS	História Antiga I	60
DIS	História Antiga II	60
DIS	História Medieval I	60
DIS	História Medieval II	60
DIS	História Moderna I	60
DIS	História Moderna II	60
DIS	História Contemporânea I	60
DIS	História Contemporânea II	60
DIS	História da América I	60
DIS	História da América II	60
DIS	História da África	60
DIS	História do Paraná I	60
DIS	História do Paraná II	60

	DIS	Optativa (01)	60
	DIS	Optativa (02)	60
	DIS	Optativa (03)	60
	DIS	Optativa (04)	60
	DIS	Universidade e Sociedade I	75
	DIS	Universidade e Sociedade II	75
	AAC	Atividades Acadêmicas Complementares	60
	TCC	Produção de monografia	60
SUB-TOTAL			1980
Grupo III: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora.	EST	Estágio Curricular Supervisionado I	200
	EST	Estágio Curricular Supervisionado II	200
SUB-TOTAL			400
TOTAL GERAL			3.235

0

7.2 DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR

Seguem abaixo as distribuições dos componentes curriculares por série e suas cargas horárias discriminadas conforme os parâmetros da legislação vigente.

7.2.1 Primeira série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA				
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	TOTAL
1º Semestre							
DIS	Didática da História ³⁴	Presencial	50	05		20	75
DIS	Educação Patrimonial e Ambiental- EPA ³⁵	Presencial	50			40	90

³⁴Disciplina com 20 (vinte) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento

DIS	História do Brasil Colônia I	Presencial	50	10			60
DIS	Psicologia da Educação	Presencial	50	10			60
DIS	História Antiga I	Presencial	50	10			60
2º semestre							
DIS	História Antiga II	Presencial	50	10			60
DIS	Políticas Educacionais	Presencial	50	10			60
DIS	Optativa I	Presencial	50	10			60
DIS	Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena ³⁶	Presencial	50	05		20	75
DIS	História do Brasil Colônia II	Presencial	55	05			60
DIS	Universidade e Sociedade ³⁷	Programada	20			55	75
CARGA HORÁRIA ANUAL			525	75		135	735

³⁵ Disciplina com 40 (quarenta) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

³⁶ Disciplina com 20 (vinte) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

³⁷ Disciplina com 20 (vinte) horas teóricas na modalidade ACEC I e 55 (cinquenta e cinco) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

8

7.2.2 Segunda série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA				
TIPO	DESCRIÇÃO	OFER	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	TOTAL
1º Semestre							
DIS	Teoria da História I	Presencial	60	00			60
DIS	Libras	Presencial	60	00			60
DIS	História da África	Presencial	50	10			60
DIS	História Medieval I	Presencial	50	10			60
DIS	História Oral	Presencial	50	10			60
DIS	Linguagens e tecnologias no ensino de história	EAD total	60	00			60
2º Semestre							
DIS	História Medieval II	Presencial	50	10			60
DIS	História do Brasil Imperial I	Presencial	50	10			60
DIS	Teoria da História II	Presencial	60	00			60

82

DIS	Direitos humanos, Diversidade e inclusão ³⁸	Presencial	50	05		20	75
DIS	Optativa II	Presencial	50	10			60
DIS	Universidade e Sociedade ³⁹	Programada	10			65	75
CARGA HORÁRIA ANUAL			600	65		85	750

7.2.3 Terceira série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA					
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	ESTÁGIO	TOTAL
1º Semestre								
DIS	Teoria da História III	Presencial	60	00				60

³⁸Disciplina com 20 (vinte) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

³⁹ Disciplina com 10 (dez) horas teóricas na modalidade ACEC I e 65 (cinquenta e cinco) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

DIS	História Moderna I	Presencial	50	10				60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH I	Presencial	50	10				60
DIS	História América I	Presencial	50	10				60
DIS	Iniciação à Pesquisa Histórica-IPH	Presencial	40	20				60
2º Semestre								
DIS	História do Brasil Imperial II	Presencial	50	10				60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH II	Presencial	50	10				60
DIS	História do Brasil Republicano I	Presencial	50	10				60
DIS	História do Paraná I	EAD total	60					60
DIS	Optativa III	Presencial	50	10				60
Est	Estágio Supervisionado I ⁴⁰	Presencial	-		35		165	200
	Iniciação à Pesquisa Histórica-IPH	Programada		30				30
CARGA HORÁRIA ANUAL			510	120	35		165	830

⁴⁰ As atividades do “Estágio curricular supervisionado I” (200h) estão vinculadas à disciplina “Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH” Dentre as 200 (duzentas) horas destinadas às atividades de estágio, 35 (trinta e cinco) horas deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR, com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus, e em conformidade com o Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de História.

13

7.2.4 Quarta série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA					
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	ÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	ESTÁGIO	TOTAL
1º Semestre								
DIS	História Contemporânea I	Presencial	50	10				60
DIS	Teoria da História IV	Presencial	60	00				60
DIS	História do Paraná II	Presencial	50	10				60
DIS	História Moderna II	Presencial	50	10				60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História – MPEH III	Presencial	50	10				60
2º Semestre								
DIS	História Contemporânea II	Presencial	50	10				60
DIS	História América II	EAD total	60	00				60
DIS	História do Brasil Republicano II	Presencial	50	10				60
DIS	Optativa	Presencial	50	10				60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História – MPEH IV	Presencial	50	10				60

85

Est	Estágio Supervisionado ⁴¹	Presencial			40		160	200
Pped	Produção de Monografia-TCC	Programada	-	60				60
CARGA HORÁRIA ANUAL			520	140	40		160	860

7.2.5 Resumo da oferta

Ano / Série	CARGA HORÁRIA						
	TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	ESTÁGIO	ACC	TOTAL
Primeira série	525	75		135			735
Segunda série	600	65		85			750

⁴¹ As atividades do “Estágio curricular supervisionado I” (200h) estão vinculadas à disciplina “Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH” Dentre as 200 (duzentas) horas destinadas às atividades de estágio, 40 (quarenta) horas deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR, com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus, e em conformidade com o Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de História.

Terceira série	510	120	35	0	165		830
Quarta série	520	140	40	0	160		860
Atividade Acadêmica Complementar - AAC						60	60
TOTAL	2155	400	75	220⁴²	325	60	3.235

Carga Horária Total (CHT) Curso de História / UNESPAR União da Vitória	
Atividades Curriculares	CHT
Componentes Curriculares	2.510
Estágio Curricular Supervisionado	400
Produção de Monografia -TCC	60
Atividades Acadêmicas Complementares - AAC	60
Extensão curricular	325*
Total do curso	3.235

⁴²As ACECs contabilizadas em 295 horas das colunas deste quadro, devem ser somadas 30 horas referentes a ACEC I já informada como carga horária teórica, perfazendo 325 horas correspondendo a 10 % da carga horária total do curso

23 atividades regulares do curso de modo curricularizado

*A carga horária de extensão, de acordo com a legislação, não é acrescida à carga horária total do curso, mas permeia

8 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

O conjunto das disciplinas ofertadas no Curso de História são fruto de análise da documentação legal que regulamenta a formação de professores, as diretrizes curriculares para o ensino superior, a literatura científica, a prática cotidiana dos docentes, a percepção dos discentes e egressos; e o currículo oficial está dividido em obrigatórias, optativas, eletivas e extracurriculares, conforme apresentado nas subseções a seguir.

8.2 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

As disciplinas obrigatórias estão apresentadas nos quadros a seguir, indicando o nome, e as cargas horárias para Atividade Prática como Componente Curricular (APCC) e conteúdos teóricos, totalizando a oferta da disciplina em horas. A contextualização da curricularização da extensão será tratada em seção própria no corpo deste documento.

DISCIPLINA		Didática da História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	05		20		75
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Aspectos históricos, pedagógicos e legais do ensino no Brasil, suas dimensões estruturais e implicações para o ensino da disciplina de História. Parâmetros conceituais da formação da consciência histórica com implicações para o ensino e as abordagens que dialogam com as diversas correntes historiográficas. Atenção à ideia de aprendizagem histórica e desenvolvimento do pensamento histórico de estudantes. Desenvolvimento de atividades de extensão.

Código das habilidades BNCC: (EF01HI04) (EF01HI08)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. A crise na Educação. IN ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

CERRI, Luis Fernando (org.). *Ensino de História e Educação*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

GADOTTI, M. *Concepção Dialética da Educação – um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2000.

BARCA, I. **Educação e consciência histórica na era da globalização**. Braga: Universidade do Minho, 2011.

CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. A. **Educação histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: UNIJUÍ, 2011.

DISCIPLINA		Direitos humanos, Diversidade e inclusão			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	05		20		75
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Afirmção histórica dos direitos humanos. Diversidade, multiculturalismo e Inclusão. Fundamentação e inversão ideológica dos direitos humanos. Direito internacional dos direitos humanos e seus sistemas de proteção global e regional. Reconhecimento da diversidade e políticas públicas em direitos humanos. Tópicos de direitos humanos e inclusão.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI105)(EF08HI14)(EF09HI08)(EM13CHS502)(EM13CHS503)(EM13CHS605)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. 360º História sociedade e cidadania. 2. ed. São Paulo: FTD, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil/ o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GOMES, Adriana L. Limaverde. Atendimento educacional especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007

ROCHA, Ruth; ROTH, Otavio. Declaração Universal dos Direitos Humanos. São Paulo: Círculo do Livro, s.d..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Augusto Jobim; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima; BORGES, Rosa Maria Zaia (Orgs.). Direitos humanos e terrorismo. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Editora unisinos, 2009.

FLORES, Joaquín Herrera. Teoria crítica dos direitos humanos. Direitos humanos como produtos culturais. São Paulo: Lumen juris, 2009.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Método, 2014.

DISCIPLINA		Educação Patrimonial e Ambiental			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50			40		90
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O objetivo do curso é a construção da noção de Patrimônio Histórico, através dos processos que o originam e o consolidam. Visando-se a construção do conhecimento histórico na abordagem dos estudos patrimoniais e também da memória enquanto viés de pesquisas, objetivando identificar nos registros que se faz a riqueza das experiências humanas. Ao mesmo tempo refletir os temas, natureza, ambiente e sociedade, privilegiando os estudos sobre as bases epistêmicas, conceituais, métodos e abordagens da história ambiental, bem como as transformações no imaginário Ocidental acerca do mundo natural e as</p>					

ações antrópicas. Desenvolvimento de atividades de extensão.

Código das habilidades BNCC: (EF02HI09) (EF03HI04-07) (EF04HI04) (EF05HI10) (EM13CH102)(EM13CH302-04)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio*. 2ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Lamparina, 2009

BOSI, E. *Memoria e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Regina. "Tesouros humanos vivos" ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural - notas sobre a experiência francesa de distinção do "Mestre da Arte". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n ° 9.795, de 27 de abril de 1999.

COELHO, G. N.; VALVA, M. *Patrimônio Cultural Edificado*. Goiânia: UCG, 2001.

DRUMMOND, J. A. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos Históricos, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

DISCIPLINA		Estágio supervisionado I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	165	35			200
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	Estar matriculado na disciplina Métodos e Práticas do Ensino de História I
EMENTA	
<p>A disciplina visa orientar a elaboração de planos de trabalho docente, planos de aula e materiais didáticos para a prática de estágio supervisionado, bem como orientar a reflexão sobre a prática pela escrita do relatório de estágio. Desenvolvimento de atividades de Extensão. (Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente na qual as seis competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades servem ao discente como instrumentos de execução)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BARROS, José de Assunção. História e música. In: MOTTA, Márcia Menendes; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. História & parcerias. Rio de Janeiro: Edur, 2018.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.</p> <p>BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CASSIANO, Célia Cristina. O mercado do livro didático no Brasil do século XXI. São Paulo: UNESP, 2013</p> <p>MARIETA, Maria Moraes; OLIVEIRA, Margarida dias de (Org.) Dicionário do ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019.</p> <p>PINSKY, Carla. (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008</p>	

DISCIPLINA	Estágio supervisionado II				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
		160	40	200	
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa orientar a elaboração de planos de trabalho docente, planos de aula e materiais didáticos para a prática do estágio final supervisionado, bem como orientar a reflexão sobre a prática pela escrita e apresentação do Trabalho Final de Estágio Supervisionado. Desenvolvimento de atividades de Extensão. (Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente na qual as seis competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARVALHO, Rayssa Andrade. <i>A educação antirracista no Brasil: alguns apontamentos sobre mulheres negras no ensino de História</i>. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.3, n. 2, 2014.</p> <p>DELIBERAÇÃO 04/06. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>DELIBERAÇÃO 07/06. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>DELIBERAÇÃO 03/18. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>FARIA, Maria Alice. <i>Como usar o jornal na sala de aula</i>. São Paulo: Contexto, 2013.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>SOBANSKI, Adriane [et. al]. O uso de quadrinhos: recortes e métodos. In: _____. <i>Ensinar e aprender História: história em quadrinhos e canções: metodologia ensino médio</i>. Curitiba, Base Editorial, 2010.</p> <p>SOUZA, Flávia Miguel de Souza; MARTINS, William de Souza Nunes. <i>História e</i></p>					

cinema: o cinema como fonte histórica. In: MOTTA, Márcia Menendes; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. História & parcerias. Rio de Janeiro: Edur, 2018.

TELLES, Helyom Viana. Um passado jogável? Simulação digital, videogames e história pública. Revista observatório, v2 n1, 2016.

VILELA, Túlio. Os quadrinhos na aula de história. In: RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro; BARBOSA, Alexandre [et. al]. Como usar as histórias em quadrinhos. São Paulo: Contexto, 2020.

DISCIPLINA		História Antiga I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A proposta desta disciplina é a leitura crítica e análise da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Oriental, evidenciando seus aspectos sociais, econômicos e políticos por meio da análise de textos e documentos do e sobre o período. O eixo de discussões evidenciará aspectos que dizem respeito, sobretudo, aos modos de experiência do tempo, da política e da religiosidade no cotidiano das sociedades em questão. A disciplina abordará também os diversos modos de leitura da Antiguidade no presente, desde os seus usos políticos até os múltiplos sentidos das interpretações historiográficas, passando pelos discursos midiáticos. Código das habilidades BNCC: (EF05HI03) (EF06HI09-13) (EM13CHS105)</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, C. F. S. *Antiguidade Oriental*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
 CARDOSO, C. F. S. *Sociedades do Antigo oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986.
 PINSKI, J. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Editora Contexto, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOUZON, E, *Ensaio Babilônicos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
 CARDOSO, C. F. S. *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora da UnB, 1994.
 FRAHM, E. (Ed.). *A companhia da Assíria*. New Haven: Yale University, 2017.
 LÉVÊQUE. P. (Org.). *As primeiras civilizações (3 vols.)*. Lisboa: Edições 70, 1990.

DISCIPLINA		História Antiga II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A proposta desta disciplina é a leitura crítica e análise da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Clássica e Tardia, evidenciando seus aspectos sociais, econômicos e políticos por meio da análise de textos e documentos do e sobre o período. O eixo de discussões evidenciará aspectos</p>					

que dizem respeito, sobretudo, aos modos de experiência do tempo, da política e da religiosidade no cotidiano das sociedades em questão. A disciplina abordará também os diversos modos de leitura da Antiguidade no presente, desde os seus usos políticos até os múltiplos sentidos das interpretações historiográficas, passando pelos discursos midiáticos.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI17) (EF06HI19)(EMCHS104)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, C. F. S. *Antiguidade Oriental*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
CARDOSO, C. F. S. *Sociedades do Antigo oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986.
PINSKI, J. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIVERANI, M. *Antigo Oriente: história, sociedade e economia*. São Paulo: Edusp, 2016.
REDE, M. *Família e patrimônio na antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
SAND, S. *A invenção do povo judeu*. São Paulo: Editora Benvirá, 2011.

DISCIPLINA		História da África			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Esta disciplina prevê o estudo da História da África moderna e contemporânea (século XV até o presente), focando os processos internos e a participação africana diante da conquista e da colonização.

Código das habilidades BNCC: (EF03HI03)(EF05HI08)(EF07HI14-16)(EF08HI23) (EF08HI26)(EMCHS202)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MBEMBE, Achile. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
VISENTINI, Paulo Fagundes. *História da África e dos africanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014
ZERBO, J. K. *História Geral da África*. São Paulo: Ática-Unesco, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

M^{re}BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações*. Até ao Século XVIII. Lisboa: Vulgata, 2003.
HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *Tradição Viva*. In: *História Geral da África: Metodologia e Pré- História da África*. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010.
LOVEJOY, P. **Escavidão na África**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

DISCIPLINA		História da América I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Estudo da História da América e Caribe, englobando a análise e a compreensão das conjunturas sociais e econômicas dos povos pré-colombianos, os processos de exploração e povoamento, as tensões sócio-políticas entre populações americanas e os domínios espanhol, francês e anglo-saxônico.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI08) (EF08HI07-9) (EF08HI19)(EM13CHS203)(EM13CHS602)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.) <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>BARTRA, R. <i>Tributo e posse da terra na sociedade asteca</i>. In:</p> <p>BELLOTTO. M.L. e CORRÊA, Anna M. Martinez. <i>A América de Colonização Espanhola: Antologia de textos históricos</i>. São Paulo: Mussite, 1991</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>PORTUGAL, Ana Raquel. O ayllu andino nas crônicas quinhentistas: um polígrafo na literatura brasileira do século XI. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.</p> <p>BETHEL, L. (Org.) História de América Latina. La América precolombina y la conquista. Barcelona: Editorial Crítica, Cambridge University Press, 1990. v. 1.</p> <p>_____. História de América Latina. América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, Cambridge University Press, 1990, v. 2.</p>	

DISCIPLINA		História da América II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60	00				60
OFERTA	EAD Total				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo da História da América, englobando as lutas pela independência, as revoltas e os conflitos latino-americanos contemporâneos.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF08HI10-11) (EF08HI13) (EF08HI19) (EF08HI25) (EM13CHS203)(EM13CHS602)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>VAINFAS, Ronaldo. América 1492: encontro ou desencontro? Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993. p. 29-32.</p> <p>SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. Os modos indígenas. In: A América Latina na época colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>WACHTEL, N. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: América Latina colonial. São Paulo: Edusp, 1997.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CANDAUI, Vera Maria (Org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.</p> <p>CHAUNU, P. História da América Latina. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.</p> <p>GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 24ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.</p>					

DISCIPLINA		História do Brasil Colonial I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo das características e modalidades fundamentais da colonização portuguesa na América e dos principais temas e debates da historiografia sobre a Colônia. Através do estudo de obras clássicas, trabalhos recentes e de documentos históricos, diferentes análises sobre a sociedade colonial e sobre as múltiplas experiências e práticas dos colonos serão discutidas, procurando contemplar as novas tendências, metodologias, fontes e objetos que marcaram os estudos sobre a América portuguesa nos últimos anos.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EFEF06HI05-06)(EF07HI03)(EF07HI11)(EF08HI12) (EF08HI14)(EM13CHS201)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ALENCASTRO, Luiz. Felipe de. <i>O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>ALGRANTHI, Leila, Megan. <i>Honradas e devotas: Mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimento do sudeste do Brasil 1750-1822</i>. Rio de Janeiro. José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.</p> <p>ARAUJO. Emanuel. <i>O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial</i>. Rio de Janeiro: José Olympio. 2008</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A geografia do crime: Violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BOXER, Charles. A idade do ouro do Brasil. Dores e crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Escravismo no Brasil. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

DISCIPLINA		História do Brasil Colonial II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
55	05				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso estruturar-se-á em torno das questões de cultura e sociedade, adentrando nas questões de religiosidade, gênero, educação, saberes e técnicas na América Portuguesa. A questão da escravidão e das mestiçagens será foco sempre presente nos debates, bem como dar-se-á ênfase aos movimentos de contestação e crise do sistema.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF07HI12) (EF07HI16) (EF08HI14) (EM13CHS401)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARAÚJO, Emanuel. Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 83-187.
PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia). 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
MONTEIRO, John. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57-98.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Karita de Fátima. Os inconfidentes nas Minas Gerais: uma relação entre a geografia e a literatura setecentista de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Avarenga Peixoto. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2014.
BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de História, vol. 18, n. 36, 1998.
BOXER, Charles. "Pureza de sangue" e "raças infectas". In: O Império Colonial Português (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1981, p. 242-262.

DISCIPLINA		História do Brasil Imperial I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
As posturas teórico-interpretativas da formação imperial brasileira. A sociedade brasileira e os interesses contraditórios na formação do Estado Nacional diante das especificidades da "Independência" do Brasil. O Primeiro					

reinado e o período regencial. Além das relações da economia, Estado, sociedade e cultura ao longo do século XIX: mudanças e permanências.

Código das habilidades BNCC: (EF08HI15-17) (EF08HI20-22) (EM13CHS204) (EM13CHS603)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BERBEL, Márcia, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Elciene, Orfeu da Carapinha. A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1999.

BANDEIRA, Luiz Moniz Bandeira – O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 2a. ed., Brasília, Editora da UNB, 1995.

COSTA, Wilma Peres. A espada de Dâmocles. O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

DISCIPLINA		História do Brasil Imperial II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Discussão aprofundada sobre o segundo reinado, a transição da sociedade escravista para a capitalista e do estado monárquico para o republicano. Além de temas pontuais da experiência imperial brasileira: nação, cidadania, escravidão e tráfico de escravos, economia, cultura, abolição, etc.

Código das habilidades BNCC: (EF08HI15-18) (EF08HI20-22) (EF08HI24) (EM13CHS204) (EM13CHS603)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980.
GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011
HORNE, Gerald. O Sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco – Homens livres na ordem escravocrata. 3ª. ed., SP, Kairós, 1983.
GOMES, F.S. e REIS, J.J., (orgs.), Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
MACHADO, M. H. P. T. O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição. S. Paulo/R. de Janeiro: Edusp/Ed. UFRJ, 1994.

DISCIPLINA		História do Brasil Republicano I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Discussão sobre a história política e social do Brasil no período da dissolução do modelo político Imperial enfatizando instauração do regime Republicano até o final da era Vargas. Problemas da Historiografia brasileira sobre a Primeira República. Investigação sobre a participação popular e seus impasses com o advento do capitalismo industrial e as transformações econômico-sociais na estrutura da sociedade, tudo permeado por uma discussão sobre a vida cultural.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI01-06)(EM13CHS205)(EM13CHS303-4)(EM13CHS403)(EM13CHS504) (EMCHS606)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CARVALHO, J. M. <i>A formação das almas: o imaginário da república no Brasil</i>. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.</p> <p>_____. <i>Os bestializados. Rio de Janeiro e a República que não foi</i>. São Paulo: Cia das Letras, 1987.</p> <p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CARONE, Edgar. <i>A República Velha. Instituições e classes sociais.(1889-1930)</i>. Rio de Janeiro: Difel, 1978</p> <p>LEMONS, Renato. <i>A alternativa republicana e o fim da monarquia</i>. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. <i>O Brasil Imperial</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 .Vol III</p> <p>MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. <i>Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos</i>. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.</p>	

DISCIPLINA		História do Brasil Republicano II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Discussão sobre a história política e social do Brasil no período republicano, no período entre a redemocratização após o Estado Novo até os eventos contemporâneos do início do século XXI. Problemas da Historiografia brasileira sobre a República. Investigação sobre a ampliação e retrocessos da participação popular na vida política com restrições da cidadania e os processos de modernização dos regimes autoritários e neoliberais. As transformações econômico-sociais na estrutura da sociedade, sob regimes democráticos. Ampla discussão sobre a vida cultural na contemporaneidade.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI07-09) (EF09HI17-27)(EM13CHS205)(EM13CHS303-4)(EM13CHS403)(EM13CHS504) (EMCHS606)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CAPELATO, Maria Helena. <i>Os Arautos do Liberalismo</i>. São Paulo: Brasiliense, 1988. 258p</p> <p>FICO, Carlos. <i>Além do golpe</i>. Rio de Janeiro: Record, 2004.</p> <p>LENHARO, Alcir. <i>Sacralização da política</i>. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986. 218 p</p> <p>NAPOLITANO, Marcos. <i>1964: história do Regime Militar Brasileiro</i>. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 365 p</p>					

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 709

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Angela de Castro. Olhando para dentro. 1930-1964. São Paulo: Fundacion MAPFRE/Objetiva, 2013.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira das ilusões perdidas a luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUISONI, Divo. O livro negro da ditadura. Org. São Paulo: Ed Anita, 2014 p 93-166 caps 12 a 21

DISCIPLINA		História do Paraná I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60	00				60
OFERTA	EAD Total				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo da sociedade paranaense da formação as instituições entre: propriedade, trabalho e ideologia, através da análise documental e das diferentes abordagens historiográficas.</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF03HI09-12)(EM13CHS106)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

AVE-LALLEMANT, Robert. 1858, *Viagem pelo Paraná*. Curitiba: fundação Cultural, 1995.
 CAMPIGOTO, José Adilçom; SOCHODOLAK, Hélio. *Estudos em história cultural na região sul do paraná*. Guarapuava-Pr: UNICENTRO, 2008.
 IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Hucitec, 1988

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDREAZZA, Maria Luiza. Imigrantes insurgentes: a experiência dos escravos de Antônio Olinto. In: *Paraná Insurgente: histórias e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.
 BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. O Breno dos Curitibanos. A participação do Barão de Antonina na separação da Comarca de Curitiba (1842-1853). In: COSTA, Hilton. *O Paraná pelo caminho – Justiça*. Curitiba: Máquina de Escrever, 2017.
 _____. Mulas em movimento: o mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX. In: *Anos 90, Porto Alegre*, v. 23, n. 44, p. 207-230, dez. 2016.
 CHAGAS, Nádia M.; MOTA, Lúcio Tadeu. *História do Paraná: pré-história, colônia e império*. Maringá: EDUEM, 2011.

DISCIPLINA		História do Paraná II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Estudo da sociedade paranaense e movimentos sociais entre: propriedade, trabalho e ideologia, através da análise documental e das diferentes abordagens historiográficas.

Código das habilidades BNCC:(EF03HI09-12)(EM13CHS106)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNEIRO, David. O paraná e a revolução federalista. 2 ed. Curitiba-PR: Secretaria da Cultura e do Esporte, 1982.

MACHADO. Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas. (1912-1916), Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004.

WEHLING, Arno; ZEFERINO, Augusto César. 100 anos do contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AURAS, M. Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis. Ed. UFSC/Cortez Ed. 1984.

BERNADET, J. C. Guerra camponesa no Contestado. São Paulo, Global. 1979.

BRUNELO, Leandro. Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná. Dissertação Mestrado UEM, 2008.

DISCIPLINA		Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena			
CARGA HORÁRIA					
TEORICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	05		20		75
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Visão global da evolução histórica da África no período moderno e contemporâneo e sua correlação com a história do Brasil. História dos povos originários do Brasil. As trocas culturais, os processos de resistência e o processo complexo de mestiçagens. A condição do negro e do indígena no Brasil desde o descobrimento. Cultura e identidade indígena e afro-brasileira no século XX. As formas de integração e exclusão do negro e do indígena na sociedade brasileira.

Código das habilidades BNCC:
(EF04HI10)(EF06HI07)(EF07HI09)(EF07HI12)(EF09HI13-14)(EM13CHS502-4)(EM13CHS601)(EM13CHS605)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCASTRO, Luiz. Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala (formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal). Rio de Janeiro: Jos
GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves E. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3ª ed. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2011 e Olympio, 1946.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOURA, Gloria. Cultura afro-brasileira nosso patrimônio. Brasília: FCP, 2012.
MONTERO, P. Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006
PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
SAVOIA, Sandro Cavalieri. História e cultura afro-brasileira e africana. Curitiba-Pr: SEED/Pr, 2006.

DISCIPLINA		História Medieval I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina objetiva principalmente fornecer um instrumental básico necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de História Medieval, com ênfase no período denominado Alta Idade Média (séculos V-IX). Os estudos abrangerão conteúdos diversificados, métodos e técnicas de pesquisa, trabalho com documentos e desenvolvimento de análise crítica. Dividimos o enfoque do curso em três áreas principais: o Ocidente Medieval; O Império Bizantino e o Mundo Islâmico.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI14-16)(EM13CHS103)(EM13CHS402)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDERSON Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>BROWN, P. "Antiguidade Tardia" in ARIES, P. & DUBY, G. (orgs.) História da Vida Privada. Vol. 1 São Paulo: Companhia das Letras, 1989.</p> <p>DUBY, G. História da vida privada: da Europa feudal à Renascença. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

ARIÈS, P. e DUBY, G. (org.) História da vida privada: do império romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
 BATISTA, J. N. História da Baixa Idade Média (1066-1453). São Paulo: Ática 1989.
 BLOCH, M. Os reis taumaturgos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 DUBY, G. Guerreiros e Camponeses. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DISCIPLINA		História Medieval II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina objetiva principalmente fornecer um instrumental básico necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de História Medieval, com ênfase no período denominado Baixa Idade Média (séculos X-XV). Os estudos abrangerão conteúdos diversificados, métodos e técnicas de pesquisa, trabalho com documentos e desenvolvimento de análise crítica. Dividimos o enfoque do curso em três áreas principais: o Ocidente Medieval; O Império Bizantino e o Mundo Islâmico.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI17-19)(EM13CHS103)(EM13CHS402)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
 HEERS, J. *História Medieval*. Lisboa: Difel, 1986.
 LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente Medieval*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
 LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente Medieval*. Vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLOCH, M. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 DUBY, G. *Guerreiros e Camponeses*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
 _____. *Ano Mil, Ano Dois mil: na pista dos nossos medos*. São Paulo: Unesp, 1998.
 _____. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
 DUCELLIER, A.; KAPLAN, M.; MARTIN, B. *A Idade Média no Oriente: Bizâncio e o Islão (dos bárbaros aos Otomanos)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994

DISCIPLINA		História Contemporânea I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Panorama de estruturação e definição das condicionantes históricas da realidade contemporânea. Discussão sobre as Revoluções, o período napoleônico, a					

formação do Estado-nação e do nacionalismo. Transição colonialismo - imperialismo. Questionamentos acerca da I Guerra Mundial e o período conhecido como Entre-Guerras.

Código das habilidades BNCC(EF08HI01-05)(EF09HI10-15)(EF09HI28)(EF09HI31-36) (EM13CHS305)(EM13CHS604)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
 CATANI, A. M. *O que é Imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
 HOBBSAWN, E.J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
 HOBBSAWN, E.J. *A era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTONE, M. & DE FRANCESCO, A. (Eds) *RethinkingtheAtlantic World: EuropeandAmerica in the age ofdemocraticrevolutions*. Nova York: PalgraveMacmillan, 2009.
 ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
 BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
 FURET, François. *A Revolução em debate*. Bauru: EDUSC, 2001.

DISCIPLINA		História Contemporânea II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A Segunda Guerra Mundial e o período pós-guerra: descolonização e Guerra Fria. Década de 1970 em diante: os debates sobre globalização, sociedade pós industrial e tempos pós-modernos. A perestroika e a derrubada do socialismo no Leste Europeu. Conceitos importantes, como revolução, capitalismo, fascismo, socialismo, (des)colonização, globalização. - Análise crítica sobre as dicotomias “Ocidente/Oriente”, “desenvolvimento e subdesenvolvimento”, “Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo”, “moderno/pósmoderno”, “sociedade industrial/sociedade pós-industrial” o surgimento da tensão Modernidade/ Pós-modernidade.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI28)(EF09HI31-36). (EM13CHS305)(EM13CHS404)(EM13CHS604)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>AGAMBEM, Giorgio. <i>O que resta de Auschwitz?</i> São Paulo: Boitempo, 2008. ARENDT, Hannah. <i>Origens do Totalitarismo</i>. São Paulo: Cia das Letras, 1989. BARROS, Edgard Luiz de. <i>A guerra fria</i>. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988. BLACKBURN, Robin (org). <i>Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo</i>. São Paulo: Paz&Terra, 1993.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANDERSON, Perry. <i>As origens da Pós-Modernidade</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. ARENDT, Hannah. <i>Homens em tempos sombrios</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. BARANOWSKI, Shelley. <i>Império nazista: o imperialismo e o colonialismo alemão de Bismarck a Hitler</i>. São Paulo: Edipro, 2014. BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. <i>A revolução mexicana</i>. São Paulo: Editora Unesp, 2010.</p>	

BECK, Ulrich. A Europa alemã: a crise do euro e as novas perspectivas de poder. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

DISCIPLINA		História Moderna I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso objetiva, principalmente, fornecer um instrumental necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de história moderna. Centrando nossas reflexões inicialmente numa dimensão de conceituar a História Moderna e explorar seu desenvolvimento; problematizar a desintegração do feudalismo e a transição para o Capitalismo a cristandade e o problema das heresias, o Renascimento.</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF07HI01-06)(EM13CHS206)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.</p> <p>A OUTRA história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.</p> <p>ARRUDA, José Jobson de Andrade. História moderna e contemporânea. São Paulo: Ed. Ática, 1986.</p> <p>BURCKHARDT, Jacob. A cultura do renascimento na Itália: um ensaio. São</p>					

Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
BRAUDEL, Fernand. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
DELUMEAU, Jean. A Civilização do Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

DISCIPLINA		História Moderna II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso objetiva, principalmente, fornecer um instrumental necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de história moderna. Para tanto serão tematizadas as questões sobre o Estado Absolutista e os teóricos do absolutismo. O Estado e o mercantilismo. O liberalismo e as Revoluções Inglesas. As crises econômicas do século XVII.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF07HI07-08)(EF07HI13)(EF07HI17)(EF08HI01)(EM13CHS201)</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRUDA, José Jobson. A revolução Inglesa. São Paulo: Brasiliense, 1999.
 BURKE, Peter. A fabricação do rei: a construção a imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 BURKE, Peter. A fabricação do rei: a construção a imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. São Paulo Companhia das Letras, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
 BRAUDEL, Fernand. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
 _____. O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
 BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
 CORVESIER, André. História Moderna. São Paulo: Difel, 1983.

DISCIPLINA		História Oral			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

A história oral em seu desenvolvimento histórico. Principais problemas teóricos do método. Polarização entre memória e História. Instrumentos de registro e conversão histórica. Prática documental e trabalho em laboratório específico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTI, Verena. História Oral: A experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989

_____. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

_____. Manual de história oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTI, Verena. História dentro de história. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994

FERRO, Marc. A história Viglada. São Paulo: Martins Fontes, 1988

DISCIPLINA		Iniciação a Pesquisa Histórica I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
40	20				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Planejamento, orientação e delegação de atividades direcionadas para a elaboração de projeto de pesquisa e de monografia. Normas para apresentação científica e parâmetros de pesquisa.</p> <p>O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no ensino fundamental e competência 1 no ensino Médio.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.</p> <p>BARROS, José D'Assunção. Teoria e formação do historiador. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.</p> <p>BURKE, Peter. História e Teoria Social. São Paulo: Editor Unesp. 2002.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.</p> <p>DOSSE. A História em Migalhas: Editora Ensaio, 1994.</p> <p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1995.</p>	

DISCIPLINA	Iniciação a Pesquisa Histórica II				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	30				30

OFERTA	Programada
PRÉ-REQUISITOS	Ter sido aprovado na disciplina Iniciação a Pesquisa Histórica I
EMENTA	
<p>Planejamento, orientação e delegação de atividades direcionadas para a elaboração de projeto de pesquisa e de monografia. Normas para apresentação científica e parâmetros de pesquisa.</p> <p>O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no ensino fundamental e competência 1 no ensino Médio.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BURKE, Peter. História e Teoria Social. São Paulo: Editor Unesp. 2002. _____(org). A escrita da História. São Paulo: UNESP, 1982. CARDOSO, Ciro Flamarion. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 2007. DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade. GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo: Bertrand, 1986.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Difel, 1989 LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. _____. História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. _____. História: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.</p>	

DISCIPLINA	Libras				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
60				60	
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Propriedades das línguas humanas e as línguas de sinais. Os estudos das línguas de sinais e a língua brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EM13CHS501)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BRANDÃO, F. Dicionário Ilustrado de libras: Língua brasileira de sinais. São Paulo: Global Editora, 2011.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, corde, 1997</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.436, de 24/04/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>MOURA, LODI & PEREIRA. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre/RS. Artes Médicas. 1997.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1. 222 p.</p> <p>SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.</p>					

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em formação na licenciatura para a realização do estágio e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>.(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>CASSIANO, Célia Cristina. O mercado do livro didático no Brasil do século XXI. São Paulo: UNESP, 2013.</p> <p>KARNAL, Leandro. História na sala de aula. Conceitos práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensinar a ensinar: didática para escola fundamental e média. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 201 p
HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 283 p
PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: ArtMed Editora, 1999. 90 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). **Escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542
OLIVEIRA, Margarida Dias (org.). *Como se formam os professores de História: vivências e experiências de iniciação à docência*. Natal, EDFURN, 2009.
PINSKY, Jaime (Org.). **12 faces do preconceito**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História III			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de					

formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.

(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCO, Aléxia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo [et. al.] Ensinos de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) Novos temas nas salas de aula de História. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). JörnRüsen: e o ensino de história. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.

DISCIPLINA	Metodologia e Prática do Ensino de História IV				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensinar a ensinar: didática para escola fundamental e média. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 201 p</p> <p>FRANCO, Aléxia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo [et. al.] Ensinos de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.</p> <p>KARNAL, Leandro. História na sala de aula. Conceitos práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.
GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542
OLIVEIRA, Margarida Dias (org.). Como se formam os professores de História: vivências e experiências de iniciação à docência. Natal, EDFURN, 2009.

DISCIPLINA		Políticas Educacionais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Aspectos históricos, pedagógicos e legais do ensino no Brasil, suas dimensões estruturais e implicações para o ensino da disciplina de História. Abordagens sobre Direitos Humanos, visando não só sua conceituação como a reflexão sobre sua historicidade e pensar nas implicações para o ambiente educacional. Analisar documentos nacionais e internacionais referentes à educação e aos direitos humanos. Problematizar questões específicas relativas aos direitos humanos, como preconceito, discriminação, violência, políticas públicas, currículos escolares.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI16) (EF09HI23)(EF09HI36)(EM13CHS501)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>.
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente.
ROMANELLI, O.O. História da Educação no Brasil. 23. ed. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. Avaliação da educação: novos desafios em contexto de municipalização. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.
CORREA, Werle Flávia Obino a. Sistema Municipal de Ensino: contexto do Sistema de Avaliação da Educação Básica. ANPED, trabalho encomendado, 2009. Captura em WWW anped.org.br, dia 26 de junho de 2011.
CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda; KRAMER, Sônia. Formação de profissionais da Educação Infantil: um desafio para as políticas municipais de educação face às exigências da LDB. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

DISCIPLINA		Produção de Monografia - TCC			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	60				60
OFERTA	Programada				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Pesquisa e redação de texto monográfico de acordo com as normas ABNT, visando formação técnico científica. Sessões de orientação às etapas do desenvolvimento da pesquisa e da produção escrita dentro do rigor metodológico, os projetos são divididos por área de conhecimento entre os professores do colegiado. As orientações são realizadas uma vez por semana em horário estabelecido no cronograma semanal do curso em horário regular de aula.

O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e competência 1 no Ensino Médio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LANGLOIS, CH. V. SEIGNOBOS, C.H. Introdução aos estudos históricos. Trad. Laerte de Almeida Morais. São Paulo: Renascença, 1946.

LUCA, Tânia Regina de. Práticas de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2020

PINSKY, Carla. (Org.) Fontes históricas. São Pulo: Contexto, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURKE, Peter. (org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo:UNESP, 1992.

DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. São Paulo: Forense, 2000.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1990.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. 6. ed. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA		Psicologia da Educação			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Relação entre Psicologia e Educação. Principais abordagens psicológicas e suas contribuições para a Educação. Ensino e aprendizagem em diferentes perspectivas: Inatismo, Empirismo e Interacionismo. Teorias contemporâneas do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Psicologia da educação e temas atuais do contexto educacional.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência Normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.</p> <p>BOCK, A. M. B. & FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. T. A Psicologia ou as psicologias. In: Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>FREIRE. I. Raízes da Psicologia: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia. 13ed. São Paulo: Saraiva, 1999</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANTUNES, M.A.M. & MEIRA, M.E.M. Psicologia Escolar: práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003</p> <p>BARROS, C.S.G. Pontos de psicologia Escolar. Lisboa. Moraes, 1988.</p> <p>FRED. S. Keller. A definição da psicologia. São Paulo, Perspectiva, 1984.</p> <p>FRELLER, C. Histórias de Indisciplina Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.</p>	

DISCIPLINA		Teoria da História I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina prevê o estudo dos conceitos fundamentais da História enquanto conhecimento cientificamente produzido. Prevê também discussões acerca da natureza e fundamento do conhecimento histórico de forma ampla, acercando-se das diferentes visões e abordagens que a História apresentou ao longo do tempo.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competências no Ensino Médio.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI01)(EM13CHS101)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BARROS, José D'Assunção. <i>Teoria da História</i>. Petrópolis: Vozes, 2011 (4 volumes).</p> <p>BLOCH, Marc. <i>Introdução à História</i>. Lisboa. Publicações Europa-América, s/d.</p> <p>BURKE, Peter. <i>A escrita da História</i>. São Paulo: UNESP, 1992</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

AROSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.
 BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
 CARR, E. Que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DISCIPLINA		Teoria da História II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A proposta desta disciplina é expor questões epistemológicas e metodológicas sobre o conhecimento histórico ao longo do tempo, com ênfase em apresentar o processo de institucionalização dos estudos históricos no século XIX.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI02)(EM13CHS301)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.
 HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das letras, 2000.
 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOURDIEU, Pierre. Os usos da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
 CUNHA, Flávio José Saliba. História & sociologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2007;
 BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. O sociólogo e o historiador. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
 DIAS, Vanessa Tavares. Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil. Cronos, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 145-161, jul./dez. 2009.

DISCIPLINA		Teoria da História III			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina refere-se à natureza do fazer histórico, a identificação dos procedimentos e das etapas-chaves da prática investigativa dos historiadores, referindo-se ao estudo dos conceitos fundamentais das principais teorias e filosofias do século XX.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do</p>					

Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI01)(EM13CHS301)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. *A História em migalhas*. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHARTIER, Roger. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de. (Org.) *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DISCIPLINA		Teoria da História IV			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Esta disciplina prevê o estudo dos fundamentos da crítica historiográfica contemporânea nos séculos XX e XXI, referindo-se à compreensão das crises epistemológicas e metodológicas da historiografia, bem como o diálogo interdisciplinar da prática historiográfica.

Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI02)(EM13CHS101)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GINZBURG, Carlo [et.all]. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das letras, 2000.

HOBSBAWM, Eric [et.all]. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.
CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princenton University Press, 2007.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

DISCIPLINA

Universidade e Sociedade I

CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
20			55		75
OFERTA		Programada			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. semestre do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.</p> <p>Competência 4 do Ensino fundamental e Competências 4, 5 e 6 no Ensino Médio</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF08HI14)(EF09HI09)(EF09HI15-16)(EF09HI25-27)(EF09HI36)(EM13CHS403-404)(EM13CHS501-504) (EM13CHS601-606)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>50 ANOS de extensão rural paranaense. Curitiba: EMATER, 2006.</p> <p>CATÁLOGO de projetos de extensão. Maringá-PR: UEM/Imprensa Universitária, 2002</p> <p>CARVALHO, Célia Regina de; CIRÍACO, Klinger Teodoro; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. <i>Contextos formativos no ensino, pesquisa e extensão universitária</i>. Curitiba: CRV, 2015.</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, M. L. A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 2000.
 BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
 FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.
 GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542

DISCIPLINA		Universidade e Sociedade II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
10			65		75
OFERTA	Programada				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. ano do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.</p> <p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas</p>					

educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. semestre do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.

Competência 4 do Ensino fundamental e Competências 4, 5 e 6 no Ensino Médio

Código das habilidades BNCC:(EF08HI14)(EF09HI09)(EF09HI15-16)(EF09HI25-27)(EF09HI36)(EM13CHS403-404)(EM13CHS501-504) (EM13CHS601-606)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do conhecer e do agir coletivo. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 7(2): 5-25, agosto/2001.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?. *Instituto Paulo Freire*, 2017.

ROCHA JUNIOR, Alberto Ferreira da. *Cultura e extensão universitária: a produção de conhecimento comprometida com o desenvolvimento social*. São João del-Rei, MG: Malta, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). *JörnRüsen: e o ensino de história*. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória D'África em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2008.

DISCIPLINA	Linguagens e tecnologias no Ensino de História				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
60				60	
OFERTA		EAD total			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Analisar processos de incorporação e trabalho pedagógico com diversas tecnologias e linguagens no processo de ensino e aprendizagem de História. Nessa perspectiva novas linguagens e tecnologias funcionarão instrumentos, meios, para uma aprendizagem histórica capaz de desenvolver a competência narrativa dos estudantes, linguisticamente e com pensar lógico para auxiliá-los a pensar historicamente.</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF06HI15) (EF06HI19) (EF07HI08) (EF07HI14) (EF09HI12)(EM13LGGCHS103)(EM13LGGCHS403)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>HAGEMEYER, Rafael Rosa. História e audiovisual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.</p> <p>KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2005</p> <p>RODRIGUES, André Wagner. História, historiografia e ensino de história em relação dialógica com a teoria da complexidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>LEITE, Priscila Gontijo et. all. <i>Ensino de história, tecnologias e metodologias ativas: novas experiências e saberes escolares</i> [recurso eletrônico] João Pessoa: Editora do CCTA, 2022</p> <p>RADFORD, Luis; MOREY, Bernadete; MENDES, Iran Abreu (org.). <i>Cognição matemática: história, antropologia e epistemologia</i>. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.</p>					



MAGALHÃES FILHO, Antonio Germano; ARAUJO, Fátima Maria Leitão (Orgs). *Ensino & linguagens da história*. Fortaleza: EdUECE, 2015
XAVIER, Edson; PRESTES FILHO, Ubirajara F. *História interativa*. 1 ed. Tatuí: Casa Publicadora, 2008.

8.3 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Além das disciplinas obrigatórias os estudantes de História devem cumprir 4 (quatro) disciplinas de 60 horas na modalidade optativa, que segundo a orientação da Pró-reitora de Graduação da UNESPAR:

[...] estão computadas na carga horária obrigatória total do Curso. Quando da exigência nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de graduação, estas disciplinas devem ser ofertadas pelo próprio colegiado. Em caso de Cursos em que esta exigência não ocorra, bem como daqueles que não possuem diretrizes próprias, ainda assim torna-se facultativo ao colegiado a oferta ou não destas disciplinas. As optativas representam uma oportunidade de aprofundamento e/ou direcionamento pelo estudante na área de estudo, devendo constar em um rol previamente definido no PPC do próprio Curso do estudante, incluindo a carga horária da disciplina. Anualmente, em período anterior à renovação da matrícula pelo estudante, cada colegiado deve propor ao Centro de Área no qual pertence, as disciplinas optativas as quais pretende ofertar. Como tais disciplinas compõem a carga horária obrigatória total do Curso, o colegiado, já no PPC, deve informar quantas disciplinas optativas deverão ser cursadas em cada período letivo. (UNESPAR, 2017)

Atendendo a estes parâmetros as disciplinas optativas do curso serão ofertadas uma para cada série a cada ano, simultaneamente em um mesmo dia da semana ao segundo semestre e permitem a livre escolha do discente entre elas até o limite de vagas definidas a cada ano letivo pelo colegiado de curso e informado aos alunos pelo coordenador que matricula os alunos e informa a secretaria. A título de optativas podem ser cumpridas por parte do aluno até 02 (duas) disciplinas em outros cursos da UNESPAR de modo substitutivo.

DISCIPLINA		Estudos Avançados em História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre correntes historiográficas. Discussão de problemas historiográficos contemporâneos. Exploração de novos conceitos teóricos em história.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>DOSSE, François. <i>A História</i>. São Paulo: EDUSC, 2003.</p> <p>HARTOG, François. <i>Evidência da História</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>KOSELLECK, Reinhart. <i>Futuro passado</i>. Rio de Janeiro: PUC, 2011</p> <p>TALEB, Nassim Nicholas. <i>A lógica do cisne negro</i>. São Paulo: Best seller, 2008</p>					

DISCIPLINA		Ensino de História e Material Didático			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina tem como objetivo apresentar questões relacionadas ao ensino de história e a construção do material didático, considerando como aspectos de grande influência a teoria e prática. Visa a análise, elaboração e reformulação do material didático na disciplina de História. Discussões sobre as práticas de ensino e aprendizagem e a utilização de recursos na elaboração do material didático.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>Humanismo e didática da história: JörnRüsen</i>. 1. ed. Curitiba: W. A. Editores, 2015. 161 p</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>JörnRüsen: e o ensino de história</i>. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.</p> <p>PINSKY, Jaime; PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi (org.). <i>Novos combates pela história: desafios - ensino</i>. São Paulo: Contexto, 2021. 254 p</p>					

DISCIPLINA	História Cinema e Imagens				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo das relações entre cinema, imagens e História. Estudo das representações cinematográficas e imagéticas como modelo de construção do campo epistemológico da História.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
DIDI-HUBERMAN, Georges. <i>Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte</i> . São Paulo: Editora 34, 2013.					
DIDI-HUBERMAN, Georges. <i>O que vemos, o que nos olha</i> . São Paulo: Editora 34, 2010.					
FERRO, Marc. <i>Cinema e História</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.					

DISCIPLINA		História da Alimentação			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Estudo da História da Alimentação a partir de panorama historiográfico fundador deste campo em âmbito internacional e nacional e seus desdobramentos no cotidiano alimentar como influenciador de práticas culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. 3.ed. São Paul
FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Comida*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 362p
SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação cultural, 1995. 189po: Global, 2004. 954p

DISCIPLINA		História da Ciência e da Técnica			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina pretende analisar a ideia de ciência ao longo da história ocidental. A Episteme na cultura grega. A "ciência" medieval e renascentista. A emergência da ciência moderna e seus desdobramentos até o século XX. Procura-se analisar as relações entre ideias científicas e os aspectos sociais, culturais, etc. que					

caracterizaram a cultura ocidental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHASSOT, Attico. *A ciência através dos tempos*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2008. 280 p

CHALMERS, Alan Francis. *A fabricação da ciência*. São Paulo: UNESP, 1994..

KUHN, Thomas S. *O caminho desde a estrutural* ensaios filóficos, 1970-1993
São Paulo: UNESP, 2006. 402 p

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2009.

DISCIPLINA		História da Cultura Material e Imaterial			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso procura compreender os conceitos de “cultura material” e “imaterial” e seus contextos de surgimento, analisando essas categorias a luz de temas como cultura, patrimônio e museus em interdisciplinaridade com outros campos de estudo como, por exemplo, a Antropologia e a Museologia, entendendo a sociologia das relações humanas a partir das noções de identidade e a memória.</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2006.
ROCHA, Carla Regina Nunes da. *Cultura material e ensino de história*. União da Vitória: FAFI, 2007.

VIEIRA, Luiz Renato. *A capoeira e as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial*. Brasília: FCP, 2012.

DISCIPLINA		História da Historiografia Brasileira			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina abordará a produção historiográfica brasileira a partir de meados do século XIX, momento de sua construção dentro do ideal de nacionalidade, passando pelas décadas iniciais do século XX até as discussões sobre os rumos de nossa recente historiografia.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
FREITAS, Marcos Cezar de. <i>Historiografia brasileira em perspectiva</i> . 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003. 476p.					
MOTA, Carlos Guilherme (Org.). <i>Brasil em perspectiva</i> . 1968. 415 p					

RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970. 306p

DISCIPLINA		História da Saúde e da Doença			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso tem como objetivo discutir a história da saúde e da doença, procurando identificar rupturas e permanências no pensamento e nas ações de saúde. Entender os diferentes contextos em que a assistência à saúde foi organizada, desde o exercício das artes de curar até institucionalização da medicina. Compreender os determinantes estruturais do processo <i>saúde/doença</i> das populações. As políticas de combate as doenças e promoção da saúde ao longo da história.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidadefebril: cortiços e epidemias na Corte imperial</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. FOUCAULT, Michel. <i>Microfísica do Poder</i>. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. <i>A bailarina da morte</i>:</p>					

A gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

DISCIPLINA		História da Saúde no Brasil			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina tem por objetivo discutir sobre a História da Saúde no Brasil entre os séculos XVIII e XX, tomando como ponto de referência suas rupturas, mudanças e permanências acerca das práticas vinculadas às questões de saúde. Neste sentido, será historicizada a maneira como a saúde foi organizada, formas de lidar com epidemias, o exercício da arte de curar e a institucionalização da medicina. Além disso, pretende-se debater o modo como foram operadas as ações de saúde a partir do higienismo e sanitarismo, como também, a atuação dos saberes médico-científico em políticas públicas, sua vinculação com o Estado e iniciativas privadas.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2017. 286</p> <p>PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. <i>As Barricadas da Saúde</i>. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 126p</p>					

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 375 p.

DISCIPLINA		História do Tempo Presente			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Reflexões sobre os eixos teóricos, metodológicos, historiográficos e dos desafios de seu estudo, a partir de fontes diversificadas, abrangendo os vínculos com as memórias individuais e públicas, relações entre memória, história e esquecimento, além dos usos políticos do passado.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. <i>História do Tempo Presente</i> . São Paulo: Contexto, 2003. 224p. BURGUIÈRE, André. <i>Dicionário das ciências históricas</i> . Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. 775p. LE GOFF, Jacques. <i>A história nova</i> . 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.					

DISCIPLINA		História e Artes			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Conhecer e discutir a relação entre arte e história. Estudar o surgimento e a afirmação do campo de conhecimento específico da História da Arte, assim como as diversas formas de escrita histórica sobre arte. Identificar e problematizar a especificidade da arte e sua relação com a cultura. Identificar e discutir, na historiografia da arte, os conceitos que estão envolvidos nessa relação.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ALLOA, Emanuel (Org). <i>Pensar a imagem</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. ARGAN, Giulio Carlo. <i>A Arte Moderna na Europa: de Hogarth a Picasso</i>. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. BAXANDALL, Michael. <i>Padrões de Intenção: a explicação histórica dos quadros</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2006</p>					

DISCIPLINA		História e Biografia			
CARGA HORÁRIA					

TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A biografia como gênero historiográfico, oferecendo um quadro geral do debate historiográfico sobre a temática. Estudar diferentes formas de construção de biografia: micro-biografias, grandes personagens, prosopografia, memórias e auto-biografias. A pesquisa biográfica em história na perspectiva transdisciplinar.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. <i>Domínios da história</i>. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. <i>Brasil: uma biografia</i>. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. CHAPLIN, Charles. <i>História da minha vida</i>. 5ªed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966</p>					

DISCIPLINA		História e Cultura Brasileira			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina propõe a debater os processos e produtos da cultura no Brasil em suas chaves interpretativas mais relevantes para a historiografia. Aspectos como o teatro, a arquitetura, a canção, a alimentação, a literatura, a penetração das culturas europeias e suas acomodações as variadas artes e saberes populares muitas vezes etnicamente referenciados e algumas vezes concebidos como “folclóricos”. Eventualmente o debate de uma ideologia da cultura nacional. Poderá também realizar a discussão sobre as várias fases pelas quais atravessa o processo civilizatório brasileiro, que parte de uma posição periférica e mimética até a elaboração de uma cultura nacional e popular bem como o avanço do modernismo entre nós. Interessam as circularidades e apropriações nos mais diversos produtos e saberes.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MOTA, Carlos Guilherme. <i>Ideologia da cultura brasileira</i>. 9.ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998. 303p NAPOLITANO, Marcos. <i>Cultura brasileira</i>. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004. 133p NAPOLITANO, Marcos. <i>A Síncope das Idéias</i>. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. 159</p>	

DISCIPLINA	História e Cultura dos Povos Indígenas no Brasil				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre a Cultura dos povos indígenas no Brasil e as diferentes abordagens historiográficas referentes às suas representações entre os séculos XVI e XXI, bem como, reflexão acerca da história de luta dos povos indígenas no Brasil, as políticas públicas e a constituição de um campo de saber acadêmico.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>COSTA E SILVA, Alberto da. <i>Antologia de lendas do índio brasileiro</i>. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1969. FERREIRA, Maria Beatriz Rocha; VINHA, Marina (Orgs.). <i>Celebrando os jogos, a memória e a identidade: XI jogos dos Povos Indígenas</i>, Porto Nacional, Tocantins, 2011. MONTEIRO, John Manuel. <i>Negros da terra</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2009. TODOROV, Tzvetan. <i>A conquista da América: a questão do outro</i>. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. VIDAL, Lux. <i>Grafismo indígena: estudos de antropologia estética</i>. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. WEBER, Ingrid. <i>Um copo de cultura: os hunikuin (kaxinawá) do rio humaitá e a escola</i>. 1. ed. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2006.</p>					

DISCIPLINA	História e Cultura Escrita				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre a circulação da cultura escrita e sua capacidade de transformar os modos de interação social, permitir novas formas de pensar e modificar as relações de poder e forjar identidades em torno de comunidades de leitores, escritores, editores e censores.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BURKE, Peter. <i>Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot</i>. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. CHARTIER, Roger. <i>A Aventura do Livro</i>. São Paulo: UNESP, 1998. _____. <i>Cultura escrita, literatura e história/ conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit</i>. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2001. DARNTON, Robert. <i>Os best-sellers proibidos</i>. Editora Schwarcz Ltda, 1998. _____. <i>O grande massacre de gatos</i>. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996</p>					

DISCIPLINA		História e Ensino de História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina visa estabelecer debates sobre ensino da história e suas diferentes concepções de ensino, aprendizagem e conhecimento histórico. Discute a trajetória do ensino de história na educação básica, relacionando com a produção historiográfica e articulando entre a fundamentação teórica tendo em vista a realidade escolar.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>Aprender história: perspectivas da educação histórica</i>. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. 310 p.</p> <p>NUNES, Silma do Carmo. <i>Concepções de mundo no ensino da história</i>. São Paulo: Papirus, 1996. 132p</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. <i>Ensinar e aprender história</i>. Campinas: Alínea Editora, 2009. 300p</p>	

DISCIPLINA	História e Ficção Histórica				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Estudo sobre a relação entre História e Ficção a partir de diversos suportes de produção e divulgação. Pretende-se ainda analisar temas e procedimentos recorrentes nos romances históricos e demais narrativas que possam auxiliar na compreensão das representações sobre determinados períodos da história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Escrita, linguagem, objetos*. Bauru: EDUSC, 2004.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. 327p

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1970. 204p

WHITE, Hayden. *Meta-história*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 456p

DISCIPLINA	História e Fontes Históricas				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Estudo dos vários suportes, documentos e fontes que podem servir a história em seu ofício narrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012

DISCIPLINA		História e Gênero			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre as relações de gênero no campo da história a partir da discussão de aspectos teórico-metodológicos sobre a história das mulheres ao gênero enquanto categoria de análise, a emergência do sexo/corpo no discurso médico-científico e jurídico na construção das diferenças, a historicidade dos papéis sociais de gênero, bem como, as fontes e as abordagens recentes na</p>					

historiografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AUAD, Daniela. *Educar Meninas e Meninos: relações de gênero na escola*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero/ feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 160

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história*. Bauru: EDUSC, 2003. 499p

DISCIPLINA		História e Guerra			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre as dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e militares					

das guerras em diferentes temporalidades e diferentes recortes espaciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KEEGAN, Jonh. *Uma história da Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 2006

LORENZI, Mário. *Desarmamento ou holocausto nuclear*. São Paulo: Global, 1983.

SHIRER, William. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DISCIPLINA		História e Imigração			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo dos fenômenos de imigração na história, e em particular no espaço brasileiro.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999. 577 p

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 344p

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós - modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro - RJ: DPGA, 2006. 102p.

DISCIPLINA		História e Mestiçagens			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Problematizar como a escravidão no âmbito mais geral e o tráfico, particularmente, foram expressões do que havia de mais mundializado entre os séculos XV e XVIII, isto é, o comércio, entendido de maneira mais ampliada o que significou, para além das trocas econômicas, os deslocamentos de gentes, culturas, flora e fauna, desenvolvido entre as quatro partes do mundo. É esse mundo ibero-americano, no qual a escravidão e as mestiçagens biológicas e culturais se associam desde muito cedo que a disciplina centrará sua análise de investigação. Já o plano temporal se estende desde os primeiros anos posteriores à chegada dos ibéricos no Novo Mundo até o século XIX, quando</p>					

foram extintos os últimos regimes escravistas americanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 12. ed. Distrito Federal: 1963. 589 p
IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora, 2010. 309p

RIBEIRO, Darcy. *Mestiço é que é bom!*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 157p

DISCIPLINA		História e Mídias			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Debate sobre os conhecimentos históricos, dimensões, influências e impactos das mídias em suas diversidades de expressões e narrativas - a exemplo do documentário, cinema, televisão, fotografia, artes plásticas, tecnologias digitais, redes sociais, entre outras - abrangendo a cultura de massas ou popular e a indústria cultural.</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter; CO-AUTOR; DIAS, Maria Carmelita Pádua; TRADUÇÃO. *Uma história social da mídia: de gutenberg à internet*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

SAID, Gustavo Fortes. *Mídia, poder e história na era pós-moderna*. Teresina, PI: EDUFPI, 1998.

MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50*. Campinas: Unicamp, 1996.

DISCIPLINA	História e Morte				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa abordar aspectos das várias representações a respeito da morte e do morrer nos mais diversos períodos da História. Desta forma, objetiva-se oferecer um panorama que versem sobre as atitudes individuais e coletivas relativas à morte, ao morrer e ao além-túmulo, em diferentes temporalidades, espacialidades e sob diversos recortes teórico-metodológicos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARIÈS, Philippe. *O homem perante a morte* - i. 2ª ed. Porto, Portugal: Europa-américa, 2000. 340p

KELEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2016. 538

VAILATI, Luiz Lima. *A Morte Menina*. São Paulo: Alameda, 2010. 358p

DISCIPLINA		História e Música			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe de modo introdutório explorar as interpelações entre o debate historiográfico e a música em seu sentido amplo na constituição de um campo de estudos. Música erudita, canção popular, transformações dos suportes e mídias sonoras são temas abordados para o entendimento das principais linhas de investigação presentes nas pesquisas contemporâneas sobre o tema. Aspectos da história cultural da música popular no Brasil e no mundo podem ser debatidos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ADORNO, Theodor W. *Introdução à sociologia da música*. São Paulo: UNESP, 2011. 419p
 FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *Festas e batuques do Brasil*. Rio de Janeiro - RJ: Sabin, 2009. 104 p
 GARCIA, Miliandre. *Do Teatro Militante À Música Engajada*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. 159p

DISCIPLINA		História e Práticas Jurídicas			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina pretende analisar a relação entre as narrativas históricas e um amplo conjunto de práticas e saberes jurídicos operados nos tribunais e estâncias da justiça na sociedade em diferentes temporalidades e espaços.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BALDY, Hélio Rosa. <i>Em torno da justiça e da história</i> . Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1997. 175p. BOBBIO, Norberto. <i>Estado, governo, sociedade</i> . 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. 173p.					

PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 417 p.

DISCIPLINA		História e Relações Étnicos Raciais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre os processos de construção de identidades e fronteiras étnicas. Estudo sobre as concepções históricas de etnia e de raça. Estudo dos processos históricos do racismo e do colonialismo.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>NASCIMENTO, Abdias. <i>O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado</i>. São Paulo: Perspectiva, 2021.</p> <p>FANON, Frantz. <i>Pele negra, máscaras brancas</i>. São Paulo: Ubu, 2020.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia. <i>O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2004</p>					

DISCIPLINA		História e Religiosidades			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende abordar temas e debates historiográficos relativos à História das Religiões, sob a perspectiva da História Cultural com enfoque na discussão teórica sobre o estudo das religiões desenvolvida na Idade Contemporânea – História das Religiões/História Religiosa/ História Cultural das Religiões; conceitos-chave, tais como religião/religiões; identidade; sincretismo. Além disso se pretende à análise de debates candentes a diferentes grupos religiosos presentes na formação religiosa brasileira, e abordagem de temas transversais à área de religiões – gênero, política, mídia, juventude, ensino religioso, entre outros. Para tal se propõe a analisar a cultura audiovisual, iconográfica e material ligada a aspectos religiosos na contemporaneidade.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ARMSTRONG, Karen. <i>Em nome de deus</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2009. 580p ARMSTRONG, Karen. <i>Uma história de deus</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2008. 557 RICOEUR, Paul. <i>História e verdade</i>. Rio de Janeiro: Forense, 1968. 340p</p>					

DISCIPLINA		História e Romance Histórico			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Levar à reflexão sobre as relações entre a criação literária e a área de conhecimento da história, focando no gênero literário conhecido como romance histórico, visando examinar como se dá o diálogo entre as duas instâncias nas obras que podem ser lidas como ficção histórica. Pretende-se ainda analisar temas e procedimentos recorrentes nos romances históricos, que possam auxiliar na compreensão das representações sobre determinados períodos da história.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>LUKÁCS, Georg. <i>A teoria do romance</i>. Lisboa, Portugal: Presença, s.d. TODOROV, Tzvetan. <i>As estruturas narrativas</i>. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.</p> <p>MAIA, Pedro Américo. <i>A problemática moral no moderno romance brasileiro</i>. 4 ed. Belo Horizonte: Grupo Gente Nova, s.d.</p>					

DISCIPLINA		História e Sensibilidades			
CARGA HORÁRIA					

TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O programa objetiva a exploração das percepções das sensibilidades, no âmbito dos estudos em história cultural. Com temas diversos e narrativas fixadas em temporalidades distintas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C. <i>Fronteiras</i> . São Paulo: Olho D'Água, 2003. 300p					
LANGUE, Frédérique; PESAVENTO, Sandra Jatamy. <i>Sensibilidade na história</i> . 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 262p					
KOBELINSKI, Michel (Org.). <i>Novas sensibilidades na américa latina</i> . Curitiba: CRV, 2016. 185 p					

DISCIPLINA		História e Sexualidade			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina pretende passar por um inventário das práticas e conceituações a respeito da sexualidade ao longo da história. Procura apontar indicativos para a educação no que tange aos assuntos da sensibilidade humana, intimidade e valores morais subjacentes ao tema.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). <i>Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação</i>. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 191 p</p> <p>VIEIRA, Galdino Nunes. <i>Amor, sexo e erotismo</i>. 4 ed. São Paulo: Casa Publicadora, 1978. 28</p> <p>HISTÓRIA da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 633p8p</p>	

DISCIPLINA	História e Violência				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Visa discutir questões afeitas a violência, poder e ordem. Análise crítica das abordagens funcionalistas da violência; exame das questões da ordem e da violência e suas relações com a ordem social. Os múltiplos códigos interpretativos da violência brasileira: exame de temáticas presentes no interior da questão da violência e da criminalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993. 307p
FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano/ a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. 326

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 389p

DISCIPLINA		História Feitiçaria e Inquisição			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Analisar a atuação do Tribunal da Inquisição: gênese, natureza e objetivos. O Santo Ofício no período medieval e moderno entre duas dinastias. Os órgãos, os agentes e os espaços da Inquisição. Também compreender os casos de heresia, feitiçaria, curas mágicas e demais práticas delituosas aos olhos do Santo Ofício tanto na Europa quanto no Brasil, analisando casos e processos específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVINSKY, Anita. *Inquisição*. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. *Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DISCIPLINA		História, Império e Imperialismos			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre a relação entre História, império e imperialismo, suas práticas históricas e seus debates conceituais-historiográficos.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia de bolso, 2012.

DORÉ, Andréa & LIMA, Luís Felipe Silvério (Org) *Facetas do Império na História*. Brasília: Aderaldo & Rotschild, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DISCIPLINA		História Imprensa e Periódicos			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O curso pretende debater os vários produtos da imprensa e dos periódicos em sua relação com a história narrada possível, bem como no uso técnico destes como fontes para sua escrita.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
DARNTON, Robert. <i>O beijo de lamourette</i> . 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 395p					
GRAF, Márcia Elisa de Campos. <i>Imprensa periódica e escravidão no paraná</i> . Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. 167p					

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luíza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo - SP: Contexto, 2008. 303

DISCIPLINA		História Oral e Memória			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo conceitual em História Oral dedicada à memória visando a pesquisa e os processos ético-normativos, amplificado pela análise das estruturas de memória, identidade e oralidades.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
PORTELLI, Alessandro. <i>Ensaio de História Oral</i> . São Paulo: Letra e Voz, 2010. ALBERTI, Verena. <i>História oral/ a experiência do CPDOC</i> . Rio de Janeiro: FGV, 1990. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. <i>Manual de história oral</i> . 4.ed.re.a. São Paulo: Loyola, 2002					

DISCIPLINA		História Pública e Ação educativa em Museus			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O Historiador público e ação educativa em museus. Museus, educação e patrimônio: desafios atuais. Gestão de coleções: arquivos, manuscritos e museus. Ações educativas nos museus e correntes pedagógicas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ARQUIVOS, <i>patrimônio e memória</i> . São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.					
BOSI, Ecléa. <i>Memória e sociedade</i> . 6.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 484p					
CHOAY, Françoise. <i>A Alegoria do Patrimônio</i> . 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2006. 282p					

DISCIPLINA		História Pública e História Oral: conceitos e práticas			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60



OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
História, História Oral e História Pública. História Pública e mídias, tempo presente, comunidades e culturas populares, plataformas digitais, narrativas públicas. História Pública e ensino de História	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALBERTI, Verena. <i>História oral/ a experiência do CPDOC</i> . Rio de Janeiro: FGV, 1990. FREITAS, Sônia Maria de. <i>História oral</i> . São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Imprensa oficial do Estado, 2002. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de (Org.). <i>História pública no Brasil: sentidos e itinerários</i> . São Paulo: Letra e Voz, 2016	

DISCIPLINA	Práticas de Arquivo				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

A disciplina aborda práticas de higienização, restauração, preservação e acondicionamento de acervos documentais, bem como a elaboração de instrumentos de pesquisa e meios de divulgação; destacando a importância dos mesmos para a pesquisa e produção de conhecimento histórico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 316p

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 89p.;il.(projeto como fazer,1)

GOMES, F. Araújo; HELLUY, Hâmida R. *Manual de arquivo e documentação*. 4ªed. Rio de Janeiro: Interciências, 1976 201p

DISCIPLINA		Tópicos de História Regional e Local			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

A disciplina visa o debate de questões teóricas e metodológicas da História Regional e Local. Trata-se de discussões sobre suas origens e evolução, suas conexões com o nacional e o global, suas possibilidades e limites. A disciplina visa também o mapeamento e discussão sobre as fontes da pesquisa histórica regional e local, bem como o uso e as potencialidades pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016. 297 p

BALAKHRISNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 335p

RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no Vale do Iguaçu*. União da Vitória 1973. 154p

SILVA, Cleto da. *Apontamentos históricos de União da Vitória/ 1768 - 1933*. 21. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2006. 248 p.

DISCIPLINA		Tópicos em História Ambiental			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina História Ambiental visa refletir os temas, natureza, ambiente e sociedade. Neste sentido, privilegiam-se os estudos sobre as bases epistêmicas,					

conceituais, métodos e abordagens da história ambiental, bem como as transformações no imaginário Ocidental acerca do mundo natural e as ações antrópicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Ely Bergo de. *Ensino de História e Educação Ambiental*. São Paulo: Fino Traço, 2021. 185p.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2010. 537p

NOVAES, Pedro da Costa; RIBAS, Otto. *Agenda 21*. Brasília : MMA/PNUD, 2000. 192p

DISCIPLINA		Tópicos em sociedades orientais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe investigar aspectos sociais, antropológicos, e históricos das sociedades orientais próximas e distantes, tanto no tempo quanto no espaço. Problematicar o Oriente que o Ocidente construiu e o Ocidente orientalizado. Cultura e religiosidades orientais. A China, o Japão e a Índia. A situação político-econômica no Oriente Próximo. A invenção do Terrorismo ou a face da violência</p>					

soberana. Cultura do ódio em Israel e Palestina

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALLEN, Mark. *Árabes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. 171p
 GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
 LUYTEN, Sonia M. Bibe. *Cultura pop japonesa*. São Paulo: Hedras, 2005. 143p
 SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. 523p

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Contemporânea			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo de temas relacionados à formação e/ou desenvolvimento do mundo contemporâneo, em diferentes recortes espaciais, a partir de enfoques políticos, econômicos, sociais ou culturais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Cultural			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe trabalhar recortes da fortuna crítica dos trabalhos em história cultural que vão desde os escritos da Escola dos Anales aos estudos culturais ingleses. Visa investigar de modo tópico também as mediações e correlações produzidas na América latina, Ásia e África quando a reflexão de historiadores e cientistas sociais se voltaram para o entendimento da cultura e dos produtos culturais circulantes nas sociedades e objetos de análise. Nesse sentido de modo pontual interessam os problemas, as conexões com a antropologia histórica e os debates para além da virada cultural e do <i>Linguistic Turn</i>.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002. 275p
DOSSE, François. *A história em migalhas*. 3.ed. São Paulo: Ensaio/Universidade Estadual de Campinas, 1994. 267p

HUNT, Lynn; CAMARGO, Jefferson Luiz. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 317p

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História do Brasil Imperial			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Utilizando-se das contribuições clássicas e recentes da historiografia, a disciplina tem por objetivo introduzir os graduandos nos principais debates historiográficos a respeito da cultura e sociedade no Brasil Imperial. Focando principalmente nos temas da violência, escravidão, relações de raça e gênero, aspectos culturais, literatura e artes, famílias e vida doméstica; os espaços de sociabilidade e as políticas de controle de condutas.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ABREU, Martha. <i>O império do divino</i>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fapesp, 1999. FREYRE, G. <i>Sobrados e Mocambos</i>. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.</p>					

REIS, João José; GOMES, Flávios dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M. de. *O alufá Rufino/ tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História do Brasil Republicano			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina desenvolve assuntos paralelos ao tema iminente político/econômico do Brasil republicano ao longo do século XX. Os temas tópicos que ancoram os debates são: Autoritarismo, etnicidades, gênero, cultura, cotidiano, censura, infância e gerações, festas, revoluções e uma história das ideias da cultura brasileira que amadurece lentamente após a promulgação da República até os dias atuais.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>GREEN, James N. <i>Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985</i>. São Paulo: Companhia das letras, 2009</p> <p>FAORO, Raymundo. <i>Os donos do poder</i>. Formação do patronato político brasileiro. 4ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977</p> <p>NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral) <i>História da vida privada no Brasil</i>. Vol. 3.</p>					

República: da Belle époque à era do rádio. SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História e Literatura			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende realizar um estudo da representação da história na ficção. Bem como dos procedimentos da narrativa ficcional na escrita da história e das relações entre história, ficção e memória a partir do século XVI. Pensando o romance como instância de construção ficcional da realidade sócio-histórica.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BOSI, Alfredo. <i>História da Literatura</i>. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2013</p> <p>CHARTIER, Roger. <i>Cultura escrita, literatura e história</i>. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>FARACO. C. A. <i>Diálogos com Bakhtin</i>. Paraná. Editora UFPR, 2007.</p>					

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Ibérica			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Pretende-se fornecer um balanço da história de Portugal e Espanha em diferentes temporalidades e abordagens. Analisar a história e historiografia dos Estados dinásticos na Península Ibérica. Discutir, de forma comparada, a formação dos Estados de Portugal e Espanha e suas relações com outras realidades como, por exemplo, América e África.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. La formación del feudalismo en la Península Ibérica. Barcelona, Espanha: Crítica, 1978. BOXER, C. R. A igreja e a expansão ibérica. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989. FERNANDES, Fátima Regina; FRIGUETTO, Renan. <i>Cultura e poder na península ibérica</i>. Curitiba: Juruá, 2001. 247p VERA, Juan Palau. Geografía de España y Portugal. 10 ed. Barcelona, Espanha: I. G. Seix Y Barral Hinos, 1951.</p>					

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em História Social
-------------------	---

CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende analisar a história social, seus métodos, fontes e temas. Sua relação íntima com a conjuntura econômica e, ou cultural. A organização e estruturação das hierarquias sociais. Sua relação com a história global.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. <i>Domínios da história</i>. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997. 508p</p> <p>FOUCAULT, Michel. <i>Em defesa da sociedade</i>. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 269p</p> <p>FLORENTINO, Manolo, Et Al. <i>A paz nas senzalas</i>. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997. 250p.</p>					

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em Línguas Clássicas				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O curso pretende instrumentalizar conceitos básicos em línguas clássicas, e apresentar tópicos pontuais em que a história se beneficie das estruturas de comunicação da língua grega e cultura latina.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ASSIS CINTRA. <i>Os clássicos e o antigo vernáculo</i>. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1921. 320p.</p> <p>DANIELLOU, Maria da Eucarístia. <i>Curso de grego</i>. Rio de Janeiro: MEC - Instituto Nacional do Livro, 1954. 265p</p> <p>NUSSBAUM, Martha C. <i>A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega</i>. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 486 p</p> <p>RÓNAI, Paulo. <i>Curso básico de latim i</i>. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2002. 132p</p>					

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em Movimentos Sociais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Estuda processos sociais, políticos e culturais envolvidos nos movimentos sociais; A contribuição dos movimentos na elaboração e implementação de políticas sociais. Diferentes leituras sobre os "velhos" e "novos" movimentos, percursos e redefinições dessas ações coletivas no mundo.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ORTEGA Y GASSET, José. <i>A rebelião das massas</i>. 3.ed. Rio de Janeiro - RJ: 1971. 264p.</p> <p>TÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. <i>Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil</i>. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. <i>História dos movimentos e lutas sociais</i>. São Paulo: Loyola, 1995</p>	

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em Paleografia				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Conhecer a origem da Paleografia e identificar os vários tipos de escrita da Época Moderna, exercitando a habilidade de ler e compreender documentos da época moderna, transcrevendo-os de acordo com as normas técnicas para edição e transcrição de documentos manuscritos, e em específico, os produzidos por órgãos administrativos do Império Português. Esclarecer as ferramentas e técnicas essenciais para ao aparato heurístico da História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

CAMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em Teoria da História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo das correntes do pensamento histórico e dos textos fundamentais da tradição historiográfica.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOSSE, François. *A História em migalhas*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

REIS, José Carlos. *História e Teoria*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2007

8.4 DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES/ELETIVAS

As disciplinas extracurriculares são um elemento de enriquecimento e diversificação da formação dos estudantes constitui uma opção individual dos alunos na busca de outros conhecimentos e experiência no decorrer de sua trajetória acadêmica. Segundo orientação da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UNESPAR as disciplinas extracurriculares estão:

Além das disciplinas obrigatórias que compõem o currículo mínimo do Curso (distribuídas em obrigatórias, optativas e eletivas), o estudante poderá cursar disciplinas extracurriculares com o intuito de aprofundar conhecimentos específicos em áreas de interesse pessoal, desde que não implique em ônus ao erário da instituição. Nestes casos, a procura pela disciplina é de livre escolha do estudante, porém, os colegiados deverão fixar os limites de contingenciamento de matrículas nas disciplinas, conforme disponibilidade e conveniência administrativas. (UNESPAR, 2017).

Os estudantes de outros cursos podem se matricular livremente para cursar disciplinas extracurriculares no Curso de História. O número de vagas para cada disciplina será estabelecido pelo colegiado antes do início de cada ano letivo e deve respeitar as normativas e regulamentos estabelecidos pela UNESPAR. Estarão



excluídas da oferta aos demais cursos as disciplinas referentes a Prática do ensino de História e aos Estágios Supervisionados, bem como as disciplinas de Introdução a Pesquisa Histórica e Produção de monografia-TCC compreendendo que estas tem implicações sobre o processo formativo específico do profissional. Os acadêmicos do Curso de História podem optar por cursar até duas disciplinas em outros cursos e validá-las como disciplinas optativas na História. As disciplinas cursadas acima desse limite serão validadas como atividades complementares

8.5 PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PPed)

A Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPed) pretende integrar o campo teórico dos conhecimentos cognitivos propostos por cada disciplina em uma dimensão que prioriza os fazeres pedagógicos inserida no processo de ensino-aprendizagem.

A carga horária definidas como Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPed), estão distribuídas em 400 horas transversalmente às disciplinas e a conforme se vê na matriz, estão alocadas em cada componente curricular de acordo com as especificidades dos componentes e se concentram mais agudamente, sobre as componentes que se relacionam ao exercício profissional atuante do historiador, a saber: Iniciação a Pesquisa Histórica I- IPH I (20hr), Iniciação a Pesquisa Histórica II- IPH II (30hr) e Produção da Monografia (60hr) que juntas agregam 110 (cento e trinta) horas cerca de 28% das 400 horas previstas.

As demais componentes recebem de 10 a 05 horas de acordo com sua proximidade de construção de vínculos identitários e de valorização afirmativa com cada uma das disciplinas. Estas definidas a cada caso referem-se a atividades relacionadas a prática de ensino aplicada a cada componente curricular como produções de materiais didáticos específicos, planejamentos de atividades, roteiros

de saída de campo, listas de sites, blogs e web pages de conteúdos pedagógicos, cartilhas, transposições didáticas e sínteses.

A disciplina de Produção de Monografia-TCC se enquadra como Prática Pedagógicas(PPed) e possuem respaldo na legislação. A sala do colegiado e de projetos são utilizadas como espaços de orientação aos alunos que solicitam para o professor que orienta o projeto ou acompanha a disciplina nos horários de atendimento acadêmico previsto a cada início de ano. Outros modos de orientação on-line também poderão ser facultados, de acordo com as dificuldades de orientação presencial em circunstâncias excepcionais e justificáveis. Além disso, e conforme descrito na seção sobre o PIBID, as Práticas dos Componentes Curriculares e o plano pedagógico do curso facultam o cumprimento de carga horária do PIBID em no máximo até 100 horas, considerando as demais dimensões formativas as quais podem interessar ao aluno.

Eixo temático	Componente curricular	Carga horária
Conhecimento profissional Competências Específicas: I- dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos; IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	Políticas Educacionais	10
	História Oral	10
	Libras	--
	Teoria da História I	--
	Teoria da História II	--
	Teoria da História III	--
	Teoria da História IV	--
	Introdução a pesquisa histórica- IPH I	20
	Introdução a pesquisa histórica- IPH II	30
	História do Brasil Colonial I	10
	História do Brasil Colonial II	05
	História do Brasil Imperial I	10
	História do Brasil Imperial II	10
	História do Brasil Republicano I	10
	História do Brasil Republicano II	10
	História Antiga I	10
	História Antiga II	10
História Medieval I	10	
História Medieval II	10	
História Moderna I	10	
História Moderna II	10	
História Contemporânea I	10	

	História Contemporânea II	10
	História da América I	10
	História da América II	--
	História da África	10
	História do Paraná I	--
	História do Paraná II	10
	Optativa I	10
	Optativa II	10
	Optativa III	10
	Optativa IV	10
Prática Profissional Competências Específicas: I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.	Metodologia e Prática do Ensino de História I Metodologia e Prática do Ensino de História II Metodologia e Prática do Ensino de História III Metodologia e Prática do Ensino de História IV Didática da História Psicologia da Educação Linguagens e tecnologias no Ensino e História Produção de monografia-TCC	10 10 10 10 05 10 -- 60
Engajamento profissional Competências Específicas: I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a	Educação Patrimonial e Ambiental Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena Direitos humanos, Diversidade e inclusão	-- 05 05

comunidade.		
Total de horas		400

8.6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

No contexto da prática profissional, o Estágio Curricular, obrigatório por lei, será realizado em escola/colégio de Educação Básica, mediante regime de colaboração entre os sistemas de ensino. O curso de História atua de forma a intermediar a colocação de estagiários por meio de seu professor coordenador de estágio que responde pelos componentes curriculares de Metodologia e Prática de ensino de história I,II,III e IV que se encontram alocadas no terceiro e quarto ano conforme legislação que prevê que o estágio deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado pela Instituição formadora.

O acompanhamento de estágio é realizado presencialmente pelo professor coordenador de estágio e pelo professor orientador do tema de estágio, seu cumprimento está distribuído em uma carga horária de 200 horas no terceiro ano e 200 horas no quarto ano do curso em atividades planejadas, de acordo com a legislação vigente.

Torna-se extremamente necessário que:

- Cada disciplina do curso visa ligar a parte teórica com a prática e isso é atingido com o uso de projetos de pesquisa em todo o processo educacional do futuro professor. Sendo que o termo pesquisa aqui usado, refere-se ao sentido *lato* de investigação, de busca diligente da solução de um problema.

- As disciplinas que fazem parte da estrutura curricular estão relacionadas entre si, em cada série subsequente, de forma a garantir a espiralidade dos conteúdos, contribuindo assim para pôr fim às disciplinas estanques.

- Que a organização curricular favoreça a interdisciplinaridade, o que permite a aproximação dos interesses comuns e objetiva a colaboração entre os docentes que integram a série, superando a fragmentação dos conteúdos.



Assim, pretende-se:

- Possibilitar a formação de professores, para o ensino fundamental e médio, eficientes para atuarem no momento presente da realidade nacional.
- Proporcionar aos acadêmicos, experiências que facilitem a formação de indivíduos críticos de sua própria ação e conscientes de suas futuras responsabilidades.

Mediante essas considerações pretende-se com este documento fornecer informações necessárias sobre o Curso de História com objetivo de renovação do reconhecimento do Curso em cumprimento ao Art. 31 e § 2º da Liberação n.º 1/05 do Conselho Estadual de Educação.

Os documentos e ementas referentes ao Estágio Supervisionado possuem vinculação e correspondência de execução paralela ao longo dos anos em que a disciplinas de Metodologia e prática de ensino se efetuam

3º ano		4º ano	
Metodologia e Prática de Ensino de História I	Metodologia e Prática de Ensino de História III	Metodologia e Prática de Ensino de História III	Metodologia e Prática de Ensino de História IV
Carga horária 60	Carga horária 60	Carga horária 60	Carga horária 60
Estudo teórico e aprendizagem de elaboração de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos para serem aplicados na educação básica.	Estudo teórico e aprendizagem de elaboração de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos para serem aplicados na educação básica.	Estudo teórico e Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino que ofereçam suporte à prática docente, ao estágio final e à elaboração de trabalho final de estágio supervisionado (TFES).	Estudo teórico e Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino que ofereçam suporte à prática docente, ao estágio final e à elaboração de trabalho final de estágio supervisionado (TFES).
1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre

Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado II
Carga horária 100	Carga horária 100	Carga horária 100	Carga horária 100
Elaboração e execução de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos, no ensino fundamental e médio.	Elaboração e execução de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos, no ensino fundamental e médio.	Elaboração de plano de trabalho docente, planos de aula e material didático, no ensino fundamental e/ou médio. Carga horária extensionista 20 horas	Elaboração de plano de trabalho docente, planos de aula e material didático, no ensino fundamental e/ou médio. Carga horária extensionista 20 horas
Carga horária extensionista 15 horas	Carga horária extensionista 20 horas		

Pode-se observar que a estrutura operacional do estágio está organizada de forma a distribuir os saberes referentes à prática profissional em equilíbrio com as atividades presenciais desenvolvidas nas componentes curriculares correspondentes informadas acima. Consta mais a frente (anexo I) o respectivo regulamento que ordena as ações da prática de Estágio.

A extensão na modalidade ACEC II serão cumpridas junto as práticas de estágio propostas pelo docentes em atividades de atuação descritas no projeto integrador do curso efetivado junto as escolas, do modo integrado ao atendimento das demandas da comunidade escolar e dos discentes que atuam de modo a explorar o vínculo teoria-prática educativa.

O Estágio Curricular Supervisionado de caráter obrigatório tem carga-horária de 400 horas, conforme a LDB 9.394/1996, art. 82, a Lei 11.788/2008, que regulamenta as atividades de estágio no país, a Resolução do CNE/CP 2, de 19/02/02, a e Resolução Nº 010/2015 - CEPE/UNESPAR.

8.5.1 ESTÁGIO CURRICULAR REMUNERADO NÃO OBRIGATÓRIO



O Estágio Curricular não obrigatório do Curso de História pode ser exercido por acadêmicos regularmente matriculados e visa estabelecer a relação entre conhecimentos teóricos e práticos necessários à formação do professor de História, ampliando a formação acadêmico-profissional do estudante mediante sua integração no mundo do trabalho. Conforme previsto no anexo I.

8.5.2 TRABALHO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO - TFES

Em função do perfil formativo do campus de União da Vitória, que orienta para uma habilitação plena e atuante nas licenciaturas e particularmente a de História, os graduandos e graduandas do 4º ano do curso, matriculado na Disciplina de Metodologia e Prática do Ensino de História II, deverá elaborar o Trabalho Final de Estágio – TFES, compondo a produção de um relato de experiência e um portfólio das atividades práticas de estágio, com planos de aulas e materiais didáticos, que deverão ser entregues ao professor(a) da disciplina ao final do ano letivo e apresentados em um seminário com o objetivo de ampliar o debate em relação a experiência adquirida em sala de aula. Esse seminário será organizado pelo professor da disciplina para expor os resultados obtidos pela prática do estágio ampliando a discussão sobre o ensino de história na rede pública e/ ou particular.

8.7 PRODUÇÃO DE MONOGRAFIA -TCC

O curso de História estipulou dois trabalhos essenciais para a conclusão da graduação em Licenciatura em História, um vinculado ao ensino – Trabalho Final de Estágio Supervisionado -TFES - já descrito. Outro se encontra ligado ao exercício da pesquisa. A disciplina de Produção de Monografia-TCC se efetiva em seu ciclo formativo com a entrega de trabalho escrito seja da forma de Monografia ou mesmo de artigo científico e ambas as modalidades com status de Trabalho de Conclusão de



Curso - TCC pretende conferir habilidades e competências quanto a produção do conhecimento, e confere ao discente - dentro das competências específicas requerida tanto no ensino médio, quanto no ciclo da educação do ensino fundamental - saber-fazer e expertise profissional. O regulamento específico do trabalho de conclusão de curso se encontra no anexo II.

8.8 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) pretendem integrar de modo extracurricular o campo teórico e prático os conhecimentos cognitivos propostos pelo curso em uma dimensão que prioriza a participação dos discentes em eventos, seminários, congressos, feiras de conhecimento, e outras atividades correlatas, que possuam certificação em áreas do conjunto das Ciências Humanas, na área de Educação e outras ainda que se justifiquem como disciplinas auxiliares para o exercício da pesquisa em história, e mesmo da docência em ciência humanas. Como a BNCC prevê a formação para as competências e habilidades ligadas as linguagens e pensamento matemático, as áreas de Letras e Matemática também podem ser acatadas como de interesse válido no cômputo de sua carga horária.

A carga horária definidas como Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), estão delimitadas em 60 horas que deverão ser efetivadas ao longo dos 04 anos do curso, é de responsabilidade do discente se inscrever, participar dos eventos e apresentar seus certificados de participação ao final do oitavo período ao coordenador de curso ou o professor designado para tal, para que efetive o registro de cumprimento. As atividades, são validadas pela coordenação do curso, em instrumento próprio do colegiado e relatado de forma oficial a Secretaria Acadêmica para lançamento em histórico do aluno.



8.9 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Expressivos são os números de crescimento do fomento à extensão universitária no Brasil e no Paraná, não diferentemente dentro do Colegiado de História desde 2009, através do apoio de agências de fomento federal e do Programa Institucional de Bolsa a Iniciação à Pesquisa - PIBIC – MEC/CAPES e agência de fomento estadual como a USF – Universidade Sem Fronteiras – do Estado do Paraná, pôde o departamento a alguns anos iniciar e desenvolver diversos projetos institucionais que ampliaram a ação e o alcance da licenciatura de história no contexto regional. Os projetos que integram o acadêmico a sua dinâmica de práticas profissionais, são os projetos de perfil extensionista que são subvencionados pelo governo do Estado do Paraná SETI, por intermédio de seu programa Universidade Sem Fronteiras - USF.

O Colegiado de história submete regularmente propostas e como já se afirmou anteriormente, atualmente cadastrado na divisão de extensão do campus há projetos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos porém com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de ressignificação da história e de seu papel na sociedade. Nestes projetos, o colegiado conta com alunos bolsistas da graduação, voluntários que atuam no arquivo histórico, descrito posteriormente, e que intenta publicizar material de acervo à comunidade de forma ampla e acadêmica de pesquisa.

Nesse processo de necessidade de ampliação da extensão, a relação entre ensino, pesquisa e extensão também foi pensada a partir da inclusão dos egressos do curso de história na estruturação dos projetos. Todos os projetos de extensão orientaram-se na articulação/participação de recém-formados, perspectiva essa que vem de encontro com a ampliação da formação acadêmica, experiência e



valorização profissional, que reflete o Projeto Curricular de Curso e o compromisso com a educação em todos os seus níveis.

Uma determinada concepção de extensão universitária tem sido fruto de debates e discussões e no decorrer da história da universidade no Brasil passou por diversas transformações e “[...] durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania.” (FORPROEX, 2006, p. 20). A partir de então, com a reabertura de democrática a partir de 1984 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabelece que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão representa a base da organização das universidades brasileiras, e partindo de um amplo debate, em 2010 foi apresentando o seguinte conceito:

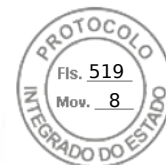
A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2006).

Ao considerar o conceito de extensão definido pela FORPROEX e a determinação da Lei nº 1.300/2014, e a RESOLUÇÃO Nº 038/2020–CEPE/UNESPAR adotamos a seguinte classificação:

Art. 7º Para atender aos objetivos previstos na Resolução Nº 7/2018 MEC/CNE/CES, a curricularização nos cursos de Graduação e Pós-graduação da UNESPAR deverá ser realizada de acordo com as seguintes modalidades, observando-se as especificidades de cada curso:

I – ACEC I: disciplina de caráter introdutório, apresentando aos discentes a fundamentação teórica da extensão universitária, a legislação vigente sobre o tema e possibilidades de desenvolvimento de ações extensionistas, com carga horária anual máxima de 30h (trinta horas), conforme diretrizes estabelecidas no PPC’s dos cursos e de acordo com suas especificidades.

II – ACEC II: disciplinas obrigatórias e/ou optativas, com previsão de uma parte ou da totalidade de sua carga-horária destinada à participação dos discentes como integrantes da equipe executora de ações extensionistas cadastradas na UNESPAR, conforme diretrizes estabelecidas nos PPC’s dos cursos e de acordo com suas especificidades.



III – ACEC III: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de ações extensionistas não-vinculadas às disciplinas constantes nos PPC's dos cursos de Graduação e Pós-graduação da UNESPAR.

IV – ACEC IV: participação de discentes como integrantes da equipe organizadora e/ou ministrante de cursos e eventos vinculados a Programas e Projetos de Extensão da UNESPAR.

V – ACEC V: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de atividades de extensão de outras instituições de ensino superior, com a creditação de no máximo 120 (cento e vinte) horas para esta modalidade.

Metodologicamente a extensão ocorrerá em vários modos, alguns deles inter relacionados:

A curricularização da extensão no Curso de História da UNESPAR no Campus de União da Vitória dar-se-á por meio do “Programa de extensão em História” e do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História”

O “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História” estará vinculado ao programa de extensão do curso e é responsável pela integralização curricular da ACEC II, podendo apresentar propostas em ACEC III e IV e tem como objetivo integrar ações extensionistas às disciplinas específicas do curso.

Os professores que ofertam disciplinas em que a extensão é parte integrante do processo formativo, informam planos de ensino e atividades extensionistas ao Coordenador de ACEC para vínculo a seu projeto integrador, bem como seus respectivos relatórios finais de atividades.

Os professores do colegiado que não possuem disciplinas em que a extensão é parte constitutiva do processo formativo, podem de modo individual propor por meio do “Programa de extensão em História” ações e projetos nas modalidades ACEC III e IV desde que vinculados a este último. Tais propostas podem ser de cunho cultural e/ou científico como: Grupos de dança e cultura afro brasileira, Projetos de memória e história oral, Projetos pedagógicos, eventos, serviços e cursos entre outros.



As disciplinas que integrarão o projeto integrador são: “Universidade e Sociedade I”; “Universidade e Sociedade II”; “Ensino da Cultura Afro Brasileira e indígena”; “Educação Patrimonial e Ambiental- EPA”; “Didática da História; “Direitos Humanos, diversidade e Inclusão” e as atividades do “Estágio Curricular Supervisionado I” (Metodologia e prática do ensino de História I e II), “Estágio Curricular Supervisionado II” (Metodologia e prática do ensino de História III e IV)

Assim, o “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História” vinculado a seu Programa garante 325 horas de extensão curricularizadas em disciplinas obrigatórias nas modalidades de ACEC I e II, conforme a carga horária prevista na tabela acima, podendo o discente efetivar práticas somatórias ou substitutivas em até 90 (noventa) horas para as ACECs III e IV.

Assim sendo alguns fatores são necessários destacar

- a) Participação discente obrigatória nas ações curricularizadas anualmente nos ementários da disciplina Universidade e sociedade I e II que estão ligadas diretamente ao exercício da extensão de forma prática e teórica.
- b) Participação discente obrigatória no programa de extensão ofertadas no âmbito do colegiado tendo em vista que conforme prescreve o regulamento; as atividades e projeto integrador são vinculados a este programa.
- c) Participação discente obrigatória de 75 horas nas ações curricularizadas anualmente nos ementários das disciplinas Estágio Supervisionado I e II categorizadas como Pped em ACECs, que estão ligadas diretamente ao exercício da extensão.
- d) Participação discente facultativa de modo somatório ou substitutivo nas ações de extensão propostas por docentes que apresentem projetos de extensão curricular e de cunho cultural e/ou científico como: Grupos de dança e cultura afro brasileira, Projetos de memória e história oral, Projetos pedagógicos, eventos, serviços e cursos entre outros.

e) Participação discente facultativa de programas de extensão ofertadas no âmbito da Pró Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC, Fundo Paraná ou Fundação Araucária sob acompanhamento dos docentes proponentes que podem estar ligados também a grupos de pesquisa bem como a outras Universidades que desempenhem atividades de mesma finalidade.

Desta feita atendendo aos critérios vigentes a curricularização da extensão no Curso de História da UNESPAR Campus União da Vitória se dará nos seguintes componentes:

COMPONENTE	INTEGRALIZAÇÃO	CARGA HORÁRI A
ACEC I - Parte de Disciplina:	Universidade e Sociedade I Universidade e Sociedade II	20 hr 10 hr
ACEC II - Parte de Disciplina:	Universidade e Sociedade I Universidade e Sociedade II Cultura Afro Brasileira Educação Patrimonial e Ambiental Didática da História Direitos humanos, Diversidade e inclusão Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II	55 hr 65 hr 20 hr 40hr 20hr 20hr 35hr 40hr
ACEC III – Participação em projetos:	Programa de extensão em História da UNESPAR Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR	120 hr*
ACEC IV - Participação em Cursos e eventos do Curso/IES:	Programa de extensão em História da UNESPAR Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR UNESPAR	
ACEC V - Participação em	Cursos e eventos de outras	

Cursos e eventos de outras instituições	instituições	
TOTAL		325

* Conforme previsto no §3º do Artigo 12 do Regulamento de atividades de extensão do curso de História podem ser desenvolvidas de forma complementar ou substitutiva diversas atividades referentes as ACECs III, IV e V

8.9 Pesquisa

As pesquisas desenvolvidas no curso de Graduação em História foram marcadas por décadas de produção de conhecimento histórico e de interação com a comunidade científica e escolar. Desde a década de 1970 o dinamismo do curso de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV) se apresentava em atividades diversificadas, abrangendo exposições, seminários, divulgação de conhecimento, oficinas e cursos diversos.

A iniciativa da criação do *Centro de Pesquisas e Estudos Históricos* (CEPEH, em 1976) voltado à pesquisa histórica e a preservação do patrimônio cultural, seja ele local ou regional, enquadrava-se na perspectiva de uma “comunidade de compartilhamento de problemas e métodos” (Kuhn, 1970), estruturados na história tradicional, no historicismo e nas influências do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP), em sua maioria, articulado ao paradigma paranista.⁴³

Em fins da década de 1990, a criação do *Arquivo Histórico do Departamento de História* e de seu acervo documental visava contribuir com a formação de

⁴³ KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago, University of Chicago Press, 1970. Além da diversidade de publicações a partir deste período, veja-se também a série quase completa de Boletins do IHGPR disponível na Biblioteca Dante de Jesus Augusto. Para enfatizar essas ideias, sugerimos a leitura de ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Curitiba: UFPR, 2009.



acadêmicos, professores e pesquisadores.⁴⁴ Ao mesmo tempo, essa iniciativa se associava à tarefa de vincular esta formação à extensão universitária, socializando o conhecimento, tornando-o um capital social produzido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI-UV).⁴⁵ A organização arquivística e as pesquisas que dela resultam contribuem – ontem e hoje – não apenas para formar historiadores, mas para preservar os “vestígios de lugares e de memórias”, para refletir os desafios teóricos e metodológicos desse campo, além de ser possível planejar a relação institucional estabelecida entre esse espaço formativo, seus usuários e a sociedade.⁴⁶ Em termos historiográficos, nessa época, o colegiado de história era influenciado pelo debate em torno da “virada linguística”, do fazer historiográfico, das implicações na identidade do historiador profissional e sua escrita historiadora.⁴⁷ Simultaneamente, desde fins do século XX, outros campos da pesquisa histórica também se fizeram presentes, privilegiando-se a pesquisa em história cultural, a história política e a história do tempo presente, entre outras linhagens historiográficas.⁴⁸

A ampliação do quadro docente do colegiado de história se deu com a realização de Concursos Públicos (1998, 2006 e 2014), embora a composição do quadro docente tenha se mantido deficitária na últimas duas décadas (com o número máximo de seis docentes efetivos nesse período). A ausência de concurso público para o curso de história impossibilitou a formação de grupos de pesquisa no campus e a participação de docentes nos programas de mestrado em Ensino de

⁴⁴No site da Unespar, campus de União da Vitória, o referido Arquivo Histórico está desatualizado, com link que direciona o consulente para um blog pessoal: <http://arquivofafiu.blogspot.com/>

⁴⁵ O Professor José Fagundes trabalhou na FAFI-UV entre os anos de 1991 e 2008. Sobre o assunto, ver FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986; e FAGUNDES, J.; MARTINS, Ilton César. **Autonomia Universitária: contribuição da FAFI ao plano estadual de educação**. Luminária (União da Vitória), v. 7, p. 77-82, 2005.

⁴⁶ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009, p. 9.

⁴⁷ Ver DOS SANTOS, W. G. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do linguisticturn: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019.

⁴⁸ FERREIRA, M. de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, 2018.



História (ProfHistória - 2016) e História Pública (2019) ofertados no campus da Unespar-Campo Mourão.⁴⁹

Apesar da a composição colegiada do campus de União da Vitória ser deficitária e de contar com a maioria de professores colaboradores/temporários, houve avanços a partir dos campos de pesquisa historiográfica a pouco delineados, através da oferta de cursos de Pós-graduação (*Lato sensu*). Entre elas, estavam História do Brasil (2002), História e Meio ambiente (2003), História do Brasil (2003-2007), Estudos de História Cultural (2008-2009), História e Sociedade (2009), Pós-História (2010). Para o ano de 2023, o colegiado de história ofertará a Pós-Graduação (*Lato sensu*) Gênero, diversidade e violência.

Institucionalmente a Pós-Graduação *Latu sensu* avançou com a criação do Instituto de Ensino, Pesquisa e Prestação de Serviços – IEPS (2000), sendo que as pesquisas eram complementadas com saídas de campo, apresentação e difusão de conhecimento histórico. Esses encaminhamentos possibilitaram a divulgação de pesquisas e a publicação de textos de referência, a partir de eventos anuais (Semanas de História) e do Colóquio Nacional de História e Historiografia no Vale do Iguaçu (2005). A repercussão dessas iniciativas envolvendo ensino, pesquisa e extensão, a partir da contribuição de Fagundes (1986), alargou-se com a qualificação de egressos do curso de história em programas de Pós-Graduação no Brasil, estimulando-se ainda mais a pesquisa e a formação continuada, apesar da ausência de oferta de Pós-Graduação – *Strictu sensu* na instituição.

Nesse movimento, podemos inserir a criação de programas de incentivo à pesquisa qualificada, que se colocava como meta da gestão do Prof. Dr. Eloy Tonon, Diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI-UV). Em 2006, criou-se o Comitê de Ética, Pesquisa e Extensão (CEPEX) - órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, a fim de salvaguardar a integridade e a dignidade dos participantes de pesquisas desenvolvidas na instituição, bem como

⁴⁹ Atualmente o Prof. Dr. Michel Kobelinski integra as linhas de pesquisa Saberes históricos em diferentes espaços de memórias (ProfHistória) e Memórias e Espaços de Formação (História Pública).



orientar as atitudes ético-normativas dos pesquisadores. Com esses procedimentos e a inclusão no Sistema CEP/Conep (Comitê de ética em Pesquisa; Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) almejava-se a excelência e a qualificação das pesquisas que envolvessem seres humanos, atendendo mesmo que tardiamente a Resolução CNS nº 196/96.⁵⁰

A alteração na matriz curricular Curso de História (2011-2012) produziu uma mudança no perfil do trabalho científico.⁵¹ Partia-se do pressuposto de que a formação de profissionais capacitados passava pela articulação entre o ensino e a pesquisa. Assim, a monografia de graduação ou a produção de artigo científico se tornavam componentes curriculares obrigatórios, propiciando aos acadêmicos, situações de investigação e de formação docente mais densa e articulada, face a ausência de uma Pós-Graduação *Strictu sensu*, pesquisa em rede e internacionalização.

Nessa época em que a UNESPAR se consolidava enquanto instituição universitária, surgiram iniciativas envolvendo a criação de laboratórios, grupos e projetos de pesquisa/extensão - voltados, em geral, para a temática do Contestado. Entre as mudanças curriculares estavam a instalação do Laboratório de História Oral, que visa salvaguardar a memória regional, além da inserção da disciplina de História Oral (núcleo estruturante complementar), capacitando os acadêmicos em termos epistêmicos, técnicos, metodológicos e éticos, além de alavancar estudos relativos à história do tempo presente. Simultaneamente, a constituição do Laboratório de Aprendizagem Histórica – LAPHIS – tinha como objetivo o desenvolvimento da pesquisa/extensão.

Entre os anos de 2011 e 2020, a articulação entre o ensino e a pesquisa constava do Plano Nacional de Pós-Graduação e de uma Agenda Nacional de

⁵⁰É preciso sublinhar que vários projetos de pesquisa desenvolvidos na Unespar não têm trânsito em Comitê de Ética. Portanto, parte destas pesquisas fogem do controle da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação, inexistindo iniciativas de orientação e discussão desse delicado tema que envolve seres humanos. No colegiado de história, o Prof. Dr. Michel Kobelinski e uma equipe constituída elaborou o regulamento e presidiu o referido Comitê de Ética em Pesquisa entre os anos de 2006 e 2009.

⁵¹ Cf. *Regulamento de Trabalho Monográfico para Produção de Artigo Acadêmico* (2011), que alterava o Regulamento de 2007.



Pesquisa. A melhoria da Educação Básica previa a “ampliação do atendimento na educação básica” e a “formação, qualificação e valorização dos profissionais da educação”, tendo como eixos a formação inicial e continuada através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e Programa de Residência Pedagógica (PRP).⁵² Nesse sentido, em razão dos problemas anteriormente apontados, o curso de História não teve condições de ofertar programas de mestrado profissional para qualificação de professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) na região de sua abrangência.

No tocante à internacionalização (ver item 9.9), o modelo adotado atualmente na instituição (*Internacionalization at Home, IaH*) não se articulou inteiramente à dinâmica do Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e ao campus de União da Vitória, por vários motivos. Isto explica, em parte, a inexistência de uma Pós-Graduação *Strictu sensu*. Como resultado, as ações nessa direção foram isoladas e de baixo impacto, tais como ausência de redes de pesquisa, linhas de pesquisa e colaboração científica, ausência de convênios, carência nas interações e trânsito de docentes/discentes do campus com universidades estrangeiras, comprometimento, planejamento e recursos institucional e estatal.

Em 2013 a pesquisa histórica se desenvolveu através de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq, sendo estes: *Cultura e sensibilidades, Música, cultura e sociedade, História Pública (em atualização ao grupo Cultura e Sensibilidades)* e por fim *Subjetividades, violência e morte*. É importante dizer que a vinculação dos professores (efetivos e colaboradores) a grupos de pesquisa de outras instituições universitárias, ampliou a troca de conhecimentos e promoveu a difusão da pesquisa histórica em vários campos. Por outro lado, entre 2014 e 2015, como resultado das alterações curriculares (2011-2012) e, sobretudo em relação à

⁵² Sobre o PIBID - 2010, o curso de História privilegiou o tema História da África e da cultura afro-brasileira: para além das leis, rumo à cidadania. Ver COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PNPG 2011-2020. Evolução do SNPG-PNPG-2011-2020. CAPES: Brasília, 2021.



produção de artigos - avaliados por professores do colegiado - surgiram as revistas *Mais que Amélias* e *Sobre Ontens* para centralizar a produção científica dos acadêmicos curso de história. No entanto, essa forma de disseminação de pesquisa local foi descontinuada.⁵³

Atualmente o colegiado conta com Laboratório de Processamento, Restauro e Conservação de Fontes Históricas Jurídicas (LAFJUR), que procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios para sua recolha, seleção, tratamento e conservação. A salvaguarda e a recepção de documentos tem como finalidade servir como material de consulta e como fonte de pesquisa. O LAFJUR mantém convênio com a Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, com fins de assessoria técnica e compartilhamento de acervos. Assim, a existência desse laboratório envolve tanto a pesquisa documental quanto o suporte ao desenvolvimento de atividades extensionistas.

No momento está sendo implantada uma seção do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com a UNESPAR. O objetivo é criar espaços de debate acadêmico-científico

⁵³ Atualmente os referidos periódicos não estão vinculados ao colegiado de história, uma vez que se desviaram de suas funções primordiais e dos processos ético-normativos, ignorando os regulamentos internos para funcionar de maneira oculta e paralela para vincular suas imagens à UNESPAR com a pretensão de obter credibilidade e legalidade junto ao público universitário brasileiro. Como estas revistas também não atendem a Lei do Livro (Lei Nº 10.753, 2003), a Lei do Depósito Legal (Lei 10.994/2004) e os Processos de Avaliação pelos Pares, sua existência não é conhecida institucionalmente e, desse modo, seus editores não integram o *Portal de Periódicos da Unespar* (<https://periodicos.unespar.edu.br/>); tampouco seus editores permitem acesso às informações em site da instituição (Lei de Acesso à Informação, Decreto Nº 7.724/2012) ou atendem a Resolução de Periódicos da Unespar (Resolução nº 002/2022 – CEPE/Unespar), para atuarem como Membros de Comitê Editorial. As más práticas editoriais consistem na transformação de Anais de eventos on-line em livros eletrônicos (Simpósio Eletrônico Internacional de Ensino de História: <https://simpohist2021.blogspot.com/>) sem certificação válida pela universidade, valendo-se de editora inexistente (no caso, a *Sobre Ontens*), inobservância dos dispositivos presentes na Lei do Direito Autoral (Lei 9.610/1998), resultando em atos de má fé, cujo resultado é a disseminação e a superprodução de pesquisa acadêmica de forma irregular, através da qual currículos na Plataforma Lattes são alimentados com dezenas de “livros” e “capítulos de livros”, fazendo com os autores que participam dessas revistas/eventos incorram na artificialização volumosa da produção acadêmica.

interinstitucional, privilegiando temas da História Antiga, História Medieval ou ainda temas contemporâneos.⁵⁴

Os projetos de pesquisa docente são registrados na Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do campus.⁵⁵ Estes, também acolhem pesquisas discentes, procurando articulá-las aos grupos de pesquisa, à difusão do conhecimento, além de valorizar os vínculos com a extensão universitária e com a própria trajetória de pesquisa do alunado. Atualmente, as pesquisas desenvolvidas pelos docentes são as seguintes:

A) Everton Grein - TIDE: *Esmaragdo de São Miguel (760-840): pedagogia e doutrina no Renascimento Carolíngio*. Outro projeto: *Os Hispani na corte Carolíngia*.

B) Jefferson William Gohl -TIDE: *Sentidos da morte: Representações dos assassinatos e suicídios em processos crime da comarca de União da Vitória no início do século XX* ligado ao LAFJUR.

C) Kelly Cristina Benjamim Viana - 1) **TIDE**: *Dedo de anjo e osso de defunto: restos mortais, feitiçaria e Inquisição nos espaços luso-brasileiros (1670-1790)*. 2) **Projeto de pesquisa/extensão**: *Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR* ligado ao programa *Observatório polônes*.

D) Michel Kobelinski – 1) **TIDE**: *Museus, monumentos e comunidades: lugares de memória pública* ligado ao grupo *História Pública* e outros projetos: *Novas sensibilidades na América Latina: perspectivas históricas, literárias e políticas (séc. XVI-XXI)* este último alinhado ao

⁵⁴ No momento, o único link ativo para o Núcleo de Estudos Mediterrânicos. Ver: <https://www.facebook.com/nemed.ufpr>

⁵⁵ Atualmente o link para acesso à página de projetos de pesquisa do campus está inativo. Ver: <https://uniaodavitoria.unespar.edu.br/menu-principal/setores-1/divisao-de-pesquisa-e-pos-graduacao>



Grupo de História Pública (pesquisa em rede); 2) **Projeto de pesquisa/extensão**: Histórias, Artes, Patrimônios e Públicos.

PROJETOS DE PROFESSORES COLABORADORES

E) Alexandre Rodrigues de Souza - Investigação sobre os discursos médicos produzidos sobre as enfermidades venéreas no contexto escravista do Brasil Colonial.

F) Naiara Krascheski Stadler - Fotografias da *Deutsche Kolonialgesellschaft* em África (1884-1943).

G) Priscila Emanoeli Cozer - As cheias do Iguaçu: O Impacto da Enchente de 1983 na Memória Coletiva e na Construção Social dos Municípios de União Da Vitória (PR) e Porto União (SC).

H) Wanilton Dudek - Freies Deutschland: O Antinazismo na América em perspectiva Transnacional (1933-1945)

I) Zuleide Maria Matulle - Tenho a honra de informar que aquele alemão é um súdito do eixo: tensões entre alemães e brasileiros em União da Vitória e Porto União no Estado Novo.

Na graduação, em termos metodológicos, a pesquisa ocorre de forma regular e interrelacionada. A participação discente é obrigatória nas disciplinas que estão ligadas diretamente ao exercício da pesquisa individual e autônoma, através das disciplinas de Introdução à Pesquisa Histórica e Produção Monográfica. Nessas disciplinas, a elaboração de monografia/artigo também envolve a produção de materiais didáticos e planejamento pedagógico, os quais são atrelados à Prática dos Componentes Curriculares, à Extensão Universitária. Eventualmente estas



pesquisas podem ser inscritas em Programas de Iniciação Científica, coordenados pela Pró-Reitoria da Pesquisa da UNESPAR (PRPPG).

8.10 INTERNACIONALIZAÇÃO

Na UNESPAR, a Política Institucional de Internacionalização, estabelecida através da Resolução nº 001/2018, articula as esferas estadual, federal e internacional aos princípios de promoção, fomento e consolidação de ações de internacionalização, abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Em tese, a política de internacionalização, coordenada pelo Escritório de Relações Internacionais (ERI, Resolução nº. 005/2016), articulada às Pró-reitorias, assistiria a comunidade acadêmica da UNESPAR, tanto em estabelecer relações com instituições estrangeiras (e nacionais), para promover a “interculturalidade e a cidadania global”, quanto em promover mobilidade física e virtual de professores, agentes universitários e estudantes (Resolução nº 001/2018, p. 6).

O processo de internacionalização, preconizado como caminho e compromisso interinstitucional, intercultural, intelectual e social, sinaliza para trocas de conhecimentos científico, cultural e tecnológico, além da formação de redes colaborativas interinstitucionais, com mobilidade de docentes e discentes, com vistas a uma formação cidadã universalizante. Contudo, as ações de implementação e promoção de uma cultura de internacionalização, envolvendo Graduação e Pós-Graduação, deixam a desejar devido a ausência de articulações, recursos financeiros e, até mesmo, de projetos em rede. As ações existentes se restringem a ações isoladas, processos burocráticos e a mapeamentos individuais e desarticulados da realidade universitária. Portanto, a sensibilização, o estímulo e a orientação da comunidade acadêmica em torno da internacionalização e, conseqüentemente da circularização de saberes, são limitados, à exceção de poucos projetos e convênios dos Programas de Pós-Graduação da Universidade, articulados às ações do ERI.



A internacionalização da Educação Superior na Unespar parte do conceito de Internationalization at Home (IaH), do qual decorre o princípio da universalização curricular (Internationalization of the Curriculum), centrado em habilidades e competências interculturais. Isto, “sem, necessariamente [o aluno], precisar sair do seu país de origem”, além de o processo de internacionalização considerar que a formação curricular não é responsabilidade exclusiva do ERI, mas de toda a instituição. É por este motivo que se criou o Comitê de Internacionalização da Unespar – COMIT, embora que tal política de descentralização não tenha discutido as novas ações e papéis de toda comunidade universitária nesse processo. É importante dizer que é necessário levantar demandas docentes e discentes, os quais, certamente pretendem um modelo de currículo acessível, inclusivo e qualitativo, através de experiências na universidade de origem, e também, nas instituições estrangeiras. Acrescente-se, que a Internacionalização em Casa prevê a existência da pesquisa internacional em rede, organização e preparação de docentes, discentes e gestores para atuar no processo, além de uma política institucional clara de investimentos.

Nessa linha de argumentação, o Programa de Internacionalização da Unespar (PIU) é pouco conhecido e difundido internamente. A princípio, devido à gestão do Eri ser constituída em plena pandemia do Covid-19 (2021-2021). Como desfecho a política de descentralização do Eri através de um Comitê de Internacionalização (COMINT), mapeamento de ações de internacionalização da comunidade acadêmica, ou mesmo de Disseminação da Cultura de Internacionalização, tem baixa divulgação e adesão pela comunidade acadêmica e mesmo pelos colegiados de Graduação e Pós-graduação. Quando muito, constituem-se apenas em iniciativas ou lustros de internacionalização, através de visitas de professores estrangeiros para palestras e minicursos.

No colegiado de História do campus, iniciativas desta natureza, embora desafinadas com a atual Política Institucional de Internacionalização, começaram a ser discutidas, tendo como objetivos potencializar experiências pessoais,



aprendizados, fortalecimento curricular, estratégias para evitar a evasão acadêmica, convênios e projetos de cooperação internacional.

Considerando o último quinquênio, o Departamento de História recebeu, em 13 de junho de 2017, a Professora Dr^a Olga Alicia Gallardo Milanés, da Universidade de Holguín - Cuba, para ministrar a palestra “A Revolução Cubana: desafios contemporâneos, por intermédio do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Unespar, campus de Campo Mourão.

Em 2019, o campus de União da Vitória recebeu o Professor visitante, Dr. Jorge Alberto Kulemeyer, Universidade de Jujuy, Argentina, na Jornada de Trocas, Interação e Interlocução (8 a 12 julho de 2019), cuja palestra no campus foi “Diálogos histórico-antropológicos: La danza de los Diablos”. A iniciativa de natureza científica e extensionista estava vinculada aos preceitos do Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020, destacando-se ações de internacionalização e de cooperação internacional e de produção científica.

Atualmente, através dos colegiados de história do campus de União da Vitória e do Programa de Pós-Graduação em História Pública, campus de Campo Mourão, assinou-se o Convênio de Cooperação Científica com a Universidade de Quilmes, Argentina, Mestrado em História Pública e Divulgação da História (Diário Oficial do Paraná, 20 de abril, de 2022, p. 44). As tratativas em torno de um projeto comum de pesquisa já foram iniciadas e contam com atividades em rede. Citamos aqui o evento “Historias, memorias y artes en espacio público - Brasil y Argentina (24/03/2022), vinculado ao Project Manager Explorers and Delegate Steering Committee, da International Federation for Public History, IFPH-FIHP, além da Convocatória Proyectos de construcción de narrativas y acciones de Historia Pública y divulgación social de la Historia (12/04/22). Em termos de Programação para o corrente ano, haverá intercâmbio de professores visitantes do Brasil e da Argentina, nos meses de outubro e novembro. Ainda assim, é preciso



pontuar a participação de membros do colegiado na Federação Internacional de História Pública e no Comitê Editorial da Revista PublicHistoryWeekly.

Entendemos que a internacionalização do Ensino Superior abrange uma dimensão estratégica da universidade e, através dela, podemos pensar no desenvolvimento humano, ético e competente. A internacionalização do currículo e de atividades que possam torná-la dinâmica, crítica e inclusiva, é um caminho para alcançarmos a qualidade no Ensino Superior, seja através de interações, convênios e parcerias, seja através de projetos em rede, voltados para o ensino, pesquisa e extensão.

8.11 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

A nova matriz curricular mantém uma relação estreita com a anterior sendo que todas as disciplinas ofertadas anteriormente foram mantidas quase em sua totalidade a exceção da alteração da disciplina de Antropologia e história dos povos indígenas e História e Cultura Afro-Brasileira que foram agregadas em uma única opção na grade de 2023 sob a nomenclatura de Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena. Assim sendo o aluno tem como optar segundo o quadro de equivalência de maneira a não perder nenhuma carga horária já realizada. Sendo que tendo já efetivadas em sua integralidade as duas disciplinas o discente pode ser dispensado daquelas que lhe correspondem. Inclusive a observância da quantidade de cargas horárias foram preservadas mesmo quando houveram desdobramentos de base anual para semestral, sem impacto considerável a exceção da disciplina de Iniciação a Pesquisa Histórica II que acresce de 30 horas, no entanto pela sua característica de Disciplina programada não apresenta dificuldades de cumprimento.

Quanto as optativas, o entendimento é que abre-se um leque maior de opções que se não foram cumpridas duas delas por parte do aluno que tinha vigência na matriz de 2019 pode-se estender o direito de cumprir também aquelas

disciplinas equivalentes de foram acrescentadas na matriz de 2023 a saber Linguagens e tecnologias no ensino de história e Direitos Humanos, Diversidade e inclusão sem prejuízo para o aluno pois já fará parte da oferta de disciplinas por parte do corpo docente do colegiado.

8.12 QUADRO DE EQUIVALÊNCIA EM RELAÇÃO A MATRIZ CURRICULAR EM VIGOR

Quadro de equivalências		
	Disciplinas 2019	Disciplinas equivalentes 2023
Dis	Psicologia da Educação	Psicologia da Educação
Dis	Didática da História	Didática da História
Dis	Metodologia e Prática do Ensino de História I	Metodologia e Prática do Ensino de História I
		Metodologia e Prática do Ensino de História II
Dis	Metodologia e Prática do Ensino de História II	Metodologia e Prática do Ensino de História III
		Metodologia e Prática do Ensino de História IV
Dis	História do Brasil Colonial I	História do Brasil Colonial I
Dis	História do Brasil Colonial II	História do Brasil Colonial II
Dis	História do Brasil Imperial I	História do Brasil Imperial I
Dis	História do Brasil Imperial II	História do Brasil Imperial II
Dis	História do Brasil República I	História do Brasil Republicano I
Dis	História do Brasil República II	História do Brasil Republicano II
Dis	História Antiga I	História Antiga I
Dis	História Antiga II	História Antiga II
Dis	História Medieval I	História Medieval I
Dis	História Medieval II	História Medieval II

Dis	História Moderna I	História Moderna I
Dis	História Moderna II	História Moderna I
Dis	História Contemporânea I	História Contemporânea I
Dis	História Contemporânea II	História Contemporânea I
Dis	Antropologia e história dos povos indígenas	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena
		História Oral
Dis	História da América I	História da América I
Dis	História da América II	História da América II
Dis	História da África	História da África
Dis	História e Cultura Afro-Brasileira	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena
Dis	Libras	Libras
Dis	Teoria da História I	Teoria da História I
Dis	Teoria da História II	Teoria da História II
Dis	Teoria da História III	Teoria da História III
Dis	Teoria da História IV	Teoria da História IV
Dis	Iniciação a Pesquisa Histórica	Iniciação a Pesquisa Histórica I
		Iniciação a Pesquisa Histórica II
Dis	Políticas Educacionais	Políticas Educacionais
Dis	Educação Patrimonial e Ambiental	Educação Patrimonial e Ambiental
Dis	História do Paraná I	História do Paraná I
Dis	História do Paraná II	História do Paraná II
Dis	Tópicos em Brasil Colônia	História do Brasil Colonial II
Dis	Universidade e Sociedade I	Universidade e Sociedade I
Dis	Universidade e Sociedade II	Universidade e Sociedade II

Dis	Optativa (01)	Optativa (01)
Dis	Optativa (02)	Linguagens e tecnologias no ensino de história
Dis	Optativa (03)	Optativa (03)
Dis	Optativa (04)	Direitos Humanos, Diversidade e inclusão
Est	Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado I
Est	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado II
Dis	Produção de monografia	Produção de monografia-TCC

8.13 RECURSOS NECESSÁRIOS

As instalações e equipamentos do curso de história buscam atender às necessidades de alunos e professores. Entre os anos de 2009 e 2012, graças aos recursos oriundos da Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia, a instituição ampliou sua estrutura física. O colegiado de história se beneficiou com este novo aparato que atualmente necessita manutenção e reaparelhamento. Destarte certa insuficiência do suporte físico e dos equipamentos que visam o desenvolvimento de ações individuais e coletivas, procura-se articular as experiências formativas e técnicas ao ensino, à pesquisa e à extensão. As condições de acesso e mobilidade aos ambientes do colegiado não são plenas, embora estejam previstas em projeto institucional.

Sala de Professores e Sala de Reuniões

A sala de professores e a sala de reuniões é um ambiente funcional e confortável. Este amplo espaço é utilizado com frequência (manhã, tarde e noite). Funciona como ambiente das reuniões de colegiado, as quais ocorrem regularmente às terças-feiras. Trata-se de um espaço multifuncional, destinado a leitura, pesquisa,

orientação, elaboração de projetos e orientações de trabalho final de Estágio Supervisionado, monografias e artigos. Neste espaço são arquivados todos os documentos recebidos e produzidos pelo corpo docente. Entretanto, o projeto original de construção não privilegiou a segurança. Sabe-se da necessidade da instalação de grades externas e investimento em segurança para que os bens patrimoniais sejam mantidos e preservados. Entre eles, alarmes e câmeras de vigilância. Pretende-se, ainda, complementar os aparos de luz (persianas) com blackout além da substituição de fechaduras com maior padrão de qualidade para que a sala ganhe ainda mais em comodidade. Por fim, o que deixa a desejar é a regularidade dos serviços de limpeza e higienização.

Instalações docentes	Quantidade/área
Sala do colegiado	01 (40 mt)
Mesa	01
Cadeiras	10
Armário baixo	01
Armário alto	01
Rack	01
Mural	01
Frigobar (Inoperante)	01
Computador/ wireless	01
Impressora Laser HP(Inoperante)	01
Impressora Laser Samsung	01
Ar condicionado	01

8.13.1 RECURSOS FÍSICOS, BIBLIOGRÁFICOS E DE LABORATÓRIOS

Recursos Físicos:Sala de estudo e de reuniões (discentes)

Os acadêmicos de história contam com um ambiente multifuncional. A sala de projetos que ganhou decorações alusivas à presença africana por meio de concurso acadêmico, serve a inúmeros propósitos: encontro de grupo de estudos, reuniões de alunos envolvidos em projetos de ensino e pesquisa, etc.

Instalações discentes	Quantidade/Área (m ²)
Sala compartilhada projetos	40 mt
Mesa	1
Cadeiras	15
Sofá 3 x 2 lugares	1
Armário baixo	1
Armário de aço	1
Arquivo – aço	1
Estante de madeira	1

Salas de Aulas

Em geral, as salas de aula possuem amplo espaço, mesas e cadeiras para 40 alunos e alguns recursos materiais. (Ventiladores, tela de projeção, eventualmente TV Multimídia compartilhada com colégio José de Anchieta).

Discriminação	Área (m ²)	m ² por estudante
4	50 m ²	1,25

Mobiliário e demais equipamentos

Especificação	Quantidade
Mesas	160
Cadeiras	160
Tela para projeção	04
Quadro reticulado	04
Ventiladores	08
Luminárias fluorescentes	24
Cortinas black-out	04
Data show	03



O colegiado de história possui carências históricas estruturais acumuladas quanto a manutenção de seu curso no que tange aos recursos humanos. Seja quanto a necessidade de pessoal contratado que atue no auxílio a coordenação de curso, seja no apoio aos laboratórios que possuem demandas específicas a cada caso e finalidade. Os professores regularmente submetem projetos aos editais que preveem bolsistas, estagiários ou monitores, mas recorrentemente tais editais têm privilegiado os programas que possuem, desenvolvimento de pós graduação em andamento. Sendo que atualmente dos quatro postos necessários conta-se somente com uma única bolsista que atende as necessidades do arquivo histórico e laboratórios.

Recursos humanos a serem contratados

Quant.	Setor	Função	Atividades
01	Sala do colegiado	Auxiliar de coordenação	Transcrição de atas, Arquivamento e organização da documentação, e secretariado da coordenação e CAHIS
01	Arquivo histórico	Auxiliar de catalogação	Higienização, Arquivamento e organização da documentação, elaboração de instrumento de pesquisa

Laboratórios:

- A) Laboratório de processamento, restauro e conservação de fontes históricas jurídicas -LAFJUR

O laboratório procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios arquivísticos para sua recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de processos criminais produzidos pelo poder judiciários e recebidos, para servirem como elementos de documentação, podendo à posteriori ser utilizados como elementos de estudo de caráter científico. Trabalhando conjuntamente docentes e discentes as fontes produzidas pelo poder judiciário pretendem-se basicamente analisar e problematizar as formas jurídicas, a cultura jurídica e os usos da justiça na região. Colaborando para a constituição e integração do acervo do Arquivo Histórico em sua base física, entende-se que isso, aliado às dinâmicas de pesquisa histórica fornece elementos necessários para que possamos problematizar as questões de raça, gênero, classe, escolaridade, desenvolvimento social, relações de violência etc. Possibilitando iniciativas de projetos extensionistas que oferecerão retorno à comunidade local à medida que os saberes ali gerados permitem dar respostas para a sociedade sobre sua própria constituição histórica. Inicialmente localizado anexo a sala técnica ao lado do Arquivo contando com uma pequena área, e equipamentos deve desenvolver seus trabalhos a partir de projetos de iniciação



científica, de extensão e trabalho voluntário vinculado aos programas da UNESPAR. A publicitação destes dados das pesquisas e ações ali desenvolvidas em eventos, trabalhos científicos, artigos e palestras pode e deve provocar uma reflexão conjunta sobre a relação entre justiça e sociedade numa das regiões mais pobres do Estado.

B) Arquivo histórico

Desde 1999, foi criado o Arquivo Histórico do antigo Departamento, Acervo Documental, com a finalidade de contribuir com acadêmicos professores e pesquisadores, em geral, que buscam o conhecimento do passado que é intrínseca ao ser humano que sempre preocupou-se com suas origens.

O Arquivo Histórico, localiza-se no bloco do campus de União da Vitória, da UNESPAR no Bairro de São Cristóvão embora esteja restrito a um espaço mínimo de 30 mt, é essencial para a formação acadêmica. Permitindo o estudo e a reflexão sobre uma dimensão dos estudos históricos e sua relação com o ensino, através de fontes diversas, propiciando aos alunos o estudo de fontes documentais importantes para a história local.

As atividades do Arquivo Histórico contribuem para a reafirmação e construção da memória e da identidade de sujeitos ou de grupos sociais locais e regionais. Nesse sentido, as funções arquivísticas estão direcionadas à preservação, manuseio, tratamento, conservação, catalogação e digitalização de documentos históricos e se aplicam direta e interdisciplinarmente na formação acadêmica da licenciatura baseada no uso de fontes documentais, ao mesmo tempo que garante a preservação da memória da comunidade em que está inserido, de quem recebe a documentação e para quem a disponibiliza para pesquisa.

Os documentos mantidos pelo Arquivo Histórico possuem uma importante diversidade, abrangendo originalmente a partir da doação do Fórum da Comarca de União da Vitória: Acidentes de Trabalho, Interdições e Marcações, Naturalização,



Reintegração de Posse, entre outros. Recentemente houve a incorporação de cerca de 400 caixas de arquivo contendo outro fundo que corresponde aos processos da Vara Criminal do fórum. Dessa forma, se torna possível, dentro de um trabalho conjunto e complementar, utilizando-se das técnicas de pesquisa em História Oral e do laboratório de História Oral, estabelecer vínculos de pesquisa e ensino fundamentais para a formação do licenciando e para a pesquisa.

A totalidade de documentos por hora não pode ser determinada, mas perfazem atualmente cerca de 600 caixas arquivo alocadas em 14 estantes de aço, das quais já se fez a análise de modelos de instrumentos de pesquisa, a digitalização e instrumentalização de cerca de 20 caixas e cerca de 600 processos e documentos diversos, bem como sua higienização, recuperação, organização e manutenção constante do acervo. Há atendimento para pesquisa ao público interessado a partir dos projetos de pesquisa submetidos pelo responsável pelo LAFJUR que dispõe de bolsistas que efetivam o trabalho e atendem aos pesquisadores. O acervo encontra-se aberto a professores, alunos e pesquisadores e possui modesta divulgação em meio eletrônico, vinculado a página da instituição mantenedora. No momento o Arquivo Histórico vem aguardando um sítio em específico, (<http://arquivofafiuv.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-08-17T12:58:00-07:00&max-results=7>) bem como hospedagem para seu acondicionamento e divulgação digital.

Discriminação

Arquivo	Área (m ²)	m ² por estudante
Sala de acervo	30	0,75
Sala técnica LAFJUR	15	0,12

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Armário de aço (4 gavetas)	1
Estantes de aço	14
Mesa	2
Bancadas	6
Cadeiras giratórias	5
Cadeiras fixas	5
Ventilador	1

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computador (desatualizados)	2
Ar condicionado	1
Desumidificador	2 (01 inoperante)
Impressora jato de tinta	1
Aparelho telefônico	1

Material de consumo

Especificação	Quantidade
Tesouras	05
Estiletes	03
Grampeador	02
Luvas de látex	01 cx
Máscaras	20

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários						
LAFJUR		Terça	Quarta		Sexta	
Horários		Tarde	Tarde		Tarde	

C) Laboratório de história oral

O Laboratório de história oral, documentação e mídia localiza-se no piso superior, lado direito ao final do bloco C da UNESPAR campus de União da Vitória, com área compartimentada na sala isolada acusticamente, para atividades de estúdio e gravações, e sala de processamento e guarda.

A História Oral registra o cotidiano e a memória de sujeitos em suas trajetórias social, política, cultural, entre outras. Sua idealização parte da necessidade de registrar memórias que ficaram nas franjas da história oficial. O



objetivo geral maior se trata de articular as questões teórico-metodológicas desenvolvidas junto a disciplina de História Oral, com as práticas de pesquisa em História Local. Além de o laboratório ser aberto à todas as disciplinas e/ou linhas de pesquisa, pretende-se o registro de experiências vividas de sujeitos que se inserem no âmbito de atuação da universidade. As pesquisas desenvolvidas pelos professores e, mesmo pelos alunos, estão em conformidade com a **Resolução 196/96**, de 16 de outubro de 1996, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Os projetos de pesquisa transitam no colegiado e no Comitê de Ética e Pesquisa da instituição (COEP). Este também é o caso das aulas experimentais que podem se vincular a projetos de pesquisa docente; segue-se o modelo de Aulas Práticas do COEP, com plano ou roteiro de aula e parecer do colegiado, assentados em ata. O roteiro das atividades laboratoriais abrange a coleta de depoimento, elaboração de ficha dos informantes, transcrição de relatos, uso de vídeos, organização de dados coletados, entre outros.

Como o laboratório de História Oral possui uma ampla frente de atuações suas normas de uso e funcionamento encontram-se descritas em projeto em anexo (Anexo IV) que ordena as atividades do Laboratório de história oral, documentação e mídia. Dependendo dos projetos individuais apresentados, seja de alunos seja, de professores poder-se-á complementar a pesquisa em História Oral com a documentação disponível no Arquivo Histórico. Projetos já desenvolvidos junto ao laboratório de história oral: *Folclore regional em foco* (2011) pela professora supervisora, Zuleide Matulle. *Imigração, Culturas e sociedade* (2012-2014) e *A origem das canções na vida comum no Vale do Iguaçu: um estudo acerca da recepção da produção fonográfica entre 1965 e 1985* (2015-2016) pelo professor supervisor Jefferson William Gohl.

Discriminação

Laboratório nº 2	Área (m ²)	m ² por estudante
------------------	------------------------	------------------------------

Laboratório de história oral	56	0,43
------------------------------	----	------

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Armários	2
Porta-arquivos	2
Estante de aço	1
Mesas	2
Cadeiras	22
Persianas e blackout	2

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/wireless	4
Notebooks	1
Scanner	1
Impressora	1
Mesa de som	1

Amplificador	1
Equipamento de áudio	1
Toca-discos prof.	1
Caixa de som	1
Piscina de áudio	1
Hd externo	1
Micro sistem	1
Kit iluminação	1
Flasch/carregador	1
Rádio toca-fitas	5
Refletor de luz	1
Microfones	4
Microfone de lapela	3
Câmeras fotográficas	11
Ar condicionado	2
Micro-gravadores digitais	7
Filmadora	3
Pedestais e suporte	3

Microfone externo (multidirecional)	1
Vara microfone	1
Pen-drive	35

Material de Consumo

Especificação	Quantidade
DVD	70

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários

D) Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE

O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE localiza-se no piso superior direito do início do bloco B da UNESPAR, constitui-se como espaço comum das licenciaturas nas dependências do Campus de União da Vitória, destinado a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, incentivando o desenvolvimento de metodologias voltadas à inovação das práticas pedagógicas; elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar e estímulo ao uso de tecnologias da informação e comunicação



(TICs) na articulação entre os programas da CAPES relacionados à educação básica.

O curso de história do campus de União da Vitória participa como subprojeto entre outros oito cursos de licenciatura do Campus, que tem seu projeto amplo coordenado pela professora Maria Ivete Basniak, contando com mobiliário e equipamentos modernos, e recursos bibliográficos e didáticos o laboratório e seus projetos tem a função de articular os cursos de licenciatura para além do Campus em direção a aproximação da educação básica em direção as descobertas e construção de novos modelos de aprender-ensinar e de transformação dos aspectos da realidade local e regional.

As equipes de trabalho devem buscar por meio do LIFE novas metodologias que propiciem a construção de conhecimento interdisciplinar, avaliações de recursos didático-pedagógicos, em perspectiva contextualizada, problematizando e incentivando o uso das TICs em interface com os modos de conhecer, apreender e ensinar na escola de educação básica e no curso de licenciatura em História.

A socialização das experiências adquiridas entre as licenciaturas constitui-se em etapa importante do processo e integração dos níveis inter e extra universidade. O colegiado de história, além dos equipamentos comuns do LIFE, dispõe de materiais específicos para seu uso e atuação, como material de expediente, papel A-4, tesouras, canetas e bibliografia sobre metodologia do ensino de história e de reflexão sobre o papel do professor em história à disposição de professores e alunos.

Especificação	Quantidade
Bancadas	3

Cadeiras	30
Quadro Branco	01
Tela multimídia	01
Armário de materiais História	01

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/wireless	13
Impressora 3D	01
Tablets	10

Recursos Bibliográficos: Biblioteca

As necessidades básicas na manutenção da oferta do curso e do desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão dizem respeito a uma atualização dos acervos bibliográficos conforme já apontado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Biblioteca Dante de Jesus Augusto - UNESPAR – Campus União da Vitória, é um setor estratégico aos cursos da Universidade e tem a finalidade atender discentes e docentes. Sua atividade principal é realizar empréstimo domiciliar e consulta, disponibilizando via Sistema PERGAMUM consultas presencias e online, cujo catálogo abrange todo o acervo existente. A biblioteca oferece levantamento bibliográfico e possibilita presencialmente acesso ao Portal de Periódicos da Capes e empréstimo entre as bibliotecas da UNESPAR (COMUT). O acervo da biblioteca

conta hoje com: 33.011 títulos e 45.336 exemplares de livros em português, inglês, espanhol, francês e alemão, bem como teses, dissertações e periódicos.

Além do já descrito, a biblioteca conta ainda com espaço para estudo individual e coletivo e com computadores com acesso a internet para atender finalidades de pesquisa de discentes e docentes.

Suporte Estrutural

Discriminação	Área (m ²)	m ² por estudante
Biblioteca	375	2,92

Mobiliário

Especificação	Quantidade
ESTANTE / PRATELEIRA EM AÇO	120
ARMÁRIO DE AÇO	13
ESTANTE EM MADEIRA	01
FICHÁRIO / ARQUIVO EM AÇO	11
MESA PARA COMPUTADOR	04
MESA PARA IMPRESSORA	06
MESA EM FÓRMICA	08
MESA PARA TELEFONE	01
MESA REDONDA	03
SUORTE PARA ÁGUA	01
BALCÃO EM FÓRMICA	01
BALCÃO EM MADEIRA	02
PORTA FICHAS	02
CARRINHO PARA TRANSPORTE DE LIVROS	03
APARELHO DE TELEFONE	01
QUADRO DO SR. DANTE	01
QUADRO BRANCO COM MOLDURA	01
FICHÁRIO EM MADEIRA	01
PORTA LIVROS EM MADEIRA	01
PORTA JORNAIS	01
CAIXA EM MADEIRA PARA SUGESTÕES	01
RELÓGIO DE PAREDE	01

ARMÁRIO GUARDA-VOLUMES	01
ARMÁRIO ESTANTE SEM PORTAS	01
BIOMBO EM MADEIRA	01
KIT ALARME	01
CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR EXECUTIVA	06
CADEIRA FIXA COM 04 PÉS	34
EXTINTOR DE INCÊNDIO	01
VENTILADOR DE TETO	01
ESCADA COM 03 DEGRAUS	02

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores	07
IMPRESSORA JATO DE TINTA	01
IMPRESSORA MATRICIAL	04

9 QUADRO DE SERVIDORES

9.10 COORDENAÇÃO DE CURSO

COORDENADOR DO CURSO				
Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Everton Grein	História UNESPAR (2005)	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015 Mestre em História (UFPR) 2009	32	Efetivo TIDE

9.11 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre Doutor	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
1.	EVERTON GREIN	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015 Mestre em História (UFPR) 2009	40	Doutor	Efetivo/TIDE
2.	JEFFERSON WILLIAM GOHL	Doutor em história (UnB) 2014 Mestre em História (UFPR) 2003	40	Doutor	Efetivo/TIDE
3.	KELLY CRISTINA BENJAMIM VIANA	Doutora em História (UnB) 2014 Mestre em história (UFC) 2010	40	Doutora	Efetivo/TIDE
4.	MICHEL KOBELINSKI	PhD (UFPR) 2015 Doutor (UNESP/Assis) 2008 Mestre (UNICENTRO)1997	40	Doutor	Efetivo/TIDE

9.12 CORPO DOCENTE

PROFESSORES EFETIVOS					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre Doutor	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
1.	EVERTON GREIN	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015	40	Doutor	Efetivo/

		Mestre em História (UFPR) 2009			TIDE
2.	JEFFERSON WILLIAM GOHL	Doutor em história (UnB) 2014 Mestre em História (UFPR) 2003	40	Doutor	Efetivo/ TIDE
3.	KELLY CRISTINA BENJAMIM VIANA	Doutora em História (UnB) 2014 Mestre em história (UFC) 2010	40	Doutora	Efetivo/ TIDE
4.	MICHEL KOBELINSKI	PhD (UFPR) 2015 Doutor (UNESP/Assis) 2008 Mestre (UNICENTRO)1997	40	Doutor	Efetivo/ TIDE

PROFESSORES TEMPORÁRIOS					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
		Mestre Doutor			
1.	Alexandre Rodrigues de Souza	Doutor em história (UFF) 2018 Mestre em história (UFF) 2011	40	Doutor	CRES
2.	Naiara BatistaKrascheskiStadler	Doutor em História (UFPR) 2020 Mestre em História (UFPR) 2015	40	Doutora	CRES
3.	Priscila Emanoeli Cozer	Mestre em História (UEPG) 2017	40	Mestre	CRES
4.	WaniltonDudek	Doutor em história (UPF) 2018 Mestre em história (UPF 2012)	40	Doutor	CRES
5.	Zuleide Maria Matulle	Mestre em História (UEPG) 2017	40	Mestre	CRES





10 REFERÊNCIAS

- ANDES-SN para a Universidade Brasileira. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003.
- BRASIL, Secretaria de educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia. Secretaria de educação fundamental: Brasília. MEC/SEF, 1997.
- CALVINO, I. Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- CASTORIADIS, C. As Encruzilhadas do Labirinto Vol. III - O mundo fragmentado. RJ: Paz e Terra, 1992.
- DIAS, Ana Maria Iori. Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo, Paz e Terra, 1996
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.
- FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO ... Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção. [Rio de Janeiro], 1999.
- http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/themes/wp-simple/CURRICULOS/Parana_Diretrizes_Curriculares_da_Educacao_Basica_Historia.pdf
- <http://www.castelobranco.br/site/arquivos/pdf/Referenciais-Curriculares-Nacionais-v-2010-04-29.pdf>
- http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_antteriores.php
- http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_antteriores.php , 2003
- LEVY, P. As tecnologias da inteligência. São Paulo: Editora 34. S/d
- LUCKESI, C. C. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002
- LUDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a06v2274.pdf>
- MAGNANI, Ivetti. Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. Anais... Caxambu: ANPED, 2002.
- MARTINS, Estevão Resende. Educação e consciência histórica. In: CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. Educação histórica: teoria e pesquisa. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.



MAZZILLI, Sueli. Ensino, Pesquisa e Extensão: uma associação contraditória. Tese de Doutorado. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Questões curriculares e didáticas no ensino da História Antiga. In: Anais do I Simpósio Nacional de História Antiga. João Pessoa: Ed. Universitária, 1984.

MIRANDA, Marília G. de. O Professor Pesquisador e Sua Pretensão de Resolver a Relação Entre a Teoria e a Prática na Formação de Professores. In: O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papyrus, 5 ed, 2006, p.129-143.

MORETTO, V. P. Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORIN, E. Ciência com consciência - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NÓVOA, Antônio. O Professor Pesquisador e Reflexivo. Entrevista concedida em 13 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/antonio_novoa.htm Acessado em 22/11/2010

para a prevenção da violência. Brasília: UNESCO/UCB, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. A universidade pública e os desafios do desenvolvimento. La Insígnia: Brasil, 13 jan. 2005.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

REALE, Miguel. O homem e seus horizontes. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

RUSEN, Jorn In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. JörnRüsen e o ensino de história. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RUSEN, Jorn. Aprendizagem histórica: esboço de uma teoria. In: Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: WA editores, 2012, p.79-89.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Boaventura Sousa. A universidade no século XXI. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. Aprender história: Perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

SILVA, Maria das Graças. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais... Caxambu: ANPED, 2000.

Documentos consultados

UNESPAR. Relatório CPA 2011/12- Campus União da Vitória: 2013.



UNESPAR. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI -2011-2016.

UNESPAR. Projeto Político Institucional – PPI 2012.



11 ANEXOS:

ANEXO I

ANEXO I

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS, DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

TÍTULO I

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Art. 1.º - O Estágio Curricular Supervisionado é uma etapa obrigatória dos Cursos de Formação Docente de acordo com as Resoluções CNE/CP nº1/2002 e CNE/CP nº2/2002.

Art. 2.º - A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado, de caráter obrigatório, definida nos planejamentos curriculares dos Cursos de Formação Docente, será de 400 (quatrocentas) horas, conforme Resolução CNE/CP2/2002, distribuídas nas 3^{as} e 4^{as} séries.

Art. 3.º - A mesma Resolução prevê que os alunos e alunas que exerçam atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

§ 1.º - Para obter essa redução de c/h o aluno ou aluna, com amparo na Legislação vigente deverá apresentar documentação comprobatória à coordenação de estágio do curso, do tempo de efetivo exercício no Magistério, na área específica, no Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano ou Ensino Médio.

§ 2.º - A coordenação de estágio do Curso analisará os documentos apresentados e emitirá parecer referente à dispensa.

§ 3.º - A referida dispensa não isentará o aluno ou aluna de apresentar relatório semestral das atividades docentes realizadas nas respectivas Escolas e nem da frequência às atividades que forem determinadas pelo/a professor/a orientador/a de Estágio em sala de aula por considerá-las prioridades na formação docente.

§ 4º - A Carga horária para as disciplinas de Estágio I e II, é distribuída da seguinte forma:

4 horas de observação e 6 horas de prática de estágio, sendo que, os estagiários que cursam Estágio I deverão cumprir a carga horária obrigatória no ensino fundamental, enquanto que, estagiários matriculados em Estágio II, deverão estagiar, preferencialmente, no ensino médio.

CAPÍTULO II

DO CONCEITO E OBJETIVOS

Art. 5.º - Considera-se Estágio Curricular Obrigatório as atividades educacionais de ensino-aprendizagem proporcionadas ao/a acadêmico/a pela participação em situações reais, realizadas em instituições de Ensino Fundamental e Médio.

Art. 6.º - Serão objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

I – Proporcionar ao futuro profissional um conhecimento real, preparando-o de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;

II – Elaborar projetos pedagógicos inovadores, viabilizando o desenvolvimento e avaliação dos mesmos;



III – Proporcionar experiência acadêmico-profissional orientada para a competência técnico-científica no trabalho profissional, no contexto das relações sociais diagnosticadas. Nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

IV – Promover a interação entre a Instituição formadora e a comunidade;

V – Produzir conhecimentos significativos na sua área de atuação, promovendo uma ação reflexiva na estrutura curricular do Curso e nas Instituições de realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

VI- Ofertar atividades extensionista nas escolas de atuação definidas no Art. 07 e outras comunidades escolares ou universitárias que porventura solicitarem ações relacionadas ao programa e ao projeto integrador do curso.

CAPÍTULO III

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 7.º - Constituir-se-ão campos de Estágio:

I – Estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio, da rede Municipal, Estadual e Particular situados no município de União da Vitória. Instituições de ensino de municípios vizinhos podem se tornar campos de estágio para acadêmicos/as do 4º ano do curso em situações específicas, dependendo da autorização do/a professor/a orientador/a do Trabalho Final de Estágio Supervisionado;

II – Instituições sociais, assistenciais e culturais da comunidade alvos de projetos ou programas de ensino, pesquisa e extensão que envolvam acadêmicos/as estagiários/as.

Art. 8.º - Os Estágios Curriculares obrigatórios, quando realizados em entidades públicas ou privadas, deverão ser precedidos da celebração de Convênio



ou Acordo de Cooperação, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições de sua realização, quando solicitados pelas Instituições.

Art. 9º – As atividades a serem desenvolvidas pelo/a estagiário/a, bem como todas as condições de estágio, devem constar em Termo de Compromisso assinado pelo/a acadêmico/a estagiário/a, pela instituição concedente, pela coordenação de estágio do curso e direção do campus.

Art. 10 - O seguro de acidentes pessoais em favor do/a estagiário/a será providenciado pelo Setor de Estágio do Campus de União da Vitória da UNESPAR.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

Art. 11 - Da organização administrativa dos estágios da UNESPAR, campus de União da Vitória participam:

I. Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD

II. Centros de Áreas, Colegiados de Cursos, Coordenação de Estágios e Setor responsável pelos estágios no *Campus*.

Art. 12 - Compete à Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD:

I. definir e emitir políticas e regulamentos de estágio, em conjunto com os Conselhos Superiores afins;

II. manter serviço de assessoria permanente aos Cursos por meio de suas Diretorias afins;

III. encaminhar as questões relativas aos estágios às instâncias universitárias competentes, quando for o caso;



- IV. participar, quando necessário, de reuniões relativas à organização e avaliação dos estágios;
- V. promover encontros e intercâmbios entre os responsáveis pelos estágios na UNESPAR, visando solucionar problemas e ou padronizar procedimentos;
- VI. Promover, juntamente com os Coordenadores de Curso e/ou Coordenadores de Estágios, intercâmbio com outras instituições sobre assuntos pertinentes aos estágios;
- VII. fornecer assessoria aos Coordenadores de Cursos e/ou Coordenadores de Estágios na elaboração, tramitação e divulgação dos Regulamentos Específicos/Próprios de Estágios dos Cursos de Graduação.

Art. 13 - Cabe às instâncias de cada *Campus* ou unidade:

- I. Cabe ao Setor responsável pelos estágios no *Campus*: emitir certificado de Estágio não Obrigatório, mediante requerimento do estudante, para computar como carga horária de atividade acadêmica complementar, de acordo com o Regulamento Geral de Atividades Acadêmicas Complementares da UNESPAR e Regulamentos Específicos dos Cursos, atendendo às especificidades de formação e ainda para os fins profissionais acadêmicos que se fizerem necessários;
- II. Cabe ao Coordenador de Estágio do Curso assinar os certificados de Estágios não Obrigatórios;
- III. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus* manter cadastro atualizado de todos os estudantes que estejam realizando Estágios não Obrigatórios, bem como especificar o local onde estão atuando;
- IV. Cabe ao Coordenador de Estágios do Curso: manter cadastro atualizado de todos os estudantes do seu curso que estão realizando estágios, com especificação dos locais de estágios; assinar o Plano de Trabalho a ser firmado entre estudantes e concedentes de estágios; receber os relatórios circunstanciados sobre os estágios



obrigatórios ou não obrigatórios e tomar as providências cabíveis, junto aos demais setores, quando necessário;

V. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus*: formalizar e firmar convênios mediante delegação, entre a UNESPAR e as unidades concedentes de estágios, visando estabelecer os campos de estágios para os estudantes da UNESPAR.

VI. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus* estabelecer controle de vigência dos convênios, analisando-os periodicamente e verificando a necessidade ou não de sua renovação, juntamente com o Coordenador de Curso ou Coordenador de Estágio, emitindo, quando necessário, seu parecer.

VII - Compete aos Diretores de *Campus*, Centros de Área e aos Colegiados de Curso proverem apoio logístico e de recursos humanos para formalização e realização dos estágios, nos âmbitos das suas competências regimentais.

Art. 14 - Da organização didática dos estágios participam:

I. Colegiado de Curso:

II. Coordenação de Curso;

III. Coordenação de Estágio;

IV. Professor/a da disciplina de estágio supervisionado;

V. Professor/a regente da escola/colégio campus de estágio;

VI. Professor/a orientador/a do Trabalho Final de Estágio Supervisionado;

VII. Acadêmico/a estagiário.

Art. 15 - Cabe ao Colegiado do Curso:

- I. estabelecer e definir diretrizes para o Estágio Curricular Obrigatório e para os Estágio não Obrigatório;
- II. elaborar o Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso e encaminhá-lo ao Colegiado de Centro, para sua aprovação, observado o Regulamento Geral de Estágio da UNESPAR e demais legislação pertinente;
- III. manifestar-se, quando solicitado pelo coordenador de curso, em matérias referentes aos estágios obrigatórios e não obrigatórios.

Art. 16 - Compete à Coordenação de Estágios do Curso:

- I. propor ao Colegiado de Curso o sistema de organização e desenvolvimento dos estágios;
- II - propor minuta do Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso, obrigatório e não obrigatório, com assessoria da PROGRAD, encaminhando-a ao Colegiado de Curso para análise e posterior aprovação pelo Conselho de Centro respectivo;
- III. definir os diversos campos de estágios, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, a fim de que sejam formalizados os convênios para o desenvolvimento dos estágios;
- IV. identificar os campos de estágios e possibilitar a inserção dos estudantes nos mesmos;
- V. coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades de estágios, em conjunto com os docentes orientadores/supervisores de estágios e com os supervisores de campo de estágio de modo a propiciar a real inserção dos estudantes;
- VI. convocar, sempre que necessário, reuniões com os docentes envolvidos com os estágios, para discutir assuntos tais como: planejamento, organização,



funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágios e elaboração e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

VII. organizar, a cada período do estágio curricular obrigatório, os campos de estágio, a distribuição dos estagiários entre os supervisores/orientadores de estágios;

VIII. Organizar os estagiários por grupos, quando for o caso, para estabelecer uma distribuição conforme as possibilidades de vagas nos campos de estágios, evitando superlotação em determinados locais e de acordo com as características do perfil profissional expressas no Projeto Pedagógico do Curso;

IX. assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Curriculares Obrigatórios;

X. avaliar os relatórios circunstanciados que indiquem desvirtuamento da função educativa do estágio, emitidos pelos orientadores/supervisores de estágios ou pelo responsável pelos convênios de estágios não obrigatórios e encaminhar à PROGRAD, após a análise do Colegiado de Curso e Conselho de Centro;

XI. organizar o Seminário de Ensino de História no final do segundo semestre do ano letivo para que estagiários/as apresentem os resultados de suas atividades e reflexões teóricas sobre ensino e aprendizagem da história.

XII. Checar se as ações de extensão estão adequadas e perfazendo as cargas horárias previstas.

Art. 17 – O curso de História terá, de acordo com as possibilidades de número de docentes, 01 (um/a) Coordenador/a e 01 (um/a) Vice coordenador/a de Estágios, eleito/a pelos seus pares, preferencialmente, dentre os docentes efetivos em Regime de Tempo Integral;

§ 1º Os docentes escolhidos como Coordenador e Vice coordenador de Estágios serão nomeados por uma Portaria do Reitor, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.



§ 3º O Coordenador e Vice coordenador de Estágios devem, preferencialmente, atuar como orientadores/supervisores de estágios durante a sua gestão.

§ 4º O Coordenador de Estágio deve ser membro nato do Colegiado de Curso, com a formação específica do Curso;

§ 5º O Vice coordenador deve colaborar com o Coordenador de Estágios em suas atribuições e substituí-lo em eventuais ausências e, em caso de vacância do cargo, deve assumir a função de coordenador de estágio, até que se realizem novas eleições.

Art. 18 – Caberá aos Professores/as de Metodologia de Ensino e de Estágio Curricular Supervisionado que devem ser habilitados/as na área específica do curso de formação, e preferencialmente com experiência no Ensino Fundamental e Médio.

I – apresentar formalmente, aos/ as estagiários/as, no início do período letivo, todos os aspectos legais que compreendam o processo de estágio curricular;

II - Orientar o processo de Solicitação de Campo de Estágio junto ao Núcleo Regional de Ensino da União da Vitória, através da plataforma e-protocolo.

III – coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com os/as demais professores/as orientadores/as dos temas de Estágio;

IV – Entrar em contato com os estabelecimentos oficiais do Ensino Fundamental e Médio, que ofertam estágio, para análise das condições do estágio, tendo em vista a celebração de convênios e acordos, quando for o caso;

V – organizar o Programa de Metodologia de Ensino especificando orientações das atividades de Estágio Supervisionado de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, acatando o Regulamento Geral do Estágio Curricular da IES;



- VI – discutir as tendências atuais, teóricas e metodológicas referente ao ensino na área específica;
- VII – orientar a elaboração dos Planos de Estágio, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades práticas realizadas pelos/as estagiários/as durante todo o processo;
- VIII – informar ao/a aluno/a estagiário/a sobre as normas, procedimentos e critérios do planejamento, da execução e da avaliação das atividades de estágio supervisionado;
- IX – manter contato sistemático com as escolas (supervisores/as) nas quais os/as estagiários/as cumprem atividades inerentes ao Estágio Curricular Supervisionado;
- X – organizar e manter atualizada a documentação dos/as Estagiários/as e assinar as Certidões de Estágio;
- XI – receber e analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos dos/as estagiários/as, registrando o controle efetivo das horas realizadas conforme estabelece a legislação vigente;
- XII – propor à Coordenação de Estágio do Curso, quando necessário, o desligamento do/a Estagiário/a do campo de estágio;
- XIII – dispensar eventualmente os/as Estagiários/as para atividades nas escolas e/ou biblioteca, apenas no horário destinado à disciplina de Metodologia de Ensino, observando o cumprimento das tarefas solicitadas;
- XIV – permanecer na Instituição, mesmo quando a turma ou parte dela, estiver em outras atividades, ficando à disposição dos alunos e alunas que necessitem de apoio individual aos seus projetos;



XV- propor as ações extensionistas com cargas horárias previstas a cada série no regulamento de extensão do curso em conjunto com seus alunos nas escolas que constituem o campo de estágio.

XVI- entregar ao coordenador de ACEC do curso no início de cada ano letivo seu plano e ensino constante das atividades extensionistas previstas para as turmas, bem como o relatório ao final do ano das práticas realizadas.

Art. 19 – O/a professor/a regente da escola/colégio Campus de estágio deverá ser habilitado/a na área de atuação nas escolas e outras instituições de ensino parceiras, com um mínimo de dois anos de experiência, salvo se a instituição não possuir profissional com esse perfil.

Art. 20 – Ao/a professor/a regente da escola campo de Estágio, também responsável pelo acompanhamento do/a Estagiário/a no campo de estágio, compete:

I – fornecer aos/as Estagiários/as informações necessárias para a elaboração e execução do planejamento de estágio;

II – aprovar o Plano de Trabalho Docente e Planos de aula; sugerindo reformulações que se fizerem necessárias;

III – Preencher e assinar os instrumentos próprios de acompanhamento que lhes forem solicitados;

IV – acompanhar efetivamente o desempenho do/a estagiário/a, incentivando e apresentando sugestões que venham em seu auxílio, quando necessário;

V – informar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado qualquer mudança no planejamento ou outras situações que possam comprometer o andamento do estágio.



Art. 21 – Os/as professores/as das disciplinas do Curso responsáveis pela orientação dos planejamentos dos Planos de aula e do Portfólio de Estágio a ser executado e entregue pelo estagiários do 4º ano do curso, de acordo com sua área de conhecimento, compatível ao Planejamento Final de Estágio do/a acadêmico/a, compete:

I – estabelecer um cronograma em conjunto com o/a estagiário/a (seu orientando ou orientanda), respeitando a disponibilidade de ambos/as para os encontros necessários;

II – assinar a carta de aceite juntamente com seu/ua orientando/a;

III – analisar o Planejamento de Estágio do/a acadêmico/a e propor sugestões onde se fizer necessário;

IV – orientar a produção do material didático referente ao tema proposto no Planejamento de Estágio, atividades de prática de ensino, e acompanhar o processo de produção do portfólio de Estágio II.

V – comunicar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino o não comparecimento dos/as orientandos/as às sessões de orientações, já em fase inicial, registrando as ausências na Ficha de presença de orientações;

VI – acompanhar o/a estagiário/a que orienta em atividades de estágio nas instituições de ensino para avaliação e comunicar ao/a coordenador/a de estágios do curso suas considerações a respeito do desempenho do/a mesmo/a;

Art. 22 – O/a acadêmico/a-estagiário/a é /aquele/a que estará regularmente matriculado/a nas séries em que se realizam o Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 23 – Ao/a acadêmico/a-estagiário/a compete:



I – comparecer às aulas previstas no horário, sendo obrigatória a frequência exigida por lei – 75% (setenta e cinco por cento) das aulas teóricas e 100% (cem por cento) das atividades no campo de estágio;

II – observar e respeitar as normas contidas no Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso;

III – definir com o/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado, o/a Professor/a Supervisor/a da Escola campo de estágio, os locais, períodos e formas para o desenvolvimento das atividades referentes ao Estágio Curricular Supervisionado;

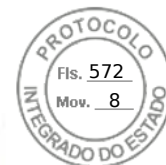
IV – conhecer antecipadamente o campo de estágio em que atuará;

V – elaborar e executar o seu plano individual sob a orientação do/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado com acompanhamento do/a professor/a Supervisor/a da Instituição, campo de Estágio e do/a professor/a orientador/a do tema;

VI – apresentar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e do Estágio Curricular Supervisionado e ao/a Professor/a Supervisor/a, o Planejamento de estágio a ser desenvolvido, cumprindo rigorosamente as datas estabelecidas;

VII – a aplicação do Planejamento de estágio em escolas e/ou outras Instituições só poderá iniciar mediante aprovação por escrito do/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado bem como pela devolução das referidas fichas assinadas pelo/a professor/a supervisor/a e direção ou pedagogo/a da escola responsável pelo acompanhamento do mesmo;

VIII – desempenhar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado com responsabilidade e competência, observando as normas de ética profissional no desempenho das suas atividades;



IX - participar regularmente das aulas de Metodologia de Ensino, de acordo com o horário escolar previsto, recebendo informações precisas e sugestões para a melhoria de seus planejamentos, constituindo-se esses aspectos em fatores de avaliação;

X – preencher, encaminhar e devolver os instrumentos de acompanhamento e avaliação, em anexo ao seu Planejamento de Estágio Supervisionado;

XI – entregar ao/a professor/a de Metodologia de Ensino (Orientador/a de Estágio) em data previamente fixada, o Relatório abrangendo todos os aspectos relativos ao Estágio;

XII – comunicar e justificar com antecedência, ao/a Professor/a Supervisor/a (campo de estágio) e ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio sua ausência em atividades previstas no plano de estágio;

XIII – repor as atividades previstas no plano de estágio, cuja justificativa da ausência foi aceita pelo/a supervisor/a e Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio.

XIV- cumprir as atividades extensionistas propostas pela professora responsável pela disciplina de Metodologia e Prática do Ensino de História.

DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Seção I

Das Atividades de Prática de Ensino como forma de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório



Art. 24 – A Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado, como componente acadêmico, fornece ao/a aluno/a, como futuro/a professor/a, acesso ao conhecimento das tendências atuais de ensino nas diferentes áreas e experiências profissionais por meio do exercício da competência técnica, em três momentos:

I – na Universidade – no preparo das atividades de Estágio;

II – nos estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio, efetivando o Estágio;

III – na Universidade, posteriormente, para análise e avaliação.

Art. 25 – As atividades a serem desenvolvidas pelo/a estagiário/a devem constar no Plano de Estágio do/a Professor/a de Metodologia de Ensino (orientador/a de estágio);

Art. 26 – As atividades de Estágio Supervisionado num total de 400 (quatrocentas) horas abrangem as seguintes atividades:

I – análise da estrutura e funcionamento de escolas e suas decorrências para o processo de ensino-aprendizagem;

II – análise de livros didáticos e programas executados em Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio;

III – estágios de coparticipação:

- a) análise de dinâmica da prática docente desenvolvida em escolas de Ensino Fundamental e Médio;
- b) estágios de regência: execução de propostas didáticas, apresentação de estratégias pedagógicas e materiais didáticos em situações concretas de ensino-aprendizagem;



IV – análise de experiências pedagógicas bem sucedidas e materiais didáticos, por meio de pesquisas e em projetos especiais.

V – estágios com projetos de reforço escolar, minicursos e oficinas pedagógicas;

VI – estágios com projetos de ensino voltados a regência de classe no ensino Fundamental e Médio na terceira e quarta série;

VII – relatórios das atividades desenvolvidas;

VIII – Produção do portfólio, referente à sua experiência de estágio, que deverá ser apresentado no Seminário de Ensino de História que será realizado no segundo semestre do 4º ano de curso. Este portfólio deverá ser escrito segundo as normas da ABNT vigente.

IX- atividades de extensão de diversas naturezas, de forma *online* e nas escolas que constituem o campo de estágio distribuídas em 30 (trinta) horas para a terceira série e 40 (quarenta) para o quarto ano do curso.

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 27 – Dar-se-á conforme as seguintes modalidades:

I – Supervisão semidireta: o/a Professor/a de Metodologia de Ensino e de Estágio Supervisionado fará acompanhamento e orientações individuais e coletivas ao/a estagiário/a na Universidade, e contato sistemático ao campo de estágio com o/a professor/a supervisor/a, regente da classe onde o/a acadêmico/a irá estagiar.



II – Supervisão direta: acompanhamento pelo/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado por meio de relatórios, reuniões, seminários de apresentação dos resultados dos projetos de estágio e presencial por amostragem. E acompanhamento pelo/a professor/a orientador/a do trabalho final de estágio supervisionado, da 4ª série, na elaboração do planejamento, material didático e artigo sobre o estágio.

III – Supervisão direta e presencial pelo/a professor/a supervisor/a da escola campo de estágio, em todas as atividades do/a acadêmico/a na escola, e dos/as professores/as da disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de História e orientador/a do TFES em aulas ministradas pelo/a acadêmico/a na escola/colégio.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO

Do Estágio Supervisionado e da Disciplina de Metodologia de Ensino

Art. 28 – A Avaliação será parte integrante do processo de formação devendo ser de forma sistemática, contínua e global durante o transcorrer das Práticas de Estágio, obedecendo às normas legais vigentes e o que preconiza este Regulamento.

Art. 29 – A sistemática de avaliação será desenvolvida cooperativamente por estagiários/as, professores/as orientadores/as e supervisores/as.

§ 1º - O conjunto de critérios da avaliação resultará em uma nota única que deverá ser encaminhada ao SCA, ao término das disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado.

§ 2º - Os critérios de avaliação contemplam, entre outros, instrumentos como: elaboração de planejamento de estágio, execução das atividades

em campo de estágio, apresentação de relatórios, provas de conhecimento, seminários, especificados no plano de ensino das disciplinas de Metodologia e Prática de Ensino de História I e II e Estágio Supervisionado I e II.

Art. 30 – O controle de frequência e aproveitamento da disciplina de Metodologia de Ensino será efetuado em diário de classe próprio e do Estágio em Fichas específicas para isso.

Art. 31 – O processo de avaliação da disciplina de Metodologia do Ensino e do Estágio nas 3.^{as} e 4.^{as} séries envolverá o cumprimento das atividades solicitadas nas datas estabelecidas durante o ano letivo, pelo/a Professor/a de Metodologia de Ensino e do Estágio Supervisionado, e os registros serão anuais.

Art. 32 – A aprovação na disciplina de Metodologia do Ensino exigirá frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas-teóricas (sessões de orientações), e no Estágio Supervisionado 100% (cem por cento) nas atividades desenvolvidas em campo de estágio e nota mínima 7,0 (sete), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) para ambas as disciplinas.

Art. 33 – Os acadêmicos, nas 3.^{as} e nas 4.^{as} séries, deverão desenvolver Projetos de Ensino em Escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio, com participação de 100% na carga horária estabelecida para o projeto e a nota mínima para aprovação 7,0 (sete), independente das notas obtidas nas outras atividades;

Parágrafo único: deverão desenvolver as atividades de extensão previstas no planejamento do professor, e a vinculação de nota na condição de outras atividades fica a critério do (a) professor(a) da disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de História



Art. 34 – Se a nota, obtida na aplicação do projeto for inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro) o mesmo deverá ser reformulado e aplicado novamente em tempo hábil, mantendo-se a exigência da nota 7,0 (sete) para aprovação, sendo esta a média final da disciplina composta pela média aritmética de todas as atividades realizadas no transcorrer do ano letivo.

Parágrafo único: Não se aplica as disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado, as normas referentes ao Exame Final.

Art. 35 – Documentos obrigatórios que compõe o Portfólio Final de Estágio:

- Termo de Compromisso de estágio;
- Carta de aceite do orientador;
- Relatório de observação;
- Análise do PPC do Colégio em que o estágio foi realizado;
- Planos de aula;
- Materiais didáticos utilizados;
- Relatório da prática de estágio;
- Ficha de frequência de estágio;
- Declaração de conclusão de estágio (assinada(o) pela(o) professor supervisor(a));

§ único: O portfólio completo deverá ser entregue impresso, encadernado, na ordem acima mencionada e, também, em *Portable Document Format* - PDF, durante o Seminário Final de Estágio.

Art. 36 – A coordenação de Estágio organizará e divulgará o cronograma das apresentações, em forma de editais afixados na Instituição;



§ 1º: a nota final da disciplina de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado constará da média aritmética das seguintes notas: nota das atividades anuais, nota da aplicação do Projeto de Ensino na escola e a nota da construção e apresentação do Portfólio Final de Estágio Supervisionado – TFES.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - As atividades e determinações específicas das Licenciaturas deverão constar nos Planos de Ensino dos/as Professores/as de Metodologia de Ensino (no Projeto de Estágio do Curso e no Projeto Político – Pedagógico do Curso).

Art. 38 – O cumprimento das horas de Estágio Curricular Supervisionado será em horário contrário ao funcionamento do Curso, salvo exceções, decididas em conjunto com o/a Professor/a de Metodologia do Ensino e de Estágio.

Art. 39 – O acompanhamento e o registro das atividades previstas na presente Resolução serão efetuados em fichas padrões.

Parágrafo único: o registro das atividades extensionistas e seu encaminhamento para creditação ocorrem vinculados ao projeto integrador a cargo do coordenador de ACEC do colegiado.

Art. 40 - Em tempos de emergência o Estágio Supervisionado poderá seguir outras documentações ou regimentos vigentes em níveis de Universidade, SEED e MEC.



TÍTULO II

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 41 - O local de estágio será selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelo setor responsável pelos estágios nos *campi* da UNESPAR e/ou pelos agentes de integração.

Art. 42 - O estágio, sendo considerado como ato educativo, deverá ser realizado em área e local compatíveis com o Curso no qual o estudante esteja matriculado, sendo expressamente vedado o exercício de atividades não relacionadas à sua área de formação.

Art. 43 - Constituem-se campos de estágio as entidades de direito privado, as instituições ou órgãos da administração pública, as instituições de ensino e



pesquisa, públicas e privadas, os próprios *campida* UNESPAR e a comunidade em geral, desde que apresentem condições para:

- I. planejamento e execução conjuntas das atividades de estágios;
- II. aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de formação para o mundo do trabalho;
- III. vivência efetiva de situações reais de vida e de trabalho, compatíveis com o campo profissional de atuação, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, no Projeto Pedagógico do Curso e demais legislações pertinentes em vigor;
- IV. avaliação e acompanhamento conjuntos, das instituições formadora e cedente.

Art. 44 – de acordo com a Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História além das práticas docentes (regência, planejamento, avaliação escolar e elaboração de materiais didáticos), estudantes e graduados/as da licenciatura em História podem atuar em arquivos (públicos ou privados), museus e espaços culturais, preservando, restaurando, digitalizando e instrumentalizando para pesquisa documentos que possibilitem a pesquisa histórica, bem como auxiliar na pesquisa a tal documentação ou ainda, orientar visitas a patrimônios históricos, museus e casas de cultura.

Art. 45 – Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.



ANEXO II

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC DO CURSO DE HISTÓRIA

Justificativa

A exigência da Monografia é prevista em matriz curricular do Curso de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação desde 17 de setembro de 2001 – Processo 558/00 e nesse sentido sua produção tem caráter obrigatório. A disciplina Produção de Monografia -TCC visa ofertar carga horária com fins de orientação e preparação da pesquisa que se convalida na apresentação de um dos produtos acadêmicos textuais que respaldam o pesquisador e o professor que futuramente solicitará parâmetros de investigação científica de seus alunos.

Partindo do pressuposto de que o ensino de graduação, na medida em que visa a formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, instituímos também a produção do Artigo Acadêmico como componente curricular obrigatório na matriz proporcionará aos alunos a vivência de situações de investigação científica além de o contato com a pesquisa histórica, imprescindível para a formação do historiador, constitui também elemento indispensável para formar bons professores.

A presente modificação no regulamento para realização de trabalho monográfico/artigo acadêmico vem ao encontro de um debate realizado entre os docentes do Curso de História e a comunidade acadêmica, os quais constataram a necessidade de empreender algumas modificações no perfil do trabalho científico realizado pelos discentes. Isso se deu por algumas razões que foram evidenciadas desde a implementação do texto monográfico, as quais foram:



- a) Sendo um curso de Licenciatura em História, o trabalho principal dos alunos é o Trabalho Final de Estágio Supervisionado-TFES, que demanda atenção especial no planejamento das aulas e produção de material didático.
- b) O trabalho monográfico, enquanto produção derivada da pesquisa, pode também ser feita num formato que possibilite o desdobramento para publicação e apresentação em evento científico.
- c) Por fim, isso diferenciaria substancialmente a estrutura do TFES do trabalho monográfico, evitando redundâncias na formulação do texto científico.

Art. 1º Será facultada ao aluno a realização do texto monográfico, de 30 a 50 páginas.

§ 1º. Conforme definido conjuntamente entre orientador e discente, pode ser adotado o formato de artigo científico, de acordo com as regras da ABNT, de 15 a 20 páginas.

Art. 2º A Monografia/artigo deverá ser construída/o durante a quarta série, orientado por um professor pertencente ao departamento de História, ou outro colegiado desde que o orientador tenha conhecimento sobre o tema escolhido pelo aluno.

§ 1º. As orientações deverão ser distribuídas entre os docentes procurando respeitar igualdade para todos os professores do colegiado, observando-se a temática e a área de conhecimento dos orientadores.

§ 2º. O tempo para as orientações está previsto no horário de atendimento acadêmico dos docentes informados no início de cada ano em edital da coordenação de curso, e os docentes orientadores terão atribuídas a sua carga horária, uma hora aula semanal a cada acadêmico orientados conforme regulamentos da UNESPAR.

§ 3º. Quando não houver professor orientador pertencente ao Colegiado do Curso com conhecimento sobre a temática escolhida pelo aluno, este poderá ser orientado por professores vinculados a instituição, desde que exista anuência do Colegiado do Curso e do Professor Convidado.

Art. 3º O acadêmico no 3º ano deverá preparar e apresentar Projeto de Pesquisa o qual deverá ser aprovado pelo professor da disciplina de Iniciação à Pesquisa em História - IPH I e Iniciação à Pesquisa em História - IPH II

Art. 4º. O acadêmico deverá para a elaboração de Monografia e/ou artigo cumprir no mínimo duas sessões mensais de orientação com seu professor orientador, apresentando o que foi solicitado pelo mesmo, para correção e orientação à produção escrita e entregando as correções solicitadas anteriormente.



§ 1.º As frequências ou ausências serão registradas em fichas e posteriormente em sistema para a disciplina.

§ 2.º O trabalho para correção final deverá ser entregue pelo acadêmico ao seu orientador na primeira quinzena de novembro do ano em que cursa a disciplina

§ 3.º A monografia em sua versão final deverá ser construída dentro do rigor metodológico e possuir entre 30 e 50 páginas.

§ 4.º O artigo em sua versão final deverá ser construído dentro do rigor metodológico e possuir entre 15 e 20 páginas

§ 5.º O acadêmico que não entregar o trabalho conforme prevê os parágrafos anteriores, será automaticamente reprovado.

Art. 5.º O professor orientador terá 15 dias a partir da data do recebimento da Monografia/Artigo para devolver o trabalho corrigido ao acadêmico a fim de que o mesmo proceda as alterações que ainda forem necessárias.

§ 1.º Uma cópia do trabalho em sua versão final corrigida deverá ser entregue ao orientador em último prazo até 30 dias antes da entrega das notas finais ao SCA, definidas anualmente.

§ 2º Uma cópia do trabalho em sua versão final corrigida deverá ser entregue ao segundo professor parecerista na mesma data acima para a leitura e avaliação no seminário de pesquisa.

Art.6º. Existe banca examinadora para avaliação do trabalho de Monografia/Artigo.

Art. 7º. A escolha do segundo professor, leitor e parecerista do trabalho que compõe a banca, é realizada de comum acordo entre o discente e o docente que realiza sua orientação

Art. 8º. As bancas que configura a apresentação dos trabalhos ocorrerão até final do ano letivo e serão organizadas pelo professor que é responsável pela disciplina de produção de monografia-TCC, sendo que, publicará edital contendo nome dos alunos que tiverem em condições de apresentarem seus trabalhos e horário de suas respectivas apresentações.

Art. 9º. A Monografia/Artigo será apresentada, ao final do 4º ano, obrigatoriamente em banca, acompanhado pelo orientador.

§ 1º. O acadêmico pesquisador terá de 20 a 30 minutos para dissertar sobre seu tema monográfico.

§ 2º. O orientador realiza a avaliação neste momento do trabalho ora apresentado expondo seu parecer, tendo para tal 05 a 10 minutos.



§ 1º. O professor parecerista convidado para a leitura da monografia também expõe seu parecer por ocasião do término da apresentação do trabalho e exposição do parecer do orientador, tendo para tal 05 a 10 minutos.

§2º. Não é emitida nota aberta ao público, e os pareceres escritos que contém a nota são entregues ao professor orientador, que anexa a planilha de orientações e frequência que encaminha a nota final ao professor responsável pela disciplina de Produção de monografia-TCC

Art. 10º. A avaliação de dará conforme os seguintes critérios a serem seguidos pelo orientador e professor parecerista convidado são:

Na inquirição da apresentação

a) Clareza de ideias: capacidade de apropriação, fidedignidade e diálogo no texto e por consequência na apresentação com os autores que embasam o trabalho – peso 1,5 (um e meio pontos)

b) Expressão: capacidade de expor com objetividade, no texto escrito e na apresentação oral, os argumentos desenvolvidos – peso 1,5 (um e meio pontos)
Na leitura e apreciação do texto:

c) Coerência textual: capacidade de organizar o texto com começo, meio e fim, ordenação metodológica, correção ortográfica e adequação de bibliografias e fontes de pesquisa, – peso 7,0 (sete pontos)

Art. 11º. Quando o aluno não cumprir com os requisitos estabelecidos pelo presente para a elaboração da Monografia/Artigo será reprovado na disciplina de “Produção Monografia”, exonerando o Professor orientador de qualquer vínculo com o acadêmico.

Art. 12º. Em caso de Reprovação do aluno este deverá cursar a disciplina em regime de dependência obedecendo ao regulamento da Instituição e ainda:

I – o aluno deverá se adequar aos horários de atendimento do professor que se disponibilizar a orientá-lo no ano seguinte.

Art. 13º. A nota final será atribuída pela média das atribuições dos pareceres do professor orientador e do professor parecerista convidado e lançado no sistema acadêmico do SCA pelo professor responsável pela disciplina de “Produção de Monografia-TCC”.

I - Será aprovado o aluno que obtiver nota final mínima 7,0.



II- Será aprovado o aluno que obtiver nas fichas de frequência a orientação 75% da carga horária de doze encontros sendo o mínimo, portanto nove (09) encontros de orientação.

III - O acadêmico que não entregar a Monografia/Artigo na data estabelecida pelo Colegiado será reprovado na disciplina.

Art. 14º. As monografias que tiverem aprovação do orientador e parecerista, com nota superior a 9,0, poderão ser encadernadas em capa dura e enviado para a biblioteca. Isso deverá ser comunicado ao Colegiado do Curso.

Art. 15º. Os artigos que tiverem aprovação do orientador e parecerista, com nota superior a 9,0, poderão ser encaminhados para publicação em revistas acadêmicas.

Art.16º. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelos docentes do Colegiado de História ou, se necessário, pelo Centro de área.

ANEXO III

REGULAMENTO DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO COLEGIADO DE HISTÓRIA

Considerando a obrigatoriedade da inserção de programas e projetos de extensão universitária na matriz curricular dos cursos de graduação e a inserção facultativa na matriz curricular dos cursos de pós-graduação, previstas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Lei Nº 13.005 de 25/06/2014;

considerando o disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira;

considerando a Resolução Nº 011/2015 - CEPE que normatiza as atividades extensionistas na UNESPAR bem como a Resolução Nº 038/2020–CEPE/UNESPAR e a Instrução Normativa conjunta nº 01/2021 – PROEC/PROGRAD que orientam as regulamentações para os cursos, o Colegiado de História em consonância com os debates de seu Núcleo Docente Estruturante - NDE, vem neste documento dispor de suas diretrizes para o cumprimento das suas atividades extensionistas.



Definições e Histórico

Compreende-se que os princípios que estruturam tanto a concepção quanto a prática da extensão na educação superior se pautam, por uma interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade. Interação esta que envolve troca de saberes ligadas as demandas complexas da sociedade contemporânea, visando uma formação cidadã dos discentes da universidade e da oferta de iniciativas que efetivem compromisso social que auxiliem no enfrentamento das questões da sociedade brasileira.

Conforme normatizado na Resolução Nº 038/2020 as Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACECs) o colegiado de história em sua finalidade de aprofundar o contato da universidade com a sociedade e conforme dispõe o documento do Renex Política Nacional de Extensão Universitária em um de seus princípios básicos:

4- A ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas.(RENEX, 2012 p.38)

Nesse sentido o colegiado de história parte de um histórico em que já atuou de forma descontinuada com a extensão desde os anos de 2009 quando iniciou com o programa Universidade Sem Fronteiras – USF do governo o Estado do Paraná. Tendo cadastrados os projetos: *Contando nossa história: A História local como espaço privilegiado para o convívio comunitário e exercício da cidadania ativa* e *Os catadores da margem esquerda: Coleta, sobrevivência e identidade no Médio Iguaçu do início do século XXI*, ambos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos, porém com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de resignificação da história e de seu papel na sociedade. Também já ofertou ações extensionistas como *Gênero e diversidade sexual: ações afirmativas para combater a violência que atendia a comunidade na orientação a vítimas de violência contra a mulher* e atuava em parceria com o coletivo *Mais que Amélias*. Docente do colegiado já ofertou junto a outro programa o projeto *Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR* e no presente oferta o projeto *Pop up Museus* que faz parte de seu programa de extensão devidamente cadastrado junto a divisão de extensão de Campus. Vem atuando desde 2019 de modo introdutório quanto as práticas da extensão universitária na forma de duas disciplinas específicas alocadas



no primeiro e terceiro ano do curso já aprovadas em ato de renovação do PPC do curso no ano de 2021 e em pleno exercício de sua matriz.

CAPÍTULO 01

Legislação e conceituação

Art. 1º - A curricularização da extensão nos cursos de graduação da UNESPAR dá-se em cumprimento à Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014.

Art 2º Considera-se campos de atuação da extensão os espaços e comunidades que se caracterizem por efetivar um compromisso social formalizando a atuação cidadã do colegiado de História.

§1º Que atenda-se preferencialmente a ampla região formada pelas cidades do Vale do Iguaçu, conforme apontado no Plano pedagógico do curso – PPC, e que se notabilizam por uma composição demográfica pluralista no Estado do Paraná, verdadeiro cadinho étnico, que exige das propostas extensionistas uma ampla gama de possibilidades pois orientadas para as variadas comunidades que aí se localizam.

§2º Considere-se prioritário o grande número de municípios que concorrem para a oferta de discentes e a característica da fronteira sul paranaense que faz divisa com o Estado de Santa Catarina, e que contém uma variada forma de arranjos de ocupação demográfica e territorial

§3º Que também sejam desenvolvidas propostas e ações por meio eletrônico online na forma de eventos, cursos e dinâmicas de divulgação de pesquisas e saberes seja da universidade seja das comunidades que totalizem um público mensurável em suas participações.

São assim descritos os campos de atuação:

- I- Comunidade escolar das redes municipais dos municípios sul paranaense e norte catarinense
- II- Comunidade escolar das redes estaduais dos municípios sul paranaense e norte catarinense
- III- Coletivos educacionais, cursos e grupos de pesquisa em outras universidades (públicas ou privadas)
- IV- Órgãos dos poderes públicos da região, em diferentes prefeituras (poder executivo); fóruns da comarca ou fora dela (Poder judiciário); assembleias e câmaras legislativas (poder legislativo).



V- Movimentos sociais organizados, sindicatos de classe, cooperativas e associações de caráter filantrópico, instituições religiosas, centros de convivência de jovens, idosos e asilos

VI- Uma ampla variedade de comunidades não regulamentadas: como ribeirinhos, grupos de catadores de material reciclável, comunidades indígenas, coletivos de agricultores entre outros.

VII- Público nacional e internacional aberto a extensão como membros da comunidade externa

Art. 3º As atividades de extensão articulam-se de forma a integrar-se às ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, o diálogo com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 4º - As Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC) são componentes curriculares, nas modalidades “disciplina” ou “ação extensionista”, de cursos de graduação, em que discentes e docentes, em uma relação dialógica com grupos da sociedade, atuam de forma ativa como integrantes de equipes executoras de ações de extensão, no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com a perspectiva de transformação social.

Parágrafo único. De acordo com as legislações já anteriormente nominadas, será destinada uma carga horária mínima de 10% (dez por cento) do total de horas da matriz curricular do Curso de História da UNESPAR para serem cumpridas em atividades de extensão por cada estudante ao longo do curso. Com vistas à integração no processo de ensino/aprendizagem, a inserção das atividades de extensão deve ocorrer em articulação com os conteúdos curriculares, sem implicar no aumento de carga horária total dos cursos.

Art. 5º - A implementação das ACEC no Curso de História da UNESPAR visa à formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, por meio do diálogo e da reflexão sobre sua atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável com a realidade brasileira.

Parágrafo único. A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade



CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DAS ACEC NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Art. 6º - De acordo com a Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, as atividades de ACEC podem ser desenvolvidas em disciplinas ou em ações extensionistas, tais como programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, organizando-se em cinco modalidades. A curricularização da extensão será implantada no Curso de História por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura – ACEC”, que serão desenvolvidas ao longo da formação acadêmica e ofertadas por meio do “Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR” vinculados ao programa de extensão do curso.

Parágrafo único. Os temas específicos abordados pelo “Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR” nominado “História, Cultura e Identidades”, figuram na área de Ciências Humanas e serão executados na forma de projetos, cursos e/ou eventos.

Art. 7º O colegiado deverá manter sempre um Programa de extensão cadastrado na divisão de extensão do campus, que no presente intitula-se “Histórias, Patrimônios Artes e Públicos”.

§1º A coordenação do “Programa de Extensão em História da UNESPAR” ficará sempre a cargo do(a) decano do colegiado.

Art. 8º - São os objetivos do “Programa de Extensão em História da UNESPAR”:

I – integrar colaborativamente as ações de extensão do Curso de História, a fim de cumprir a legislação vigente;

II – promover a consolidação de uma cultura extensionista na UNESPAR, com o intuito de integrar a comunidade acadêmica com a comunidade externa;

III – externar os impactos do Curso de História da UNESPAR na região

IV – receber os relatórios do projeto integrador do coordenador de ACEC com fins de informação e creditação

V - acatar ações extensionistas diversas dos professores, do colegiado de história ou outros colegiados da UNESPAR integrando-os ao programa

Art. 9º As ações extensionistas promovidas pelo Curso de História devem, preferencialmente, vincular-se ao “Programa de Extensão em História da UNESPAR”, mas não há impeditivos para a realização de qualquer ação proposta fora do programa.



Art. 10º A coordenação de ACEC do curso fica a cargo do(a) professor(a) responsável pelas disciplinas de Universidade e Sociedade I e II que responde pela coordenação de extensão do curso designada pelo coordenador de curso. Na ausência do coordenador de ACEC, temporariamente a coordenação do projeto integrador ficará a cargo do(a) Coordenador(a) do programa de extensão.

Seção I

Das modalidades de ACEC's Em acordo com as prerrogativas da Resolução Nº 038/2020 – CEPE/UNESPAR, o Curso de História promoverá as seguintes modalidades de ACEC's:

Art. 11º ACEC I: A modalidade I das Ações Curriculares de Extensão e Cultura será desenvolvida no Curso de História e ocorrem distribuídas na proporção de 20 (vinte) horas teóricas na disciplina Universidade e Sociedade I e 10 (dez) horas na disciplina Universidade e Sociedade II.

§1º A proporção das demais horas da disciplina de Universidade e Sociedade I e II, ficam distribuídas em 55 (cinquenta e cinco) para o primeiro ano de curso e 65 (sessenta e cinco) para o terceiro ano, na modalidade ACEC II.

Art. 11º ACEC II: A modalidade II das Ações Curriculares de Extensão e Cultura será desenvolvida no Curso de História por meio do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” intitulado “História, Cultura e Identidades”, vinculado ao “Programa de Extensão em História da UNESPAR”

§1º O “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” oferecerá anualmente 175 (cento e setenta e cinco) horas de ações extensionistas correspondentes à modalidade ACEC II.

§2º As disciplinas abarcadas pelo “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” serão aquelas que possuem carga horária de extensão prevista no Projeto Pedagógico do Curso de História, a saber, “Cultura Afro Brasileira”; “Educação Patrimonial e Ambiental- EPA”; “Didática da História”; “Tópicos em Brasil Colônia” e as atividades do “Estágio Curricular Supervisionado I” (Metodologia e prática do ensino de História I), “Estágio Curricular Supervisionado II” (Metodologia e prática do ensino de História II)

§3º A distribuição das horas de extensão do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR”, respeitando o disposto no Projeto Pedagógico do Curso de História, ocorrerá nas disciplinas da seguinte forma:



- I – “Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena” total de 20 (trinta) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- II – “Educação Patrimonial e Ambiental- EPA” total de 40 (quarenta) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- III – “Didática da História” : total de 20 (vinte) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- IV – “Direitos Humanos, diversidade e inclusão” : total de 20 (vinte) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- V – “Estágio curricular supervisionado I” vinculado à disciplina “Metodologia e prática do ensino de História I”: total de 35 (trinta e cinco) horas de ações extensionistas na modalidade de ACEC II compreendidas dentre as 200 (duzentas) horas de estágio prevista para esta etapa, condicionadas à aprovação na disciplina;
- VI – “Estágio curricular supervisionado II” vinculado à disciplina “Metodologia e prática do ensino de História II”: total de 40 (quarenta) horas de ações extensionistas na modalidade de ACEC II compreendidas dentre as 200 (duzentas) horas de estágio prevista para esta etapa, condicionadas à aprovação na disciplina;

§4º As atividades de extensão a serem desenvolvidas nas disciplinas mencionadas deverão constar no “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” e no Plano de Ensino de cada disciplina em específico, respeitando a autonomia docente no desenvolvimento de suas atividades.

§5º O “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” deverá ser coordenado pelo(a) coordenador(a) da ACEC do Colegiado de História em parceria com os professores das disciplinas acima elencadas.

Art. 12. - ACEC III e IV: As modalidades III e IV das Ações Curriculares de Extensão e Cultura serão desenvolvidas no Curso de História por meio do “Programa de extensão do curso de história da UNESPAR” e por projetos e/ou cursos advindos das iniciativas e interesses didático-pedagógicos dos(as) docentes.

§1º Os projetos e cursos advindos das iniciativas particulares dos(as) docentes poderão mudar a cada ano, de acordo com seus interesses didático-pedagógicos e suas ementas curriculares. Os projetos e cursos, individuais ou coletivos, do Colegiado de História correspondem respectivamente às modalidades III e IV das ACEC.

§2º O “Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR”, vinculado ao “Programa de Extensão em História da UNESPAR”, objetiva integrar e organizar os eventos promovidos pelo Curso de História da UNESPAR. As ações do “Projeto



integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR” corresponderão à modalidade IV das ACEC.

§3º As atividades de extensão do Curso de História nas modalidades ACEC III e IV devem ofertar a carga horária de extensão por estudante ao longo de quatro anos de forma somatória ou substitutiva a ACEC II. Garantindo a todos os(as) estudantes, junto à ACEC II, o total de 325 horas de extensão ao longo da periodização estipulada pela matriz curricular do curso.

I) Quando o acadêmico optar pela forma substitutiva, ele deverá ser orientado e ter autorização dada pelo coordenador de ACEC do curso para adequação das escolhas dos projetos ofertados pelas equipes ou professores de modo que as atividades se encontrem em consonância com a proposta da ementa curricular do docente que a ofertará garantindo assim sua natureza curricular.

Art. 11. A soma da participação dos estudantes nas atividades de ACEC III, IV e V poderá contabilizar no máximo até 90 h de atividades substituídas que serão integralizadas até o mínimo de 325 horas nos 4 anos do curso.

Art. 12. ACEC V: O Curso de História da UNESPAR aceitará certificado de participação de discentes como integrantes das equipes executoras de atividades de extensão de outras instituições de ensino superior para fins de creditação de horas de extensão.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

Art 13. As equipes executoras, são possíveis em várias configurações e ligadas ao programa ou ao projeto integrador e sempre quando possível, deve ser constituída não só de docentes e estudantes do Curso de História, mas de outros membros da comunidade interna e externa à UNESPAR.

Seção I

Do professor(a) extensionista

Art 14. São as atribuições dos professores dos componentes curriculares.

§1º Cabe ao(à) professor(a) de disciplina com carga horária para ACEC:



- I – apresentar no Plano de Ensino como a carga horária de ACEC será cumprida no desenvolvimento da disciplina;
- II – encaminhar ao(à) Coordenador(a) de ACEC a proposta de extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento, orientação quanto aos registros e regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no campus para fins de certificação dos participantes, que será anual
- III – acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;
- IV – preencher e encaminhar o relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas, para o(a) Coordenador(a) de ACEC.

§2º Cabe ao(à) professor(a) de disciplina que não possui carga horária prevista em disciplina para ACEC.

- I – encaminhar no início do ano ao(à) Coordenador(a) do programa a proposta de extensão a ser realizada - vinculada ou não a disciplina - para formalização, conhecimento, orientação quanto aos registros e regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no campus para fins de certificação dos participantes, que será anual;
- III – acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;
- IV – preencher e encaminhar o relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas, para o(a) Coordenador(a) do programa

Seção II

Do(a) estudante extensionista

Art. 15. Cabe ao(à) estudante:

- I – verificar quais disciplinas desenvolvem as ACEC como componente curricular, atentando para as atividades que estarão sob sua responsabilidade;
- II – comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- III – apresentar documentos, projetos, relatórios, quando solicitados pelos(as) professores(as) que ofertam e orientam ACEC;
- IV – atentar para o cumprimento da carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de projetos, cursos e eventos propostas nas disciplinas “Universidade e Sociedade I e II” e “Projeto integrador” vinculados ao Programa de Extensão em História da UNESPAR;
- V – consultar as informações do(a) Coordenador(a) de ACEC quanto às possibilidades de participação em projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da UNESPAR;

- VI – apresentar ao(à) Coordenador(a) de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas, bem como o cômputo das horas em documento próprio (anexo I), para envio à Secretaria de Controle Acadêmico;
- VII – preencher os formulários e listas de presenças dos projetos, cursos e eventos de que participar para receber as horas equivalentes à sua participação;
- VIII – apresentar aproveitamento de, no mínimo, 75% em cursos, eventos e demais atividades extensionistas correspondentes à ACEC I e II;
- IX- solicitar orientação e autorização ao coordenador de ACEC quando realizar ACECs III, IV e V de forma substitutiva, em projetos de outras disciplinas do curso.

Seção III

Da comunidade Externa

Art. 16. Os membros da comunidade externa podem integrar a equipe executora das atividades previstas nas ACEC e devem constituir a maior parte do público-alvo de tais ações.

Art. 17. Cabe ao membro da comunidade externa:

- I – comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- II – apresentar documentos, projetos, relatórios e afins, quando solicitados pelos(as) professores(as) que ofertam e orientam ACEC;
- III – atentar para o cumprimento da carga horária das atividades extensionistas propostas;
- IV – preencher os formulários e listas de presenças dos projetos, cursos e eventos de que participar para receber as horas equivalentes à sua participação;
- V – apresentar aproveitamento de, no mínimo, 75% em cursos, eventos e nas demais atividades que assim exigiram

Seção IV

Do Coordenador(a) de ACEC

Art. 18. Compete ao(à) Coordenador(a) de ACEC:

- I – organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste Regulamento;
- II – organizar e divulgar a oferta de carga horária de extensão no Curso de História, a fim de suprir a demanda de atividades de extensão;
- III – verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;
- IV – elaborar um registro dos projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 6º deste Regulamento e divulgar entre os estudantes e a comunidade externa;



V – articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga-horária de extensão;

VI – registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária nas pastas de cada discente junto ao coordenador do programa que encaminha ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação;

VII – fiscalizar, acompanhar e garantir em conjunto com a coordenação de curso e do coordenador do programa a aplicação da atual legislação sobre a extensão, que exige dos estudantes o cumprimento adicional de 10% da carga horária do curso em atividades de extensão;

VIII – orientar os estudantes acerca das ofertas e trâmites burocráticos referentes à extensão;

IX – Coordenar, o “Projeto integrador do Curso de História da UNESPAR” responsabilizando-se pelos devidos relatórios junto ao Coordenador do “Programa de Extensão do Curso de História” que por sua vez encaminha a Divisão de Extensão e Cultura do campus.

X - Manter atualizada ao final de cada ano em instrumento de registro próprio do colegiado

CAPÍTULO V

Do Procedimento para validação das ACEC's

Art. 19. Para o aproveitamento e validação das atividades de ACEC, considera-se necessário:

I – para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento em nota e frequência;

I – para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento de 75% frequência;

II – para as ações extensionistas realizadas no âmbito da UNESPAR, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades;

III – para as ações extensionistas realizadas em outras instituições de Ensino Superior, o(a) acadêmico(a) deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades. A simples participação como ouvinte em ações de extensão não será validada como ACEC;

IV – a apresentação por parte do(a) estudante, conforme solicitação lançada em edital pelo(a) Coordenador(a) de ACEC ao final do ano letivo, do formulário (Apêndice I) preenchido com o cômputo das atividades e com cópias dos certificados das atividades em anexo;



V – a validação por parte do(a) Coordenador(a) de ACEC das horas no formulário previamente preenchido pelo(a) estudante.

Parágrafo único. O(a) estudante é o responsável pelo gerenciamento de suas participações nas atividades de ACEC, as quais deverão ser cumpridas ao longo do curso de graduação. O(a) estudante poderá solicitar ao Colegiado os esclarecimentos que julgar necessários quanto à aceitação ou não de qualquer atividade que não tenha sido prevista pelo(a) Coordenador(a) de ACEC, no âmbito do Curso ou da UNESPAR

Art. 20. Ao final do ano letivo será emitido relatório individual do estudante concluinte para envio à Secretaria Acadêmica, a fim de comprovar a conclusão das ACEC e posterior arquivamento.

Art. 21. Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento será computado diretamente pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo ao (a) Coordenador(a) de ACEC fazer apenas os registros na documentação do estudante para seu controle.

Parágrafo único. Caso o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, poderá aproveitar integral ou parcialmente a carga horária de extensão da atividade da disciplina caso esta esteja efetivamente realizada e lançada no relatório final do(a) coordenador(a) de ACEC.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo(a) Coordenador(a) de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião previamente agendada. As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

Art. 23 – Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo CEPE.



Apêndice I:

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO HISTÓRIA
REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO (MÍNIMO DE 325 HORAS)

DISCENTE: _____

ATIVIDADES DE EXTENSÃO Inserir o nome completo da atividade, local e ano de realização	Carga horária	Assinaturas Docentes
Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena		
Educação Patrimonial e Ambiental- EPA		
Didática da História		
Direitos Humanos, diversidade e inclusão		



Estágio curricular supervisionado I		
Estágio curricular supervisionado II		
Outros projetos ou Substitutivas		Assinatura Coordenador

União da Vitória, / /

Acadêmico(a) Coordenador(a) de ACEC

do curso de História

ANEXO IV

LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO, RESTAURO E CONSERVAÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS JURÍDICAS- LAFJUR

Projeto: HISTÓRIA, JUSTIÇA E CIDADANIA: USOS SOCIAIS

1. Justificativa

A proposta inicia-se com uma pergunta norteadora para o conjunto de nossa reflexão e de nossos objetivos: como a história produzida pelo Poder Judiciário da Comarca de União da Vitória ao longo dos seus quase 110 anos de história pode contribuir para uma discussão essencial dos usos da justiça enquanto instrumento pleno para a democracia? Ou seja, nossa pergunta versa tanto sobre a cultura



jurídica posta em prática durante o Brasil República quanto, e essencialmente, sobre os diferentes usos feitos por seus manipuladores técnicos e o conjunto de sujeitos à ela submetidos em determinados momentos.

Dito de outra forma, para além do conjunto legal efetivado no texto da lei, as ações que se desenrolam nos tribunais contemplam ainda uma série significativa de táticas e estratégias. Michel de Certeau (1994) afirma que as estratégias têm estreita relação com o lugar onde são postas em prática. Então existe igualmente um limite para o uso das estratégias dada por este mesmo lugar. As estratégias usadas num julgamento são dadas em função de sua possível eficácia e aceitação em função daquilo que diz a lei. A tentativa de manipular um julgamento parte sempre do conhecimento e reconhecimento da lei. E, portanto, a lei torna-se e efetiva-se como parte integrante e importante para o ordenamento social, de tal forma que não se pode agir completamente ao largo dela, mesmo quando a situação parece justificar completamente uma determinada ação. Temos a necessidade de encarar a lei como uma expressão histórica compreensível apenas no confronto com os aspectos de totalidade da sociedade na qual está inserida, isto é, de acordo com a experiência contemporânea dos agentes sociais.

Portanto, a lei deve, ao menos, parecer justa. Thompson (1986) ressalta o fato de que a lei expressa sim as contradições presentes nas diferentes sociedades. Entende que a lei pode ser usada instrumentalmente na “mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente, como sua legitimadora”, mas não pode ser só isso. Insistindo na ideia de que a lei “têm suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento”, Thompson ressalta o fato de que, ainda assim, é fundamental que ela consiga parecer aos olhos dos que a ela são submetidos, justa. Mesmo existindo certas categorias que histórica ou socialmente sejam excluídas do acesso aos procedimentos legais expressos pela lei, estes devem expressar “critérios lógicos” que se refiram aos padrões de universalidade e igualdade, em seu corpo de regras e procedimentos.



Isso está condicionado ou atrelado pelo senso de justiça que os homens possuem e que tentarão aplicar quando seus interesses estiverem em jogo. Portanto, acreditamos que o projeto encontra respaldo efetivo tanto na possibilidade da preservação e resguardo da memória como fundamento essencial para o fortalecimento de relações plenamente democráticas, quanto nas preocupações decorrentes do CONARQ bem como na salvaguarda da documentação que corresponde a parte importante da história.

A proposta do presente projeto com a documentação do Judiciário da Comarca dentro do Arquivo Histórico segue as lições de Maria Silva Jardim (1999) para a qual os arquivos, como suporte de informação, refletem o funcionamento do aparelho estatal. O capital informacional não se exerce apenas pelo quantum de informação acumulada, mas também pelos usos ou não usos deste capital, implicando em diversos graus de transparência e opacidade do Estado. Enquanto expressão cotidiana, a informação arquivística traduz, nos termos em que é gerenciada (ou negligenciada), os diversos matizes entre a transparência e a opacidade. Os documentos de arquivo evidenciam o tratamento que o Poder Público tem dispensado à sua informação. Ao longo de anos, a situação dos arquivos públicos tem sido objeto de diversos diagnósticos, e vem denunciando a sua progressiva corrosão, desde os documentos acumulados nos depósitos como daqueles ainda em fase de produção, passando pela precariedade organizacional, tecnológica e humana. Os arquivos do Judiciário, com algumas exceções, seguem essa tendência. Uma grande quantidade de documentos é produzida todos os dias.

O Judiciário, como parte do aparelho estatal, tem a incumbência de resolver os conflitos da sociedade, fundamentado no direito e nas provas materiais. O resultado de toda atividade jurisdicional se resume a um só produto: o processo judicial. Todavia, ao longo do trâmite, esses processos vão se tornando densos, atingindo um grande volume. Depois do trânsito em julgado, os processos normalmente chegam aos arquivos dos tribunais. E nesse momento surge a pergunta: o que fazer com tantos documentos? Apenas a título de exemplo, em



1998, segundo dados arrolados em pesquisa solicitada pela Justiça Federal, apenas sob sua guarda, encontravam-se 31 milhões de processos.

Para concluir gostaríamos de indicar ainda que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, recebeu do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, um novo projeto de lei datado de 13 de abril de 2016 que trata exatamente da documentação que ora solicitamos, qual seja, processos findos. Entre outras providências constantes no referido projeto que dispõe sobre a gestão, avaliação e a destinação de autos judiciais e demais documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário e em seu Artigo 11, revoga a Lei no 7.627, de 10 de novembro de 1987, que dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos de Justiça do Trabalho e passa a constar:

Art. 3º Os autos judiciais e demais documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário, inclusive no exercício de funções administrativas, independentemente do suporte, serão objeto de avaliação, para fins de guarda permanente ou eliminação, em conformidade com os prazos de guarda e destinação previstos em tabelas de temporalidade, integrantes de programa de gestão de documentos e preservação da memória.

Parágrafo único. A avaliação de documentos deverá contemplar, necessariamente, os seguintes aspectos: I -preservação de documentos de valor informativo, histórico e probatório;

Art. 5º. Os Tribunais poderão estabelecer convênios com instituições de natureza histórica, cultural e universitária, para cooperação nas atividades arquivísticas do Poder Judiciário. (grifos nossos)

Eis, portanto, que o presente projeto procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios para sua recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de documentos produzidos e recebidos, para servirem como elementos de pesquisa, podendo à posteriori ser utilizados como elementos de estudo de caráter científico. Usando as fontes produzidas pelo poder judiciário pretendemos basicamente analisar e problematizar as formas jurídicas, a cultura jurídica e os usos da justiça em nossa



região. Entendemos que isso fornece elementos necessários para que possamos problematizar as questões de raça, gênero, classe, escolaridade, etc. Desta salvaguarda documental pretendemos, de maneira mais específica, tematizar num primeiro momento, 5 grupos temáticos centrais:

- Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR
- Crimes de morte e atentados contra a própria vida: homens e mulheres em assassinatos e suicídios no início do século XX;
- Das horas e dos locais: União da Vitória e os crimes nas primeiras décadas do XX;
- Tipificando sujeitos: gênero, cor, instrução e outras tipificações nos processos-crime de União da Vitória no início do século XX;
- Crime e infância: menores, infanticídio ou atentados em família.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivos Gerais

Explorar a documentação produzida pelo Poder Judiciário de União da Vitória desde a sua instalação no ano de 1908, até o ano de sua possibilidade de exploração como fonte histórica, até o ano de 1985. Portanto, consideramos a recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de documentos produzidos e recebidos pelo colegiado de história. Isto articula-se com a criação de uma equipe de pesquisadores formada por professores e alunos de graduação que, em conjunto e baseado nos dados coletados, pretende problematizar a realidade dos usos da justiça feito pelo conjunto da população e, de outro lado, as diferentes formas que os



manipuladores técnicos da justiça procuraram produzir, ou produziram, enquadramentos sociais.

2.2 Objetivos Específicos

- Constituição de uma equipe interdisciplinar de trabalho com vistas a problematizar o funcionamento e usos da justiça na Comarca de União da Vitória;
- Classificação arquivística da documentação produzida e recebida dos variados órgãos públicos, independentemente do seu tipo de suporte ou formato, que se conserva para servir de testemunho, prova ou informação;
- Inventariar, conservar, tratar arquivisticamente, acessibilizar e difundir documentação com valor histórico, quer de núcleos públicos, quer de núcleos privados, com interesse de pesquisa científica, qualquer que seja a sua natureza ou suporte material.
- Composição de instrumento de pesquisa, restauro e adequações de conservação, daqueles acervos que não mais consultados pelos serviços e órgãos do fórum e selecionados em função do seu valor arquivístico,
- Problematizar a produção da documentação do judiciário a partir de cortes de raça, gênero, escolaridade, idade, classe social e etnicidade entre outras como forma de operacionalizar efetivamente uma reflexão sobre a justiça, seu funcionamento e seus usos;
- Criar um espaço de consulta, de comunicabilidade e de atividades de extensão como palestras e minicursos tendo por foco sempre a relação justiça e cidadania, mediados pela documentação produzida pelo Poder Judiciário.
- Divulgar os materiais produzidos em eventos científicos, palestras, mini-cursos e artigos científicos.



- E, de maneira mais específica, tematizar num primeiro momento, 5 grupos temáticos centrais anteriormente descritos.

3. METODOLOGIA

A metodologia de trabalho deve considerar originalmente os seguintes passos;

- Elaboração de instrumento de cooperação entre o Fórum de União da Vitória e a UNESPAR.
- Capacitação em técnicas de arquivista e tratamento de fontes históricas: manuseio, restauro, classificação e elaboração de instrumentos de pesquisa;
- Definir os circuitos documentais;
- Colaborar na definição de modelos administrativos;
- Definir os critérios de registro de entrada ou saída;
- Definir os procedimentos administrativos e orientar na constituição dos acervos
- Elaborar, implementar e acompanhar o plano de classificação;
- Propor a utilização dos materiais de suporte;

O passo seguinte da metodologia é a problematização da documentação em si, ou seja, formatação de modelos de análise qualitativa que permitam verificar diferentes cortes na documentação: raça, gênero, idade, grau de alfabetização, religião, etnia, etc. Ao mesmo tempo, cruzamento destes dados com resultados dos processos: absolvição, condenação, tempo de condenação, arquivamento do processo.

A posse destes dados deve ensejar a formação de trabalhos expostos nas escolas e comunidade em geral expondo exatamente a relação que a justiça trava com a comunidade que a envolve e vice-versa.



Sua publicização dar-se-á na forma de palestras nas escolas, minicursos, comunicações em eventos científicos e produções de artigos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCELLI, E. *A cultura do crime e da lei*. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/revista/revista_seminarios1_virada_seculo.pdf> Acesso em: 21 Nov 2014.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: Artes de Fazer*. 12a edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2a Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sociais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DINIZ, João Maria Ferraz; VILLELA, Léa Maria Cardoso; MELLO, Judith Carneiro de; EHALT, Emereciana. *Castro Antiga: cronologia*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

ELMIR, Cláudio Pereira; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Odiosos homicídios: o processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

Código Criminal de 1830, Brasil Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 21 Nov 2014.

DEL PRIORE, M. *A crônica policial e os crimes de adultério*.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e processo político no Brasil*. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto



Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. Edusp: 2001.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. Editora: Kairos, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

MARTINS, Silvia Helena Zanirato. *A representação nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais*. In: Revista de História Regional. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, 1998.

PEREIRA, André Ricardo. *A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 38, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25/10/2007.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, F. e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

RIZZINI, Irma e VOGEL, Arno. O menor filho do Estado: pontos de partida para uma História da assistênciapública à infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VELLASCO, I. A. *As seduções da ordem. Violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais século XIX*. Bauru - SP: EDUSC/ANPOCS, 2004.



ANEXO V

REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DO COLEGIADO DE HISTÓRIA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - Este Regulamento normatiza o uso e o funcionamento do Laboratório e História oral bem como os direitos e deveres de seus usuários.

CAPÍTULO II



DO FUNCIONAMENTO

Art. 2º - O Laboratório de História Oral do colegiado de História atende a comunidade acadêmica de segunda à sexta-feira, no período compreendido entre as 13:30 as 17:00 h, e sob agendamento entre as 19:00 e 22:00h, sendo que o agendamento pode ser feito aos sábados quando houver atribuição docente aos acadêmicos.

Parágrafo único – As chaves do laboratório ficam sob a guarda do coordenador de curso e do professor responsável pela disciplina de História Oral, cujo empréstimo será registrado em planilha própria.

Art. 3º - Durante todo o período de funcionamento do Laboratório de Informáticao usuário deverá ter conhecimento suficiente do funcionamento dos equipamentos, dos softwares e dos recursos a serem utilizados.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

Art.4 º - A Direção e a Coordenação de curso estão envolvidas na atualização dos equipamentos e de novas tecnologias voltadas para a educação e para a pesquisa. Responde-se por meio do envio a PROPLAN nas planilhas anuais as necessidades de atualização dos equipamentos de acordo com as demandas apresentadas a Coordenação de curso e encaminhadas para análise e providencias.

Art. 5º - A manutenção e a instalação de softwares e hardwares são realizadas por técnicos do quadro funcional da mantenedora do campus de União da Vitória.

Parágrafo único - somente funcionários e estagiários previamente autorizados do setor poderão realizar a manutenção dos equipamentos.

CAPÍTULO IV



DA RESERVA DO LABORATÓRIO

Art. 6º - Os professores que desejarem fazer uso do laboratório e de seus recursos com suas turmas deverão entrar em contato com o Professor Responsável e/ou coordenador para verificar a disponibilidade de uso do laboratório.

Art. 07º - A prioridade de uso do Laboratório de História Oral e de seus recursos é da disciplina de História Oral e outras do curso em que as atividades de Laboratório, ACECs ou Ppeds correlacionadas constem obrigatoriamente no Plano de Ensino. As disciplinas que não são diretamente ligadas à História Oral serão atendidas de acordo com as disponibilidades de horário da planilha.

Art. 8º - As reservas do espaço e equipamentos (computadores, câmeras, microfones, etc.) para cursos, registros audiovisuais ou mesmo aulas, deverão ser solicitadas na planilha de maneira individual, e terá como critérios a ordem de chegada e inscrição nos horários pretendidos pelos professores e alunos.

CAPÍTULO V

DOS USUÁRIOS E DO USO

Art. 09º - São considerados usuários do Laboratório de História Oral toda a comunidade acadêmica interna, em particular os alunos do curso de história que poderão utilizá-los, durante os horários livres disponibilizados - de forma individual e coletiva - para realização de trabalhos acadêmicos, pesquisa científica e planejamentos educacionais.

Art. 10º - Não é permitido a utilização do Laboratório de História Oral para atividades que não estejam diretamente ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária.

Art. 11º - O professor da disciplina é a autoridade no Laboratório de História Oral, sendo de sua responsabilidade fazer cumprir os regulamentos institucionais, sobretudo este.

CAPÍTULO VI -

DOS DEVERES E DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 12º - São deveres dos usuários do História Oral:

- I. respeitar o regulamento do Laboratório de História Oral;
- II. prezar pelo bom uso e conservação dos equipamentos e móveis disponíveis no Laboratório de História Oral;
- III. conferir o horário de aula, funcionamento e agendamentos em planilha;
- IV. respeitar os horários disponíveis e as reservas realizadas previamente;
- V. deixar mesas, cadeiras e equipamentos arrumados, quando do término de aula em meio aos turnos de atividade;
- VI. manter o silêncio e o bom ambiente de trabalho e estudo;
- VII. salvar arquivos de maneira correta para evitar problemas com a perda dos dados;
- VIII. comunicar os responsáveis pelo Laboratório caso ocorra algum imprevisto ou dificuldade que se apresentar.

Art. 13º - São direitos dos usuários do Laboratório de História Oral:

- I. acessar recursos audiovisuais e sonoros do Laboratório para a concretização de suas atividades acadêmicas;
- II. ter orientação e instrução sobre a utilização dos recursos e equipamentos, tanto de possíveis bolsistas do Laboratório quanto de professores que dele usufruam;
- III. acessar a base de dados digitais que embasem ou complementem seus estudos e práticas;
- IV. elaborar trabalhos diretamente direcionados às disciplinas e/ou projetos de pesquisas ou extensão da Universidade;

CAPÍTULO VII

DO USO INDEVIDO DO LABORATÓRIO

Art. 14º - Constitui uso indevido do Laboratório de História Oral:

- I. praticar atividades que afetem ou coloquem em risco as instalações e equipamentos;
- II. permitir o acesso ao Laboratório de pessoas estranhas à universidade e/ou pessoas não autorizadas, assim como efetuar empréstimo de chaves, cópias de chaves, abertura de portas, senhas, etc.

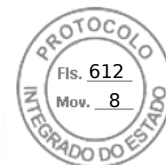
- III. exercer atividades que coloquem em risco a integridade física das instalações e/ou equipamentos do Laboratório, como por exemplo, comer, beber, fumar, atender o celular etc.;
- IV. perturbar o ambiente com brincadeiras, algazaras e/ou qualquer outra atividade alheia às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- V. desmontar equipamentos ou acessórios do Laboratório sob qualquer pretexto, assim como remover equipamento do local a eles destinados, mesmo dentro do próprio laboratório;
- VI. usar qualquer equipamento de forma danosa ou agressiva;
- VII. exercer atividades não relacionadas com o uso específicos de cada laboratório;
- VIII. usar as instalações do laboratório do curso para atividades eticamente impróprias.

CAPÍTULO VIII

DO USO ÉTICO DOS LABORATÓRIOS, E EQUIPAMENTOS

Art. 15º - Constitui uma falha, possível de penalidade:

- I. desrespeitar ou ofender verbalmente e/ou fisicamente a qualquer pessoa responsável e/ou aquelas que fazem uso do Laboratório de história Oral;
- II. alterar a configuração dos equipamentos sem supervisão do responsável;
- III. instalar ou remover programas ou software, a menos que autorizado e devidamente assistido por um técnico, bolsista ou professor responsável pelo Laboratório;
- IV. desenvolver e/ou disseminar vírus (ou qualquer outro software malicioso) propositalmente nos equipamentos do laboratório;
- V. praticar, de maneira não autorizada, ou facilitar a prática de qualquer atividade alheia aos interesses da Instituição (ensino, práticas investigativas / pesquisas educacional / iniciação científica e extensão);
- VI. por meio de seus equipamentos facilitar a divulgação da Universidade e seu curso de história para fins comerciais e/ou para qualquer outro fim externo ao conteúdo acadêmico sem o devido acompanhamento e autorização para estes usos.
- VII. utilizar os serviços e recursos da instituição para fins comerciais, políticos, religiosos ou outros, tais como mala direta, propaganda política etc.;
- VIII. utilizar os serviços e recursos da instituição para ganho pessoal;
- IX. utilizar os serviços e recursos da instituição para intimidar, assediar ou difamar ou aborrecer pessoas;



- X. utilizar os serviços e recursos da instituição para armazenar, divulgar ou transmitir material ofensivo e abusivo, ou de gosto discutíveis, fora do círculo apropriado;

CAPÍTULO IX

DAS PENALIDADES

Art. 16º - Além do que é previsto pela legislação em vigor e pelo Regimento Interno da Universidade o não cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento acarretará em penalidades estipuladas e impostas pela Coordenação do curso. Os usuários dos Laboratórios de História Oral estão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:

- I. aplicação do Regimento da Universidade
- II. proibição de acesso e uso do Laboratório de História Oral, temporária ou definitivamente;
- III. responsabilidade civil cabível na Lei;
- IV. advertência oral e/ou escrita; e
- V. outras penalidades, conforme decisão da Direção de Campus quando o coordenador do curso por qualquer razão não puder aplicar as penalidades.

Art. 17º - A fim de garantir um bom atendimento aos usuários, a integridade do sistema e equipamentos, um ambiente adequado e propício ao desenvolvimento das atividades de pesquisas educacional, seus responsáveis reservam-se o direito de :

- I. vistoriar arquivos e mídias dos usuários gravados, de forma a garantir os dados neles contidos;
- II. suspender o acesso de usuários que infrinjam as normas constante neste documento;
- III. bloquear o uso dos equipamentos, caso este não esteja sendo utilizado para fins acadêmicos.

CAPÍTULO X

DAS NORMAIS GERAIS

Art. 18º - A nenhum usuário é dado o direito de alegar desconhecimento das normas aqui dispostas.



Art. 19º- O direito à propriedade e/ou controle de quaisquer software ou hardware, bem como dos dados criados ou armazenados no sistema da Universidade ou transmitidos através de seu sistema computacional, pertencem a esta Instituição.

Art. 20º - Será garantido pela coordenação de curso o maior grau possível de confiabilidade no tratamento dos dados dos alunos, de acordo com a tecnologia disponível.

Art. 21º – A universidade e o curso de história não se responsabilizam por arquivos nos computadores, gravadores, câmeras e filmadoras sendo estes de inteira responsabilidade do aluno, devendo ser salvos na Área de trabalho em Servidor para posteriormente serem gravados nas mídias disponibilizadas pelo próprio usuário, observando-se que o conteúdo dessa pasta pode ser alterado e apagado por qualquer usuário. Na manutenção dos microcomputadores, esta pasta é apagada, não devendo portanto ser utilizada para gravar arquivos importantes. A equipe dos Laboratórios não se responsabilizará pelos arquivos deixados nesta pasta.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22º - Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pela Diretoria de campus.

Art. 23º – Este Regulamento entra em vigor na presente data revogando-se disposições em contrário.

ANEXO VI

REGULAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Arquivo histórico do Campus de União da Vitória, está sob responsabilidade do Colegiado de História, voltado ao tratamento arquivístico de documentos de caráter permanente, reconhecidos pelo seu valor histórico, científico e cultural, contendo documentos próprios a universidade ou de terceiros relacionados com a região de abrangência do campus.

Art. 2º São objetivos do Arquivo Histórico:

- I - captar e constituir coleções e fundos documentais, bibliográficos e hemerográficos, incluindo documentos textuais, iconográficos, sonoros e audiovisuais realizando sua restauração, organização, conservação, manutenção e divulgação;
- II - manter e incrementar bancos de dados relativos ao acervo do Arquivo
- III - atuar com outros cursos, ou laboratórios como o LAFJUR e outros de natureza científica e pedagógica, que se relacionem a seu acervo oferecendo suporte;
- IV - às atividades de ensino, pesquisa e extensão, relacionadas à memória histórica e sociocultural a partir da documentação disponível em seu acervo;
- V - organizar e dar suporte a eventos de ordem acadêmica, a projetos e cursos temáticos de extensão e pós-graduação Lato Sensu nas áreas de atuação do Arquivo Histórico;
- VI - oferecer oportunidade de estágio curricular e estágio não-obrigatório, e atividades de extensão;
- VII - estabelecer intercâmbios e convênios com escolas, entidades públicas e privadas, podendo receber bolsistas e contar com a colaboração de profissionais em suas atividades;
- VIII - prestar consultoria, assessoria e/ou colaboração na execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão ligados à memória histórica e ao patrimônio cultural material e imaterial, por demanda dos pesquisadores da UNESPAR e da comunidade externa;



IX - promover a divulgação das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Histórico;

X - vincular, na condição de participante ou coordenador de projetos de pesquisa ou extensão, pesquisadores da UNESPAR e de Instituições conveniadas, observada a regulamentação de pesquisa institucional, sem ônus financeiro para o Arquivo Histórico e a título de colaboração científica.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A estrutura do Arquivo é composta por:

I -Direção;

II - Sala do acervo (30mt)

III - Área de tratamento documental; (15mt)

SEÇÃO I

DA DIREÇÃO

Art. 4º A Direção do arquivo é de responsabilidade do Colegiado de História, composta por professor indicado pelo coordenador de curso, em regime de dedicação exclusiva com pesquisa cadastrada na divisão de pesquisa e, preferencialmente, com doutorado.

§ 1º A indicação será feita pelo coordenador de curso tendo consultado o nome entre os pares junto ao NDE do curso

§ 2º A Direção deve destinar um número adequado de horas para a função, não ficando desobrigado de suas atividades acadêmicas na Universidade.

Art. 5º Compete à Direção:

I - Exercer a direção executiva, coordenação e supervisão das atividades do Arquivo Histórico, delegando responsabilidades quando for o caso



II – O tempo de vigência do mandato da direção é de 04 anos sendo possível recondução do cargo, desde de que aberta a disponibilidade a ocupação para demais professores do curso de história e sob consulta do novo nome ao NDE, por parte do coordenador que indicará, novo diretor ou a recondução.

III- promover reuniões entre bolsistas, professores do campus e interessados para o estudo, planejamento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Histórico;

VI- coordenar a promoção de eventos culturais e de outras atividades do Arquivo Histórico quando houver necessidade;

1º - representar o Arquivo Histórico junto a órgãos da Universidade e externos; propondo políticas de captação de acervos históricos;

2º - buscar junto a instituições públicas e privadas a cessão, para fins reprográficos, ou a doação de documentos de interesse do Arquivo Histórico;

3º- desempenhar outras atividades correlatas;

4º - propor ao Colegiado:

a) os planos de atuação;

b) as propostas de estabelecimento de convênio e contratos de serviços;

c) as propostas de projetos que envolvam bolsistas, criação de vagas, de contratação e dispensa/remoção de pessoal técnico e administrativo.

Art. 06. No caso de vacância do cargo de Diretor(a), o Coordenador tem o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para disponibilizar a função a demais professores do colegiado, realizar reunião de NDE, e encaminhar à Direção do Campus de União da Vitória, a indicação de nome para a designação de nova Direção.

SEÇÃO II



DA ÁREA DE TRATAMENTO DOCUMENTAL

Art. 07. É a área responsável pelo tratamento documental do acervo.

Parágrafo único. A área é exercida e coordenada preferencialmente por agente universitário, quando houver contratado para a função. Podem ser exercidas pelo Diretor do arquivo, que delegará funções específicas aos demais integrantes e que os coordena na ausência de agente contratado.

Art. 08. São funções dos integrantes da área:

I - Receber os documentos encaminhados pelas entidades ou doadores particulares;

II - organizar e arranjar sob a insígnia de fundos ou coleções ou outra terminologia adequada, conforme cada caso e os protocolos definidos;

III - encaminhar o material para a restauração ou higienização, conforme anecessidade;

VI- Promover a conservação do acervo documental, bibliográfico e hemerográfico com ações estabilizadoras observando os protocolos estabelecidos e os tratamentos específicos a cada tipo de material;

V - executar a higienização de documentos, observando os protocolos estabelecidos;

VI- promover a restauração física de documentos, sob demanda do Colegiado observando os protocolos estabelecidos;

VII- zelar pelo manuseio e manutenção da infraestrutura para reprodução e registro de documentos em diferentes suportes e formatos;

VIII- executar os protocolos sobre reprodução de documentos definidos

XI- receber a documentação da área de conservação e reprografia e descrever o material nas bases de dados, de acordo com as normas e protocolos definidos;

X- organizar o acervo e elaborar instrumentos de pesquisa, com vistas à difusão da informação;



XI- prestar assessoria técnica e ministrar cursos e treinamentos, em sua área de especialização sob demanda;

XII- participar da criação e desenvolvimento de aplicativos específicos para dinamização do tratamento documental;

XIII - manter atualizado o registro dos serviços prestados;

XIV- apresentar, periodicamente, relatório circunstanciado das atividades realizadas;

XV- desempenhar outras atividades correlatas.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS COLABORADORES

Art. 09. Os colaboradores do Arquivo Histórico na ausência de Agente Universitário, serão bolsistas com fomento temporários, ou mesmo voluntários e pelo Diretor do arquivo, que os coordena.

Parágrafo 1º- Atendem pela realização de pesquisas instrumentais, elaboração de referências, atendimento ao público, divulgação do Arquivo Histórico e busca de intercâmbio com instituições afins.

Parágrafo 2º - Outras funções relacionadas no artigo 08 também podem ser atribuídas aos colaboradores sob julgamento do Diretor que delibera.

Parágrafo 3º - No caso dos voluntários, pode ser concedida certificação de horas trabalhadas, a título de horas sociais, carga horária de extensão, ou mesmo estágio curricular quando a área de formação se relacionar com a natureza do acervo. As assinaturas dos documentos validadores nesse caso ficam a cargo do Diretor do Arquivo e Coordenador de curso conforme a necessidade.

Art. 10. São funções dos integrantes colaboradores:

I - Realizar pesquisas instrumentais de apoio às atividades de tratamentodocumental e de referência;



- II - elaborar obras de referência, atendendo às demandas de pesquisa dos usuários do Arquivo Histórico;
- III - realizar o atendimento e assessorar os usuários na consulta ao acervo do Arquivo Histórico, observando os protocolos estabelecidos;
- IV - zelar pelo manuseio e manutenção da infraestrutura para consulta do acervo;
- V - encaminhar e acompanhar o processo de edição e distribuição das publicações do Arquivo Histórico;
- VI - promover eventos e treinamentos para aperfeiçoamento e atualização dos usuários e equipe do Arquivo Histórico;
- VII - estabelecer intercâmbio com escolas, organizações e entidades afins para formação e aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos e difusão da informação;
- VIII - acompanhar o desenvolvimento de estágios curriculares e atividades correlatas, seguindo os protocolos definidos;
- IX - executar as políticas do Arquivo Histórico para divulgação do acervo e serviços, intercâmbio com escolas e instituições afins, promoção de eventos e prestação de assessoria técnica;
- X - receber e encaminhar as solicitações de assessoria técnica para as respectivas áreas do Arquivo Histórico;
- XI - participar da criação e desenvolvimento de aplicativos específicos para dinamização das rotinas de pesquisa e consulta ao acervo, controle dos consulentes e solicitação de serviços;
- XII - executar as rotinas operacionais de manutenção dos bancos de dados da área de pesquisa, referência e atendimento;
- XIII - manter atualizado o registro dos serviços prestados;
- XIV - desempenhar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III



DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. É vedada a retirada de qualquer documento das dependências do Parágrafo único. Excepcionalmente, o Diretor pode autorizar a retirada de documentos para fins específicos, condicionada à assinatura de termo de responsabilidade, justificada e informada ao coordenador de curso de sua decisão.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado, ouvido o Diretor do Arquivo histórico.

ANEXO VII



REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES - ACC DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNESPAR

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento rege as normas e disciplina o cumprimento das Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em História da UNESPAR.

Art. 2º As Atividades Complementares são atividades credenciadas pelo Colegiado do Curso, em conformidade com o que institui a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que objetiva a complementação da formação científica, cultural e profissional do estudante de graduação em cursos de licenciatura.

Art. 3º O desenvolvimento das Atividades Complementares é obrigatório e deverá ser realizado ao longo do Curso de História.

Art. 4º As Atividades Complementares compõem o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e possuem os seguintes objetivos:

- I – promover o relacionamento do estudante com a realidade social, econômica e cultural;
- II – estimular vivências variadas e o reconhecimento de seu papel formativo;
- III – complementar a formação acadêmica com atividades pluridisciplinares;
- IV – possibilitar a participação dos acadêmicos em projetos de pesquisa e ações de extensão;
- V – favorecer o relacionamento entre grupos sociais e a consciência das diferenças;



VI – favorecer a iniciativa e a autonomia dos discentes;

VII – possibilitar o crescimento pessoal e relacional do corpo discente.

Art. 5º As Atividades Complementares podem ser cumpridas em ambientes e contextos de ensino, extensão ou pesquisa, cultura e de responsabilidade social da instituição e/ou em grupos de interesse da instituição, sendo o trabalho e o envolvimento comunitário e voluntário reconhecido como atividade formativa.

§1º Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre de

matrícula no curso.

§2º O estudante deverá cumprir o total de 60 (sessenta) horas em atividades complementares acadêmicas ou sociais.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO E VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 6º A contagem e validação das horas será realizada no último período do curso.

Parágrafo único. O registro das atividades será feito pelo próprio acadêmico, ao longo do curso, em formulário específico divulgado pela Coordenação do Curso (apêndice II).

Art. 7º Em local e data previamente marcados, até a primeira quinzena de novembro, caberá ao Coordenador do Curso computar e validar as horas no formulário previamente preenchido pelo (a) acadêmico(a) em duas vias originais e assinadas por ambas as partes. Na ocasião, uma via será arquivada no colegiado e outra via será entregue ao acadêmico.



Art. 8º As Atividades Complementares certificadas terão validade de até quatro anos após o trancamento da matrícula ou desistência do curso. Caso o acadêmico reingresse no curso após este tempo, deverá realizar novamente toda a carga horária determinada.

Art. 9º Os alunos que ingressarem no curso por meio de algum tipo de transferência ficam também sujeitos ao cumprimento da carga horária de atividades complementares, podendo solicitar o cômputo da carga horária atribuída pela Instituição de origem, desde que estejam comprovadas em histórico escolar e/ou em documento oficial.

Art. 10. As atividades Complementares acadêmicas são as ações formativas de aprofundamento acadêmico vinculado à natureza do Curso de História e demais ciências humanas bem como à área da Educação, de efetivação suplementar ao currículo pleno e aos conteúdos disciplinares

ministrados.

§ 1º São consideradas atividades complementares acadêmicas:

I – participação como ouvinte em eventos científicos: congressos, semanas acadêmicas, seminários, conferências e palestras;

II – apresentação de trabalho em eventos científicos: congressos, semanas acadêmicas, seminários, conferências, palestras e projetos de pesquisa;

III – outras determinadas pelo colegiado e lavradas em ata.

Art. 11. Atividades Complementares sociais são aquelas atividades que apresentam caráter de voluntariado, de socialização e cooperação acadêmica em meios que promovam a interação e a inserção social do acadêmico do curso em prol do compromisso social da universidade e do perfil profissional do Curso.

§1o São consideradas Atividades Complementares sociais acadêmicas:



- I – monitoria voluntária em eventos e/ou projetos promovidos pelo Curso e/ou pela IES;
- II – participação em projetos de ensino e/ou Programas ofertados pelo Curso;
- III – monitoria voluntária acadêmica em disciplinas do Curso;
- IV – participação voluntária em projetos de extensão promovidos pelo Curso e/ou pela IES;
- V- participação voluntária em laboratórios da UNESPAR.
- V – participação, disseminação e inserção social em grupo de pesquisa;
- VI – participação no Centro Acadêmico do Curso – até 12 horas por ano de mandato em efetivo exercício;
- VII – participação em grupos de Representação Estudantil e em Comissões institucionais como os Conselhos Superiores do campus ou da IES – até 5 horas por ano de mandato em efetivo exercício;
- VIII – outras determinadas pelo colegiado e lavradas em ata - até 20 horas.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de História da UNESPAR.

APÊNDICE II



ePROTOCOLO



Documento: **PPCHistoria2022_revisado.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Everton Grein** em 20/10/2022 09:12.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Everton Grein** em: 20/10/2022 09:12.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
a8fd759cf6442d6fda1d7d6542aad64e.

CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA
DIVISAO DE GRADUACAO

Protocolo: 19.524.108-2
Assunto: Encaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso de História.
Interessado: CAMILA JURASZECK MACHADO
Data: 24/10/2022 15:50

DESPACHO

Prezado Professor Everton Grein,
Esta Divisão de Ensino procedeu à verificação pontual dos itens elencados em Parecer anterior (fls.311-314 do processo), e foi constatado ainda que:

a) Em relação ao item 1) do Parecer, a carga horária total do curso inserida no quadro da fl. 321 do processo (p. 5 do PPC) é de 3.240h, porém no texto do PPC encontra-se a carga horária total de 3.235h (fl. 403 do processo, p. 87 do PPC);

b) Em relação ao item 17) do Parecer, não está claro (fl. 521 do processo, p. 205 do PPC e Regulamento de ACEC do Curso), se a carga horária das ACECs III, IV e V são opcionais ao acadêmico e se poderão substituir a carga horária prevista nas ACEC I e II. Pois a carga horária obrigatória de extensão do Curso, de 325h, já está distribuída entre as ACECs I e II. Sugiro deixar mais explícita esta possibilidade de substituição de uma carga horária pela outra, no Regulamento, se for este o caso;

c) No quadro "Carga horária total" (fl. 403 do processo, p. 87 do PPC), a soma da carga horária das atividades/componentes curriculares discriminados não totaliza 3235h.

Sendo o que se apresenta no momento, fico a disposição para qualquer esclarecimento.

At.te

Prof.a Kelen dos Santos Junges



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_4.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Kelen dos Santos Junges** em 24/10/2022 15:50.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Kelen dos Santos Junges** em: 24/10/2022 15:50.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
6297ac92ea57b764a1da14933e8d777a.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

HISTÓRIA

CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

UNIÃO DA VITÓRIA – 2022

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
1.1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1.2	TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS	5
2.	DIMENSÃO HISTÓRICA	6
3.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	12
3.1.	LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	12
3.2.	JUSTIFICATIVA	22
4.	CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS	288
4.1.	CONCEPÇÃO	28
4.2.	FINALIDADES	38
4.3.	OBJETIVO GERAL	42
4.4.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	44
5.	METODOLOGIA E AVALIAÇÃO	45
5.1.	METODOLOGIA	46
5.2.	AVALIAÇÃO	57
6.	PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL	65
7.	ESTRUTURA CURRICULAR	75
7.1.	CURRÍCULO PLENO	76
7.2	DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR	80
7.2.1	Primeira série	80
7.2.2	Segunda série	82
7.2.3	Terceira série	83
7.2.4	Quarta série	85
7.2.5	Resumo da oferta	86
8	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	89
8.2	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	89
8.3	DISCIPLINAS OPTATIVAS	143
8.4	DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES/ELETIVAS	192
8.5	PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PPed)	193

8.6	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	196
8.7	PRODUÇÃO DE MONOGRAFIA -TCC	199
8.8	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	200
8.9	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO	201
8.9	PESQUISA	206
8.10	INTERNACIONALIZAÇÃO	214
8.11	PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR217	
8.12	QUADRO DE EQUIVALÊNCIA EM RELAÇÃO A MATRIZ CURRICULAR EM VIGOR	218
8.13	RECURSOS NECESSÁRIOS	220
8.13.1	RECURSOS FÍSICOS, BIBLIOGRÁFICOS E DE LABORATÓRIOS	221
9	QUADRO DE SERVIDORES	236
9.10	COORDENAÇÃO DE CURSO	236
9.11	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	237
9.12	CORPO DOCENTE	237
10	REFERÊNCIAS	240
11	ANEXOS:	243
	ANEXO I- REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS, DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA	240
	ANEXO II- REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC DO CURSO DE HISTÓRIA	262
	ANEXO III- REGULAMENTO DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO COLEGIADO DE HISTÓRIA	266
	ANEXO IV- LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO, RESTAURO E CONSERVAÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS JURÍDICAS	278
	ANEXO V - REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DO COLEGIADO DE HISTÓRIA	287
	ANEXO VI- REGULAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA	293
	ANEXO VII- REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE HISTÓRIA	299

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Pedagógico do Curso - PPC de História, se encontra abrigado no Campus de União da Vitória da UNESPAR, região sul do Paraná e atende a regulamentação da demanda de licenciaturas da rede pública e privada da região. O processo de elaboração deste documento passou por reuniões de seu Núcleo Docente Estruturante – NDE.

No entanto a última versão do Projeto Pedagógico do Curso de História em seu processo de Renovação, aprovada pelo CEPE em 2021, necessitava de atualizações referentes à curricularização da extensão e à internacionalização, desta maneira acrescentaram-se pequenas alterações para o aperfeiçoamento curso, tais como: a inclusão no rol disciplinas optativas, revisão de texto, adequações do regulamento de estágio e inserção do regulamento de atividades de extensão.

O presente texto apresenta em sua composição: a identificação do curso, funcionamento e vagas, dimensão histórica, a organização didático-pedagógica, legislação suporte de sua propositura, a justificativa para sua criação, concepção, finalidade e objetivos, metodologia, avaliação, perfil profissional, estrutura curricular, distribuição e ementário das disciplinas, quadro de recursos humanos, estágios supervisionados, trabalho de conclusão de curso, curricularização da extensão, ações para a internacionalização do curso e os regulamentos específicos já existentes bem como o novo sobre a extensão e sua curricularização em anexo.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

ITEM	DESCRIÇÃO
CURSO	História



ANO DE IMPLANTAÇÃO	2022
CAMPUS	União da Vitória
CENTRO DE ÁREA	Ciências Humanas e Educação
CARGA HORÁRIA	3235
HABILITAÇÃO	Licenciatura
REGIME DE OFERTA	Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	4 anos

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TURNO DE FUNCIONAMENTO	QUANTIDADE DE VAGAS
Noturno	40

2. DIMENSÃO HISTÓRICA

As instituições são filhas de seu tempo; são concebidas e construídas a partir das condições concretas e do esforço conjunto de uma determinada formação social, são, portanto, históricas. Deste modo, para serem devidamente entendidas, as instituições clamam pelo contexto que lhes deu origem e apelam para as condições históricas que alicerçaram seu caminho, que estimularam ou que frearam o seu desenvolvimento.

Com a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFI, enquanto instituição social não foi diferente; assim como em certos momentos a sua via foi aplainada pela conjugação de fatores favoráveis, em outros ela teve que percorrer sendas tortuosas e enfrentar os caminhos das pedras.

Na década de 50, União da Vitória, estava entre as maiores e mais prósperas cidades do Estado; era mais importante cidade do sul e do sudoeste do Paraná, exercendo influência social e cultural sobre toda a região. Dentro dessa conjuntura começou a ser pensada a possibilidade de criação de curso superior em União da Vitória. O depoimento do professor Israel Pastuch (1994), testemunha e protagonista, é fundamental para se entender a gênese e os primeiros passos da FAFI.

Em entrevista, concedida aos 22 de março de 1994, Pastuch assim se reporta aos acontecimentos que antecederam e que deram alento ao sonho de uma faculdade em nossa cidade.

A categoria dos alfaiates, da qual meu pai (Gregório Pastuch) fazia parte, teve um grande mérito. Era na alfaiataria do meu pai que reuniam-se os políticos, os homens públicos, "a elite do chimarrão e da fofoca" de nossas cidades ... homens como Alfredo Stalschmidt e Napoleão Feijó, progenitores de quatro professores (que viriam atuar na futura Faculdade), membros efetivos do Partido Social Democrático (PSD), começaram a fomentar a ideia de criação de um curso superior.

A criação de um curso superior já vinha ganhando corpo desde o Governo Munhoz de Rocha, todavia, essa ideia, torna-se realidade pela decisão do Governador Moisés Lupion, atendendo ao pedido do Diretório Municipal do então PSD, partido do Governador.

O Governador que, além de pertencer ao PSD, possuía um eleitorado expressivo na região - atendeu as solicitações dos correligionários criando, mediante a Lei nº 3001 de 22 de dezembro de 1956, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras subordinada à Secretária de Educação e Cultura do Estado do Paraná.

Estava criada a FAFI. No entanto, mais de três anos irão separar o ato de criação da Faculdade (22/12/56) da primeira aula inaugural (28/03/60). Além dos obstáculos burocráticos, Pastuch tece algumas considerações sobre o comportamento dos homens públicos da época, no sentido de esclarecer e não de julgar.

Em 1956, faltou aos nossos homens mais visão, deixando de lado o pensamento da responsabilidade de dívidas. O nosso prefeito da época, Sr. Esmeraldo Dalla Barba Kurten, não quis dar o passo maior que as pernas. Talvez estivessem certos em termos de conduta. Poderiam estar funcionando os cursos de Direito, Agronomia e Veterinária que já estavam assinados pelo Governador Lupion, mas o prefeito assustou-se. Aquilo que sobra para os homens desonestos - "aquela coragem, aquela facilidade de empurrar a coisa para a frente sem pensar o que vai acontecer" - falta para o homem de bem. O homem de bem não investe sem ter a certeza de que está dando um passo certo; foi isso que aconteceu em União da Vitória. Faltou espírito aventureiro para deixarem as coisas correrem e ficarem pertencendo ao futuro. Querendo fazer só o que estava ao alcance no momento foi o que atrapalhou a concretização do sonho de uma universidade em União da Vitória.

O gesto do Governador Lupion não foi correspondido no tocante aos cursos de Direito, Agronomia e Veterinária que não foram levados adiante, não saíram do papel. Já a Faculdade de Filosofia teve sorte diferente, graças mormente ao Dr. Luiz Wolski que empunhou a bandeira da FAFI, sendo designado para o cargo de Diretor da mesma pelo Decreto Estadual nº 8474 de 25 de fevereiro de 1957.

Portanto, a FAFI estava criada, tinha um Diretor designado, agora era preciso tratar da sua instalação. O Dr. Wolski liderou uma luta, como acentuou Pastuch, enfrentando toda sorte de obstáculos e sacrifícios durante os dois anos que separam a sua nomeação para o cargo de Diretor (25/02/57) da autorização para o funcionamento dos Cursos de Pedagogia e História pelo Parecer nº 562 de (25/11/59) do Conselho Nacional de Educação. Nesse mesmo parecer, que teve

como relator o Conselheiro Alceu Amoroso Lima, foram aprovados os seguintes professores para constituir o corpo docente da Faculdade: Aldrovando Cardon Castro, Alvir Rieseberg, Aniz Domingos, Edy Santos da Costa, Eny Camargo Maranhão, Francisco Filipiak, Ivete Mazalli, Ivone Mascarenhas Skiba, João Hort, Luíz Wolski, Lybia Stallschmidt, Maria Therésia Butzen, Vicente Codagnone, Walkíria Araújo de Oliveira.

Em 19 de janeiro de 1960 foi publicado o decreto nº 47666 que levou a assinatura do presidente da República Exmo. Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira e Clóvis Salgado, então Ministro da Educação, concedendo autorização para funcionamento dos dois cursos. Em consequência deste ato foi instalada a Faculdade, realizando-se, no mês de fevereiro do mesmo ano, o primeiro Concurso Vestibular, sendo aprovado 16 candidatos para o Curso de História e 35 para o Curso de Pedagogia. Dessas duas primeiras turmas formaram-se, em 18 de dezembro de 1963, 25 alunos do curso de Pedagogia e 08 alunos do curso de História.

Em 1966 são criados os cursos de Geografia e Letras (Licenciatura Plena de 1º ciclo) pela Lei Estadual nº 5320, de 10/05/1966, sendo transformados em Licenciatura Plena de pelo Decreto Estadual nº 21692, de 27/04/1970. Em 1967, o Decreto Federal nº 61120, de 31/07/1967, concede o reconhecimento dos cursos de História e Pedagogia. Já os cursos de Geografia e Letras são reconhecidos através do Decreto Federal nº 74750, de 23/10/1974.

O Decreto Federal nº 79216, de 08/02/1977, autoriza o funcionamento dos cursos de Ciências, Licenciatura de 1º Grau, e Licenciatura Plena com habilitação em Matemática, sendo o mesmo reconhecido pela Portaria Ministerial nº 617, de 16/12/1980. No que se refere ao somente ao curso de História, este recebeu autorização para funcionar em 25/11/1959, em sessão plenária do conselho Nacional de educação, pelo parecer nº 562, tendo como relator o emérito conselheiro escritor Alceu Amoroso Lima.

Em 19/01/1960, o decreto nº 47666, assinado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e pelo Ministro da

Educação Clóvis Salgado, também concedia a autorização para o funcionamento do mesmo. Neste mesmo ano, realizou-se o 1º Concurso Vestibular, no qual foram aprovados 16 candidatos para o Curso de História. A aula Inaugural foi proferida em 28/03/1960, às 10:00 horas, com a presença do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado Moisés Lupion, Secretário de Educação e Cultura, Sr. Nivon Weigert, o ex-secretário Dr. Plínio Franco Ferreira da Costa, comandante do 5º BEC, Tenente Coronel Gerson de Sá Tavares, autoridades da Comitativa Governamental, autoridades locais e dos municípios vizinhos, professores, acadêmicos, intelectuais da cidade e outras pessoas da comunidade. A mesma esteve a cargo do professor da Universidade Federal do Paraná, Dr. José Loureiro Fernandes, Professor Catedrático da Cadeira de Antropologia, que proferiu palestra com o tema *As Populações Primitivas do Paraná*, baseado em pesquisas realizadas nas jazidas antropológicas do litoral e interior do estado, em Sessão Solene no Salão Nobre da escola Normal Secundária Professora Amazília. Desde então o curso iniciou suas atividades didáticas, pedagógicas e culturais, tendo como primeiro Diretor da Faculdade o Dr. Luiz Wolski.

Em 31/07/1967 o decreto Federal nº 61120 concede o reconhecimento do Curso. A primeira formatura deu-se em 18 de dezembro de 1963, com 8 alunos, no auditório do Cine Teatro Luz. Após a imposição de grau, houve uma premiação de honra ao mérito ao 1º colocado do curso, o aluno Joaquim Osório Ribas. A 1ª reunião do Departamento de História (16/09/1963) ocorreu na sala da congregação da FAFI tendo como diretor do Departamento o professor Aniz Domingos. A assembleia teve por objetivo a necessidade urgente de se elaborar o Estatuto do Departamento.

Desde o início do curso esteve presente a preocupação do Departamento em promover eventos sócio culturais como: exposições, seminários, pesquisa histórica, simpósio de História, oficinas, cursos de extensão e conferências. A criação do Centro de Pesquisas e Estudos Históricos - CEPEH, em 1976, pelos professores – membros fundadores da FAFI, teve como objetivo incentivar o gosto

pela pesquisa histórica, a preservação patrimonial e documental da cidade e difundir a cultura histórica.

Em 23 de março de 1979 deu-se a fusão do Departamento de História e Geografia em Departamento de Ciências Sociais, conforme determinava o Regimento da Faculdade em seu artigo 72 seção IV. Em 11 de março de 1981, dissolveu-se o Departamento de Ciências Sociais voltando a ser Departamento de História em virtude da vigência do Novo Regimento Interno da Faculdade, aprovado pelo Conselho Federal de Educação conforme parecer nº 1153/80.

Em 1999, foi criado o Arquivo Histórico do Departamento, Acervo Documental, com a finalidade de contribuir com acadêmicos professores e pesquisadores, em geral, que buscam o conhecimento do passado que é intrínseca ao ser humano que sempre se preocupou com suas origens. Também possibilita aos acadêmicos a participação efetiva em atividade diferenciadas, no âmbito da pesquisa e organização arquivística, além de preservar a memória histórica da sociedade local pela guarda da documentação, contamos com o trabalho de todos que se dedicam ao estudo e a pesquisa histórica, oportunizando meios de colaborar e construir conhecimento.

Após a consolidação da UNESPAR após 2001 a estrutura departamental se converteu em um arranjo de setores colegiados e o Departamento passou a ser designado Colegiado. Atualmente o colegiado de História mantém viva em preocupação junto a comunidade acadêmica e sociedade, oportunizando acesso de docentes e acadêmicos a viagens de estudos locais históricos, incentivo a pesquisa e no fortalecimento das Semanas de História, realizadas anualmente, com apresentação de vários conferencistas/historiadores

Com vistas a atender as novas demandas de verticalização por que passa a estruturação e consolidação da UNESPAR, os eventos anuais semanas de história e Colóquio Nacional de história e historiografia no Vale do Iguaçu, realizados já a cerca de uma década, começam a ser orientados pelas dinâmicas de pesquisas coletivas orientadas para laboratórios, grupos de pesquisa e estabelecimento de linhas de atuação na pesquisa e na extensão. O colegiado conta ainda atualmente

com Laboratório de Fontes Jurídicas – LAFUR que em consonância com o acervo do arquivo histórico desenvolve suas atividades.

O colegiado de História presta assessoria também ao CAHIS – Centro Acadêmico de História, (anteriormente centro de estudos) composto e coordenado por acadêmicos do Curso, com objetivo de interagir junto aos estudantes sobre questões educativas, culturais e estudantis.

A preocupação com o processo educativo em História nos leva a uma contribuição mais sólida e precisa junto a esta Instituição de Ensino Superior e a seus participantes, para que o seu dedicado esforço em cumprir sua missão de gerar e universalizar conhecimentos para a sociedade, se concretize.

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura Plena em História da UNESPAR Campus de União da Vitória, Estado do Paraná, está respalda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Base Nacional Comum Curricular e na Resolução 02 de dezembro de 2019. Com isso, busca constantemente a modernidade no ensino praticado para atender a formação profissional completa dos seus acadêmicos, num exercício continuado, visando à intensa articulação da graduação com a sociedade.

Orientada pelos princípios (I) da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; (II) da diversidade epistemológica do mundo; (III) da diversidade de tempos-espacos-relações formativas, objetiva que os conteúdos pedagógicos sejam repensados a partir do sentido que eles têm para o professor na sala de aula, procurando na teoria, soluções para os problemas encontrados na prática.

DE CRIAÇÃO DO CURSO (Lei, Resoluções SETI, Resoluções COU/CEPE)

PARECER(ES) Nº	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA	PUBLICAÇÃO
C/N nº562	MEC	25/11/59	-
Portaria	Órgão Expedidor	Data	Publicação

Decreto nº 47660	MEC	19/01/1960	-
------------------	-----	------------	---

DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO (Decreto, Resoluções SETI, COU, Parecer CEE)

Parecer(es) Nº	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto Federal nº47.666	MEC	10.01.60	

DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Portaria, Resoluções SETI, Parecer CEE)

Parecer(es) Nº	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto Federal nº61120	MEC	31/07/1967	DOU 03/08/67

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Encontram-se aqui elencados os principais documentos normativos e orientadores que respaldam e fundamentam a proposta político-pedagógica do Curso de História da Universidade Estadual do Paraná, do campus União da Vitória, entre elas, a Base Nacional Comum Curricular (2018).

3.1. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

- I. Decreto-Lei nº. 1.190, de 4 de abril de 1939. Criação do curso. Câmara dos deputados. Brasília. 1939;

- II. PARECERES CNE/CES – N° 776/97 E 583/01 - Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação
- III. PARECER CNE/CES 492/01 E 1363/2001 que tratam da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.
- IV. PARECERES CNE/CP 2001: N° 09,21,27 E 28 CNE/CP 21/2001, que estabeleceram a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena
- V. RESOLUÇÕES CP/CNE N°01 E 02/2001, que Instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
- VI. Decreto-Lei nº10172 DE 09/01/01 – Que articulou o Plano Nacional de Educação- PNE
- VII. Deliberação CEE n 04/10 que dá nova redação ao artigo 2º da Deliberação CEE/PR nº 04/06, que estabelece normas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- VIII. Deliberação nº 04/13, estabelece normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;
- IX. Deliberação nº 04/13, que estabelece normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;
- X. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, do MEC;
- XI. Estatuto da UNESPAR;
- XII. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

- XIII. Lei 17505 – 11 de janeiro de 2013 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências;
- XIV. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, que define as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e suas alterações;
- XV. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- XVI. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- XVII. Parecer CEE/CES nº 23/11 que estipula a Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como disciplina nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica, em cumprimento ao artigo 3.º, do Decreto Federal n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- XVIII. PDI da UNESPAR.
- XIX. Regimento Geral da UNESPAR;
- XX. Regulamento de Extensão,
- XXI. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial (no caso dos bacharelados);
- XXII. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências (no caso dos bacharelados e licenciaturas);
- XXIII. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- XXIV. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

- XXV. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação docente);
- XXVI. Resolução n. 038/2020 – CEPE/UNESPAR, que regulamenta a Curricularização da Extensão.
- XXVII. Resolução N.º 046 – 2018 – CEPE/UNESPAR, que regulamenta os estágios obrigatórios.
- XXVIII. Resolução nº 001/2019 – COU/UNESPAR, que estabelece o Sistema de Cotas no processo Seletivo Vestibular e o Sistema de Seleção Unificada – SISU;
- XXIX. Resolução nº 014/2018 – COU/UNESPAR que autoriza a matrícula especial em disciplinas isoladas de estudantes nos cursos de Graduação;
- XXX. Resolução nº 038/2020– CEPE/UNESPAR, que Aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR;

Como o campo educacional, e sua regulamentação está diretamente ligado ao seu contexto histórico, analisar a fundamentação legal, o escopo da lei, decretos e pareceres nos permite compreender qual a dinâmica política ou os referenciais norteadores de qualquer projeto educacional, bem como dimensionar sua ação e amplitude. Na própria evolução do aparato legal podemos perceber inequivocamente, ainda que de forma reativa, como a sociedade em seu desenvolvimento e complexidade está inexoravelmente ligada à educação e como a legislação direciona, ou por vezes condiciona o campo educacional.

Dessa forma, todo o aparato legal analisado exprime não só as exigências da sociedade, mas também suas expectativas, que encontram no Estado democrático nacional o instituidor do Estado de direito, das liberdades individuais, do acesso e melhoria da educação, como parte de um processo de transformação social. Portanto a legislação que concerne a orientação, regulamentação e instituição de diretrizes, dentro de parâmetros educacionais, direciona a construção

dos projetos pedagógicos educacionais, incluindo nesse processo as demandas sociais, as políticas afirmativas e protetivas em relação à sociedade, onde cada avanço social se torna um equivalente legal dessa conquista.

Buscou-se de forma pontual, citar a estrutura central da lei, sobretudo, quando relacionados, ao ensino superior, não diferentemente em relação aos decretos, portarias e pareceres que fazem parte da fundamentação legal da educação e que em específico se aplicam a estrutura político legal da universidade, pontuando inclusive, em alguns momentos específicos, uma inadequação com as exigências legais.

- A Lei nº9394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, orientando os princípios e os fins a educação, do direito e do dever de educar, dos modelos e formas de organização escolar em território nacional, e dos níveis e modalidades de ensino e legislando em específico sobre o ensino superior regulado pelo Art. 43. Encontrando-se o Colegiado de História em acordo e observância a referida Lei.
- A Lei nº 10861/2004 – que em seu Art. 1º. Inciso 1º Institui o SINAES, que tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. De forma geral, a referida lei foi criada com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O Colegiado de História enquadra-se no dispositivo legal ora postulado, inclusive se utilizando de seus resultados na melhoria do projeto político pedagógico de curso e em seu corpo discente e docente.

- Já a Lei nº 11788/2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes, definindo, classificando, regulamentando e fiscalizando o campo do estágio que se apresenta como um direito acadêmico fundamental para o desenvolvimento do processo formativo, alternando teoria e prática, além de possibilitar uma experiência real ao acadêmico. Encontra-se o Projeto Político do Curso de História de acordo com a Lei específica, tanto no que tange a regulamentação de estágio, como em relação a disciplina específica de estágio, dentro da grade curricular do curso.
- Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002, versa sobre a educação ambiental de forma transversal nas disciplinas. Entende-se em seu Art. 1º por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Ainda que não haja uma disciplina específica para a educação ambiental, os eixos temáticos e problematizações constantes na grade curricular do curso e os componentes curriculares de História do Paraná I e II e História do Brasil I e II contemplam transversalmente a proposta.
- Decreto 5296/2004 – regulamenta a Lei nº10098/2000 Art. 1º estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Infelizmente o Colegiado de História não dispõe de forma adequada de acessibilidade, a todas as suas salas de aula, laboratórios, sala de projetos, arquivo, e sala do colegiado, encontrando-se com o conjunto da estrutura física do prédio/Campus que ocupa em inadequação para com o referido decreto.
- Em relação ao Decreto nº5626/2005, que regulamenta a Lei nº10436/2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras, e o artigo 18 da Lei nº10098/2000 encontra-se o Colegiado de acordo e dentro dos padrões

estipulados e definidos, contando em sua grade curricular obrigatória com a disciplina de Libras, e circunstancialmente inclusive como disciplina optativa (extracurricular, a fim de atender os egressos da licenciatura).

- Decreto nº 5622/2005 – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em relação à educação e ensino a distância. Caracterizando-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. O Colegiado de História possui em sua matriz curricular, disciplinas ofertadas na qualidade de optativas que podem ser ofertadas na modalidade de ensino semi-presencial.
- Portaria MEC nº 4059/2004 – Regulamenta a oferta de carga horária à distância em componentes curriculares presenciais. Encontra-se o Colegiado de História adequado e em observação à supra referida portaria.
- Portaria MEC nº 40/2007- Institui o e-MEC, como forma de ampliar, agilizar, abreviar e racionalizar o trâmite do Cadastro de Instituições e Cursos superiores, Basis e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes Enade, entre outras disposições.
- Parecer CNE/CP nº 28/2001 – Estabeleceu a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Dispõem à luz das diretrizes curriculares nacionais da formação docente, o tempo mínimo para todos os cursos superiores de graduação de formação de docentes para a atuação na educação básica para a execução das atividades científico-acadêmicas não ficando abaixo de 2000 horas, sendo que, respeitadas as condições peculiares das instituições, estimula-se a inclusão de mais horas para estas atividades. Do total deste componente, 1800 horas serão dedicadas às atividades de ensino/aprendizagem e as demais 200 horas para outras formas de atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. Estas 2000 horas de trabalho para execução de atividades científico-

acadêmicas somadas às 400 horas da prática como componente curricular e às 400 horas de estágio curricular supervisionado são o campo da duração formativa em cujo terreno se plantará a organização do projeto pedagógico planejado para um total mínimo de 2800 horas. Este total não poderá ser realizado em tempo inferior a 3 anos de formação para todos os cursos de licenciatura inclusive o curso normal superior. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação ao referido parecer.

- Parecer CNE/CP nº9/2001 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciaturas, de graduação plena. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação ao referido parecer.
- Resolução CNE/CP nº1/2002 – Institui Diretrizes Nacionais para formação de professores da Educação Básica, em nível superior. O Colegiado de História encontra-se adequado no que versa a referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº2/2002 – Institui a duração e carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação a referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº01/2004 – Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana, resolução que se respalda e dá cumprimento das leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação a referida resolução, inclusive possuindo em sua matriz curricular, disciplinas específicas de História da África e Cultura Afro-Brasileira que atendem o requisito. Há projetos específicos que reforçam este dispositivo.
- Resolução CNE/CP nº 2/2004 – Resolve adiar o prazo previsto na Resolução CNE/CP nº1/2002. Encontra-se o Colegiado de História em observância à referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº01/2005 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da Educação Básica, em nível superior, cursos de

Licenciatura, de graduação. Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena. O Colegiado de História encontra-se adequado no que versa a referida resolução.

- Resolução CNDI nº16/2008 – Dispõe sobre a inserção nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso. Dispõe sobre inserção nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. O Colegiado de História possui em sua matriz curricular a disciplina de história oral e como optativa a disciplina de História Pública e História Oral: conceitos e práticas entre outras que matizam a valorização do depoimento de pessoas de variadas faixas etárias, mas fundamentalmente as mais idosas, que são detentoras de experiências relevantes para a construção do conhecimento histórico. O acadêmico por meio desta disciplina é encorajado a ouvir e valorizar os depoentes idosos. Como se postula na concepção de ensino o homem em toda sua condição, espacialidade e temporalidade é nosso objeto central, dentro de uma visão humanística de ensino.
- Resolução CONAES 01/2010 – Estabelece sobre o Núcleo Docente Estruturante-NDE, regulada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). O Colegiado de História possui um Núcleo Estruturante que está operante, vindo de encontro ao que determina a referida resolução.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

- Resolução nº 2, de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). No Capítulo IV, Dos Cursos de Licenciatura estabelece que:

Art. 10. Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, instituída nos termos do Capítulo I desta Resolução.

Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I – Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II – Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III – Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Parágrafo único. Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009).

Art. 12. No Grupo I, a carga horária de 800 horas deve ter início no 1º ano, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – conhecimento, prática e engajamento profissionais – como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Parágrafo único. No Grupo I, devem ser tratadas ainda as seguintes temáticas:

I – Currículos e seus marcos legais:

- a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;
- b) Diretrizes Curriculares Nacionais;
- c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura; e
- d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

§ 4º Para o curso de formação de professores nos anos finais do Ensino Fundamental, e do Ensino Médio, as 1.600 horas, para aprofundar e desenvolver os saberes específicos, podem ser ofertadas, de acordo com a organização curricular, do seguinte modo: componentes curriculares, componentes interdisciplinares ou áreas de estudos, nos termos do respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O Colegiado de História encontra-se adequado a Resolução nº 2, de dezembro de 2019.

3.2. JUSTIFICATIVA

O Curso de História do *campus* de União da Vitória da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – desde sua criação em 1960, teve como missão a formação de docentes e pesquisadores a partir da área de Licenciatura. Os formados atuam em instituições públicas e privadas que tem, sobretudo, o caráter didático-pedagógico, seja em nível fundamental ou médio, bem como no estudo e preservação do patrimônio histórico-cultural das sociedades em que atuam.

Importa salientar que no campo de formação docente, o Curso de História se mantém fiel aos objetivos estabelecidos desde a sua criação. É relevante também a formação, igualmente constante, de pesquisadores para arquivos, museus, bibliotecas, centros de cultura e de patrimônio histórico públicos (municipais, estaduais ou federais), e de caráter privado.

Nos dias atuais, em que as possibilidades e a quantidade de informações crescem num ritmo acelerado, faz-se necessário um olhar mais acurado aos percursos que conduziram ao estado atual das coisas. Desse modo, as exigências de uma prática histórica crítica e criativa em relação aos documentos e recursos pedagógicos utilizados, associados a uma leitura igualmente crítica da historiografia e do mundo que nos cerca faz-se premente. Ao mesmo tempo, docentes e pesquisadores têm assistido o alargamento de seu campo de trabalho, com o crescimento das necessidades de assessoramento às mídias impressas e faladas, à televisão, ao cinema, as mídias digitais e suas plataformas de redes sociais. Tais transformações nas práticas cotidianas e nos usos tradicionais dos instrumentos e práticas investigativas, requerem uma maior familiaridade dos formados em História.

A recente atualização das Bases Curriculares Nacionais, trazem para além das competências específicas dos componentes curriculares elementos que se articulam transversalmente como a necessidade de diálogo entre estas tecnologias, as linguagens e as habilidades matemáticas que se redimensionam frente a realidade do ensino nacional que se reorganiza. Nesse sentido o curso de posiciona de modo a entender que há integração destes elementos frente a crítica prévia da

qual a disciplina já acumula enquanto fortuna crítica no bojo das disciplinas em que o ensino de história enquanto campo de saberes avançou e produziu um significativo e sofisticado debate. Após a inflexão das noções da aprendizagem histórica de JornRusen, a premência do *giro decolonial* e a explosão das novas tecnologias que se imiscuem cotidianamente nas vidas privadas de discentes e docentes o curso propõe interfaces que partem tanto da inserção de componentes curriculares quanto de ajustamentos daquelas estruturas pré-existentes as necessidades do tempo presente. Tempo este que requer competências gerais e habilidades específicas de manejo com o novo público de formandos que advém desta realidade social e se pretende formador de sujeitos críticos na escola.

Urge, de fato, propiciar ao licenciado em História um contato mais estreito e gradual com as novas metodologias e tecnologias que se apresentam na atualidade deseju ofício. Assim, a Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em História, do *campus* de União da Vitória da Universidade Estadual do Paraná, visa fornecer um instrumental formativo que, ao mesmo tempo em que dialoga com as necessidades e as realidades do chão da escola, aquilo que postula a BNCC e as práticas estritamente pedagógicas, que também subjazem a uma formação profissional completa. Objetivando um exercício continuado, de atualização visando à intensa articulação da graduação com a sociedade, busca ainda, que os conteúdos pedagógicos sejam repensados a partir do sentido que eles possuem para o professor na sala de aula, procurando na teoria, soluções para os problemas encontrados na prática. Ao mesmo tempo em busca da prática docente para composição de novas teorias e formas de se pensar as relações pedagógicas e historiográficas que lhes são subjacentes em um universo de sentido que entende a construção dos vetores da consciência histórica e da formação humana.

Além da ênfase teórica que se dá para que o curso de História amplie espaços de pensamento e ação, também deve-se enfatizar a prática, a ação do professor ou do pesquisador com licenciado em História. Deste modo é que se entende, tanto pelos docentes do colegiado de História, seus acadêmicos e

eventuais docentes de outros departamentos envolvidos, que é preciso que o graduando tenha constantemente um entendimento “técnico” de sua licenciatura. Por técnico compreende-se um aprendizado instrumentalizado pluralmente, seja a partir das formas com as quais se apreende e se ensina, seja de modo que a prática da docência e da pesquisa, ao término de sua graduação, encontre confluência entre “campus acadêmico” e “campo social”. Compreende-se assim que o conhecimento e ação não sejam apartados entre si, mas relacionados em uma fusão completa e complexa.

A partir das necessidades de manutenção de um contínuo processo de aprendizagem que nos níveis do ensino fundamental se expressam na máxima do Fortalecimento de autonomia entre os alunos nas escolas se idealiza um curso que vincula em seus formados:

o sentido dos fortes apelos emocionais que a atual realidade social mediada nos alunos do ensino fundamental em seus componentes curriculares;

o sentido da pesquisa que se relaciona intimamente com a autonomia e a capacidade de engajamento e protagonismo;

o sentido da diversidade que as práticas extensionistas abarcam que não permite naturalizações das violências estruturais ou simbólicas.

Estes mesmos vetores se acrescem ao momento do futuro professor que ao pensar o ensino médio e o itinerário das ciências humanas deve reconhecer-se e identificar na matriz do curso os elementos do saber- fazer, em que integração e flexibilidade são as ideias força, sendo assim o curso pretende vincular a seus formandos:

o sentido da criatividade que demanda resoluções de problemas identificados das comunidades das quais são oriundos;

o sentido da investigação científica voltada ao coletivo na interpretação dos processos socio históricos visando melhorias e desenvolvimento;

o sentido das capacidades de mediação que pode se mobilizar nas intervenções sócio culturais

O objetivo final do curso é a formação de um profissional capacitado para perceber e mostrar em sua prática a indissolubilidade entre o ensino, pesquisa e sua extensão no corpo social, o curso de História define-se, neste rastro, como um meio adequado de fomento a construção do saber através de métodos aplicáveis de forma transdisciplinar, aqui entendida como a conjunção da interdisciplinaridade - entendendo por este termo, fator que correlaciona e faz interagir as disciplinas no âmbito da nossa matriz. Nesta conjunção, procura também exercer a complementaridade – concepção que projeta interação nos quadrantes principais da existência humana, a saber: sociabilidade, afetividade, consciência individual e coletiva. Conceitos de interdisciplinaridade e complementaridade que exercidos possibilitam a problematização, o despertar do senso crítico e a verificação de controvérsias que se apresentam a cada passo do devir histórico.

A partir de um olhar mais aguçado que se pode fazer da trajetória histórica pode-se dizer que o curso de história do *campus* União da Vitória nas duas primeiras década do século XXI, busca efetivamente nas suas atribuições de formar capacitados professores; dentro de um regime de oferta gratuito e de padrões de qualidades notáveis, considerando as enormes discrepâncias socioeconômicas do Brasil e o atual cenário de diminuição de investimentos no setor da educação paranaense, principalmente no que se refere à UNESPAR, a última Universidade reconhecida pelo governo do Estado.

O ensino de História na contemporaneidade deve ser concebido numa pluralidade de conhecimentos e habilidades contextualizadas *in totum* meio social. Trata-se da tão pertinente e necessária visão sistêmica, pela qual a Universidade, caracterizada, principalmente, pela transmissão, produção e extensão do saber,

toma vulto no seio social, com a ampliação do vínculo de formação do profissional, além dos “portões acadêmicos”.

Tendo-se expostos os motivos que justificam a existência e a essencialidade do Curso de História, cabe asseverar que a formação no curso dá condição ao egresso de reconhecer as várias possibilidades interpretativas da História, para entender que a história que se escreve, quando correlata com a que se vive, permite reflexão e consciência da natureza, das fontes e da construção histórica, até a ponto de saber que cada aspecto da vida humana e dos relacionamentos em sociedade preponderam sobre a simples junção factual de atos heroicos e narrados com requinte. A UNESPAR pretende formar agentes da história, comprometidos com a sociedade em que vivem, mas perfeitamente integrados na “aldeia global”.

4. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

As seções abaixo apresentam a concepção, finalidade e objetivos do Curso de História da UNESPAR. Todas as premissas destas seções estão em harmonia e valorizam os princípios de uma formação humanística, ética, crítica que deve preparar seus estudantes para se tornarem profissionais com o mais alto grau de excelência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.1. CONCEPÇÃO

A possibilidade de consolidar as atividades da UNESPAR no que se refere à função social de seu desempenho em ensino, pesquisa e extensão, depende, cada vez mais, de uma definição clara de seu papel como instituição pública. Em um contexto em permanente transformação, o processo de modernização do país, com o avanço da qualificação em tecnologia, tem convivido face a face com o aumento da complexidade das relações sociais. Desigualdade e tensões têm caracterizado a sociedade brasileira, exigindo das instituições públicas o comprometimento com o bem coletivo. As enormes proporções da pobreza tornam necessários projetos coletivos dotados de sustentação ética e racional. As incertezas que surgem, quando são avaliadas estratégias para a superação da desumanidade historicamente estabelecida, são resultantes da percepção da complexidade dos problemas vividos no contexto com o qual a UNESPAR interage. Essas incertezas merecem tanto mais atenção, quanto mais tomamos consciência das responsabilidades diretas e indiretas associadas às tomadas de posições diante dos problemas com que nos defrontamos.

As concepções de conhecimento que podem permitir à UNESPAR cumprir sua função social, necessariamente, devem levar em conta a intenção de propor visões da realidade que não sejam unívocas ou unilaterais. A possibilidade de convivência de posições diferentes, perspectivas variadas, é fundamental para a formação de

conhecimento, com ponderação e rigor. O questionamento que surge com a comparação entre diferentes posições é fecundo para a renovação de ideias e o aumento da clareza quanto aos potenciais inerentes a diferentes procedimentos de reflexão.

Um conhecimento com pretensão de verdade absoluta deve resultar em distorção. Se compreendermos a realidade como caracterizada pela constante transformação, devemos encontrar métodos adequados para a produção de conhecimento, que levem em conta essa caracterização. A imposição de verdades absolutas remove da produção de conhecimento seu caráter histórico e dinâmico, impondo sobre a realidade modelos que autoritariamente se sobrepõem aos movimentos de mudança. O conhecimento não tem seu valor condicionado à ideia de que ele possa ser encarado como verdade irrefutável, como dogma. Seu valor depende de sua capacidade de dar conta da realidade, em sua constante transformação. Para isso, deve o próprio conhecimento ser transformado, superando limitações e interiorizando novas exigências apresentadas pelo processo de mudanças da realidade.

É preciso enfatizar que, ao entendermos a realidade como processo em constante mudança, não restringimos a realidade ao domínio específico do mercado. Se é verdade que, em larga medida, o mercado de trabalho depende do fluxo de egressos do ensino superior, isso não resulta, no entanto, que a Universidade seja apenas uma prestadora de serviços para a cobertura de vagas.

Face a tudo isto, compreendemos que o Projeto Político Pedagógico do Curso de História do Campus de União da Vitória, consciente das transformações da realidade, propõe um encaminhamento para suas orientações acadêmicas, de modo a, na medida do possível, realizar intervenções no processo histórico. Essas intervenções devem acontecer de maneira que a realidade conduza suas mudanças no sentido de um aumento das condições de atendimento das demandas coletivas, e de uma diminuição da desigualdade social. Caso não contribua para esse sentido

dos acontecimentos, considerando a responsabilidade que lhe cabe, ao curso de História, enquanto constituinte de um ambiente de Educação Superior, estaria se omitindo, ou contribuindo para o incremento de problemas. Por defender a sustentação de suas ações em valores éticos, o Curso quer, contra a omissão e contra o aumento dos problemas, firmar sua posição como responsável por benefícios à comunidade, como é esperado de uma instituição pública e gratuita capaz de interagir com o contexto que a mantém. O engajamento com a comunidade, a aquisição de habilidades para o exercício das dimensões da prática profissional, preocupações atuais advindas da nova Base Curricular Nacional são elementos inerentes a concepção de curso e sujeito a ser formado nos seus quadros.

Se estivesse apenas cobrindo vagas do mercado de trabalho, o Curso estaria contribuindo para conservar o estado dos problemas sociais, pois as demandas do mercado, em larga medida, expressam contradições e conflitos do sistema econômico e político. Cumprir necessidades imediatas de viabilização das relações econômicas é menos do que deve ocupar a instituição pública e gratuita. Ela deve interferir no cerne das contradições e dos conflitos que reconhece à sua volta, realizando ações que beneficiem a sociedade com que interage.

Para isso, é fundamental que o Curso estabeleça expectativas, quanto ao perfil dos egressos de seus cursos. Um aluno que entra na UNESPAR deve, ao final de sua trajetória, ser um cidadão capaz de um envolvimento importante no quadro de mudanças sociais. A formação acadêmica deve não apenas dar condições para que exerça uma profissão, tendo um desempenho satisfatório, mas ir além disso. No espectro das competências amplas docentes. A formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação no futuro, deve dar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente, e atuar junto à sociedade, que através dos recursos que a universidade investiu em sua formação. Deve dar a ele também a clareza de que, sendo formado em uma instituição pública,

desta recebe a qualificação necessária para, através de suas ideias e seu trabalho, beneficiar a sociedade.

Ganhar um diploma não é, no caso, apenas uma forma de defender os próprios interesses, mas antes de tudo uma forma de contribuir para resolver problemas que dizem respeito a outras pessoas. Sem que se possa definir sua função social, o conhecimento adquirido se constitui apenas como exercício de individualismo. Em tempos de exigência de responsabilidade, em escala histórica sem precedentes no país, o individualismo se converte em vaidade e, no extremo, em frieza violenta e anti-social, que contraria os interesses de uma instituição pública e gratuita dedicada à educação.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt, a noção de 'educação histórica' permite a relação direta entre a aprendizagem histórica e compreensão histórica a partir dos pressupostos da ciência histórica. O aluno aprende história da mesma forma que historiadores fazem seu trabalho histórico, sem mediações cognitivas externas entre o ensino e aprendizagem descontextualizadas. Dentro da aprendizagem histórica a educação histórica se constrói de forma direta com o conhecimento histórico e a consciência histórica do aluno, se aprende história, historicamente. O resultado desse processo é a criação de uma racionalidade histórica onde as categorias do pensamento histórico constroem uma forma de compreensão do raciocínio histórico e não a organização de um conhecimento histórico específico.¹

Nessa perspectiva, além de preparar para uma atuação profissional, ou uma qualificação técnica, um curso acadêmico deve preparar para o enfrentamento das dificuldades colocadas pela experiência da vida em sociedade. Cada aluno deve ser encarado pela instituição como um sujeito capaz de participação atuante no âmbito coletivo, de entendimento do contexto em que vive, e de avaliação ética dos problemas colocados pela realidade. A formação acadêmica, deixando de lado o

¹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender história: Perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009

componente propriamente humanístico do processo de formação, reduz os estudantes a figuras anônimas e indiferentes. Cabe levar em conta o que o aluno do Curso de História vai fazer com o conhecimento obtido, como vai refletir a respeito dos problemas que o cercam, como vai avaliar as repercussões diretas e indiretas do emprego de seu conhecimento no contexto social. Conceber a competência intelectual em termos de qualificação puramente técnica, sem levar em conta esses elementos, é contribuir para a conservação de estruturas sociais injustas, fundamentadas em heranças autoritárias.

Estevão Resende Martins, sobre o fator valorativo de uma formação para as humanidades aberto pelo iluminismo no ambiente universitário, posiciona um arrazoado:

O esclarecimento objetivado pelas Luzes setecentistas, pois, é uma tarefa constante, cuja meta última é a libertação do homem de quaisquer coerções, de preconceitos tradicionais e de dominação ilegítima, mediante educação, crítica pública e debate livre que banissem a ignorância, a superstição e a intolerância. Para lá se chegar é indispensável o recurso ao uso maduro da razão como reguladora de todas as relações privadas e públicas. Sem identificar-se necessariamente com os projetos concretos de sua época, a proposta iluminista se articula como mola propulsora da modernidade, em que crítica e utopia se completam.²

Nesta esteira a perspectiva do conhecimento histórico sob a ótica aberta pelas luzes, situa que qualquer conhecimento é construído de um ponto de vista e exige uma sustentação, o que leva a forma expositiva do conhecimento histórico que deve ser sistematicamente argumentativa e demonstrativa. Entende-se que a ciência histórica é a fornecedora, com sua densidade do controle metódico da teoria e da prática de pesquisa, da tessitura explicativa das necessidades de autoidentificação dos agentes racionais humanos, mediante referência crítica ao presente, sem

² MARTINS, Estevão Resende. Educação e consciência histórica. In: CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Educação histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011 p.77

contudo submeter-se a este ou deixar-se por ele instrumentalizar-se.³ Assim em conformidade dos argumentos expressos, o curso de história da UNESPAR campus União da Vitória situa sua concepção do conhecimento histórico, nem vinculado, exclusivamente ao mercado e as pressões individualizantes, nem mesmo refém único do presente como perspectiva de realização humana, ou mesmo de ações estatizantes instrumentalizadoras.

Destarte o debate avançado que os conceitos de educação histórica e consciência histórica ganharam na primeira década do século XXI, a partir de vários grupos de pesquisa espalhados pelo mundo,⁴ na confluência de saberes entre a história e os saberes pedagógicos o curso de história preza pela concepção que a eficácia da aprendizagem histórica se efetiva na medida em que consegue vincular a experiência no tempo e da subjetividade dos sujeitos que apreendem a história, relaciona-as umas às outras e da capacidade de rearticulação discursiva nos termos da narrativa histórica.

A percepção que a área da didática da história, tem ganho cada vez mais área de responsabilidade frente às disciplinas pedagógicas, leva ao reconhecimento que para a conquista de espaço elabora novo objeto centrado na ideia de aprendizagem histórica que fornece sentido para as necessidades de orientação temporal dos aprendentes. A concepção pedagógica defendida neste projeto portanto está imbricada visceralmente com o conceito de conhecimento histórico que se defende, na busca pela libertação do homem das amarras condicionantes que se constroem também historicamente, e investigam a forma de aprendizagem que questionam os sentidos tradicionais, exemplares, críticos e genéticos sobre a experiência temporal.⁵

³ Idem p.78

⁴ Nos referimos aqui às elaborações teóricas de JornRusen, Alemanha, pesquisas empíricas de Peter Lee, Inglaterra e Isabel Barca em Portugal, Hilary Cooper na Espanha, Maria Auxiliadora Schmidt no Brasil e muitos outros que exploram esforços de pesquisa em torno da ideia de vinculação com qualificação de aprendizado, capacidade de explicação narrativa e maturação de uma consciência histórica entre alunos nas escolas fim.

⁵ RUSEN, Jorn. Aprendizagem histórica: esboço de uma teoria. In: **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: WA editores, 2012. p.79-89

Somente quando a história deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimento acumulados, é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendiz e se tornar fatos de determinação cultural na vida humana.⁶

A composição de nosso currículo é resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e procura contemplar um núcleo que caracteriza a identidade do curso e em torno do qual se constrói uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis.

Sendo assim, a flexibilização curricular é algo que se impõe nas reformas curriculares dos cursos de graduação face às exigências das rápidas transformações socioeconômicas, geopolíticas, culturais e tecnológicas que vêm ocorrendo na sociedade, com seus desdobramentos gerais e particulares na educação, em especial, no ensino superior. Nesta perspectiva, esta preocupação insere-se num sentido maior - o combate aos efeitos desintegradores, antidemocráticos e antissolidários presentes na sociedade contemporânea em crise.

A flexibilização curricular ao ser entendida no seu sentido político implica, por um lado, numa ação coletiva de contraposição “tanto à tradição normativa e autoritária do Estado brasileiro em relação ao ensino superior quanto à percepção tecnocrática e corporativa da sociedade, na qual a realidade social se segmenta, segundo a ótica dos interesses de corporações profissionais”.⁷

Nesse quadro de rupturas, o Colegiado de História concebe o movimento em direção a flexibilização curricular, aliada ao respeito à diversidade de sujeitos e práticas, como decorrente do exercício concreto da liberdade acadêmica e da cidadania no seu interior, da flexibilização do seu espaço/tempo físico e pedagógico,

⁶ RUSEN, Jorn In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **JörnRüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

⁷ http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_anteriores.php , 2003 p. 106

da organização/gestão administrativa e pedagógica/docente, da produção do conhecimento, da melhoria da sua infraestrutura e das condições de trabalho dos professores e da valorização da categoria docente.

De acordo com o PDI UNESPAR (p.67.)

As políticas de ensino devem primar pela interdisciplinaridade na organização de suas matrizes curriculares, possibilitando aos acadêmicos exercitar sua criatividade com temas contemporaneamente relevantes, além da formação necessária para o bom desempenho do egresso.⁸

A flexibilização, para nós, insere-se então enquanto promotora de qualidade social para a prática pedagógica, em oposição à qualidade de resultados, e deve, de fato, contribuir para fortalecer o bem comum e o espaço público no interior e exterior da universidade, fortalecendo e legitimando-a socialmente.

Resta ainda uma discussão muito interessante e extremamente importante que é a articulação do curso de História com outras áreas da construção do saber, entendida por nós como a interdisciplinaridade.

O que me importa, disse o filósofo, não são nem as pedras nem as árvores, mas os homens na cidade. Não pôde ser fiel a essa afirmação até o fim. Sua reflexão sobre os homens na cidade conduziu-o a lhes atribuir um lugar no mundo e um parentesco de substância com as pedras e as árvores⁹.

Trabalhando sobre a situação do saber científico na contemporaneidade, Castoriadis destaca a importância da interrogação filosófica para todas as ciências, as quais passam hoje por uma situação de crise generalizada necessitando de uma reflexão profunda sobre suas categorias, sobre a relação com seus objetos, e sobre

⁸ UNESPAR. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI -2011-2016 p.67

⁹ CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do Labirinto** Vol. III - O mundo fragmentado. Paz e Terra. 1992. P. 83

o saber que é gerado. Na verdade, este processo questiona a separação absoluta entre ciência e filosofia (e vice-versa), separação esta que impede a compreensão das problemáticas internas, do enraizamento histórico e principalmente da função social do saber científico; modelo da racionalidade técnica, cujos perigos - riscos de grande consequência; nos termos de Giddens - assustam a humanidade neste final de século.

Em conjunto com esta separação, temos aquela expressa na uni disciplinaridade, ou, "hiperespecialização", a qual impede uma visão interacional do que existe nas distintas áreas do conhecimento, e esgota-se como modelo explicativo do homem e de suas relações sociais.

Ao abordar a questão das disciplinas antropológicas (economia, direito, linguística, psicanálise, sociologia e história), Castoriadis chama a atenção para o fato de que, entre estas, a separação se faz sentir com maior gravidade, uma vez que a unidade do objeto desafia imediatamente a dissecação científica. Questões econômicas, jurídico-políticas, psicossociais, culturais e históricas, são tratadas como nos sistemas mecânicos clássicos, de forma linear, reducionista e determinista, importando apenas "o homem na cidade", ou melhor, pedaços do homem, em partes da cidade, esquecendo-se a multiplicidade do Ser e do mundo.

Edgar Morin afirma categoricamente: *"os "hiperespecialistas" são pretensos conhecedores, mas de fato praticantes de uma inteligência cega, posto que parcelar e abstrata, evitando a globalidade e a contextualização dos problemas"*. Propõe-nos a "epistemologia da complexidade", na qual a rigidez da lógica clássica é substituída pela dialógica, e o conhecimento da integração das partes num todo é completada pelo reconhecimento da integração do todo no interior das partes. Isto nos alerta para a importância vital da contextualização.¹⁰

¹⁰ MORIN, Edgar. **Ciência com consciência** - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

Notemos que não se defende na prática interdisciplinar uma "unificação", na qual, a partir de uma axiomática geral, romperiam-se definitivamente as fronteiras disciplinares (e isto hoje está fora de cogitação). A interdisciplinaridade não nega as especialidades, e respeita o território de cada campo do conhecimento; o que se quer é superar a "separação extrema" entre as disciplinas, ou seja, *"a separação entre disciplinas do mesmo domínio e a separação da reflexão filosófica"* nestes termos Castoriadis; alerta para a superação da "hiperespecialização" e da necessidade de trabalhar o conhecimento através de interdependências e de conexões recíprocas. Gusdorf deixa claro isto ao salientar a questão da "complementaridade", onde os especialistas trabalham conscientes de seus limites e acolhendo as contribuições de outras disciplinas.

Calvino também não deixou fora de suas "propostas" a interdisciplinaridade. Os cinco valores apresentados para o próximo milênio, são todos inter relacionados e no último - a "multiplicidade" - destaca o conhecimento como uma rede de conexões. Encerra seu trabalho (e sua vida) valorizando as relações, e defendendo uma visão pluralística e multifacetada do mundo, buscava uma obra que:

Nos permitisse sair da perspectiva limitada do eu individual, não só para entrar em outros eus semelhantes ao nosso, mas para fazer falar o que não tem palavra, o pássaro que pousa no beiral, a árvore na primavera e a árvore no outono, a pedra, o cimento, o plástico...¹¹.

Os argumentos de Calvino encontram-se com Castoriadis: *"o que nos importa são sempre os homens e sua cidade. Mas sabemos que não podemos separá-lo das pedras e das árvores"*,¹² lição que já devíamos ter aprendido para a superação do conhecimento tecnocrático.

¹¹ CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993. p. 51

¹² CASTORIADIS, C. Op. Cit. P. 102

No que tange aos educadores e à Universidade, num processo interdisciplinar, quero salientar Morin, quando diz: *"é necessário que os educadores se auto-eduquem, e se eduquem prestando atenção às gritantes necessidades do século, as quais são encarnadas também pelos estudantes. Eis a perspectiva histórica para o novo milênio. A universidade deve ultrapassar-se para se reencontrar"*.

4.2. FINALIDADES

Considerando a natureza do público atendido na graduação em História, e seu perfil de aluno trabalhador, e com pais com formações inferiores às que eles mesmo tem condições de galgar conforme o diagnóstico do Programa de Reestruturação de cursos da UNESPAR/2016, que aponta "A imensa maioria é constituída por trabalhadores, muitos com baixa renda, advindos da escola pública, com pouca escolaridade na família, sendo que boa parte reside em municípios vizinhos, dependendo de transporte complementar para garantir seu acesso à universidade."¹³. Entende-se que a finalidade é ofertar sentido de orientação histórica para a vida vivida e profissional na região do contestado que possui baixos índices de desenvolvimento humano nos municípios atingidos.

Antes de qualquer ação concreta foi preciso definir qual a orientação que iria reger esse processo curricular e entendemos então que seria uma formação centrada na qualificação de profissionais da educação em consonância com as novas dinâmicas do mercado de trabalho, ou seja, a formação primeira deve estar centrada na formação de professores, não regida pelo mercado, mas não desconsiderando este e a estrutura de oferta de postos nas salas de aula das redes

¹³ <http://prograd.unespar.edu.br/programaseprojetos/2nova-etapa-programa-reestrutura-c-ao.pdf>

públicas e privadas e órgãos públicos das cidades do entorno no sul do Estado do Paraná e Norte do Estado de Santa Catarina.

Como referencial a organização curricular, e as ações pedagógicas necessárias partimos de alguns pontos centrais para concretizar esta prática, quando as condições estruturais de manutenção do curso permitam integralmente:

- Desenvolver ações pedagógicas ao longo do curso que permitam interface real entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que se possa produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;
- As atividades complementares deverão contribuir para viabilizar a flexibilização curricular, mas não deverão ser consideradas o único meio de realizá-la;
- Disciplinas e atividades complementares deverão expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento de carga horária;
- Ampliar as interfaces entre as diversas áreas do conhecimento nos níveis de ensino, pesquisa e extensão;
- Atribuir procedimentos à mobilidade acadêmica para aproximar os sujeitos e experiências provenientes de diferentes trajetórias intra e interinstitucionais;
- Criar condições para que as diferentes demandas nas IES possam conduzir a uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;

Ressalte-se, neste momento, que a *práxis* aqui aludida, inclui o ensino nas escolas de nível fundamental e médio da região de União da Vitória – que inclui municípios sob sua área de abrangência. A sociedade união vitoriense não foge à regra da sociedade brasileira: trata-se de um “cadinho étnico”. A UNESPAR e seu curso de história do Campus de União da Vitória tem, aí, a particularidade de atuar como mediadora da mobilidade social que se constitui de povos miscigenados, numa região que foi palco do movimento dos tropeiros e do qual nasceu; que tem

reminiscências do Contestado e é, na atualidade, um dos eixos rodoviários alternativos para o Mercosul como se pode ver ao sul do Estado no mapa abaixo e nos dados de IHDM correspondentes:

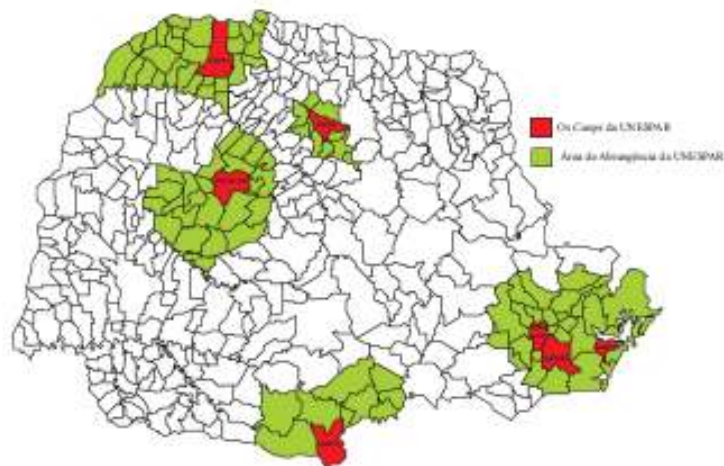


Figura 1 - Área de Abrangência da UNESPAR em 2011. Fonte: UNESPAR, 2011.

Ranking IHDM 2010	Município	IHDM 2010	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Municípios do sul paranaense					
764 °	União da Vitória*	0,740	0,713	0,837	0,680
1398 °	Paula Freitas	0,717	0,699	0,847	0,622
1331 °	São Mateus do Sul	0,719	0,711	0,838	0,623
1665 °	Paulo Frontin	0,708	0,688	0,806	0,639
1665 °	Mallet	0,708	0,681	0,809	0,645

2309 °	Porto Vitória	0,685	0,674	0,796	0,600
2738 °	Bituruna	0,667	0,645	0,829	0,556
2802 °	Cruz Machado	0,664	0,635	0,845	0,545
3070 °	General Carneiro	0,652	0,638	0,816	0,532
Municípios do Norte Catarinense					
87 °	Porto União*	0,786	0,752	0,891	0,724
420 °	Canoinhas	0,757	0,717	0,874	0,692
1720 °	Três Barras	0,706	0,677	0,814	0,639
1934 °	Irineópolis	0,699	0,720	0,836	0,567
2545 °	Bela Vista do Toldo	0,675	0,624	0,826	0,598
2964 °	Matos Costa	0,657	0,630	0,831	0,541

*Municípios: Sede e de ação direta da UNESPAR – Campus União da Vitória ¹⁴

Observados os dados referentes ao IHD dos municípios dos quais procedem cerca de 58% dos alunos do curso de História detecta-se que a microrregião se encontra na faixa de IHD Média considerada pela ONU, no entanto com discrepâncias regionais alarmantes entre aqueles que tendem ao IHD alto como são União da Vitória e do lado Catarinense da fronteira, Porto União comparados os municípios no entorno que tendem ao baixo. Observa-se o papel de proeminência dos índices destes municípios sede e de ação direta, frente aos demais, o que

¹⁴ Dados brutos Disponíveis em http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM

Qualificação dos resultados segundo a ONU: 0,800 a 1,000 Muito Alto
0,700 a 0,799 Alto

0,600 a 0,699 Médio
0,500 a 0,599 Baixo
0,000 a 0,499 Muito Baixo

aumenta a responsabilidade formativa da UNESPAR na busca pela eliminação das diferenças entre os municípios mais empobrecidos e os que possuem maior renda e por consequência índices melhores, principalmente quanto ao quesito educação, que é o que possui no geral os piores índices e maiores diferenças. No Estado do Paraná que conta com diferenças claras entre os três municípios de IHD baixo no quesito educação é que o trabalho deve ser mais intenso por parte do curso, que deve ter por finalidade a construção de um sentido regional e uma memória histórica temporalmente orientada para o exercício da prática pedagógica em sua licenciatura e nas escolas em que os egressos irão atuar.

4.3. OBJETIVO GERAL

De modo amplo os principais espaços de trabalho do profissional de História continuam sendo as escolas da rede pública e particular de ensino. Portanto, podemos afirmar que um percentual significativo dos egressos irá atuar na rede pública e privada de ensino, de onde muitos deles são oriundos. Eis que este é o objetivo geral e central de nosso curso: formar licenciados em História.

A partir do objetivo geral expresso acima, podemos definir também, a partir das Diretrizes Curriculares dos cursos de História (Parecer CNE/CES nº 492/2001), as seguintes competências e habilidades gerais do licenciado em História:

- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e análise das relações sócio-históricas.
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias, assim como suas interrelações.

- Dominar os conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio.
- Dominar os métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

Entretanto, atualmente já existem profissionais trabalhando em arquivos históricos municipais, atuando e organizando museus locais e participando de atividades de pesquisa sobre o patrimônio histórico da região. Ou seja, aproveitando as possibilidades postas no atual contexto graduados em história tem sido chamados para atuar como colaboradores de museus, institutos de pesquisa e serviços de Patrimônio e Estatística; como autores de livros didáticos; como organizadores de arquivos e bancos de dados formatados para as novas tecnologias e linguagens; como assessores políticos ou culturais, enfim, áreas que atestam a associação entre pesquisa e ensino.

Além disso, o Curso objetiva propiciar uma boa base para quem deseja continuar seus estudos em nível de pós-graduação e seguir carreira universitária. Portanto, ao lado da feição pedagógica da profissão de historiador-educador, temos insistido na ideia de que a formação extrapola o âmbito da sala de aula e aponta para um maior acesso aos bens culturais e às artes. Ou seja, acreditamos que nossa perspectiva de formação dos acadêmicos formados no curso de História da UNESPAR contempla o contido nos Projetos Referenciais Nacionais dos Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES nº 492/2001), nas Bases Nacionais Comuns Curriculares– Licenciaturas e Bacharelado e na Resolução nº 02/CNE/CP/2019, que indica a necessidade de que a formação do professor em história seja complementada pela formação do pesquisador e do difusor de suas pesquisas por intermédio da sala de aula e outros veículos na comunidade, bem como no meio científico. Um curso que prima pela formação de professores na modalidade de uma licenciatura tem por objetivos específicos:

4.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Quanto ao ensino:

- Proporcionar ao futuro profissional da educação da área de História uma visão de conjunto das possibilidades de trabalho e sua inserção na sociedade.
- Habilitar profissionais capacitados para desempenharem funções no âmbito do ensino fundamental e médio tanto das escolas públicas, quanto das particulares.
- Criar condições teóricas, metodológicas e práticas, para que os licenciados em História se tornem atores efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico da escola em que estão inseridos.
- Oferecer subsídios aos licenciados em história no sentido da elaboração de planejamentos curriculares, de forma participativa, contemplando os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, capazes de formar o educando para o exercício profissional.
- Promover ações didático-pedagógicas de caráter transdisciplinar no processo de formação do professor de História.
- Capacitar no âmbito dos conhecimentos técnicos disciplinares, para a execução do ensino de saberes histórico-críticos.
- Garantir que o processo de ensino-aprendizagem integre as atividades desenvolvidas entre a Universidade, as escolas e a comunidade.
- Possibilitar a utilização dos saberes e sua integração teórico-prática no espaço de trabalho da educação, considerando a possibilidade da transdisciplinaridade.

Quanto à pesquisa:

- Desenvolver atividades de pesquisa de campo, em bases de dados informacionais e fundos de arquivo para dar maior suporte ao aluno.
- Fornecer aos acadêmicos sólido embasamento teórico historiográfico que possibilite a operacionalização da ação de pesquisa e se traduza em propostas educativas de forma correta e eficaz.

Quanto à extensão:

- Ampliar e estimular a inserção institucional dos docentes e discentes com a comunidade científica regional e nacional ao mesmo tempo em que fornece à comunidade em que se insere suporte para a compreensão histórica e identitária plural por meio de ações que forneçam sentido de orientação temporal aos agentes da sociedade do vale do Iguaçu.
- Qualificar profissionais com a formação teórico-metodológica necessária à execução de projetos sociais que levem em conta uma expressão ampla de identidades e memórias que incluem aí a regionalidade, bem como consciência histórico-crítica amadurecida sobre os elementos de pertencimentos locais e mais amplos.

Desempenho de projetos que interajam com saberes e práticas das comunidades envolvidas, colem dados e troquem experiências com intuito de investigação, problematização e solução de demandas dos sujeitos da comunidade envolvidas e incentivo às práticas que realimentam a pesquisa e o ensino

5. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

A metodologia e a avaliação constituem etapas essenciais do processo de ensino e aprendizagem. Nesta seção serão apresentadas as diretrizes que orientam as perspectivas metodológicas e de avaliação do Curso de História do Campus de União da Vitória. Contém inicialmente alguns pressupostos, as metodologias de ensino em si, para por fim dedicar um tópico para cada um dos aspectos ensino, pesquisa e extensão.

5.1. METODOLOGIA

Pressupostos orientadores da metodologia de atuação

O princípio da indissociabilidade universitária entre ensino, pesquisa e extensão, é um dos imperativos da Constituição brasileira de 1988. De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da universidade brasileira e não pode ser compartimentado. Tendo em vista tal especificidade o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior que, do contrário, violariam o preceito legal. Nesse sentido concordamos com o que aponta Bruno Pucci¹⁵ que a expressão “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” não deve ser considerada como uma fraseologia de efeito, mas deve ser um instrumento na direção da construção de uma universidade de um bom nível acadêmico, pública, autônoma, democrática, que efetivamente propicie a inclusão da maioria de acordo com suas necessidades concretas.

Para Maria das Graças Silva¹⁶ as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história. Por sua vez, Ivetti Magnani¹⁷ indica que nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso

¹⁵ PUCCI, Bruno. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**. Impulso: Piracicaba, 1991. p.33-42

¹⁶ SILVA, Maria das Graças. **Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária?** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais... Caxambu: ANPEd, 2000

¹⁷ MAGNANI, Ivetti. **Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. Anais... Caxambu: ANPEd, 2002

às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais¹⁸. Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

Logo, a indissociabilidade pode ser entendida como um princípio orientador da universidade nascido sob o influxo dos debates que estabelecem o lugar da universidade no seio da sociedade em geral, recebendo daí, uma nítida influência daquela terceira tendência sugerida por Pereira Júnior¹⁹ – a de um conhecimento científico em diálogo permanente com as demandas sociais. Neste sentido o termo indissociabilidade remete à ideia da interligação existente entre o Ensino-Pesquisa-Extensão, refletindo “um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico”²⁰.

Pensar o fazer universitário a partir desse prisma, implica o reconhecimento de que a formação do professor deve ocorrer “articulada à vivência do real, imersa na própria realidade, fundada em uma relação dialética entre teoria e prática”²¹. Por outra perspectiva, deve-se reconhecer a necessidade de os professores estarem capacitados para assumirem uma nova pedagogia: aquela que permita ser efetiva a tridimensionalidade do fazer universitário. De acordo com as orientações constantes no Plano Nacional de Graduação essa nova pedagogia traz em seu bojo o conceito de indissociabilidade o qual, se considerado como eixo na formação do graduado, evita o reducionismo de antigas práticas. Dessa forma, é inegável que a

¹⁸ Op cit. SILVA, Maria das Graças. **Universidade e sociedade. ...**

¹⁹ PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. **A universidade pública e os desafios do desenvolvimento.** La Insígnia: Brasil, 13 jan. 2005.

²⁰ ANDES-SN para a Universidade Brasileira. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003. p.30

²¹ DIAS, Ana Maria Iori. **Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão.** Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009 p.42

indissociabilidade constitui-se princípio orientador da qualidade da produção universitária, que favorece o diálogo entre universidade e a sociedade, bem como permite a substituição da unilateralidade pela interatividade do conhecimento²².

Esse princípio encontra-se descrito na Política Nacional de Extensão Universitária ao defini-la como um “processo que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”²³. Nesse sentido, a extensão universitária, por meio da intervenção social, além de promover benefícios à comunidade receptora, trazendo mudanças à vida das pessoas, diminuindo a distância entre a universidade e a comunidade, deve proporcionar aos estudantes a oportunidade de incluírem em sua formação do profissional a vivência de atitude cidadã, cujos conhecimentos tornam-se significativos à medida que contribuem para a superação das desigualdades sociais existentes²⁴.

Para reforçar, a LDB no artigo 43, inciso VII, estabelece como uma das finalidades da educação superior “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Para que essa capacidade da extensão de ser a articuladora das outras funções da universidade, é mister que os professores sejam afeitos à investigação. Entende-se, dessa forma, que a pesquisa é o primeiro passo para a realização de qualquer ação interventora, pois através dela consegue-se problematizar a realidade, definir conceitos, metodologias e recursos necessários para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos.

²² SANTOS, Boaventura Sousa. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2004.

²³ FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006 p.05

²⁴ Idem

A extensão relacionada com a pesquisa, permite ao acadêmico diagnosticar um leque de questões para as quais poderá buscar soluções no retorno à sala de aula. As discussões teóricas empreendidas pelo ensino darão o aporte necessário à formação de conhecimentos, assumindo a perspectiva de ensino com “um novo diálogo interdisciplinar, uma organização curricular que acolha, ao eixo científico básico que informa a área de conhecimento relacionada à atuação profissional, a contribuição de ciências conexas”²⁵.

Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Metodologias de ensino

Observando o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, cursos de Licenciatura de Graduação Plena, instituídos pela Resolução CNE/CP nº 02/2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e que institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores (BNC-Formação), o Plano Pedagógico de História da UNESPAR- campus de União da Vitória, define aqui os princípios norteadores de sua organização curricular.

Como parte estruturante dos princípios norteadores de sua organização curricular o curso de História visa efetiva aprendizagem do estudante executando a totalidade das cargas horárias previstas em seus componentes curriculares com seus conteúdos referentes, quando distribui a disciplina de História do Brasil ao

²⁵ FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO ... **Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção**. [Rio de Janeiro], 1999

longo de seu período formativo de 04 anos entendendo que este conjunto de conhecimentos deve ser amplamente consolidado como forma de afirmação de identidades e de reconhecimento de sua própria sociedade. De forma equivalente, quando se realiza a mesma distribuição para os conteúdos de História do Paraná em 02 dois anos visando identificações plenas e de reinvestimento e significações culturais entre sujeitos e objetos de estudo viabilizando com isso o nascimento da consciência histórica. A aprendizagem nesta ordem de normatividade é entendida como um processo que reconstrói incessantemente ao longo do processo formativo seus conteúdos, formas de aprendizagem e amadurecimento da consciência histórica. De acordo com JornRüsen: “A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo”²⁶. Nesse sentido, o tempo histórico é reinvestido pelo trabalho constante e permanente com a constituição dos tempos históricos na vida prática que se transformam em referenciais de auto identidade.

As cargas horária previstas para o cumprimento das Práticas Pedagógicas encontram-se distribuídas ao longo das disciplinas que compõe a estrutura curricular e se referem ao exercício de atividades de enriquecimento cultural que se constitui em uma preocupação da Coordenação do Curso para elaboração de metas de atuação, que pode promover conferências de encerramento de curso, editais de concursos artísticos e estéticos, viagens de pesquisa de campo que envolvam o curso como um todo, convênios de atuação entre colegiado e poderes públicos para atuação em museus, centros culturais e casas de memória.

Tais atividades devem estar ancoradas em dinâmicas de aprendizado que advém dos saberes de seu núcleo básico de maneira ampla e estão previstas como mínimo de 05 horas anuais de efetivação, mas que via-de-regra as horas que ultrapassem este pequeno número se situam como acréscimo às cargas horárias

²⁶ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 p.59

previstas para cada componente curricular. Por exemplo: viagens de campo que agreguem vários destinos e saberes de forma a serem aproveitados por pelo menos três componentes curriculares ou concursos artísticos que abordem os saberes gerais que articulados ao objeto do concurso sirvam a comunidade acadêmica ou a sociedade.

De forma a vencer a carga horária mais ampla prevista para esta natureza de atividades individualmente os professores se envolvem ou propõe projetos que preveem uma carga efetiva de acordo com o disponível para suas componentes curriculares mas que podem ultrapassar esta, que tanto podem atingir objetivos culturais, quanto para o aprimoramento das práticas investigativas, na medida em que propõe em nível de Colegiado inserções dos acadêmicos sob sua responsabilidade editais, projetos de fundos que contemplem as áreas dos componentes curriculares a que estão atribuídos de maneira específica. Por exemplo: viagens de pesquisa a fontes documentais, ligados aos componentes curriculares História do Brasil ou Paraná, elaboração de sites de publicização de fontes documentais referentes aos componentes curriculares de História Antiga ou Medieval ou projetos de ordem pedagógica que se instrumentalizam aos componentes curriculares de Didática da História, Metodologia e Prática do ensino de História e outras.

Sobre as ações desenvolvidas com as comunidades escolares regionais, cabe ainda ressaltar o lugar do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), que desde 2007 como uma iniciativa de aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior, IES em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. No Campus da UNESPAR, de União da Vitória com a especificidade de atender cursos de licenciaturas o Projeto Institucional do PIBID contempla a todas as áreas do conhecimento, por meio dos cursos da instituição: Ciências Biológicas, Filosofia, Geografia, História, Letras Português, Espanhol e Inglês, Matemática, Pedagogia e

Química. As atividades do Programa são organizadas em grupos de estudos semanais e atividades práticas em salas de aula da Educação Básica. O Campus de União da Vitória, exclusivo em licenciaturas, colhe os frutos do PIBID, no intuito de proporcionar mecanismos de promoção e maior inserção acadêmica desde os primeiros anos de sua formação no projeto político pedagógico das escolas públicas. Destacamos que, essa formação inicial antes de qualquer assertiva, aponta influências de princípios, fundamentos e concepções educacionais contemporâneas na dinâmica formativa das universidades públicas estaduais. Nesse sentido, o PIBID proporciona aos licenciandos menor distância entre a fundamentação teórico-metodológica recebida na universidade com a prática no contexto de escolas de Educação Básica, e, com as atividades planejadas e executadas pelos bolsistas evidenciam valiosos processos de formação de professores. O Programa pelo impacto que desempenha na formação docente necessita de constante implementação e manutenção numa perspectiva coletiva, valorizando as experiências (SILVA, 2016). O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID começou a ser desenvolvido nesta Instituição em 2010, integrando o curso de licenciatura com a Educação Básica, em convênio com a CAPES. Em sua primeira versão o Colegiado de História, atendendo a lei 10.639/03, explorou as questões étnico raciais, através do projeto História da África e da cultura afro-brasileira: para além das leis, rumo à cidadania. Atuando efetivamente em mais de uma dezena de escolas, o projeto foi capaz de articular uma proposta efetivamente extensionista na medida em que dialogou com escolas, associações de moradores, associações culturais, terreiros de Umbanda da região e outras universidades. Atualmente, e atendendo às novas exigências e configurações do Programa PIBID, e das Práticas Pedagógicas – Ppeds, o plano pedagógico do curso faculta o cumprimento de carga horária do PIBID em no máximo até 100 horas, considerando as demais dimensões formativas as quais podem interessar ao aluno ou a escolha do discente o curso autoriza a validação das 60 horas Atividades Acadêmicas Complementares – ACC apresentando comprovantes de participação no programa.

Da pesquisa:

Além dos projetos individuais, editais e propostas de curso o aprimoramento em práticas investigativas ocorre especificamente na distribuição de componentes curriculares que contemplam a demanda da pesquisa científica, como Iniciação a Pesquisa Histórica, Produção de Monografia-TCC, outros dois componentes curriculares comportam atividades investigativas que estruturam suas ementas: Educação Patrimonial e Ambiental e História Pública e História Oral: Conceitos e Práticas, no levantamento de dados patrimoniais e acervos arquivísticos, bem como na realização de entrevistas. Em todos estes casos a relação e distribuição entre carga horária formal e Práticas de Componentes Curriculares proporcionalmente é superior às demais componentes e sozinhas representam cerca de 105 horas de atuação dentre as 400 horas previstas.

A organização curricular, portanto, prevê o cumprimento das horas dos componentes curriculares segundo suas ementas, que designam a ordem das atividades suas cargas horárias e como os projetos propostos se articulam, dentro da carga horária prevista para cada componente curricular sob responsabilidade dos respectivos docentes.

As descobertas científicas dos discentes se canalizam para apresentação em eventos de pesquisa assistido pelo professor orientador, no qual o acadêmico apresenta sua produção, após o que pode ser encaminhado para publicações em revistas indexadas.

Do ensino:

Quanto ao desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe entre o corpo discente as dinâmicas de atuação dos docentes, privilegiam a integração das turmas com propostas de trabalhos apresentados em regimes de seminário, pesquisas de campo realizadas em duplas ou pequenos grupos, dinâmicas de debates em modelos Grupo de verbalização/Grupo de Observação, na

interação referente às práticas de estágio supervisionado junto às escolas, somado a isto os projetos já citados que naturalmente promovem esta coesão de equipes e trabalhos partilhados. Tais exercícios são efetivos e via-de-regra se encontram descritos nas ementas dos respectivos componentes curriculares.

O acolhimento e o trato da diversidade ocorre no curso de História na medida em que sua organização curricular estabelece a existência da disciplina de Libras, mas para além disto quando insere em suas propostas por intermédio de seus componentes curriculares a abordagem plural que tem na disciplina de Direitos Humanos, diversidade e inclusão uma janela para a visibilidade de outros sujeitos. Também se tem em conta outras culturas e sociedades no tempo e no espaço, a exemplo, estão considerados o diversos grupos indígenas que se visibilizam pela disciplina de Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena. Os componentes curriculares oriundos de seu núcleo pedagógico se orientam para os marcos de legislação dos PCN's²⁷ que travam um diálogo interno entre os demais componentes curriculares do curso que se efetivam na elaboração de um relato de atividades de ensino enfeixados em Trabalho Final de Estágio Supervisionado a ser apresentado na forma de relatório de avaliação. Tal desenvolvimento das práticas de estágio levados a cabo na conexão entre os saberes curriculares previstos prioriza a capacidade de aprender e ensinar dentro das especificidades de grupos e indivíduos. Compreende-se que existem eixos transversais mais correlacionados²⁸ às ciências humanas do que outros, o curso e seus professores devem formar na perspectiva de que ao efetivarem suas práticas pedagógicas os egressos devem atuar como facilitadores de conteúdo e atuações nos meios pedagógicos de suas escolas e comunidades.

²⁷ Op. cit. - Os PCN's de história para os 3º e 4º ciclo do ensino fundamental bem como os referentes ao ensino médio delimitam eixos transversais: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural

²⁸ Ética, orientação sexual, pluralidade cultural sendo que saúde e meio ambiente possuem mais atributos técnicos.

Assim, atendendo o artigo Art. 10 da Resolução CNE/CP nº 02/2019 que solicita os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares o plano de eixos norteadores fica assim delimitado:

- Grupo I: 800 horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.
- Grupo II: 1.600 horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC e para o domínio pedagógico desses conteúdos.
- Grupo III: 800 horas de prática pedagógica, distribuídas da seguinte forma: 400 horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora e 400 horas para a prática dos componentes curriculares dos grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, de acordo com o PPC da instituição formadora.

Uma reformulação de matriz e novos parâmetros de cumprimento da carga horária, gerou debates entre o corpo docente de forma ampla e seu Núcleo Docente Estruturante (NDE) e em 2022 atendeu-se esta demanda, originando o documento reformulado e que foi submetido ao Programa de Reestruturação de Cursos da UNESPAR efetivado pela PROGRAD no escopo das Pró-Reitorias da universidade.

Da extensão:

Os projetos que integram o discente às suas dinâmicas de práticas profissionais, são os projetos de perfil extensionista que foram subvencionados pelo governo do Estado do Paraná - SETI, por intermédio de seu programa Universidade Sem Fronteiras - USF. O Colegiado de História submeteu propostas e já contou com dois projetos realizados com alunos das escolas municipais e comunidades de catadores de reciclados ambos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos, porém

com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de ressignificação da história e de seu papel na sociedade.

Atualmente o colegiado conta com o projeto de extensão que está ligado ao programa de extensão “*Observatório Polonês*” e ao “*Laboratório de processamento, restauro e conservação de fontes histórica - LAFJUR*” e pretende gerar uma reflexão sobre direitos humanos e a identidade polonesa nas regiões de imigração, visando uma diminuição dos índices de violência.

O colegiado conta com alunos bolsistas voluntários da graduação, vinculados ao projeto acima descrito, que atuam no arquivo histórico do LAFJUR, descrito posteriormente, e que intenta publicizar material de acervo à comunidade de forma ampla e acadêmica de pesquisa.

Foi cadastrado na divisão de extensão e cultura do Campus, recentemente o projeto de extensão “*Variedades em História*”, que apresenta de modo on-line na forma de curso, oficinas e rodas de conversa para a divulgação do conhecimento científico da produção de pesquisa de docentes e discentes. A oferta de cursos livres de temas em história com perfil introdutório, pautado em diversas abordagens historiográficas e enfoques plurais se mostra relevante para a formação ampla de graduandos de vários campos das ciências humanas, bem como docentes da rede pública de ensino em vários níveis. Tal projeto se configura como uma proposta integradora entre o colegiado e seu Centro Acadêmico de História - CAHIS proponente das ações extensionistas constituintes do projeto.

A curricularização das atividades de extensão são atualmente ponto de debate constante no NDE e no formato que assumirá futuramente descrito em seu regulamento de extensão tanto, no arranjo dos ementários das novas disciplinas quanto na oferta de seminário de extensão que acolha as experiências desenvolvidas por professores e alunos no atendimento a comunidade. Anteriormente, neste mesmo documento, apontamos nossa reflexão mais detalhada para o cumprimento da curricularização da extensão.

5.2. AVALIAÇÃO

Avaliação do processo de ensino e aprendizagem discente

A aprendizagem é uma capacidade humana contínua ao longo da vida de qualquer indivíduo. A partir desta premissa, considera-se que a aprendizagem deva ocorrer ao longo dos quatro anos formativos que integram o curso de Licenciatura em História da Unespar, lotado no *campus* de União da Vitória – PR. O curso prima por instigar os futuros professores a desenvolver as competências previstas pela BNCC, a saber:

- Conhecimento
- Pensamento científico, crítico avaliativo;
- Repertório Cultural;
- Comunicação;
- Cultura digital;
- Trabalho docente e carreira acadêmica;
- Argumentação;
- Empatia e cooperação;
- Responsabilidade e cidadania.

Tais competências serão desenvolvidas ao longo do curso, durante as diversas atividades propiciadas tais como aulas expositivas, dialogadas, análise de documentos históricos a partir das concepções teóricas e metodológicas contemporâneas da ciência histórica, de projetos de extensão, de pesquisa em acervos documentais físicos e digitais, levantamento e produção de documentos históricos, produção de artigos, monografia, estágios obrigatórios e não obrigatórios, monitorias e participação em eventos científicos promovidos pelo Colegiado de História.

Neste contexto, a avaliação é parte fundamental do processo de formação de professores, seja enquanto tema a ser refletido visando a preparação para as tarefas

avaliativas que exercerão nas escolas em que atuarão, seja enquanto forma de percepção da apreensão de conteúdos próprios da História e das competências necessárias ao licenciado em História.

Considerando que as atividades do curso de História são diversas, fugindo à premissa de aulas expositivas desprovidas da participação ativa dos alunos enquanto sujeitos de sua própria formação a concepção de avaliação presente no curso segue o mesmo caminho, indo além das provas bimestrais, necessárias, porém não suficientes para verificar a aprendizagem como um todo.

O método da História que abrange o trabalho com vestígios e fontes históricas, a fundamentação na historiografia, a problematização do conteúdo e sua organização estruturada em narrativas históricas é desenvolvido nas diferentes disciplinas com atividades de pesquisa, análise de fontes, resenhas e fichamentos de produções historiográficas, seminários e debates, culminando em artigos, testes escritos, comunicações em eventos científicos e práticas docentes em escolas.

Tal dinâmica confere à avaliação um caráter processual possibilitando a verificação do desempenho do acadêmico ao longo do curso pautando-se em diferentes atividades o que permite que o mesmo demonstre suas competências diante de diferentes situações.

Todas as atividades mencionadas, além de pressupor o desenvolvimento das competências gerais, promovem o desenvolvimento através das três dimensões das ações docentes, que dão primazia ao

- Desenvolvimento profissional;
- Prática profissional;
- Engajamento profissional.

O docente em formação será continuamente avaliado no que se refere ao aprendizado promovidos pelos docentes, nas diferentes subáreas da História, demonstrando a aquisição de conhecimento sobre as ações promovidos por homens

e mulheres no tempo,²⁹ mas também suas habilidades de lecionar e fazer-se compreender pelos seus futuros estudantes.

Além desses pontos mencionados, as competências específicas relacionadas a dimensão do conhecimento profissional que são:

- Dominar os objetos de conhecimento e saber ensiná-los;
- Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- Reconhecer os contextos de vida dos estudantes;
- Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

Serão cumpridas não só pelas disciplinas previstas pelo curso, que promovem ampla discussão sobre a História ocidental, do continente americano, do Brasil e do Paraná, como prevê a legislação relativa ao ensino de História e, também, as Políticas Educacionais promovidas ao longo do processo histórico brasileiro. Pontua-se ainda eu o curso prevê 400 horas de estágio obrigatório, que além de promover a aprendizagem teórica sobre a prática docente, prevê a aprendizagem prática a partir da observação, construção e ação das aulas de História no âmbito escolar, nos níveis de ensino que cumprem suas atividades de estágio, a fim de conhecer a realidade dos seus estudantes e como eles aprendem. O regime avaliativo destas práticas se encontra descrito em seções específicas deste documento bem como em regulamento em anexo. Sendo assim, as disciplinas e as práticas que compõe o rol de ementas do curso atendem ainda as disposições exigidas no que dizem respeito as competências específicas da prática e do engajamento profissional. Quanto ao quesito de trabalho docente, e carreira acadêmica processo avaliativo que qualifica o discente é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também descrito em seção específica e regulamento próprio.

²⁹BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

Tomando por premissa que a História enquanto ciência avança História avança a partir das revisões pautadas em novos documentos que se tornam acessíveis e podem informar melhor o historiador sobre personagens negligenciados anteriormente em um evento já conhecido, como pode informar mais sobre sujeitos também já conhecidos. A crítica a verdade absoluta serve para ampliarmos a História. Nosso conhecimento não é estático e é baseado em: novas fontes, novos métodos, novas perspectivas, novas perguntas

Sobre a função da História para a sociedade, podemos mencionar algumas. Para o professor de História, uma das funções é educar crianças jovens e adolescentes, ou seja, é algo além da simples curiosidade sobre o passado. Além disso, temos, portanto, três principais grupos de funções da história: de ampliação de conhecimento científico, política, de ajudar na construção da democracia, além da sua função útil de aplicabilidade imediata do dia a dia, entretenimento e no turismo por exemplo. É no equilíbrio dessas três funções que o professor e historiador deve exercer e defender sua atividade de criar e lecionar história ao longo do tempo, perante a sociedade. Sabendo que, ambas as atividades são permeadas pela historicidade. No que concerne a avaliação do desempenho o Colegiado de História, procede segundo as disposições internas do regimento da UNESPAR, que consiste, na sua íntegra quanto aos tópicos:

Frequência

A frequência às aulas e demais atividades escolares em cada disciplina é obrigatória, vedado o abono de faltas, salvo os casos expressamente previstos em Lei.

Avaliação

A avaliação do rendimento escolar do (a) estudante será feita em cada disciplina em função de seu aproveitamento verificado em provas e ou trabalhos escolares. São asseguradas ao (à) docente da disciplina, na

verificação do rendimento escolar, liberdade e autoridade para formular e julgar questões no âmbito de sua competência. A verificação e registro de frequência são de responsabilidade do (a) docente e seu controle será efetuado pelo Colegiado de Curso.

Segunda Chamada de prova

O(a) estudante que não comparecer às provas ou demais verificações de aprendizagens ou ao exame final terá o direito a segunda oportunidade, desde que comprove impedimento legal, ou motivo de força maior, e venha requerê-la, via protocolo, junto a Coordenação do Colegiado de Curso, no prazo de três (03) dias úteis, a contar de sua realização.

Revisão de prova

Fica assegurado ao (à) estudante o direito de requerer junto ao Colegiado de Curso revisão de provas escritas, no prazo de até três (03) dias úteis após a publicação dos resultados em Edital. O (a) docente fará revisão da prova escrita na presença do(a) estudante em dia e hora marcados pelo docente, num prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis após o recebimento do requerimento. Se o(a) estudante não concordar com o resultado da revisão feita pelo(a) docente da disciplina, a Coordenação do Colegiado de Curso designará comissão especial (banca revisora) para efetuar a referida revisão que deverá ser feita na presença do(a) estudante.

Notas bimestrais ou semestrais

As notas bimestrais ou semestrais e de exames finais serão expressas em pontos numa graduação de zero (0,0) a dez (10,00), permitida a fração de décimos. A média final de aproveitamento do(a) estudante no curso de regime seriado é o resultado da média aritmética dos pontos obtidos nos quatro bimestres cursados ou nos dois semestres e no curso de regime semestral é

a média aritmética dos pontos obtidos nos dois bimestres cursados. Será aprovado(a) na disciplina o(a) estudante que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares

Fórmula para obter média final:

4 bimestres (média 1º B + média 2º b + média 3º b + média 4º b ÷ 4 = média final)

2 semestres (média 1º S + média 2º S ÷ 2 = média final)

Exame Final

Presta exame final na disciplina o(a) estudante que tem média final igual ou superior a quatro vírgula zero (4,0) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) devendo obter a média aritmética de seis vírgula zero (6,0) com a nota do exame.

A média mínima exigida para aprovação em exame final, será seis vírgula zero (6,0) da média aritmética entre a nota desse exame e a média das notas bimestrais.

Fórmula para aprovação em exame final (média final + média obtida no exame final ÷ 2 tem que ser igual ou superior a 6,0)

Será reprovado (a) em qualquer disciplina o(a) estudante que, nela, não alcançar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, independentemente da média final obtida, ou não conseguir nos bimestres escolares, as notas mínimas estabelecidas para prestação de exame final.”³⁰

³⁰ Informações obtidas em: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>. Acesso 05 ago 2022.

Avaliação interna do curso

A Avaliação Institucional na UNESPAR é realizada por meio de Comissão Própria de Avaliação – CPA e é concebida como um processo organizado a fim de colher subsídios para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade institucional. Tem como foco os processos, fluxos, resultados e estruturas, buscando dar suporte ao processo de planejamento institucional, identificando insuficiências, apontando vantagens, subsidiando a sugestão de diretrizes e critérios para as políticas e metas da Instituição pela produção de informações para tomada de decisões.

Essa avaliação torna-se o alicerce da gestão universitária, propiciando condições de verificar a eficácia da configuração institucional adotada, qual a sua adequação aos objetivos institucionais, qual a relação entre as definições contidas, os princípios e fins da UNESPAR e a prática efetiva do cotidiano, promovendo condições para que a instituição consiga identificar suas práticas refletir sobre seus limites e possibilidades, explicar suas políticas, os seus objetivos e o seu projeto para o futuro.

O colegiado de história responde a Comissão Própria de Avaliação e faz deste instrumento um parâmetro para sua avaliação interna e de desempenho docente. Entendemos que por meio da avaliação institucional aparecem indicadores que nos dão suporte para melhorar o que é necessário. Consideramos fundamental a participação dos professores, alunos e de todas as pessoas envolvidas e interessadas na educação com o propósito de promover o aperfeiçoamento intelectual e o preparo profissional no âmbito do órgão Colegiado.

Avaliação Externa do Curso

O compromisso com a qualidade do curso e a seriedade com que são recebidos os resultados dessas avaliações tem proporcionado ao curso atingir um maior índice de qualidade e eficiência.

O ENADE que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é um dos parâmetros de avaliação externa do curso quando realiza seus exames em regime trienal. De modo comparativo os resultados do exame no curso mostram de maneira consistente a cada ciclo avaliativo a manutenção de um IDD na faixa de conceito 4 pela sua média.

O ENADE verificou em 2008 o desempenho dos estudantes do curso de História da FAFIUV, incluindo grupos de estudantes ingressantes (23 alunos responderam a prova) e concluintes (17 alunos responderam a prova), selecionados por amostragem. Apresentamos a seguir os resultados obtidos nestas avaliações. O conceito do curso que depende do desempenho dos estudantes concluintes no componente específico (75% da nota) e na formação geral (25% da nota) foi 4. O indicador de diferença do desempenho observado e esperado – IDD foi 5 revelando que o curso está acima da média do que é esperado dele considerando o perfil de seus estudantes.

Sobre o desempenho dos estudantes, no ano de 2008 a nota média dos concluintes e ingressantes em formação geral foi maior na instituição do que no Brasil. Os primeiros atingiram 60,8 enquanto no Brasil a nota foi 46,9 e os segundos 56,0 de média na instituição, sendo 46,1 a média brasileira.

Novamente para 2008 no componente específico a média da instituição dos concluintes e ingressantes foi também maior que a média no Brasil. Na instituição foi de 52,1 para os primeiros, enquanto no Brasil foi de 35,4 e em relação aos ingressantes, na instituição a média foi de 38,4 e no Brasil 32,5.

Para o ano de 2014 foram concluintes (17 alunos responderam a prova), selecionados por amostragem. Apresentamos a seguir os resultados obtidos nesta avaliação em que o CPC ficou na casa dos 3,6 qualificando o curso com uma nota 04 em função do IDD.

Sobre o desempenho dos estudantes de história no ano de 2014, a nota média dos concluintes em formação geral foi maior na instituição do que no Brasil, atingiram 66,4 enquanto no Brasil a nota foi 58,3. No componente específico a média da instituição dos concluintes foi também maior que a média no Brasil, a instituição foi de 55,1 enquanto no Brasil foi de 35,6. Tais resultados confirmam a manutenção por três ENADES consecutivos de uma posição do curso de história do Campus de União da Vitória como o primeiro curso do Estado do Paraná e entre os quinze melhores cursos de história do Brasil todo.

Por fim, no último ciclo avaliativo, no ano de 2017 o curso teve 16 concluintes e foi registrado pelo INEP o IDD contínuo do curso de 4,5191, indicando uma melhora e a saída do curso da faixa de conceito 04 o que qualifica na faixa de IDD 5. No ano de 2020 em razão da pandemia covid-19, o ENADE foi suspenso e os estudantes não realizaram o exame.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

Ao longo de muitos anos a História enquanto área de conhecimento tem ocupado várias dimensões, e muitas foram às teorias que a colocaram entre o seu reconhecimento, como conhecimento que faz entender a vida e, por outro lado, o status de ciência. Nesse sentido, o profissional de História deve ser capaz de trabalhar com o ofício de professor, carregando a inquietação do investigador para a sala de aula. Estes dois vieses trouxeram para o âmbito da discussão teórica da sua abrangência uma problemática que se dá como elemento norteador da sua prática e consequentemente de sua existência enquanto meio de ensino e pesquisa. O que por sua vez exerce categorização sobre o perfil profissional do egresso no sentido de não dissociar o professor do pesquisador, em uma relação dialética que se estabelece no âmbito dos recortes epistemológicos feitos pelo professor no instante em que se utiliza de seus instrumentais de trabalho, da teoria escolhida, do campo

pedagógico estruturante e, por conseguinte da pesquisa que norteia sua atuação docente.

Segundo Paulo Freire, um professor que valha este nome jamais abdica de sua curiosidade intelectual. Afinal, é ela que permite a ele orientar pelas fronteiras do mundo conhecido, testando limites e possibilidades, contemplando o ciclo de sua ética profissional quando, "comunicando a novidade" a seus alunos, insere-os neste processo dinâmico de busca e, sobretudo, construção do conhecimento. Ser professor é, assim, ser pesquisador.³¹ Conforme o BNCC: "O exercício do "fazer história", de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um "Outro", às vezes semelhante, muitas vezes diferente" (BNCC, 397).

A defesa de formação de um professor pesquisador efetuada por este documento se pauta na esteira de uma reflexão amadurecida sobre o papel de Licenciados em História que não só sabem como é produzido seu conhecimento básico porque o desempenharam durante sua graduação, como também se questionam se a validade deste conhecimento conquistado, via pesquisa se operacionaliza no exercício pedagógico de sua função maior. Levando em consideração como condição conceber a atuação pedagógica, sob a prática reflexiva e não meramente uma atividade técnica, se faz necessário que o docente se aproprie de saberes que adquirem processos reflexivos com o coletivo dos profissionais e em contínuo diálogo com as teorias de maneira indispensável, levando em consideração que a experiência por si só não é formadora. Neste sentido, o curso de História da UNESPAR do campus União da Vitória percebe a importância da formação de um professor crítico, reflexivo/pesquisador, ou seja, a formação de um profissional capaz de analisar sua própria prática e através desta estar preparado para contribuir com a formação continuada de pessoas capazes de

³¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

pensar, formar para o pensamento e não simplesmente para a recepção de informações.

Assim o licenciado depois de concluído o processo formativo total, deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de ensino e pesquisa em história em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. A partir da formulação do PPC estabelecido para o Curso de História, é possível estabelecer a formação pretendida para a atividade profissional, fundamentada na vinculação entre ensino e pesquisa, para estabelecer um perfil concreto da carreira dos egressos capazes de dominar os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento.

Para que essa formação profissional seja satisfatória, o curso deve levar em conta as necessidades do mercado de atuação de âmbito regional e as demandas que exigem a presença do professor de História em escolas, outras Universidades, Museus, Arquivos, Institutos e afins. Outra frente das demandas pelo profissional da História vai no sentido da participação em assessorias na produção de cartilhas pedagógicas, textos históricos, documentários e produtos audiovisuais em que o passado ganha representação e necessita de uma abordagem pedagógica em sua apresentação aos mais variados públicos como se verá no tópico do campo de atuação profissional. Espera-se, desta forma, que o profissional Licenciado em História saiba formular questões críticas relativas à atuação pedagógica do educador. Assim, quer-se que o egresso, tendo completado o tempo de graduação e sido aprovado na forma curricular, desenvolva as seguintes competências, em conformidade com a Base Nacional Comum para a formação inicial (Resolução no 2, de 20 de dezembro de 2019):

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre,

justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Competências específicas		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.	3.1 Comprometer-se como próprio desenvolvimento profissional.
1.2 Demonstrar conhecimentos sobre os estudantes como eles aprendem.	2.2 Criar saber gerir ambientes de aprendizagem.	3.2 Comprometer-se como a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
1.3 Reconhecer os contextos.	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos de conhecimento, competências e habilidades.	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com a família e com a comunidade.

1. Dimensão do conhecimento profissional	
Competências Específicas	Habilidades
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.
	1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.
	1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência (História) estabelecidos na BNCC e no currículo.
	1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos

	estudantes.
	1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.
	1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.
	1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.
	1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.
	1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.
	1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.
	1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.
	1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.
1.3 Reconhecer os contextos	1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.
	1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulam com os contextos socioculturais dos estudantes,

	para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.
	1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.
	1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.
	1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.
	1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.

2. Dimensão da prática profissional

Competências Específicas	Habilidades
2.1 Planejar ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.
	2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.
	2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas

	considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).
	2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes
	2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.
	2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.
	2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.

3.DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL	
Competências Específicas	Habilidades
3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional	3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.
	3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.
	3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.
	3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.
	3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.
3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender	3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.
	3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
	3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser

	capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.
	3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.
	3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.
3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos	3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.
	3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.
	3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.
	3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.
3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade	3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.
	3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.
	3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.
	3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a

	construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.
	3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.

A partir do desenvolvimento dessas competências da formação complementar e interdisciplinar previstas neste PPC, o licenciado estará capacitado para atuar em diferentes setores da sociedade agindo de forma a buscar suprimir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento. A partir da formulação do PPC estabelecido para o Curso de História da UNESPAR campus União da Vitória, os profissionais formados pelos cursos de licenciatura em História estarão aptos para exercer o ofício de professor de História para o Ensino Básico e Fundamental.

7. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura dos núcleos de formação são elaborados de acordo com as diretrizes curriculares do curso de História e as legislações complementares. Os estágios, TCC e ACC não seguem o padrão das aulas.

7.1. CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM COMPONENTES CURRICULARES			
NÚCLEO DE FORMAÇÃO	TIPO ³²	COMPONENTES CURRICULARES	C/H ³³
Grupo I - compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.	DIS	Políticas Educacionais	60
	DIS	Psicologia da Educação	60
	DIS	Didática da História	75
	DIS	Educação Patrimonial e Ambiental	90
	DIS	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena	75
	DIS	História Oral	60
	DIS	Direitos humanos, Diversidade e inclusão	75
	DIS	Linguagens e tecnologias no Ensino e História	60
	DIS	Libras	60

³² Tipo do componente curricular: Dis - Disciplina, AAC - Atividade Acadêmica Complementar, Est – Estágio, TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

³³ Incluí do Grupo III - b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História I	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História II	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História III	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História IV	60
SUB-TOTAL			855
Grupo II – compreende a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.	DIS	Teoria da História I	60
	DIS	Teoria da História II	60
	DIS	Teoria da História III	60
	DIS	Teoria da História IV	60
	DIS	Introdução a pesquisa histórica- IPH I	60
	DIS	Introdução a pesquisa histórica- IPH II	30
	DIS	História do Brasil Colonial I	60
	DIS	História do Brasil Colonial II	60
	DIS	História do Brasil Imperial I	60
	DIS	História do Brasil Imperial II	60

DIS	História do Brasil Republicano I	60
DIS	História do Brasil Republicano II	60
DIS	História Antiga I	60
DIS	História Antiga II	60
DIS	História Medieval I	60
DIS	História Medieval II	60
DIS	História Moderna I	60
DIS	História Moderna II	60
DIS	História Contemporânea I	60
DIS	História Contemporânea II	60
DIS	História da América I	60
DIS	História da América II	60
DIS	História da África	60
DIS	História do Paraná I	60
DIS	História do Paraná II	60

	DIS	Optativa (01)	60
	DIS	Optativa (02)	60
	DIS	Optativa (03)	60
	DIS	Optativa (04)	60
	DIS	Universidade e Sociedade I	75
	DIS	Universidade e Sociedade II	75
	AAC	Atividades Acadêmicas Complementares	60
	TCC	Produção de monografia	60
SUB-TOTAL			1980
Grupo III: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora.	EST	Estágio Curricular Supervisionado I	200
	EST	Estágio Curricular Supervisionado II	200
SUB-TOTAL			400
TOTAL GERAL			3.235

0

7.2 DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR

Seguem abaixo as distribuições dos componentes curriculares por série e suas cargas horárias discriminadas conforme os parâmetros da legislação vigente.

7.2.1 Primeira série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA				
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	TOTAL
1º Semestre							
DIS	Didática da História ³⁴	Presencial	50	05		20	75
DIS	Educação Patrimonial e Ambiental- EPA ³⁵	Presencial	50			40	90

³⁴Disciplina com 20 (vinte) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento

DIS	História do Brasil Colônia I	Presencial	50	10			60
DIS	Psicologia da Educação	Presencial	50	10			60
DIS	História Antiga I	Presencial	50	10			60
2º semestre							
DIS	História Antiga II	Presencial	50	10			60
DIS	Políticas Educacionais	Presencial	50	10			60
DIS	Optativa I	Presencial	50	10			60
DIS	Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena ³⁶	Presencial	50	05		20	75
DIS	História do Brasil Colônia II	Presencial	55	05			60
DIS	Universidade e Sociedade ³⁷	Programada	20			55	75
CARGA HORÁRIA ANUAL			525	75		135	735

³⁵ Disciplina com 40 (quarenta) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

³⁶ Disciplina com 20 (vinte) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

³⁷ Disciplina com 20 (vinte) horas teóricas na modalidade ACEC I e 55 (cinquenta e cinco) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

8

7.2.2 Segunda série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA				
TIPO	DESCRIÇÃO	OFER	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	TOTAL
1º Semestre							
DIS	Teoria da História I	Presencial	60	00			60
DIS	Libras	Presencial	60	00			60
DIS	História da África	Presencial	50	10			60
DIS	História Medieval I	Presencial	50	10			60
DIS	História Oral	Presencial	50	10			60
DIS	Linguagens e tecnologias no ensino de história	EAD total	60	00			60
2º Semestre							
DIS	História Medieval II	Presencial	50	10			60
DIS	História do Brasil Imperial I	Presencial	50	10			60
DIS	Teoria da História II	Presencial	60	00			60

82

DIS	Direitos humanos, Diversidade e inclusão ³⁸	Presencial	50	05		20	75
DIS	Optativa II	Presencial	50	10			60
DIS	Universidade e Sociedade ³⁹	Programada	10			65	75
CARGA HORÁRIA ANUAL			600	65		85	750

7.2.3 Terceira série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA					
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	ESTÁGIO	TOTAL
1º Semestre								
DIS	Teoria da História III	Presencial	60	00				60

³⁸Disciplina com 20 (vinte) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

³⁹ Disciplina com 10 (dez) horas teóricas na modalidade ACEC I e 65 (cinquenta e cinco) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

DIS	História Moderna I	Presencial	50	10				60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH I	Presencial	50	10				60
DIS	História América I	Presencial	50	10				60
DIS	Iniciação à Pesquisa Histórica-IPH	Presencial	40	20				60
2º Semestre								
DIS	História do Brasil Imperial II	Presencial	50	10				60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH II	Presencial	50	10				60
DIS	História do Brasil Republicano I	Presencial	50	10				60
DIS	História do Paraná I	EAD total	60					60
DIS	Optativa III	Presencial	50	10				60
Est	Estágio Supervisionado I ⁴⁰	Presencial	-		35		165	200
	Iniciação à Pesquisa Histórica-IPH	Programada		30				30
CARGA HORÁRIA ANUAL			510	120	35		165	830

⁴⁰ As atividades do “Estágio curricular supervisionado I” (200h) estão vinculadas à disciplina “Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH” Dentre as 200 (duzentas) horas destinadas às atividades de estágio, 35 (trinta e cinco) horas deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR, com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus, e em conformidade com o Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de História.

13

7.2.4 Quarta série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA					
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	ÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	ESTÁGIO	TOTAL
1º Semestre								
DIS	História Contemporânea I	Presencial	50	10				60
DIS	Teoria da História IV	Presencial	60	00				60
DIS	História do Paraná II	Presencial	50	10				60
DIS	História Moderna II	Presencial	50	10				60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História – MPEH III	Presencial	50	10				60
2º Semestre								
DIS	História Contemporânea II	Presencial	50	10				60
DIS	História América II	EAD total	60	00				60
DIS	História do Brasil Republicano II	Presencial	50	10				60
DIS	Optativa	Presencial	50	10				60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História – MPEH IV	Presencial	50	10				60

85

Est	Estágio Supervisionado ⁴¹	Presencial			40		160	200
Pped	Produção de Monografia-TCC	Programada	-	60				60
CARGA HORÁRIA ANUAL			520	140	40		160	860

7.2.5 Resumo da oferta

Ano / Série	CARGA HORÁRIA						
	TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	ESTÁGIO	ACC	TOTAL
Primeira série	525	75		135			735
Segunda série	600	65		85			750

⁴¹ As atividades do “Estágio curricular supervisionado I” (200h) estão vinculadas à disciplina “Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH” Dentre as 200 (duzentas) horas destinadas às atividades de estágio, 40 (quarenta) horas deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR, com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus, e em conformidade com o Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de História.

Terceira série	510	120	35	0	165		830
Quarta série	520	140	40	0	160		860
Atividade Acadêmica Complementar - AAC						60	60
TOTAL	2155	400	75	220⁴²	325	60	3.235

Carga Horária Total (CHT) Curso de História / UNESPAR União da Vitória	
Atividades Curriculares	CHT
Componentes Curriculares	2390
Estágio Curricular Supervisionado	400
Produção de Monografia -TCC	60
Atividades Acadêmicas Complementares - AAC	60
Extensão curricular	325*
Total do curso	3.235

⁴²As ACECs contabilizadas em 295 horas das colunas deste quadro, devem ser somadas 30 horas referentes a ACEC I já informada como carga horária teórica, perfazendo 325 horas correspondendo a 10 % da carga horaria total do curso

23 atividades regulares do curso de modo curricularizado

*A carga horária de extensão, de acordo com a legislação, não é acrescida à carga horária total do curso, mas permeia

8 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

O conjunto das disciplinas ofertadas no Curso de História são fruto de análise da documentação legal que regulamenta a formação de professores, as diretrizes curriculares para o ensino superior, a literatura científica, a prática cotidiana dos docentes, a percepção dos discentes e egressos; e o currículo oficial está dividido em obrigatórias, optativas, eletivas e extracurriculares, conforme apresentado nas subseções a seguir.

8.2 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

As disciplinas obrigatórias estão apresentadas nos quadros a seguir, indicando o nome, e as cargas horárias para Atividade Prática como Componente Curricular (APCC) e conteúdos teóricos, totalizando a oferta da disciplina em horas. A contextualização da curricularização da extensão será tratada em seção própria no corpo deste documento.

DISCIPLINA		Didática da História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	05		20		75
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Aspectos históricos, pedagógicos e legais do ensino no Brasil, suas dimensões estruturais e implicações para o ensino da disciplina de História. Parâmetros conceituais da formação da consciência histórica com implicações para o ensino e as abordagens que dialogam com as diversas correntes historiográficas. Atenção à ideia de aprendizagem histórica e desenvolvimento do pensamento histórico de estudantes. Desenvolvimento de atividades de extensão.

Código das habilidades BNCC: (EF01HI04) (EF01HI08)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. A crise na Educação. IN ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

CERRI, Luis Fernando (org.). *Ensino de História e Educação*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

GADOTTI, M. *Concepção Dialética da Educação – um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2000.

BARCA, I. **Educação e consciência histórica na era da globalização**. Braga: Universidade do Minho, 2011.

CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. A. **Educação histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: UNIJUÍ, 2011.

DISCIPLINA		Direitos humanos, Diversidade e inclusão			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	05		20		75
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Afirmção histórica dos direitos humanos. Diversidade, multiculturalismo e Inclusão. Fundamentação e inversão ideológica dos direitos humanos. Direito internacional dos direitos humanos e seus sistemas de proteção global e regional. Reconhecimento da diversidade e políticas públicas em direitos humanos. Tópicos de direitos humanos e inclusão.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI105)(EF08HI14)(EF09HI08)(EM13CHS502)(EM13CHS503)(EM13CHS605)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. 360º História sociedade e cidadania. 2. ed. São Paulo: FTD, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil/ o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GOMES, Adriana L. Limaverde. Atendimento educacional especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007

ROCHA, Ruth; ROTH, Otavio. Declaração Universal dos Direitos Humanos. São Paulo: Círculo do Livro, s.d..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Augusto Jobim; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima; BORGES, Rosa Maria Zaia (Orgs.). Direitos humanos e terrorismo. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Editora unisinos, 2009.

FLORES, Joaquín Herrera. Teoria crítica dos direitos humanos. Direitos humanos como produtos culturais. São Paulo: Lumen juris, 2009.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Método, 2014.

DISCIPLINA		Educação Patrimonial e Ambiental			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50			40		90
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O objetivo do curso é a construção da noção de Patrimônio Histórico, através dos processos que o originam e o consolidam. Visando-se a construção do conhecimento histórico na abordagem dos estudos patrimoniais e também da memória enquanto viés de pesquisas, objetivando identificar nos registros que se faz a riqueza das experiências humanas. Ao mesmo tempo refletir os temas, natureza, ambiente e sociedade, privilegiando os estudos sobre as bases epistêmicas, conceituais, métodos e abordagens da história ambiental, bem como as transformações no imaginário Ocidental acerca do mundo natural e as</p>					

ações antrópicas. Desenvolvimento de atividades de extensão.

Código das habilidades BNCC: (EF02HI09) (EF03HI04-07) (EF04HI04) (EF05HI10) (EM13CH102)(EM13CH302-04)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio*. 2ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Lamparina, 2009

BOSI, E. *Memoria e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Regina. "Tesouros humanos vivos" ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural - notas sobre a experiência francesa de distinção do "Mestre da Arte". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n ° 9.795, de 27 de abril de 1999.

COELHO, G. N.; VALVA, M. *Patrimônio Cultural Edificado*. Goiânia: UCG, 2001.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

DISCIPLINA		Estágio supervisionado I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	165	35			200
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	Estar matriculado na disciplina Métodos e Práticas do Ensino de História I
EMENTA	
<p>A disciplina visa orientar a elaboração de planos de trabalho docente, planos de aula e materiais didáticos para a prática de estágio supervisionado, bem como orientar a reflexão sobre a prática pela escrita do relatório de estágio. Desenvolvimento de atividades de Extensão. (Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente na qual as seis competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades servem ao discente como instrumentos de execução)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BARROS, José de Assunção. História e música. In: MOTTA, Márcia Menendes; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. História & parcerias. Rio de Janeiro: Edur, 2018.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.</p> <p>BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CASSIANO, Célia Cristina. O mercado do livro didático no Brasil do século XXI. São Paulo: UNESP, 2013</p> <p>MARIETA, Maria Moraes; OLIVEIRA, Margarida dias de (Org.) Dicionário do ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019.</p> <p>PINSKY, Carla. (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008</p>	

DISCIPLINA	Estágio supervisionado II				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
		160	40		200
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa orientar a elaboração de planos de trabalho docente, planos de aula e materiais didáticos para a prática do estágio final supervisionado, bem como orientar a reflexão sobre a prática pela escrita e apresentação do Trabalho Final de Estágio Supervisionado. Desenvolvimento de atividades de Extensão. (Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente na qual as seis competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARVALHO, Rayssa Andrade. <i>A educação antirracista no Brasil: alguns apontamentos sobre mulheres negras no ensino de História</i>. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.3, n. 2, 2014.</p> <p>DELIBERAÇÃO 04/06. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>DELIBERAÇÃO 07/06. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>DELIBERAÇÃO 03/18. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>FARIA, Maria Alice. <i>Como usar o jornal na sala de aula</i>. São Paulo: Contexto, 2013.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>SOBANSKI, Adriane [et. al]. O uso de quadrinhos: recortes e métodos. In: _____. <i>Ensinar e aprender História: história em quadrinhos e canções: metodologia ensino médio</i>. Curitiba, Base Editorial, 2010.</p> <p>SOUZA, Flávia Miguel de Souza; MARTINS, William de Souza Nunes. <i>História e</i></p>					

cinema: o cinema como fonte histórica. In: MOTTA, Márcia Menendes; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. História & parcerias. Rio de Janeiro: Edur, 2018.

TELLES, Helyom Viana. Um passado jogável? Simulação digital, videogames e história pública. Revista observatório, v2 n1, 2016.

VILELA, Túlio. Os quadrinhos na aula de história. In: RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro; BARBOSA, Alexandre [et. al]. Como usar as histórias em quadrinhos. São Paulo: Contexto, 2020.

DISCIPLINA		História Antiga I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A proposta desta disciplina é a leitura crítica e análise da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Oriental, evidenciando seus aspectos sociais, econômicos e políticos por meio da análise de textos e documentos do e sobre o período. O eixo de discussões evidenciará aspectos que dizem respeito, sobretudo, aos modos de experiência do tempo, da política e da religiosidade no cotidiano das sociedades em questão. A disciplina abordará também os diversos modos de leitura da Antiguidade no presente, desde os seus usos políticos até os múltiplos sentidos das interpretações historiográficas, passando pelos discursos midiáticos. Código das habilidades BNCC: (EF05HI03) (EF06HI09-13) (EM13CHS105)</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, C. F. S. *Antiguidade Oriental*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
 CARDOSO, C. F. S. *Sociedades do Antigo oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986.
 PINSKI, J. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Editora Contexto, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOUZON, E, *Ensaio Babilônicos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
 CARDOSO, C. F. S. *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora da UnB, 1994.
 FRAHM, E. (Ed.). *A companhia da Assíria*. New Haven: Yale University, 2017.
 LÉVÊQUE, P. (Org.). *As primeiras civilizações (3 vols.)*. Lisboa: Edições 70, 1990.

DISCIPLINA		História Antiga II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A proposta desta disciplina é a leitura crítica e análise da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Clássica e Tardia, evidenciando seus aspectos sociais, econômicos e políticos por meio da análise de textos e documentos do e sobre o período. O eixo de discussões evidenciará aspectos</p>					

que dizem respeito, sobretudo, aos modos de experiência do tempo, da política e da religiosidade no cotidiano das sociedades em questão. A disciplina abordará também os diversos modos de leitura da Antiguidade no presente, desde os seus usos políticos até os múltiplos sentidos das interpretações historiográficas, passando pelos discursos midiáticos.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI17) (EF06HI19)(EMCHS104)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, C. F. S. *Antiguidade Oriental*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
CARDOSO, C. F. S. *Sociedades do Antigo oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986.
PINSKI, J. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIVERANI, M. *Antigo Oriente: história, sociedade e economia*. São Paulo: Edusp, 2016.
REDE, M. *Família e patrimônio na antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
SAND, S. *A invenção do povo judeu*. São Paulo: Editora Benvirá, 2011.

DISCIPLINA		História da África			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Esta disciplina prevê o estudo da História da África moderna e contemporânea (século XV até o presente), focando os processos internos e a participação africana diante da conquista e da colonização.

Código das habilidades BNCC: (EF03HI03)(EF05HI08)(EF07HI14-16)(EF08HI23) (EF08HI26)(EMCHS202)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MBEMBE, Achile. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
VISENTINI, Paulo Fagundes. *História da África e dos africanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014
ZERBO, J. K. *História Geral da África*. São Paulo: Ática-Unesco, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

M^{re}BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações*. Até ao Século XVIII. Lisboa: Vulgata, 2003.
HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *Tradição Viva*. In: *História Geral da África: Metodologia e Pré- História da África*. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010.
LOVEJOY, P. **Escavidão na África**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

DISCIPLINA	História da América I				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Estudo da História da América e Caribe, englobando a análise e a compreensão das conjunturas sociais e econômicas dos povos pré-colombianos, os processos de exploração e povoamento, as tensões sócio-políticas entre populações americanas e os domínios espanhol, francês e anglo-saxônico.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI08) (EF08HI07-9) (EF08HI19)(EM13CHS203)(EM13CHS602)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.) <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>BARTRA, R. <i>Tributo e posse da terra na sociedade asteca</i>. In:</p> <p>BELLOTTO. M.L. e CORRÊA, Anna M. Martinez. <i>A América de Colonização Espanhola: Antologia de textos históricos</i>. São Paulo: Mussite, 1991</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>PORTUGAL, Ana Raquel. O ayllu andino nas crônicas quinhentistas: um polígrafo na literatura brasileira do século XI. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.</p> <p>BETHEL, L. (Org.) História de América Latina. La América precolombina y la conquista. Barcelona: Editorial Crítica, Cambridge University Press, 1990. v. 1.</p> <p>_____. História de América Latina. América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, Cambridge University Press, 1990, v. 2.</p>	

DISCIPLINA		História da América II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60	00				60
OFERTA	EAD Total				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo da História da América, englobando as lutas pela independência, as revoltas e os conflitos latino-americanos contemporâneos.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF08HI10-11) (EF08HI13) (EF08HI19) (EF08HI25) (EM13CHS203)(EM13CHS602)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>VAINFAS, Ronaldo. América 1492: encontro ou desencontro? Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993. p. 29-32.</p> <p>SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. Os modos indígenas. In: A América Latina na época colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>WACHTEL, N. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: América Latina colonial. São Paulo: Edusp, 1997.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.</p> <p>CHAUNU, P. História da América Latina. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.</p> <p>GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 24ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.</p>					

DISCIPLINA		História do Brasil Colonial I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo das características e modalidades fundamentais da colonização portuguesa na América e dos principais temas e debates da historiografia sobre a Colônia. Através do estudo de obras clássicas, trabalhos recentes e de documentos históricos, diferentes análises sobre a sociedade colonial e sobre as múltiplas experiências e práticas dos colonos serão discutidas, procurando contemplar as novas tendências, metodologias, fontes e objetos que marcaram os estudos sobre a América portuguesa nos últimos anos.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EFEF06HI05-06)(EF07HI03)(EF07HI11)(EF08HI12) (EF08HI14)(EM13CHS201)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ALENCASTRO, Luiz. Felipe de. <i>O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>ALGRANTHI, Leila, Megan. <i>Honradas e devotas: Mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimento do sudeste do Brasil 1750-1822</i>. Rio de Janeiro. José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.</p> <p>ARAUJO. Emanuel. <i>O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial</i>. Rio de Janeiro: José Olympio. 2008</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A geografia do crime: Violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BOXER, Charles. A idade do ouro do Brasil. Dores e crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Escravismo no Brasil. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

DISCIPLINA		História do Brasil Colonial II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
55	05				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso estruturar-se-á em torno das questões de cultura e sociedade, adentrando nas questões de religiosidade, gênero, educação, saberes e técnicas na América Portuguesa. A questão da escravidão e das mestiçagens será foco sempre presente nos debates, bem como dar-se-á ênfase aos movimentos de contestação e crise do sistema.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF07HI12) (EF07HI16) (EF08HI14) (EM13CHS401)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARAÚJO, Emanuel. Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 83-187.
PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia). 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
MONTEIRO, John. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57-98.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Karita de Fátima. Os inconfidentes nas Minas Gerais: uma relação entre a geografia e a literatura setecentista de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Avarenga Peixoto. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2014.
BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de História, vol. 18, n. 36, 1998.
BOXER, Charles. "Pureza de sangue" e "raças infectas". In: O Império Colonial Português (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1981, p. 242-262.

DISCIPLINA		História do Brasil Imperial I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
As posturas teórico-interpretativas da formação imperial brasileira. A sociedade brasileira e os interesses contraditórios na formação do Estado Nacional diante das especificidades da "Independência" do Brasil. O Primeiro					

reinado e o período regencial. Além das relações da economia, Estado, sociedade e cultura ao longo do século XIX: mudanças e permanências.

Código das habilidades BNCC: (EF08HI15-17) (EF08HI20-22) (EM13CHS204) (EM13CHS603)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BERBEL, Márcia, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Elciene, Orfeu da Carapinha. A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1999.

BANDEIRA, Luiz Moniz Bandeira – O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 2a. ed., Brasília, Editora da UNB, 1995.

COSTA, Wilma Peres. A espada de Dâmocles. O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

DISCIPLINA		História do Brasil Imperial II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Discussão aprofundada sobre o segundo reinado, a transição da sociedade escravista para a capitalista e do estado monárquico para o republicano. Além de temas pontuais da experiência imperial brasileira: nação, cidadania, escravidão e tráfico de escravos, economia, cultura, abolição, etc.

Código das habilidades BNCC: (EF08HI15-18) (EF08HI20-22) (EF08HI24) (EM13CHS204) (EM13CHS603)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980.
GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011
HORNE, Gerald. O Sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco – Homens livres na ordem escravocrata. 3ª. ed., SP, Kairós, 1983.
GOMES, F.S. e REIS, J.J., (orgs.), Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
MACHADO, M. H. P. T. O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição. S. Paulo/R. de Janeiro: Edusp/Ed. UFRJ, 1994.

DISCIPLINA		História do Brasil Republicano I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Discussão sobre a história política e social do Brasil no período da dissolução do modelo político Imperial enfatizando instauração do regime Republicano até o final da era Vargas. Problemas da Historiografia brasileira sobre a Primeira República. Investigação sobre a participação popular e seus impasses com o advento do capitalismo industrial e as transformações econômico-sociais na estrutura da sociedade, tudo permeado por uma discussão sobre a vida cultural.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI01-06)(EM13CHS205)(EM13CHS303-4)(EM13CHS403)(EM13CHS504) (EMCHS606)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CARVALHO, J. M. <i>A formação das almas: o imaginário da república no Brasil</i>. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.</p> <p>_____. <i>Os bestializados. Rio de Janeiro e a República que não foi</i>. São Paulo: Cia das Letras, 1987.</p> <p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CARONE, Edgar. <i>A República Velha. Instituições e classes sociais.(1889-1930)</i>. Rio de Janeiro: Difel, 1978</p> <p>LEMONS, Renato. <i>A alternativa republicana e o fim da monarquia</i>. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. <i>O Brasil Imperial</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 .Vol III</p> <p>MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. <i>Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos</i>. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.</p>	

DISCIPLINA		História do Brasil Republicano II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Discussão sobre a história política e social do Brasil no período republicano, no período entre a redemocratização após o Estado Novo até os eventos contemporâneos do início do século XXI. Problemas da Historiografia brasileira sobre a República. Investigação sobre a ampliação e retrocessos da participação popular na vida política com restrições da cidadania e os processos de modernização dos regimes autoritários e neoliberais. As transformações econômico-sociais na estrutura da sociedade, sob regimes democráticos. Ampla discussão sobre a vida cultural na contemporaneidade.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI07-09) (EF09HI17-27)(EM13CHS205)(EM13CHS303-4)(EM13CHS403)(EM13CHS504)(EMCHS606)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CAPELATO, Maria Helena. <i>Os Arautos do Liberalismo</i>. São Paulo: Brasiliense, 1988. 258p</p> <p>FICO, Carlos. <i>Além do golpe</i>. Rio de Janeiro: Record, 2004.</p> <p>LENHARO, Alcir. <i>Sacralização da política</i>. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986. 218 p</p> <p>NAPOLITANO, Marcos. <i>1964: história do Regime Militar Brasileiro</i>. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 365 p</p>					

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 709

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Angela de Castro. Olhando para dentro. 1930-1964. São Paulo: Fundacion MAPFRE/Objetiva, 2013.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira das ilusões perdidas a luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUISONI, Divo. O livro negro da ditadura. Org. São Paulo: Ed Anita, 2014 p 93-166 caps 12 a 21

DISCIPLINA		História do Paraná I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60	00				60
OFERTA	EAD Total				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo da sociedade paranaense da formação as instituições entre: propriedade, trabalho e ideologia, através da análise documental e das diferentes abordagens historiográficas.</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF03HI09-12)(EM13CHS106)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

AVE-LALLEMANT, Robert. 1858, *Viagem pelo Paraná*. Curitiba: fundação Cultural, 1995.
 CAMPIGOTO, José Adilçom; SOCHODOLAK, Hélio. *Estudos em história cultural na região sul do paraná*. Guarapuava-Pr: UNICENTRO, 2008.
 IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Hucitec, 1988

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDREAZZA, Maria Luiza. Imigrantes insurgentes: a experiência dos escravos de Antônio Olinto. In: *Paraná Insurgente: histórias e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.
 BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. O Breno dos Curitibanos. A participação do Barão de Antonina na separação da Comarca de Curitiba (1842-1853). In: COSTA, Hilton. *O Paraná pelo caminho – Justiça*. Curitiba: Máquina de Escrever, 2017.
 _____. Mulas em movimento: o mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX. In: *Anos 90, Porto Alegre*, v. 23, n. 44, p. 207-230, dez. 2016.
 CHAGAS, Nádia M.; MOTA, Lúcio Tadeu. *História do Paraná: pré-história, colônia e império*. Maringá: EDUEM, 2011.

DISCIPLINA		História do Paraná II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Estudo da sociedade paranaense e movimentos sociais entre: propriedade, trabalho e ideologia, através da análise documental e das diferentes abordagens historiográficas.

Código das habilidades BNCC:(EF03HI09-12)(EM13CHS106)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNEIRO, David. O paraná e a revolução federalista. 2 ed. Curitiba-PR: Secretaria da Cultura e do Esporte, 1982.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas. (1912-1916), Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004.

WEHLING, Arno; ZEFERINO, Augusto César. 100 anos do contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AURAS, M. Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis. Ed. UFSC/Cortez Ed. 1984.

BERNADET, J. C. Guerra camponesa no Contestado. São Paulo, Global. 1979.

BRUNELO, Leandro. Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná. Dissertação Mestrado UEM, 2008.

DISCIPLINA		Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	05		20		75
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Visão global da evolução histórica da África no período moderno e contemporâneo e sua correlação com a história do Brasil. História dos povos originários do Brasil. As trocas culturais, os processos de resistência e o processo complexo de mestiçagens. A condição do negro e do indígena no Brasil desde o descobrimento. Cultura e identidade indígena e afro-brasileira no século XX. As formas integração\exclusão do negro e do indígena na sociedade brasileira.

Código das habilidades BNCC:
(EF04HI10)(EF06HI07)(EF07HI09)(EF07HI12)(EF09HI13-14)(EM13CHS502-4)(EM13CHS601)(EM13CHS605)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCASTRO, Luiz. Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala (formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal). Rio de Janeiro: Jos
GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves E. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3ª ed. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2011 e Olympio, 1946.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOURA, Gloria. Cultura afro-brasileira nosso patrimônio. Brasília: FCP, 2012.
MONTERO, P. Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006
PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
SAVOIA, Sandro Cavalieri. História e cultura afro-brasileira e africana. Curitiba-Pr: SEED/Pr, 2006.

DISCIPLINA		História Medieval I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina objetiva principalmente fornecer um instrumental básico necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de História Medieval, com ênfase no período denominado Alta Idade Média (séculos V-IX). Os estudos abrangerão conteúdos diversificados, métodos e técnicas de pesquisa, trabalho com documentos e desenvolvimento de análise crítica. Dividimos o enfoque do curso em três áreas principais: o Ocidente Medieval; O Império Bizantino e o Mundo Islâmico.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI14-16)(EM13CHS103)(EM13CHS402)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDERSON Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>BROWN, P. "Antiguidade Tardia" in ARIES, P. & DUBY, G. (orgs.) História da Vida Privada. Vol. 1 São Paulo: Companhia das Letras, 1989.</p> <p>DUBY, G. História da vida privada: da Europa feudal à Renascença. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

ARIÈS, P. e DUBY, G. (org.) História da vida privada: do império romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
 BATISTA, J. N. História da Baixa Idade Média (1066-1453). São Paulo: Ática 1989.
 BLOCH, M. Os reis taumaturgos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 DUBY, G. Guerreiros e Camponeses. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DISCIPLINA		História Medieval II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina objetiva principalmente fornecer um instrumental básico necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de História Medieval, com ênfase no período denominado Baixa Idade Média (séculos X-XV). Os estudos abrangerão conteúdos diversificados, métodos e técnicas de pesquisa, trabalho com documentos e desenvolvimento de análise crítica. Dividimos o enfoque do curso em três áreas principais: o Ocidente Medieval; O Império Bizantino e o Mundo Islâmico.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI17-19)(EM13CHS103)(EM13CHS402)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
 HEERS, J. *História Medieval*. Lisboa: Difel, 1986.
 LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente Medieval*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
 LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente Medieval*. Vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLOCH, M. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 DUBY, G. *Guerreiros e Camponeses*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
 _____. *Ano Mil, Ano Dois mil: na pista dos nossos medos*. São Paulo: Unesp, 1998.
 _____. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
 DUCELLIER, A.; KAPLAN, M.; MARTIN, B. *A Idade Média no Oriente: Bizâncio e o Islão (dos bárbaros aos Otomanos)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994

DISCIPLINA		História Contemporânea I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Panorama de estruturação e definição das condicionantes históricas da realidade contemporânea. Discussão sobre as Revoluções, o período napoleônico, a					

formação do Estado-nação e do nacionalismo. Transição colonialismo - imperialismo. Questionamentos acerca da I Guerra Mundial e o período conhecido como Entre-Guerras.

Código das habilidades BNCC(EF08HI01-05)(EF09HI10-15)(EF09HI28)(EF09HI31-36) (EM13CHS305)(EM13CHS604)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
 CATANI, A. M. *O que é Imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
 HOBBSAWN, E.J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
 HOBBSAWN, E.J. *A era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTONE, M. & DE FRANCESCO, A. (Eds) *RethinkingtheAtlantic World: EuropeandAmerica in the age ofdemocraticrevolutions*. Nova York: PalgraveMacmillan, 2009.
 ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
 BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
 FURET, François. *A Revolução em debate*. Bauru: EDUSC, 2001.

DISCIPLINA		História Contemporânea II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A Segunda Guerra Mundial e o período pós-guerra: descolonização e Guerra Fria. Década de 1970 em diante: os debates sobre globalização, sociedade pós industrial e tempos pós-modernos. A perestroika e a derrubada do socialismo no Leste Europeu. Conceitos importantes, como revolução, capitalismo, fascismo, socialismo, (des)colonização, globalização. - Análise crítica sobre as dicotomias “Ocidente/Oriente”, “desenvolvimento e subdesenvolvimento”, “Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo”, “moderno/pósmoderno”, “sociedade industrial/sociedade pós-industrial” o surgimento da tensão Modernidade/ Pós-modernidade.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI28)(EF09HI31-36). (EM13CHS305)(EM13CHS404)(EM13CHS604)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>AGAMBEM, Giorgio. <i>O que resta de Auschwitz?</i> São Paulo: Boitempo, 2008. ARENDT, Hannah. <i>Origens do Totalitarismo</i>. São Paulo: Cia das Letras, 1989. BARROS, Edgard Luiz de. <i>A guerra fria</i>. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988. BLACKBURN, Robin (org). <i>Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo</i>. São Paulo: Paz&Terra, 1993.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANDERSON, Perry. <i>As origens da Pós-Modernidade</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. ARENDT, Hannah. <i>Homens em tempos sombrios</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. BARANOWSKI, Shelley. <i>Império nazista: o imperialismo e o colonialismo alemão de Bismarck a Hitler</i>. São Paulo: Edipro, 2014. BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. <i>A revolução mexicana</i>. São Paulo: Editora Unesp, 2010.</p>	

BECK, Ulrich. A Europa alemã: a crise do euro e as novas perspectivas de poder. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

DISCIPLINA		História Moderna I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso objetiva, principalmente, fornecer um instrumental necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de história moderna. Centrando nossas reflexões inicialmente numa dimensão de conceituar a História Moderna e explorar seu desenvolvimento; problematizar a desintegração do feudalismo e a transição para o Capitalismo a cristandade e o problema das heresias, o Renascimento.</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF07HI01-06)(EM13CHS206)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.</p> <p>A OUTRA história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.</p> <p>ARRUDA, José Jobson de Andrade. História moderna e contemporânea. São Paulo: Ed. Ática, 1986.</p> <p>BURCKHARDT, Jacob. A cultura do renascimento na Itália: um ensaio. São</p>					

Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
BRAUDEL, Fernand. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
DELUMEAU, Jean. A Civilização do Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

DISCIPLINA		História Moderna II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso objetiva, principalmente, fornecer um instrumental necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de história moderna. Para tanto serão tematizadas as questões sobre o Estado Absolutista e os teóricos do absolutismo. O Estado e o mercantilismo. O liberalismo e as Revoluções Inglesas. As crises econômicas do século XVII.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF07HI07-08)(EF07HI13)(EF07HI17)(EF08HI01)(EM13CHS201)</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRUDA, José Jobson. A revolução Inglesa. São Paulo: Brasiliense, 1999.
 BURKE, Peter. A fabricação do rei: a construção a imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 BURKE, Peter. A fabricação do rei: a construção a imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. São Paulo Companhia das Letras, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
 BRAUDEL, Fernand. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
 _____. O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
 BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
 CORVESIER, André. História Moderna. São Paulo: Difel, 1983.

DISCIPLINA		História Oral			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

A história oral em seu desenvolvimento histórico. Principais problemas teóricos do método. Polarização entre memória e História. Instrumentos de registro e conversão histórica. Prática documental e trabalho em laboratório específico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTI, Verena. História Oral: A experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989

_____. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

_____. Manual de história oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTI, Verena. História dentro de história. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994

FERRO, Marc. A história Viglada. São Paulo: Martins Fontes, 1988

DISCIPLINA		Iniciação a Pesquisa Histórica I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
40	20				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Planejamento, orientação e delegação de atividades direcionadas para a elaboração de projeto de pesquisa e de monografia. Normas para apresentação científica e parâmetros de pesquisa.</p> <p>O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no ensino fundamental e competência 1 no ensino Médio.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.</p> <p>BARROS, José D'Assunção. Teoria e formação do historiador. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.</p> <p>BURKE, Peter. História e Teoria Social. São Paulo: Editor Unesp. 2002.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.</p> <p>DOSSE. A História em Migalhas: Editora Ensaio, 1994.</p> <p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1995.</p>	

DISCIPLINA	Iniciação a Pesquisa Histórica II				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	30				30

OFERTA	Programada
PRÉ-REQUISITOS	Ter sido aprovado na disciplina Iniciação a Pesquisa Histórica I
EMENTA	
<p>Planejamento, orientação e delegação de atividades direcionadas para a elaboração de projeto de pesquisa e de monografia. Normas para apresentação científica e parâmetros de pesquisa.</p> <p>O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no ensino fundamental e competência 1 no ensino Médio.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BURKE, Peter. História e Teoria Social. São Paulo: Editor Unesp. 2002. _____(org). A escrita da História. São Paulo: UNESP, 1982. CARDOSO, Ciro Flamarion. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 2007. DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade. GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo: Bertrand, 1986.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Difel, 1989 LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. _____. História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. _____. História: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.</p>	

DISCIPLINA	Libras				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
60				60	
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Propriedades das línguas humanas e as línguas de sinais. Os estudos das línguas de sinais e a língua brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EM13CHS501)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BRANDÃO, F. Dicionário Ilustrado de libras: Língua brasileira de sinais. São Paulo: Global Editora, 2011.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, corde, 1997</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.436, de 24/04/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>MOURA, LODI & PEREIRA. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre/RS. Artes Médicas. 1997.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1. 222 p.</p> <p>SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.</p>					

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em formação na licenciatura para a realização do estágio e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>.(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>CASSIANO, Célia Cristina. O mercado do livro didático no Brasil do século XXI. São Paulo: UNESP, 2013.</p> <p>KARNAL, Leandro. História na sala de aula. Conceitos práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). *Ensinar a ensinar: didática para escola fundamental e média*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 201 p

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 283 p

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: ArtMed Editora, 1999. 90 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). **Escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542

OLIVEIRA, Margarida Dias (org.). *Como se formam os professores de História: vivências e experiências de iniciação à docência*. Natal, EDFURN, 2009.

PINSKY, Jaime (Org.). **12 faces do preconceito**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História III			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de					

formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.

(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCO, Aléxia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo [et. al.] Ensinos de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) Novos temas nas salas de aula de História. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). JörnRüsen: e o ensino de história. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.

DISCIPLINA	Metodologia e Prática do Ensino de História IV				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensinar a ensinar: didática para escola fundamental e média. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 201 p</p> <p>FRANCO, Aléxia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo [et. al.] Ensinos de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.</p> <p>KARNAL, Leandro. História na sala de aula. Conceitos práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.
GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542
OLIVEIRA, Margarida Dias (org.). Como se formam os professores de História: vivências e experiências de iniciação à docência. Natal, EDFURN, 2009.

DISCIPLINA		Políticas Educacionais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Aspectos históricos, pedagógicos e legais do ensino no Brasil, suas dimensões estruturais e implicações para o ensino da disciplina de História. Abordagens sobre Direitos Humanos, visando não só sua conceituação como a reflexão sobre sua historicidade e pensar nas implicações para o ambiente educacional. Analisar documentos nacionais e internacionais referentes à educação e aos direitos humanos. Problematizar questões específicas relativas aos direitos humanos, como preconceito, discriminação, violência, políticas públicas, currículos escolares.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI16) (EF09HI23)(EF09HI36)(EM13CHS501)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>.
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente.
ROMANELLI, O.O. História da Educação no Brasil. 23. ed. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. Avaliação da educação: novos desafios em contexto de municipalização. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.
CORREA, Werle Flávia Obino a. Sistema Municipal de Ensino: contexto do Sistema de Avaliação da Educação Básica. ANPED, trabalho encomendado, 2009. Captura em WWW anped.org.br, dia 26 de junho de 2011.
CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda; KRAMER, Sônia. Formação de profissionais da Educação Infantil: um desafio para as políticas municipais de educação face às exigências da LDB. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

DISCIPLINA		Produção de Monografia - TCC			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	60				60
OFERTA	Programada				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Pesquisa e redação de texto monográfico de acordo com as normas ABNT, visando formação técnico científica. Sessões de orientação às etapas do desenvolvimento da pesquisa e da produção escrita dentro do rigor metodológico, os projetos são divididos por área de conhecimento entre os professores do colegiado. As orientações são realizadas uma vez por semana em horário estabelecido no cronograma semanal do curso em horário regular de aula.

O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e competência 1 no Ensino Médio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LANGLOIS, CH. V. SEIGNOBOS, C.H. Introdução aos estudos históricos. Trad. Laerte de Almeida Morais. São Paulo: Renascença, 1946.

LUCA, Tânia Regina de. Práticas de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2020

PINSKY, Carla. (Org.) Fontes históricas. São Pulo: Contexto, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURKE, Peter. (org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo:UNESP, 1992.

DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. São Paulo: Forense, 2000.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1990.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. 6. ed. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA		Psicologia da Educação			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Relação entre Psicologia e Educação. Principais abordagens psicológicas e suas contribuições para a Educação. Ensino e aprendizagem em diferentes perspectivas: Inatismo, Empirismo e Interacionismo. Teorias contemporâneas do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Psicologia da educação e temas atuais do contexto educacional.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência Normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.</p> <p>BOCK, A. M. B. & FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. T. A Psicologia ou as psicologias. In: Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>FREIRE, I. Raízes da Psicologia: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia. 13ed. São Paulo: Saraiva, 1999</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANTUNES, M.A.M. & MEIRA, M.E.M. Psicologia Escolar: práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003</p> <p>BARROS, C.S.G. Pontos de psicologia Escolar. Lisboa. Moraes, 1988.</p> <p>FRED. S. Keller. A definição da psicologia. São Paulo, Perspectiva, 1984.</p> <p>FRELLER, C. Histórias de Indisciplina Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.</p>	

DISCIPLINA		Teoria da História I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina prevê o estudo dos conceitos fundamentais da História enquanto conhecimento cientificamente produzido. Prevê também discussões acerca da natureza e fundamento do conhecimento histórico de forma ampla, acercando-se das diferentes visões e abordagens que a História apresentou ao longo do tempo.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competências no Ensino Médio.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI01)(EM13CHS101)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BARROS, José D'Assunção. <i>Teoria da História</i>. Petrópolis: Vozes, 2011 (4 volumes).</p> <p>BLOCH, Marc. <i>Introdução à História</i>. Lisboa. Publicações Europa-América, s/d.</p> <p>BURKE, Peter. <i>A escrita da História</i>. São Paulo: UNESP, 1992</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

AROSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.
 BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
 CARR, E. Que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DISCIPLINA		Teoria da História II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A proposta desta disciplina é expor questões epistemológicas e metodológicas sobre o conhecimento histórico ao longo do tempo, com ênfase em apresentar o processo de institucionalização dos estudos históricos no século XIX.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI02)(EM13CHS301)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.
 HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das letras, 2000.
 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOURDIEU, Pierre. Os usos da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
 CUNHA, Flávio José Saliba. História & sociologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2007;
 BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. O sociólogo e o historiador. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
 DIAS, Vanessa Tavares. Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil. Cronos, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 145-161, jul./dez. 2009.

DISCIPLINA		Teoria da História III			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina refere-se à natureza do fazer histórico, a identificação dos procedimentos e das etapas-chaves da prática investigativa dos historiadores, referindo-se ao estudo dos conceitos fundamentais das principais teorias e filosofias do século XX.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do</p>					

Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI01)(EM13CHS301)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. *A História em migalhas*. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHARTIER, Roger. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de. (Org.) *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DISCIPLINA		Teoria da História IV			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Esta disciplina prevê o estudo dos fundamentos da crítica historiográfica contemporânea nos séculos XX e XXI, referindo-se à compreensão das crises epistemológicas e metodológicas da historiografia, bem como o diálogo interdisciplinar da prática historiográfica.

Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI02)(EM13CHS101)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GINZBURG, Carlo [et.all]. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das letras, 2000.

HOBSBAWM, Eric [et.all]. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.
CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton University Press, 2007.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

DISCIPLINA

Universidade e Sociedade I

CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
20			55		75
OFERTA		Programada			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. semestre do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.</p> <p>Competência 4 do Ensino fundamental e Competências 4, 5 e 6 no Ensino Médio</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF08HI14)(EF09HI09)(EF09HI15-16)(EF09HI25-27)(EF09HI36)(EM13CHS403-404)(EM13CHS501-504) (EM13CHS601-606)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>50 ANOS de extensão rural paranaense. Curitiba: EMATER, 2006.</p> <p>CATÁLOGO de projetos de extensão. Maringá-PR: UEM/Imprensa Universitária, 2002</p> <p>CARVALHO, Célia Regina de; CIRÍACO, Klinger Teodoro; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. <i>Contextos formativos no ensino, pesquisa e extensão universitária</i>. Curitiba: CRV, 2015.</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, M. L. A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 2000.
 BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
 FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.
 GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542

DISCIPLINA		Universidade e Sociedade II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
10			65		75
OFERTA	Programada				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. ano do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.</p> <p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas</p>					

educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. semestre do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.

Competência 4 do Ensino fundamental e Competências 4, 5 e 6 no Ensino Médio

Código das habilidades BNCC:(EF08HI14)(EF09HI09)(EF09HI15-16)(EF09HI25-27)(EF09HI36)(EM13CHS403-404)(EM13CHS501-504) (EM13CHS601-606)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do conhecer e do agir coletivo. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 7(2): 5-25, agosto/2001.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?. *Instituto Paulo Freire*, 2017.

ROCHA JUNIOR, Alberto Ferreira da. *Cultura e extensão universitária: a produção de conhecimento comprometida com o desenvolvimento social*. São João del-Rei, MG: Malta, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). *JörnRüsen: e o ensino de história*. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória D'África em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2008.

DISCIPLINA	Linguagens e tecnologias no Ensino de História				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
60				60	
OFERTA	EAD total				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Analisar processos de incorporação e trabalho pedagógico com diversas tecnologias e linguagens no processo de ensino e aprendizagem de História. Nessa perspectiva novas linguagens e tecnologias funcionarão instrumentos, meios, para uma aprendizagem histórica capaz de desenvolver a competência narrativa dos estudantes, linguisticamente e com pensar lógico para auxiliá-los a pensar historicamente.</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF06HI15) (EF06HI19) (EF07HI08) (EF07HI14) (EF09HI12)(EM13LGGCHS103)(EM13LGGCHS403)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>HAGEMEYER, Rafael Rosa. História e audiovisual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.</p> <p>KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2005</p> <p>RODRIGUES, André Wagner. História, historiografia e ensino de história em relação dialógica com a teoria da complexidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>LEITE, Priscila Gontijo et. all. <i>Ensino de história, tecnologias e metodologias ativas: novas experiências e saberes escolares</i> [recurso eletrônico] João Pessoa: Editora do CCTA, 2022</p> <p>RADFORD, Luis; MOREY, Bernadete; MENDES, Iran Abreu (org.). <i>Cognição matemática: história, antropologia e epistemologia</i>. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.</p>					



MAGALHÃES FILHO, Antonio Germano; ARAUJO, Fátima Maria Leitão (Orgs). *Ensino & linguagens da história*. Fortaleza: EdUECE, 2015
XAVIER, Edson; PRESTES FILHO, Ubirajara F. *História interativa*. 1 ed. Tatuí: Casa Publicadora, 2008.

8.3 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Além das disciplinas obrigatórias os estudantes de História devem cumprir 4 (quatro) disciplinas de 60 horas na modalidade optativa, que segundo a orientação da Pró-reitora de Graduação da UNESPAR:

[...] estão computadas na carga horária obrigatória total do Curso. Quando da exigência nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de graduação, estas disciplinas devem ser ofertadas pelo próprio colegiado. Em caso de Cursos em que esta exigência não ocorra, bem como daqueles que não possuem diretrizes próprias, ainda assim torna-se facultativo ao colegiado a oferta ou não destas disciplinas. As optativas representam uma oportunidade de aprofundamento e/ou direcionamento pelo estudante na área de estudo, devendo constar em um rol previamente definido no PPC do próprio Curso do estudante, incluindo a carga horária da disciplina. Anualmente, em período anterior à renovação da matrícula pelo estudante, cada colegiado deve propor ao Centro de Área no qual pertence, as disciplinas optativas as quais pretende ofertar. Como tais disciplinas compõem a carga horária obrigatória total do Curso, o colegiado, já no PPC, deve informar quantas disciplinas optativas deverão ser cursadas em cada período letivo. (UNESPAR, 2017)

Atendendo a estes parâmetros as disciplinas optativas do curso serão ofertadas uma para cada série a cada ano, simultaneamente em um mesmo dia da semana ao segundo semestre e permitem a livre escolha do discente entre elas até o limite de vagas definidas a cada ano letivo pelo colegiado de curso e informado aos alunos pelo coordenador que matricula os alunos e informa a secretaria. A título de optativas podem ser cumpridas por parte do aluno até 02 (duas) disciplinas em outros cursos da UNESPAR de modo substitutivo.

DISCIPLINA		Estudos Avançados em História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre correntes historiográficas. Discussão de problemas historiográficos contemporâneos. Exploração de novos conceitos teóricos em história.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>DOSSE, François. <i>A História</i>. São Paulo: EDUSC, 2003.</p> <p>HARTOG, François. <i>Evidência da História</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>KOSELLECK, Reinhart. <i>Futuro passado</i>. Rio de Janeiro: PUC, 2011</p> <p>TALEB, Nassim Nicholas. <i>A lógica do cisne negro</i>. São Paulo: Best seller, 2008</p>					

DISCIPLINA		Ensino de História e Material Didático			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina tem como objetivo apresentar questões relacionadas ao ensino de história e a construção do material didático, considerando como aspectos de grande influência a teoria e prática. Visa a análise, elaboração e reformulação do material didático na disciplina de História. Discussões sobre as práticas de ensino e aprendizagem e a utilização de recursos na elaboração do material didático.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>Humanismo e didática da história: JörnRüsen</i>. 1. ed. Curitiba: W. A. Editores, 2015. 161 p</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>JörnRüsen: e o ensino de história</i>. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.</p> <p>PINSKY, Jaime; PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi (org.). <i>Novos combates pela história: desafios - ensino</i>. São Paulo: Contexto, 2021. 254 p</p>					

DISCIPLINA	História Cinema e Imagens				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo das relações entre cinema, imagens e História. Estudo das representações cinematográficas e imagéticas como modelo de construção do campo epistemológico da História.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
DIDI-HUBERMAN, Georges. <i>Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte</i> . São Paulo: Editora 34, 2013.					
DIDI-HUBERMAN, Georges. <i>O que vemos, o que nos olha</i> . São Paulo: Editora 34, 2010.					
FERRO, Marc. <i>Cinema e História</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.					

DISCIPLINA		História da Alimentação			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Estudo da História da Alimentação a partir de panorama historiográfico fundador deste campo em âmbito internacional e nacional e seus desdobramentos no cotidiano alimentar como influenciador de práticas culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. 3.ed. São Paul
FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Comida*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 362p
SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação cultural, 1995. 189po: Global, 2004. 954p

DISCIPLINA		História da Ciência e da Técnica			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina pretende analisar a ideia de ciência ao longo da história ocidental. A Episteme na cultura grega. A "ciência" medieval e renascentista. A emergência da ciência moderna e seus desdobramentos até o século XX. Procura-se analisar as relações entre ideias científicas e os aspectos sociais, culturais, etc. que					

caracterizaram a cultura ocidental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHASSOT, Attico. *A ciência através dos tempos*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2008. 280 p

CHALMERS, Alan Francis. *A fabricação da ciência*. São Paulo: UNESP, 1994..

KUHN, Thomas S. *O caminho desde a estrutural* ensaios filóficos, 1970-1993
São Paulo: UNESP, 2006. 402 p

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2009.

DISCIPLINA		História da Cultura Material e Imaterial			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso procura compreender os conceitos de “cultura material” e “imaterial” e seus contextos de surgimento, analisando essas categorias a luz de temas como cultura, patrimônio e museus em interdisciplinaridade com outros campos de estudo como, por exemplo, a Antropologia e a Museologia, entendendo a sociologia das relações humanas a partir das noções de identidade e a memória.</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2006.
ROCHA, Carla Regina Nunes da. *Cultura material e ensino de história*. União da Vitória: FAFI, 2007.

VIEIRA, Luiz Renato. *A capoeira e as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial*. Brasília: FCP, 2012.

DISCIPLINA		História da Historiografia Brasileira			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina abordará a produção historiográfica brasileira a partir de meados do século XIX, momento de sua construção dentro do ideal de nacionalidade, passando pelas décadas iniciais do século XX até as discussões sobre os rumos de nossa recente historiografia.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
FREITAS, Marcos Cezar de. <i>Historiografia brasileira em perspectiva</i> . 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003. 476p.					
MOTA, Carlos Guilherme (Org.). <i>Brasil em perspectiva</i> . 1968. 415 p					

RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970. 306p

DISCIPLINA		História da Saúde e da Doença			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso tem como objetivo discutir a história da saúde e da doença, procurando identificar rupturas e permanências no pensamento e nas ações de saúde. Entender os diferentes contextos em que a assistência à saúde foi organizada, desde o exercício das artes de curar até institucionalização da medicina. Compreender os determinantes estruturais do processo <i>saúde/doença</i> das populações. As políticas de combate as doenças e promoção da saúde ao longo da história.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidadefebril: cortiços e epidemias na Corte imperial</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. FOUCAULT, Michel. <i>Microfísica do Poder</i>. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. <i>A bailarina da morte</i>:</p>					

A gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

DISCIPLINA		História da Saúde no Brasil			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina tem por objetivo discutir sobre a História da Saúde no Brasil entre os séculos XVIII e XX, tomando como ponto de referência suas rupturas, mudanças e permanências acerca das práticas vinculadas às questões de saúde. Neste sentido, será historicizada a maneira como a saúde foi organizada, formas de lidar com epidemias, o exercício da arte de curar e a institucionalização da medicina. Além disso, pretende-se debater o modo como foram operadas as ações de saúde a partir do higienismo e sanitarismo, como também, a atuação dos saberes médico-científico em políticas públicas, sua vinculação com o Estado e iniciativas privadas.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2017. 286</p> <p>PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. <i>As Barricadas da Saúde</i>. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 126p</p>					

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 375 p.

DISCIPLINA	História do Tempo Presente				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Reflexões sobre os eixos teóricos, metodológicos, historiográficos e dos desafios de seu estudo, a partir de fontes diversificadas, abrangendo os vínculos com as memórias individuais e públicas, relações entre memória, história e esquecimento, além dos usos políticos do passado.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. <i>História do Tempo Presente</i> . São Paulo: Contexto, 2003. 224p. BURGUIÈRE, André. <i>Dicionário das ciências históricas</i> . Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. 775p. LE GOFF, Jacques. <i>A história nova</i> . 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.					

DISCIPLINA		História e Artes			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Conhecer e discutir a relação entre arte e história. Estudar o surgimento e a afirmação do campo de conhecimento específico da História da Arte, assim como as diversas formas de escrita histórica sobre arte. Identificar e problematizar a especificidade da arte e sua relação com a cultura. Identificar e discutir, na historiografia da arte, os conceitos que estão envolvidos nessa relação.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ALLOA, Emanuel (Org). <i>Pensar a imagem</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. ARGAN, Giulio Carlo. <i>A Arte Moderna na Europa: de Hogarth a Picasso</i>. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. BAXANDALL, Michael. <i>Padrões de Intenção: a explicação histórica dos quadros</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2006</p>					

DISCIPLINA		História e Biografia			
CARGA HORÁRIA					

TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A biografia como gênero historiográfico, oferecendo um quadro geral do debate historiográfico sobre a temática. Estudar diferentes formas de construção de biografia: micro-biografias, grandes personagens, prosopografia, memórias e auto-biografias. A pesquisa biográfica em história na perspectiva transdisciplinar.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. <i>Domínios da história</i>. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. <i>Brasil: uma biografia</i>. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. CHAPLIN, Charles. <i>História da minha vida</i>. 5ªed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966</p>					

DISCIPLINA		História e Cultura Brasileira			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina propõe a debater os processos e produtos da cultura no Brasil em suas chaves interpretativas mais relevantes para a historiografia. Aspectos como o teatro, a arquitetura, a canção, a alimentação, a literatura, a penetração das culturas europeias e suas acomodações as variadas artes e saberes populares muitas vezes etnicamente referenciados e algumas vezes concebidos como “folclóricos”. Eventualmente o debate de uma ideologia da cultura nacional. Poderá também realizar a discussão sobre as várias fases pelas quais atravessa o processo civilizatório brasileiro, que parte de uma posição periférica e mimética até a elaboração de uma cultura nacional e popular bem como o avanço do modernismo entre nós. Interessam as circularidades e apropriações nos mais diversos produtos e saberes.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MOTA, Carlos Guilherme. <i>Ideologia da cultura brasileira</i>. 9.ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998. 303p NAPOLITANO, Marcos. <i>Cultura brasileira</i>. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004. 133p NAPOLITANO, Marcos. <i>A Síncopa das Idéias</i>. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. 159</p>	

DISCIPLINA	História e Cultura dos Povos Indígenas no Brasil				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre a Cultura dos povos indígenas no Brasil e as diferentes abordagens historiográficas referentes às suas representações entre os séculos XVI e XXI, bem como, reflexão acerca da história de luta dos povos indígenas no Brasil, as políticas públicas e a constituição de um campo de saber acadêmico.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>COSTA E SILVA, Alberto da. <i>Antologia de lendas do índio brasileiro</i>. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1969. FERREIRA, Maria Beatriz Rocha; VINHA, Marina (Orgs.). <i>Celebrando os jogos, a memória e a identidade: XI jogos dos Povos Indígenas</i>, Porto Nacional, Tocantins, 2011. MONTEIRO, John Manuel. <i>Negros da terra</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2009. TODOROV, Tzvetan. <i>A conquista da América: a questão do outro</i>. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. VIDAL, Lux. <i>Grafismo indígena: estudos de antropologia estética</i>. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. WEBER, Ingrid. <i>Um copo de cultura: os hunikuin (kaxinawá) do rio humaitá e a escola</i>. 1. ed. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2006.</p>					

DISCIPLINA	História e Cultura Escrita				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre a circulação da cultura escrita e sua capacidade de transformar os modos de interação social, permitir novas formas de pensar e modificar as relações de poder e forjar identidades em torno de comunidades de leitores, escritores, editores e censores.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BURKE, Peter. <i>Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot</i>. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. CHARTIER, Roger. <i>A Aventura do Livro</i>. São Paulo: UNESP, 1998. _____. <i>Cultura escrita, literatura e história/ conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, JesúsAnayaRosique, Daniel Goldin e AntonioSaborit</i>. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2001. DARNTON, Robert. <i>Os best-sellers proibidos</i>. Editora Schwarcz Ltda, 1998. _____. <i>O grande massacre de gatos</i>. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996</p>					

DISCIPLINA		História e Ensino de História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina visa estabelecer debates sobre ensino da história e suas diferentes concepções de ensino, aprendizagem e conhecimento histórico. Discute a trajetória do ensino de história na educação básica, relacionando com a produção historiográfica e articulando entre a fundamentação teórica tendo em vista a realidade escolar.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>Aprender história: perspectivas da educação histórica</i>. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. 310 p. NUNES, Silma do Carmo. <i>Concepções de mundo no ensino da história</i>. São Paulo: Papirus, 1996. 132p FONSECA, Selva Guimarães. <i>Ensinar e aprender história</i>. Campinas: Alínea Editora, 2009. 300p</p>	

DISCIPLINA	História e Ficção Histórica				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Estudo sobre a relação entre História e Ficção a partir de diversos suportes de produção e divulgação. Pretende-se ainda analisar temas e procedimentos recorrentes nos romances históricos e demais narrativas que possam auxiliar na compreensão das representações sobre determinados períodos da história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Escrita, linguagem, objetos*. Bauru: EDUSC, 2004.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. 327p

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1970. 204p

WHITE, Hayden. *Meta-história*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 456p

DISCIPLINA		História e Fontes Históricas			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Estudo dos vários suportes, documentos e fontes que podem servir a história em seu ofício narrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012

DISCIPLINA		História e Gênero			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre as relações de gênero no campo da história a partir da discussão de aspectos teórico-metodológicos sobre a história das mulheres ao gênero enquanto categoria de análise, a emergência do sexo/corpo no discurso médico-científico e jurídico na construção das diferenças, a historicidade dos papéis sociais de gênero, bem como, as fontes e as abordagens recentes na</p>					

historiografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AUAD, daniela. *Educar Meninas e Meninos: relações de gênero na escola*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero/ feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 160

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história*. Bauru: EDUSC, 2003. 499p

DISCIPLINA		História e Guerra			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre as dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e militares					

das guerras em diferentes temporalidades e diferentes recortes espaciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDR, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KEEGAN, Jonh. *Uma história da Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 2006

LORENZI, Mário. *Desarmamento ou holocausto nuclear*. São Paulo: Global, 1983.

SHIRER, William. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DISCIPLINA		História e Imigração			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo dos fenômenos de imigração na história, e em particular no espaço brasileiro.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999. 577 p

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 344p

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós - modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro - RJ: DPGA, 2006. 102p.

DISCIPLINA		História e Mestiçagens			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Problematizar como a escravidão no âmbito mais geral e o tráfico, particularmente, foram expressões do que havia de mais mundializado entre os séculos XV e XVIII, isto é, o comércio, entendido de maneira mais ampliada o que significou, para além das trocas econômicas, os deslocamentos de gentes, culturas, flora e fauna, desenvolvido entre as quatro partes do mundo. É esse mundo ibero-americano, no qual a escravidão e as mestiçagens biológicas e culturais se associam desde muito cedo que a disciplina centrará sua análise de investigação. Já o plano temporal se estende desde os primeiros anos posteriores à chegada dos ibéricos no Novo Mundo até o século XIX, quando</p>					

foram extintos os últimos regimes escravistas americanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 12. ed. Distrito Federal: 1963. 589 p
IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora, 2010. 309p

RIBEIRO, Darcy. *Mestiço é que é bom!*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 157p

DISCIPLINA		História e Mídias			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Debate sobre os conhecimentos históricos, dimensões, influências e impactos das mídias em suas diversidades de expressões e narrativas - a exemplo do documentário, cinema, televisão, fotografia, artes plásticas, tecnologias digitais, redes sociais, entre outras - abrangendo a cultura de massas ou popular e a indústria cultural.</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter; CO-AUTOR; DIAS, Maria Carmelita Pádua; TRADUÇÃO. *Uma história social da mídia: de gutenberg à internet*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

SAID, Gustavo Fortes. *Mídia, poder e história na era pós-moderna*. Teresina, PI: EDUFPI, 1998.

MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50*. Campinas: Unicamp, 1996.

DISCIPLINA	História e Morte				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa abordar aspectos das várias representações a respeito da morte e do morrer nos mais diversos períodos da História. Desta forma, objetiva-se oferecer um panorama que versem sobre as atitudes individuais e coletivas relativas à morte, ao morrer e ao além-túmulo, em diferentes temporalidades, espacialidades e sob diversos recortes teórico-metodológicos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARIÈS, Philippe. *O homem perante a morte* - i. 2ª ed. Porto, Portugal: Europa-américa, 2000. 340p

KELEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2016. 538

VAILATI, Luiz Lima. *A Morte Menina*. São Paulo: Alameda, 2010. 358p

DISCIPLINA		História e Música			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe de modo introdutório explorar as interpelações entre o debate historiográfico e a música em seu sentido amplo na constituição de um campo de estudos. Música erudita, canção popular, transformações dos suportes e mídias sonoras são temas abordados para o entendimento das principais linhas de investigação presentes nas pesquisas contemporâneas sobre o tema. Aspectos da história cultural da música popular no Brasil e no mundo podem ser debatidos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ADORNO, Theodor W. *Introdução à sociologia da música*. São Paulo: UNESP, 2011. 419p
 FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *Festas e batuques do Brasil*. Rio de Janeiro - RJ: Sabin, 2009. 104 p
 GARCIA, Miliandre. *Do Teatro Militante À Música Engajada*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. 159p

DISCIPLINA		História e Práticas Jurídicas			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina pretende analisar a relação entre as narrativas históricas e um amplo conjunto de práticas e saberes jurídicos operados nos tribunais e estâncias da justiça na sociedade em diferentes temporalidades e espaços.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BALDY, Hélio Rosa. <i>Em torno da justiça e da história</i> . Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1997. 175p. BOBBIO, Norberto. <i>Estado, governo, sociedade</i> . 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. 173p.					

PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 417 p.

DISCIPLINA		História e Relações Étnicos Raciais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre os processos de construção de identidades e fronteiras étnicas. Estudo sobre as concepções históricas de etnia e de raça. Estudo dos processos históricos do racismo e do colonialismo.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>NASCIMENTO, Abdias. <i>O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado</i>. São Paulo: Perspectiva, 2021.</p> <p>FANON, Frantz. <i>Pele negra, máscaras brancas</i>. São Paulo: Ubu, 2020.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia. <i>O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2004</p>					

DISCIPLINA		História e Religiosidades			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende abordar temas e debates historiográficos relativos à História das Religiões, sob a perspectiva da História Cultural com enfoque na discussão teórica sobre o estudo das religiões desenvolvida na Idade Contemporânea – História das Religiões/História Religiosa/ História Cultural das Religiões; conceitos-chave, tais como religião/religiões; identidade; sincretismo. Além disso se pretende à análise de debates candentes a diferentes grupos religiosos presentes na formação religiosa brasileira, e abordagem de temas transversais à área de religiões – gênero, política, mídia, juventude, ensino religioso, entre outros. Para tal se propõe a analisar a cultura audiovisual, iconográfica e material ligada a aspectos religiosos na contemporaneidade.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ARMSTRONG, Karen. <i>Em nome de deus</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2009. 580p ARMSTRONG, Karen. <i>Uma história de deus</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2008. 557 RICOEUR, Paul. <i>História e verdade</i>. Rio de Janeiro: Forense, 1968. 340p</p>					

DISCIPLINA		História e Romance Histórico			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Levar à reflexão sobre as relações entre a criação literária e a área de conhecimento da história, focando no gênero literário conhecido como romance histórico, visando examinar como se dá o diálogo entre as duas instâncias nas obras que podem ser lidas como ficção histórica. Pretende-se ainda analisar temas e procedimentos recorrentes nos romances históricos, que possam auxiliar na compreensão das representações sobre determinados períodos da história.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>LUKÁCS, Georg. <i>A teoria do romance</i>. Lisboa, Portugal: Presença, s.d. TODOROV, Tzvetan. <i>As estruturas narrativas</i>. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.</p> <p>MAIA, Pedro Américo. <i>A problemática moral no moderno romance brasileiro</i>. 4 ed. Belo Horizonte: Grupo Gente Nova, s.d.</p>					

DISCIPLINA		História e Sensibilidades			
CARGA HORÁRIA					

TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O programa objetiva a exploração das percepções das sensibilidades, no âmbito dos estudos em história cultural. Com temas diversos e narrativas fixadas em temporalidades distintas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C. <i>Fronteiras</i> . São Paulo: Olho D'Água, 2003. 300p					
LANGUE, Frédérique; PESAVENTO, Sandra Jatagy. <i>Sensibilidade na história</i> . 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 262p					
KOBELINSKI, Michel (Org.). <i>Novas sensibilidades na américa latina</i> . Curitiba: CRV, 2016. 185 p					

DISCIPLINA	História e Sexualidade				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina pretende passar por um inventário das práticas e conceituações a respeito da sexualidade ao longo da história. Procura apontar indicativos para a educação no que tange aos assuntos da sensibilidade humana, intimidade e valores morais subjacentes ao tema.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). <i>Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação</i>. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 191 p</p> <p>VIEIRA, Galdino Nunes. <i>Amor, sexo e erotismo</i>. 4 ed. São Paulo: Casa Publicadora, 1978. 28</p> <p>HISTÓRIA da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 633p8p</p>	

DISCIPLINA	História e Violência				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Visa discutir questões afeitas a violência, poder e ordem. Análise crítica das abordagens funcionalistas da violência; exame das questões da ordem e da violência e suas relações com a ordem social. Os múltiplos códigos interpretativos da violência brasileira: exame de temáticas presentes no interior da questão da violência e da criminalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993. 307p
FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano/ a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. 326

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 389p

DISCIPLINA		História Feitiçaria e Inquisição			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Analisar a atuação do Tribunal da Inquisição: gênese, natureza e objetivos. O Santo Ofício no período medieval e moderno entre duas dinastias. Os órgãos, os agentes e os espaços da Inquisição. Também compreender os casos de heresia, feitiçaria, curas mágicas e demais práticas delituosas aos olhos do Santo Ofício tanto na Europa quanto no Brasil, analisando casos e processos específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVINSKY, Anita. *Inquisição*. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. *Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DISCIPLINA		História, Império e Imperialismos			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre a relação entre História, império e imperialismo, suas práticas históricas e seus debates conceituais-historiográficos.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia de bolso, 2012.

DORÉ, Andréa & LIMA, Luís Felipe Silvério (Org) *Facetas do Império na História*. Brasília: Aderaldo & Rotschild, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DISCIPLINA		História Imprensa e Periódicos			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O curso pretende debater os vários produtos da imprensa e dos periódicos em sua relação com a história narrada possível, bem como no uso técnico destes como fontes para sua escrita.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
DARNTON, Robert. <i>O beijo de lamourette</i> . 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 395p					
GRAF, Márcia Elisa de Campos. <i>Imprensa periódica e escravidão no paraná</i> . Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. 167p					

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luíza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo - SP: Contexto, 2008. 303

DISCIPLINA		História Oral e Memória			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo conceitual em História Oral dedicada à memória visando a pesquisa e os processos ético-normativos, amplificado pela análise das estruturas de memória, identidade e oralidades.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
PORTELLI, Alessandro. <i>Ensaio de História Oral</i> . São Paulo: Letra e Voz, 2010. ALBERTI, Verena. <i>História oral/ a experiência do CPDOC</i> . Rio de Janeiro: FGV, 1990. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. <i>Manual de história oral</i> . 4.ed.re.a. São Paulo: Loyola, 2002					

DISCIPLINA		História Pública e Ação educativa em Museus			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O Historiador público e ação educativa em museus. Museus, educação e patrimônio: desafios atuais. Gestão de coleções: arquivos, manuscritos e museus. Ações educativas nos museus e correntes pedagógicas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ARQUIVOS, <i>patrimônio e memória</i> . São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.					
BOSI, Ecléa. <i>Memória e sociedade</i> . 6.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 484p					
CHOAY, Françoise. <i>A Alegoria do Patrimônio</i> . 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2006. 282p					

DISCIPLINA		História Pública e História Oral: conceitos e práticas			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60



OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
História, História Oral e História Pública. História Pública e mídias, tempo presente, comunidades e culturas populares, plataformas digitais, narrativas públicas. História Pública e ensino de História	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALBERTI, Verena. <i>História oral/ a experiência do CPDOC</i> . Rio de Janeiro: FGV, 1990. FREITAS, Sônia Maria de. <i>História oral</i> . São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Imprensa oficial do Estado, 2002. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de (Org.). <i>História pública no Brasil: sentidos e itinerários</i> . São Paulo: Letra e Voz, 2016	

DISCIPLINA	Práticas de Arquivo				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

A disciplina aborda práticas de higienização, restauração, preservação e acondicionamento de acervos documentais, bem como a elaboração de instrumentos de pesquisa e meios de divulgação; destacando a importância dos mesmos para a pesquisa e produção de conhecimento histórico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 316p

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 89p.;il.(projeto como fazer,1)

GOMES, F. Araújo; HELLUY, Hâmida R. *Manual de arquivo e documentação*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Interciências, 1976 201p

DISCIPLINA		Tópicos de História Regional e Local			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

A disciplina visa o debate de questões teóricas e metodológicas da História Regional e Local. Trata-se de discussões sobre suas origens e evolução, suas conexões com o nacional e o global, suas possibilidades e limites. A disciplina visa também o mapeamento e discussão sobre as fontes da pesquisa histórica regional e local, bem como o uso e as potencialidades pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016. 297 p
 BALAKHRISNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 335p
 RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no Vale do Iguaçu*. União da Vitória 1973. 154p
 SILVA, Cleto da. *Apontamentos históricos de União da Vitória/ 1768 - 1933*. 21. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2006. 248 p.

DISCIPLINA		Tópicos em História Ambiental			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina História Ambiental visa refletir os temas, natureza, ambiente e sociedade. Neste sentido, privilegiam-se os estudos sobre as bases epistêmicas,					

conceituais, métodos e abordagens da história ambiental, bem como as transformações no imaginário Ocidental acerca do mundo natural e as ações antrópicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Ely Bergo de. *Ensino de História e Educação Ambiental*. São Paulo: Fino Traço, 2021. 185p.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2010. 537p

NOVAES, Pedro da Costa; RIBAS, Otto. *Agenda 21*. Brasília : MMA/PNUD, 2000. 192p

DISCIPLINA		Tópicos em sociedades orientais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe investigar aspectos sociais, antropológicos, e históricos das sociedades orientais próximas e distantes, tanto no tempo quanto no espaço. Problematizar o Oriente que o Ocidente construiu e o Ocidente orientalizado. Cultura e religiosidades orientais. A China, o Japão e a Índia. A situação político-econômica no Oriente Próximo. A invenção do Terrorismo ou a face da violência</p>					

soberana. Cultura do ódio em Israel e Palestina

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALLEN, Mark. *Árabes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. 171p
 GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
 LUYTEN, Sonia M. Bibe. *Cultura pop japonesa*. São Paulo: Hedras, 2005. 143p
 SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. 523p

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Contemporânea			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo de temas relacionados à formação e/ou desenvolvimento do mundo contemporâneo, em diferentes recortes espaciais, a partir de enfoques políticos, econômicos, sociais ou culturais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Cultural			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe trabalhar recortes da fortuna crítica dos trabalhos em história cultural que vão desde os escritos da Escola dos Anales aos estudos culturais ingleses. Visa investigar de modo tópico também as mediações e correlações produzidas na América latina, Ásia e África quando a reflexão de historiadores e cientistas sociais se voltaram para o entendimento da cultura e dos produtos culturais circulantes nas sociedades e objetos de análise. Nesse sentido de modo pontual interessam os problemas, as conexões com a antropologia histórica e os debates para além da virada cultural e do <i>Linguistic Turn</i>.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002. 275p
DOSSE, François. *A história em migalhas*. 3.ed. São Paulo: Ensaio/Universidade Estadual de Campinas, 1994. 267p

HUNT, Lynn; CAMARGO, Jefferson Luiz. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 317p

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História do Brasil Imperial			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Utilizando-se das contribuições clássicas e recentes da historiografia, a disciplina tem por objetivo introduzir os graduandos nos principais debates historiográficos a respeito da cultura e sociedade no Brasil Imperial. Focando principalmente nos temas da violência, escravidão, relações de raça e gênero, aspectos culturais, literatura e artes, famílias e vida doméstica; os espaços de sociabilidade e as políticas de controle de condutas.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ABREU, Martha. <i>O império do divino</i>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fapesp, 1999. FREYRE, G. <i>Sobrados e Mocambos</i>. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.</p>					

REIS, João José; GOMES, Flávios dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M. de. *O alufá Rufino/ tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História do Brasil Republicano			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina desenvolve assuntos paralelos ao tema iminente político/econômico do Brasil republicano ao longo do século XX. Os temas tópicos que ancoram os debates são: Autoritarismo, etnicidades, gênero, cultura, cotidiano, censura, infância e gerações, festas, revoluções e uma história das ideias da cultura brasileira que amadurece lentamente após a promulgação da República até os dias atuais.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>GREEN, James N. <i>Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985</i>. São Paulo: Companhia das letras, 2009</p> <p>FAORO, Raymundo. <i>Os donos do poder</i>. Formação do patronato político brasileiro. 4ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977</p> <p>NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral) <i>História da vida privada no Brasil</i>. Vol. 3.</p>					

República: da Belle époque à era do rádio. SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História e Literatura			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende realizar um estudo da representação da história na ficção. Bem como dos procedimentos da narrativa ficcional na escrita da história e das relações entre história, ficção e memória a partir do século XVI. Pensando o romance como instância de construção ficcional da realidade sócio-histórica.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BOSI, Alfredo. <i>História da Literatura</i>. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2013</p> <p>CHARTIER, Roger. <i>Cultura escrita, literatura e história</i>. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>FARACO. C. A. <i>Diálogos com Bakhtin</i>. Paraná. Editora UFPR, 2007.</p>					

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Ibérica			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Pretende-se fornecer um balanço da história de Portugal e Espanha em diferentes temporalidades e abordagens. Analisar a história e historiografia dos Estados dinásticos na Península Ibérica. Discutir, de forma comparada, a formação dos Estados de Portugal e Espanha e suas relações com outras realidades como, por exemplo, América e África.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. La formación del feudalismo en la Península Ibérica. Barcelona, Espanha: Crítica, 1978. BOXER, C. R. A igreja e a expansão ibérica. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989. FERNANDES, Fátima Regina; FRIGUETTO, Renan. <i>Cultura e poder na península ibérica</i>. Curitiba: Juruá, 2001. 247p VERA, Juan Palau. Geografía de España y Portugal. 10 ed. Barcelona, Espanha: I. G. Seix Y Barral Hinos, 1951.</p>					

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em História Social
-------------------	---

CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende analisar a história social, seus métodos, fontes e temas. Sua relação íntima com a conjuntura econômica e, ou cultural. A organização e estruturação das hierarquias sociais. Sua relação com a história global.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. <i>Domínios da história</i>. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997. 508p</p> <p>FOUCAULT, Michel. <i>Em defesa da sociedade</i>. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 269p</p> <p>FLORENTINO, Manolo, Et Al. <i>A paz nas senzalas</i>. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997. 250p.</p>					

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em Línguas Clássicas				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O curso pretende instrumentalizar conceitos básicos em línguas clássicas, e apresentar tópicos pontuais em que a história se beneficie das estruturas de comunicação da língua grega e cultura latina.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ASSIS CINTRA. <i>Os clássicos e o antigo vernáculo</i>. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1921. 320p.</p> <p>DANIELLOU, Maria da Eucarístia. <i>Curso de grego</i>. Rio de Janeiro: MEC - Instituto Nacional do Livro, 1954. 265p</p> <p>NUSSBAUM, Martha C. <i>A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega</i>. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 486 p</p> <p>RÓNAI, Paulo. <i>Curso básico de latim i</i>. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2002. 132p</p>					

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em Movimentos Sociais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Estuda processos sociais, políticos e culturais envolvidos nos movimentos sociais; A contribuição dos movimentos na elaboração e implementação de políticas sociais. Diferentes leituras sobre os "velhos" e "novos" movimentos, percursos e redefinições dessas ações coletivas no mundo.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ORTEGA Y GASSET, José. <i>A rebelião das massas</i>. 3.ed. Rio de Janeiro - RJ: 1971. 264p.</p> <p>TÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. <i>Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil</i>. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. <i>História dos movimentos e lutas sociais</i>. São Paulo: Loyola, 1995</p>	

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em Paleografia				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Conhecer a origem da Paleografia e identificar os vários tipos de escrita da Época Moderna, exercitando a habilidade de ler e compreender documentos da época moderna, transcrevendo-os de acordo com as normas técnicas para edição e transcrição de documentos manuscritos, e em específico, os produzidos por órgãos administrativos do Império Português. Esclarecer as ferramentas e técnicas essenciais para ao aparato heurístico da História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

CAMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em Teoria da História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo das correntes do pensamento histórico e dos textos fundamentais da tradição historiográfica.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOSSE, François. *A História em migalhas*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

REIS, José Carlos. *História e Teoria*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2007

8.4 DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES/ELETIVAS

As disciplinas extracurriculares são um elemento de enriquecimento e diversificação da formação dos estudantes constitui uma opção individual dos alunos na busca de outros conhecimentos e experiência no decorrer de sua trajetória acadêmica. Segundo orientação da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UNESPAR as disciplinas extracurriculares estão:

Além das disciplinas obrigatórias que compõem o currículo mínimo do Curso (distribuídas em obrigatórias, optativas e eletivas), o estudante poderá cursar disciplinas extracurriculares com o intuito de aprofundar conhecimentos específicos em áreas de interesse pessoal, desde que não implique em ônus ao erário da instituição. Nestes casos, a procura pela disciplina é de livre escolha do estudante, porém, os colegiados deverão fixar os limites de contingenciamento de matrículas nas disciplinas, conforme disponibilidade e conveniência administrativas. (UNESPAR, 2017).

Os estudantes de outros cursos podem se matricular livremente para cursar disciplinas extracurriculares no Curso de História. O número de vagas para cada disciplina será estabelecido pelo colegiado antes do início de cada ano letivo e deve respeitar as normativas e regulamentos estabelecidos pela UNESPAR. Estarão



excluídas da oferta aos demais cursos as disciplinas referentes a Prática do ensino de História e aos Estágios Supervisionados, bem como as disciplinas de Introdução a Pesquisa Histórica e Produção de monografia-TCC compreendendo que estas tem implicações sobre o processo formativo específico do profissional. Os acadêmicos do Curso de História podem optar por cursar até duas disciplinas em outros cursos e validá-las como disciplinas optativas na História. As disciplinas cursadas acima desse limite serão validadas como atividades complementares

8.5 PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PPed)

A Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPed) pretende integrar o campo teórico dos conhecimentos cognitivos propostos por cada disciplina em uma dimensão que prioriza os fazeres pedagógicos inserida no processo de ensino-aprendizagem.

A carga horária definidas como Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPed), estão distribuídas em 400 horas transversalmente às disciplinas e a conforme se vê na matriz, estão alocadas em cada componente curricular de acordo com as especificidades dos componentes e se concentram mais agudamente, sobre as componentes que se relacionam ao exercício profissional atuante do historiador, a saber: Iniciação a Pesquisa Histórica I- IPH I (20hr), Iniciação a Pesquisa Histórica II- IPH II (30hr) e Produção da Monografia (60hr) que juntas agregam 110 (cento e trinta) horas cerca de 28% das 400 horas previstas.

As demais componentes recebem de 10 a 05 horas de acordo com sua proximidade de construção de vínculos identitários e de valorização afirmativa com cada uma das disciplinas. Estas definidas a cada caso referem-se a atividades relacionadas a prática de ensino aplicada a cada componente curricular como produções de materiais didáticos específicos, planejamentos de atividades, roteiros

de saída de campo, listas de sites, blogs e web pages de conteúdos pedagógicos, cartilhas, transposições didáticas e sínteses.

A disciplina de Produção de Monografia-TCC se enquadra como Prática Pedagógicas(PPed) e possuem respaldo na legislação. A sala do colegiado e de projetos são utilizadas como espaços de orientação aos alunos que solicitam para o professor que orienta o projeto ou acompanha a disciplina nos horários de atendimento acadêmico previsto a cada início de ano. Outros modos de orientação on-line também poderão ser facultados, de acordo com as dificuldades de orientação presencial em circunstâncias excepcionais e justificáveis. Além disso, e conforme descrito na seção sobre o PIBID, as Práticas dos Componentes Curriculares e o plano pedagógico do curso facultam o cumprimento de carga horária do PIBID em no máximo até 100 horas, considerando as demais dimensões formativas as quais podem interessar ao aluno.

Eixo temático	Componente curricular	Carga horária
Conhecimento profissional Competências Específicas: I- dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos; IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	Políticas Educacionais	10
	História Oral	10
	Libras	--
	Teoria da História I	--
	Teoria da História II	--
	Teoria da História III	--
	Teoria da História IV	--
	Introdução a pesquisa histórica- IPH I	20
	Introdução a pesquisa histórica- IPH II	30
	História do Brasil Colonial I	10
	História do Brasil Colonial II	05
	História do Brasil Imperial I	10
	História do Brasil Imperial II	10
	História do Brasil Republicano I	10
	História do Brasil Republicano II	10
	História Antiga I	10
	História Antiga II	10
História Medieval I	10	
História Medieval II	10	
História Moderna I	10	
História Moderna II	10	
História Contemporânea I	10	

	História Contemporânea II	10
	História da América I	10
	História da América II	--
	História da África	10
	História do Paraná I	--
	História do Paraná II	10
	Optativa I	10
	Optativa II	10
	Optativa III	10
	Optativa IV	10
Prática Profissional Competências Específicas: I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.	Metodologia e Prática do Ensino de História I Metodologia e Prática do Ensino de História II Metodologia e Prática do Ensino de História III Metodologia e Prática do Ensino de História IV Didática da História Psicologia da Educação Linguagens e tecnologias no Ensino e História Produção de monografia-TCC	10 10 10 10 05 10 -- 60
Engajamento profissional Competências Específicas: I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a	Educação Patrimonial e Ambiental Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena Direitos humanos, Diversidade e inclusão	-- 05 05

comunidade.		
Total de horas		400

8.6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

No contexto da prática profissional, o Estágio Curricular, obrigatório por lei, será realizado em escola/colégio de Educação Básica, mediante regime de colaboração entre os sistemas de ensino. O curso de História atua de forma a intermediar a colocação de estagiários por meio de seu professor coordenador de estágio que responde pelos componentes curriculares de Metodologia e Prática de ensino de história I,II,III e IV que se encontram alocadas no terceiro e quarto ano conforme legislação que prevê que o estágio deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado pela Instituição formadora.

O acompanhamento de estágio é realizado presencialmente pelo professor coordenador de estágio e pelo professor orientador do tema de estágio, seu cumprimento está distribuído em uma carga horária de 200 horas no terceiro ano e 200 horas no quarto ano do curso em atividades planejadas, de acordo com a legislação vigente.

Torna-se extremamente necessário que:

- Cada disciplina do curso visa ligar a parte teórica com a prática e isso é atingido com o uso de projetos de pesquisa em todo o processo educacional do futuro professor. Sendo que o termo pesquisa aqui usado, refere-se ao sentido *lato* de investigação, de busca diligente da solução de um problema.

- As disciplinas que fazem parte da estrutura curricular estão relacionadas entre si, em cada série subsequente, de forma a garantir a espiralidade dos conteúdos, contribuindo assim para pôr fim às disciplinas estanques.

- Que a organização curricular favoreça a interdisciplinaridade, o que permite a aproximação dos interesses comuns e objetiva a colaboração entre os docentes que integram a série, superando a fragmentação dos conteúdos.



Assim, pretende-se:

- Possibilitar a formação de professores, para o ensino fundamental e médio, eficientes para atuarem no momento presente da realidade nacional.
- Proporcionar aos acadêmicos, experiências que facilitem a formação de indivíduos críticos de sua própria ação e conscientes de suas futuras responsabilidades.

Mediante essas considerações pretende-se com este documento fornecer informações necessárias sobre o Curso de História com objetivo de renovação do reconhecimento do Curso em cumprimento ao Art. 31 e § 2º da Liberação n.º 1/05 do Conselho Estadual de Educação.

Os documentos e ementas referentes ao Estágio Supervisionado possuem vinculação e correspondência de execução paralela ao longo dos anos em que a disciplinas de Metodologia e prática de ensino se efetuam

3º ano		4º ano	
Metodologia e Prática de Ensino de História I	Metodologia e Prática de Ensino de História III	Metodologia e Prática de Ensino de História III	Metodologia e Prática de Ensino de História IV
Carga horária 60	Carga horária 60	Carga horária 60	Carga horária 60
Estudo teórico e aprendizagem de elaboração de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos para serem aplicados na educação básica.	Estudo teórico e aprendizagem de elaboração de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos para serem aplicados na educação básica.	Estudo teórico e Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino que ofereçam suporte à prática docente, ao estágio final e à elaboração de trabalho final de estágio supervisionado (TFES).	Estudo teórico e Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino que ofereçam suporte à prática docente, ao estágio final e à elaboração de trabalho final de estágio supervisionado (TFES).
1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre

Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado II
Carga horária 100	Carga horária 100	Carga horária 100	Carga horária 100
Elaboração e execução de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos, no ensino fundamental e médio.	Elaboração e execução de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos, no ensino fundamental e médio.	Elaboração de plano de trabalho docente, planos de aula e material didático, no ensino fundamental e/ou médio. Carga horária extensionista 20 horas	Elaboração de plano de trabalho docente, planos de aula e material didático, no ensino fundamental e/ou médio. Carga horária extensionista 20 horas
Carga horária extensionista 15 horas	Carga horária extensionista 20 horas		

Pode-se observar que a estrutura operacional do estágio está organizada de forma a distribuir os saberes referentes à prática profissional em equilíbrio com as atividades presenciais desenvolvidas nas componentes curriculares correspondentes informadas acima. Consta mais a frente (anexo I) o respectivo regulamento que ordena as ações da prática de Estágio.

A extensão na modalidade ACEC II serão cumpridas junto as práticas de estágio propostas pelo docentes em atividades de atuação descritas no projeto integrador do curso efetivado junto as escolas, do modo integrado ao atendimento das demandas da comunidade escolar e dos discentes que atuam de modo a explorar o vínculo teoria-prática educativa.

O Estágio Curricular Supervisionado de caráter obrigatório tem carga-horária de 400 horas, conforme a LDB 9.394/1996, art. 82, a Lei 11.788/2008, que regulamenta as atividades de estágio no país, a Resolução do CNE/CP 2, de 19/02/02, a e Resolução Nº 010/2015 - CEPE/UNESPAR.

8.5.1 ESTÁGIO CURRICULAR REMUNERADO NÃO OBRIGATÓRIO



O Estágio Curricular não obrigatório do Curso de História pode ser exercido por acadêmicos regularmente matriculados e visa estabelecer a relação entre conhecimentos teóricos e práticos necessários à formação do professor de História, ampliando a formação acadêmico-profissional do estudante mediante sua integração no mundo do trabalho. Conforme previsto no anexo I.

8.5.2 TRABALHO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO - TFES

Em função do perfil formativo do campus de União da Vitória, que orienta para uma habilitação plena e atuante nas licenciaturas e particularmente a de História, os graduandos e graduandas do 4º ano do curso, matriculado na Disciplina de Metodologia e Prática do Ensino de História II, deverá elaborar o Trabalho Final de Estágio – TFES, compondo a produção de um relato de experiência e um portfólio das atividades práticas de estágio, com planos de aulas e materiais didáticos, que deverão ser entregues ao professor(a) da disciplina ao final do ano letivo e apresentados em um seminário com o objetivo de ampliar o debate em relação a experiência adquirida em sala de aula. Esse seminário será organizado pelo professor da disciplina para expor os resultados obtidos pela prática do estágio ampliando a discussão sobre o ensino de história na rede pública e/ ou particular.

8.7 PRODUÇÃO DE MONOGRAFIA -TCC

O curso de História estipulou dois trabalhos essenciais para a conclusão da graduação em Licenciatura em História, um vinculado ao ensino – Trabalho Final de Estágio Supervisionado -TFES - já descrito. Outro se encontra ligado ao exercício da pesquisa. A disciplina de Produção de Monografia-TCC se efetiva em seu ciclo formativo com a entrega de trabalho escrito seja da forma de Monografia ou mesmo de artigo científico e ambas as modalidades com status de Trabalho de Conclusão de



Curso - TCC pretende conferir habilidades e competências quanto a produção do conhecimento, e confere ao discente - dentro das competências específicas requerida tanto no ensino médio, quanto no ciclo da educação do ensino fundamental - saber-fazer e expertise profissional. O regulamento específico do trabalho de conclusão de curso se encontra no anexo II.

8.8 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) pretendem integrar de modo extracurricular o campo teórico e prático os conhecimentos cognitivos propostos pelo curso em uma dimensão que prioriza a participação dos discentes em eventos, seminários, congressos, feiras de conhecimento, e outras atividades correlatas, que possuam certificação em áreas do conjunto das Ciências Humanas, na área de Educação e outras ainda que se justifiquem como disciplinas auxiliares para o exercício da pesquisa em história, e mesmo da docência em ciência humanas. Como a BNCC prevê a formação para as competências e habilidades ligadas as linguagens e pensamento matemático, as áreas de Letras e Matemática também podem ser acatadas como de interesse válido no cômputo de sua carga horária.

A carga horária definidas como Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), estão delimitadas em 60 horas que deverão ser efetivadas ao longo dos 04 anos do curso, é de responsabilidade do discente se inscrever, participar dos eventos e apresentar seus certificados de participação ao final do oitavo período ao coordenador de curso ou o professor designado para tal, para que efetive o registro de cumprimento. As atividades, são validadas pela coordenação do curso, em instrumento próprio do colegiado e relatado de forma oficial a Secretaria Acadêmica para lançamento em histórico do aluno.



8.9 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Expressivos são os números de crescimento do fomento à extensão universitária no Brasil e no Paraná, não diferentemente dentro do Colegiado de História desde 2009, através do apoio de agências de fomento federal e do Programa Institucional de Bolsa a Iniciação à Pesquisa - PIBIC – MEC/CAPES e agência de fomento estadual como a USF – Universidade Sem Fronteiras – do Estado do Paraná, pôde o departamento a alguns anos iniciar e desenvolver diversos projetos institucionais que ampliaram a ação e o alcance da licenciatura de história no contexto regional. Os projetos que integram o acadêmico a sua dinâmica de práticas profissionais, são os projetos de perfil extensionista que são subvencionados pelo governo do Estado do Paraná SETI, por intermédio de seu programa Universidade Sem Fronteiras - USF.

O Colegiado de história submete regularmente propostas e como já se afirmou anteriormente, atualmente cadastrado na divisão de extensão do campus há projetos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos porém com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de ressignificação da história e de seu papel na sociedade. Nestes projetos, o colegiado conta com alunos bolsistas da graduação, voluntários que atuam no arquivo histórico, descrito posteriormente, e que intenta publicizar material de acervo à comunidade de forma ampla e acadêmica de pesquisa.

Nesse processo de necessidade de ampliação da extensão, a relação entre ensino, pesquisa e extensão também foi pensada a partir da inclusão dos egressos do curso de história na estruturação dos projetos. Todos os projetos de extensão orientaram-se na articulação/participação de recém-formados, perspectiva essa que vem de encontro com a ampliação da formação acadêmica, experiência e



valorização profissional, que reflete o Projeto Curricular de Curso e o compromisso com a educação em todos os seus níveis.

Uma determinada concepção de extensão universitária tem sido fruto de debates e discussões e no decorrer da história da universidade no Brasil passou por diversas transformações e “[...] durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania.” (FORPROEX, 2006, p. 20). A partir de então, com a reabertura de democrática a partir de 1984 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabelece que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão representa a base da organização das universidades brasileiras, e partindo de um amplo debate, em 2010 foi apresentando o seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2006).

Ao considerar o conceito de extensão definido pela FORPROEX e a determinação da Lei nº 1.300/2014, e a RESOLUÇÃO Nº 038/2020–CEPE/UNESPAR adotamos a seguinte classificação:

Art. 7º Para atender aos objetivos previstos na Resolução Nº 7/2018 MEC/CNE/CES, a curricularização nos cursos de Graduação e Pós-graduação da UNESPAR deverá ser realizada de acordo com as seguintes modalidades, observando-se as especificidades de cada curso:

I – ACEC I: disciplina de caráter introdutório, apresentando aos discentes a fundamentação teórica da extensão universitária, a legislação vigente sobre o tema e possibilidades de desenvolvimento de ações extensionistas, com carga horária anual máxima de 30h (trinta horas), conforme diretrizes estabelecidas no PPC’s dos cursos e de acordo com suas especificidades.

II – ACEC II: disciplinas obrigatórias e/ou optativas, com previsão de uma parte ou da totalidade de sua carga-horária destinada à participação dos discentes como integrantes da equipe executora de ações extensionistas cadastradas na UNESPAR, conforme diretrizes estabelecidas nos PPC’s dos cursos e de acordo com suas especificidades.



III – ACEC III: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de ações extensionistas não-vinculadas às disciplinas constantes nos PPC's dos cursos de Graduação e Pós-graduação da UNESPAR.

IV – ACEC IV: participação de discentes como integrantes da equipe organizadora e/ou ministrante de cursos e eventos vinculados a Programas e Projetos de Extensão da UNESPAR.

V – ACEC V: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de atividades de extensão de outras instituições de ensino superior, com a creditação de no máximo 120 (cento e vinte) horas para esta modalidade.

Metodologicamente a extensão ocorrerá em vários modos, alguns deles inter relacionados:

A curricularização da extensão no Curso de História da UNESPAR no Campus de União da Vitória dar-se-á por meio do “Programa de extensão em História” e do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História”

O “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História” estará vinculado ao programa de extensão do curso e é responsável pela integralização curricular da ACEC II, podendo apresentar propostas em ACEC III e IV e tem como objetivo integrar ações extensionistas às disciplinas específicas do curso.

Os professores que ofertam disciplinas em que a extensão é parte integrante do processo formativo, informam planos de ensino e atividades extensionistas ao Coordenador de ACEC para vínculo a seu projeto integrador, bem como seus respectivos relatórios finais de atividades.

Os professores do colegiado que não possuem disciplinas em que a extensão é parte constitutiva do processo formativo, podem de modo individual propor por meio do “Programa de extensão em História” ações e projetos nas modalidades ACEC III e IV desde que vinculados a este último. Tais propostas podem ser de cunho cultural e/ou científico como: Grupos de dança e cultura afro brasileira, Projetos de memória e história oral, Projetos pedagógicos, eventos, serviços e cursos entre outros.



As disciplinas que integrarão o projeto integrador são: “Universidade e Sociedade I”; “Universidade e Sociedade II”; “Ensino da Cultura Afro Brasileira e indígena”; “Educação Patrimonial e Ambiental- EPA”; “Didática da História; “Direitos Humanos, diversidade e Inclusão” e as atividades do “Estágio Curricular Supervisionado I” (Metodologia e prática do ensino de História I e II), “Estágio Curricular Supervisionado II” (Metodologia e prática do ensino de História III e IV)

Assim, o “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História” vinculado a seu Programa garante 325 horas de extensão curricularizadas em disciplinas obrigatórias nas modalidades de ACEC I e II, conforme a carga horária prevista na tabela acima, podendo o discente efetivar práticas somatórias ou substitutivas em até 90 (noventa) horas para as ACECs III e IV.

Assim sendo alguns fatores são necessários destacar

- a) Participação discente obrigatória nas ações curricularizadas anualmente nos ementários da disciplina Universidade e sociedade I e II que estão ligadas diretamente ao exercício da extensão de forma prática e teórica.
- b) Participação discente obrigatória no programa de extensão ofertadas no âmbito do colegiado tendo em vista que conforme prescreve o regulamento; as atividades e projeto integrador são vinculados a este programa.
- c) Participação discente obrigatória de 75 horas nas ações curricularizadas anualmente nos ementários das disciplinas Estágio Supervisionado I e II categorizadas como Pped em ACECs, que estão ligadas diretamente ao exercício da extensão.
- d) Participação discente facultativa de modo somatório ou substitutivo nas ações de extensão propostas por docentes que apresentem projetos de extensão curricular e de cunho cultural e/ou científico como: Grupos de dança e cultura afro brasileira, Projetos de memória e história oral, Projetos pedagógicos, eventos, serviços e cursos entre outros.

e) Participação discente facultativa de programas de extensão ofertadas no âmbito da Pró Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC, Fundo Paraná ou Fundação Araucária sob acompanhamento dos docentes proponentes que podem estar ligados também a grupos de pesquisa bem como a outras Universidades que desempenhem atividades de mesma finalidade.

Desta feita atendendo aos critérios vigentes a curricularização da extensão no Curso de História da UNESPAR Campus União da Vitória se dará nos seguintes componentes:

COMPONENTE	INTEGRALIZAÇÃO	CARGA HORÁRI A
ACEC I - Parte de Disciplina:	Universidade e Sociedade I Universidade e Sociedade II	20 hr 10 hr
ACEC II - Parte de Disciplina:	Universidade e Sociedade I Universidade e Sociedade II Cultura Afro Brasileira Educação Patrimonial e Ambiental Didática da História Direitos humanos, Diversidade e inclusão Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II	55 hr 65 hr 20 hr 40hr 20hr 20hr 35hr 40hr
ACEC III – Participação em projetos:	Programa de extensão em História da UNESPAR Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR	120 hr*
ACEC IV - Participação em Cursos e eventos do Curso/IES:	Programa de extensão em História da UNESPAR Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR UNESPAR	
ACEC V - Participação em	Cursos e eventos de outras	

Cursos e eventos de outras instituições	instituições	
TOTAL		325

* Conforme previsto no §3º do Artigo 12 do Regulamento de Atividades de Extensão do curso de História, podem ser desenvolvidas de forma somatória ou substitutiva (às ACEC's I e II) optando-se pelas diversas atividades referentes às ACEC's III, IV e V.

8.9 Pesquisa

As pesquisas desenvolvidas no curso de Graduação em História foram marcadas por décadas de produção de conhecimento histórico e de interação com a comunidade científica e escolar. Desde a década de 1970 o dinamismo do curso de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV) se apresentava em atividades diversificadas, abrangendo exposições, seminários, divulgação de conhecimento, oficinas e cursos diversos.

A iniciativa da criação do *Centro de Pesquisas e Estudos Históricos* (CEPEH, em 1976) voltado à pesquisa histórica e a preservação do patrimônio cultural, seja ele local ou regional, enquadrava-se na perspectiva de uma “comunidade de compartilhamento de problemas e métodos” (Kuhn, 1970), estruturados na história tradicional, no historicismo e nas influências do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP), em sua maioria, articulado ao paradigma paranista.⁴³

Em fins da década de 1990, a criação do *Arquivo Histórico do Departamento de História* e de seu acervo documental visava contribuir com a formação de

⁴³ KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago, University of Chicago Press, 1970. Além da diversidade de publicações a partir deste período, veja-se também a série quase completa de Boletins do IHGPR disponível na Biblioteca Dante de Jesus Augusto. Para enfatizar essas ideias, sugerimos a leitura de ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Curitiba: UFPR, 2009.



acadêmicos, professores e pesquisadores.⁴⁴ Ao mesmo tempo, essa iniciativa se associava à tarefa de vincular esta formação à extensão universitária, socializando o conhecimento, tornando-o um capital social produzido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI-UV).⁴⁵ A organização arquivística e as pesquisas que dela resultam contribuem – ontem e hoje – não apenas para formar historiadores, mas para preservar os “vestígios de lugares e de memórias”, para refletir os desafios teóricos e metodológicos desse campo, além de ser possível planejar a relação institucional estabelecida entre esse espaço formativo, seus usuários e a sociedade.⁴⁶ Em termos historiográficos, nessa época, o colegiado de história era influenciado pelo debate em torno da “virada linguística”, do fazer historiográfico, das implicações na identidade do historiador profissional e sua escrita historiadora.⁴⁷ Simultaneamente, desde fins do século XX, outros campos da pesquisa histórica também se fizeram presentes, privilegiando-se a pesquisa em história cultural, a história política e a história do tempo presente, entre outras linhagens historiográficas.⁴⁸

A ampliação do quadro docente do colegiado de história se deu com a realização de Concursos Públicos (1998, 2006 e 2014), embora a composição do quadro docente tenha se mantido deficitária na últimas duas décadas (com o número máximo de seis docentes efetivos nesse período). A ausência de concurso público para o curso de história impossibilitou a formação de grupos de pesquisa no campus e a participação de docentes nos programas de mestrado em Ensino de

⁴⁴No site da Unespar, campus de União da Vitória, o referido Arquivo Histórico está desatualizado, com link que direciona o consulente para um blog pessoal: <http://arquivofafiu.blogspot.com/>

⁴⁵ O Professor José Fagundes trabalhou na FAFI-UV entre os anos de 1991 e 2008. Sobre o assunto, ver FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986; e FAGUNDES, J.; MARTINS, Ilton César. **Autonomia Universitária: contribuição da FAFI ao plano estadual de educação**. Luminária (União da Vitória), v. 7, p. 77-82, 2005.

⁴⁶ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009, p. 9.

⁴⁷ Ver DOS SANTOS, W. G. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do linguisticturn: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019.

⁴⁸ FERREIRA, M. de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, 2018.



História (ProfHistória - 2016) e História Pública (2019) ofertados no campus da Unespar-Campo Mourão.⁴⁹

Apesar da a composição colegiada do campus de União da Vitória ser deficitária e de contar com a maioria de professores colaboradores/temporários, houve avanços a partir dos campos de pesquisa historiográfica a pouco delineados, através da oferta de cursos de Pós-graduação (*Lato sensu*). Entre elas, estavam História do Brasil (2002), História e Meio ambiente (2003), História do Brasil (2003-2007), Estudos de História Cultural (2008-2009), História e Sociedade (2009), Pós-História (2010). Para o ano de 2023, o colegiado de história ofertará a Pós-Graduação (*Lato sensu*) Gênero, diversidade e violência.

Institucionalmente a Pós-Graduação *Latu sensu* avançou com a criação do Instituto de Ensino, Pesquisa e Prestação de Serviços – IEPS (2000), sendo que as pesquisas eram complementadas com saídas de campo, apresentação e difusão de conhecimento histórico. Esses encaminhamentos possibilitaram a divulgação de pesquisas e a publicação de textos de referência, a partir de eventos anuais (Semanas de História) e do Colóquio Nacional de História e Historiografia no Vale do Iguaçu (2005). A repercussão dessas iniciativas envolvendo ensino, pesquisa e extensão, a partir da contribuição de Fagundes (1986), alargou-se com a qualificação de egressos do curso de história em programas de Pós-Graduação no Brasil, estimulando-se ainda mais a pesquisa e a formação continuada, apesar da ausência de oferta de Pós-Graduação – *Strictu sensu* na instituição.

Nesse movimento, podemos inserir a criação de programas de incentivo à pesquisa qualificada, que se colocava como meta da gestão do Prof. Dr. Eloy Tonon, Diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI-UV). Em 2006, criou-se o Comitê de Ética, Pesquisa e Extensão (CEPEX) - órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, a fim de salvaguardar a integridade e a dignidade dos participantes de pesquisas desenvolvidas na instituição, bem como

⁴⁹ Atualmente o Prof. Dr. Michel Kobelinski integra as linhas de pesquisa Saberes históricos em diferentes espaços de memórias (ProfHistória) e Memórias e Espaços de Formação (História Pública).



orientar as atitudes ético-normativas dos pesquisadores. Com esses procedimentos e a inclusão no Sistema CEP/Conep (Comitê de ética em Pesquisa; Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) almejava-se a excelência e a qualificação das pesquisas que envolvessem seres humanos, atendendo mesmo que tardiamente a Resolução CNS nº 196/96.⁵⁰

A alteração na matriz curricular Curso de História (2011-2012) produziu uma mudança no perfil do trabalho científico.⁵¹ Partia-se do pressuposto de que a formação de profissionais capacitados passava pela articulação entre o ensino e a pesquisa. Assim, a monografia de graduação ou a produção de artigo científico se tornavam componentes curriculares obrigatórios, propiciando aos acadêmicos, situações de investigação e de formação docente mais densa e articulada, face a ausência de uma Pós-Graduação *Strictu sensu*, pesquisa em rede e internacionalização.

Nessa época em que a UNESPAR se consolidava enquanto instituição universitária, surgiram iniciativas envolvendo a criação de laboratórios, grupos e projetos de pesquisa/extensão - voltados, em geral, para a temática do Contestado. Entre as mudanças curriculares estavam a instalação do Laboratório de História Oral, que visa salvaguardar a memória regional, além da inserção da disciplina de História Oral (núcleo estruturante complementar), capacitando os acadêmicos em termos epistêmicos, técnicos, metodológicos e éticos, além de alavancar estudos relativos à história do tempo presente. Simultaneamente, a constituição do Laboratório de Aprendizagem Histórica – LAPHIS – tinha como objetivo o desenvolvimento da pesquisa/extensão.

Entre os anos de 2011 e 2020, a articulação entre o ensino e a pesquisa constava do Plano Nacional de Pós-Graduação e de uma Agenda Nacional de

⁵⁰É preciso sublinhar que vários projetos de pesquisa desenvolvidos na Unespar não têm trânsito em Comitê de Ética. Portanto, parte destas pesquisas fogem do controle da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação, inexistindo iniciativas de orientação e discussão desse delicado tema que envolve seres humanos. No colegiado de história, o Prof. Dr. Michel Kobelinski e uma equipe constituída elaborou o regulamento e presidiu o referido Comitê de Ética em Pesquisa entre os anos de 2006 e 2009.

⁵¹ Cf. *Regulamento de Trabalho Monográfico para Produção de Artigo Acadêmico* (2011), que alterava o Regulamento de 2007.



Pesquisa. A melhoria da Educação Básica previa a “ampliação do atendimento na educação básica” e a “formação, qualificação e valorização dos profissionais da educação”, tendo como eixos a formação inicial e continuada através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e Programa de Residência Pedagógica (PRP).⁵² Nesse sentido, em razão dos problemas anteriormente apontados, o curso de História não teve condições de ofertar programas de mestrado profissional para qualificação de professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) na região de sua abrangência.

No tocante à internacionalização (ver item 9.9), o modelo adotado atualmente na instituição (*Internacionalization at Home, IaH*) não se articulou inteiramente à dinâmica do Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e ao campus de União da Vitória, por vários motivos. Isto explica, em parte, a inexistência de uma Pós-Graduação *Strictu sensu*. Como resultado, as ações nessa direção foram isoladas e de baixo impacto, tais como ausência de redes de pesquisa, linhas de pesquisa e colaboração científica, ausência de convênios, carência nas interações e trânsito de docentes/discentes do campus com universidades estrangeiras, comprometimento, planejamento e recursos institucional e estatal.

Em 2013 a pesquisa histórica se desenvolveu através de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq, sendo estes: *Cultura e sensibilidades, Música, cultura e sociedade, História Pública (em atualização ao grupo Cultura e Sensibilidades)* e por fim *Subjetividades, violência e morte*. É importante dizer que a vinculação dos professores (efetivos e colaboradores) a grupos de pesquisa de outras instituições universitárias, ampliou a troca de conhecimentos e promoveu a difusão da pesquisa histórica em vários campos. Por outro lado, entre 2014 e 2015, como resultado das alterações curriculares (2011-2012) e, sobretudo em relação à

⁵² Sobre o PIBID - 2010, o curso de História privilegiou o tema História da África e da cultura afro-brasileira: para além das leis, rumo à cidadania. Ver COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PNPG 2011-2020. Evolução do SNPG-PNPG-2011-2020. CAPES: Brasília, 2021.



produção de artigos - avaliados por professores do colegiado - surgiram as revistas *Mais que Amélias* e *Sobre Ontens* para centralizar a produção científica dos acadêmicos curso de história. No entanto, essa forma de disseminação de pesquisa local foi descontinuada.⁵³

Atualmente o colegiado conta com Laboratório de Processamento, Restauro e Conservação de Fontes Históricas Jurídicas (LAFJUR), que procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios para sua recolha, seleção, tratamento e conservação. A salvaguarda e a recepção de documentos tem como finalidade servir como material de consulta e como fonte de pesquisa. O LAFJUR mantém convênio com a Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, com fins de assessoria técnica e compartilhamento de acervos. Assim, a existência desse laboratório envolve tanto a pesquisa documental quanto o suporte ao desenvolvimento de atividades extensionistas.

No momento está sendo implantada uma seção do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com a UNESPAR. O objetivo é criar espaços de debate acadêmico-científico

⁵³ Atualmente os referidos periódicos não estão vinculados ao colegiado de história, uma vez que se desviaram de suas funções primordiais e dos processos ético-normativos, ignorando os regulamentos internos para funcionar de maneira oculta e paralela para vincular suas imagens à UNESPAR com a pretensão de obter credibilidade e legalidade junto ao público universitário brasileiro. Como estas revistas também não atendem a Lei do Livro (Lei Nº 10.753, 2003), a Lei do Depósito Legal (Lei 10.994/2004) e os Processos de Avaliação pelos Pares, sua existência não é conhecida institucionalmente e, desse modo, seus editores não integram o *Portal de Periódicos da Unespar* (<https://periodicos.unespar.edu.br/>); tampouco seus editores permitem acesso às informações em site da instituição (Lei de Acesso à Informação, Decreto Nº 7.724/2012) ou atendem a Resolução de Periódicos da Unespar (Resolução nº 002/2022 – CEPE/Unespar), para atuarem como Membros de Comitê Editorial. As más práticas editoriais consistem na transformação de Anais de eventos on-line em livros eletrônicos (Simpósio Eletrônico Internacional de Ensino de História: <https://simpohist2021.blogspot.com/>) sem certificação válida pela universidade, valendo-se de editora inexistente (no caso, a *Sobre Ontens*), inobservância dos dispositivos presentes na Lei do Direito Autoral (Lei 9.610/1998), resultando em atos de má fé, cujo resultado é a disseminação e a superprodução de pesquisa acadêmica de forma irregular, através da qual currículos na Plataforma Lattes são alimentados com dezenas de “livros” e “capítulos de livros”, fazendo com os autores que participam dessas revistas/eventos incorram na artificialização volumosa da produção acadêmica.



interinstitucional, privilegiando temas da História Antiga, História Medieval ou ainda temas contemporâneos.⁵⁴

Os projetos de pesquisa docente são registrados na Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do campus.⁵⁵ Estes, também acolhem pesquisas discentes, procurando articulá-las aos grupos de pesquisa, à difusão do conhecimento, além de valorizar os vínculos com a extensão universitária e com a própria trajetória de pesquisa do alunado. Atualmente, as pesquisas desenvolvidas pelos docentes são as seguintes:

A) Everton Grein - TIDE: *Esmaragdo de São Miguel (760-840): pedagogia e doutrina no Renascimento Carolíngio*. Outro projeto: *Os Hispani na corte Carolíngia*.

B) Jefferson William Gohl -TIDE: *Sentidos da morte: Representações dos assassinatos e suicídios em processos crime da comarca de União da Vitória no início do século XX* ligado ao LAFJUR.

C) Kelly Cristina Benjamim Viana - 1) **TIDE**: *Dedo de anjo e osso de defunto: restos mortais, feitiçaria e Inquisição nos espaços luso-brasileiros (1670-1790)*. 2) **Projeto de pesquisa/extensão**: *Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR* ligado ao programa *Observatório polônes*.

D) Michel Kobelinski – 1) **TIDE**: *Museus, monumentos e comunidades: lugares de memória pública* ligado ao grupo História Pública e outros projetos: *Novas sensibilidades na América Latina: perspectivas históricas, literárias e políticas (séc. XVI-XXI)* este último alinhado ao

⁵⁴ No momento, o único link ativo para o Núcleo de Estudos Mediterrânicos. Ver: <https://www.facebook.com/nemed.ufpr>

⁵⁵ Atualmente o link para acesso à página de projetos de pesquisa do campus está inativo. Ver: <https://uniaodavitoria.unespar.edu.br/menu-principal/setores-1/divisao-de-pesquisa-e-pos-graduacao>



Grupo de História Pública (pesquisa em rede); 2) **Projeto de pesquisa/extensão**: Histórias, Artes, Patrimônios e Públicos.

PROJETOS DE PROFESSORES COLABORADORES

E) Alexandre Rodrigues de Souza - Investigação sobre os discursos médicos produzidos sobre as enfermidades venéreas no contexto escravista do Brasil Colonial.

F) Naiara Krascheski Stadler - Fotografias da *Deutsche Kolonialgesellschaft* em África (1884-1943).

G) Priscila Emanoeli Cozer - As cheias do Iguaçu: O Impacto da Enchente de 1983 na Memória Coletiva e na Construção Social dos Municípios de União Da Vitória (PR) e Porto União (SC).

H) Wanilton Dudek - Freies Deutschland: O Antinazismo na América em perspectiva Transnacional (1933-1945)

I) Zuleide Maria Matulle - Tenho a honra de informar que aquele alemão é um súdito do eixo: tensões entre alemães e brasileiros em União da Vitória e Porto União no Estado Novo.

Na graduação, em termos metodológicos, a pesquisa ocorre de forma regular e interrelacionada. A participação discente é obrigatória nas disciplinas que estão ligadas diretamente ao exercício da pesquisa individual e autônoma, através das disciplinas de Introdução à Pesquisa Histórica e Produção Monográfica. Nessas disciplinas, a elaboração de monografia/artigo também envolve a produção de materiais didáticos e planejamento pedagógico, os quais são atrelados à Prática dos Componentes Curriculares, à Extensão Universitária. Eventualmente estas



pesquisas podem ser inscritas em Programas de Iniciação Científica, coordenados pela Pró-Reitoria da Pesquisa da UNESPAR (PRPPG).

8.10 INTERNACIONALIZAÇÃO

Na UNESPAR, a Política Institucional de Internacionalização, estabelecida através da Resolução nº 001/2018, articula as esferas estadual, federal e internacional aos princípios de promoção, fomento e consolidação de ações de internacionalização, abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Em tese, a política de internacionalização, coordenada pelo Escritório de Relações Internacionais (ERI, Resolução nº. 005/2016), articulada às Pró-reitorias, assistiria a comunidade acadêmica da UNESPAR, tanto em estabelecer relações com instituições estrangeiras (e nacionais), para promover a “interculturalidade e a cidadania global”, quanto em promover mobilidade física e virtual de professores, agentes universitários e estudantes (Resolução nº 001/2018, p. 6).

O processo de internacionalização, preconizado como caminho e compromisso interinstitucional, intercultural, intelectual e social, sinaliza para trocas de conhecimentos científico, cultural e tecnológico, além da formação de redes colaborativas interinstitucionais, com mobilidade de docentes e discentes, com vistas a uma formação cidadã universalizante. Contudo, as ações de implementação e promoção de uma cultura de internacionalização, envolvendo Graduação e Pós-Graduação, deixam a desejar devido a ausência de articulações, recursos financeiros e, até mesmo, de projetos em rede. As ações existentes se restringem a ações isoladas, processos burocráticos e a mapeamentos individuais e desarticulados da realidade universitária. Portanto, a sensibilização, o estímulo e a orientação da comunidade acadêmica em torno da internacionalização e, conseqüentemente da circularização de saberes, são limitados, à exceção de poucos projetos e convênios dos Programas de Pós-Graduação da Universidade, articulados às ações do ERI.



A internacionalização da Educação Superior na Unespar parte do conceito de Internationalization at Home (IaH), do qual decorre o princípio da universalização curricular (Internationalization of the Curriculum), centrado em habilidades e competências interculturais. Isto, “sem, necessariamente [o aluno], precisar sair do seu país de origem”, além de o processo de internacionalização considerar que a formação curricular não é responsabilidade exclusiva do ERI, mas de toda a instituição. É por este motivo que se criou o Comitê de Internacionalização da Unespar – COMIT, embora que tal política de descentralização não tenha discutido as novas ações e papéis de toda comunidade universitária nesse processo. É importante dizer que é necessário levantar demandas docentes e discentes, os quais, certamente pretendem um modelo de currículo acessível, inclusivo e qualitativo, através de experiências na universidade de origem, e também, nas instituições estrangeiras. Acrescente-se, que a Internacionalização em Casa prevê a existência da pesquisa internacional em rede, organização e preparação de docentes, discentes e gestores para atuar no processo, além de uma política institucional clara de investimentos.

Nessa linha de argumentação, o Programa de Internacionalização da Unespar (PIU) é pouco conhecido e difundido internamente. A princípio, devido à gestão do Eri ser constituída em plena pandemia do Covid-19 (2021-2021). Como desfecho a política de descentralização do Eri através de um Comitê de Internacionalização (COMINT), mapeamento de ações de internacionalização da comunidade acadêmica, ou mesmo de Disseminação da Cultura de Internacionalização, tem baixa divulgação e adesão pela comunidade acadêmica e mesmo pelos colegiados de Graduação e Pós-graduação. Quando muito, constituem-se apenas em iniciativas ou lustros de internacionalização, através de visitas de professores estrangeiros para palestras e minicursos.

No colegiado de História do campus, iniciativas desta natureza, embora desafinadas com a atual Política Institucional de Internacionalização, começaram a ser discutidas, tendo como objetivos potencializar experiências pessoais,



aprendizados, fortalecimento curricular, estratégias para evitar a evasão acadêmica, convênios e projetos de cooperação internacional.

Considerando o último quinquênio, o Departamento de História recebeu, em 13 de junho de 2017, a Professora Dr^a Olga Alicia Gallardo Milanés, da Universidade de Holguín - Cuba, para ministrar a palestra “A Revolução Cubana: desafios contemporâneos, por intermédio do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Unespar, campus de Campo Mourão.

Em 2019, o campus de União da Vitória recebeu o Professor visitante, Dr. Jorge Alberto Kulemeyer, Universidade de Jujuy, Argentina, na Jornada de Trocas, Interação e Interlocução (8 a 12 julho de 2019), cuja palestra no campus foi “Diálogos histórico-antropológicos: La danza de los Diablos”. A iniciativa de natureza científica e extensionista estava vinculada aos preceitos do Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020, destacando-se ações de internacionalização e de cooperação internacional e de produção científica.

Atualmente, através dos colegiados de história do campus de União da Vitória e do Programa de Pós-Graduação em História Pública, campus de Campo Mourão, assinou-se o Convênio de Cooperação Científica com a Universidade de Quilmes, Argentina, Mestrado em História Pública e Divulgação da História (Diário Oficial do Paraná, 20 de abril, de 2022, p. 44). As tratativas em torno de um projeto comum de pesquisa já foram iniciadas e contam com atividades em rede. Citamos aqui o evento “Historias, memorias y artes en espacio público - Brasil y Argentina (24/03/2022), vinculado ao Project Manager Explorers and Delegate Steering Committee, da International Federation for Public History, IFPH-FIHP, além da Convocatória Proyectos de construcción de narrativas y acciones de Historia Pública y divulgación social de la Historia (12/04/22). Em termos de Programação para o corrente ano, haverá intercâmbio de professores visitantes do Brasil e da Argentina, nos meses de outubro e novembro. Ainda assim, é preciso



pontuar a participação de membros do colegiado na Federação Internacional de História Pública e no Comitê Editorial da Revista PublicHistoryWeekly.

Entendemos que a internacionalização do Ensino Superior abrange uma dimensão estratégica da universidade e, através dela, podemos pensar no desenvolvimento humano, ético e competente. A internacionalização do currículo e de atividades que possam torná-la dinâmica, crítica e inclusiva, é um caminho para alcançarmos a qualidade no Ensino Superior, seja através de interações, convênios e parcerias, seja através de projetos em rede, voltados para o ensino, pesquisa e extensão.

8.11 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

A nova matriz curricular mantém uma relação estreita com a anterior sendo que todas as disciplinas ofertadas anteriormente foram mantidas quase em sua totalidade a exceção da alteração da disciplina de Antropologia e história dos povos indígenas e História e Cultura Afro-Brasileira que foram agregadas em uma única opção na grade de 2023 sob a nomenclatura de Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena. Assim sendo o aluno tem como optar segundo o quadro de equivalência de maneira a não perder nenhuma carga horária já realizada. Sendo que tendo já efetivadas em sua integralidade as duas disciplinas o discente pode ser dispensado daquelas que lhe correspondem. Inclusive a observância da quantidade de cargas horárias foram preservadas mesmo quando houveram desdobramentos de base anual para semestral, sem impacto considerável a exceção da disciplina de Iniciação a Pesquisa Histórica II que acresce de 30 horas, no entanto pela sua característica de Disciplina programada não apresenta dificuldades de cumprimento.

Quanto as optativas, o entendimento é que abre-se um leque maior de opções que se não foram cumpridas duas delas por parte do aluno que tinha vigência na matriz de 2019 pode-se estender o direito de cumprir também aquelas

disciplinas equivalentes de foram acrescentadas na matriz de 2023 a saber Linguagens e tecnologias no ensino de história e Direitos Humanos, Diversidade e inclusão sem prejuízo para o aluno pois já fará parte da oferta de disciplinas por parte do corpo docente do colegiado.

8.12 QUADRO DE EQUIVALÊNCIA EM RELAÇÃO A MATRIZ CURRICULAR EM VIGOR

Quadro de equivalências		
	Disciplinas 2019	Disciplinas equivalentes 2023
Dis	Psicologia da Educação	Psicologia da Educação
Dis	Didática da História	Didática da História
Dis	Metodologia e Prática do Ensino de História I	Metodologia e Prática do Ensino de História I
		Metodologia e Prática do Ensino de História II
Dis	Metodologia e Prática do Ensino de História II	Metodologia e Prática do Ensino de História III
		Metodologia e Prática do Ensino de História IV
Dis	História do Brasil Colonial I	História do Brasil Colonial I
Dis	História do Brasil Colonial II	História do Brasil Colonial II
Dis	História do Brasil Imperial I	História do Brasil Imperial I
Dis	História do Brasil Imperial II	História do Brasil Imperial II
Dis	História do Brasil República I	História do Brasil Republicano I
Dis	História do Brasil República II	História do Brasil Republicano II
Dis	História Antiga I	História Antiga I
Dis	História Antiga II	História Antiga II
Dis	História Medieval I	História Medieval I
Dis	História Medieval II	História Medieval II

Dis	História Moderna I	História Moderna I
Dis	História Moderna II	História Moderna I
Dis	História Contemporânea I	História Contemporânea I
Dis	História Contemporânea II	História Contemporânea I
Dis	Antropologia e história dos povos indígenas	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena
		História Oral
Dis	História da América I	História da América I
Dis	História da América II	História da América II
Dis	História da África	História da África
Dis	História e Cultura Afro-Brasileira	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena
Dis	Libras	Libras
Dis	Teoria da História I	Teoria da História I
Dis	Teoria da História II	Teoria da História II
Dis	Teoria da História III	Teoria da História III
Dis	Teoria da História IV	Teoria da História IV
Dis	Iniciação a Pesquisa Histórica	Iniciação a Pesquisa Histórica I
		Iniciação a Pesquisa Histórica II
Dis	Políticas Educacionais	Políticas Educacionais
Dis	Educação Patrimonial e Ambiental	Educação Patrimonial e Ambiental
Dis	História do Paraná I	História do Paraná I
Dis	História do Paraná II	História do Paraná II
Dis	Tópicos em Brasil Colônia	História do Brasil Colonial II
Dis	Universidade e Sociedade I	Universidade e Sociedade I
Dis	Universidade e Sociedade II	Universidade e Sociedade II

Dis	Optativa (01)	Optativa (01)
Dis	Optativa (02)	Linguagens e tecnologias no ensino de história
Dis	Optativa (03)	Optativa (03)
Dis	Optativa (04)	Direitos Humanos, Diversidade e inclusão
Est	Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado I
Est	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado II
Dis	Produção de monografia	Produção de monografia-TCC

8.13 RECURSOS NECESSÁRIOS

As instalações e equipamentos do curso de história buscam atender às necessidades de alunos e professores. Entre os anos de 2009 e 2012, graças aos recursos oriundos da Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia, a instituição ampliou sua estrutura física. O colegiado de história se beneficiou com este novo aparato que atualmente necessita manutenção e reaparelhamento. Destarte certa insuficiência do suporte físico e dos equipamentos que visam o desenvolvimento de ações individuais e coletivas, procura-se articular as experiências formativas e técnicas ao ensino, à pesquisa e à extensão. As condições de acesso e mobilidade aos ambientes do colegiado não são plenas, embora estejam previstas em projeto institucional.

Sala de Professores e Sala de Reuniões

A sala de professores e a sala de reuniões é um ambiente funcional e confortável. Este amplo espaço é utilizado com frequência (manhã, tarde e noite). Funciona como ambiente das reuniões de colegiado, as quais ocorrem regularmente às terças-feiras. Trata-se de um espaço multifuncional, destinado a leitura, pesquisa,

orientação, elaboração de projetos e orientações de trabalho final de Estágio Supervisionado, monografias e artigos. Neste espaço são arquivados todos os documentos recebidos e produzidos pelo corpo docente. Entretanto, o projeto original de construção não privilegiou a segurança. Sabe-se da necessidade da instalação de grades externas e investimento em segurança para que os bens patrimoniais sejam mantidos e preservados. Entre eles, alarmes e câmeras de vigilância. Pretende-se, ainda, complementar os aparos de luz (persianas) com blackout além da substituição de fechaduras com maior padrão de qualidade para que a sala ganhe ainda mais em comodidade. Por fim, o que deixa a desejar é a regularidade dos serviços de limpeza e higienização.

Instalações docentes	Quantidade/área
Sala do colegiado	01 (40 mt)
Mesa	01
Cadeiras	10
Armário baixo	01
Armário alto	01
Rack	01
Mural	01
Frigobar (Inoperante)	01
Computador/ wireless	01
Impressora Laser HP(Inoperante)	01
Impressora Laser Samsung	01
Ar condicionado	01

8.13.1 RECURSOS FÍSICOS, BIBLIOGRÁFICOS E DE LABORATÓRIOS

Recursos Físicos:Sala de estudo e de reuniões (discentes)

Os acadêmicos de história contam com um ambiente multifuncional. A sala de projetos que ganhou decorações alusivas à presença africana por meio de concurso acadêmico, serve a inúmeros propósitos: encontro de grupo de estudos, reuniões de alunos envolvidos em projetos de ensino e pesquisa, etc.

Instalações discentes	Quantidade/Área (m ²)
Sala compartilhada projetos	40 mt
Mesa	1
Cadeiras	15
Sofá 3 x 2 lugares	1
Armário baixo	1
Armário de aço	1
Arquivo – aço	1
Estante de madeira	1

Salas de Aulas

Em geral, as salas de aula possuem amplo espaço, mesas e cadeiras para 40 alunos e alguns recursos materiais. (Ventiladores, tela de projeção, eventualmente TV Multimídia compartilhada com colégio José de Anchieta).

Discriminação	Área (m ²)	m ² por estudante
4	50 m ²	1,25

Mobiliário e demais equipamentos

Especificação	Quantidade
Mesas	160
Cadeiras	160
Tela para projeção	04
Quadro reticulado	04
Ventiladores	08
Luminárias fluorescentes	24
Cortinas black-out	04
Data show	03



O colegiado de história possui carências históricas estruturais acumuladas quanto a manutenção de seu curso no que tange aos recursos humanos. Seja quanto a necessidade de pessoal contratado que atue no auxílio a coordenação de curso, seja no apoio aos laboratórios que possuem demandas específicas a cada caso e finalidade. Os professores regularmente submetem projetos aos editais que preveem bolsistas, estagiários ou monitores, mas recorrentemente tais editais têm privilegiado os programas que possuem, desenvolvimento de pós graduação em andamento. Sendo que atualmente dos quatro postos necessários conta-se somente com uma única bolsista que atende as necessidades do arquivo histórico e laboratórios.

Recursos humanos a serem contratados

Quant.	Setor	Função	Atividades
01	Sala do colegiado	Auxiliar de coordenação	Transcrição de atas, Arquivamento e organização da documentação, e secretariado da coordenação e CAHIS
01	Arquivo histórico	Auxiliar de catalogação	Higienização, Arquivamento e organização da documentação, elaboração de instrumento de pesquisa

Laboratórios:

- A) Laboratório de processamento, restauro e conservação de fontes históricas jurídicas -LAFJUR

O laboratório procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios arquivísticos para sua recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de processos criminais produzidos pelo poder judiciários e recebidos, para servirem como elementos de documentação, podendo à posteriori ser utilizados como elementos de estudo de caráter científico. Trabalhando conjuntamente docentes e discentes as fontes produzidas pelo poder judiciário pretendem-se basicamente analisar e problematizar as formas jurídicas, a cultura jurídica e os usos da justiça na região. Colaborando para a constituição e integração do acervo do Arquivo Histórico em sua base física, entende-se que isso, aliado às dinâmicas de pesquisa histórica fornece elementos necessários para que possamos problematizar as questões de raça, gênero, classe, escolaridade, desenvolvimento social, relações de violência etc. Possibilitando iniciativas de projetos extensionistas que oferecerão retorno à comunidade local à medida que os saberes ali gerados permitem dar respostas para a sociedade sobre sua própria constituição histórica. Inicialmente localizado anexo a sala técnica ao lado do Arquivo contando com uma pequena área, e equipamentos deve desenvolver seus trabalhos a partir de projetos de iniciação



científica, de extensão e trabalho voluntário vinculado aos programas da UNESPAR. A publicitação destes dados das pesquisas e ações ali desenvolvidas em eventos, trabalhos científicos, artigos e palestras pode e deve provocar uma reflexão conjunta sobre a relação entre justiça e sociedade numa das regiões mais pobres do Estado.

B) Arquivo histórico

Desde 1999, foi criado o Arquivo Histórico do antigo Departamento, Acervo Documental, com a finalidade de contribuir com acadêmicos professores e pesquisadores, em geral, que buscam o conhecimento do passado que é intrínseca ao ser humano que sempre preocupou-se com suas origens.

O Arquivo Histórico, localiza-se no bloco do campus de União da Vitória, da UNESPAR no Bairro de São Cristóvão embora esteja restrito a um espaço mínimo de 30 mt, é essencial para a formação acadêmica. Permitindo o estudo e a reflexão sobre uma dimensão dos estudos históricos e sua relação com o ensino, através de fontes diversas, propiciando aos alunos o estudo de fontes documentais importantes para a história local.

As atividades do Arquivo Histórico contribuem para a reafirmação e construção da memória e da identidade de sujeitos ou de grupos sociais locais e regionais. Nesse sentido, as funções arquivísticas estão direcionadas à preservação, manuseio, tratamento, conservação, catalogação e digitalização de documentos históricos e se aplicam direta e interdisciplinarmente na formação acadêmica da licenciatura baseada no uso de fontes documentais, ao mesmo tempo que garante a preservação da memória da comunidade em que está inserido, de quem recebe a documentação e para quem a disponibiliza para pesquisa.

Os documentos mantidos pelo Arquivo Histórico possuem uma importante diversidade, abrangendo originalmente a partir da doação do Fórum da Comarca de União da Vitória: Acidentes de Trabalho, Interdições e Marcações, Naturalização,



Reintegração de Posse, entre outros. Recentemente houve a incorporação de cerca de 400 caixas de arquivo contendo outro fundo que corresponde aos processos da Vara Criminal do fórum. Dessa forma, se torna possível, dentro de um trabalho conjunto e complementar, utilizando-se das técnicas de pesquisa em História Oral e do laboratório de História Oral, estabelecer vínculos de pesquisa e ensino fundamentais para a formação do licenciando e para a pesquisa.

A totalidade de documentos por hora não pode ser determinada, mas perfazem atualmente cerca de 600 caixas arquivo alocadas em 14 estantes de aço, das quais já se fez a análise de modelos de instrumentos de pesquisa, a digitalização e instrumentalização de cerca de 20 caixas e cerca de 600 processos e documentos diversos, bem como sua higienização, recuperação, organização e manutenção constante do acervo. Há atendimento para pesquisa ao público interessado a partir dos projetos de pesquisa submetidos pelo responsável pelo LAFJUR que dispõe de bolsistas que efetivam o trabalho e atendem aos pesquisadores. O acervo encontra-se aberto a professores, alunos e pesquisadores e possui modesta divulgação em meio eletrônico, vinculado a página da instituição mantenedora. No momento o Arquivo Histórico vem aguardando um sítio em específico, (<http://arquivofafiuv.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-08-17T12:58:00-07:00&max-results=7>) bem como hospedagem para seu acondicionamento e divulgação digital.

Discriminação

Arquivo	Área (m ²)	m ² por estudante
Sala de acervo	30	0,75
Sala técnica LAFJUR	15	0,12

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Armário de aço (4 gavetas)	1
Estantes de aço	14
Mesa	2
Bancadas	6
Cadeiras giratórias	5
Cadeiras fixas	5
Ventilador	1

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computador (desatualizados)	2
Ar condicionado	1
Desumidificador	2 (01 inoperante)
Impressora jato de tinta	1
Aparelho telefônico	1

Material de consumo

Especificação	Quantidade
Tesouras	05
Estiletes	03
Grampeador	02
Luvas de látex	01 cx
Máscaras	20

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários						
LAFJUR		Terça	Quarta		Sexta	
Horários		Tarde	Tarde		Tarde	

C) Laboratório de história oral

O Laboratório de história oral, documentação e mídia localiza-se no piso superior, lado direito ao final do bloco C da UNESPAR campus de União da Vitória, com área compartimentada na sala isolada acusticamente, para atividades de estúdio e gravações, e sala de processamento e guarda.

A História Oral registra o cotidiano e a memória de sujeitos em suas trajetórias social, política, cultural, entre outras. Sua idealização parte da necessidade de registrar memórias que ficaram nas franjas da história oficial. O



objetivo geral maior se trata de articular as questões teórico-metodológicas desenvolvidas junto a disciplina de História Oral, com as práticas de pesquisa em História Local. Além de o laboratório ser aberto à todas as disciplinas e/ou linhas de pesquisa, pretende-se o registro de experiências vividas de sujeitos que se inserem no âmbito de atuação da universidade. As pesquisas desenvolvidas pelos professores e, mesmo pelos alunos, estão em conformidade com a **Resolução 196/96**, de 16 de outubro de 1996, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Os projetos de pesquisa transitam no colegiado e no Comitê de Ética e Pesquisa da instituição (COEP). Este também é o caso das aulas experimentais que podem se vincular a projetos de pesquisa docente; segue-se o modelo de Aulas Práticas do COEP, com plano ou roteiro de aula e parecer do colegiado, assentados em ata. O roteiro das atividades laboratoriais abrange a coleta de depoimento, elaboração de ficha dos informantes, transcrição de relatos, uso de vídeos, organização de dados coletados, entre outros.

Como o laboratório de História Oral possui uma ampla frente de atuações suas normas de uso e funcionamento encontram-se descritas em projeto em anexo (Anexo IV) que ordena as atividades do Laboratório de história oral, documentação e mídia. Dependendo dos projetos individuais apresentados, seja de alunos seja, de professores poder-se-á complementar a pesquisa em História Oral com a documentação disponível no Arquivo Histórico. Projetos já desenvolvidos junto ao laboratório de história oral: *Folclore regional em foco* (2011) pela professora supervisora, Zuleide Matulle. *Imigração, Culturas e sociedade* (2012-2014) e *A origem das canções na vida comum no Vale do Iguaçu: um estudo acerca da recepção da produção fonográfica entre 1965 e 1985* (2015-2016) pelo professor supervisor Jefferson William Gohl.

Discriminação

Laboratório nº 2	Área (m ²)	m ² por estudante
------------------	------------------------	------------------------------

Laboratório de história oral	56	0,43
------------------------------	----	------

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Armários	2
Porta-arquivos	2
Estante de aço	1
Mesas	2
Cadeiras	22
Persianas e blackout	2

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/wireless	4
Notebooks	1
Scanner	1
Impressora	1
Mesa de som	1

Amplificador	1
Equipamento de áudio	1
Toca-discos prof.	1
Caixa de som	1
Piscina de áudio	1
Hd externo	1
Micro sistem	1
Kit iluminação	1
Flasch/carregador	1
Rádio toca-fitas	5
Refletor de luz	1
Microfones	4
Microfone de lapela	3
Câmeras fotográficas	11
Ar condicionado	2
Micro-gravadores digitais	7
Filmadora	3
Pedestais e suporte	3

Microfone externo (multidirecional)	1
Vara microfone	1
Pen-drive	35

Material de Consumo

Especificação	Quantidade
DVD	70

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários

D) Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE

O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE localiza-se no piso superior direito do início do bloco B da UNESPAR, constitui-se como espaço comum das licenciaturas nas dependências do Campus de União da Vitória, destinado a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, incentivando o desenvolvimento de metodologias voltadas à inovação das práticas pedagógicas; elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar e estímulo ao uso de tecnologias da informação e comunicação



(TICs) na articulação entre os programas da CAPES relacionados à educação básica.

O curso de história do campus de União da Vitória participa como subprojeto entre outros oito cursos de licenciatura do Campus, que tem seu projeto amplo coordenado pela professora Maria Ivete Basniak, contando com mobiliário e equipamentos modernos, e recursos bibliográficos e didáticos o laboratório e seus projetos tem a função de articular os cursos de licenciatura para além do Campus em direção a aproximação da educação básica em direção as descobertas e construção de novos modelos de aprender-ensinar e de transformação dos aspectos da realidade local e regional.

As equipes de trabalho devem buscar por meio do LIFE novas metodologias que propiciem a construção de conhecimento interdisciplinar, avaliações de recursos didático-pedagógicos, em perspectiva contextualizada, problematizando e incentivando o uso das TICs em interface com os modos de conhecer, apreender e ensinar na escola de educação básica e no curso de licenciatura em História.

A socialização das experiências adquiridas entre as licenciaturas constitui-se em etapa importante do processo e integração dos níveis inter e extra universidade. O colegiado de história, além dos equipamentos comuns do LIFE, dispõe de materiais específicos para seu uso e atuação, como material de expediente, papel A-4, tesouras, canetas e bibliografia sobre metodologia do ensino de história e de reflexão sobre o papel do professor em história à disposição de professores e alunos.

Especificação	Quantidade
Bancadas	3

Cadeiras	30
Quadro Branco	01
Tela multimídia	01
Armário de materiais História	01

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/wireless	13
Impressora 3D	01
Tablets	10

Recursos Bibliográficos: Biblioteca

As necessidades básicas na manutenção da oferta do curso e do desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão dizem respeito a uma atualização dos acervos bibliográficos conforme já apontado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Biblioteca Dante de Jesus Augusto - UNESPAR – Campus União da Vitória, é um setor estratégico aos cursos da Universidade e tem a finalidade atender discentes e docentes. Sua atividade principal é realizar empréstimo domiciliar e consulta, disponibilizando via Sistema PERGAMUM consultas presenciais e online, cujo catálogo abrange todo o acervo existente. A biblioteca oferece levantamento bibliográfico e possibilita presencialmente acesso ao Portal de Periódicos da Capes e empréstimo entre as bibliotecas da UNESPAR (COMUT). O acervo da biblioteca

conta hoje com: 33.011 títulos e 45.336 exemplares de livros em português, inglês, espanhol, francês e alemão, bem como teses, dissertações e periódicos.

Além do já descrito, a biblioteca conta ainda com espaço para estudo individual e coletivo e com computadores com acesso a internet para atender finalidades de pesquisa de discentes e docentes.

Suporte Estrutural

Discriminação	Área (m ²)	m ² por estudante
Biblioteca	375	2,92

Mobiliário

Especificação	Quantidade
ESTANTE / PRATELEIRA EM AÇO	120
ARMÁRIO DE AÇO	13
ESTANTE EM MADEIRA	01
FICHÁRIO / ARQUIVO EM AÇO	11
MESA PARA COMPUTADOR	04
MESA PARA IMPRESSORA	06
MESA EM FÓRMICA	08
MESA PARA TELEFONE	01
MESA REDONDA	03
SUORTE PARA ÁGUA	01
BALCÃO EM FÓRMICA	01
BALCÃO EM MADEIRA	02
PORTA FICHAS	02
CARRINHO PARA TRANSPORTE DE LIVROS	03
APARELHO DE TELEFONE	01
QUADRO DO SR. DANTE	01
QUADRO BRANCO COM MOLDURA	01
FICHÁRIO EM MADEIRA	01
PORTA LIVROS EM MADEIRA	01
PORTA JORNAIS	01
CAIXA EM MADEIRA PARA SUGESTÕES	01
RELÓGIO DE PAREDE	01

ARMÁRIO GUARDA-VOLUMES	01
ARMÁRIO ESTANTE SEM PORTAS	01
BIOMBO EM MADEIRA	01
KIT ALARME	01
CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR EXECUTIVA	06
CADEIRA FIXA COM 04 PÉS	34
EXTINTOR DE INCÊNDIO	01
VENTILADOR DE TETO	01
ESCADA COM 03 DEGRAUS	02

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores	07
IMPRESSORA JATO DE TINTA	01
IMPRESSORA MATRICIAL	04

9 QUADRO DE SERVIDORES

9.10 COORDENAÇÃO DE CURSO

COORDENADOR DO CURSO				
Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Everton Grein	História UNESPAR (2005)	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015 Mestre em História (UFPR) 2009	32	Efetivo TIDE

9.11 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre Doutor	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
1.	EVERTON GREIN	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015 Mestre em História (UFPR) 2009	40	Doutor	Efetivo/ TIDE
2.	JEFFERSON WILLIAM GOHL	Doutor em história (UnB) 2014 Mestre em História (UFPR) 2003	40	Doutor	Efetivo/ TIDE
3.	KELLY CRISTINA BENJAMIM VIANA	Doutora em História (UnB) 2014 Mestre em história (UFC) 2010	40	Doutora	Efetivo/ TIDE
4.	MICHEL KOBELINSKI	PhD (UFPR) 2015 Doutor (UNESP/Assis) 2008 Mestre (UNICENTRO)1997	40	Doutor	Efetivo/ TIDE

9.12 CORPO DOCENTE

PROFESSORES EFETIVOS					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre Doutor	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
1.	EVERTON GREIN	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015	40	Doutor	Efetivo/

		Mestre em História (UFPR) 2009			TIDE
2.	JEFFERSON WILLIAM GOHL	Doutor em história (UnB) 2014 Mestre em História (UFPR) 2003	40	Doutor	Efetivo/ TIDE
3.	KELLY CRISTINA BENJAMIM VIANA	Doutora em História (UnB) 2014 Mestre em história (UFC) 2010	40	Doutora	Efetivo/ TIDE
4.	MICHEL KOBELINSKI	PhD (UFPR) 2015 Doutor (UNESP/Assis) 2008 Mestre (UNICENTRO)1997	40	Doutor	Efetivo/ TIDE

PROFESSORES TEMPORÁRIOS					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
		Mestre Doutor			
1.	Alexandre Rodrigues de Souza	Doutor em história (UFF) 2018 Mestre em história (UFF) 2011	40	Doutor	CRES
2.	Naiara BatistaKrascheskiStadler	Doutor em História (UFPR) 2020 Mestre em História (UFPR) 2015	40	Doutora	CRES
3.	Priscila Emanoeli Cozer	Mestre em História (UEPG) 2017	40	Mestre	CRES
4.	WaniltonDudek	Doutor em história (UPF) 2018 Mestre em história (UPF 2012)	40	Doutor	CRES
5.	Zuleide Maria Matulle	Mestre em História (UEPG) 2017	40	Mestre	CRES





10 REFERÊNCIAS

- ANDES-SN para a Universidade Brasileira. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003.
- BRASIL, Secretaria de educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia. Secretaria de educação fundamental: Brasília. MEC/SEF, 1997.
- CALVINO, I. Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- CASTORIADIS, C. As Encruzilhadas do Labirinto Vol. III - O mundo fragmentado. RJ: Paz e Terra, 1992.
- DIAS, Ana Maria Iori. Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo, Paz e Terra, 1996
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.
- FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO ... Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção. [Rio de Janeiro], 1999.
- http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/themes/wp-simple/CURRICULOS/Parana_Diretrizes_Curriculares_da_Educacao_Basica_Historia.pdf
- <http://www.castelobranco.br/site/arquivos/pdf/Referenciais-Curriculares-Nacionais-v-2010-04-29.pdf>
- http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_antteriores.php
- http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_antteriores.php , 2003
- LEVY, P. As tecnologias da inteligência. São Paulo: Editora 34. S/d
- LUCKESI, C. C. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002
- LUDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a06v2274.pdf>
- MAGNANI, Ivetti. Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. Anais... Caxambu: ANPED, 2002.
- MARTINS, Estevão Resende. Educação e consciência histórica. In: CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. Educação histórica: teoria e pesquisa. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.



MAZZILLI, Sueli. Ensino, Pesquisa e Extensão: uma associação contraditória. Tese de Doutorado. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Questões curriculares e didáticas no ensino da História Antiga. In: Anais do I Simpósio Nacional de História Antiga. João Pessoa: Ed. Universitária, 1984.

MIRANDA, Marília G. de. O Professor Pesquisador e Sua Pretensão de Resolver a Relação Entre a Teoria e a Prática na Formação de Professores. In: O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papyrus, 5 ed, 2006, p.129-143.

MORETTO, V. P. Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORIN, E. Ciência com consciência - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NÓVOA, Antônio. O Professor Pesquisador e Reflexivo. Entrevista concedida em 13 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/antonio_novoa.htm Acessado em 22/11/2010

para a prevenção da violência. Brasília: UNESCO/UCB, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. A universidade pública e os desafios do desenvolvimento. La Insígnia: Brasil, 13 jan. 2005.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

REALE, Miguel. O homem e seus horizontes. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

RUSEN, Jorn In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. JörnRüsen e o ensino de história. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RUSEN, Jorn. Aprendizagem histórica: esboço de uma teoria. In: Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: WA editores, 2012, p.79-89.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Boaventura Sousa. A universidade no século XXI. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. Aprender história: Perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

SILVA, Maria das Graças. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais... Caxambu: ANPED, 2000.

Documentos consultados

UNESPAR. Relatório CPA 2011/12- Campus União da Vitória: 2013.



UNESPAR. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI -2011-2016.

UNESPAR. Projeto Político Institucional – PPI 2012.



11 ANEXOS:

ANEXO I

ANEXO I

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS, DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

TÍTULO I

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Art. 1.º - O Estágio Curricular Supervisionado é uma etapa obrigatória dos Cursos de Formação Docente de acordo com as Resoluções CNE/CP nº1/2002 e CNE/CP nº2/2002.

Art. 2.º - A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado, de caráter obrigatório, definida nos planejamentos curriculares dos Cursos de Formação Docente, será de 400 (quatrocentas) horas, conforme Resolução CNE/CP2/2002, distribuídas nas 3^{as} e 4^{as} séries.

Art. 3.º - A mesma Resolução prevê que os alunos e alunas que exerçam atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

§ 1.º - Para obter essa redução de c/h o aluno ou aluna, com amparo na Legislação vigente deverá apresentar documentação comprobatória à coordenação de estágio do curso, do tempo de efetivo exercício no Magistério, na área específica, no Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano ou Ensino Médio.



§ 2.º - A coordenação de estágio do Curso analisará os documentos apresentados e emitirá parecer referente à dispensa.

§ 3.º - A referida dispensa não isentará o aluno ou aluna de apresentar relatório semestral das atividades docentes realizadas nas respectivas Escolas e nem da frequência às atividades que forem determinadas pelo/a professor/a orientador/a de Estágio em sala de aula por considerá-las prioridades na formação docente.

§ 4º - A Carga horária para as disciplinas de Estágio I e II, é distribuída da seguinte forma:

4 horas de observação e 6 horas de prática de estágio, sendo que, os estagiários que cursam Estágio I deverão cumprir a carga horária obrigatória no ensino fundamental, enquanto que, estagiários matriculados em Estágio II, deverão estagiar, preferencialmente, no ensino médio.

CAPÍTULO II

DO CONCEITO E OBJETIVOS

Art. 5.º - Considera-se Estágio Curricular Obrigatório as atividades educacionais de ensino-aprendizagem proporcionadas ao/a acadêmico/a pela participação em situações reais, realizadas em instituições de Ensino Fundamental e Médio.

Art. 6.º - Serão objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

I – Proporcionar ao futuro profissional um conhecimento real, preparando-o de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;

II – Elaborar projetos pedagógicos inovadores, viabilizando o desenvolvimento e avaliação dos mesmos;



III – Proporcionar experiência acadêmico-profissional orientada para a competência técnico-científica no trabalho profissional, no contexto das relações sociais diagnosticadas. Nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

IV – Promover a interação entre a Instituição formadora e a comunidade;

V – Produzir conhecimentos significativos na sua área de atuação, promovendo uma ação reflexiva na estrutura curricular do Curso e nas Instituições de realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

VI- Ofertar atividades extensionista nas escolas de atuação definidas no Art. 07 e outras comunidades escolares ou universitárias que porventura solicitarem ações relacionadas ao programa e ao projeto integrador do curso.

CAPÍTULO III

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 7.º - Constituir-se-ão campos de Estágio:

I – Estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio, da rede Municipal, Estadual e Particular situados no município de União da Vitória. Instituições de ensino de municípios vizinhos podem se tornar campos de estágio para acadêmicos/as do 4º ano do curso em situações específicas, dependendo da autorização do/a professor/a orientador/a do Trabalho Final de Estágio Supervisionado;

II – Instituições sociais, assistenciais e culturais da comunidade alvos de projetos ou programas de ensino, pesquisa e extensão que envolvam acadêmicos/as estagiários/as.

Art. 8.º - Os Estágios Curriculares obrigatórios, quando realizados em entidades públicas ou privadas, deverão ser precedidos da celebração de Convênio



ou Acordo de Cooperação, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições de sua realização, quando solicitados pelas Instituições.

Art. 9º – As atividades a serem desenvolvidas pelo/a estagiário/a, bem como todas as condições de estágio, devem constar em Termo de Compromisso assinado pelo/a acadêmico/a estagiário/a, pela instituição concedente, pela coordenação de estágio do curso e direção do campus.

Art. 10 - O seguro de acidentes pessoais em favor do/a estagiário/a será providenciado pelo Setor de Estágio do Campus de União da Vitória da UNESPAR.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

Art. 11 - Da organização administrativa dos estágios da UNESPAR, campus de União da Vitória participam:

I. Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD

II. Centros de Áreas, Colegiados de Cursos, Coordenação de Estágios e Setor responsável pelos estágios no *Campus*.

Art. 12 - Compete à Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD:

I. definir e emitir políticas e regulamentos de estágio, em conjunto com os Conselhos Superiores afins;

II. manter serviço de assessoria permanente aos Cursos por meio de suas Diretorias afins;

III. encaminhar as questões relativas aos estágios às instâncias universitárias competentes, quando for o caso;



- IV. participar, quando necessário, de reuniões relativas à organização e avaliação dos estágios;
- V. promover encontros e intercâmbios entre os responsáveis pelos estágios na UNESPAR, visando solucionar problemas e ou padronizar procedimentos;
- VI. Promover, juntamente com os Coordenadores de Curso e/ou Coordenadores de Estágios, intercâmbio com outras instituições sobre assuntos pertinentes aos estágios;
- VII. fornecer assessoria aos Coordenadores de Cursos e/ou Coordenadores de Estágios na elaboração, tramitação e divulgação dos Regulamentos Específicos/Próprios de Estágios dos Cursos de Graduação.

Art. 13 - Cabe às instâncias de cada *Campus* ou unidade:

- I. Cabe ao Setor responsável pelos estágios no *Campus*: emitir certificado de Estágio não Obrigatório, mediante requerimento do estudante, para computar como carga horária de atividade acadêmica complementar, de acordo com o Regulamento Geral de Atividades Acadêmicas Complementares da UNESPAR e Regulamentos Específicos dos Cursos, atendendo às especificidades de formação e ainda para os fins profissionais acadêmicos que se fizerem necessários;
- II. Cabe ao Coordenador de Estágio do Curso assinar os certificados de Estágios não Obrigatórios;
- III. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus* manter cadastro atualizado de todos os estudantes que estejam realizando Estágios não Obrigatórios, bem como especificar o local onde estão atuando;
- IV. Cabe ao Coordenador de Estágios do Curso: manter cadastro atualizado de todos os estudantes do seu curso que estão realizando estágios, com especificação dos locais de estágios; assinar o Plano de Trabalho a ser firmado entre estudantes e concedentes de estágios; receber os relatórios circunstanciados sobre os estágios



obrigatórios ou não obrigatórios e tomar as providências cabíveis, junto aos demais setores, quando necessário;

V. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus*: formalizar e firmar convênios mediante delegação, entre a UNESPAR e as unidades concedentes de estágios, visando estabelecer os campos de estágios para os estudantes da UNESPAR.

VI. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus* estabelecer controle de vigência dos convênios, analisando-os periodicamente e verificando a necessidade ou não de sua renovação, juntamente com o Coordenador de Curso ou Coordenador de Estágio, emitindo, quando necessário, seu parecer.

VII - Compete aos Diretores de *Campus*, Centros de Área e aos Colegiados de Curso proverem apoio logístico e de recursos humanos para formalização e realização dos estágios, nos âmbitos das suas competências regimentais.

Art. 14 - Da organização didática dos estágios participam:

I. Colegiado de Curso;

II. Coordenação de Curso;

III. Coordenação de Estágio;

IV. Professor/a da disciplina de estágio supervisionado;

V. Professor/a regente da escola/colégio campus de estágio;

VI. Professor/a orientador/a do Trabalho Final de Estágio Supervisionado;

VII. Acadêmico/a estagiário.

Art. 15 - Cabe ao Colegiado do Curso:



- I. estabelecer e definir diretrizes para o Estágio Curricular Obrigatório e para os Estágio não Obrigatório;
- II. elaborar o Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso e encaminhá-lo ao Colegiado de Centro, para sua aprovação, observado o Regulamento Geral de Estágio da UNESPAR e demais legislação pertinente;
- III. manifestar-se, quando solicitado pelo coordenador de curso, em matérias referentes aos estágios obrigatórios e não obrigatórios.

Art. 16 - Compete à Coordenação de Estágios do Curso:

- I. propor ao Colegiado de Curso o sistema de organização e desenvolvimento dos estágios;
- II - propor minuta do Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso, obrigatório e não obrigatório, com assessoria da PROGRAD, encaminhando-a ao Colegiado de Curso para análise e posterior aprovação pelo Conselho de Centro respectivo;
- III. definir os diversos campos de estágios, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, a fim de que sejam formalizados os convênios para o desenvolvimento dos estágios;
- IV. identificar os campos de estágios e possibilitar a inserção dos estudantes nos mesmos;
- V. coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades de estágios, em conjunto com os docentes orientadores/supervisores de estágios e com os supervisores de campo de estágio de modo a propiciar a real inserção dos estudantes;
- VI. convocar, sempre que necessário, reuniões com os docentes envolvidos com os estágios, para discutir assuntos tais como: planejamento, organização,



funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágios e elaboração e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

VII. organizar, a cada período do estágio curricular obrigatório, os campos de estágio, a distribuição dos estagiários entre os supervisores/orientadores de estágios;

VIII. Organizar os estagiários por grupos, quando for o caso, para estabelecer uma distribuição conforme as possibilidades de vagas nos campos de estágios, evitando superlotação em determinados locais e de acordo com as características do perfil profissional expressas no Projeto Pedagógico do Curso;

IX. assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Curriculares Obrigatórios;

X. avaliar os relatórios circunstanciados que indiquem desvirtuamento da função educativa do estágio, emitidos pelos orientadores/supervisores de estágios ou pelo responsável pelos convênios de estágios não obrigatórios e encaminhar à PROGRAD, após a análise do Colegiado de Curso e Conselho de Centro;

XI. organizar o Seminário de Ensino de História no final do segundo semestre do ano letivo para que estagiários/as apresentem os resultados de suas atividades e reflexões teóricas sobre ensino e aprendizagem da história.

XII. Checar se as ações de extensão estão adequadas e perfazendo as cargas horárias previstas.

Art. 17 – O curso de História terá, de acordo com as possibilidades de número de docentes, 01 (um/a) Coordenador/a e 01 (um/a) Vice coordenador/a de Estágios, eleito/a pelos seus pares, preferencialmente, dentre os docentes efetivos em Regime de Tempo Integral;

§ 1º Os docentes escolhidos como Coordenador e Vice coordenador de Estágios serão nomeados por uma Portaria do Reitor, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.



§ 3º O Coordenador e Vice coordenador de Estágios devem, preferencialmente, atuar como orientadores/supervisores de estágios durante a sua gestão.

§ 4º O Coordenador de Estágio deve ser membro nato do Colegiado de Curso, com a formação específica do Curso;

§ 5º O Vice coordenador deve colaborar com o Coordenador de Estágios em suas atribuições e substituí-lo em eventuais ausências e, em caso de vacância do cargo, deve assumir a função de coordenador de estágio, até que se realizem novas eleições.

Art. 18 – Caberá aos Professores/as de Metodologia de Ensino e de Estágio Curricular Supervisionado que devem ser habilitados/as na área específica do curso de formação, e preferencialmente com experiência no Ensino Fundamental e Médio.

I – apresentar formalmente, aos/ as estagiários/as, no início do período letivo, todos os aspectos legais que compreendam o processo de estágio curricular;

II - Orientar o processo de Solicitação de Campo de Estágio junto ao Núcleo Regional de Ensino da União da Vitória, através da plataforma e-protocolo.

III – coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com os/as demais professores/as orientadores/as dos temas de Estágio;

IV – Entrar em contato com os estabelecimentos oficiais do Ensino Fundamental e Médio, que ofertam estágio, para análise das condições do estágio, tendo em vista a celebração de convênios e acordos, quando for o caso;

V – organizar o Programa de Metodologia de Ensino especificando orientações das atividades de Estágio Supervisionado de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, acatando o Regulamento Geral do Estágio Curricular da IES;



- VI – discutir as tendências atuais, teóricas e metodológicas referente ao ensino na área específica;
- VII – orientar a elaboração dos Planos de Estágio, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades práticas realizadas pelos/as estagiários/as durante todo o processo;
- VIII – informar ao/a aluno/a estagiário/a sobre as normas, procedimentos e critérios do planejamento, da execução e da avaliação das atividades de estágio supervisionado;
- IX – manter contato sistemático com as escolas (supervisores/as) nas quais os/as estagiários/as cumprem atividades inerentes ao Estágio Curricular Supervisionado;
- X – organizar e manter atualizada a documentação dos/as Estagiários/as e assinar as Certidões de Estágio;
- XI – receber e analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos dos/as estagiários/as, registrando o controle efetivo das horas realizadas conforme estabelece a legislação vigente;
- XII – propor à Coordenação de Estágio do Curso, quando necessário, o desligamento do/a Estagiário/a do campo de estágio;
- XIII – dispensar eventualmente os/as Estagiários/as para atividades nas escolas e/ou biblioteca, apenas no horário destinado à disciplina de Metodologia de Ensino, observando o cumprimento das tarefas solicitadas;
- XIV – permanecer na Instituição, mesmo quando a turma ou parte dela, estiver em outras atividades, ficando à disposição dos alunos e alunas que necessitem de apoio individual aos seus projetos;



XV- propor as ações extensionistas com cargas horárias previstas a cada série no regulamento de extensão do curso em conjunto com seus alunos nas escolas que constituem o campo de estágio.

XVI- entregar ao coordenador de ACEC do curso no início de cada ano letivo seu plano e ensino constante das atividades extensionistas previstas para as turmas, bem como o relatório ao final do ano das práticas realizadas.

Art. 19 – O/a professor/a regente da escola/colégio Campus de estágio deverá ser habilitado/a na área de atuação nas escolas e outras instituições de ensino parceiras, com um mínimo de dois anos de experiência, salvo se a instituição não possuir profissional com esse perfil.

Art. 20 – Ao/a professor/a regente da escola campo de Estágio, também responsável pelo acompanhamento do/a Estagiário/a no campo de estágio, compete:

I – fornecer aos/as Estagiários/as informações necessárias para a elaboração e execução do planejamento de estágio;

II – aprovar o Plano de Trabalho Docente e Planos de aula; sugerindo reformulações que se fizerem necessárias;

III – Preencher e assinar os instrumentos próprios de acompanhamento que lhes forem solicitados;

IV – acompanhar efetivamente o desempenho do/a estagiário/a, incentivando e apresentando sugestões que venham em seu auxílio, quando necessário;

V – informar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado qualquer mudança no planejamento ou outras situações que possam comprometer o andamento do estágio.



Art. 21 – Os/as professores/as das disciplinas do Curso responsáveis pela orientação dos planejamentos dos Planos de aula e do Portfólio de Estágio a ser executado e entregue pelo estagiários do 4º ano do curso, de acordo com sua área de conhecimento, compatível ao Planejamento Final de Estágio do/a acadêmico/a, compete:

I – estabelecer um cronograma em conjunto com o/a estagiário/a (seu orientando ou orientanda), respeitando a disponibilidade de ambos/as para os encontros necessários;

II – assinar a carta de aceite juntamente com seu/ua orientando/a;

III – analisar o Planejamento de Estágio do/a acadêmico/a e propor sugestões onde se fizer necessário;

IV – orientar a produção do material didático referente ao tema proposto no Planejamento de Estágio, atividades de prática de ensino, e acompanhar o processo de produção do portfólio de Estágio II.

V – comunicar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino o não comparecimento dos/as orientandos/as às sessões de orientações, já em fase inicial, registrando as ausências na Ficha de presença de orientações;

VI – acompanhar o/a estagiário/a que orienta em atividades de estágio nas instituições de ensino para avaliação e comunicar ao/a coordenador/a de estágios do curso suas considerações a respeito do desempenho do/a mesmo/a;

Art. 22 – O/a acadêmico/a-estagiário/a é /aquele/a que estará regularmente matriculado/a nas séries em que se realizam o Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 23 – Ao/a acadêmico/a-estagiário/a compete:



I – comparecer às aulas previstas no horário, sendo obrigatória a frequência exigida por lei – 75% (setenta e cinco por cento) das aulas teóricas e 100% (cem por cento) das atividades no campo de estágio;

II – observar e respeitar as normas contidas no Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso;

III – definir com o/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado, o/a Professor/a Supervisor/a da Escola campo de estágio, os locais, períodos e formas para o desenvolvimento das atividades referentes ao Estágio Curricular Supervisionado;

IV – conhecer antecipadamente o campo de estágio em que atuará;

V – elaborar e executar o seu plano individual sob a orientação do/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado com acompanhamento do/a professor/a Supervisor/a da Instituição, campo de Estágio e do/a professor/a orientador/a do tema;

VI – apresentar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e do Estágio Curricular Supervisionado e ao/a Professor/a Supervisor/a, o Planejamento de estágio a ser desenvolvido, cumprindo rigorosamente as datas estabelecidas;

VII – a aplicação do Planejamento de estágio em escolas e/ou outras Instituições só poderá iniciar mediante aprovação por escrito do/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado bem como pela devolução das referidas fichas assinadas pelo/a professor/a supervisor/a e direção ou pedagogo/a da escola responsável pelo acompanhamento do mesmo;

VIII – desempenhar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado com responsabilidade e competência, observando as normas de ética profissional no desempenho das suas atividades;



IX - participar regularmente das aulas de Metodologia de Ensino, de acordo com o horário escolar previsto, recebendo informações precisas e sugestões para a melhoria de seus planejamentos, constituindo-se esses aspectos em fatores de avaliação;

X – preencher, encaminhar e devolver os instrumentos de acompanhamento e avaliação, em anexo ao seu Planejamento de Estágio Supervisionado;

XI – entregar ao/a professor/a de Metodologia de Ensino (Orientador/a de Estágio) em data previamente fixada, o Relatório abrangendo todos os aspectos relativos ao Estágio;

XII – comunicar e justificar com antecedência, ao/a Professor/a Supervisor/a (campo de estágio) e ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio sua ausência em atividades previstas no plano de estágio;

XIII – repor as atividades previstas no plano de estágio, cuja justificativa da ausência foi aceita pelo/a supervisor/a e Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio.

XIV- cumprir as atividades extensionistas propostas pela professora responsável pela disciplina de Metodologia e Prática do Ensino de História.

DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Seção I

Das Atividades de Prática de Ensino como forma de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório



Art. 24 – A Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado, como componente acadêmico, fornece ao/a aluno/a, como futuro/a professor/a, acesso ao conhecimento das tendências atuais de ensino nas diferentes áreas e experiências profissionais por meio do exercício da competência técnica, em três momentos:

I – na Universidade – no preparo das atividades de Estágio;

II – nos estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio, efetivando o Estágio;

III – na Universidade, posteriormente, para análise e avaliação.

Art. 25 – As atividades a serem desenvolvidas pelo/a estagiário/a devem constar no Plano de Estágio do/a Professor/a de Metodologia de Ensino (orientador/a de estágio);

Art. 26 – As atividades de Estágio Supervisionado num total de 400 (quatrocentas) horas abrangem as seguintes atividades:

I – análise da estrutura e funcionamento de escolas e suas decorrências para o processo de ensino-aprendizagem;

II – análise de livros didáticos e programas executados em Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio;

III – estágios de coparticipação:

- a) análise de dinâmica da prática docente desenvolvida em escolas de Ensino Fundamental e Médio;
- b) estágios de regência: execução de propostas didáticas, apresentação de estratégias pedagógicas e materiais didáticos em situações concretas de ensino-aprendizagem;



IV – análise de experiências pedagógicas bem sucedidas e materiais didáticos, por meio de pesquisas e em projetos especiais.

V – estágios com projetos de reforço escolar, minicursos e oficinas pedagógicas;

VI – estágios com projetos de ensino voltados a regência de classe no ensino Fundamental e Médio na terceira e quarta série;

VII – relatórios das atividades desenvolvidas;

VIII – Produção do portfólio, referente à sua experiência de estágio, que deverá ser apresentado no Seminário de Ensino de História que será realizado no segundo semestre do 4º ano de curso. Este portfólio deverá ser escrito segundo as normas da ABNT vigente.

IX- atividades de extensão de diversas naturezas, de forma *online* e nas escolas que constituem o campo de estágio distribuídas em 30 (trinta) horas para a terceira série e 40 (quarenta) para o quarto ano do curso.

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 27 – Dar-se-á conforme as seguintes modalidades:

I – Supervisão semidireta: o/a Professor/a de Metodologia de Ensino e de Estágio Supervisionado fará acompanhamento e orientações individuais e coletivas ao/a estagiário/a na Universidade, e contato sistemático ao campo de estágio com o/a professor/a supervisor/a, regente da classe onde o/a acadêmico/a irá estagiar.



II – Supervisão direta: acompanhamento pelo/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado por meio de relatórios, reuniões, seminários de apresentação dos resultados dos projetos de estágio e presencial por amostragem. E acompanhamento pelo/a professor/a orientador/a do trabalho final de estágio supervisionado, da 4ª série, na elaboração do planejamento, material didático e artigo sobre o estágio.

III – Supervisão direta e presencial pelo/a professor/a supervisor/a da escola campo de estágio, em todas as atividades do/a acadêmico/a na escola, e dos/as professores/as da disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de História e orientador/a do TFES em aulas ministradas pelo/a acadêmico/a na escola/colégio.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO

Do Estágio Supervisionado e da Disciplina de Metodologia de Ensino

Art. 28 – A Avaliação será parte integrante do processo de formação devendo ser de forma sistemática, contínua e global durante o transcorrer das Práticas de Estágio, obedecendo às normas legais vigentes e o que preconiza este Regulamento.

Art. 29 – A sistemática de avaliação será desenvolvida cooperativamente por estagiários/as, professores/as orientadores/as e supervisores/as.

§ 1º - O conjunto de critérios da avaliação resultará em uma nota única que deverá ser encaminhada ao SCA, ao término das disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado.

§ 2º - Os critérios de avaliação contemplam, entre outros, instrumentos como: elaboração de planejamento de estágio, execução das atividades



em campo de estágio, apresentação de relatórios, provas de conhecimento, seminários, especificados no plano de ensino das disciplinas de Metodologia e Prática de Ensino de História I e II e Estágio Supervisionado I e II.

Art. 30 – O controle de frequência e aproveitamento da disciplina de Metodologia de Ensino será efetuado em diário de classe próprio e do Estágio em Fichas específicas para isso.

Art. 31 – O processo de avaliação da disciplina de Metodologia do Ensino e do Estágio nas 3.^{as} e 4.^{as} séries envolverá o cumprimento das atividades solicitadas nas datas estabelecidas durante o ano letivo, pelo/a Professor/a de Metodologia de Ensino e do Estágio Supervisionado, e os registros serão anuais.

Art. 32 – A aprovação na disciplina de Metodologia do Ensino exigirá frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas-teóricas (sessões de orientações), e no Estágio Supervisionado 100% (cem por cento) nas atividades desenvolvidas em campo de estágio e nota mínima 7,0 (sete), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) para ambas as disciplinas.

Art. 33 – Os acadêmicos, nas 3.^{as} e nas 4.^{as} séries, deverão desenvolver Projetos de Ensino em Escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio, com participação de 100% na carga horária estabelecida para o projeto e a nota mínima para aprovação 7,0 (sete), independente das notas obtidas nas outras atividades;

Parágrafo único: deverão desenvolver as atividades de extensão previstas no planejamento do professor, e a vinculação de nota na condição de outras atividades fica a critério do (a) professor(a) da disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de História



Art. 34 – Se a nota, obtida na aplicação do projeto for inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro) o mesmo deverá ser reformulado e aplicado novamente em tempo hábil, mantendo-se a exigência da nota 7,0 (sete) para aprovação, sendo esta a média final da disciplina composta pela média aritmética de todas as atividades realizadas no transcorrer do ano letivo.

Parágrafo único: Não se aplica as disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado, as normas referentes ao Exame Final.

Art. 35 – Documentos obrigatórios que compõe o Portfólio Final de Estágio:

- Termo de Compromisso de estágio;
- Carta de aceite do orientador;
- Relatório de observação;
- Análise do PPC do Colégio em que o estágio foi realizado;
- Planos de aula;
- Materiais didáticos utilizados;
- Relatório da prática de estágio;
- Ficha de frequência de estágio;
- Declaração de conclusão de estágio (assinada(o) pela(o) professor supervisor(a));

§ único: O portfólio completo deverá ser entregue impresso, encadernado, na ordem acima mencionada e, também, em *Portable Document Format* - PDF, durante o Seminário Final de Estágio.

Art. 36 – A coordenação de Estágio organizará e divulgará o cronograma das apresentações, em forma de editais afixados na Instituição;



§ 1º: a nota final da disciplina de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado constará da média aritmética das seguintes notas: nota das atividades anuais, nota da aplicação do Projeto de Ensino na escola e a nota da construção e apresentação do Portfólio Final de Estágio Supervisionado – TFES.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - As atividades e determinações específicas das Licenciaturas deverão constar nos Planos de Ensino dos/as Professores/as de Metodologia de Ensino (no Projeto de Estágio do Curso e no Projeto Político – Pedagógico do Curso).

Art. 38 – O cumprimento das horas de Estágio Curricular Supervisionado será em horário contrário ao funcionamento do Curso, salvo exceções, decididas em conjunto com o/a Professor/a de Metodologia do Ensino e de Estágio.

Art. 39 – O acompanhamento e o registro das atividades previstas na presente Resolução serão efetuados em fichas padrões.

Parágrafo único: o registro das atividades extensionistas e seu encaminhamento para creditação ocorrem vinculados ao projeto integrador a cargo do coordenador de ACEC do colegiado.

Art. 40 - Em tempos de emergência o Estágio Supervisionado poderá seguir outras documentações ou regimentos vigentes em níveis de Universidade, SEED e MEC.



TÍTULO II

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 41 - O local de estágio será selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelo setor responsável pelos estágios nos *campi* da UNESPAR e/ou pelos agentes de integração.

Art. 42 - O estágio, sendo considerado como ato educativo, deverá ser realizado em área e local compatíveis com o Curso no qual o estudante esteja matriculado, sendo expressamente vedado o exercício de atividades não relacionadas à sua área de formação.

Art. 43 - Constituem-se campos de estágio as entidades de direito privado, as instituições ou órgãos da administração pública, as instituições de ensino e



pesquisa, públicas e privadas, os próprios *campida* UNESPAR e a comunidade em geral, desde que apresentem condições para:

- I. planejamento e execução conjuntas das atividades de estágios;
- II. aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de formação para o mundo do trabalho;
- III. vivência efetiva de situações reais de vida e de trabalho, compatíveis com o campo profissional de atuação, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, no Projeto Pedagógico do Curso e demais legislações pertinentes em vigor;
- IV. avaliação e acompanhamento conjuntos, das instituições formadora e cedente.

Art. 44 – de acordo com a Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História além das práticas docentes (regência, planejamento, avaliação escolar e elaboração de materiais didáticos), estudantes e graduados/as da licenciatura em História podem atuar em arquivos (públicos ou privados), museus e espaços culturais, preservando, restaurando, digitalizando e instrumentalizando para pesquisa documentos que possibilitem a pesquisa histórica, bem como auxiliar na pesquisa a tal documentação ou ainda, orientar visitas a patrimônios históricos, museus e casas de cultura.

Art. 45 – Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.



ANEXO II

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC DO CURSO DE HISTÓRIA

Justificativa

A exigência da Monografia é prevista em matriz curricular do Curso de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação desde 17 de setembro de 2001 – Processo 558/00 e nesse sentido sua produção tem caráter obrigatório. A disciplina Produção de Monografia -TCC visa ofertar carga horária com fins de orientação e preparação da pesquisa que se convalida na apresentação de um dos produtos acadêmicos textuais que respaldam o pesquisador e o professor que futuramente solicitará parâmetros de investigação científica de seus alunos.

Partindo do pressuposto de que o ensino de graduação, na medida em que visa a formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, instituímos também a produção do Artigo Acadêmico como componente curricular obrigatório na matriz proporcionará aos alunos a vivência de situações de investigação científica além de o contato com a pesquisa histórica, imprescindível para a formação do historiador, constitui também elemento indispensável para formar bons professores.

A presente modificação no regulamento para realização de trabalho monográfico/artigo acadêmico vem ao encontro de um debate realizado entre os docentes do Curso de História e a comunidade acadêmica, os quais constataram a necessidade de empreender algumas modificações no perfil do trabalho científico realizado pelos discentes. Isso se deu por algumas razões que foram evidenciadas desde a implementação do texto monográfico, as quais foram:



- a) Sendo um curso de Licenciatura em História, o trabalho principal dos alunos é o Trabalho Final de Estágio Supervisionado-TFES, que demanda atenção especial no planejamento das aulas e produção de material didático.
- b) O trabalho monográfico, enquanto produção derivada da pesquisa, pode também ser feita num formato que possibilite o desdobramento para publicação e apresentação em evento científico.
- c) Por fim, isso diferenciaria substancialmente a estrutura do TFES do trabalho monográfico, evitando redundâncias na formulação do texto científico.

Art. 1º Será facultada ao aluno a realização do texto monográfico, de 30 a 50 páginas.

§ 1º. Conforme definido conjuntamente entre orientador e discente, pode ser adotado o formato de artigo científico, de acordo com as regras da ABNT, de 15 a 20 páginas.

Art. 2º A Monografia/artigo deverá ser construída/o durante a quarta série, orientado por um professor pertencente ao departamento de História, ou outro colegiado desde que o orientador tenha conhecimento sobre o tema escolhido pelo aluno.

§ 1º. As orientações deverão ser distribuídas entre os docentes procurando respeitar igualdade para todos os professores do colegiado, observando-se a temática e a área de conhecimento dos orientadores.

§ 2º. O tempo para as orientações está previsto no horário de atendimento acadêmico dos docentes informados no início de cada ano em edital da coordenação de curso, e os docentes orientadores terão atribuídas a sua carga horária, uma hora aula semanal a cada acadêmico orientados conforme regulamentos da UNESPAR.

§ 3º. Quando não houver professor orientador pertencente ao Colegiado do Curso com conhecimento sobre a temática escolhida pelo aluno, este poderá ser orientado por professores vinculados a instituição, desde que exista anuência do Colegiado do Curso e do Professor Convidado.

Art. 3º O acadêmico no 3º ano deverá preparar e apresentar Projeto de Pesquisa o qual deverá ser aprovado pelo professor da disciplina de Iniciação à Pesquisa em História - IPH I e Iniciação à Pesquisa em História - IPH II

Art. 4º. O acadêmico deverá para a elaboração de Monografia e/ou artigo cumprir no mínimo duas sessões mensais de orientação com seu professor orientador, apresentando o que foi solicitado pelo mesmo, para correção e orientação à produção escrita e entregando as correções solicitadas anteriormente.



§ 1.º As frequências ou ausências serão registradas em fichas e posteriormente em sistema para a disciplina.

§ 2.º O trabalho para correção final deverá ser entregue pelo acadêmico ao seu orientador na primeira quinzena de novembro do ano em que cursa a disciplina

§ 3.º A monografia em sua versão final deverá ser construída dentro do rigor metodológico e possuir entre 30 e 50 páginas.

§ 4.º O artigo em sua versão final deverá ser construído dentro do rigor metodológico e possuir entre 15 e 20 páginas

§ 5.º O acadêmico que não entregar o trabalho conforme prevê os parágrafos anteriores, será automaticamente reprovado.

Art. 5.º O professor orientador terá 15 dias a partir da data do recebimento da Monografia/Artigo para devolver o trabalho corrigido ao acadêmico a fim de que o mesmo proceda as alterações que ainda forem necessárias.

§ 1.º Uma cópia do trabalho em sua versão final corrigida deverá ser entregue ao orientador em último prazo até 30 dias antes da entrega das notas finais ao SCA, definidas anualmente.

§ 2º Uma cópia do trabalho em sua versão final corrigida deverá ser entregue ao segundo professor parecerista na mesma data acima para a leitura e avaliação no seminário de pesquisa.

Art.6º. Existe banca examinadora para avaliação do trabalho de Monografia/Artigo.

Art. 7º. A escolha do segundo professor, leitor e parecerista do trabalho que compõe a banca, é realizada de comum acordo entre o discente e o docente que realiza sua orientação

Art. 8º. As bancas que configura a apresentação dos trabalhos ocorrerão até final do ano letivo e serão organizadas pelo professor que é responsável pela disciplina de produção de monografia-TCC, sendo que, publicará edital contendo nome dos alunos que tiverem em condições de apresentarem seus trabalhos e horário de suas respectivas apresentações.

Art. 9º. A Monografia/Artigo será apresentada, ao final do 4º ano, obrigatoriamente em banca, acompanhado pelo orientador.

§ 1º. O acadêmico pesquisador terá de 20 a 30 minutos para dissertar sobre seu tema monográfico.

§ 2º. O orientador realiza a avaliação neste momento do trabalho ora apresentado expondo seu parecer, tendo para tal 05 a 10 minutos.



§ 1º. O professor parecerista convidado para a leitura da monografia também expõe seu parecer por ocasião do término da apresentação do trabalho e exposição do parecer do orientador, tendo para tal 05 a 10 minutos.

§2º. Não é emitida nota aberta ao público, e os pareceres escritos que contém a nota são entregues ao professor orientador, que anexa a planilha de orientações e frequência que encaminha a nota final ao professor responsável pela disciplina de Produção de monografia-TCC

Art. 10º. A avaliação de dará conforme os seguintes critérios a serem seguidos pelo orientador e professor parecerista convidado são:

Na inquirição da apresentação

a) Clareza de ideias: capacidade de apropriação, fidedignidade e diálogo no texto e por consequência na apresentação com os autores que embasam o trabalho – peso 1,5 (um e meio pontos)

b) Expressão: capacidade de expor com objetividade, no texto escrito e na apresentação oral, os argumentos desenvolvidos – peso 1,5 (um e meio pontos)
Na leitura e apreciação do texto:

c) Coerência textual: capacidade de organizar o texto com começo, meio e fim, ordenação metodológica, correção ortográfica e adequação de bibliografias e fontes de pesquisa, – peso 7,0 (sete pontos)

Art. 11º. Quando o aluno não cumprir com os requisitos estabelecidos pelo presente para a elaboração da Monografia/Artigo será reprovado na disciplina de “Produção Monografia”, exonerando o Professor orientador de qualquer vínculo com o acadêmico.

Art. 12º. Em caso de Reprovação do aluno este deverá cursar a disciplina em regime de dependência obedecendo ao regulamento da Instituição e ainda:

I – o aluno deverá se adequar aos horários de atendimento do professor que se disponibilizar a orientá-lo no ano seguinte.

Art. 13º. A nota final será atribuída pela média das atribuições dos pareceres do professor orientador e do professor parecerista convidado e lançado no sistema acadêmico do SCA pelo professor responsável pela disciplina de “Produção de Monografia-TCC”.

I - Será aprovado o aluno que obtiver nota final mínima 7,0.



II- Será aprovado o aluno que obtiver nas fichas de frequência a orientação 75% da carga horária de doze encontros sendo o mínimo, portanto nove (09) encontros de orientação.

III - O acadêmico que não entregar a Monografia/Artigo na data estabelecida pelo Colegiado será reprovado na disciplina.

Art. 14º. As monografias que tiverem aprovação do orientador e parecerista, com nota superior a 9,0, poderão ser encadernadas em capa dura e enviado para a biblioteca. Isso deverá ser comunicado ao Colegiado do Curso.

Art. 15º. Os artigos que tiverem aprovação do orientador e parecerista, com nota superior a 9,0, poderão ser encaminhados para publicação em revistas acadêmicas.

Art.16º. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelos docentes do Colegiado de História ou, se necessário, pelo Centro de área.

ANEXO III

REGULAMENTO DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO COLEGIADO DE HISTÓRIA

Considerando a obrigatoriedade da inserção de programas e projetos de extensão universitária na matriz curricular dos cursos de graduação e a inserção facultativa na matriz curricular dos cursos de pós-graduação, previstas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Lei Nº 13.005 de 25/06/2014;

considerando o disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira;

considerando a Resolução Nº 011/2015 - CEPE que normatiza as atividades extensionistas na UNESPAR bem como a Resolução Nº 038/2020–CEPE/UNESPAR e a Instrução Normativa conjunta nº 01/2021 – PROEC/PROGRAD que orientam as regulamentações para os cursos, o Colegiado de História em consonância com os debates de seu Núcleo Docente Estruturante - NDE, vem neste documento dispor de suas diretrizes para o cumprimento das suas atividades extensionistas.



Definições e Histórico

Compreende-se que os princípios que estruturam tanto a concepção quanto a prática da extensão na educação superior se pautam, por uma interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade. Interação esta que envolve troca de saberes ligadas as demandas complexas da sociedade contemporânea, visando uma formação cidadã dos discentes da universidade e da oferta de iniciativas que efetivem compromisso social que auxiliem no enfrentamento das questões da sociedade brasileira.

Conforme normatizado na Resolução Nº 038/2020 as Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACECs) o colegiado de história em sua finalidade de aprofundar o contato da universidade com a sociedade e conforme dispõe o documento do Renex Política Nacional de Extensão Universitária em um de seus princípios básicos:

4- A ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas.(RENEX, 2012 p.38)

Nesse sentido o colegiado de história parte de um histórico em que já atuou de forma descontinuada com a extensão desde os anos de 2009 quando iniciou com o programa Universidade Sem Fronteiras – USF do governo o Estado do Paraná. Tendo cadastrados os projetos: *Contando nossa história: A História local como espaço privilegiado para o convívio comunitário e exercício da cidadania ativa* e *Os catadores da margem esquerda: Coleta, sobrevivência e identidade no Médio Iguaçu do início do século XXI*, ambos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos, porém com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de resignificação da história e de seu papel na sociedade. Também já ofertou ações extensionistas como *Gênero e diversidade sexual: ações afirmativas para combater a violência que atendia a comunidade na orientação a vítimas de violência contra a mulher* e atuava em parceria com o coletivo *Mais que Amélias*. Docente do colegiado já ofertou junto a outro programa o projeto *Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR* e no presente oferta o projeto *Pop up Museus* que faz parte de seu programa de extensão devidamente cadastrado junto a divisão de extensão de Campus. Vem atuando desde 2019 de modo introdutório quanto as práticas da extensão universitária na forma de duas disciplinas específicas alocadas



no primeiro e terceiro ano do curso já aprovadas em ato de renovação do PPC do curso no ano de 2021 e em pleno exercício de sua matriz.

CAPÍTULO 01

Legislação e conceituação

Art. 1º - A curricularização da extensão nos cursos de graduação da UNESPAR dá-se em cumprimento à Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014.

Art 2º Considera-se campos de atuação da extensão os espaços e comunidades que se caracterizem por efetivar um compromisso social formalizando a atuação cidadã do colegiado de História.

§1º Que atenda-se preferencialmente a ampla região formada pelas cidades do Vale do Iguaçu, conforme apontado no Plano pedagógico do curso – PPC, e que se notabilizam por uma composição demográfica pluralista no Estado do Paraná, verdadeiro cadinho étnico, que exige das propostas extensionistas uma ampla gama de possibilidades pois orientadas para as variadas comunidades que aí se localizam.

§2º Considere-se prioritário o grande número de municípios que concorrem para a oferta de discentes e a característica da fronteira sul paranaense que faz divisa com o Estado de Santa Catarina, e que contém uma variada forma de arranjos de ocupação demográfica e territorial

§3º Que também sejam desenvolvidas propostas e ações por meio eletrônico online na forma de eventos, cursos e dinâmicas de divulgação de pesquisas e saberes seja da universidade seja das comunidades que totalizem um público mensurável em suas participações.

São assim descritos os campos de atuação:

- I- Comunidade escolar das redes municipais dos municípios sul paranaense e norte catarinense
- II- Comunidade escolar das redes estaduais dos municípios sul paranaense e norte catarinense
- III- Coletivos educacionais, cursos e grupos de pesquisa em outras universidades (públicas ou privadas)
- IV- Órgãos dos poderes públicos da região, em diferentes prefeituras (poder executivo); fóruns da comarca ou fora dela (Poder judiciário); assembléias e câmaras legislativas (poder legislativo).



V- Movimentos sociais organizados, sindicatos de classe, cooperativas e associações de caráter filantrópico, instituições religiosas, centros de convivência de jovens, idosos e asilos

VI- Uma ampla variedade de comunidades não regulamentadas: como ribeirinhos, grupos de catadores de material reciclável, comunidades indígenas, coletivos de agricultores entre outros.

VII- Público nacional e internacional aberto a extensão como membros da comunidade externa

Art. 3º As atividades de extensão articulam-se de forma a integrar-se às ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, o diálogo com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 4º - As Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC) são componentes curriculares, nas modalidades “disciplina” ou “ação extensionista”, de cursos de graduação, em que discentes e docentes, em uma relação dialógica com grupos da sociedade, atuam de forma ativa como integrantes de equipes executoras de ações de extensão, no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com a perspectiva de transformação social.

Parágrafo único. De acordo com as legislações já anteriormente nominadas, será destinada uma carga horária mínima de 10% (dez por cento) do total de horas da matriz curricular do Curso de História da UNESPAR para serem cumpridas em atividades de extensão por cada estudante ao longo do curso. Com vistas à integração no processo de ensino/aprendizagem, a inserção das atividades de extensão deve ocorrer em articulação com os conteúdos curriculares, sem implicar no aumento de carga horária total dos cursos.

Art. 5º - A implementação das ACEC no Curso de História da UNESPAR visa à formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, por meio do diálogo e da reflexão sobre sua atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável com a realidade brasileira.

Parágrafo único. A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade



CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DAS ACEC NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Art. 6º - De acordo com a Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, as atividades de ACEC podem ser desenvolvidas em disciplinas ou em ações extensionistas, tais como programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, organizando-se em cinco modalidades. A curricularização da extensão será implantada no Curso de História por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura – ACEC”, que serão desenvolvidas ao longo da formação acadêmica e ofertadas por meio do “Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR” vinculados ao programa de extensão do curso.

Parágrafo único. Os temas específicos abordados pelo “Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR” nominado “História, Cultura e Identidades”, figuram na área de Ciências Humanas e serão executados na forma de projetos, cursos e/ou eventos.

Art. 7º O colegiado deverá manter sempre um Programa de extensão cadastrado na divisão de extensão do campus, que no presente intitula-se “Histórias, Patrimônios Artes e Públicos”.

§1º A coordenação do “Programa de Extensão em História da UNESPAR” ficará sempre a cargo do(a) decano do colegiado.

Art. 8º - São os objetivos do “Programa de Extensão em História da UNESPAR”:

I – integrar colaborativamente as ações de extensão do Curso de História, a fim de cumprir a legislação vigente;

II – promover a consolidação de uma cultura extensionista na UNESPAR, com o intuito de integrar a comunidade acadêmica com a comunidade externa;

III – externar os impactos do Curso de História da UNESPAR na região

IV – receber os relatórios do projeto integrador do coordenador de ACEC com fins de informação e creditação

V - acatar ações extensionistas diversas dos professores, do colegiado de história ou outros colegiados da UNESPAR integrando-os ao programa

Art. 9º As ações extensionistas promovidas pelo Curso de História devem, preferencialmente, vincular-se ao “Programa de Extensão em História da UNESPAR”, mas não há impeditivos para a realização de qualquer ação proposta fora do programa.



Art. 10º A coordenação de ACEC do curso fica a cargo do(a) professor(a) responsável pelas disciplinas de Universidade e Sociedade I e II que responde pela coordenação de extensão do curso designada pelo coordenador de curso. Na ausência do coordenador de ACEC, temporariamente a coordenação do projeto integrador ficará a cargo do(a) Coordenador(a) do programa de extensão.

Seção I

Das modalidades de ACEC's Em acordo com as prerrogativas da Resolução Nº 038/2020 – CEPE/UNESPAR, o Curso de História promoverá as seguintes modalidades de ACEC's:

Art. 11º ACEC I: A modalidade I das Ações Curriculares de Extensão e Cultura será desenvolvida no Curso de História e ocorrem distribuídas na proporção de 20 (vinte) horas teóricas na disciplina Universidade e Sociedade I e 10 (dez) horas na disciplina Universidade e Sociedade II.

§1º A proporção das demais horas das disciplina de Universidade e Sociedade I e II, ficam distribuídas em 55 (cinquenta e cinco) para o primeiro ano de curso e 65 (sessenta e cinco) para o terceiro ano, na modalidade ACEC II.

Art. 11º ACEC II: A modalidade II das Ações Curriculares de Extensão e Cultura será desenvolvida no Curso de História por meio do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” intitulado “História, Cultura e Identidades”, vinculado ao “Programa de Extensão em História da UNESPAR”

§1º O “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” oferecerá anualmente 175 (cento e setenta e cinco) horas de ações extensionistas correspondentes à modalidade ACEC II.

§2º As disciplinas abarcadas pelo “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” serão aquelas que possuem carga horária de extensão prevista no Projeto Pedagógico do Curso de História, a saber, “Cultura Afro Brasileira”; “Educação Patrimonial e Ambiental- EPA”; “Didática da História”; “Tópicos em Brasil Colônia” e as atividades do “Estágio Curricular Supervisionado I” (Metodologia e prática do ensino de História I), “Estágio Curricular Supervisionado II” (Metodologia e prática do ensino de História II)

§3º A distribuição das horas de extensão do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR”, respeitando o disposto no Projeto Pedagógico do Curso de História, ocorrerá nas disciplinas da seguinte forma:



- I – “Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena” total de 20 (trinta) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- II – “Educação Patrimonial e Ambiental- EPA” total de 40 (quarenta) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- III – “Didática da História” : total de 20 (vinte) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- IV – “Direitos Humanos, diversidade e inclusão” : total de 20 (vinte) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- V – “Estágio curricular supervisionado I” vinculado à disciplina “Metodologia e prática do ensino de História I”: total de 35 (trinta e cinco) horas de ações extensionistas na modalidade de ACEC II compreendidas dentre as 200 (duzentas) horas de estágio prevista para esta etapa, condicionadas à aprovação na disciplina;
- VI – “Estágio curricular supervisionado II” vinculado à disciplina “Metodologia e prática do ensino de História II”: total de 40 (quarenta) horas de ações extensionistas na modalidade de ACEC II compreendidas dentre as 200 (duzentas) horas de estágio prevista para esta etapa, condicionadas à aprovação na disciplina;

§4º As atividades de extensão a serem desenvolvidas nas disciplinas mencionadas deverão constar no “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” e no Plano de Ensino de cada disciplina em específico, respeitando a autonomia docente no desenvolvimento de suas atividades.

§5º O “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” deverá ser coordenado pelo(a) coordenador(a) da ACEC do Colegiado de História em parceria com os professores das disciplinas acima elencadas.

Art. 12. - ACEC III e IV: As modalidades III e IV das Ações Curriculares de Extensão e Cultura serão desenvolvidas no Curso de História por meio do “Programa de extensão do curso de história da UNESPAR” e por projetos e/ou cursos advindos das iniciativas e interesses didático-pedagógicos dos(as) docentes.

§1º Os projetos e cursos advindos das iniciativas particulares dos(as) docentes poderão mudar a cada ano, de acordo com seus interesses didático-pedagógicos e suas ementas curriculares. Os projetos e cursos, individuais ou coletivos, do Colegiado de História correspondem respectivamente às modalidades III e IV das ACEC.

§2º O “Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR”, vinculado ao “Programa de Extensão em História da UNESPAR”, objetiva integrar e organizar os eventos promovidos pelo Curso de História da UNESPAR. As ações do “Projeto



integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR” corresponderão à modalidade IV das ACEC.

§3º As atividades de extensão do Curso de História nas modalidades ACEC III e IV devem ofertar a carga horária de extensão por estudante ao longo de quatro anos de forma somatória ou substitutiva a ACEC II. Garantindo a todos os(as) estudantes, junto à ACEC II, o total de 325 horas de extensão ao longo da periodização estipulada pela matriz curricular do curso.

I) Quando o acadêmico optar pela forma substitutiva, ele deverá ser orientado e ter autorização dada pelo coordenador de ACEC do curso para adequação das escolhas dos projetos ofertados pelas equipes ou professores de modo que as atividades se encontrem em consonância com a proposta da ementa curricular do docente que a ofertará garantindo assim sua natureza curricular.

Art. 11. A soma da participação dos estudantes nas atividades de ACEC III, IV e V poderá contabilizar no máximo até 90 h de atividades substituídas que serão integralizadas até o mínimo de 325 horas nos 4 anos do curso.

Art. 12. ACEC V: O Curso de História da UNESPAR aceitará certificado de participação de discentes como integrantes das equipes executoras de atividades de extensão de outras instituições de ensino superior para fins de creditação de horas de extensão.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

Art 13. As equipes executoras, são possíveis em várias configurações e ligadas ao programa ou ao projeto integrador e sempre quando possível, deve ser constituída não só de docentes e estudantes do Curso de História, mas de outros membros da comunidade interna e externa à UNESPAR.

Seção I

Do professor(a) extensionista

Art 14. São as atribuições dos professores dos componentes curriculares.

§1º Cabe ao(à) professor(a) de disciplina com carga horária para ACEC:



- I – apresentar no Plano de Ensino como a carga horária de ACEC será cumprida no desenvolvimento da disciplina;
- II – encaminhar ao(à) Coordenador(a) de ACEC a proposta de extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento, orientação quanto aos registros e regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no campus para fins de certificação dos participantes, que será anual
- III – acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;
- IV– preencher e encaminhar o relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas, para o(a) Coordenador(a) de ACEC.

§2º Cabe ao(à) professor(a) de disciplina que não possui carga horária prevista em disciplina para ACEC.

- I – encaminhar no início do ano ao(à) Coordenador(a) do programa a proposta de extensão a ser realizada - vinculada ou não a disciplina - para formalização, conhecimento, orientação quanto aos registros e regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no campus para fins de certificação dos participantes, que será anual;
- III – acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;
- IV– preencher e encaminhar o relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas, para o(a) Coordenador(a) do programa

Seção II

Do(a) estudante extensionista

Art. 15. Cabe ao(à) estudante:

- I – verificar quais disciplinas desenvolvem as ACEC como componente curricular, atentando para as atividades que estarão sob sua responsabilidade;
- II – comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- III – apresentar documentos, projetos, relatórios, quando solicitados pelos(as) professores(as) que ofertam e orientam ACEC;
- IV – atentar para o cumprimento da carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de projetos, cursos e eventos propostas nas disciplinas “Universidade e Sociedade I e II” e “Projeto integrador” vinculados ao Programa de Extensão em História da UNESPAR;
- V – consultar as informações do(a) Coordenador(a) de ACEC quanto às possibilidades de participação em projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da UNESPAR;



- VI – apresentar ao(à) Coordenador(a) de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas, bem como o cômputo das horas em documento próprio (anexo I), para envio à Secretaria de Controle Acadêmico;
- VII – preencher os formulários e listas de presenças dos projetos, cursos e eventos de que participar para receber as horas equivalentes à sua participação;
- VIII – apresentar aproveitamento de, no mínimo, 75% em cursos, eventos e demais atividades extensionistas correspondentes à ACEC I e II;
- IX- solicitar orientação e autorização ao coordenador de ACEC quando realizar ACECs III, IV e V de forma substitutiva, em projetos de outras disciplinas do curso.

Seção III

Da comunidade Externa

Art. 16. Os membros da comunidade externa podem integrar a equipe executora das atividades previstas nas ACEC e devem constituir a maior parte do público-alvo de tais ações.

Art. 17. Cabe ao membro da comunidade externa:

- I – comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- II – apresentar documentos, projetos, relatórios e afins, quando solicitados pelos(as) professores(as) que ofertam e orientam ACEC;
- III – atentar para o cumprimento da carga horária das atividades extensionistas propostas;
- IV – preencher os formulários e listas de presenças dos projetos, cursos e eventos de que participar para receber as horas equivalentes à sua participação;
- V – apresentar aproveitamento de, no mínimo, 75% em cursos, eventos e nas demais atividades que assim exigiram

Seção IV

Do Coordenador(a) de ACEC

Art. 18. Compete ao(à) Coordenador(a) de ACEC:

- I – organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste Regulamento;
- II – organizar e divulgar a oferta de carga horária de extensão no Curso de História, a fim de suprir a demanda de atividades de extensão;
- III – verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;
- IV – elaborar um registro dos projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 6º deste Regulamento e divulgar entre os estudantes e a comunidade externa;



V – articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga-horária de extensão;

VI – registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária nas pastas de cada discente junto ao coordenador do programa que encaminha ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação;

VII – fiscalizar, acompanhar e garantir em conjunto com a coordenação de curso e do coordenador do programa a aplicação da atual legislação sobre a extensão, que exige dos estudantes o cumprimento adicional de 10% da carga horária do curso em atividades de extensão;

VIII – orientar os estudantes acerca das ofertas e trâmites burocráticos referentes à extensão;

IX – Coordenar, o “Projeto integrador do Curso de História da UNESPAR” responsabilizando-se pelos devidos relatórios junto ao Coordenador do “Programa de Extensão do Curso de História” que por sua vez encaminha a Divisão de Extensão e Cultura do campus.

X - Manter atualizada ao final de cada ano em instrumento de registro próprio do colegiado

CAPÍTULO V

Do Procedimento para validação das ACEC's

Art. 19. Para o aproveitamento e validação das atividades de ACEC, considera-se necessário:

I – para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento em nota e frequência;

I – para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento de 75% frequência;

II – para as ações extensionistas realizadas no âmbito da UNESPAR, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades;

III – para as ações extensionistas realizadas em outras instituições de Ensino Superior, o(a) acadêmico(a) deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades. A simples participação como ouvinte em ações de extensão não será validada como ACEC;

IV – a apresentação por parte do(a) estudante, conforme solicitação lançada em edital pelo(a) Coordenador(a) de ACEC ao final do ano letivo, do formulário (Apêndice I) preenchido com o cômputo das atividades e com cópias dos certificados das atividades em anexo;



V – a validação por parte do(a) Coordenador(a) de ACEC das horas no formulário previamente preenchido pelo(a) estudante.

Parágrafo único. O(a) estudante é o responsável pelo gerenciamento de suas participações nas atividades de ACEC, as quais deverão ser cumpridas ao longo do curso de graduação. O(a) estudante poderá solicitar ao Colegiado os esclarecimentos que julgar necessários quanto à aceitação ou não de qualquer atividade que não tenha sido prevista pelo(a) Coordenador(a) de ACEC, no âmbito do Curso ou da UNESPAR

Art. 20. Ao final do ano letivo será emitido relatório individual do estudante concluinte para envio à Secretaria Acadêmica, a fim de comprovar a conclusão das ACEC e posterior arquivamento.

Art. 21. Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento será computado diretamente pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo ao (a) Coordenador(a) de ACEC fazer apenas os registros na documentação do estudante para seu controle.

Parágrafo único. Caso o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, poderá aproveitar integral ou parcialmente a carga horária de extensão da atividade da disciplina caso esta esteja efetivamente realizada e lançada no relatório final do(a) coordenador(a) de ACEC.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo(a) Coordenador(a) de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião previamente agendada. As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

Art. 23 – Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo CEPE.



Apêndice I:

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO HISTÓRIA
REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO (MÍNIMO DE 325 HORAS)

DISCENTE: _____

ATIVIDADES DE EXTENSÃO Inserir o nome completo da atividade, local e ano de realização	Carga horária	Assinaturas Docentes
Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena		
Educação Patrimonial e Ambiental- EPA		
Didática da História		
Direitos Humanos, diversidade e inclusão		



Estágio curricular supervisionado I		
Estágio curricular supervisionado II		
Outros projetos ou Substitutivas		Assinatura Coordenador

União da Vitória, / /

Acadêmico(a) Coordenador(a) de ACEC

do curso de História

ANEXO IV

LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO, RESTAURO E CONSERVAÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS JURÍDICAS- LAFJUR

Projeto: HISTÓRIA, JUSTIÇA E CIDADANIA: USOS SOCIAIS

1. Justificativa

A proposta inicia-se com uma pergunta norteadora para o conjunto de nossa reflexão e de nossos objetivos: como a história produzida pelo Poder Judiciário da Comarca de União da Vitória ao longo dos seus quase 110 anos de história pode contribuir para uma discussão essencial dos usos da justiça enquanto instrumento pleno para a democracia? Ou seja, nossa pergunta versa tanto sobre a cultura



jurídica posta em prática durante o Brasil República quanto, e essencialmente, sobre os diferentes usos feitos por seus manipuladores técnicos e o conjunto de sujeitos à ela submetidos em determinados momentos.

Dito de outra forma, para além do conjunto legal efetivado no texto da lei, as ações que se desenrolam nos tribunais contemplam ainda uma série significativa de táticas e estratégias. Michel de Certeau (1994) afirma que as estratégias têm estreita relação com o lugar onde são postas em prática. Então existe igualmente um limite para o uso das estratégias dada por este mesmo lugar. As estratégias usadas num julgamento são dadas em função de sua possível eficácia e aceitação em função daquilo que diz a lei. A tentativa de manipular um julgamento parte sempre do conhecimento e reconhecimento da lei. E, portanto, a lei torna-se e efetiva-se como parte integrante e importante para o ordenamento social, de tal forma que não se pode agir completamente ao largo dela, mesmo quando a situação parece justificar completamente uma determinada ação. Temos a necessidade de encarar a lei como uma expressão histórica compreensível apenas no confronto com os aspectos de totalidade da sociedade na qual está inserida, isto é, de acordo com a experiência contemporânea dos agentes sociais.

Portanto, a lei deve, ao menos, parecer justa. Thompson (1986) ressalta o fato de que a lei expressa sim as contradições presentes nas diferentes sociedades. Entende que a lei pode ser usada instrumentalmente na “mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente, como sua legitimadora”, mas não pode ser só isso. Insistindo na ideia de que a lei “têm suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento”, Thompson ressalta o fato de que, ainda assim, é fundamental que ela consiga parecer aos olhos dos que a ela são submetidos, justa. Mesmo existindo certas categorias que histórica ou socialmente sejam excluídas do acesso aos procedimentos legais expressos pela lei, estes devem expressar “critérios lógicos” que se refiram aos padrões de universalidade e igualdade, em seu corpo de regras e procedimentos.



Isso está condicionado ou atrelado pelo senso de justiça que os homens possuem e que tentarão aplicar quando seus interesses estiverem em jogo. Portanto, acreditamos que o projeto encontra respaldo efetivo tanto na possibilidade da preservação e resguardo da memória como fundamento essencial para o fortalecimento de relações plenamente democráticas, quanto nas preocupações decorrentes do CONARQ bem como na salvaguarda da documentação que corresponde a parte importante da história.

A proposta do presente projeto com a documentação do Judiciário da Comarca dentro do Arquivo Histórico segue as lições de Maria Silva Jardim (1999) para a qual os arquivos, como suporte de informação, refletem o funcionamento do aparelho estatal. O capital informacional não se exerce apenas pelo quantum de informação acumulada, mas também pelos usos ou não usos deste capital, implicando em diversos graus de transparência e opacidade do Estado. Enquanto expressão cotidiana, a informação arquivística traduz, nos termos em que é gerenciada (ou negligenciada), os diversos matizes entre a transparência e a opacidade. Os documentos de arquivo evidenciam o tratamento que o Poder Público tem dispensado à sua informação. Ao longo de anos, a situação dos arquivos públicos tem sido objeto de diversos diagnósticos, e vem denunciando a sua progressiva corrosão, desde os documentos acumulados nos depósitos como daqueles ainda em fase de produção, passando pela precariedade organizacional, tecnológica e humana. Os arquivos do Judiciário, com algumas exceções, seguem essa tendência. Uma grande quantidade de documentos é produzida todos os dias.

O Judiciário, como parte do aparelho estatal, tem a incumbência de resolver os conflitos da sociedade, fundamentado no direito e nas provas materiais. O resultado de toda atividade jurisdicional se resume a um só produto: o processo judicial. Todavia, ao longo do trâmite, esses processos vão se tornando densos, atingindo um grande volume. Depois do trânsito em julgado, os processos normalmente chegam aos arquivos dos tribunais. E nesse momento surge a pergunta: o que fazer com tantos documentos? Apenas a título de exemplo, em



1998, segundo dados arrolados em pesquisa solicitada pela Justiça Federal, apenas sob sua guarda, encontravam-se 31 milhões de processos.

Para concluir gostaríamos de indicar ainda que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, recebeu do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, um novo projeto de lei datado de 13 de abril de 2016 que trata exatamente da documentação que ora solicitamos, qual seja, processos findos. Entre outras providências constantes no referido projeto que dispõe sobre a gestão, avaliação e a destinação de autos judiciais e demais documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário e em seu Artigo 11, revoga a Lei no 7.627, de 10 de novembro de 1987, que dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos de Justiça do Trabalho e passa a constar:

Art. 3º Os autos judiciais e demais documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário, inclusive no exercício de funções administrativas, independentemente do suporte, serão objeto de avaliação, para fins de guarda permanente ou eliminação, em conformidade com os prazos de guarda e destinação previstos em tabelas de temporalidade, integrantes de programa de gestão de documentos e preservação da memória.

Parágrafo único. A avaliação de documentos deverá contemplar, necessariamente, os seguintes aspectos: I -preservação de documentos de valor informativo, histórico e probatório;

Art. 5º. Os Tribunais poderão estabelecer convênios com instituições de natureza histórica, cultural e universitária, para cooperação nas atividades arquivísticas do Poder Judiciário. (grifos nossos)

Eis, portanto, que o presente projeto procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios para sua recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de documentos produzidos e recebidos, para servirem como elementos de pesquisa, podendo à posteriori ser utilizados como elementos de estudo de caráter científico. Usando as fontes produzidas pelo poder judiciário pretendemos basicamente analisar e problematizar as formas jurídicas, a cultura jurídica e os usos da justiça em nossa



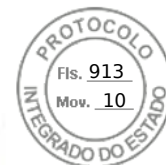
região. Entendemos que isso fornece elementos necessários para que possamos problematizar as questões de raça, gênero, classe, escolaridade, etc. Desta salvaguarda documental pretendemos, de maneira mais específica, tematizar num primeiro momento, 5 grupos temáticos centrais:

- Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR
- Crimes de morte e atentados contra a própria vida: homens e mulheres em assassinatos e suicídios no início do século XX;
- Das horas e dos locais: União da Vitória e os crimes nas primeiras décadas do XX;
- Tipificando sujeitos: gênero, cor, instrução e outras tipificações nos processos-crime de União da Vitória no início do século XX;
- Crime e infância: menores, infanticídio ou atentados em família.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivos Gerais

Explorar a documentação produzida pelo Poder Judiciário de União da Vitória desde a sua instalação no ano de 1908, até o ano de sua possibilidade de exploração como fonte histórica, até o ano de 1985. Portanto, consideramos a recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de documentos produzidos e recebidos pelo colegiado de história. Isto articula-se com a criação de uma equipe de pesquisadores formada por professores e alunos de graduação que, em conjunto e baseado nos dados coletados, pretende problematizar a realidade dos usos da justiça feito pelo conjunto da população e, de outro lado, as diferentes formas que os



manipuladores técnicos da justiça procuraram produzir, ou produziram, enquadramentos sociais.

2.2 Objetivos Específicos

- Constituição de uma equipe interdisciplinar de trabalho com vistas a problematizar o funcionamento e usos da justiça na Comarca de União da Vitória;
- Classificação arquivística da documentação produzida e recebida dos variados órgãos públicos, independentemente do seu tipo de suporte ou formato, que se conserva para servir de testemunho, prova ou informação;
- Inventariar, conservar, tratar arquivisticamente, acessibilizar e difundir documentação com valor histórico, quer de núcleos públicos, quer de núcleos privados, com interesse de pesquisa científica, qualquer que seja a sua natureza ou suporte material.
- Composição de instrumento de pesquisa, restauro e adequações de conservação, daqueles acervos que não mais consultados pelos serviços e órgãos do fórum e selecionados em função do seu valor arquivístico,
- Problematizar a produção da documentação do judiciário a partir de cortes de raça, gênero, escolaridade, idade, classe social e etnicidade entre outras como forma de operacionalizar efetivamente uma reflexão sobre a justiça, seu funcionamento e seus usos;
- Criar um espaço de consulta, de comunicabilidade e de atividades de extensão como palestras e minicursos tendo por foco sempre a relação justiça e cidadania, mediados pela documentação produzida pelo Poder Judiciário.
- Divulgar os materiais produzidos em eventos científicos, palestras, mini-cursos e artigos científicos.



- E, de maneira mais específica, tematizar num primeiro momento, 5 grupos temáticos centrais anteriormente descritos.

3. METODOLOGIA

A metodologia de trabalho deve considerar originalmente os seguintes passos;

- Elaboração de instrumento de cooperação entre o Fórum de União da Vitória e a UNESPAR.
- Capacitação em técnicas de arquivista e tratamento de fontes históricas: manuseio, restauro, classificação e elaboração de instrumentos de pesquisa;
- Definir os circuitos documentais;
- Colaborar na definição de modelos administrativos;
- Definir os critérios de registro de entrada ou saída;
- Definir os procedimentos administrativos e orientar na constituição dos acervos
- Elaborar, implementar e acompanhar o plano de classificação;
- Propor a utilização dos materiais de suporte;

O passo seguinte da metodologia é a problematização da documentação em si, ou seja, formatação de modelos de análise qualitativa que permitam verificar diferentes cortes na documentação: raça, gênero, idade, grau de alfabetização, religião, etnia, etc. Ao mesmo tempo, cruzamento destes dados com resultados dos processos: absolvição, condenação, tempo de condenação, arquivamento do processo.

A posse destes dados deve ensejar a formação de trabalhos expostos nas escolas e comunidade em geral expondo exatamente a relação que a justiça trava com a comunidade que a envolve e vice-versa.



Sua publicização dar-se-á na forma de palestras nas escolas, minicursos, comunicações em eventos científicos e produções de artigos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCELLI, E. *A cultura do crime e da lei*. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/revista/revista_seminarios1_virada_seculo.pdf> Acesso em: 21 Nov 2014.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: Artes de Fazer*. 12a edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2a Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sociais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DINIZ, João Maria Ferraz; VILLELA, Léa Maria Cardoso; MELLO, Judith Carneiro de; EHALT, Emereciana. *Castro Antiga: cronologia*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

ELMIR, Cláudio Pereira; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Odiosos homicídios: o processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

Código Criminal de 1830, Brasil Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 21 Nov 2014.

DEL PRIORE, M. *A crônica policial e os crimes de adultério*.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto



Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. Edusp: 2001.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. Editora: Kairos, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

MARTINS, Silvia Helena Zanirato. *A representação nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais*. In: Revista de História Regional. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, 1998.

PEREIRA, André Ricardo. *A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 38, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25/10/2007.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, F. e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

RIZZINI, Irma e VOGEL, Arno. O menor filho do Estado: pontos de partida para uma História da assistênciapública à infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VELLASCO, I. A. *As seduções da ordem. Violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais século XIX*. Bauru - SP: EDUSC/ANPOCS, 2004.



ANEXO V

REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DO COLEGIADO DE HISTÓRIA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - Este Regulamento normatiza o uso e o funcionamento do Laboratório e História oral bem como os direitos e deveres de seus usuários.

CAPÍTULO II



DO FUNCIONAMENTO

Art. 2º - O Laboratório de História Oral do colegiado de História atende a comunidade acadêmica de segunda à sexta-feira, no período compreendido entre as 13:30 as 17:00 h, e sob agendamento entre as 19:00 e 22:00h, sendo que o agendamento pode ser feito aos sábados quando houver atribuição docente aos acadêmicos.

Parágrafo único – As chaves do laboratório ficam sob a guarda do coordenador de curso e do professor responsável pela disciplina de História Oral, cujo empréstimo será registrado em planilha própria.

Art. 3º - Durante todo o período de funcionamento do Laboratório de Informáticao usuário deverá ter conhecimento suficiente do funcionamento dos equipamentos, dos softwares e dos recursos a serem utilizados.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

Art.4 º - A Direção e a Coordenação de curso estão envolvidas na atualização dos equipamentos e de novas tecnologias voltadas para a educação e para a pesquisa. Responde-se por meio do envio a PROPLAN nas planilhas anuais as necessidades de atualização dos equipamentos de acordo com as demandas apresentadas a Coordenação de curso e encaminhadas para análise e providencias.

Art. 5º - A manutenção e a instalação de softwares e hardwares são realizadas por técnicos do quadro funcional da mantenedora do campus de União da Vitória.

Parágrafo único - somente funcionários e estagiários previamente autorizados do setor poderão realizar a manutenção dos equipamentos.

CAPÍTULO IV



DA RESERVA DO LABORATÓRIO

Art. 6º - Os professores que desejarem fazer uso do laboratório e de seus recursos com suas turmas deverão entrar em contato com o Professor Responsável e/ou coordenador para verificar a disponibilidade de uso do laboratório.

Art. 07º - A prioridade de uso do Laboratório de História Oral e de seus recursos é da disciplina de História Oral e outras do curso em que as atividades de Laboratório, ACECs ou Ppeds correlacionadas constem obrigatoriamente no Plano de Ensino. As disciplinas que não são diretamente ligadas à História Oral serão atendidas de acordo com as disponibilidades de horário da planilha.

Art. 8º - As reservas do espaço e equipamentos (computadores, câmeras, microfones, etc.) para cursos, registros audiovisuais ou mesmo aulas, deverão ser solicitadas na planilha de maneira individual, e terá como critérios a ordem de chegada e inscrição nos horários pretendidos pelos professores e alunos.

CAPÍTULO V

DOS USUÁRIOS E DO USO

Art. 09º - São considerados usuários do Laboratório de História Oral toda a comunidade acadêmica interna, em particular os alunos do curso de história que poderão utilizá-los, durante os horários livres disponibilizados - de forma individual e coletiva - para realização de trabalhos acadêmicos, pesquisa científica e planejamentos educacionais.

Art. 10º - Não é permitido a utilização do Laboratório de História Oral para atividades que não estejam diretamente ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária.

Art. 11º - O professor da disciplina é a autoridade no Laboratório de História Oral, sendo de sua responsabilidade fazer cumprir os regulamentos institucionais, sobretudo este.

CAPÍTULO VI -

DOS DEVERES E DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 12º - São deveres dos usuários do História Oral:

- I. respeitar o regulamento do Laboratório de História Oral;
- II. prezar pelo bom uso e conservação dos equipamentos e móveis disponíveis no Laboratório de História Oral;
- III. conferir o horário de aula, funcionamento e agendamentos em planilha;
- IV. respeitar os horários disponíveis e as reservas realizadas previamente;
- V. deixar mesas, cadeiras e equipamentos arrumados, quando do término de aula em meio aos turnos de atividade;
- VI. manter o silêncio e o bom ambiente de trabalho e estudo;
- VII. salvar arquivos de maneira correta para evitar problemas com a perda dos dados;
- VIII. comunicar os responsáveis pelo Laboratório caso ocorra algum imprevisto ou dificuldade que se apresentar.

Art. 13º - São direitos dos usuários do Laboratório de História Oral:

- I. acessar recursos audiovisuais e sonoros do Laboratório para a concretização de suas atividades acadêmicas;
- II. ter orientação e instrução sobre a utilização dos recursos e equipamentos, tanto de possíveis bolsistas do Laboratório quanto de professores que dele usufruam;
- III. acessar e base de dados digitais que embasem ou complementem seus estudos e práticas;
- IV. elaborar trabalhos diretamente direcionados às disciplinas e/ou projetos de pesquisas ou extensão da Universidade;

CAPÍTULO VII

DO USO INDEVIDO DO LABORATÓRIO

Art. 14º - Constitui uso indevido do Laboratório de História Oral:

- I. praticar atividades que afetem ou coloquem em risco as instalações e equipamentos;
- II. permitir o acesso ao Laboratório de pessoas estranhas à universidade e/ou pessoas não autorizadas, assim como efetuar empréstimo de chaves, cópias de chaves, abertura de portas, senhas, etc.

- III. exercer atividades que coloquem em risco a integridade física das instalações e/ou equipamentos do Laboratório, como por exemplo, comer, beber, fumar, atender o celular etc.;
- IV. perturbar o ambiente com brincadeiras, algazaras e/ou qualquer outra atividade alheia às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- V. desmontar equipamentos ou acessórios do Laboratório sob qualquer pretexto, assim como remover equipamento do local a eles destinados, mesmo dentro do próprio laboratório;
- VI. usar qualquer equipamento de forma danosa ou agressiva;
- VII. exercer atividades não relacionadas com o uso específicos de cada laboratório;
- VIII. usar as instalações do laboratório do curso para atividades eticamente impróprias.

CAPÍTULO VIII

DO USO ÉTICO DOS LABORATÓRIOS, E EQUIPAMENTOS

Art. 15º - Constitui uma falha, possível de penalidade:

- I. desrespeitar ou ofender verbalmente e/ou fisicamente a qualquer pessoa responsável e/ou aquelas que fazem uso do Laboratório de história Oral;
- II. alterar a configuração dos equipamentos sem supervisão do responsável;
- III. instalar ou remover programas ou software, a menos que autorizado e devidamente assistido por um técnico, bolsista ou professor responsável pelo Laboratório;
- IV. desenvolver e/ou disseminar vírus (ou qualquer outro software malicioso) propositalmente nos equipamentos do laboratório;
- V. praticar, de maneira não autorizada, ou facilitar a prática de qualquer atividade alheia aos interesses da Instituição (ensino, práticas investigativas / pesquisas educacional / iniciação científica e extensão);
- VI. por meio de seus equipamentos facilitar a divulgação da Universidade e seu curso de história para fins comerciais e/ou para qualquer outro fim externo ao conteúdo acadêmico sem o devido acompanhamento e autorização para estes usos.
- VII. utilizar os serviços e recursos da instituição para fins comerciais, políticos, religiosos ou outros, tais como mala direta, propaganda política etc.;
- VIII. utilizar os serviços e recursos da instituição para ganho pessoal;
- IX. utilizar os serviços e recursos da instituição para intimidar, assediar ou difamar ou aborrecer pessoas;



- X. utilizar os serviços e recursos da instituição para armazenar, divulgar ou transmitir material ofensivo e abusivo, ou de gosto discutíveis, fora do círculo apropriado;

CAPÍTULO IX

DAS PENALIDADES

Art. 16º - Além do que é previsto pela legislação em vigor e pelo Regimento Interno da Universidade o não cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento acarretará em penalidades estipuladas e impostas pela Coordenação do curso. Os usuários dos Laboratórios de História Oral estão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:

- I. aplicação do Regimento da Universidade
- II. proibição de acesso e uso do Laboratório de História Oral, temporária ou definitivamente;
- III. responsabilidade civil cabível na Lei;
- IV. advertência oral e/ou escrita; e
- V. outras penalidades, conforme decisão da Direção de Campus quando o coordenador do curso por qualquer razão não puder aplicar as penalidades.

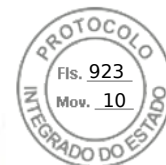
Art. 17º - A fim de garantir um bom atendimento aos usuários, a integridade do sistema e equipamentos, um ambiente adequado e propício ao desenvolvimento das atividades de pesquisas educacional, seus responsáveis reservam-se o direito de :

- I. vistoriar arquivos e mídias dos usuários gravados, de forma a garantir os dados neles contidos;
- II. suspender o acesso de usuários que infrinjam as normas constante neste documento;
- III. bloquear o uso dos equipamentos, caso este não esteja sendo utilizado para fins acadêmicos.

CAPÍTULO X

DAS NORMAIS GERAIS

Art. 18º - A nenhum usuário é dado o direito de alegar desconhecimento das normas aqui dispostas.



Art. 19º- O direito à propriedade e/ou controle de quaisquer software ou hardware, bem como dos dados criados ou armazenados no sistema da Universidade ou transmitidos através de seu sistema computacional, pertencem a esta Instituição.

Art. 20º - Será garantido pela coordenação de curso o maior grau possível de confiabilidade no tratamento dos dados dos alunos, de acordo com a tecnologia disponível.

Art. 21º – A universidade e o curso de história não se responsabilizam por arquivos nos computadores, gravadores, câmeras e filmadoras sendo estes de inteira responsabilidade do aluno, devendo ser salvos na Área de trabalho em Servidor para posteriormente serem gravados nas mídias disponibilizadas pelo próprio usuário, observando-se que o conteúdo dessa pasta pode ser alterado e apagado por qualquer usuário. Na manutenção dos microcomputadores, esta pasta é apagada, não devendo portanto ser utilizada para gravar arquivos importantes. A equipe dos Laboratórios não se responsabilizará pelos arquivos deixados nesta pasta.

CAPÍTULO XI

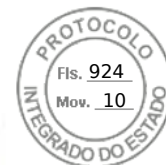
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22º - Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pela Diretoria de campus.

Art. 23º – Este Regulamento entra em vigor na presente data revogando-se disposições em contrário.

ANEXO VI

REGULAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA



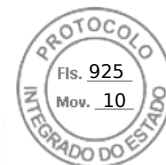
CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Arquivo histórico do Campus de União da Vitória, está sob responsabilidade do Colegiado de História, voltado ao tratamento arquivístico de documentos de caráter permanente, reconhecidos pelo seu valor histórico, científico e cultural, contendo documentos próprios a universidade ou de terceiros relacionados com a região de abrangência do campus.

Art. 2º São objetivos do Arquivo Histórico:

- I - captar e constituir coleções e fundos documentais, bibliográficos e hemerográficos, incluindo documentos textuais, iconográficos, sonoros e audiovisuais realizando sua restauração, organização, conservação, manutenção e divulgação;
- II - manter e incrementar bancos de dados relativos ao acervo do Arquivo
- III - atuar com outros cursos, ou laboratórios como o LAFJUR e outros de natureza científica e pedagógica, que se relacionem a seu acervo oferecendo suporte;
- IV - às atividades de ensino, pesquisa e extensão, relacionadas à memória histórica e sociocultural a partir da documentação disponível em seu acervo;
- V - organizar e dar suporte a eventos de ordem acadêmica, a projetos e cursos temáticos de extensão e pós-graduação Lato Sensu nas áreas de atuação do Arquivo Histórico;
- VI - oferecer oportunidade de estágio curricular e estágio não-obrigatório, e atividades de extensão;
- VII - estabelecer intercâmbios e convênios com escolas, entidades públicas e privadas, podendo receber bolsistas e contar com a colaboração de profissionais em suas atividades;
- VIII - prestar consultoria, assessoria e/ou colaboração na execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão ligados à memória histórica e ao patrimônio cultural material e imaterial, por demanda dos pesquisadores da UNESPAR e da comunidade externa;



IX - promover a divulgação das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Histórico;

X - vincular, na condição de participante ou coordenador de projetos de pesquisa ou extensão, pesquisadores da UNESPAR e de Instituições conveniadas, observada a regulamentação de pesquisa institucional, sem ônus financeiro para o Arquivo Histórico e a título de colaboração científica.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A estrutura do Arquivo é composta por:

I -Direção;

II - Sala do acervo (30mt)

III - Área de tratamento documental; (15mt)

SEÇÃO I

DA DIREÇÃO

Art. 4º A Direção do arquivo é de responsabilidade do Colegiado de História, composta por professor indicado pelo coordenador de curso, em regime de dedicação exclusiva com pesquisa cadastrada na divisão de pesquisa e, preferencialmente, com doutorado.

§ 1º A indicação será feita pelo coordenador de curso tendo consultado o nome entre os pares junto ao NDE do curso

§ 2º A Direção deve destinar um número adequado de horas para a função, não ficando desobrigado de suas atividades acadêmicas na Universidade.

Art. 5º Compete à Direção:

I - Exercer a direção executiva, coordenação e supervisão das atividades do Arquivo Histórico, delegando responsabilidades quando for o caso



II – O tempo de vigência do mandato da direção é de 04 anos sendo possível recondução do cargo, desde de que aberta a disponibilidade a ocupação para demais professores do curso de história e sob consulta do novo nome ao NDE, por parte do coordenador que indicará, novo diretor ou a recondução.

III- promover reuniões entre bolsistas, professores do campus e interessados para o estudo, planejamento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Histórico;

VI- coordenar a promoção de eventos culturais e de outras atividades do Arquivo Histórico quando houver necessidade;

1º - representar o Arquivo Histórico junto a órgãos da Universidade e externos; propondo políticas de captação de acervos históricos;

2º - buscar junto a instituições públicas e privadas a cessão, para fins reprográficos, ou a doação de documentos de interesse do Arquivo Histórico;

3º- desempenhar outras atividades correlatas;

4º - propor ao Colegiado:

a) os planos de atuação;

b) as propostas de estabelecimento de convênio e contratos de serviços;

c) as propostas de projetos que envolvam bolsistas, criação de vagas, de contratação e dispensa/remoção de pessoal técnico e administrativo.

Art. 06. No caso de vacância do cargo de Diretor(a), o Coordenador tem o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para disponibilizar a função a demais professores do colegiado, realizar reunião de NDE, e encaminhar à Direção do Campus de União da Vitória, a indicação de nome para a designação de nova Direção.

SEÇÃO II



DA ÁREA DE TRATAMENTO DOCUMENTAL

Art. 07. É a área responsável pelo tratamento documental do acervo.

Parágrafo único. A área é exercida e coordenada preferencialmente por agente universitário, quando houver contratado para a função. Podem ser exercidas pelo Diretor do arquivo, que delegará funções específicas aos demais integrantes e que os coordena na ausência de agente contratado.

Art. 08. São funções dos integrantes da área:

I - Receber os documentos encaminhados pelas entidades ou doadores particulares;

II - organizar e arranjar sob a insígnia de fundos ou coleções ou outra terminologia adequada, conforme cada caso e os protocolos definidos;

III - encaminhar o material para a restauração ou higienização, conforme anecessidade;

VI- Promover a conservação do acervo documental, bibliográfico e hemerográfico com ações estabilizadoras observando os protocolos estabelecidos e os tratamentos específicos a cada tipo de material;

V - executar a higienização de documentos, observando os protocolos estabelecidos;

VI- promover a restauração física de documentos, sob demanda do Colegiado observando os protocolos estabelecidos;

VII- zelar pelo manuseio e manutenção da infraestrutura para reprodução e registro de documentos em diferentes suportes e formatos;

VIII- executar os protocolos sobre reprodução de documentos definidos

XI- receber a documentação da área de conservação e reprografia e descrever o material nas bases de dados, de acordo com as normas e protocolos definidos;

X- organizar o acervo e elaborar instrumentos de pesquisa, com vistas à difusão da informação;



XI- prestar assessoria técnica e ministrar cursos e treinamentos, em sua área de especialização sob demanda;

XII- participar da criação e desenvolvimento de aplicativos específicos para dinamização do tratamento documental;

XIII - manter atualizado o registro dos serviços prestados;

XIV- apresentar, periodicamente, relatório circunstanciado das atividades realizadas;

XV- desempenhar outras atividades correlatas.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS COLABORADORES

Art. 09. Os colaboradores do Arquivo Histórico na ausência de Agente Universitário, serão bolsistas com fomento temporários, ou mesmo voluntários e pelo Diretor do arquivo, que os coordena.

Parágrafo 1º- Atendem pela realização de pesquisas instrumentais, elaboração de referências, atendimento ao público, divulgação do Arquivo Histórico e busca de intercâmbio com instituições afins.

Parágrafo 2º - Outras funções relacionadas no artigo 08 também podem ser atribuídas aos colaboradores sob julgamento do Diretor que delibera.

Parágrafo 3º - No caso dos voluntários, pode ser concedida certificação de horas trabalhadas, a título de horas sociais, carga horária de extensão, ou mesmo estágio curricular quando a área de formação se relacionar com a natureza do acervo. As assinaturas dos documentos validadores nesse caso ficam a cargo do Diretor do Arquivo e Coordenador de curso conforme a necessidade.

Art. 10. São funções dos integrantes colaboradores:

I - Realizar pesquisas instrumentais de apoio às atividades de tratamentodocumental e de referência;



- II - elaborar obras de referência, atendendo às demandas de pesquisa dos usuários do Arquivo Histórico;
- III - realizar o atendimento e assessorar os usuários na consulta ao acervo do Arquivo Histórico, observando os protocolos estabelecidos;
- IV - zelar pelo manuseio e manutenção da infraestrutura para consulta do acervo;
- V - encaminhar e acompanhar o processo de edição e distribuição das publicações do Arquivo Histórico;
- VI - promover eventos e treinamentos para aperfeiçoamento e atualização dos usuários e equipe do Arquivo Histórico;
- VII - estabelecer intercâmbio com escolas, organizações e entidades afins para formação e aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos e difusão da informação;
- VIII - acompanhar o desenvolvimento de estágios curriculares e atividades correlatas, seguindo os protocolos definidos;
- IX - executar as políticas do Arquivo Histórico para divulgação do acervo e serviços, intercâmbio com escolas e instituições afins, promoção de eventos e prestação de assessoria técnica;
- X - receber e encaminhar as solicitações de assessoria técnica para as respectivas áreas do Arquivo Histórico;
- XI - participar da criação e desenvolvimento de aplicativos específicos para dinamização das rotinas de pesquisa e consulta ao acervo, controle dos consulentes e solicitação de serviços;
- XII - executar as rotinas operacionais de manutenção dos bancos de dados da área de pesquisa, referência e atendimento;
- XIII - manter atualizado o registro dos serviços prestados;
- XIV - desempenhar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III



DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. É vedada a retirada de qualquer documento das dependências do Parágrafo único. Excepcionalmente, o Diretor pode autorizar a retirada de documentos para fins específicos, condicionada à assinatura de termo de responsabilidade, justificada e informada ao coordenador de curso de sua decisão.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado, ouvido o Diretor do Arquivo histórico.

ANEXO VII



REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES - ACC DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNESPAR

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento rege as normas e disciplina o cumprimento das Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em História da UNESPAR.

Art. 2º As Atividades Complementares são atividades credenciadas pelo Colegiado do Curso, em conformidade com o que institui a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que objetiva a complementação da formação científica, cultural e profissional do estudante de graduação em cursos de licenciatura.

Art. 3º O desenvolvimento das Atividades Complementares é obrigatório e deverá ser realizado ao longo do Curso de História.

Art. 4º As Atividades Complementares compõem o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e possuem os seguintes objetivos:

- I – promover o relacionamento do estudante com a realidade social, econômica e cultural;
- II – estimular vivências variadas e o reconhecimento de seu papel formativo;
- III – complementar a formação acadêmica com atividades pluridisciplinares;
- IV – possibilitar a participação dos acadêmicos em projetos de pesquisa e ações de extensão;
- V – favorecer o relacionamento entre grupos sociais e a consciência das diferenças;



VI – favorecer a iniciativa e a autonomia dos discentes;

VII – possibilitar o crescimento pessoal e relacional do corpo discente.

Art. 5º As Atividades Complementares podem ser cumpridas em ambientes e contextos de ensino, extensão ou pesquisa, cultura e de responsabilidade social da instituição e/ou em grupos de interesse da instituição, sendo o trabalho e o envolvimento comunitário e voluntário reconhecido como atividade formativa.

§1º Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre de

matrícula no curso.

§2º O estudante deverá cumprir o total de 60 (sessenta) horas em atividades complementares acadêmicas ou sociais.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO E VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 6º A contagem e validação das horas será realizada no último período do curso.

Parágrafo único. O registro das atividades será feito pelo próprio acadêmico, ao longo do curso, em formulário específico divulgado pela Coordenação do Curso (apêndice II).

Art. 7º Em local e data previamente marcados, até a primeira quinzena de novembro, caberá ao Coordenador do Curso computar e validar as horas no formulário previamente preenchido pelo (a) acadêmico(a) em duas vias originais e assinadas por ambas as partes. Na ocasião, uma via será arquivada no colegiado e outra via será entregue ao acadêmico.



Art. 8º As Atividades Complementares certificadas terão validade de até quatro anos após o trancamento da matrícula ou desistência do curso. Caso o acadêmico reingresse no curso após este tempo, deverá realizar novamente toda a carga horária determinada.

Art. 9º Os alunos que ingressarem no curso por meio de algum tipo de transferência ficam também sujeitos ao cumprimento da carga horária de atividades complementares, podendo solicitar o cômputo da carga horária atribuída pela Instituição de origem, desde que estejam comprovadas em histórico escolar e/ou em documento oficial.

Art. 10. As atividades Complementares acadêmicas são as ações formativas de aprofundamento acadêmico vinculado à natureza do Curso de História e demais ciências humanas bem como à área da Educação, de efetivação suplementar ao currículo pleno e aos conteúdos disciplinares

ministrados.

§ 1º São consideradas atividades complementares acadêmicas:

I – participação como ouvinte em eventos científicos: congressos, semanas acadêmicas, seminários, conferências e palestras;

II – apresentação de trabalho em eventos científicos: congressos, semanas acadêmicas, seminários, conferências, palestras e projetos de pesquisa;

III – outras determinadas pelo colegiado e lavradas em ata.

Art. 11. Atividades Complementares sociais são aquelas atividades que apresentam caráter de voluntariado, de socialização e cooperação acadêmica em meios que promovam a interação e a inserção social do acadêmico do curso em prol do compromisso social da universidade e do perfil profissional do Curso.

§1o São consideradas Atividades Complementares sociais acadêmicas:



I – monitoria voluntária em eventos e/ou projetos promovidos pelo Curso e/ou pela IES;

II – participação em projetos de ensino e/ou Programas ofertados pelo Curso;

III – monitoria voluntária acadêmica em disciplinas do Curso;

IV – participação voluntária em projetos de extensão promovidos pelo Curso e/ou pela IES;

V- participação voluntária em laboratórios da UNESPAR.

V – participação, disseminação e inserção social em grupo de pesquisa;

VI – participação no Centro Acadêmico do Curso – até 12 horas por ano de mandato em efetivo exercício;

VII – participação em grupos de Representação Estudantil e em Comissões institucionais como os Conselhos Superiores do campus ou da IES – até 5 horas por

ano de mandato em efetivo exercício;

VIII – outras determinadas pelo colegiado e lavradas em ata - até 20 horas.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de História da UNESPAR.

APÊNDICE II



ePROTOCOLO



Documento: **PPC_Historia_2022_Revisado.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Everton Grein (XXX.354.759-XX)** em 31/10/2022 10:55.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Everton Grein** em: 31/10/2022 10:52.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
a2201f831c5345f67f44b087c396c970.

**CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

Protocolo: 19.524.108-2
Assunto: Encaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso de História.
Interessado: CAMILA JURASZECK MACHADO
Data: 31/10/2022 10:55

DESPACHO

Prezado Prof. Dr. Antonio Charles Santiago Almeida,

Encaminha-se em anexo a este protocolado o Projeto Pedagógico do Curso de História conforme as legislações vigentes e as adequações sugeridas pela Divisão de Ensino deste Campus. O documento segue conforme todas as observações dos pareceres anteriores contemplando todos os elementos neles apresentados.

Sem mais,
Prof. Dr. Everton Grein
Coordenador do Colegiado de História



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_5.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Everton Grein (XXX.354.759-XX)** em 31/10/2022 10:55.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Everton Grein** em: 31/10/2022 10:55.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ebbb9642480fb19d0fd1ec1bc781d7f3.

CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E DA EDUCACAO

Protocolo: 19.524.108-2
Assunto: Encaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso de História.
Interessado: CAMILA JURASZECK MACHADO
Data: 08/11/2022 14:59

DESPACHO

Prezada Pró-Reitora Marlete,
O Centro de Ciências Humanas e da Educação, campus União da Vitória, envia a proposta de reestruturação do Projeto Político Pedagógico do curso de licenciatura em História.

Solicitamos trâmite para análise.

Att.

Antonio Charles Santiago Almeida
Diretor do CCHE/UV



ePROCOLO



Documento: **DESPACHO_6.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Zeni Cristina Ziemann (XXX.505.289-XX)** em 08/11/2022 15:01.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Zeni Cristina Ziemann** em: 08/11/2022 14:59.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
cc7e04f16ca521051fbbeaa951b859eb.



Parecer de Avaliação do Conselho do Centro de Áreas das Ciências Humanas e da Educação

Proponente: Colegiado do Curso de História

Colegiado: História – UNESPAR-Campus de União da Vitória

Título da Proposta: Projeto Político Pedagógico do Curso de História

Modalidade: Atualizações Projeto Político Pedagógico do Curso – 2023.

a) Está de acordo com a regulamentação vigente? (X) Sim () Não

b) Existe parecer do Colegiado? (X) Sim () Não

c) O parecer do Colegiado é favorável? (X) Sim () Não

Parecer Final:

O processo e-protocolo 19.524.108-2 nos apresenta o Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso de História da UNESPAR, *campus* de União da Vitória, com vigência a partir de 2023. Inicialmente, são apontadas as proposições a serem realizadas: atualizações referentes à curricularização da extensão e à internacionalização; inclusão de disciplinas optativas; revisão de texto; e adequações do Regulamento de Estágio e inserção do Regulamento de Atividades de Extensão. Após detalhado estudo sobre o PPC que nos cabe relatar, afirmamos que as atualizações foram procedidas e que está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Político Institucional (PPI) da UNESPAR e de acordo com a legislação vigente (Leis e Diretrizes) do Ministério da Educação que regem documentos dessa natureza. Constam do documento informações relevantes sobre os dados de identificação do Curso, suas concepções teóricas e metodológicas, perfil dos seus profissionais docentes, bem como sua estrutura curricular de funcionamento junto ao tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Em relação à curricularização da extensão e à internacionalização, as adequações foram feitas sob medida frente às recentes orientações repassadas pela Universidade. Notamos,

neste documento, o extremo cuidado com as bases teóricas atuais, propiciando aos estudantes conhecimentos indispensáveis para o desempenho da profissão, bem como a diversificação de linhas de pesquisas, embasando adequadamente os acadêmicos que desejem aprofundar seus estudos em pós-graduações. Há Regulamentos para as diversas atividades propostas a serem desenvolvidas ao longo de quatro anos, período da duração do Curso. O PPC atendeu às sugestões emitidas pela Divisão de Ensino de Graduação do Campus de União da Vitória. Portanto, pelo PPC em tela cumprir todos os requisitos formais, o presente parecer é FAVORÁVEL à sua aprovação e posterior envio às instâncias superiores.

Parecerista:



Profa. Dra. Bernardete Ryba
Curso de Letras – Português e Inglês.



Prof. Dr. Estevão Lemos Cruz
Curso de Filosofia



Prof. Dr. Thiago David Stadler
Curso de Filosofia

Concordância do Conselho do Centro de Áreas e Assinatura dos Pares:

União da Vitória, 05 de novembro de 2022.



ePROTOCOLO



Documento: **ParecerPPCHistoria.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Zeni Cristina Ziemann (XXX.505.289-XX)** em 08/11/2022 15:01.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Zeni Cristina Ziemann** em: 08/11/2022 15:00.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ca9518bd48955b371270c3bc62f94edf.

1 Ata 009/2022. Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, reuniu-se
2 extraordinariamente o Conselho do Centro de Áreas das Ciências Humanas e da
3 Educação da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de União da Vitória.
4 Participaram da reunião os seguintes conselheiros: Antonio Charles Santiago Almeida,
5 Claudia Maria Petchak Zanlorenzi, Daniele Simone Bona, Diane Daniela Gemelli, Estevão
6 Lemos Cruz, Everton Grein, Fabíola Schüpel Maidel, Roseli Bilobran Klein, Sandra Salete
7 de Camargo Silva, Silvia Regina Delong, Valéria de Fátima Carvalho Vaz Boni, Thiago
8 David Stadler e Zeni Cristina Ziemann. A conselheira Alcimara Aparecida Föetsch
9 encontra-se em licença maternidade. Os conselheiros Bernardete Ryba e Éderson José
10 de Lima justificaram suas ausências na reunião. A convocação foi encaminhada em 27 de
11 outubro de dois mil e vinte e dois, para deliberar sobre a seguinte pauta, que acompanhou
12 a convocatória: **Item 1) Aprovação da ata anterior; Item 2) Apreciação de Projeto de**
13 **Pesquisa; Item 3) Apreciação de relatório final de Pesquisa; Item 4) Homologação**
14 **de Memorial Descritivo para ascensão de nível – Professor Associado; Item 5)**
15 **Apreciação e homologação de PADs; Item 6) Projeto Político Pedagógico-PPC**
16 **atualizado e Regulamento de Ações Curriculares de Extensão e Cultura do curso de**
17 **Letras-Português/Inglês; Item 7) Reestruturação do Projeto Político Pedagógico-**
18 **PPC do curso de História; 8) Assuntos gerais.** O Diretor do Centro de Áreas das
19 Ciências Humanas e da Educação, Antonio Charles Santiago Almeida, cumprimentou a
20 todos e deu início a reunião. **Item 1)** A ata 008/2022-CCHE, foi aprovada pelo Conselho.
21 **Item 2) Apreciação de Projeto de Pesquisa.** O professor Paulo Borges de Santana
22 Junior, do colegiado de Filosofia, apresentou a proposta de projeto de pesquisa intitulado
23 “A criação kantiana de uma estética transcendental do Juízo”. O referido projeto foi
24 aprovado pela relatoria e pelo Conselho. **Item 3) Apreciação de relatório final de**
25 **Pesquisa.** O relatório final do projeto de Pesquisa: “Encruzilhadas: o Ensino de Filosofia a
26 partir da pedagogia do encantamento”, apresentado pela professora Pâmela Bueno
27 Costa, do colegiado de Filosofia, foi aprovado pela relatoria e pelo Conselho. O Diretor do
28 Centro de Área salientou a importância da entrega dos relatórios finais de projetos nos
29 prazos de vencimento, considerando a data do encerramento dos contratos dos
30 professores colaboradores. **Item 4) Homologação de Memorial Descritivo para**
31 **ascensão de nível – Professor Associado.** A professora Roseli Bilobran Klein, do
32 colegiado de Pedagogia, apresentou a solicitação de promoção para a classe de
33 Professor Associado, protocolo 19.555.585-0 em 07 de outubro de 2022 e cumprindo os
34 §1º e §2º do Artigo 5º do Regulamento para a promoção de docentes à Classe de
35 Professor Associado, aprovado pela Resolução nº 006/2016-Reitoria/UNESPAR, teve sua

36 solicitação homologada pelo Conselho do Centro de Área. **Item 5) Apreciação e**
37 **homologação de PAD.** O Plano de Atividade Docentes-PAD do professor Everton Carlos
38 Crema, do colegiado de Pedagogia, foi homologado pelo Conselho do Centro de Área.
39 O Plano de Atividade Docentes-PAD do professor Paulo Borges de Santana Junior, do
40 colegiado de Filosofia, foi homologado pelo Conselho do Centro de Área. **Item 6) Projeto**
41 **Político Pedagógico-PPC atualizado e Regulamento de Ações Curriculares de**
42 **Extensão e Cultura-ACECs do curso de Letras-Português/Inglês.** O processo
43 18.889.535-2 refere-se a proposta de adequação do Projeto Pedagógico do Curso de
44 Licenciatura em Letras - Português e Inglês do Campus de União da Vitória, frente à
45 necessidade de atender a legislação que trata da curricularização da extensão e deverá
46 ser implantado no ano letivo de 2023. A Comissão Avaliadora do Conselho de Centro de
47 Área é favorável à aprovação do referido PPC e apresentou algumas sugestões para a
48 sequência da tramitação. Serão realizadas pelo colegiado do curso as adequações
49 sugeridas pela Comissão Avaliadora. A proposta foi aprovada pela relatoria e pelo
50 Conselho. **Item 7) Reestruturação do Projeto Político Pedagógico-PPC do curso de**
51 **História.** O processo e-protocolo 19.524.108-2 refere-se ao Projeto Político Pedagógico
52 (PPC) do Curso de História da UNESPAR, campus de União da Vitória, com vigência a
53 partir de 2023. A comissão avaliadora constatou atualizações referentes à curricularização
54 da extensão e à internacionalização; inclusão de disciplinas optativas; revisão de texto; e
55 adequações do Regulamento de Estágio e inserção do Regulamento de Atividades de
56 Extensão. O PPC atendeu às sugestões emitidas pela Divisão de Ensino de Graduação
57 do Campus de União da Vitória. A proposta de reestruturação do PPC de licenciatura em
58 História foi aprovada pela relatoria e pelo Conselho. O coordenador do curso, professor
59 Everton Grein, enalteceu o trabalho em equipe realizado pelos docentes do colegiado de
60 História. O Diretor do Centro de Área agradeceu aos membros do Conselho pela
61 dedicação e seriedade na produção e relatoria dos Projetos Políticos Pedagógicos-PPC
62 do campus. **8) Assuntos gerais.** O Diretor do Centro de Área rememorou aos
63 coordenadores de curso que o prazo para preenchimento dos dados do Plano Anual de
64 Atividades-PAA no sistema é até dia 21 de novembro de 2022 e a reunião do Conselho
65 para aprovação das atas dos colegiados referente ao PAA será realizada no início de
66 dezembro de 2022. Informou que no dia 16 de novembro de 2022 a Reitora
67 Salete Paulina Machado Sirino estará no *campus* para reunião e discussão sobre a
68 gestão da UNESPAR. O professor Everton Carlos Crema, do colegiado de Pedagogia,
69 convidou a todos os docentes para uma reunião no dia 11 de novembro de 2022,
70 buscando encaminhar ações e projetos em relação à inovação tecnológica na educação.

71 O suporte técnico do Núcleo de Apoio Tecnológico-NAT, conta com bolsistas da área de
72 TI, responsáveis pela atualização e manutenção das plataformas institucionais. Além da
73 re(organização) do ambiente para disponibilizar materiais para os professores. O Diretor
74 do Centro de Área salientou novamente a ideia da criação de um Programa de Extensão
75 dentro do Centro de Área e solicitou a discussão a respeito nos colegiados. O professor
76 Everton Grein convidou os professores para palestra “Holocausto, Negacionismos e
77 Direitos Humanos” no evento ENAPROC 2022-XIX Encontro Anual de Produção
78 Científica/VI Seminário de Projetos PIPA, dia 07 de novembro de 2022, no Cineteatro
79 Luz/UNIUV. O Diretor do Centro de Área agradeceu a presença de todos e deu por
80 encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Zeni Cristina Ziemann, registrei a
81 presente ata.



ePROCOLO



Documento: **Ata009de07deNovembre2022.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Zeni Cristina Ziemann (XXX.505.289-XX)** em 08/11/2022 15:01.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Zeni Cristina Ziemann** em: 08/11/2022 15:00.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
5ff06b8046911c6ca00f2efb29cbc381.



Lista de presença da reunião extraordinária do Conselho do Centro das Ciências Humanas e da Educação, 07 de Novembro de 2022, 14h.

Representantes dos docentes

Nome	Assinatura
Alcimara Aparecida Föetsch	licença maternidade
Antonio Charles Santiago Almeida	[assinatura]
Bernardete Ryba	justificado
Cláudia Maria Petchak Zanlorenzi	[assinatura]
Diane Daniela Gemelli	Gemelli
Éderson José de Lima	justificado
Estevão Lemos Cruz	[assinatura]
Everton Grein	[assinatura]
Roseli Bilobran Klein	Roseli B Klein
Sandra Salete de Camargo Silva	[assinatura]
Silvia Regina Delong	[assinatura]
Thiago David Stadler	[assinatura]
Valéria de F. Carvalho Vaz Boni	[assinatura]

Representantes dos agentes universitários

Nome	Assinatura
Daniele Simone Bona	[assinatura]
Zeni Cristina Ziemann	[assinatura]

Representante dos estudantes

Nome	Assinatura
Fabiola Schüpel Maidel	Fabiola S. maidel

www.unespar.edu.br



ePROTOCOLO



Documento: **presenca_07novembro2022.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Zeni Cristina Ziemann (XXX.505.289-XX)** em 08/11/2022 15:01.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Zeni Cristina Ziemann** em: 08/11/2022 15:01.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
57955a31857735e2d2e43b617bf20289.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
PRÓ-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO

Protocolo: 19.524.108-2
Assunto: Encaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso de História.
Interessado: CAMILA JURASZECK MACHADO
Data: 11/11/2022 11:34

DESPACHO

Prezado Prof. Marcos Dorigão
Diretor de Ensino- PROGRAD/UNESPAR
Encaminho para análise e providências desta Diretoria o protocolizado referente às alterações de PPC do curso de Licenciatura em História do campus de União da Vitória.
Atenciosamente
Profa. Marlete Schaffrath
Pró-reitora PROGRAD/UNESPAR



ePROCOLO



Documento: **DESPACHO_7.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Marlete dos Anjos Silva Schaffrath (XXX.391.539-XX)** em 11/11/2022 11:34.

Inserido ao protocolo **19.524.108-2** por: **Marlete dos Anjos Silva Schaffrath** em: 11/11/2022 11:34.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
be339549634a97bf38bcacfb8c9fd2f0.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
DIRETORIA DE ENSINO

Protocolo: 19.524.108-2
Assunto: Encaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso de História.
Interessado: CAMILA JURASZECK MACHADO
Data: 21/11/2022 21:40

DESPACHO

À
Profa Dra. Ivone Ceccato
Chefe de Gabinete
REITORIA - UNESPAR

O presente processo trata de uma solicitação de reestruturação do PPC de Licenciatura em História do campus de União da Vitória para **interessantes a partir de 2023** e encontra-se instruído com os documentos necessários para tramitação.

O PPC a ser analisado encontra-se na folha 627.

Diante destas condições este processo encontra-se apto à emissão de **análise técnica da Câmara de Extensão e parecer da Câmara de Ensino do CEPE.**

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Prof. Dr. Marcos Dorigão
Diretor de Ensino
PROGRAD - UNESPAR

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

HISTÓRIA

CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

UNIÃO DA VITÓRIA – 2022

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
1.1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1.2	TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS	5
2.	DIMENSÃO HISTÓRICA	6
3.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	12
3.1.	LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	12
3.2.	JUSTIFICATIVA	22
4.	CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS	288
4.1.	CONCEPÇÃO	28
4.2.	FINALIDADES	38
4.3.	OBJETIVO GERAL	42
4.4.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	44
5.	METODOLOGIA E AVALIAÇÃO	45
5.1.	METODOLOGIA	46
5.2.	AVALIAÇÃO	57
6.	PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL	66
7.	ESTRUTURA CURRICULAR	75
7.1.	CURRÍCULO PLENO	76
7.2	DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR	80
7.2.1	Primeira série	80
7.2.2	Segunda série	82
7.2.3	Terceira série	83
7.2.4	Quarta série	85
7.2.5	Resumo da oferta	87
8	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	89
8.2	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	89
8.3	DISCIPLINAS OPTATIVAS	143
8.4	DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES/ELETIVAS	192
8.5	PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PPed)	193

8.6	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	196
8.7	PRODUÇÃO DE MONOGRAFIA -TCC	199
8.8	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	200
8.9	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO	201
8.9	PESQUISA	206
8.10	INTERNACIONALIZAÇÃO	214
8.11	PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR217	
8.12	QUADRO DE EQUIVALÊNCIA EM RELAÇÃO A MATRIZ CURRICULAR EM VIGOR	218
8.13	RECURSOS NECESSÁRIOS	220
8.13.1	RECURSOS FÍSICOS, BIBLIOGRÁFICOS E DE LABORATÓRIOS	222
9	QUADRO DE SERVIDORES	236
9.10	COORDENAÇÃO DE CURSO	236
9.11	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	237
9.12	CORPO DOCENTE	237
10	REFERÊNCIAS	239
11	ANEXOS:	241
	ANEXO I- REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS, DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA	240
	ANEXO II- REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC DO CURSO DE HISTÓRIA	262
	ANEXO III- REGULAMENTO DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO COLEGIADO DE HISTÓRIA	266
	ANEXO IV- LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO, RESTAURO E CONSERVAÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS JURÍDICAS	278
	ANEXO V - REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DO COLEGIADO DE HISTÓRIA	287
	ANEXO VI- REGULAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA	293
	ANEXO VII- REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE HISTÓRIA	303

1. INTRODUÇÃO

O presente Projeto Pedagógico do Curso – PPC – de História se encontra abrigado no *Campus* de União da Vitória da UNESPAR, região sul do Paraná, e atende a regulamentação da demanda de licenciaturas da rede pública e privada da região. O processo de elaboração deste documento passou por reuniões de seu Núcleo Docente Estruturante – NDE.

No entanto, a última versão do Projeto Pedagógico do Curso de História em seu processo de Renovação, aprovada pelo CEPE em 2021, necessitava de atualizações referentes à curricularização da extensão e à internacionalização. Desta maneira acrescentaram-se pequenas alterações para o aperfeiçoamento curso, tais como: a inclusão no rol disciplinas optativas, revisão de texto, adequações do regulamento de estágio e inserção do regulamento de atividades de extensão.

O presente texto apresenta em sua composição: a identificação do curso, funcionamento e vagas, dimensão histórica, a organização didático-pedagógica, legislação suporte de sua propositura, a justificativa para sua criação, concepção, finalidade e objetivos, metodologia, avaliação, perfil profissional, estrutura curricular, distribuição e ementário das disciplinas, quadro de recursos humanos, estágios supervisionados, trabalho de conclusão de curso, curricularização da extensão, ações para a internacionalização do curso e os regulamentos específicos já existentes bem como o novo sobre a extensão e sua curricularização em anexo.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

ITEM	DESCRIÇÃO
------	-----------

CURSO	História
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2022
CAMPUS	União da Vitória
CENTRO DE ÁREA	Ciências Humanas e Educação
CARGA HORÁRIA	3235
HABILITAÇÃO	Licenciatura
REGIME DE OFERTA	Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	4 anos

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TURNO DE FUNCIONAMENTO	QUANTIDADE DE VAGAS
Noturno	40

2. DIMENSÃO HISTÓRICA

As instituições são filhas de seu tempo; são concebidas e construídas a partir das condições concretas e do esforço conjunto de uma determinada formação social, são, portanto, históricas. Deste modo, para serem devidamente entendidas, as instituições clamam pelo contexto que lhes deu origem e apelam para as condições históricas que alicerçaram seu caminho, que estimularam ou que frearam o seu desenvolvimento.

Com a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFI, enquanto instituição social não foi diferente; assim como em certos momentos a sua via foi aplainada pela conjugação de fatores favoráveis, em outros ela teve que percorrer sendas tortuosas e enfrentar os caminhos das pedras.

Na década de 50 União da Vitória estava entre as maiores e mais prósperas cidades do Estado; era mais importante cidade do sul e do sudoeste do Paraná, exercendo influência social e cultural sobre toda a região. Dentro dessa conjuntura começou a ser pensada a possibilidade de criação de curso superior em União da Vitória. O depoimento do professor Israel Pastuch (1994), testemunha e protagonista, é fundamental para se entender a gênese e os primeiros passos da FAFI.

Em entrevista, concedida aos 22 de março de 1994, Pastuch assim se reporta aos acontecimentos que antecederam e que deram alento ao sonho de uma faculdade em nossa cidade.

A categoria dos alfaiates, da qual meu pai (Gregório Pastuch) fazia parte, teve um grande mérito. Era na alfaiataria do meu pai que reuniam-se os políticos, os homens públicos, "a elite do chimarrão e da fofoca" de nossas cidades ... homens como Alfredo Stalschmidt e Napoleão Feijó, progenitores de quatro professores (que viriam atuar na futura Faculdade), membros efetivos do Partido Social Democrático (PSD), começaram a fomentar a ideia de criação de um curso superior.

A criação de um curso superior já vinha ganhando corpo desde o Governo Munhoz de Rocha, todavia, essa ideia, torna-se realidade pela decisão do Governador Moisés Lupion, atendendo ao pedido do Diretório Municipal do então PSD, partido do Governador.

O Governador que, além de pertencer ao PSD, possuía um eleitorado expressivo na região - atendeu as solicitações dos correligionários criando, mediante a Lei nº 3001 de 22 de dezembro de 1956, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras subordinada à Secretária de Educação e Cultura do Estado do Paraná.

Estava criada a FAFI. No entanto, mais de três anos irão separar o ato de criação da Faculdade (22/12/56) da primeira aula inaugural (28/03/60). Além dos obstáculos burocráticos, Pastuch tece algumas considerações sobre o comportamento dos homens públicos da época, no sentido de esclarecer e não de julgar.

Em 1956, faltou aos nossos homens mais visão, deixando de lado o pensamento da responsabilidade de dívidas. O nosso prefeito da época, Sr. Esmeraldo Dalla Barba Kurten, não quis dar o passo maior que as pernas. Talvez estivessem certos em termos de conduta. Poderiam estar funcionando os cursos de Direito, Agronomia e Veterinária que já estavam assinados pelo Governador Lupion, mas o prefeito assustou-se. Aquilo que sobra para os homens desonestos - "aquela coragem, aquela facilidade de empurrar a coisa para a frente sem pensar o que vai acontecer" - falta para o homem de bem. O homem de bem não investe sem ter a certeza de que está dando um passo certo; foi isso que aconteceu em União da Vitória. Faltou espírito aventureiro para deixarem as coisas correrem e ficarem pertencendo ao futuro. Querendo fazer só o que estava ao alcance no momento foi o que atrapalhou a concretização do sonho de uma universidade em União da Vitória.

O gesto do Governador Lupion não foi correspondido no tocante aos cursos de Direito, Agronomia e Veterinária que não foram levados adiante, não saíram do papel. Já a Faculdade de Filosofia teve sorte diferente, graças mormente ao Dr. Luiz Wolski que empunhou a bandeira da FAFI, sendo designado para o cargo de Diretor da mesma pelo Decreto Estadual nº 8474 de 25 de fevereiro de 1957.

Portanto, a FAFI estava criada, tinha um Diretor designado, agora era preciso tratar da sua instalação. O Dr. Wolski liderou uma luta, como acentuou Pastuch, enfrentando toda sorte de obstáculos e sacrifícios durante os dois anos que separam a sua nomeação para o cargo de Diretor (25/02/57) da autorização para o funcionamento dos Cursos de Pedagogia e História pelo Parecer nº 562 de (25/11/59) do Conselho Nacional de Educação. Nesse mesmo parecer, que teve

como relator o Conselheiro Alceu Amoroso Lima, foram aprovados os seguintes professores para constituir o corpo docente da Faculdade: Aldrovando Cardon Castro, Alvir Riesemberg, Aniz Domingos, Edy Santos da Costa, Eny Camargo Maranhão, Francisco Filipiak, Ivete Mazalli, Ivone Mascarenhas Skiba, João Hort, Luíz Wolski, Lybia Stallschmidt, Maria Therésia Butzen, Vicente Codagnone, Walkíria Araújo de Oliveira.

Em 19 de janeiro de 1960 foi publicado o decreto nº47666 que levou a assinatura do presidente da República Exmo. Sr. Juscelino Kubitchesk de Oliveira e Clóvis Salgado, então Ministro da Educação, concedendo autorização para funcionamento dos dois cursos. Em consequência deste ato foi instalada a Faculdade, realizando-se, no mês de fevereiro do mesmo ano, o primeiro Concurso Vestibular, sendo aprovado 16 candidatos para o Curso de História e 35 para o Curso de Pedagogia. Dessas duas primeiras turmas formaram-se, em 18 de dezembro de 1963, 25 alunos do curso de Pedagogia e 08 alunos do curso de História.

Em 1966 são criados os cursos de Geografia e Letras (Licenciatura Plena de 1º ciclo) pela Lei Estadual nº5320, de 10/05/1966, sendo transformados em Licenciatura Plena de pelo Decreto Estadual nº21692, de 27/04/1970. Em 1967, o Decreto Federal nº61120, de 31/07/1967, concede o reconhecimento dos cursos de História e Pedagogia. Já os cursos de Geografia e Letras são reconhecidos através do Decreto Federal nº74750, de 23/10/1974.

O Decreto Federal nº79216, de 08/02/1977, autoriza o funcionamento dos cursos de Ciências, Licenciatura de 1º Grau, e Licenciatura Plena com habilitação em Matemática, sendo o mesmo reconhecido pela Portaria Ministerial nº617, de 16/12/1980. No que se refere ao somente ao curso de História, este recebeu autorização para funcionar em 25/11/1959, em sessão plenária do conselho Nacional de Educação, pelo parecer nº 562, tendo como relator o emérito conselheiro escritor Alceu Amoroso Lima.

Em 19/01/1960, o decreto nº 47666, assinado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e pelo Ministro da

Educação Clóvis Salgado, também concedia a autorização para o funcionamento do mesmo. Neste mesmo ano, realizou-se o 1º Concurso Vestibular, no qual foram aprovados 16 candidatos para o Curso de História. A aula Inaugural foi proferida em 28/03/1960, às 10:00 horas, com a presença do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado Moisés Lupion, Secretário de Educação e Cultura, Sr. Nivon Weigert, o ex-secretário Dr. Plínio Franco Ferreira da Costa, comandante do 5º BEC, Tenente Coronel Gerson de Sá Tavares, autoridades da Comitativa Governamental, autoridades locais e dos municípios vizinhos, professores, acadêmicos, intelectuais da cidade e outras pessoas da comunidade. A mesma esteve a cargo do professor da Universidade Federal do Paraná, Dr. José Loureiro Fernandes, Professor Catedrático da Cadeira de Antropologia, que proferiu palestra com o tema *As Populações Primitivas do Paraná*, baseado em pesquisas realizadas nas jazidas antropológicas do litoral e interior do estado, em Sessão Solene no Salão Nobre da escola Normal Secundária Professora Amazília. Desde então o curso iniciou suas atividades didáticas, pedagógicas e culturais, tendo como primeiro Diretor da Faculdade o Dr. Luiz Wolski.

Em 31/07/1967 o decreto Federal nº 61120 concede o reconhecimento do Curso. A primeira formatura deu-se em 18 de dezembro de 1963, com 08 alunos, no auditório do Cine Teatro Luz. Após a imposição de grau, houve uma premiação de honra ao mérito ao 1º colocado do curso, o aluno Joaquim Osório Ribas. A 1ª reunião do Departamento de História (16/09/1963) ocorreu na sala da congregação da FAFI tendo como diretor do Departamento o professor Aniz Domingos. A assembleia teve por objetivo a necessidade urgente de se elaborar o Estatuto do Departamento.

Desde o início do curso esteve presente a preocupação do Departamento em promover eventos sócio-culturais como: exposições, seminários, pesquisa histórica, simpósio de História, oficinas, cursos de extensão e conferências. A criação do Centro de Pesquisas e Estudos Históricos - CEPEH, em 1976, pelos professores – membros fundadores da FAFI, teve como objetivo incentivar o gosto

pela pesquisa histórica, a preservação patrimonial e documental da cidade e difundir a cultura histórica.

Em 23 de março de 1979 deu-se a fusão do Departamento de História e Geografia em Departamento de Ciências Sociais, conforme determinava o Regimento da Faculdade em seu artigo 72 seção IV. Em 11 de março de 1981, dissolveu-se o Departamento de Ciências Sociais voltando a ser Departamento de História em virtude da vigência do Novo Regimento Interno da Faculdade, aprovado pelo Conselho Federal de Educação conforme parecer nº 1153/80.

Em 1999, foi criado o Arquivo Histórico do Departamento, Acervo Documental, com a finalidade de contribuir com acadêmicos professores e pesquisadores, em geral, que buscam o conhecimento do passado que é intrínseca ao ser humano que sempre se preocupou com suas origens. Também possibilita aos acadêmicos a participação efetiva em atividade diferenciadas, no âmbito da pesquisa e organização arquivística, além de preservar a memória histórica da sociedade local pela guarda da documentação, contamos com o trabalho de todos que se dedicam ao estudo e a pesquisa histórica, oportunizando meios de colaborar e construir conhecimento.

Após a consolidação da UNESPAR após 2001 a estrutura departamental se converteu em um arranjo de setores colegiados e o Departamento passou a ser designado Colegiado. Atualmente o colegiado de História mantém viva em preocupação junto à comunidade acadêmica e sociedade, oportunizando acesso de docentes e acadêmicos a viagens de estudos locais históricos, incentivo a pesquisa e no fortalecimento das Semanas de História, realizadas anualmente, com apresentação de vários conferencistas/historiadores.

Com vistas a atender as novas demandas de verticalização por que passa a estruturação e consolidação da UNESPAR, os eventos anuais semanas de história e Colóquio Nacional de história e historiografia no Vale do Iguaçu, realizados já a cerca de uma década, começam a ser orientados pelas dinâmicas de pesquisas coletivas orientadas para laboratórios, grupos de pesquisa e estabelecimento de linhas de atuação na pesquisa e na extensão. O colegiado conta ainda atualmente

com Laboratório de Fontes Jurídicas – LAFUR que em consonância com o acervo do arquivo histórico desenvolve suas atividades.

O colegiado de História presta assessoria também ao CAHIS – Centro Acadêmico de História, (anteriormente centro de estudos) composto e coordenado por acadêmicos do Curso, com objetivo de interagir junto aos estudantes sobre questões educativas, culturais e estudantis.

A preocupação com o processo educativo em História nos leva a uma contribuição mais sólida e precisa junto a esta Instituição de Ensino Superior e a seus participantes, para que o seu dedicado esforço em cumprir sua missão de gerar e universalizar conhecimentos para a sociedade, se concretize.

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura Plena em História da UNESPAR Campus de União da Vitória, Estado do Paraná, está respalda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Base Nacional Comum Curricular e na Resolução 02 de dezembro de 2019. Com isso, busca constantemente a modernidade no ensino praticado para atender a formação profissional completa dos seus acadêmicos, num exercício continuado, visando à intensa articulação da graduação com a sociedade.

Orientada pelos princípios (I) da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; (II) da diversidade epistemológica do mundo; (III) da diversidade de tempos-espacos-relações formativas, objetiva que os conteúdos pedagógicos sejam repensados a partir do sentido que eles têm para o professor na sala de aula, procurando na teoria, soluções para os problemas encontrados na prática.

DE CRIAÇÃO DO CURSO (Lei, Resoluções SETI, Resoluções COU/CEPE).

PARECER(ES) Nº	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA	PUBLICAÇÃO
C/N nº562	MEC	25/11/59	-
Portaria	Órgão Expedidor	Data	Publicação

Decreto nº 47660	MEC	19/01/1960	-
------------------	-----	------------	---

DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO (Decreto, Resoluções SETI, COU, Parecer CEE).

Parecer(es) N°	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto Federal nº47.666	MEC	10.01.60	

DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Portaria, Resoluções SETI, Parecer CEE).

Parecer(es) N°	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto Federal nº61120	MEC	31/07/1967	DOU 03/08/67

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Encontram-se aqui elencados os principais documentos normativos e orientadores que respaldam e fundamentam a proposta político-pedagógica do Curso de História da Universidade Estadual do Paraná, do campus União da Vitória, entre elas, a Base Nacional Comum Curricular (2018).

3.1. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

- I. Decreto-Lei nº. 1.190, de 04 de abril de 1939. Criação do curso. Câmara dos deputados. Brasília. 1939;

- II. PARECERES CNE/CES – N° 776/97 E 583/01 - Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação;
- III. PARECER CNE/CES 492/01 E 1363/2001 que tratam da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia;
- IV. PARECERES CNE/CP 2001: N° 09, 21, 27 e 28 CNE/CP 21/2001, que estabeleceram a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- V. RESOLUÇÕES CP/CNE N°01 E 02/2001, que Instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
- VI. Decreto-Lei nº10172 DE 09/01/01 – Que articulou o Plano Nacional de Educação- PNE;
- VII. Deliberação CEE n 04/10 que dá nova redação ao artigo 2º da Deliberação CEE/PR nº 04/06, que estabelece normas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- VIII. Deliberação nº 04/13, estabelece normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;
- IX. Deliberação nº 04/13, que estabelece normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012;
- X. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, do MEC;
- XI. Estatuto da UNESPAR;
- XII. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
Lei 17505 – 11 de janeiro de 2013 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências;

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, que define as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e suas alterações;

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;

Parecer CEE/CES nº 23/11 que estipula a Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como disciplina nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica, em cumprimento ao artigo 3.º, do Decreto Federal n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;

PDI da UNESPAR.

Regimento Geral da UNESPAR;

Regulamento de Extensão,

Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial (no caso dos bacharelados);

Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências (no caso dos bacharelados e licenciaturas);

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação

Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação docente);

Resolução n. 038/2020 – CEPE/UNESPAR, que regulamenta a Curricularização da Extensão.

Resolução N. ° 046 – 2018 – CEPE/UNESPAR, que regulamenta os estágios obrigatórios.

Resolução nº 001/2019 – COU/UNESPAR, que estabelece o Sistema de Cotas no processo Seletivo Vestibular e o Sistema de Seleção Unificada – SISU;

Resolução nº 014/2018 – COU/UNESPAR que autoriza a matrícula especial em disciplinas isoladas de estudantes nos cursos de Graduação;

Resolução nº 038/2020– CEPE/UNESPAR, que Aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR;

Como o campo educacional e sua regulamentação estão diretamente ligados ao seu contexto histórico, analisar a fundamentação legal, o escopo da lei, decretos e pareceres nos permite compreender qual a dinâmica política ou os referenciais norteadores de qualquer projeto educacional, bem como dimensionar sua ação e amplitude. Na própria evolução do aparato legal podemos perceber inequivocamente, ainda que de forma reativa, como a sociedade em seu desenvolvimento e complexidade está inexoravelmente ligada à educação e como a legislação direciona, ou por vezes condiciona o campo educacional.

Dessa forma, todo o aparato legal analisado exprime não só as exigências da sociedade, mas também suas expectativas, que encontram no Estado democrático nacional o instituidor do Estado de direito, das liberdades individuais, do acesso e melhoria da educação, como parte de um processo de transformação social. Portanto a legislação que concerne a orientação, regulamentação e instituição de diretrizes, dentro de parâmetros educacionais, direciona a construção dos projetos pedagógicos educacionais, incluindo nesse processo as demandas sociais, as políticas afirmativas e protetivas em relação à sociedade, onde cada avanço social se torna um equivalente legal dessa conquista.

Buscou-se de forma pontual, citar a estrutura central da lei, sobretudo, quando relacionados, ao ensino superior, não diferentemente em relação aos decretos, portarias e pareceres que fazem parte da fundamentação legal da educação e que em específico se aplicam a estrutura político legal da universidade, pontuando inclusive, em alguns momentos específicos, uma inadequação com as exigências legais.

- A Lei nº9394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, orientando os princípios e os fins a educação, do direito e do dever de educar, dos modelos e formas de organização escolar em território nacional, e dos níveis e modalidades de ensino e legislando em específico sobre o ensino superior regulado pelo Art. 43. Encontrando-se o Colegiado de História em acordo e observância a referida Lei.
- A Lei nº 10861/2004 – que em seu Art. 1º. Inciso 1º Institui o SINAES, que tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. De forma geral, a referida lei foi criada com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O Colegiado de História enquadra-se no dispositivo legal ora postulado, inclusive se utilizando de seus resultados na melhoria do projeto político pedagógico de curso e em seu corpo discente e docente.
- Já a Lei nº 11788/2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes, definindo, classificando, regulamentando e fiscalizando o campo do estágio que se apresenta como um direito acadêmico fundamental para o desenvolvimento do

processo formativo, alternando teoria e prática, além de possibilitar uma experiência real ao acadêmico. Encontra-se o Projeto Político do Curso de História de acordo com a Lei específica, tanto no que tange a regulamentação de estágio, como em relação a disciplina específica de estágio, dentro da grade curricular do curso.

- Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002, versa sobre a educação ambiental de forma transversal nas disciplinas. Entende-se em seu Art. 1º por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Ainda que não haja uma disciplina específica para a educação ambiental, os eixos temáticos e problematizações constantes na grade curricular do curso e os componentes curriculares de História do Paraná I e II e História do Brasil I e II contemplam transversalmente a proposta.
- Decreto 5296/2004 – regulamenta a Lei nº10098/2000 Art. 1º estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Infelizmente o Colegiado de História não dispõe de forma adequada de acessibilidade, a todas as suas salas de aula, laboratórios, sala de projetos, arquivo, e sala do colegiado, encontrando-se com o conjunto da estrutura física do prédio/Campus que ocupa em inadequação para com o referido decreto.
- Em relação ao Decreto nº5626/2005, que regulamenta a Lei nº10436/2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras, e o artigo 18 da Lei nº10098/2000 encontra-se o Colegiado de acordo e dentro dos padrões estipulados e definidos, contando em sua grade curricular obrigatória com a disciplina de Libras, e circunstancialmente inclusive como disciplina optativa (extracurricular, a fim de atender os egressos da licenciatura).

- Decreto nº 5622/2005 – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em relação à educação e ensino a distância. Caracterizando-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. O Colegiado de História possui em sua matriz curricular, disciplinas ofertadas na qualidade de optativas que podem ser ofertadas na modalidade de ensino semi-presencial.
- Portaria MEC nº4059/2004 – Regulamenta a oferta de carga horária à distância em componentes curriculares presenciais. Encontra-se o Colegiado de História adequado e em observação à supra referida portaria.
- Portaria MEC nº40/2007- Institui o e-MEC, como forma de ampliar, agilizar, abreviar e racionalizar o trâmite do Cadastro de Instituições e Cursos superiores, Basis e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes Enade, entre outras disposições.
- Parecer CNE/CP nº28/2001 – Estabeleceu a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Dispõem à luz das diretrizes curriculares nacionais da formação docente, o tempo mínimo para todos os cursos superiores de graduação de formação de docentes para a atuação na educação básica para a execução das atividades científico-acadêmicas não ficando abaixo de 2000 horas, sendo que, respeitadas as condições peculiares das instituições, estimula-se a inclusão de mais horas para estas atividades. Do total deste componente, 1800 horas serão dedicadas às atividades de ensino/aprendizagem e as demais 200 horas para outras formas de atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. Estas 2000 horas de trabalho para execução de atividades científico-acadêmicas somadas às 400 horas da prática como componente curricular e às 400 horas de estágio curricular supervisionado são o campo da duração formativa em cujo terreno se plantará a organização do projeto pedagógico planejado para

um total mínimo de 2800 horas. Este total não poderá ser realizado em tempo inferior a 3 anos de formação para todos os cursos de licenciatura inclusive o curso normal superior. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação ao referido parecer.

- Parecer CNE/CP nº9/2001 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciaturas, de graduação plena. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação ao referido parecer.
- Resolução CNE/CP nº1/2002 – Institui Diretrizes Nacionais para formação de professores da Educação Básica, em nível superior. O Colegiado de História encontra-se adequado no que versa a referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº2/2002 – Institui a duração e carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação a referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº01/2004 – Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana, resolução que se respalda e dá cumprimento das leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação a referida resolução, inclusive possuindo em sua matriz curricular, disciplinas específicas de História da África e Cultura Afro-Brasileira que atendem o requisito. Há projetos específicos que reforçam este dispositivo.
- Resolução CNE/CP nº 2/2004 – Resolve adiar o prazo previsto na Resolução CNE/CP nº1/2002. Encontra-se o Colegiado de História em observância à referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº01/2005 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da Educação Básica, em nível superior, cursos de Licenciatura, de graduação. Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação

Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena. O Colegiado de História encontra-se adequado no que versa a referida resolução.

- Resolução CNDI nº16/2008 – Dispõe sobre a inserção nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso. Dispõe sobre inserção nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. O Colegiado de História possui em sua matriz curricular a disciplina de história oral e como optativa a disciplina de História Pública e História Oral: conceitos e práticas entre outras que matizam a valorização do depoimento de pessoas de variadas faixas etárias, mas fundamentalmente as mais idosas, que são detentoras de experiências relevantes para a construção do conhecimento histórico. O acadêmico por meio desta disciplina é encorajado a ouvir e valorizar os depoentes idosos. Como se postula na concepção de ensino o homem em toda sua condição, espacialidade e temporalidade é nosso objeto central, dentro de uma visão humanística de ensino.
- Resolução CONAES 01/2010 – Estabelece sobre o Núcleo Docente Estruturante-NDE, regulada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). O Colegiado de História possui um Núcleo Estruturante que está operante, vindo de encontro ao que determina a referida resolução.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

- Resolução nº 2, de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). No Capítulo IV, Dos Cursos de Licenciatura estabelece que:

Art. 10. Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, instituída nos termos do Capítulo I desta Resolução.

Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I – Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II – Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III – Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Parágrafo único. Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras

atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009).

Art. 12. No Grupo I, a carga horária de 800 horas deve ter início no 1º ano, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – conhecimento, prática e engajamento profissionais – como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Parágrafo único. No Grupo I, devem ser tratadas ainda as seguintes temáticas:

I – Currículos e seus marcos legais:

- a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;
- b) Diretrizes Curriculares Nacionais;
- c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura; e
- d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

§ 4º Para o curso de formação de professores nos anos finais do Ensino Fundamental, e do Ensino Médio, as 1.600 horas, para aprofundar e desenvolver os saberes específicos, podem ser ofertadas, de acordo com a organização curricular, do seguinte modo: componentes curriculares, componentes interdisciplinares ou áreas de estudos, nos termos do respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O Colegiado de História encontra-se adequado a Resolução nº 2, de dezembro de 2019.

3.2. JUSTIFICATIVA

O Curso de História do *campus* de União da Vitória da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – desde sua criação em 1960, teve como missão a formação de docentes e pesquisadores a partir da área de Licenciatura. Os

formados atuam em instituições públicas e privadas que tem, sobretudo, o caráter didático-pedagógico, seja em nível fundamental ou médio, bem como no estudo e preservação do patrimônio histórico-cultural das sociedades em que atuam.

Importa salientar que no campo de formação docente, o Curso de História se mantém fiel aos objetivos estabelecidos desde a sua criação. É relevante também a formação, igualmente constante, de pesquisadores para arquivos, museus, bibliotecas, centros de cultura e de patrimônio histórico públicos (municipais, estaduais ou federais), e de caráter privado.

Nos dias atuais, em que as possibilidades e a quantidade de informações crescem num ritmo acelerado, faz-se necessário um olhar mais acurado aos percursos que conduziram ao estado atual das coisas. Desse modo, as exigências de uma prática histórica crítica e criativa em relação aos documentos e recursos pedagógicos utilizados, associados a uma leitura igualmente crítica da historiografia e do mundo que nos cerca faz-se premente. Ao mesmo tempo, docentes e pesquisadores têm assistido o alargamento de seu campo de trabalho, com o crescimento das necessidades de assessoramento às mídias impressas e faladas, à televisão, ao cinema, as mídias digitais e suas plataformas de redes sociais. Tais transformações nas práticas cotidianas e nos usos tradicionais dos instrumentos e práticas investigativas, requerem uma maior familiaridade dos formados em História.

A recente atualização das Bases Curriculares Nacionais, trazem para além das competências específicas dos componentes curriculares elementos que se articulam transversalmente como a necessidade de diálogo entre estas tecnologias, as linguagens e as habilidades matemáticas que se redimensionam frente a realidade do ensino nacional que se reorganiza. Nesse sentido o curso de posiciona de modo a entender que há integração destes elementos frente a crítica prévia da qual a disciplina já acumula enquanto fortuna crítica no bojo das disciplinas em que o ensino de história enquanto campo de saberes avançou e produziu um significativo e sofisticado debate. Após a inflexão das noções da aprendizagem histórica de Jorn

Rusen, a premência do *giro decolonial* e a explosão das novas tecnologias que se imiscuem cotidianamente nas vidas privadas de discentes e docentes o curso propõe interfaces que partem tanto da inserção de componentes curriculares quanto de ajustamentos daquelas estruturas pré-existentes as necessidades do tempo presente. Tempo este que requer competências gerais e habilidades específicas de manejo com o novo público de formandos que advém desta realidade social e se pretende formador de sujeitos críticos na escola.

Urge, de fato, propiciar ao licenciado em História um contato mais estreito e gradual com as novas metodologias e tecnologias que se apresentam na atualidade de seu ofício. Assim, a Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em História, do *campus* de União da Vitória da Universidade Estadual do Paraná, visa fornecer um instrumental formativo que, ao mesmo tempo em que dialoga com as necessidades e as realidades do chão da escola, aquilo que postula a BNCC e as práticas estritamente pedagógicas, que também subjazem a uma formação profissional completa. Objetivando um exercício continuado, de atualização visando à intensa articulação da graduação com a sociedade, busca ainda, que os conteúdos pedagógicos sejam repensados a partir do sentido que eles possuem para o professor na sala de aula, procurando na teoria, soluções para os problemas encontrados na prática. Ao mesmo tempo em busca da prática docente para composição de novas teorias e formas de se pensar as relações pedagógicas e historiográficas que lhes são subjacentes em um universo de sentido que entende a construção dos vetores da consciência histórica e da formação humana.

Além da ênfase teórica que se dá para que o curso de História amplie espaços de pensamento e ação, também deve-se enfatizar a prática, a ação do professor ou do pesquisador com licenciado em História. Deste modo é que se entende, tanto pelos docentes do colegiado de História, seus acadêmicos e eventuais docentes de outros departamentos envolvidos, que é preciso que o graduando tenha constantemente um entendimento “técnico” de sua licenciatura. Por técnico compreende-se um aprendizado instrumentalizado pluralmente, seja a

partir das formas com as quais se apreende e se ensina, seja de modo que a prática da docência e da pesquisa, ao término de sua graduação, encontre confluência entre “campus acadêmico” e “campo social”. Compreende-se assim que o conhecimento e ação não sejam apartados entre si, mas relacionados em uma fusão completa e complexa.

A partir das necessidades de manutenção de um contínuo processo de aprendizagem que nos níveis do ensino fundamental se expressam na máxima do Fortalecimento de autonomia entre os alunos nas escolas se idealiza um curso que vincula em seus formados:

o sentido dos fortes apelos emocionais que a atual realidade social mediada nos alunos do ensino fundamental em seus componentes curriculares;

o sentido da pesquisa que se relaciona intimamente com a autonomia e a capacidade de engajamento e protagonismo;

o sentido da diversidade que as práticas extensionistas abarcam que não permite naturalizações das violências estruturais ou simbólicas.

Estes mesmos vetores se acrescem ao momento do futuro professor que ao pensar o ensino médio e o itinerário das ciências humanas deve reconhecer-se e identificar na matriz do curso os elementos do saber- fazer, em que integração e flexibilidade são as ideias força, sendo assim o curso pretende vincular a seus formandos:

o sentido da criatividade que demanda resoluções de problemas identificados das comunidades das quais são oriundos;

o sentido da investigação científica voltada ao coletivo na interpretação dos processos sócio históricos visando melhorias e desenvolvimento;

o sentido das capacidades de mediação que pode se mobilizar nas intervenções sócio culturais

O objetivo final do curso é a formação de um profissional capacitado para perceber e mostrar em sua prática a indissolubilidade entre o ensino, pesquisa e sua extensão no corpo social, o curso de História define-se, neste rastro, como um meio adequado de fomento a construção do saber através de métodos aplicáveis de forma transdisciplinar, aqui entendida como a conjunção da interdisciplinaridade - entendendo por este termo, fator que correlaciona e faz interagir as disciplinas no âmbito da nossa matriz. Nesta conjunção, procura também exercer a complementaridade – concepção que projeta interação nos quadrantes principais da existência humana, a saber: sociabilidade, afetividade, consciência individual e coletiva. Conceitos de interdisciplinaridade e complementaridade que exercidos possibilitam a problematização, o despertar do senso crítico e a verificação de controvérsias que se apresentam a cada passo do devir histórico.

A partir de um olhar mais aguçado que se pode fazer da trajetória histórica pode-se dizer que o curso de história do *campus* União da Vitória nas duas primeiras décadas do século XXI, busca efetivamente nas suas atribuições de formar capacitados professores; dentro de um regime de oferta gratuito e de padrões de qualidades notáveis, considerando as enormes discrepâncias socioeconômicas do Brasil e o atual cenário de diminuição de investimentos no setor da educação paranaense, principalmente no que se refere à UNESPAR, a última Universidade reconhecida pelo governo do Estado.

O ensino de História na contemporaneidade deve ser concebido numa pluralidade de conhecimentos e habilidades contextualizadas *in totum* no meio social. Trata-se da tão pertinente e necessária visão sistêmica, pela qual a Universidade, caracterizada, principalmente, pela transmissão, produção e extensão do saber, toma vulto no seio social, com a ampliação do vínculo de formação do profissional, além dos “portões acadêmicos”.

Tendo-se expostos os motivos que justificam a existência e a essencialidade do Curso de História, cabe asseverar que a formação no curso dá condição ao

egresso de reconhecer as várias possibilidades interpretativas da História, para entender que a história que se escreve, quando correlata com a que se vive, permite reflexão e consciência da natureza, das fontes e da construção histórica, até a ponto de saber que cada aspecto da vida humana e dos relacionamentos em sociedade preponderam sobre a simples junção factual de atos heróicos e narrados com requinte. A UNESPAR pretende formar agentes da história, comprometidos com a sociedade em que vivem, mas perfeitamente integrados na “aldeia global”.

4. CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

As seções abaixo apresentam a concepção, finalidade e objetivos do Curso de História da UNESPAR. Todas as premissas destas seções estão em harmonia e valorizam os princípios de uma formação humanística, ética, crítica que deve preparar seus estudantes para se tornarem profissionais com o mais alto grau de excelência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.1. CONCEPÇÃO

A possibilidade de consolidar as atividades da UNESPAR no que se refere à função social de seu desempenho em ensino, pesquisa e extensão, depende, cada vez mais, de uma definição clara de seu papel como instituição pública. Em um contexto em permanente transformação, o processo de modernização do país, com o avanço da qualificação em tecnologia, tem convivido face a face com o aumento da complexidade das relações sociais. Desigualdade e tensões têm caracterizado a sociedade brasileira, exigindo das instituições públicas o comprometimento com o bem coletivo. As enormes proporções da pobreza tornam necessários projetos coletivos dotados de sustentação ética e racional. As incertezas que surgem, quando são avaliadas estratégias para a superação da desumanidade historicamente estabelecida, são resultantes da percepção da complexidade dos problemas vividos no contexto com o qual a UNESPAR interage. Essas incertezas merecem tanto mais atenção, quanto mais tomamos consciência das responsabilidades diretas e indiretas associadas às tomadas de posições diante dos problemas com que nos defrontamos.

As concepções de conhecimento que podem permitir à UNESPAR cumprir sua função social, necessariamente, devem levar em conta a intenção de propor visões da realidade que não sejam unívocas ou unilaterais. A possibilidade de convivência de posições diferentes, perspectivas variadas, é fundamental para a formação de

conhecimento, com ponderação e rigor. O questionamento que surge com a comparação entre diferentes posições é fecundo para a renovação de ideias e o aumento da clareza quanto aos potenciais inerentes a diferentes procedimentos de reflexão.

Um conhecimento com pretensão de verdade absoluta deve resultar em distorção. Se compreendermos a realidade como caracterizada pela constante transformação, devemos encontrar métodos adequados para a produção de conhecimento, que levem em conta essa caracterização. A imposição de verdades absolutas remove da produção de conhecimento seu caráter histórico e dinâmico, impondo sobre a realidade modelos que autoritariamente se sobrepõem aos movimentos de mudança. O conhecimento não tem seu valor condicionado à ideia de que ele possa ser encarado como verdade irrefutável, como dogma. Seu valor depende de sua capacidade de dar conta da realidade, em sua constante transformação. Para isso, deve o próprio conhecimento ser transformado, superando limitações e interiorizando novas exigências apresentadas pelo processo de mudanças da realidade.

É preciso enfatizar que, ao entendermos a realidade como processo em constante mudança, não restringimos a realidade ao domínio específico do mercado. Se é verdade que, em larga medida, o mercado de trabalho depende do fluxo de egressos do ensino superior, isso não resulta, no entanto, que a Universidade seja apenas uma prestadora de serviços para a cobertura de vagas.

Em face de tudo isto, compreendemos que o Projeto Político Pedagógico do Curso de História do Campus de União da Vitória, consciente das transformações da realidade, propõe um encaminhamento para suas orientações acadêmicas, de modo a, na medida do possível, realizar intervenções no processo histórico. Essas intervenções devem acontecer de maneira que a realidade conduza suas mudanças no sentido de um aumento das condições de atendimento das demandas coletivas, e de uma diminuição da desigualdade social. Caso não contribua para esse sentido

dos acontecimentos, considerando a responsabilidade que lhe cabe, ao curso de História, enquanto constituinte de um ambiente de Educação Superior, estaria se omitindo, ou contribuindo para o incremento de problemas. Por defender a sustentação de suas ações em valores éticos, o Curso quer, contra a omissão e contra o aumento dos problemas, firmar sua posição como responsável por benefícios à comunidade, como é esperado de uma instituição pública e gratuita capaz de interagir com o contexto que a mantém. O engajamento com a comunidade, a aquisição de habilidades para o exercício das dimensões da prática profissional, preocupações atuais advindas da nova Base Curricular Nacional são elementos inerentes a concepção de curso e sujeito a ser formado nos seus quadros.

Se estivesse apenas cobrindo vagas do mercado de trabalho, o Curso estaria contribuindo para conservar o estado dos problemas sociais, pois as demandas do mercado, em larga medida, expressam contradições e conflitos do sistema econômico e político. Cumprir necessidades imediatas de viabilização das relações econômicas é menos do que deve ocupar a instituição pública e gratuita. Ela deve interferir no cerne das contradições e dos conflitos que reconhece à sua volta, realizando ações que beneficiem a sociedade com que interage.

Para isso, é fundamental que o Curso estabeleça expectativas, quanto ao perfil dos egressos de seus cursos. Um aluno que entra na UNESPAR deve, ao final de sua trajetória, ser um cidadão capaz de um envolvimento importante no quadro de mudanças sociais. A formação acadêmica deve não apenas dar condições para que exerça uma profissão, tendo um desempenho satisfatório, mas ir além disso. No espectro das competências amplas docentes. A formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação no futuro, deve dar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente, e atuar junto à sociedade, que através dos recursos que a universidade investiu em sua formação. Deve dar a ele também a clareza de que, sendo formado em uma instituição pública,

desta recebe a qualificação necessária para, através de suas ideias e seu trabalho, beneficiar a sociedade.

Ganhar um diploma não é, no caso, apenas uma forma de defender os próprios interesses, mas antes de tudo uma forma de contribuir para resolver problemas que dizem respeito a outras pessoas. Sem que se possa definir sua função social, o conhecimento adquirido se constitui apenas como exercício de individualismo. Em tempos de exigência de responsabilidade, em escala histórica sem precedentes no país, o individualismo se converte em vaidade e, no extremo, em frieza violenta e anti-social, que contraria os interesses de uma instituição pública e gratuita dedicada à educação.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt, a noção de 'educação histórica' permite a relação direta entre a aprendizagem histórica e compreensão histórica a partir dos pressupostos da ciência histórica. O aluno aprende história da mesma forma que historiadores fazem seu trabalho histórico, sem mediações cognitivas externas entre o ensino e aprendizagem descontextualizadas. Dentro da aprendizagem histórica a educação histórica se constrói de forma direta com o conhecimento histórico e a consciência histórica do aluno, se aprende história, historicamente. O resultado desse processo é a criação de uma racionalidade histórica onde as categorias do pensamento histórico constroem uma forma de compreensão do raciocínio histórico e não a organização de um conhecimento histórico específico.¹

Nessa perspectiva, além de preparar para uma atuação profissional, ou uma qualificação técnica, um curso acadêmico deve preparar para o enfrentamento das dificuldades colocadas pela experiência da vida em sociedade. Cada aluno deve ser encarado pela instituição como um sujeito capaz de participação atuante no âmbito coletivo, de entendimento do contexto em que vive, e de avaliação ética dos problemas colocados pela realidade. A formação acadêmica, deixando de lado o

¹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender história: Perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

componente propriamente humanístico do processo de formação, reduz os estudantes a figuras anônimas e indiferentes. Cabe levar em conta o que o aluno do Curso de História vai fazer com o conhecimento obtido, como vai refletir a respeito dos problemas que o cercam, como vai avaliar as repercussões diretas e indiretas do emprego de seu conhecimento no contexto social. Conceber a competência intelectual em termos de qualificação puramente técnica, sem levar em conta esses elementos, é contribuir para a conservação de estruturas sociais injustas, fundamentadas em heranças autoritárias.

Estevão Resende Martins, sobre o fator valorativo de uma formação para as humanidades aberto pelo iluminismo no ambiente universitário, posiciona um arrazoado:

O esclarecimento objetivado pelas Luzes setecentistas, pois, é uma tarefa constante, cuja meta última é a libertação do homem de quaisquer coerções, de preconceitos tradicionais e de dominação ilegítima, mediante educação, crítica pública e debate livre que banissem a ignorância, a superstição e a intolerância. Para lá se chegar é indispensável o recurso ao uso maduro da razão como reguladora de todas as relações privadas e públicas. Sem identificar-se necessariamente com os projetos concretos de sua época, a proposta iluminista se articula como mola propulsora da modernidade, em que crítica e utopia se completam.²

Nesta esteira a perspectiva do conhecimento histórico sob a ótica aberta pelas luzes, situa que qualquer conhecimento é construído de um ponto de vista e exige uma sustentação, o que leva a forma expositiva do conhecimento histórico que deve ser sistematicamente argumentativa e demonstrativa. Entende-se que a ciência histórica é a fornecedora, com sua densidade do controle metódico da teoria e da prática de pesquisa, da tessitura explicativa das necessidades de autoidentificação dos agentes racionais humanos, mediante referência crítica ao presente, sem

² MARTINS, Estevão Resende. Educação e consciência histórica. In: CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Educação histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011 p.77

contudo submeter-se a este ou deixar-se por ele instrumentalizar-se.³ Assim em conformidade dos argumentos expressos, o curso de história da UNESPAR campus União da Vitória situa sua concepção do conhecimento histórico, nem vinculado, exclusivamente ao mercado e as pressões individualizantes, nem mesmo refém único do presente como perspectiva de realização humana, ou mesmo de ações estatizantes instrumentalizadoras.

Destarte o debate avançado que os conceitos de educação histórica e consciência histórica ganharam na primeira década do século XXI, a partir de vários grupos de pesquisa espalhados pelo mundo,⁴ na confluência de saberes entre a história e os saberes pedagógicos o curso de história preza pela concepção que a eficácia da aprendizagem histórica se efetiva na medida em que consegue vincular a experiência no tempo e da subjetividade dos sujeitos que apreendem a história, relaciona-as umas às outras e da capacidade de rearticulação discursiva nos termos da narrativa histórica.

A percepção que a área da didática da história, tem ganhado cada vez mais área de responsabilidade frente às disciplinas pedagógicas, leva ao reconhecimento que para a conquista de espaço elabora novo objeto centrado na ideia de aprendizagem histórica que fornece sentido para as necessidades de orientação temporal dos aprendentes. A concepção pedagógica defendida neste projeto, portanto, está imbricada visceralmente com o conceito de conhecimento histórico que se defende, na busca pela libertação do homem das amarras condicionantes que se constroem também historicamente, e investigam a forma de aprendizagem que questionam os sentidos tradicionais, exemplares, críticos e genéticos sobre a experiência temporal.⁵

³ Idem p.78.

⁴ Nos referimos aqui às elaborações teóricas de Jorn Rusen, Alemanha, pesquisas empíricas de Peter Lee, Inglaterra e Isabel Barca em Portugal, Hilary Cooper na Espanha, Maria Auxiliadora Schmidt no Brasil e muitos outros que exploram esforços de pesquisa em torno da ideia de vinculação com qualificação de aprendizado, capacidade de explicação narrativa e maturação de uma consciência histórica entre alunos nas escolas fim.

⁵ RUSEN, Jorn. Aprendizagem histórica: esboço de uma teoria. In: **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: WA editores, 2012. p.79-89.

Somente quando a história deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimento acumulados, é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendiz e se tornar fatos de determinação cultural na vida humana.⁶

A composição de nosso currículo é resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e procura contemplar um núcleo que caracteriza a identidade do curso e em torno do qual se constrói uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis.

Sendo assim, a flexibilização curricular é algo que se impõe nas reformas curriculares dos cursos de graduação face às exigências das rápidas transformações socioeconômicas, geopolíticas, culturais e tecnológicas que vêm ocorrendo na sociedade, com seus desdobramentos gerais e particulares na educação, em especial, no ensino superior. Nesta perspectiva, esta preocupação insere-se num sentido maior - o combate aos efeitos desintegradores, antidemocráticos e antissolidários presentes na sociedade contemporânea em crise.

A flexibilização curricular ao ser entendida no seu sentido político implica, por um lado, numa ação coletiva de contraposição “tanto à tradição normativa e autoritária do Estado brasileiro em relação ao ensino superior quanto à percepção tecnocrática e corporativa da sociedade, na qual a realidade social se segmenta, segundo a ótica dos interesses de corporações profissionais”.⁷

Nesse quadro de rupturas, o Colegiado de História concebe o movimento em direção a flexibilização curricular, aliada ao respeito à diversidade de sujeitos e práticas, como decorrente do exercício concreto da liberdade acadêmica e da

⁶ RUSEN, Jorn In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rösen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

⁷ http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_anteriores.php , 2003 p. 106.

cidadania no seu interior, da flexibilização do seu espaço/tempo físico e pedagógico, da organização/gestão administrativa e pedagógica/docente, da produção do conhecimento, da melhoria da sua infraestrutura e das condições de trabalho dos professores e da valorização da categoria docente.

De acordo com o PDI UNESPAR (p.67.)

As políticas de ensino devem primar pela interdisciplinaridade na organização de suas matrizes curriculares, possibilitando aos acadêmicos exercitar sua criatividade com temas contemporaneamente relevantes, além da formação necessária para o bom desempenho do egresso.⁸

A flexibilização, para nós, insere-se então enquanto promotora de qualidade social para a prática pedagógica, em oposição à qualidade de resultados, e deve, de fato, contribuir para fortalecer o bem comum e o espaço público no interior e exterior da universidade, fortalecendo e legitimando-a socialmente.

Resta ainda uma discussão muito interessante e extremamente importante que é a articulação do curso de História com outras áreas da construção do saber, entendida por nós como a interdisciplinaridade.

O que me importa, disse o filósofo, não são nem as pedras nem as árvores, mas os homens na cidade. Não pôde ser fiel a essa afirmação até o fim. Sua reflexão sobre os homens na cidade conduziu-o a lhes atribuir um lugar no mundo e um parentesco de substância com as pedras e as árvores⁹.

Trabalhando sobre a situação do saber científico na contemporaneidade, Castoriadis destaca a importância da interrogação filosófica para todas as ciências,

⁸ UNESPAR. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI -2011-2016 p.67.

⁹ CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do Labirinto** Vol. III - O mundo fragmentado. Paz e Terra. 1992. p. 83.

as quais passam hoje por uma situação de crise generalizada necessitando de uma reflexão profunda sobre suas categorias, sobre a relação com seus objetos, e sobre o saber que é gerado. Na verdade, este processo questiona a separação absoluta entre ciência e filosofia (e vice-versa), separação esta que impede a compreensão das problemáticas internas, do enraizamento histórico e principalmente da função social do saber científico; modelo da racionalidade técnica, cujos perigos - riscos de grande consequência; nos termos de Giddens - assustam a humanidade neste final de século.

Em conjunto com esta separação, temos aquela expressa na uni disciplinaridade, ou, "hiperespecialização", a qual impede uma visão interacional do que existe nas distintas áreas do conhecimento, e esgota-se como modelo explicativo do homem e de suas relações sociais.

Ao abordar a questão das disciplinas antropológicas (economia, direito, linguística, psicanálise, sociologia e história), Castoriadis chama a atenção para o fato de que, entre estas, a separação se faz sentir com maior gravidade, uma vez que a unidade do objeto desafia imediatamente a dissecação científica. Questões econômicas, jurídico-políticas, psicossociais, culturais e históricas, são tratadas como nos sistemas mecânicos clássicos, de forma linear, reducionista e determinista, importando apenas "o homem na cidade", ou melhor, pedaços do homem, em partes da cidade, esquecendo-se a multiplicidade do Ser e do mundo.

Edgar Morin afirma categoricamente: *"os "hiperespecialistas" são pretensos conhecedores, mas de fato praticantes de uma inteligência cega, posto que parcelar e abstrata, evitando a globalidade e a contextualização dos problemas"*. Propõe-nos a "epistemologia da complexidade", na qual a rigidez da lógica clássica é substituída pela dialógica, e o conhecimento da integração das partes num todo é completada

pelo reconhecimento da integração do todo no interior das partes. Isto nos alerta para a importância vital da contextualização.¹⁰

Notemos que não se defende na prática interdisciplinar uma "unificação", na qual, a partir de uma axiomática geral, romper-se-iam definitivamente as fronteiras disciplinares (e isto hoje está fora de cogitação). A interdisciplinaridade não nega as especialidades, e respeita o território de cada campo do conhecimento; o que se quer é superar a "separação extrema" entre as disciplinas, ou seja, *"a separação entre disciplinas do mesmo domínio e a separação da reflexão filosófica"* nestes termos Castoriadis; alerta para a superação da "hiperespecialização" e da necessidade de trabalhar o conhecimento através de interdependências e de conexões recíprocas. Gusdorf deixa claro isto ao salientar a questão da "complementaridade", onde os especialistas trabalham conscientes de seus limites e acolhendo as contribuições de outras disciplinas.

Calvino também não deixou fora de suas "propostas" a interdisciplinaridade. Os cinco valores apresentados para o próximo milênio, são todos inter relacionados e no último - a "multiplicidade" - destaca o conhecimento como uma rede de conexões. Encerra seu trabalho (e sua vida) valorizando as relações, e defendendo uma visão pluralística e multifacetada do mundo, buscava uma obra que:

Nos permitisse sair da perspectiva limitada do eu individual, não só para entrar em outros eus semelhantes ao nosso, mas para fazer falar o que não tem palavra, o pássaro que pousa no beiral, a árvore na primavera e a árvore no outono, a pedra, o cimento, o plástico...¹¹.

Os argumentos de Calvino encontram-se com Castoriadis: *"o que nos importa são sempre os homens e sua cidade. Mas sabemos que não podemos separá-lo das*

¹⁰ MORIN, Edgar. **Ciência com consciência** - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

¹¹ CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993. p. 51.

pedras e das árvores";¹² lição que já devíamos ter aprendido para a superação do conhecimento tecnocrático.

No que tange aos educadores e à Universidade, num processo interdisciplinar, quero salientar Morin, quando diz: *"é necessário que os educadores se auto-eduquem, e se eduquem prestando atenção às gritantes necessidades do século, as quais são encarnadas também pelos estudantes. Eis a perspectiva histórica para o novo milênio. A universidade deve ultrapassar-se para se reencontrar"*.

4.2. FINALIDADES

Considerando a natureza do público atendido na graduação em História, e seu perfil de aluno trabalhador, e com pais com formações inferiores às que eles mesmo tem condições de galgar conforme o diagnóstico do Programa de Reestruturação de cursos da UNESPAR/2016, que aponta "A imensa maioria é constituída por trabalhadores, muitos com baixa renda, advindos da escola pública, com pouca escolaridade na família, sendo que boa parte reside em municípios vizinhos, dependendo de transporte complementar para garantir seu acesso à universidade."¹³. Entende-se que a finalidade é ofertar sentido de orientação histórica para a vida vivida e profissional na região do contestado que possui baixos índices de desenvolvimento humano nos municípios atingidos.

Antes de qualquer ação concreta foi preciso definir qual a orientação que iria reger esse processo curricular e entendemos então que seria uma formação centrada na qualificação de profissionais da educação em consonância com as

¹² CASTORIADIS, C. Op. Cit. p. 102.

¹³ <http://prograd.unespar.edu.br/programaseprojetos/2nova-etapa-programa-reestrutura-c-ao.pdf>

novas dinâmicas do mercado de trabalho, ou seja, a formação primeira deve estar centrada na formação de professores, não regida pelo mercado, mas não desconsiderando este e a estrutura de oferta de postos nas salas de aula das redes públicas e privadas e órgãos públicos das cidades do entorno no sul do Estado do Paraná e Norte do Estado de Santa Catarina.

Como referencial a organização curricular, e as ações pedagógicas necessárias partimos de alguns pontos centrais para concretizar esta prática, quando as condições estruturais de manutenção do curso permitam integralmente:

- Desenvolver ações pedagógicas ao longo do curso que permitam interface real entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que se possa produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;
- As atividades complementares deverão contribuir para viabilizar a flexibilização curricular, mas não deverão ser consideradas o único meio de realizá-la;
- Disciplinas e atividades complementares deverão expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento de carga horária;
- Ampliar as interfaces entre as diversas áreas do conhecimento nos níveis de ensino, pesquisa e extensão;
- Atribuir procedimentos à mobilidade acadêmica para aproximar os sujeitos e experiências provenientes de diferentes trajetórias intra e interinstitucionais;
- Criar condições para que as diferentes demandas nas IES possam conduzir a uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;

Ressalte-se, neste momento, que a *práxis* aqui aludida, inclui o ensino nas escolas de nível fundamental e médio da região de União da Vitória – que inclui municípios sob sua área de abrangência. A sociedade união vitorienense não foge à regra da sociedade brasileira: trata-se de um “cadinho étnico”. A UNESPAR e seu

curso de História do *Campus* de União da Vitória tem aí, a particularidade de atuar como mediadora da mobilidade social que se constitui de povos miscigenados, numa região que foi palco do movimento dos tropeiros e do qual nasceu; que tem reminiscências do Contestado e é, na atualidade, um dos eixos rodoviários alternativos para o Mercosul como se pode ver ao sul do Estado no mapa abaixo e nos dados de IHDM correspondentes:

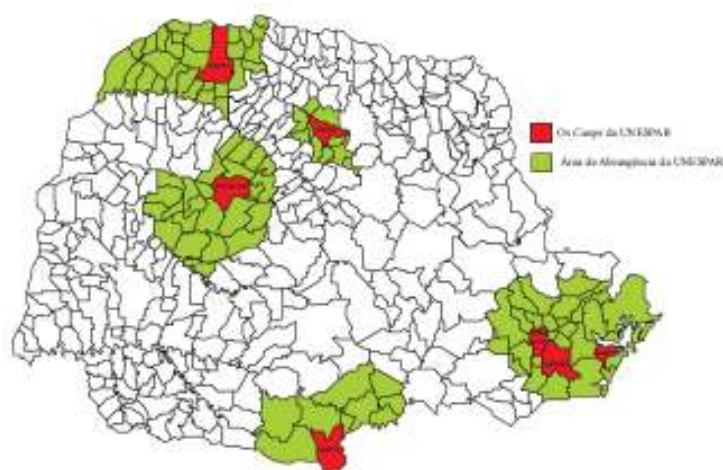


Figura 1 - Área de Abrangência da UNESPAR em 2011. Fonte: UNESPAR, 2011.

Ranking IHDM 2010	Município	IHDM 2010	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Municípios do sul paranaense					
764 °	União da Vitória*	0,740	0,713	0,837	0,680
1398 °	Paula Freitas	0,717	0,699	0,847	0,622
1331 °	São Mateus do Sul	0,719	0,711	0,838	0,623

1665 °	Paulo Frontin	0,708	0,688	0,806	0,639
1665 °	Mallet	0,708	0,681	0,809	0,645
2309 °	Porto Vitória	0,685	0,674	0,796	0,600
2738 °	Bituruna	0,667	0,645	0,829	0,556
2802 °	Cruz Machado	0,664	0,635	0,845	0,545
3070 °	General Carneiro	0,652	0,638	0,816	0,532
Municípios do Norte Catarinense					
87 °	Porto União*	0,786	0,752	0,891	0,724
420 °	Canoinhas	0,757	0,717	0,874	0,692
1720 °	Três Barras	0,706	0,677	0,814	0,639
1934 °	Irineópolis	0,699	0,720	0,836	0,567
2545 °	Bela Vista do Toldo	0,675	0,624	0,826	0,598
2964 °	Matos Costa	0,657	0,630	0,831	0,541

*Municípios: Sede e de ação direta da UNESPAR – Campus União da Vitória ¹⁴

Observados os dados referentes ao IHD dos municípios dos quais procedem cerca de 58% dos alunos do curso de História detecta-se que a microrregião se encontra na faixa de IHD Média considerada pela ONU, no entanto com

¹⁴ Dados brutos Disponíveis em
http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM **Qualificação dos resultados segundo a ONU:**
 0,800 a 1,000 Muito Alto
 0,700 a 0,799 Alto

0,600 a 0,699 Médio
 0,500 a 0,599 Baixo
 0,000 a 0,499 Muito Baixo

discrepâncias regionais alarmantes entre aqueles que tendem ao IHD alto como são União da Vitória e do lado Catarinense da fronteira, Porto União comparados os municípios no entorno que tendem ao baixo. Observa-se o papel de proeminência dos índices destes municípios sede e de ação direta, frente aos demais, o que aumenta a responsabilidade formativa da UNESPAR na busca pela eliminação das diferenças entre os municípios mais empobrecidos e os que possuem maior renda e por consequência índices melhores, principalmente quanto ao quesito educação, que é o que possui no geral os piores índices e maiores diferenças. No Estado do Paraná que conta com diferenças claras entre os três municípios de IHD baixo no quesito educação é que o trabalho deve ser mais intenso por parte do curso, que deve ter por finalidade a construção de um sentido regional e uma memória histórica temporalmente orientada para o exercício da prática pedagógica em sua licenciatura e nas escolas em que os egressos irão atuar.

4.3. OBJETIVO GERAL

De modo amplo os principais espaços de trabalho do profissional de História continuam sendo as escolas da rede pública e particular de ensino. Portanto, podemos afirmar que um percentual significativo dos egressos irá atuar na rede pública e privada de ensino, de onde muitos deles são oriundos. Eis que este é o objetivo geral e central de nosso curso: formar licenciados em História.

A partir do objetivo geral expresso acima, podemos definir também, a partir das Diretrizes Curriculares dos cursos de História (Parecer CNE/CES nº 492/2001), as seguintes competências e habilidades gerais do licenciado em História:

- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e análise das relações sócio-históricas.

- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias, assim como suas interrelações.
- Dominar os conteúdos básicos que são objetos de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio.
- Dominar os métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

Entretanto, atualmente já existem profissionais trabalhando em arquivos históricos municipais, atuando e organizando museus locais e participando de atividades de pesquisa sobre o patrimônio histórico da região. Ou seja, aproveitando as possibilidades postas no atual contexto graduados em história tem sido chamados para atuar como colaboradores de museus, institutos de pesquisa e serviços de Patrimônio e Estatística; como autores de livros didáticos; como organizadores de arquivos e bancos de dados formatados para as novas tecnologias e linguagens; como assessores políticos ou culturais, enfim, áreas que atestam a associação entre pesquisa e ensino.

Além disso, o Curso objetiva propiciar uma boa base para quem deseja continuar seus estudos em nível de pós-graduação e seguir carreira universitária. Portanto, ao lado da feição pedagógica da profissão de historiador-educador, temos insistido na ideia de que a formação extrapola o âmbito da sala de aula e aponta para um maior acesso aos bens culturais e às artes. Ou seja, acreditamos que nossa perspectiva de formação dos acadêmicos formados no curso de História da UNESPAR contempla o contido nos Projetos Referenciais Nacionais dos Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES nº 492/2001), nas Bases Nacionais Comuns Curriculares– Licenciaturas e Bacharelado e na Resolução nº 02/CNE/CP/2019, que indica a necessidade de que a formação do professor em história seja complementada pela formação do pesquisador e do difusor de suas pesquisas por intermédio da sala de aula e outros veículos na comunidade, bem como no meio científico. Um curso que

prima pela formação de professores na modalidade de uma licenciatura tem por objetivos específicos:

4.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Quanto ao ensino:

- Proporcionar ao futuro profissional da educação da área de História uma visão de conjunto das possibilidades de trabalho e sua inserção na sociedade.
- Habilitar profissionais capacitados para desempenharem funções no âmbito do ensino fundamental e médio tanto das escolas públicas, quanto das particulares.
- Criar condições teóricas, metodológicas e práticas, para que os licenciados em História se tornem atores efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico da escola em que estão inseridos.
- Oferecer subsídios aos licenciados em história no sentido da elaboração de planejamentos curriculares, de forma participativa, contemplando os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, capazes de formar o educando para o exercício profissional.
- Promover ações didático-pedagógicas de caráter transdisciplinar no processo de formação do professor de História.
- Capacitar no âmbito dos conhecimentos técnicos disciplinares, para a execução do ensino de saberes histórico-críticos.
- Garantir que o processo de ensino-aprendizagem integre as atividades desenvolvidas entre a Universidade, as escolas e a comunidade.
- Possibilitar a utilização dos saberes e sua integração teórico-prática no espaço de trabalho da educação, considerando a possibilidade da

44

transdisciplinaridade.

Quanto à pesquisa:

- Desenvolver atividades de pesquisa de campo, em bases de dados informacionais e fundos de arquivo para dar maior suporte ao aluno.
- Fornecer aos acadêmicos sólido embasamento teórico historiográfico que possibilite a operacionalização da ação de pesquisa e se traduza em propostas educativas de forma correta e eficaz.

Quanto à extensão:

- Ampliar e estimular a inserção institucional dos docentes e discentes com a comunidade científica regional e nacional ao mesmo tempo em que fornece à comunidade em que se insere suporte para a compreensão histórica e identitária plural por meio de ações que forneçam sentido de orientação temporal aos agentes da sociedade do vale do Iguaçu.
- Qualificar profissionais com a formação teórico-metodológica necessária à execução de projetos sociais que levem em conta uma expressão ampla de identidades e memórias que incluem aí a regionalidade, bem como consciência histórico-crítica amadurecida sobre os elementos de pertencimentos locais e mais amplos.

Desempenho de projetos que interajam com saberes e práticas das comunidades envolvidas, colem dados e troquem experiências com intuito de investigação, problematização e solução de demandas dos sujeitos da comunidade envolvidas e incentivo às práticas que realimentam a pesquisa e o ensino.

5. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

A metodologia e a avaliação constituem etapas essenciais do processo de ensino e aprendizagem. Nesta seção serão apresentadas as diretrizes que orientam as

perspectivas metodológicas e de avaliação do Curso de História do *Campus* de União da Vitória. Contém inicialmente alguns pressupostos, as metodologias de ensino em si, para por fim dedicar um tópico para cada um dos aspectos ensino, pesquisa e extensão.

5.1. METODOLOGIA

Pressupostos orientadores da metodologia de atuação

O princípio da indissociabilidade universitária entre ensino, pesquisa e extensão, é um dos imperativos da Constituição brasileira de 1988. De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da universidade brasileira e não pode ser compartimentado. Tendo em vista tal especificidade o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior que, do contrário, violariam o preceito legal. Nesse sentido concordamos com o que aponta Bruno Pucci¹⁵ que a expressão “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” não deve ser considerada como uma fraseologia de efeito, mas deve ser um instrumento na direção da construção de uma universidade de um bom nível acadêmico, pública, autônoma, democrática, que efetivamente propicie a inclusão da maioria de acordo com suas necessidades concretas.

Para Maria das Graças Silva¹⁶ as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da

¹⁵ PUCI, Bruno. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**. Impulso: Piracicaba, 1991. p.33-42

¹⁶ SILVA, Maria das Graças. **Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária?** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais... Caxambu: ANPED, 2000.

universidade ao longo da história. Por sua vez, Ivetti Magnani¹⁷ indica que nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais¹⁸. Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

Logo, a indissociabilidade pode ser entendida como um princípio orientador da universidade nascido sob o influxo dos debates que estabelecem o lugar da universidade no seio da sociedade em geral, recebendo daí, uma nítida influência daquela terceira tendência sugerida por Pereira Júnior¹⁹ – a de um conhecimento científico em diálogo permanente com as demandas sociais. Neste sentido o termo indissociabilidade remete à ideia da interligação existente entre o Ensino-Pesquisa-Extensão, refletindo “um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico”²⁰.

Pensar o fazer universitário a partir desse prisma implica o reconhecimento de que a formação do professor deve ocorrer “articulada à vivência do real, imersa na

¹⁷ MAGNANI, Ivetti. **Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. Anais... Caxambu: ANPED, 2002.

¹⁸ Op cit. SILVA, Maria das Graças. **Universidade e sociedade**. ...

¹⁹ PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. **A universidade pública e os desafios do desenvolvimento**. La Insígnia: Brasil, 13 jan. 2005.

²⁰ ANDES-SN para a Universidade Brasileira. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003. p.30.

própria realidade, fundada em uma relação dialética entre teoria e prática²¹. Por outra perspectiva, deve-se reconhecer a necessidade de os professores estarem capacitados para assumirem uma nova pedagogia: aquela que permita ser efetiva a tridimensionalidade do fazer universitário. De acordo com as orientações constantes no Plano Nacional de Graduação essa nova pedagogia traz em seu bojo o conceito de indissociabilidade o qual, se considerado como eixo na formação do graduado, evita o reducionismo de antigas práticas. Dessa forma, é inegável que a indissociabilidade constitui-se princípio orientador da qualidade da produção universitária, que favorece o diálogo entre universidade e a sociedade, bem como permite a substituição da unilateralidade pela interatividade do conhecimento²².

Esse princípio encontra-se descrito na Política Nacional de Extensão Universitária ao defini-la como um “processo que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”²³. Nesse sentido, a extensão universitária, por meio da intervenção social, além de promover benefícios à comunidade receptora, trazendo mudanças à vida das pessoas, diminuindo a distância entre a universidade e a comunidade, deve proporcionar aos estudantes a oportunidade de incluírem em sua formação do profissional a vivência de atitude cidadã, cujos conhecimentos tornam-se significativos à medida que contribuem para a superação das desigualdades sociais existentes²⁴.

Para reforçar, a LDB no artigo 43, inciso VII, estabelece como uma das finalidades da educação superior “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação

²¹ DIAS, Ana Maria Iori. **Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão**. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009 p.42.

²² SANTOS, Boaventura Sousa. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2004.

²³ FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006 p.05.

²⁴ *Idem*.

cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Para que essa capacidade da extensão de ser a articuladora das outras funções da universidade, é mister que os professores sejam afeitos à investigação. Entende-se, dessa forma, que a pesquisa é o primeiro passo para a realização de qualquer ação interventora, pois através dela consegue-se problematizar a realidade, definir conceitos, metodologias e recursos necessários para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos.

A extensão relacionada com a pesquisa, permite ao acadêmico diagnosticar um leque de questões para as quais poderá buscar soluções no retorno à sala de aula. As discussões teóricas empreendidas pelo ensino darão o aporte necessário à formação de conhecimentos, assumindo a perspectiva de ensino com “um novo diálogo interdisciplinar, uma organização curricular que acolha, ao eixo científico básico que informa a área de conhecimento relacionada à atuação profissional, a contribuição de ciências conexas”²⁵.

Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Metodologias de ensino

Observando o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, cursos de Licenciatura de Graduação Plena, instituídos pela Resolução CNE/CP nº 02/2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e que institui a Base Nacional Comum para a

²⁵ FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO ... **Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção**. [Rio de Janeiro], 1999.

formação inicial de professores (BNC-Formação), o Plano Pedagógico de História da UNESPAR- *Campus* de União da Vitória, define aqui os princípios norteadores de sua organização curricular.

Como parte estruturante dos princípios norteadores de sua organização curricular o curso de História visa efetiva aprendizagem do estudante executando a totalidade das cargas horárias previstas em seus componentes curriculares com seus conteúdos referentes, quando distribui a disciplina de História do Brasil ao longo de seu período formativo de 04 anos entendendo que este conjunto de conhecimentos deve ser amplamente consolidado como forma de afirmação de identidades e de reconhecimento de sua própria sociedade. De forma equivalente, quando se realiza a mesma distribuição para os conteúdos de História do Paraná em 02 dois anos visando identificações plenas e de reinvestimento e significações culturais entre sujeitos e objetos de estudo viabilizando com isso o nascimento da consciência histórica. A aprendizagem nesta ordem de normatividade é entendida como um processo que reconstrói incessantemente ao longo do processo formativo seus conteúdos, formas de aprendizagem e amadurecimento da consciência histórica. De acordo com Jorn Rüsen: “A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo”²⁶. Nesse sentido, o tempo histórico é reinvestido pelo trabalho constante e permanente com a constituição dos tempos históricos na vida prática que se transformam em referenciais de autoidentidade.

As cargas horária previstas para o cumprimento das Práticas Pedagógicas encontram-se distribuídas ao longo das disciplinas que compõe a estrutura curricular e se referem ao exercício de atividades de enriquecimento cultural que se constitui em uma preocupação da Coordenação do Curso para elaboração de metas de atuação, que pode promover conferências de encerramento de curso, editais de

²⁶ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 p.59.

concursos artísticos e estéticos, viagens de pesquisa de campo que envolvam o curso como um todo, convênios de atuação entre colegiado e poderes públicos para atuação em museus, centros culturais e casas de memória.

Tais atividades devem estar ancoradas em dinâmicas de aprendizado que advém dos saberes de seu núcleo básico de maneira ampla e estão previstas como mínimo de 05 horas anuais de efetivação, mas que via-de-regra as horas que ultrapassem este pequeno número se situam como acréscimo às cargas horárias previstas para cada componente curricular. Por exemplo: viagens de campo que agreguem vários destinos e saberes de forma a serem aproveitados por pelo menos três componentes curriculares ou concursos artísticos que abordem os saberes gerais que articulados ao objeto do concurso sirvam a comunidade acadêmica ou a sociedade.

De forma a vencer a carga horária mais ampla prevista para esta natureza de atividades individualmente os professores se envolvem ou propõe projetos que prevêm uma carga efetiva de acordo com o disponível para suas componentes curriculares mas que podem ultrapassar esta, que tanto podem atingir objetivos culturais, quanto para o aprimoramento das práticas investigativas, na medida em que propõe em nível de Colegiado inserções dos acadêmicos sob sua responsabilidade editais, projetos de fundos que contemplem as áreas dos componentes curriculares a que estão atribuídos de maneira específica. Por exemplo: viagens de pesquisa a fontes documentais, ligados aos componentes curriculares História do Brasil ou Paraná, elaboração de sites de publicização de fontes documentais referentes aos componentes curriculares de História Antiga ou Medieval ou projetos de ordem pedagógica que se instrumentalizam aos componentes curriculares de Didática da História, Metodologia e Prática do ensino de História e outras.

Sobre as ações desenvolvidas com as comunidades escolares regionais, cabe ainda ressaltar o lugar do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), que

desde 2007 como uma iniciativa de aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior, IES em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. No Campus da UNESPAR, de União da Vitória com a especificidade de atender cursos de licenciaturas o Projeto Institucional do PIBID contempla a todas as áreas do conhecimento, por meio dos cursos da instituição: Ciências Biológicas, Filosofia, Geografia, História, Letras Português, Espanhol e Inglês, Matemática, Pedagogia e Química. As atividades do Programa são organizadas em grupos de estudos semanais e atividades práticas em salas de aula da Educação Básica. O Campus de União da Vitória, exclusivo em licenciaturas, colhe os frutos do PIBID, no intuito de proporcionar mecanismos de promoção e maior inserção acadêmica desde os primeiros anos de sua formação no projeto político pedagógico das escolas públicas. Destacamos que, essa formação inicial antes de qualquer assertiva, aponta influências de princípios, fundamentos e concepções educacionais contemporâneas na dinâmica formativa das universidades públicas estaduais. Nesse sentido, o PIBID proporciona aos licenciandos menor distância entre a fundamentação teórico-metodológica recebida na universidade com a prática no contexto de escolas de Educação Básica, e, com as atividades planejadas e executadas pelos bolsistas evidenciam valiosos processos de formação de professores. O Programa pelo impacto que desempenha na formação docente necessita de constante implementação e manutenção numa perspectiva coletiva, valorizando as experiências (SILVA, 2016). O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID começou a ser desenvolvido nesta Instituição em 2010, integrando o curso de licenciatura com a Educação Básica, em convênio com a CAPES. Em sua primeira versão o Colegiado de História, atendendo a lei 10.639/03, explorou as questões étnico raciais, através do projeto História da África e da cultura afro-brasileira: para além das leis, rumo à cidadania. Atuando efetivamente em mais de uma dezena de escolas, o projeto foi capaz de articular uma proposta efetivamente extensionista na medida em que dialogou com escolas, associações de

moradores, associações culturais, terreiros de Umbanda da região e outras universidades. Atualmente, e atendendo às novas exigências e configurações do Programa PIBID, e das Práticas Pedagógicas – Ppeds, o plano pedagógico do curso faculta o cumprimento de carga horária do PIBID em no máximo até 100 horas, considerando as demais dimensões formativas as quais podem interessar ao aluno ou a escolha do discente o curso autoriza a validação das 60 horas Atividades Acadêmicas Complementares – ACC apresentando comprovantes de participação no programa.

Da pesquisa:

Além dos projetos individuais, editais e propostas de curso o aprimoramento em práticas investigativas ocorre especificamente na distribuição de componentes curriculares que contemplam a demanda da pesquisa científica, como Iniciação a Pesquisa Histórica, Produção de Monografia-TCC, outros dois componentes curriculares comportam atividades investigativas que estruturam suas ementas: Educação Patrimonial e Ambiental e História Pública e História Oral: Conceitos e Práticas, no levantamento de dados patrimoniais e acervos arquivísticos, bem como na realização de entrevistas. Em todos estes casos a relação e distribuição entre carga horária formal e Práticas de Componentes Curriculares proporcionalmente é superior às demais componentes e sozinhas representam cerca de 105 horas de atuação dentre as 400 horas previstas.

A organização curricular, portanto, prevê o cumprimento das horas dos componentes curriculares segundo suas ementas, que designam a ordem das atividades suas cargas horárias e como os projetos propostos se articulam, dentro da carga horária prevista para cada componente curricular sob responsabilidade dos respectivos docentes.

As descobertas científicas dos discentes se canalizam para apresentação em eventos de pesquisa assistido pelo professor orientador, no qual o acadêmico

apresenta sua produção, após o que pode ser encaminhado para publicações em revistas indexadas.

Do ensino:

Quanto ao desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe entre o corpo docente as dinâmicas de atuação dos docentes, privilegiam a integração das turmas com propostas de trabalhos apresentados em regimes de seminário, pesquisas de campo realizadas em duplas ou pequenos grupos, dinâmicas de debates em modelos Grupo de verbalização/Grupo de Observação, na interação referente às práticas de estágio supervisionado junto às escolas, somado a isto os projetos já citados que naturalmente promovem esta coesão de equipes e trabalhos partilhados. Tais exercícios são efetivos e via-de-regra se encontram descritos nas ementas dos respectivos componentes curriculares.

O acolhimento e o trato da diversidade ocorre no curso de História na medida em que sua organização curricular estabelece a existência da disciplina de Libras, mas para além disto quando insere em suas propostas por intermédio de seus componentes curriculares a abordagem plural que tem na disciplina de Direitos Humanos, diversidade e inclusão uma janela para a visibilidade de outros sujeitos. Também se tem em conta outras culturas e sociedades no tempo e no espaço, a exemplo, estão considerados o diversos grupos indígenas que se visibilizam pela disciplina de Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena. Os componentes curriculares oriundos de seu núcleo pedagógico se orientam para os marcos de legislação dos PCN's²⁷ que travam um diálogo interno entre os demais componentes curriculares do curso que se efetivam na elaboração de um relato de atividades de ensino enfiados em Trabalho Final de Estágio Supervisionado a ser apresentado na forma de relatório de avaliação. Tal desenvolvimento das práticas de

²⁷ Op. cit. - Os PCN's de história para os 3º e 4º ciclo do ensino fundamental bem como os referentes ao ensino médio delimitam eixos transversais: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural.

estágio levados a cabo na conexão entre os saberes curriculares previstos prioriza a capacidade de aprender e ensinar dentro das especificidades de grupos e indivíduos. Compreende-se que existem eixos transversais mais correlacionados²⁸ às ciências humanas do que outros, o curso e seus professores devem formar na perspectiva de que ao efetivarem suas práticas pedagógicas os egressos devem atuar como facilitadores de conteúdo e atuações nos meios pedagógicos de suas escolas e comunidades.

Assim, atendendo o artigo Art. 10 da Resolução CNE/CP nº 02/2019 que solicita os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares o plano de eixos norteadores fica assim delimitado:

- Grupo I: 800 horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.
- Grupo II: 1.600 horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC e para o domínio pedagógico desses conteúdos.
- Grupo III: 800 horas de prática pedagógica, distribuídas da seguinte forma: 400 horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora e 400 horas para a prática dos componentes curriculares dos grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, de acordo com o PPC da instituição formadora.

Uma reformulação de matriz e novos parâmetros de cumprimento da carga horária, gerou debates entre o corpo docente de forma ampla e seu Núcleo Docente Estruturante (NDE) e em 2022 atendeu-se esta demanda, originando o documento

²⁸ Ética, orientação sexual, pluralidade cultural sendo que saúde e meio ambiente possuem mais atributos técnicos.

reformulado e que foi submetido ao Programa de Reestruturação de Cursos da UNESPAR efetivado pela PROGRAD no escopo das Pró-Reitorias da universidade.

Da extensão:

Os projetos que integram o discente às suas dinâmicas de práticas profissionais, são os projetos de perfil extensionista que foram subvencionados pelo governo do Estado do Paraná - SETI, por intermédio de seu programa Universidade Sem Fronteiras - USF. O Colegiado de História submeteu propostas e já contou com dois projetos realizados com alunos das escolas municipais e comunidades de catadores de reciclados ambos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos, porém com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de ressignificação da história e de seu papel na sociedade.

Atualmente o Colegiado conta com o projeto de extensão que está ligado ao programa de extensão “*Observatório Polonês*” e ao “*Laboratório de processamento, restauro e conservação de fontes histórica - LAFJUR*” e pretende gerar uma reflexão sobre direitos humanos e a identidade polonesa nas regiões de imigração, visando uma diminuição dos índices de violência.

O Colegiado conta com alunos bolsistas voluntários da graduação, vinculados ao projeto acima descrito, que atuam no arquivo histórico do LAFJUR, descrito posteriormente, e que intenta publicizar material de acervo à comunidade de forma ampla e acadêmica de pesquisa.

Foi cadastrado na divisão de extensão e cultura do Campus, recentemente o projeto de extensão “*Variedades em História*”, que apresenta de modo on-line na forma de curso, oficinas e rodas de conversa para a divulgação do conhecimento científico da produção de pesquisa de docentes e discentes. A oferta de cursos livres de temas em história com perfil introdutório, pautado em diversas abordagens historiográficas e enfoques plurais se mostra relevante para a formação ampla de

graduandos de vários campos das ciências humanas, bem como docentes da rede pública de ensino em vários níveis. Tal projeto se configura como uma proposta integradora entre o colegiado e seu Centro Acadêmico de História - CAHIS proponente das ações extensionistas constituintes do projeto.

A curricularização das atividades de extensão são atualmente ponto de debate constante no NDE e no formato que assumirá futuramente descrito em seu regulamento de extensão tanto, no arranjo dos ementários das novas disciplinas quanto na oferta de seminário de extensão que acolha as experiências desenvolvidas por professores e alunos no atendimento a comunidade. Anteriormente, neste mesmo documento, apontamos nossa reflexão mais detalhada para o cumprimento da curricularização da extensão.

5.2. AVALIAÇÃO

Avaliação do processo de ensino e aprendizagem discente

A aprendizagem é uma capacidade humana contínua ao longo da vida de qualquer indivíduo. A partir desta premissa, considera-se que a aprendizagem deva ocorrer ao longo dos quatro anos formativos que integram o curso de Licenciatura em História da Unespar, lotado no *campus* de União da Vitória – PR. O curso prima por instigar os futuros professores a desenvolver as competências previstas pela BNCC, a saber:

- Conhecimento
- Pensamento científico, crítico avaliativo;
- Repertório Cultural;
- Comunicação;
- Cultura digital;
- Trabalho docente e carreira acadêmica;
- Argumentação;
- Empatia e cooperação;

- Responsabilidade e cidadania.

Tais competências serão desenvolvidas ao longo do curso, durante as diversas atividades propiciadas tais como aulas expositivas, dialogadas, análise de documentos históricos a partir das concepções teóricas e metodológicas contemporâneas da ciência histórica, de projetos de extensão, de pesquisa em acervos documentais físicos e digitais, levantamento e produção de documentos históricos, produção de artigos, monografia, estágios obrigatórios e não obrigatórios, monitorias e participação em eventos científicos promovidos pelo Colegiado de História.

Neste contexto, a avaliação é parte fundamental do processo de formação de professores, seja enquanto tema a ser refletido visando a preparação para as tarefas avaliativas que exercerão nas escolas em que atuarão, seja enquanto forma de percepção da apreensão de conteúdos próprios da História e das competências necessárias ao licenciado em História.

Considerando que as atividades do curso de História são diversas, fugindo à premissa de aulas expositivas desprovidas da participação ativa dos alunos enquanto sujeitos de sua própria formação a concepção de avaliação presente no curso segue o mesmo caminho, indo além das provas bimestrais, necessárias, porém não suficientes para verificar a aprendizagem como um todo.

O método da História que abrange o trabalho com vestígios e fontes históricas, a fundamentação na historiografia, a problematização do conteúdo e sua organização estruturada em narrativas históricas é desenvolvido nas diferentes disciplinas com atividades de pesquisa, análise de fontes, resenhas e fichamentos de produções historiográficas, seminários e debates, culminando em artigos, testes escritos, comunicações em eventos científicos e práticas docentes em escolas.

Tal dinâmica confere à avaliação um caráter processual possibilitando a verificação do desempenho do acadêmico ao longo do curso pautando-se em

diferentes atividades o que permite que o mesmo demonstre suas competências diante de diferentes situações.

Todas as atividades mencionadas, além de pressupor o desenvolvimento das competências gerais, promovem o desenvolvimento através das três dimensões das ações docentes, que dão primazia ao

- Desenvolvimento profissional;
- Prática profissional;
- Engajamento profissional.

O docente em formação será continuamente avaliado no que se refere ao aprendizado promovidos pelos docentes, nas diferentes subáreas da História, demonstrando a aquisição de conhecimento sobre as ações promovidos por homens e mulheres no tempo,²⁹ mas também suas habilidades de lecionar e fazer-se compreender pelos seus futuros estudantes.

Além desses pontos mencionados, as competências específicas relacionadas a dimensão do conhecimento profissional que são:

- Dominar os objetos de conhecimento e saber ensiná-los;
- Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- Reconhecer os contextos de vida dos estudantes;
- Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

Serão cumpridas não só pelas disciplinas previstas pelo curso, que promovem ampla discussão sobre a História ocidental, do continente americano, do Brasil e do Paraná, como prevê a legislação relativa ao ensino de História e, também, as Políticas Educacionais promovidas ao longo do processo histórico brasileiro. Pontua-se ainda eu o curso prevê 400 horas de estágio obrigatório, que além de promover a

²⁹BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

aprendizagem teórica sobre a prática docente, prevê a aprendizagem prática a partir da observação, construção e ação das aulas de História no âmbito escolar, nos níveis de ensino que cumprem suas atividades de estágio, a fim de conhecer a realidade dos seus estudantes e como eles aprendem. O regime avaliativo destas práticas se encontra descrito em seções específicas deste documento bem como em regulamento em anexo. Sendo assim, as disciplinas e as práticas que compõe o rol de ementas do curso atendem ainda as disposições exigidas no que dizem respeito as competências específicas da prática e do engajamento profissional. Quanto ao quesito de trabalho docente, e carreira acadêmica o processo avaliativo que qualifica o discente é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também descrito em seção específica e regulamento próprio.

Tomando por premissa que a História enquanto ciência avança História avança a partir das revisões pautadas em novos documentos que se tornam acessíveis e podem informar melhor o historiador sobre personagens negligenciados anteriormente em um evento já conhecido, como pode informar mais sobre sujeitos também já conhecidos. A crítica a verdade absoluta serve para ampliarmos a História. Nosso conhecimento não é estático e é baseado em: novas fontes, novos métodos, novas perspectivas, novas perguntas

Sobre a função da História para a sociedade, podemos mencionar algumas. Para o professor de História, uma das funções é educar crianças jovens e adolescentes, ou seja, é algo além da simples curiosidade sobre o passado. Além disso, temos, portanto, três principais grupos de funções da história: de ampliação de conhecimento científico, política, de ajudar na construção da democracia, além da sua função útil de aplicabilidade imediata do dia a dia, entretenimento e no turismo por exemplo. É no equilíbrio dessas três funções que o professor e historiador deve exercer e defender sua atividade de criar e lecionar história ao longo do tempo, perante a sociedade. Sabendo que, ambas as atividades são permeadas pela historicidade. No que concerne a avaliação do desempenho o

Colegiado de História, procede segundo as disposições internas do regimento da UNESPAR, que consiste, na sua íntegra quanto aos tópicos:

Frequência

A frequência às aulas e demais atividades escolares em cada disciplina é obrigatória, vedado o abono de faltas, salvo os casos expressamente previstos em Lei.

Avaliação

A avaliação do rendimento escolar do (a) estudante será feita em cada disciplina em função de seu aproveitamento verificado em provas e ou trabalhos escolares. São asseguradas ao (à) docente da disciplina, na verificação do rendimento escolar, liberdade e autoridade para formular e julgar questões no âmbito de sua competência. A verificação e registro de frequência são de responsabilidade do (a) docente e seu controle será efetuado pelo Colegiado de Curso.

Segunda Chamada de prova

O(a) estudante que não comparecer às provas ou demais verificações de aprendizagens ou ao exame final terá o direito a segunda oportunidade, desde que comprove impedimento legal, ou motivo de força maior, e venha requerê-la, via protocolo, junto a Coordenação do Colegiado de Curso, no prazo de três (03) dias úteis, a contar de sua realização.

Revisão de prova

Fica assegurado ao (à) estudante o direito de requerer junto ao Colegiado de Curso revisão de provas escritas, no prazo de até três (03) dias úteis após a publicação dos resultados em Edital. O (a) docente fará revisão da prova escrita na presença do(a) estudante em dia e hora marcados pelo

docente, num prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis após o recebimento do requerimento. Se o(a) estudante não concordar com o resultado da revisão feita pelo(a) docente da disciplina, a Coordenação do Colegiado de Curso designará comissão especial (banca revisora) para efetuar a referida revisão que deverá ser feita na presença do(a) estudante.

Notas bimestrais ou semestrais

As notas bimestrais ou semestrais e de exames finais serão expressas em pontos numa graduação de zero (0,0) a dez (10,00), permitida a fração de décimos. A média final de aproveitamento do(a) estudante no curso de regime seriado é o resultado da média aritmética dos pontos obtidos nos quatro bimestres cursados ou nos dois semestres e no curso de regime semestral é a média aritmética dos pontos obtidos nos dois bimestres cursados. Será aprovado(a) na disciplina o(a) estudante que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares

Fórmula para obter média final:

4 bimestres (média 1º B + média 2º b + média 3º b + média 4º b ÷ 4 = média final)

2 semestres (média 1º S + média 2º S ÷ 2 = média final)

Exame Final

Presta exame final na disciplina o(a) estudante que tem média final igual ou superior a quatro vírgula zero (4,0) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) devendo obter a média aritmética de seis vírgula zero (6,0) com a nota do exame.

A média mínima exigida para aprovação em exame final, será seis vírgula zero (6,0) da média aritmética entre a nota desse exame e a média das notas bimestrais.

Fórmula para aprovação em exame final (média final + média obtida no exame final ÷ 2 tem que ser igual ou superior a 6,0)

Será reprovado (a) em qualquer disciplina o(a) estudante que, nela, não alcançar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, independentemente da média final obtida, ou não conseguir nos bimestres escolares, as notas mínimas estabelecidas para prestação de exame final.”³⁰

Avaliação interna do curso

A Avaliação Institucional na UNESPAR é realizada por meio de Comissão Própria de Avaliação – CPA e é concebida como um processo organizado a fim de colher subsídios para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade institucional. Tem como foco os processos, fluxos, resultados e estruturas, buscando dar suporte ao processo de planejamento institucional, identificando insuficiências, apontando vantagens, subsidiando a sugestão de diretrizes e critérios para as políticas e metas da Instituição pela produção de informações para tomada de decisões.

Essa avaliação torna-se o alicerce da gestão universitária, propiciando condições de verificar a eficácia da configuração institucional adotada, qual a sua adequação aos objetivos institucionais, qual a relação entre as definições contidas, os princípios e fins da UNESPAR e a prática efetiva do cotidiano, promovendo condições para que a instituição consiga identificar suas práticas refletir sobre seus

³⁰ Informações obtidas em: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>. Acesso 05 ago 2022.

limites e possibilidades, explicar suas políticas, os seus objetivos e o seu projeto para o futuro.

O colegiado de história responde a Comissão Própria de Avaliação e faz deste instrumento um parâmetro para sua avaliação interna e de desempenho docente. Entendemos que por meio da avaliação institucional aparecem indicadores que nos dão suporte para melhorar o que é necessário. Consideramos fundamental a participação dos professores, alunos e de todas as pessoas envolvidas e interessadas na educação com o propósito de promover o aperfeiçoamento intelectual e o preparo profissional no âmbito do órgão Colegiado.

Avaliação Externa do Curso

O compromisso com a qualidade do curso e a seriedade com que são recebidos os resultados dessas avaliações tem proporcionado ao curso atingir um maior índice de qualidade e eficiência.

O ENADE que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é um dos parâmetros de avaliação externa do curso quando realiza seus exames em regime trienal. De modo comparativo os resultados do exame no curso mostram de maneira consistente a cada ciclo avaliativo a manutenção de um IDD na faixa de conceito 4 pela sua média.

O ENADE verificou em 2008 o desempenho dos estudantes do curso de História da FAFIUV, incluindo grupos de estudantes ingressantes (23 alunos responderam a prova) e concluintes (17 alunos responderam a prova), selecionados por amostragem. Apresentamos a seguir os resultados obtidos nestas avaliações. O conceito do curso que depende do desempenho dos estudantes concluintes no componente específico (75% da nota) e na formação geral (25% da nota) foi 4. O indicador de diferença do desempenho observado e esperado – IDD foi 5 revelando que o curso está acima da média do que é esperado dele considerando o perfil de seus estudantes.

Sobre o desempenho dos estudantes, no ano de 2008 a nota média dos concluintes e ingressantes em formação geral foi maior na instituição do que no Brasil. Os primeiros atingiram 60,8 enquanto no Brasil a nota foi 46,9 e os segundos 56,0 de média na instituição, sendo 46,1 a média brasileira.

Novamente para 2008 no componente específico a média da instituição dos concluintes e ingressantes foi também maior que a média no Brasil. Na instituição foi de 52,1 para os primeiros, enquanto no Brasil foi de 35,4 e em relação aos ingressantes, na instituição a média foi de 38,4 e no Brasil 32,5.

Para o ano de 2014 foram concluintes (17 alunos responderam a prova), selecionados por amostragem. Apresentamos a seguir os resultados obtidos nesta avaliação em que o CPC ficou na casa dos 3,6 qualificando o curso com uma nota 04 em função do IDD.

Sobre o desempenho dos estudantes de história no ano de 2014, a nota média dos concluintes em formação geral foi maior na instituição do que no Brasil, atingiram 66,4 enquanto no Brasil a nota foi 58,3. No componente específico a média da instituição dos concluintes foi também maior que a média no Brasil, a instituição foi de 55,1 enquanto no Brasil foi de 35,6. Tais resultados confirmam a manutenção por três ENADES consecutivos de uma posição do curso de história do Campus de União da Vitória como o primeiro curso do Estado do Paraná e entre os quinze melhores cursos de história do Brasil todo.

Por fim, no último ciclo avaliativo, no ano de 2017 o curso teve 16 concluintes e foi registrado pelo INEP o IDD contínuo do curso de 4,5191, indicando uma melhora e a saída do curso da faixa de conceito 04 o que qualifica na faixa de IDD 5. No ano de 2020 em razão da pandemia covid-19, o ENADE foi suspenso e os estudantes não realizaram o exame.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

Ao longo de muitos anos a História enquanto área de conhecimento tem ocupado várias dimensões, e muitas foram às teorias que a colocaram entre o seu reconhecimento, como conhecimento que faz entender a vida e, por outro lado, o status de ciência. Nesse sentido, o profissional de História deve ser capaz de trabalhar com o ofício de professor, carregando a inquietação do investigador para a sala de aula. Estes dois vieses trouxeram para o âmbito da discussão teórica da sua abrangência uma problemática que se dá como elemento norteador da sua prática e conseqüentemente de sua existência enquanto meio de ensino e pesquisa. O que por sua vez exerce categorização sobre o perfil profissional do egresso no sentido de não dissociar o professor do pesquisador, em uma relação dialética que se estabelece no âmbito dos recortes epistemológicos feitos pelo professor no instante em que se utiliza de seus instrumentais de trabalho, da teoria escolhida, do campo pedagógico estruturante e, por conseguinte da pesquisa que norteia sua atuação docente.

Segundo Paulo Freire, um professor que valha este nome jamais abdica de sua curiosidade intelectual. Afinal, é ela que permite a ele orientar pelas fronteiras do mundo conhecido, testando limites e possibilidades, contemplando o ciclo de sua ética profissional quando, "comunicando a novidade" a seus alunos, insere-os neste processo dinâmico de busca e, sobretudo, construção do conhecimento. Ser professor é, assim, ser pesquisador.³¹ Conforme o BNCC: "O exercício do "fazer história", de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um "Outro", às vezes semelhante, muitas vezes diferente" (BNCC, 397).

A defesa de formação de um professor pesquisador efetuada por este documento se pauta na esteira de uma reflexão amadurecida sobre o papel de

³¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Licenciados em História que não só sabem como é produzido seu conhecimento básico porque o desempenharam durante sua graduação, como também se questionam se a validade deste conhecimento conquistado, via pesquisa se operacionaliza no exercício pedagógico de sua função maior. Levando em consideração como condição conceber a atuação pedagógica, sob a prática reflexiva e não meramente uma atividade técnica, se faz necessário que o docente se aproprie de saberes que adquirem processos reflexivos com o coletivo dos profissionais e em contínuo diálogo com as teorias de maneira indispensável, levando em consideração que a experiência por si só não é formadora. Neste sentido, o curso de História da UNESPAR do campus União da Vitória percebe a importância da formação de um professor crítico, reflexivo/pesquisador, ou seja, a formação de um profissional capaz de analisar sua própria prática e através desta estar preparado para contribuir com a formação continuada de pessoas capazes de pensar, formar para o pensamento e não simplesmente para a recepção de informações.

Assim o licenciado depois de concluído o processo formativo total, deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de ensino e pesquisa em história em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. A partir da formulação do PPC estabelecido para o Curso de História, é possível estabelecer a formação pretendida para a atividade profissional, fundamentada na vinculação entre ensino e pesquisa, para estabelecer um perfil concreto da carreira dos egressos capazes de dominar os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento.

Para que essa formação profissional seja satisfatória, o curso deve levar em conta as necessidades do mercado de atuação de âmbito regional e as demandas que exigem a presença do professor de História em escolas, outras Universidades, Museus, Arquivos, Institutos e afins. Outra frente das demandas pelo profissional da História vai ao sentido da participação em assessorias na produção de cartilhas

pedagógicas, textos históricos, documentários e produtos audiovisuais em que o passado ganha representação e necessita de uma abordagem pedagógica em sua apresentação aos mais variados públicos como se verá no tópico do campo de atuação profissional. Espera-se, desta forma, que o profissional Licenciado em História saiba formular questões críticas relativas à atuação pedagógica do educador. Assim, quer-se que o egresso, tendo completado o tempo de graduação e sido aprovado na forma curricular, desenvolva as seguintes competências, em conformidade com a Base Nacional Comum para a formação inicial (Resolução no 2, de 20 de dezembro de 2019):

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES
1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento

ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Competências específicas		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	2. PRÁTICA PROFISSIONAL	3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem.	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender
1.3 Reconhecer os contextos.	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.

1. Dimensão do conhecimento profissional

Competências Específicas	Habilidades
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.
	1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.
	1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência (História) estabelecidos na BNCC e no currículo.
	1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.
	1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares.
	1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.
	1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.
	1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.

	1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.
	1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.
	1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.
	1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.
1.3 Reconhecer os contextos	1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.
	1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.
	1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.
	1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.
	1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.
	1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.

2. Dimensão da prática profissional

Competências Específicas	Habilidades
2.1 Planejar ações de	2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência,

ensino que resultem em efetivas aprendizagens	das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.
	2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.
	2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático-pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).
	2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes
	2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.
	2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.
	2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os estudantes.

3.DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL

Competências Específicas	Habilidades
3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional	3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.
	3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e

	educação integral dos estudantes.
	3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.
	3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.
	3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.
3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender	3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.
	3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
	3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.
	3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.
	3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.
3.3 Participar do Projeto	3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser

Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos	dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.
	3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.
	3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.
	3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.
3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade	3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.
	3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.
	3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.
	3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.
	3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.

A partir do desenvolvimento dessas competências da formação complementar e interdisciplinar previstas neste PPC, o licenciado estará capacitado para atuar em diferentes setores da sociedade agindo de forma a buscar suprimir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento. A partir da formulação do PPC estabelecido para o Curso de História da UNESPAR campus

União da Vitória, os profissionais formados pelos cursos de licenciatura em História estarão aptos para exercer o ofício de professor de História para o Ensino Básico e Fundamental.

7. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura dos núcleos de formação são elaborados de acordo com as diretrizes curriculares do curso de História e as legislações complementares. Os estágios, TCC e ACC não seguem o padrão das aulas.

7.1. CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM COMPONENTES CURRICULARES			
NÚCLEO DE FORMAÇÃO	TIPO ³²	COMPONENTES CURRICULARES	C/H ³³
Grupo I - compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.	DIS	Políticas Educacionais	60
	DIS	Psicologia da Educação	60
	DIS	Didática da História	75
	DIS	Educação Patrimonial e Ambiental	90
	DIS	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena	75
	DIS	História Oral	60
	DIS	Direitos humanos, Diversidade e inclusão	75
	DIS	Linguagens e tecnologias no Ensino e História	60
	DIS	Libras	60

³² Tipo do componente curricular: Dis - Disciplina, AAC - Atividade Acadêmica Complementar, Est – Estágio, TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

³³ Incluí do Grupo III - b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História I	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História II	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História III	60
	DIS	Metodologia e Prática do Ensino de História IV	60
SUB-TOTAL			855
Grupo II – compreende a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.	DIS	Teoria da História I	60
	DIS	Teoria da História II	60
	DIS	Teoria da História III	60
	DIS	Teoria da História IV	60
	DIS	Introdução a pesquisa histórica- IPH I	60
	DIS	Introdução a pesquisa histórica- IPH II	30
	DIS	História do Brasil Colonial I	60
	DIS	História do Brasil Colonial II	60
	DIS	História do Brasil Imperial I	60
	DIS	História do Brasil Imperial II	60

DIS	História do Brasil Republicano I	60
DIS	História do Brasil Republicano II	60
DIS	História Antiga I	60
DIS	História Antiga II	60
DIS	História Medieval I	60
DIS	História Medieval II	60
DIS	História Moderna I	60
DIS	História Moderna II	60
DIS	História Contemporânea I	60
DIS	História Contemporânea II	60
DIS	História da América I	60
DIS	História da América II	60
DIS	História da África	60
DIS	História do Paraná I	60
DIS	História do Paraná II	60

	DIS	Optativa (01)	60
	DIS	Optativa (02)	60
	DIS	Optativa (03)	60
	DIS	Optativa (04)	60
	DIS	Universidade e Sociedade I	75
	DIS	Universidade e Sociedade II	75
	AAC	Atividades Acadêmicas Complementares	60
	TCC	Produção de monografia	60
SUB-TOTAL			1980
Grupo III: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora.	EST	Estágio Curricular Supervisionado I	200
	EST	Estágio Curricular Supervisionado II	200
SUB-TOTAL			400
TOTAL GERAL			3.235

0

7.2 DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO EM ATIVIDADES E COMPONENTES CURRICULARES AO LONGO DO CURSO - MATRIZ CURRICULAR

Seguem abaixo as distribuições dos componentes curriculares por série e suas cargas horárias discriminadas conforme os parâmetros da legislação vigente.

7.2.1 Primeira série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA				
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	TOTAL
1º Semestre							
DIS	Didática da História ³⁴	Presencial	50	05		20	75

³⁴ Disciplina com 20 (vinte) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto Integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento

DIS	Educação Patrimonial e Ambiental- EPA ³⁵	Presencial	50			40	90
DIS	História do Brasil Colônia I	Presencial	50	10			60
DIS	Psicologia da Educação	Presencial	50	10			60
DIS	História Antiga I	Presencial	50	10			60
2º semestre							
DIS	História Antiga II	Presencial	50	10			60
DIS	Políticas Educacionais	Presencial	50	10			60
DIS	Optativa I	Presencial	50	10			60
DIS	Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena ³⁶	Presencial	50	05		20	75
DIS	História do Brasil Colônia II	Presencial	55	05			60
DIS	Universidade e Sociedade	Programada				75	75

³⁵ Disciplina com 40 (quarenta) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto Integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do *campus* conforme consta em regulamento.

³⁶ Disciplina com 20 (vinte) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto Integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do *campus* conforme consta em regulamento.

CARGA HORÁRIA ANUAL	525 ³⁷	75		135	735
---------------------	-------------------	----	--	-----	-----

7.2.2 Segunda série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA				
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	TOTAL
1º Semestre							
DIS	Teoria da História I	Presencial	60	00			60
DIS	Libras	Presencial	60	00			60
DIS	História da África	Presencial	50	10			60
DIS	História Medieval I	Presencial	50	10			60
DIS	História Oral	Presencial	50	10			60
DIS	Linguagens e tecnologias no ensino de história	EAD total	60	00			60
2º Semestre							

³⁷ A somatória total da carga teórica da primeira série, comporta 20 horas referente a ACEC I.

DIS	História Medieval II	Presencial	50	10			60
DIS	História do Brasil Imperial I	Presencial	50	10			60
DIS	Teoria da História II	Presencial	60	00			60
DIS	Direitos humanos, Diversidade e inclusão ³⁸	Presencial	50	05		20	75
DIS	Optativa II	Presencial	50	10			60
DIS	Universidade e Sociedade	Programada				75	75
CARGA HORÁRIA ANUAL			600³⁹	65		85	750

7.2.3 Terceira série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA					
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	TEÓRICA	PPed	PPedem	ACEC	ESTÁGIO	TOTAL

³⁸ Disciplina com 20 (vinte) horas de atividade prática que deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, e previstas no Projeto Integrador de Extensão em História da UNESPAR com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus conforme consta em regulamento.

³⁹ A somatória total da carga teórica da primeira série comporta 10 horas referentes à ACEC I

				ACEC			
1º Semestre							
DIS	Teoria da História III	Presencial	60	00			60
DIS	História Moderna I	Presencial	50	10			60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH I	Presencial	50	10			60
DIS	História América I	Presencial	50	10			60
DIS	Iniciação à Pesquisa Histórica-IPH	Presencial	40	20			60
2º Semestre							
DIS	História do Brasil Imperial II	Presencial	50	10			60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH II	Presencial	50	10			60
DIS	História do Brasil Republicano I	Presencial	50	10			60
DIS	História do Paraná I	EAD total	60				60
DIS	Optativa III	Presencial	50	10			60
Est	Estágio Supervisionado I ⁴⁰	Presencial	-		35		200

⁴⁰ As atividades do “Estágio curricular supervisionado I” (200h) estão vinculadas à disciplina “Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH” Dentre as 200 (duzentas) horas destinadas às atividades de estágio, 35 (trinta e cinco) horas deverão ser realizadas no formato de ação extensionista,

	Iniciação à Pesquisa Histórica-IPH	Programada		30				30
CARGA HORÁRIA ANUAL			510	120	35		165	830

7.2.4 Quarta série

COMPONENTE CURRICULAR			CARGA HORÁRIA					
TIPO	DESCRIÇÃO	OFERTA	TEÓRICA	PPed	PPedem ACEC	ACEC	ESTÁGIO	TOTAL
1º Semestre								
DIS	História Contemporânea I	Presencial	50	10				60
DIS	Teoria da História IV	Presencial	60	00				60
DIS	História do Paraná II	Presencial	50	10				60
DIS	História Moderna II	Presencial	50	10				60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História – MPEH III	Presencial	50	10				60
2º Semestre								

correspondentes à ACEC II, previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR, com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus, e em conformidade com o Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de História.

DIS	História Contemporânea II	Presencial	50	10				60
DIS	História América II	EAD total	60	00				60
DIS	História do Brasil Republicano II	Presencial	50	10				60
DIS	Optativa	Presencial	50	10				60
DIS	Metodologia e Prática do Ensino da História – MPEH IV	Presencial	50	10				60
Est	Estágio Supervisionado ⁴¹	Presencial			40		160	200
Pped	Produção de Monografia-TCC	Programada	-	60				60
CARGA HORÁRIA ANUAL			520	140	40		160	860

⁴¹ As atividades do “Estágio curricular supervisionado I” (200h) estão vinculadas à disciplina “Metodologia e Prática do Ensino da História- MPEH” Dentre as 200 (duzentas) horas destinadas às atividades de estágio, 40 (quarenta) horas deverão ser realizadas no formato de ação extensionista, correspondentes à ACEC II, previstas no Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR, com o devido registro na Divisão de Extensão e Cultura do campus, e em conformidade com o Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de História.

7.2.5 Resumo da oferta

Ano / Série	CARGA HORÁRIA						
	TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	ESTÁGIO	ACC	TOTAL
Primeira série	525	75		135			735
Segunda série	600	65		85			750
Terceira série	510	120	35	0	165		830
Quarta série	520	140	40	0	160		860
Atividade Acadêmica Complementar - AAC						60	60
TOTAL	2155	400	75	220	325	60	3.235

Carga Horária Total (CHT) Curso de História / UNESPAR União da Vitória	
Atividades Curriculares	CHT
Componentes Curriculares	2390
Estágio Curricular Supervisionado	400
Produção de Monografia -TCC	60
Atividades Acadêmicas Complementares - AAC	60
Extensão curricular	325*

Total do curso	3.235
----------------	-------

*A carga horária de extensão, de acordo com a legislação, não é acrescida à carga horária total do curso, mas permeia atividades regulares do curso de modo curricularizado

8 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

O conjunto das disciplinas ofertadas no Curso de História são fruto de análise da documentação legal que regulamenta a formação de professores, as diretrizes curriculares para o ensino superior, a literatura científica, a prática cotidiana dos docentes, a percepção dos discentes e egressos; e o currículo oficial está dividido em obrigatórias, optativas, eletivas e extracurriculares, conforme apresentado nas subseções a seguir.

8.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

As disciplinas obrigatórias estão apresentadas nos quadros a seguir, indicando o nome, e as cargas horárias para Atividade Prática como Componente Curricular (APCC) e conteúdos teóricos, totalizando a oferta da disciplina em horas. A contextualização da curricularização da extensão será tratada em seção própria no corpo deste documento.

DISCIPLINA		Didática da História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	05		20		75
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Aspectos históricos, pedagógicos e legais do ensino no Brasil, suas dimensões estruturais e implicações para o ensino da disciplina de História. Parâmetros conceituais da formação da consciência histórica com implicações para o ensino e as abordagens que dialogam com as diversas correntes historiográficas. Atenção à ideia de aprendizagem histórica e desenvolvimento do pensamento histórico de estudantes. A disciplina prevê o desenvolvimento de atividades de extensão

Código das habilidades BNCC: (EF01HI04) (EF01HI08)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. A crise na Educação. IN ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

CERRI, Luis Fernando (org.). *Ensino de História e Educação*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

GADOTTI, M. *Concepção Dialética da Educação – um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2000.

BARCA, I. **Educação e consciência histórica na era da globalização**. Braga: Universidade do Minho, 2011.

CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. A. **Educação histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: UNIJUÍ, 2011.

DISCIPLINA		Direitos humanos, Diversidade e inclusão			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	05		20		75
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Afirmção histórica dos direitos humanos. Diversidade, multiculturalismo e Inclusão. Fundamentação e inversão ideológica dos direitos humanos. Direito internacional dos direitos humanos e seus sistemas de proteção global e regional. Reconhecimento da diversidade e políticas públicas em direitos humanos. Tópicos de direitos humanos e inclusão. A disciplina prevê o desenvolvimento de atividades de extensão</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI105)(EF08HI14)(EF09HI08)(EM13CHS502)(EM13CHS503)(EM13CHS605)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. 360º História sociedade e cidadania. 2. ed. São Paulo: FTD, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil/ o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GOMES, Adriana L. Limaverde. Atendimento educacional especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007

ROCHA, Ruth; ROTH, Otavio. Declaração Universal dos Direitos Humanos. São Paulo: Círculo do Livro, s.d..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Augusto Jobim; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima; BORGES, Rosa Maria Zaia (Orgs.). Direitos humanos e terrorismo. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Editora unisinos, 2009.

FLORES, Joaquín Herrera. Teoria crítica dos direitos humanos. Direitos humanos como produtos culturais. São Paulo: Lumen juris, 2009.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Método, 2014.

DISCIPLINA		Educação Patrimonial e Ambiental			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50			40		90
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O objetivo do curso é a construção da noção de Patrimônio Histórico, através dos processos que o originam e o consolidam. Visando-se a construção do conhecimento histórico na abordagem dos estudos patrimoniais e também da memória enquanto viés de pesquisas, objetivando identificar nos registros que se faz a riqueza das experiências humanas. Ao mesmo tempo refletir os temas, natureza, ambiente e sociedade, privilegiando os estudos sobre as bases epistêmicas, conceituais, métodos e abordagens da história ambiental, bem como as transformações no imaginário Ocidental acerca do mundo natural e as</p>					

ações antrópicas. A disciplina prevê o desenvolvimento de atividades de extensão.

Código das habilidades BNCC: (EF02HI09) (EF03HI04-07) (EF04HI04) (EF05HI10) (EM13CH102)(EM13CH302-04)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio*. 2ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Lamparina, 2009

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Regina. "Tesouros humanos vivos" ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural - notas sobre a experiência francesa de distinção do "Mestre da Arte". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n ° 9.795, de 27 de abril de 1999.

COELHO, G. N.; VALVA, M. *Patrimônio Cultural Edificado*. Goiânia: UCG, 2001.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

DISCIPLINA		Estágio supervisionado I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	165	35			200
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	Estar matriculado na disciplina Métodos e Práticas do Ensino de História I
EMENTA	
<p>A disciplina visa orientar a elaboração de planos de trabalho docente, planos de aula e materiais didáticos para a prática de estágio supervisionado, bem como orientar a reflexão sobre a prática pela escrita do relatório de estágio. Desenvolvimento de atividades de Extensão. (Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente na qual as seis competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades servem ao discente como instrumentos de execução). A disciplina prevê o desenvolvimento de atividades de extensão</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BARROS, José de Assunção. História e música. In: MOTTA, Márcia Menendes; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. História & parcerias. Rio de Janeiro: Edur, 2018.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.</p> <p>BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CASSIANO, Célia Cristina. O mercado do livro didático no Brasil do século XXI. São Paulo: UNESP, 2013</p> <p>MARIETA, Maria Moraes; OLIVEIRA, Margarida dias de (Org.) Dicionário do ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019.</p> <p>PINSKY, Carla. (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008</p>	

DISCIPLINA	Estágio supervisionado II
CARGA HORÁRIA	

TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	160	40			200
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa orientar a elaboração de planos de trabalho docente, planos de aula e materiais didáticos para a prática do estágio final supervisionado, bem como orientar a reflexão sobre a prática pela escrita e apresentação do Trabalho Final de Estágio Supervisionado. Desenvolvimento de atividades de Extensão. (Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente na qual as seis competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades servem ao discente como instrumentos de execução). A disciplina prevê o desenvolvimento de atividades de extensão</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARVALHO, Rayssa Andrade. <i>A educação antirracista no Brasil: alguns apontamentos sobre mulheres negras no ensino de História</i>. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.3, n. 2, 2014.</p> <p>DELIBERAÇÃO 04/06. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>DELIBERAÇÃO 07/06. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>DELIBERAÇÃO 03/18. Conselho Estadual de Educação do Paraná.</p> <p>FARIA, Maria Alice. <i>Como usar o jornal na sala de aula</i>. São Paulo: Contexto, 2013.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>SOBANSKI, Adriane [et. al]. O uso de quadrinhos: recortes e métodos. In: _____. <i>Ensinar e aprender História: história em quadrinhos e canções: metodologia</i></p>					

ensino médio. Curitiba, Base Editorial, 2010.

SOUZA, Flávia Miguel de Souza; MARTINS, William de Souza Nunes. História e cinema: o cinema como fonte histórica. In: MOTTA, Márcia Menendes; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. História & parcerias. Rio de Janeiro: Edur, 2018.

TELLES, Helyom Viana. Um passado jogável? Simulação digital, videogames e história pública. Revista observatório, v2 n1, 2016.

VILELA, Túlio. Os quadrinhos na aula de história. In: RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro; BARBOSA, Alexandre [et. al]. Como usar as histórias em quadrinhos. São Paulo: Contexto, 2020.

DISCIPLINA		História Antiga I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A proposta desta disciplina é a leitura crítica e análise da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Oriental, evidenciando seus aspectos sociais, econômicos e políticos por meio da análise de textos e documentos do e sobre o período. O eixo de discussões evidenciará aspectos que dizem respeito, sobretudo, aos modos de experiência do tempo, da política e da religiosidade no cotidiano das sociedades em questão. A disciplina abordará também os diversos modos de leitura da Antiguidade no presente, desde os seus usos políticos até os múltiplos sentidos das interpretações historiográficas, passando pelos discursos midiáticos. Código das habilidades BNCC: (EF05HI03) (EF06HI09-13)</p>					

(EM13CHS105)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, C. F. S. *Antiguidade Oriental*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
 CARDOSO, C. F. S. *Sociedades do Antigo oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986.
 PINSKI, J. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Editora Contexto, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOUZON, E, *Ensaio Babilônicos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
 CARDOSO, C. F. S. *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora da UnB, 1994.
 FRAHM, E. (Ed.). *A companion to Assyria*. New Haven: Yale University, 2017.
 LÉVÊQUE. P. (Org.). *As primeiras civilizações (3 vols.)*. Lisboa: Edições 70, 1990.

DISCIPLINA	História Antiga II				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A proposta desta disciplina é a leitura crítica e análise da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Clássica e Tardia, evidenciando seus					

97

aspectos sociais, econômicos e políticos por meio da análise de textos e documentos do e sobre o período. O eixo de discussões evidenciará aspectos que dizem respeito, sobretudo, aos modos de experiência do tempo, da política e da religiosidade no cotidiano das sociedades em questão. A disciplina abordará também os diversos modos de leitura da Antiguidade no presente, desde os seus usos políticos até os múltiplos sentidos das interpretações historiográficas, passando pelos discursos midiáticos.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI17) (EF06HI19)(EMCHS104)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, C. F. S. *Antiguidade Oriental*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
 CARDOSO, C. F. S. *Sociedades do Antigo oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986.
 PINSKI, J. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIVERANI, M. *Antigo Oriente: história, sociedade e economia*. São Paulo: Edusp, 2016.
 REDE, M. *Família e patrimônio na antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
 SAND, S. *A invenção do povo judeu*. São Paulo: Editora Benvirá, 2011.

DISCIPLINA		História da África			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Esta disciplina prevê o estudo da História da África moderna e contemporânea (século XV até o presente), focando os processos internos e a participação africana diante da conquista e da colonização.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF03HI03)(EF05HI08)(EF07HI14-16)(EF08HI23) (EF08HI26)(EMCHS202)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MBEMBE, Achile. <i>Crítica da razão negra</i>. Lisboa: Antígona, 2014.</p> <p>VISENTINI, Paulo Fagundes. <i>História da África e dos africanos</i>. Petrópolis: Editora Vozes, 2014</p> <p>ZERBO, J. K. <i>História Geral da África</i>. São Paulo: Ática-Unesco, 1982.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>M^oBOKOLO, Elikia. <i>África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII</i>. Lisboa: Vulgata, 2003.</p> <p>HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. <i>Tradição Viva</i>. In: <i>História Geral da África: Metodologia e Pré- História da África</i>. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010.</p> <p>LOVEJOY, P. Escravidão na África. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.</p>	

DISCIPLINA	História da América I				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo da História da América e Caribe, englobando a análise e a compreensão das conjunturas sociais e econômicas dos povos pré-colombianos, os processos de exploração e povoamento, as tensões sócio-políticas entre populações americanas e os domínios espanhol, francês e anglo-saxônico.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI08) (EF08HI07-9) (EF08HI19)(EM13CHS203)(EM13CHS602)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.) <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>BARTRA, R. <i>Tributo e posse da terra na sociedade asteca</i>. In: BELLOTTO, M.L. e CORRÊA, Anna M. Martinez. <i>A América de Colonização Espanhola: Antologia de textos históricos</i>. São Paulo: Mussite, 1991.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>PORTUGAL, Ana Raquel. O ayllu andino nas crônicas quincentistas: um polígrafo na literatura brasileira do século XI. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.</p> <p>BETHEL, L. (Org.) História de América Latina. La América precolombina y la conquista. Barcelona: Editorial Crítica, Cambridge University Press, 1990. v. 1.</p> <p>_____. História de América Latina. América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, Cambridge</p>					

University Press, 1990, v. 2.

DISCIPLINA		História da América II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60	00				60
OFERTA	EAD Total				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo da História da América, englobando as lutas pela independência, as revoltas e os conflitos latino-americanos contemporâneos.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF08HI10-11) (EF08HI13) (EF08HI19) (EF08HI25) (EM13CHS203)(EM13CHS602)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>VAINFAS, Ronaldo. América 1492: encontro ou desencontro? Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993. p. 29-32.</p> <p>SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. Os modos indígenas. In: A América Latina na época colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>WACHTEL, N. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: América Latina colonial. São Paulo: Edusp, 1997.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
CHAUNU, P. História da América Latina. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 24ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

DISCIPLINA		História do Brasil Colonial I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo das características e modalidades fundamentais da colonização portuguesa na América e dos principais temas e debates da historiografia sobre a Colônia. Através do estudo de obras clássicas, trabalhos recentes e de documentos históricos, diferentes análises sobre a sociedade colonial e sobre as múltiplas experiências e práticas dos colonos serão discutidas, procurando contemplar as novas tendências, metodologias, fontes e objetos que marcaram os estudos sobre a América portuguesa nos últimos anos.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI05-06) (EF07HI03) (EF07HI11) (EF08HI12) (EF08HI14) (EM13CHS201)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ALENCASTRO, Luiz. Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila, Mezan. *Honradas e devotas: Mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimento do sudeste do Brasil 1750-1822*. Rio de Janeiro. José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

ARAUJO. Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: Violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BOXER, Charles. *A idade do ouro do Brasil. Dores e crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

DISCIPLINA		História do Brasil Colonial II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
55	05				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O curso estruturar-se-á em torno das questões de cultura e sociedade, adentrando nas questões de religiosidade, gênero, educação, saberes e técnicas na América Portuguesa. A questão da escravidão e das mestiçagens será foco sempre presente nos debates, bem como dar-se-á ênfase aos movimentos de					

contestação e crise do sistema.

Código das habilidades BNCC: (EF07HI12) (EF07HI16) (EF08HI14) (EM13CHS401)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Emanuel. Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 83-187.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia). 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

MONTEIRO, John. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57-98.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Karita de Fátima. Os inconfidentes nas Minas Gerais: uma relação entre a geografia e a literatura setecentista de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Avarenga Peixoto. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de História, vol. 18, n. 36, 1998.

BOXER, Charles. "Pureza de sangue" e "raças infectas". In: O Império Colonial Português (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1981, p. 242-262.

DISCIPLINA		História do Brasil Imperial I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

As posturas teórico-interpretativas da formação imperial brasileira. A sociedade brasileira e os interesses contraditórios na formação do Estado Nacional diante das especificidades da "Independência" do Brasil. O Primeiro reinado e o período regencial. Além das relações da economia, Estado, sociedade e cultura ao longo do século XIX: mudanças e permanências.

Código das habilidades BNCC: (EF08HI15-17) (EF08HI20-22) (EM13CHS204) (EM13CHS603)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALONSO, Ângela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
BERBEL, Márcia, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010.
CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Elciene, Orfeu da Carapinha. A Trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1999.
BANDEIRA, Luiz Moniz Bandeira – O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 2a. ed., Brasília, Editora da UNB, 1995.
COSTA, Wilma Peres. A espada de Dâmocles. O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

DISCIPLINA	História do Brasil Imperial II				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Discussão aprofundada sobre o segundo reinado, a transição da sociedade escravista para a capitalista e do estado monárquico para o republicano. Além de temas pontuais da experiência imperial brasileira: nação, cidadania, escravidão e tráfico de escravos, economia, cultura, abolição, etc.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF08HI15-18) (EF08HI20-22) (EF08HI24) (EM13CHS204) (EM13CHS603)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011. HORNE, Gerald. O Sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho Franco – Homens livres na ordem escravocrata. 3ª. ed., SP, Kairós, 1983. GOMES, F.S. e REIS, J.J., (orgs.), Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1996. MACHADO, M. H. P. T. O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição. S. Paulo/R. de Janeiro: Edusp/Ed. UFRJ, 1994.</p>					

DISCIPLINA	História do Brasil Republicano I
-------------------	---

CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Discussão sobre a história política e social do Brasil no período da dissolução do modelo político Imperial enfatizando instauração do regime Republicano até o final da era Vargas. Problemas da Historiografia brasileira sobre a Primeira República. Investigação sobre a participação popular e seus impasses com o advento do capitalismo industrial e as transformações econômico-sociais na estrutura da sociedade, tudo permeado por uma discussão sobre a vida cultural.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI01-06) (EM13CHS205) (EM13CHS303-4) (EM13CHS403) (EM13CHS504) (EMCHS606)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARVALHO, J. M. <i>A formação das almas: o imaginário da república no Brasil</i>. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.</p> <p>_____. <i>Os bestializados. Rio de Janeiro e a República que não foi</i>. São Paulo: Cia das Letras, 1987.</p> <p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CARONE, Edgar. <i>A República Velha. Instituições e classes sociais.(1889-1930)</i>. Rio de Janeiro: Difel, 1978.</p>					

LEMOS, Renato. *A alternativa republicana e o fim da monarquia*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol III

MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

DISCIPLINA		História do Brasil Republicano II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Discussão sobre a história política e social do Brasil no período republicano, no período entre a redemocratização após o Estado Novo até os eventos contemporâneos do início do século XXI. Problemas da Historiografia brasileira sobre a República. Investigação sobre a ampliação e retrocessos da participação popular na vida política com restrições da cidadania e os processos de modernização dos regimes autoritários e neoliberais. As transformações econômico-sociais na estrutura da sociedade, sob regimes democráticos. Ampla discussão sobre a vida cultural na contemporaneidade.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI07-09) (EF09HI17-27)(EM13CHS205)(EM13CHS303-4)(EM13CHS403)(EM13CHS504)(EMCHS606)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

CAPELATO, Maria Helena. *Os Aautos do Liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 258p.

FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986. 218 p

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 365 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 709

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Angela de Castro. *Olhando para dentro. 1930-1964*. São Paulo: Fundacion MAPFRE/Objetiva, 2013.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GUISONI, Divo. *O livro negro da ditadura*. Org. São Paulo: Ed Anita, 2014 p 93-166 caps 12 a 21.

DISCIPLINA		História do Paraná I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60	00				60
OFERTA	EAD Total				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo da sociedade paranaense da formação as instituições entre: propriedade, trabalho e ideologia, através da análise documental e das diferentes abordagens					

historiográficas.

Código das habilidades BNCC: (EF03HI09-12) (EM13CHS106)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVE-LALLEMANT, Robert. 1858, *Viagem pelo Paraná*. Curitiba: fundação Cultural, 1995.

CAMPIGOTO, José Adilçom; SOCHODOLAK, Hélio. *Estudos em história cultural na região sul do Paraná*. Guarapuava-Pr: UNICENTRO, 2008.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Hucitec, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDREAZZA, Maria Luiza. Imigrantes insurgentes: a experiência dos escravos de Antônio Olinto. In: *Paraná Insurgente: histórias e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. O Breno dos Curitibanos. A participação do Barão de Antonina na separação da Comarca de Curitiba (1842-1853). In: COSTA, Hilton. *O Paraná pelo caminho – Justiça*. Curitiba: Máquina de Escrever, 2017.

_____. Mulas em movimento: o mercado interno brasileiro e o negócio de tropas, primeira metade do século XIX. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 207-230, dez. 2016.

CHAGAS, Nádia M.; MOTA, Lúcio Tadeu. *História do Paraná: pré-história, colônia e império*. Maringá: EDUEM, 2011.

DISCIPLINA		História do Paraná II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Estudo da sociedade paranaense e movimentos sociais entre: propriedade, trabalho e ideologia, através da análise documental e das diferentes abordagens historiográficas.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF03HI09-12) (EM13CHS106)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CARNEIRO, David. O Paraná e a revolução federalista. 2 ed. Curitiba-PR: Secretaria da Cultura e do Esporte, 1982.</p> <p>MACHADO. Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas. (1912-1916), Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004.</p> <p>WEHLING, Arno; ZEFERINO, Augusto César. 100 anos do contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>AURAS, M. Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis. Ed. UFSC/Cortez Ed. 1984.</p> <p>BERNADET, J. C. Guerra camponesa no Contestado. São Paulo, Global. 1979.</p> <p>BRUNELO, Leandro. Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná. Dissertação Mestrado UEM, 2008.</p>	

DISCIPLINA	Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	05		20		75

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Visão global da evolução histórica da África no período moderno e contemporâneo e sua correlação com a história do Brasil. História dos povos originários do Brasil. As trocas culturais, os processos de resistência e o processo complexo de mestiçagens. A condição do negro e do indígena no Brasil desde o descobrimento. Cultura e identidade indígena e afro-brasileira no século XX. As formas integração/exclusão do negro e do indígena na sociedade brasileira. A disciplina prevê o desenvolvimento de atividades de extensão.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF04HI10) (EF06HI07) (EF07HI09) (EF07HI12) (EF09HI13-14) (EM13CHS502-4) (EM13CHS601) (EM13CHS605)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALENCASTRO, Luiz. Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala (formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal). Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1946.</p> <p>GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves E. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3ª ed. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2011.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>MOURA, Gloria. Cultura afro-brasileira nosso patrimônio. Brasília: FCP, 2012.</p> <p>MONTERO, P. Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.</p> <p>PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p>	

SAVOIA, Sandro Cavaliere. História e cultura afro-brasileira e africana. Curitiba-Pr: SEED/Pr, 2006.

DISCIPLINA		História Medieval I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina objetiva principalmente fornecer um instrumental básico necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de História Medieval, com ênfase no período denominado Alta Idade Média (séculos V-IX). Os estudos abrangerão conteúdos diversificados, métodos e técnicas de pesquisa, trabalho com documentos e desenvolvimento de análise crítica. Dividimos o enfoque do curso em três áreas principais: o Ocidente Medieval; O Império Bizantino e o Mundo Islâmico.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF06HI14-16) (EM13CHS103) (EM13CHS402)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDERSON Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>BROWN, P. "Antiguidade Tardia" in ARIES, P. & DUBY, G. (orgs.) História da Vida Privada. Vol. 1 São Paulo: Companhia das Letras, 1989.</p> <p>DUBY, G. História da vida privada: da Europa feudal à Renascença. Vol. 2. São</p>					

Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIËS, P. e DUBY, G. (org.) História da vida privada: do império romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BATISTA, J. N. História da Baixa Idade Média (1066-1453). São Paulo: Ática 1989.

BLOCH, M. Os reis taumaturgos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DUBY, G. Guerreiros e Camponeses. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DISCIPLINA		História Medieval II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina objetiva principalmente fornecer um instrumental básico necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de História Medieval, com ênfase no período denominado Baixa Idade Média (séculos X-XV). Os estudos abrangerão conteúdos diversificados, métodos e técnicas de pesquisa, trabalho com documentos e desenvolvimento de análise crítica. Dividimos o enfoque do curso em três áreas principais: o Ocidente Medieval; O Império Bizantino e o Mundo Islâmico.</p>					

Código das habilidades BNCC: (EF06HI17-19) (EM13CHS103) (EM13CHS402)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HEERS, J. *História Medieval*. Lisboa: Difel, 1986.

LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente Medieval*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

LE GOFF, J. *A civilização do Ocidente Medieval*. Vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLOCH, M. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DUBY, G. *Guerreiros e Camponeses*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Ano Mil, Ano Dois mil: na pista dos nossos medos*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

DUCELLIER, A.; KAPLAN, M.; MARTIN, B. *A Idade Média no Oriente: Bizâncio e o Islão (dos bárbaros aos Otomanos)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994

DISCIPLINA		História Contemporânea I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Panorama de estruturação e definição das condicionantes históricas da realidade contemporânea. Discussão sobre as Revoluções, o período napoleônico, a formação do Estado-nação e do nacionalismo. Transição colonialismo - imperialismo. Questionamentos acerca da I Guerra Mundial e o período conhecido como Entre-Guerras.

Código das habilidades BNCC (EF08HI01-05) (EF09HI10-15) (EF09HI28) (EF09HI31-36) (EM13CHS305) (EM13CHS604)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
CATANI, A. M. *O que é Imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
HOBSBAWN, E.J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
HOBSBAWN, E.J. *A era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTONE, M. & DE FRANCESCO, A. (Eds) *Rethinking the Atlantic World: Europe and America in the age of democratic revolutions*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.
ARENDR, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
FURET, François. *A Revolução em debate*. Bauru: EDUSC, 2001.

DISCIPLINA	História Contemporânea II				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A Segunda Guerra Mundial e o período pós-guerra: descolonização e Guerra Fria. Década de 1970 em diante: os debates sobre globalização, sociedade pós industrial e tempos pós-modernos. A perestroika e a derrubada do socialismo no Leste Europeu. Conceitos importantes, como revolução, capitalismo, fascismo, socialismo, (des)colonização, globalização. - Análise crítica sobre as dicotomias “Ocidente/Oriente”, “desenvolvimento e subdesenvolvimento”, “Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo”, “moderno/pósmoderno”, “sociedade industrial/sociedade pós-industrial” o surgimento da tensão Modernidade/ Pós-modernidade.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI28)(EF09HI31-36). (EM13CHS305)(EM13CHS404)(EM13CHS604)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>AGAMBEM, Giorgio. <i>O que resta de Auschwitz?</i> São Paulo: Boitempo, 2008. ARENDT, Hannah. <i>Origens do Totalitarismo</i>. São Paulo: Cia das Letras, 1989. BARROS, Edgard Luiz de. <i>A guerra fria</i>. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988. BLACKBURN, Robin (org). <i>Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo</i>. São Paulo: Paz&Terra, 1993.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>ANDERSON, Perry. <i>As origens da Pós-Modernidade</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. ARENDT, Hannah. <i>Homens em tempos sombrios</i>. São Paulo: Companhia das</p>					

Letras, 1987.
 BARANOWSKI, Shelley. Império nazista: o imperialismo e o colonialismo alemão de Bismarck a Hitler. São Paulo: Edipro, 2014.
 BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. A revolução mexicana. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
 BECK, Ulrich. A Europa alemã: a crise do euro e as novas perspectivas de poder. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

DISCIPLINA		História Moderna I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso objetiva, principalmente, fornecer um instrumental necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de história moderna. Centrando nossas reflexões inicialmente numa dimensão de conceituar a História Moderna e explorar seu desenvolvimento; problematizar a desintegração do feudalismo e a transição para o Capitalismo a cristandade e o problema das heresias, o Renascimento.</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF07HI01-06)(EM13CHS206)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.</p> <p>A OUTRA história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. 1. ed. Rio</p>					

de Janeiro: Editora Zahar, 1990.
ARRUDA, José Jobson de Andrade. História moderna e contemporânea. São Paulo: Ed. Ática, 1986.
BURCKHARDT, Jacob. A cultura do renascimento na Itália: um ensaio. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
BRAUDEL, Fernand. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
DELUMEAU, Jean. A Civilização do Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

DISCIPLINA		História Moderna II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso objetiva, principalmente, fornecer um instrumental necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de história moderna. Para tanto serão tematizadas as questões sobre o Estado Absolutista e os teóricos do absolutismo. O Estado e o mercantilismo. O liberalismo e as Revoluções Inglesas. As crises econômicas do século XVII.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF07HI07-08) (EF07HI13) (EF07HI17) (EF08HI01) (EM13CHS201)</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRUDA, José Jobson. A revolução Inglesa. São Paulo: Brasiliense, 1999.
 BURKE, Peter. A fabricação do rei: a construção a imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 BURKE, Peter. A fabricação do rei: a construção a imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
 BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. São Paulo Companhia das Letras, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
 BRAUDEL, Fernand. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
 _____. O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
 BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
 CORVESIER, André. História Moderna. São Paulo: Difel, 1983.

DISCIPLINA		História Oral			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

A história oral em seu desenvolvimento histórico. Principais problemas teóricos do método. Polarização entre memória e História. Instrumentos de registro e conversão histórica. Prática documental e trabalho em laboratório específico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTI, Verena. História Oral: A experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

_____. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. Manual de história oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTI, Verena. História dentro de história. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FERRO, Marc. A história Viglada. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

DISCIPLINA		Iniciação a Pesquisa Histórica I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
40	20				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Planejamento, orientação e delegação de atividades direcionadas para a elaboração de projeto de pesquisa e de monografia. Normas para apresentação científica e parâmetros de pesquisa.</p> <p>O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no ensino fundamental e competência 1 no ensino Médio.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.</p> <p>BARROS, José D'Assunção. Teoria e formação do historiador. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.</p> <p>BURKE, Peter. História e Teoria Social. São Paulo: Editor Unesp. 2002.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.</p> <p>DOSSE. A História em Migalhas: Editora Ensaio, 1994.</p> <p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1995.</p>	

DISCIPLINA	Iniciação a Pesquisa Histórica II				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	30				30

OFERTA	Programada
PRÉ-REQUISITOS	Ter sido aprovado na disciplina Iniciação a Pesquisa Histórica I
EMENTA	
<p>Planejamento, orientação e delegação de atividades direcionadas para a elaboração de projeto de pesquisa e de monografia. Normas para apresentação científica e parâmetros de pesquisa.</p> <p>O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no ensino fundamental e competência 1 no ensino Médio.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>BURKE, Peter. História e Teoria Social. São Paulo: Editor Unesp. 2002.</p> <p>_____ (org). A escrita da História. São Paulo: UNESP, 1982.</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 2007.</p> <p>DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade.</p> <p>GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. São Paulo: Bertrand, 1986.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Difel, 1989</p> <p>LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.</p> <p>_____. História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.</p> <p>_____. História: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.</p>	

DISCIPLINA	Libras				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Propriedades das línguas humanas e as línguas de sinais. Os estudos das línguas de sinais e a língua brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EM13CHS501)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BRANDÃO, F. Dicionário Ilustrado de libras: Língua brasileira de sinais. São Paulo: Global Editora, 2011.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, corde, 1997.</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.436, de 24/04/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>MOURA, LODI & PEREIRA. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre/RS. Artes Médicas. 1997.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1. 222 p.</p> <p>SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.</p>					

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em formação na licenciatura para a realização do estágio e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>.(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>CASSIANO, Célia Cristina. O mercado do livro didático no Brasil do século XXI. São Paulo: UNESP, 2013.</p> <p>KARNAL, Leandro. História na sala de aula. Conceitos práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). *Ensinar a ensinar: didática para escola fundamental e média*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 201 p.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 283 p.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: ArtMed Editora, 1999. 90 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). **Escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p.

OLIVEIRA, Margarida Dias (org.). *Como se formam os professores de História: vivências e experiências de iniciação à docência*. Natal, EDFURN, 2009.

PINSKY, Jaime (Org.). **12 faces do preconceito**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DISCIPLINA		Metodologia e Prática do Ensino de História III			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de					

formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.

(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCO, Aléxia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo [et. al.] Ensinos de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) Novos temas nas salas de aula de História. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). JörnRüsen: e o ensino de história. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.

DISCIPLINA	Metodologia e Prática do Ensino de História IV				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na	ACEC	CAMPO	TOTAL

		ACEC			
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível servem ao discente como instrumentos de execução)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensinar a ensinar: didática para escola fundamental e média. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 201 p.</p> <p>FRANCO, Aléxia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo [et. al.] Ensinos de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.</p> <p>KARNAL, Leandro. História na sala de aula. Conceitos práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.
GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p. ISBN 9788522507542
OLIVEIRA, Margarida Dias (org.). Como se formam os professores de História: vivências e experiências de iniciação à docência. Natal, EDFURN, 2009.

DISCIPLINA		Políticas Educacionais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Aspectos históricos, pedagógicos e legais do ensino no Brasil, suas dimensões estruturais e implicações para o ensino da disciplina de História. Abordagens sobre Direitos Humanos, visando não só sua conceituação como a reflexão sobre sua historicidade e pensar nas implicações para o ambiente educacional. Analisar documentos nacionais e internacionais referentes à educação e aos direitos humanos. Problematizar questões específicas relativas aos direitos humanos, como preconceito, discriminação, violência, políticas públicas, currículos escolares.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF09HI16) (EF09HI23) (EF09HI36) (EM13CHS501)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>.
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente.
ROMANELLI, O.O. História da Educação no Brasil. 23. ed. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. Avaliação da educação: novos desafios em contexto de municipalização. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.
CORREA, Werle Flávia Obino a. Sistema Municipal de Ensino: contexto do Sistema de Avaliação da Educação Básica. ANPED, trabalho encomendado, 2009. Captura em WWW anped.org.br, dia 26 de junho de 2011.
CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda; KRAMER, Sônia. Formação de profissionais da Educação Infantil: um desafio para as políticas municipais de educação face às exigências da LDB. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

DISCIPLINA		Produção de Monografia - TCC			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
	60				60
OFERTA	Programada				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Pesquisa e redação de texto monográfico de acordo com as normas ABNT, visando formação técnico científica. Sessões de orientação às etapas do desenvolvimento da pesquisa e da produção escrita dentro do rigor metodológico, os projetos são divididos por área de conhecimento entre os professores do colegiado. As orientações são realizadas uma vez por semana em horário estabelecido no cronograma semanal do curso em horário regular de aula.

O saber fazer com a disciplina capacita o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e competência 1 no Ensino Médio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LANGLOIS, CH. V. SEIGNOBOS, C.H. Introdução aos estudos históricos. Trad. Laerte de Almeida Morais. São Paulo: Renascença, 1946.

LUCA, Tânia Regina de. Práticas de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2020

PINSKY, Carla. (Org.) Fontes históricas. São Pulo: Contexto, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURKE, Peter. (org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo:UNESP, 1992.

DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. São Paulo: Forense, 2000.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1990.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. 6. ed. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA		Psicologia da Educação			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Relação entre Psicologia e Educação. Principais abordagens psicológicas e suas contribuições para a Educação. Ensino e aprendizagem em diferentes perspectivas: Inatismo, Empirismo e Interacionismo. Teorias contemporâneas do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Psicologia da educação e temas atuais do contexto educacional.</p> <p>(Vincula-se a prática e dinâmica própria da experiência docente do Ensino Fundamental e Médio na qual as seis/sete competências estão implicadas indissociavelmente e a totalidade das habilidades previstas para cada nível serve ao discente como instrumentos de execução)</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência Normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.</p> <p>BOCK, A. M. B. & FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. T. A Psicologia ou as psicologias. In: Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>FREIRE, I. Raízes da Psicologia: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia. 13ed. São Paulo: Saraiva, 1999.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>ANTUNES, M.A.M. & MEIRA, M.E.M. Psicologia Escolar: práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.</p> <p>BARROS, C.S.G. Pontos de psicologia Escolar. Lisboa. Moraes, 1988.</p> <p>FRED. S. Keller. A definição da psicologia. São Paulo, Perspectiva, 1984.</p> <p>FRELLER, C. Histórias de Indisciplina Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.</p>	

DISCIPLINA		Teoria da História I			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina prevê o estudo dos conceitos fundamentais da História enquanto conhecimento cientificamente produzido. Prevê também discussões acerca da natureza e fundamento do conhecimento histórico de forma ampla, acercando-se das diferentes visões e abordagens que a História apresentou ao longo do tempo.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competências no Ensino Médio.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI01) (EM13CHS101)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BARROS, José D'Assunção. <i>Teoria da História</i>. Petrópolis: Vozes, 2011 (4 volumes).</p> <p>BLOCH, Marc. <i>Introdução à História</i>. Lisboa. Publicações Europa-América, s/d.</p> <p>BURKE, Peter. <i>A escrita da História</i>. São Paulo: UNESP, 1992.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

AROSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.
 BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
 CARR, E. Que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DISCIPLINA		Teoria da História II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A proposta desta disciplina é expor questões epistemológicas e metodológicas sobre o conhecimento histórico ao longo do tempo, com ênfase em apresentar o processo de institucionalização dos estudos históricos no século XIX.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF05HI02) (EM13CHS301)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.
 HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das letras, 2000.
 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOURDIEU, Pierre. Os usos da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
 CUNHA, Flávio José Saliba. História & sociologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2007;
 BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. O sociólogo e o historiador. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
 DIAS, Vanessa Tavares. Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil. Cronos, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 145-161, jul./dez. 2009.

DISCIPLINA		Teoria da História III			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina refere-se à natureza do fazer histórico, a identificação dos procedimentos e das etapas-chaves da prática investigativa dos historiadores, referindo-se ao estudo dos conceitos fundamentais das principais teorias e filosofias do século XX.</p> <p>Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do</p>					

Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI01) (EM13CHS301)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. *A História em migalhas*. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHARTIER, Roger. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de. (Org.) *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DISCIPLINA		Teoria da História IV			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Esta disciplina prevê o estudo dos fundamentos da crítica historiográfica contemporânea nos séculos XX e XXI, referindo-se à compreensão das crises epistemológicas e metodológicas da historiografia, bem como o diálogo interdisciplinar da prática historiográfica.

Diz respeito aos três procedimentos previstos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental e das problematizações dos conceitos da área no Ensino Médio. Intimamente relacionada a disciplinas anteriores que capacitam o pesquisador e se relaciona as competências 1,2 3 e 6 no Ensino Fundamental e conjuntos das competência no Ensino Médio.

Código das habilidades BNCC: (EF06HI02)(EM13CHS101)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GINZBURG, Carlo [et.all]. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das letras, 2000.

HOBSBAWM, Eric [et.all]. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princenton University Press, 2007.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

DISCIPLINA

Universidade e Sociedade I

CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
20			55		75
OFERTA		Programada			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. semestre do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.</p> <p>Competência 4 do Ensino fundamental e Competências 4, 5 e 6 no Ensino Médio</p> <p>Código das habilidades BNCC: (EF08HI14) (EF09HI09) (EF09HI15-16) (EF09HI25-27) (EF09HI36) (EM13CHS403-404) (EM13CHS501-504) (EM13CHS601-606).</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p><i>50 ANOS de extensão rural paranaense</i>. Curitiba: EMATER, 2006.</p> <p><i>CATÁLOGO de projetos de extensão</i>. Maringá-PR: UEM/Imprensa Universitária, 2002.</p> <p>CARVALHO, Célia Regina de; CIRÍACO, Klinger Teodoro; ALMEIDA, Roseli Maria Rosa de. <i>Contextos formativos no ensino, pesquisa e extensão universitária</i>. Curitiba: CRV, 2015.</p>					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, M. L. A. História da Educação. São Paulo: Moderna, 2000.
 BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
 FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: IBRASA, 2009. 305 p.
 GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009. 472 p.

DISCIPLINA		Universidade e Sociedade II			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
10			65		75
OFERTA	Programada				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. ano do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.</p> <p>A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas</p>					

educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. semestre do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extramuros para a comunidade acadêmica.

Competência 4 do Ensino fundamental e Competências 4, 5 e 6 no Ensino Médio

Código das habilidades BNCC: (EF08HI14) (EF09HI09) (EF09HI15-16) (EF09HI25-27) (EF09HI36) (EM13CHS403-404) (EM13CHS501-504) (EM13CHS601-606).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do conhecer e do agir coletivo. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 7(2): 5-25, agosto/2001.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?. *Instituto Paulo Freire*, 2017.

ROCHA JUNIOR, Alberto Ferreira da. *Cultura e extensão universitária: a produção de conhecimento comprometida com o desenvolvimento social*. São João del-Rei, MG: Malta, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). *JörnRüsen: e o ensino de história*. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória D'África em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2008.

DISCIPLINA	Linguagens e tecnologias no Ensino de História
CARGA HORÁRIA	

TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
60					60
OFERTA	EAD total				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Analisar processos de incorporação e trabalho pedagógico com diversas tecnologias e linguagens no processo de ensino e aprendizagem de História. Nessa perspectiva novas linguagens e tecnologias funcionarão instrumentos, meios, para uma aprendizagem histórica capaz de desenvolver a competência narrativa dos estudantes, linguisticamente e com pensar lógico para auxiliá-los a pensar historicamente.</p> <p>Código das habilidades BNCC:(EF06HI15) (EF06HI19) (EF07HI08) (EF07HI14) (EF09HI12)(EM13LGGCHS103)(EM13LGGCHS403)</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>HAGEMEYER, Rafael Rosa. História e audiovisual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.</p> <p>KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2005</p> <p>RODRIGUES, André Wagner. História, historiografia e ensino de história em relação dialógica com a teoria da complexidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>LEITE, Priscila Gontijo et. all. <i>Ensino de história, tecnologias e metodologias ativas: novas experiências e saberes escolares</i> [recurso eletrônico] João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.</p> <p>RADFORD, Luis; MOREY, Bernadete; MENDES, Iran Abreu (org.). <i>Cognição matemática: história, antropologia e epistemologia</i>. 1. ed. São Paulo: Livraria da</p>					

Física, 2011.

MAGALHÃES FILHO, Antonio Germano; ARAUJO, Fátima Maria Leitão (Orgs). *Ensino & linguagens da história*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

XAVIER, Edson; PRESTES FILHO, Ubirajara F. *História interativa*. 1 ed. Tatuí: Casa Publicadora, 2008.

8.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Além das disciplinas obrigatórias os estudantes de História devem cumprir 4 (quatro) disciplinas de 60 horas na modalidade optativa, que segundo a orientação da Pró-reitora de Graduação da UNESPAR:

[...] estão computadas na carga horária obrigatória total do Curso. Quando da exigência nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de graduação, estas disciplinas devem ser ofertadas pelo próprio colegiado. Em caso de Cursos em que esta exigência não ocorra, bem como daqueles que não possuem diretrizes próprias, ainda assim torna-se facultativo ao colegiado a oferta ou não destas disciplinas. As optativas representam uma oportunidade de aprofundamento e/ou direcionamento pelo estudante na área de estudo, devendo constar em um rol previamente definido no PPC do próprio Curso do estudante, incluindo a carga horária da disciplina. Anualmente, em período anterior à renovação da matrícula pelo estudante, cada colegiado deve propor ao Centro de Área no qual pertence, as disciplinas optativas as quais pretende ofertar. Como tais disciplinas compõem a carga horária obrigatória total do Curso, o colegiado, já no PPC, deve informar quantas disciplinas optativas deverão ser cursadas em cada período letivo. (UNESPAR, 2017)

Atendendo a estes parâmetros as disciplinas optativas do curso serão ofertadas uma para cada série a cada ano, simultaneamente em um mesmo dia da semana ao segundo semestre e permitem a livre escolha do discente entre elas até o limite de vagas definidas a cada ano letivo pelo colegiado de curso e informado aos alunos pelo coordenador que matricula os alunos e informa a secretaria. A título de optativas podem ser cumpridas por parte do aluno até 02 (duas) disciplinas em outros cursos da UNESPAR de modo substitutivo.

DISCIPLINA		Estudos Avançados em História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre correntes historiográficas. Discussão de problemas historiográficos contemporâneos. Exploração de novos conceitos teóricos em história.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>DOSSE, François. <i>A História</i>. São Paulo: EDUSC, 2003.</p> <p>HARTOG, François. <i>Evidência da História</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>KOSELLECK, Reinhart. <i>Futuro passado</i>. Rio de Janeiro: PUC, 2011.</p> <p>TALEB, Nassim Nicholas. <i>A lógica do cisne negro</i>. São Paulo: Best seller, 2008.</p>					

DISCIPLINA		Ensino de História e Material Didático			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina tem como objetivo apresentar questões relacionadas ao ensino de história e a construção do material didático, considerando como aspectos de grande influência a teoria e prática. Visa a análise, elaboração e reformulação do material didático na disciplina de História. Discussões sobre as práticas de ensino e aprendizagem e a utilização de recursos na elaboração do material didático.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>Humanismo e didática da história: Jörn Rüsen</i>. 1. ed. Curitiba: W. A. Editores, 2015. 161 p.</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>Jörn Rüsen: e o ensino de história</i>. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p.</p> <p>PINSKY, Jaime; PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi (org.). <i>Novos combates pela história: desafios - ensino</i>. São Paulo: Contexto, 2021. 254 p.</p>					

DISCIPLINA	História Cinema e Imagens				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo das relações entre cinema, imagens e História. Estudo das representações cinematográficas e imagéticas como modelo de construção do campo epistemológico da História.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>DIDI-HUBERMAN, Georges. <i>Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte</i>. São Paulo: Editora 34, 2013.</p> <p>DIDI-HUBERMAN, Georges. <i>O que vemos, o que nos olha</i>. São Paulo: Editora 34, 2010.</p> <p>FERRO, Marc. <i>Cinema e História</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.</p>					

DISCIPLINA		História da Alimentação			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Estudo da História da Alimentação a partir de panorama historiográfico fundador deste campo em âmbito internacional e nacional e seus desdobramentos no cotidiano alimentar como influenciador de práticas culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. 3.ed. São Paulo
FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Comida*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 362p.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação cultural, 1995. 189p; Global, 2004. 954p.

DISCIPLINA	História da Ciência e da Técnica				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende analisar a ideia de ciência ao longo da história ocidental. A Episteme na cultura grega. A "ciência" medieval e renascentista. A emergência da ciência moderna e seus desdobramentos até o século XX. Procura-se analisar as relações entre ideias científicas e os aspectos sociais, culturais, etc. que</p>					

caracterizaram a cultura ocidental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHASSOT, Attico. *A ciência através dos tempos*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2008. 280 p.

CHALMERS, Alan Francis. *A fabricação da ciência*. São Paulo: UNESP, 1994..

KUHN, Thomas S. *O caminho desde a estrutural* ensaios filóficos, 1970-1993
São Paulo: UNESP, 2006. 402 p.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2009.

DISCIPLINA		História da Cultura Material e Imaterial			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso procura compreender os conceitos de “cultura material” e “imaterial” e seus contextos de surgimento, analisando essas categorias a luz de temas como cultura, patrimônio e museus em interdisciplinaridade com outros campos de estudo como, por exemplo, a Antropologia e a Museologia, entendendo a sociologia das relações humanas a partir das noções de identidade e a memória.</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2006.
ROCHA, Carla Regina Nunes da. *Cultura material e ensino de história*. União da Vitória: FAFI, 2007.

VIEIRA, Luiz Renato. *A capoeira e as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial*. Brasília: FCP, 2012.

DISCIPLINA		História da Historiografia Brasileira			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina abordará a produção historiográfica brasileira a partir de meados do século XIX, momento de sua construção dentro do ideal de nacionalidade, passando pelas décadas iniciais do século XX até as discussões sobre os rumos de nossa recente historiografia.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
FREITAS, Marcos Cezar de. <i>Historiografia brasileira em perspectiva</i> . 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003. 476p.					
MOTA, Carlos Guilherme (Org.). <i>Brasil em perspectiva</i> . 1968. 415 p.					

RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970. 306p.

DISCIPLINA		História da Saúde e da Doença			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>O curso tem como objetivo discutir a história da saúde e da doença, procurando identificar rupturas e permanências no pensamento e nas ações de saúde. Entender os diferentes contextos em que a assistência à saúde foi organizada, desde o exercício das artes de curar até institucionalização da medicina. Compreender os determinantes estruturais do processo <i>saúde/doença</i> das populações. As políticas de combate as doenças e promoção da saúde ao longo da história.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. FOUCAULT, Michel. <i>Microfísica do Poder</i>. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. <i>A bailarina da morte</i>:</p>					

A gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

DISCIPLINA		História da Saúde no Brasil			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Esta disciplina tem por objetivo discutir sobre a História da Saúde no Brasil entre os séculos XVIII e XX, tomando como ponto de referência suas rupturas, mudanças e permanências acerca das práticas vinculadas às questões de saúde. Neste sentido, será historicizada a maneira como a saúde foi organizada, formas de lidar com epidemias, o exercício da arte de curar e a institucionalização da medicina. Além disso, pretende-se debater o modo como foram operadas as ações de saúde a partir do higienismo e sanitarianismo, como também, a atuação dos saberes médico-científico em políticas públicas, sua vinculação com o Estado e iniciativas privadas.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CHALHOUB, Sidney. <i>Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2017. 286 p.</p> <p>PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. <i>As Barricadas da Saúde</i>. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 126p.</p>					

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 375 p.

DISCIPLINA		História do Tempo Presente			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Reflexões sobre os eixos teóricos, metodológicos, historiográficos e dos desafios de seu estudo, a partir de fontes diversificadas, abrangendo os vínculos com as memórias individuais e públicas, relações entre memória, história e esquecimento, além dos usos políticos do passado.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. <i>História do Tempo Presente</i> . São Paulo: Contexto, 2003. 224p. BURGUIÈRE, André. <i>Dicionário das ciências históricas</i> . Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. 775p. LE GOFF, Jacques. <i>A história nova</i> . 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.					

DISCIPLINA		História e Artes			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Conhecer e discutir a relação entre arte e história. Estudar o surgimento e a afirmação do campo de conhecimento específico da História da Arte, assim como as diversas formas de escrita histórica sobre arte. Identificar e problematizar a especificidade da arte e sua relação com a cultura. Identificar e discutir, na historiografia da arte, os conceitos que estão envolvidos nessa relação.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ALLOA, Emanuel (Org). <i>Pensar a imagem</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. ARGAN, Giulio Carlo. <i>A Arte Moderna na Europa: de Hogarth a Picasso</i>. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. BAXANDALL, Michael. <i>Padrões de Intenção: a explicação histórica dos quadros</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2006.</p>					

DISCIPLINA		História e Biografia			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A biografia como gênero historiográfico, oferecendo um quadro geral do debate historiográfico sobre a temática. Estudar diferentes formas de construção de biografia: micro-biografias, grandes personagens, prosopografia, memórias e auto-biografias. A pesquisa biográfica em história na perspectiva transdisciplinar.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. <i>Domínios da história</i>. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. <i>Brasil: uma biografia</i>. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. CHAPLIN, Charles. <i>História da minha vida</i>. 5ªed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966.</p>					

DISCIPLINA		História e Cultura Brasileira			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina propõe a debater os processos e produtos da cultura no Brasil em suas chaves interpretativas mais relevantes para a historiografia. Aspectos como o teatro, a arquitetura, a canção, a alimentação, a literatura, a penetração das culturas europeias e suas acomodações as variadas artes e saberes populares muitas vezes etnicamente referenciados e algumas vezes concebidos como “folclóricos”. Eventualmente o debate de uma ideologia da cultura nacional. Poderá também realizar a discussão sobre as várias fases pelas quais atravessa o processo civilizatório brasileiro, que parte de uma posição periférica e mimética até a elaboração de uma cultura nacional e popular bem como o avanço do modernismo entre nós. Interessam as circularidades e apropriações nos mais diversos produtos e saberes.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>MOTA, Carlos Guilherme. <i>Ideologia da cultura brasileira</i>. 9.ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998. 303p.</p> <p>NAPOLITANO, Marcos. <i>Cultura brasileira</i>. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004. 133p.</p> <p>NAPOLITANO, Marcos. <i>A Síncopa das Idéias</i>. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. 159 p.</p>	

DISCIPLINA	História e Cultura dos Povos Indígenas no Brasil				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60

OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Estudo sobre a Cultura dos povos indígenas no Brasil e as diferentes abordagens historiográficas referentes às suas representações entre os séculos XVI e XXI, bem como, reflexão acerca da história de luta dos povos indígenas no Brasil, as políticas públicas e a constituição de um campo de saber acadêmico.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>COSTA E SILVA, Alberto da. <i>Antologia de lendas do índio brasileiro</i>. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1969.</p> <p>FERREIRA, Maria Beatriz Rocha; VINHA, Marina (Orgs.). <i>Celebrando os jogos, a memória e a identidade: XI jogos dos Povos Indígenas</i>, Porto Nacional, Tocantins, 2011.</p> <p>MONTEIRO, John Manuel. <i>Negros da terra</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2009.</p> <p>TODOROV, Tzvetan. <i>A conquista da América: a questão do outro</i>. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.</p> <p>VIDAL, Lux. <i>Grafismo indígena: estudos de antropologia estética</i>. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.</p> <p>WEBER, Ingrid. <i>Um copo de cultura: os hunikuin (kaxinawá) do rio humaitá e a escola</i>. 1. ed. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2006.</p>	

DISCIPLINA	História e Cultura Escrita				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre a circulação da cultura escrita e sua capacidade de transformar os modos de interação social, permitir novas formas de pensar e modificar as relações de poder e forjar identidades em torno de comunidades de leitores, escritores, editores e censores.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BURKE, Peter. <i>Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot</i>. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. CHARTIER, Roger. <i>A Aventura do Livro</i>. São Paulo: UNESP, 1998. _____. <i>Cultura escrita, literatura e história/ conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, JesúsAnayaRosique, Daniel Goldin e AntonioSaborit</i>. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2001. DARNTON, Robert. <i>Os best-sellers proibidos</i>. Editora Schwarcz Ltda, 1998. _____. <i>O grande massacre de gatos</i>. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.</p>					

DISCIPLINA		História e Ensino de História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina visa estabelecer debates sobre ensino da história e suas diferentes concepções de ensino, aprendizagem e conhecimento histórico. Discute a trajetória do ensino de história na educação básica, relacionando com a produção historiográfica e articulando entre a fundamentação teórica tendo em vista a realidade escolar.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (Org.). <i>Aprender história: perspectivas da educação histórica</i>. Ijuí: Editora Unijuí, 2009. 310 p. NUNES, Silma do Carmo. <i>Concepções de mundo no ensino da história</i>. São Paulo: Papirus, 1996. 132p. FONSECA, Selva Guimarães. <i>Ensinar e aprender história</i>. Campinas: Alínea Editora, 2009. 300p.</p>	

DISCIPLINA	História e Ficção Histórica				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Estudo sobre a relação entre História e Ficção a partir de diversos suportes de produção e divulgação. Pretende-se ainda analisar temas e procedimentos recorrentes nos romances históricos e demais narrativas que possam auxiliar na compreensão das representações sobre determinados períodos da história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Escrita, linguagem, objetos*. Bauru: EDUSC, 2004.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994. 327p.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1970. 204p.

WHITE, Hayden. *Meta-história*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 456p.

DISCIPLINA		História e Fontes Históricas			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Estudo dos vários suportes, documentos e fontes que podem servir a história em seu ofício narrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DISCIPLINA		História e Gênero			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre as relações de gênero no campo da história a partir da discussão de aspectos teórico-metodológicos sobre a história das mulheres ao gênero enquanto categoria de análise, a emergência do sexo/corpo no discurso médico-científico e jurídico na construção das diferenças, a historicidade dos papéis sociais de gênero, bem como, as fontes e as abordagens recentes na</p>					

historiografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AUAD, Daniela. *Educar Meninas e Meninos: relações de gênero na escola*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero/ feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 160 p.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história*. Bauru: EDUSC, 2003. 499p.

DISCIPLINA		História e Guerra			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre as dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e militares					

das guerras em diferentes temporalidades e diferentes recortes espaciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDR, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KEEGAN, Jonh. *Uma história da Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 2006

LORENZI, Mário. *Desarmamento ou holocausto nuclear*. São Paulo: Global, 1983.

SHIRER, William. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DISCIPLINA		História e Imigração			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo dos fenômenos de imigração na história, e em particular no espaço brasileiro.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999. 577 p.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 344p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós - modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro - RJ: DPGA, 2006. 102p.

DISCIPLINA		História e Mestiçagens			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Problematizar como a escravidão no âmbito mais geral e o tráfico, particularmente, foram expressões do que havia de mais mundializado entre os séculos XV e XVIII, isto é, o comércio, entendido de maneira mais ampliada o que significou, para além das trocas econômicas, os deslocamentos de gentes, culturas, flora e fauna, desenvolvido entre as quatro partes do mundo. É esse mundo ibero-americano, no qual a escravidão e as mestiçagens biológicas e culturais se associam desde muito cedo que a disciplina centrará sua análise de investigação. Já o plano temporal se estende desde os primeiros anos posteriores à chegada dos ibéricos no Novo Mundo até o século XIX, quando</p>					

foram extintos os últimos regimes escravistas americanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 12. ed. Distrito Federal: 1963. 589 p
IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França. *Escavidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora, 2010. 309p.

RIBEIRO, Darcy. *Mestiço é que é bom!*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 157p.

DISCIPLINA		História e Mídias			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Debate sobre os conhecimentos históricos, dimensões, influências e impactos das mídias em suas diversidades de expressões e narrativas - a exemplo do documentário, cinema, televisão, fotografia, artes plásticas, tecnologias digitais, redes sociais, entre outras - abrangendo a cultura de massas ou popular e a indústria cultural.</p>					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter; CO-AUTOR; DIAS, Maria Carmelita Pádua; TRADUÇÃO. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

SAID, Gustavo Fortes. *Mídia, poder e história na era pós-moderna*. Teresina, PI: EDUFPI, 1998.

MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50*. Campinas: Unicamp, 1996.

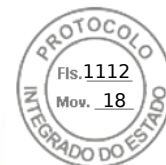
DISCIPLINA		História e Morte			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina visa abordar aspectos das várias representações a respeito da morte e do morrer nos mais diversos períodos da História. Desta forma, objetiva-se oferecer um panorama que versem sobre as atitudes individuais e coletivas relativas à morte, ao morrer e ao além-túmulo, em diferentes temporalidades, espacialidades e sob diversos recortes teórico-metodológicos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARIÈS, Philippe. *O homem perante a morte* - i. 2ª ed. Porto, Portugal: Europa-américa, 2000. 340p.

KELEHEAR, Allan. *Uma história social do morrer*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2016. 538 p.

VAILATI, Luiz Lima. *A Morte Menina*. São Paulo: Alameda, 2010. 358p.

DISCIPLINA		História e Música			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe de modo introdutório explorar as interpelações entre o debate historiográfico e a música em seu sentido amplo na constituição de um campo de estudos. Música erudita, canção popular, transformações dos suportes e mídias sonoras são temas abordados para o entendimento das principais linhas de investigação presentes nas pesquisas contemporâneas sobre o tema. Aspectos da história cultural da música popular no Brasil e no mundo podem ser debatidos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					



ADORNO, Theodor W. *Introdução à sociologia da música*. São Paulo: UNESP, 2011. 419p.
FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *Festas e batuques do Brasil*. Rio de Janeiro - RJ: Sabin, 2009. 104 p.
GARCIA, Miliandre. *Do Teatro Militante À Música Engajada*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007. 159p.

DISCIPLINA		História e Práticas Jurídicas			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina pretende analisar a relação entre as narrativas históricas e um amplo conjunto de práticas e saberes jurídicos operados nos tribunais e estâncias da justiça na sociedade em diferentes temporalidades e espaços.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BALDY, Hélio Rosa. <i>Em torno da justiça e da história</i> . Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1997. 175p. BOBBIO, Norberto. <i>Estado, governo, sociedade</i> . 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. 173p.					

PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 417 p.

DISCIPLINA		História e Relações Étnicos Raciais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Estudo sobre os processos de construção de identidades e fronteiras étnicas. Estudo sobre as concepções históricas de etnia e de raça. Estudo dos processos históricos do racismo e do colonialismo.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>NASCIMENTO, Abdias. <i>O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado</i>. São Paulo: Perspectiva, 2021.</p> <p>FANON, Frantz. <i>Pele negra, máscaras brancas</i>. São Paulo: Ubu, 2020.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia. <i>O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.</p>					

DISCIPLINA		História e Religiosidades			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende abordar temas e debates historiográficos relativos à História das Religiões, sob a perspectiva da História Cultural com enfoque na discussão teórica sobre o estudo das religiões desenvolvida na Idade Contemporânea – História das Religiões/História Religiosa/ História Cultural das Religiões; conceitos-chave, tais como religião/religiões; identidade; sincretismo. Além disso se pretende à análise de debates candentes a diferentes grupos religiosos presentes na formação religiosa brasileira, e abordagem de temas transversais à área de religiões – gênero, política, mídia, juventude, ensino religioso, entre outros. Para tal se propõe a analisar a cultura audiovisual, iconográfica e material ligada a aspectos religiosos na contemporaneidade.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ARMSTRONG, Karen. <i>Em nome de deus</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2009. 580p.</p> <p>ARMSTRONG, Karen. <i>Uma história de deus</i>. São Paulo: Cia das Letras, 2008. 557 p.</p> <p>RICOEUR, Paul. <i>História e verdade</i>. Rio de Janeiro: Forense, 1968. 340p.</p>					

DISCIPLINA		História e Romance Histórico			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Levar à reflexão sobre as relações entre a criação literária e a área de conhecimento da história, focando no gênero literário conhecido como romance histórico, visando examinar como se dá o diálogo entre as duas instâncias nas obras que podem ser lidas como ficção histórica. Pretende-se ainda analisar temas e procedimentos recorrentes nos romances históricos, que possam auxiliar na compreensão das representações sobre determinados períodos da história.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>LUKÁCS, Georg. <i>A teoria do romance</i>. Lisboa, Portugal: Presença, s.d. TODOROV, Tzvetan. <i>As estruturas narrativas</i>. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.</p> <p>MAIA, Pedro Américo. <i>A problemática moral no moderno romance brasileiro</i>. 4 ed. Belo Horizonte: Grupo Gente Nova, s.d.</p>					

DISCIPLINA		História e Sensibilidades			
CARGA HORÁRIA					

TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O programa objetiva a exploração das percepções das sensibilidades, no âmbito dos estudos em história cultural. Com temas diversos e narrativas fixadas em temporalidades distintas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C. <i>Fronteiras</i> . São Paulo: Olho D'Água, 2003. 300p.					
LANGUE, Frédérique; PESAVENTO, Sandra Jatthy. <i>Sensibilidade na história</i> . 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 262p.					
KOBELINSKI, Michel (Org.). <i>Novas sensibilidades na América latina</i> . Curitiba: CRV, 2016. 185 p.					

DISCIPLINA		História e Sexualidade			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>A disciplina pretende passar por um inventário das práticas e conceituações a respeito da sexualidade ao longo da história. Procura apontar indicativos para a educação no que tange aos assuntos da sensibilidade humana, intimidade e valores morais subjacentes ao tema.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). <i>Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação</i>. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 191 p.</p> <p>VIEIRA, Galdino Nunes. <i>Amor, sexo e erotismo</i>. 4 ed. São Paulo: Casa Publicadora, 1978.</p> <p>HISTÓRIA da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p>	

DISCIPLINA	História e Violência				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

Visa discutir questões afeitas a violência, poder e ordem. Análise crítica das abordagens funcionalistas da violência; exame das questões da ordem e da violência e suas relações com a ordem social. Os múltiplos códigos interpretativos da violência brasileira: exame de temáticas presentes no interior da questão da violência e da criminalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993. 307p
FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano/ a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. 326p.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 389p.

DISCIPLINA		História Feitiçaria e Inquisição			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Analisar a atuação do Tribunal da Inquisição: gênese, natureza e objetivos. O Santo Ofício no período medieval e moderno entre duas dinastias. Os órgãos, os agentes e os espaços da Inquisição. Também compreender os casos de heresia, feitiçaria, curas mágicas e demais práticas delituosas aos olhos do Santo Ofício tanto na Europa quanto no Brasil, analisando casos e processos específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVINSKY, Anita. *Inquisição*. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. *Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DISCIPLINA		História, Império e Imperialismos			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo sobre a relação entre História, império e imperialismo, suas práticas históricas e seus debates conceituais-historiográficos.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia de bolso, 2012.

DORÉ, Andréa & LIMA, Luís Felipe Silvério (Org.) *Facetas do Império na História*. Brasília: Aderaldo & Rotschild, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DISCIPLINA		História Imprensa e Periódicos			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O curso pretende debater os vários produtos da imprensa e dos periódicos em sua relação com a história narrada possível, bem como no uso técnico destes como fontes para sua escrita.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
DARNTON, Robert. <i>O beijo de Lamourette</i> . 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 395p.					
GRAF, Márcia Elisa de Campos. <i>Imprensa periódica e escravidão no Paraná</i> . Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. 167p.					

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luíza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo - SP: Contexto, 2008. 303

DISCIPLINA		História Oral e Memória			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo conceitual em História Oral dedicada à memória visando a pesquisa e os processos ético-normativos, amplificado pela análise das estruturas de memória, identidade e oralidades.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
PORTELLI, Alessandro. <i>Ensaio de História Oral</i> . São Paulo: Letra e Voz, 2010. ALBERTI, Verena. <i>História oral/ a experiência do CPDOC</i> . Rio de Janeiro: FGV, 1990. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. <i>Manual de história oral</i> . 4.ed.re.a. São Paulo: Loyola, 2002.					

DISCIPLINA		História Pública e Ação educativa em Museus			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O Historiador público e ação educativa em museus. Museus, educação e patrimônio: desafios atuais. Gestão de coleções: arquivos, manuscritos e museus. Ações educativas nos museus e correntes pedagógicas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
ARQUIVOS, <i>patrimônio e memória</i> . São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. BOSI, Ecléa. <i>Memória e sociedade</i> . 6.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 484p. CHOAY, Françoise. <i>A Alegoria do Patrimônio</i> . 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2006. 282p.					

DISCIPLINA		História Pública e História Oral: conceitos e práticas			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60



OFERTA	Presencial
PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>História, História Oral e História Pública. História Pública e mídias, tempo presente, comunidades e culturas populares, plataformas digitais, narrativas públicas. História Pública e ensino de História</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALBERTI, Verena. <i>História oral/ a experiência do CPDOC</i>. Rio de Janeiro: FGV, 1990. FREITAS, Sônia Maria de. <i>História oral</i>. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Imprensa oficial do Estado, 2002. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de (Org.). <i>História pública no Brasil: sentidos e itinerários</i>. São Paulo: Letra e Voz, 2016.</p>	

DISCIPLINA	Práticas de Arquivo				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					

EMENTA

A disciplina aborda práticas de higienização, restauração, preservação e acondicionamento de acervos documentais, bem como a elaboração de instrumentos de pesquisa e meios de divulgação; destacando a importância dos mesmos para a pesquisa e produção de conhecimento histórico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 316p.

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 89p.;il.(projeto como fazer,1)

GOMES, F. Araújo; HELLUY, Hâmida R. *Manual de arquivo e documentação*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Interciências, 1976 201p.

DISCIPLINA		Tópicos de História Regional e Local			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

A disciplina visa o debate de questões teóricas e metodológicas da História Regional e Local. Trata-se de discussões sobre suas origens e evolução, suas conexões com o nacional e o global, suas possibilidades e limites. A disciplina visa também o mapeamento e discussão sobre as fontes da pesquisa histórica regional e local, bem como o uso e as potencialidades pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016. 297 p.

BALAKHRISNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 335p.

RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no Vale do Iguaçu*. União da Vitória 1973. 154p.

SILVA, Cleto da. *Apontamentos históricos de União da Vitória/ 1768 - 1933*. 21. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2006. 248 p.

DISCIPLINA		Tópicos em História Ambiental			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
A disciplina História Ambiental visa refletir os temas, natureza, ambiente e sociedade. Neste sentido, privilegiam-se os estudos sobre as bases epistêmicas,					

conceituais, métodos e abordagens da história ambiental, bem como as transformações no imaginário Ocidental acerca do mundo natural e as ações antrópicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Ely Bergo de. *Ensino de História e Educação Ambiental*. São Paulo: Fino Traço, 2021. 185p.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2010. 537p.

NOVAES, Pedro da Costa; RIBAS, Otto. *Agenda 21*. Brasília : MMA/PNUD, 2000. 192p.

DISCIPLINA		Tópicos em sociedades orientais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe investigar aspectos sociais, antropológicos, e históricos das sociedades orientais próximas e distantes, tanto no tempo quanto no espaço. Problematicar o Oriente que o Ocidente construiu e o Ocidente orientalizado. Cultura e religiosidades orientais. A China, o Japão e a Índia. A situação político-econômica no Oriente Próximo. A invenção do Terrorismo ou a face da violência</p>					

soberana. Cultura do ódio em Israel e Palestina

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALLEN, Mark. *Árabes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. 171p.
GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
LUYTEN, Sonia M. Bibe. *Cultura pop japonesa*. São Paulo: Hedras, 2005. 143p.
SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. 523p.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Contemporânea			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo de temas relacionados à formação e/ou desenvolvimento do mundo contemporâneo, em diferentes recortes espaciais, a partir de enfoques políticos, econômicos, sociais ou culturais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Cultural			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina propõe trabalhar recortes da fortuna crítica dos trabalhos em história cultural que vão desde os escritos da Escola dos Anales aos estudos culturais ingleses. Visa investigar de modo tópico também as mediações e correlações produzidas na América latina, Ásia e África quando a reflexão de historiadores e cientistas sociais se voltaram para o entendimento da cultura e dos produtos culturais circulantes nas sociedades e objetos de análise. Nesse sentido de modo pontual interessam os problemas, as conexões com a antropologia histórica e os debates para além da virada cultural e do <i>Linguistic Turn</i>.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002. 275p.
DOSSE, François. *A história em migalhas*. 3.ed. São Paulo: Ensaio/Universidade Estadual de Campinas, 1994. 267p.

HUNT, Lynn; CAMARGO, Jefferson Luiz. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 317p.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História do Brasil Imperial			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Utilizando-se das contribuições clássicas e recentes da historiografia, a disciplina tem por objetivo introduzir os graduandos nos principais debates historiográficos a respeito da cultura e sociedade no Brasil Imperial. Focando principalmente nos temas da violência, escravidão, relações de raça e gênero, aspectos culturais, literatura e artes, famílias e vida doméstica; os espaços de sociabilidade e as políticas de controle de condutas.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ABREU, Martha. <i>O império do divino</i>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fapesp, 1999. FREYRE, G. <i>Sobrados e Mocambos</i>. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.</p>					

REIS, João José; GOMES, Flávios dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M. de. *O alufá Rufino/ tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História do Brasil Republicano			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina desenvolve assuntos paralelos ao tema iminente político/econômico do Brasil republicano ao longo do século XX. Os temas tópicos que ancoram os debates são: Autoritarismo, etnicidades, gênero, cultura, cotidiano, censura, infância e gerações, festas, revoluções e uma história das ideias da cultura brasileira que amadurece lentamente após a promulgação da República até os dias atuais.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>GREEN, James N. <i>Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985</i>. São Paulo: Companhia das letras, 2009.</p> <p>FAORO, Raymundo. <i>Os donos do poder</i>. Formação do patronato político brasileiro. 4ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977.</p> <p>NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral) <i>História da vida privada no Brasil</i>. Vol. 3.</p>					

República: da Belle époque à era do rádio. SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História e Literatura			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende realizar um estudo da representação da história na ficção. Bem como dos procedimentos da narrativa ficcional na escrita da história e das relações entre história, ficção e memória a partir do século XVI. Pensando o romance como instância de construção ficcional da realidade sócio-histórica.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BOSI, Alfredo. <i>História da Literatura</i>. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2013. CHARTIER, Roger. <i>Cultura escrita, literatura e história</i>. Porto Alegre: Artmed, 2001. FARACO. C. A. <i>Diálogos com Bakhtin</i>. Paraná. Editora UFPR, 2007.</p>					

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em História Ibérica			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>Pretende-se fornecer um balanço da história de Portugal e Espanha em diferentes temporalidades e abordagens. Analisar a história e historiografia dos Estados dinásticos na Península Ibérica. Discutir, de forma comparada, a formação dos Estados de Portugal e Espanha e suas relações com outras realidades como, por exemplo, América e África.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. La formación del feudalismo em la Península Ibérica. Barcelona, Espanha: Crítica, 1978. BOXER, C. R. A igreja e a expansão ibérica. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989. FERNANDES, Fátima Regina; FRIGUETTO, Renan. <i>Cultura e poder na península ibérica</i>. Curitiba: Juruá, 2001. 247p. VERA, Juan Palau. Geografía de España y Portugal. 10 ed. Barcelona, Espanha: I. G. Seix Y Barral Hinos, 1951.</p>					

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em História Social
-------------------	---

CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
<p>A disciplina pretende analisar a história social, seus métodos, fontes e temas. Sua relação íntima com a conjuntura econômica e, ou cultural. A organização e estruturação das hierarquias sociais. Sua relação com a história global.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. <i>Domínios da história</i>. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1997. 508p.</p> <p>FOUCAULT, Michel. <i>Em defesa da sociedade</i>. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 269p.</p> <p>FLORENTINO, Manolo, Et Al. <i>A paz nas senzalas</i>. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997. 250p.</p>					

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em Línguas Clássicas				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL

50	10				60
OFERTA		Presencial			
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
O curso pretende instrumentalizar conceitos básicos em línguas clássicas, e apresentar tópicos pontuais em que a história se beneficie das estruturas de comunicação da língua grega e cultura latina.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>ASSIS CINTRA. <i>Os clássicos e o antigo vernáculo</i>. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1921. 320p.</p> <p>DANIELLOU, Maria da Eucarístia. <i>Curso de grego</i>. Rio de Janeiro: MEC - Instituto Nacional do Livro, 1954. 265p.</p> <p>NUSSBAUM, Martha C. <i>A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega</i>. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 486 p.</p> <p>RÓNAI, Paulo. <i>Curso básico de latim i</i>. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2002. 132p.</p>					

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em Movimentos Sociais			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA		Presencial			

PRÉ-REQUISITOS	
EMENTA	
<p>Estuda processos sociais, políticos e culturais envolvidos nos movimentos sociais; A contribuição dos movimentos na elaboração e implementação de políticas sociais. Diferentes leituras sobre os "velhos" e "novos" movimentos, percursos e redefinições dessas ações coletivas no mundo.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ORTEGA Y GASSET, José. <i>A rebelião das massas</i>. 3.ed. Rio de Janeiro - RJ: 1971. 264p.</p> <p>TÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. <i>Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil</i>. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. <i>História dos movimentos e lutas sociais</i>. São Paulo: Loyola, 1995.</p>	

DISCIPLINA	Tópicos Especiais em Paleografia				
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					

Conhecer a origem da Paleografia e identificar os vários tipos de escrita da Época Moderna, exercitando a habilidade de ler e compreender documentos da época moderna, transcrevendo-os de acordo com as normas técnicas para edição e transcrição de documentos manuscritos, e em específico, os produzidos por órgãos administrativos do Império Português. Esclarecer as ferramentas e técnicas essenciais para ao aparato heurístico da História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDES, Ieda Pimenta. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

CAMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

DISCIPLINA		Tópicos Especiais em Teoria da História			
CARGA HORÁRIA					
TEÓRICA	PPed	PPed na ACEC	ACEC	CAMPO	TOTAL
50	10				60
OFERTA	Presencial				
PRÉ-REQUISITOS					
EMENTA					
Estudo das correntes do pensamento histórico e dos textos fundamentais da tradição historiográfica.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOSSE, François. *A História em migalhas*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

REIS, José Carlos. *História e Teoria*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2007.

8.3 DISCIPLINAS EXTRACURRICULARES/ELETIVAS

As disciplinas extracurriculares são um elemento de enriquecimento e diversificação da formação dos estudantes constitui uma opção individual dos alunos na busca de outros conhecimentos e experiência no decorrer de sua trajetória acadêmica. Segundo orientação da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UNESPAR as disciplinas extracurriculares estão:

Além das disciplinas obrigatórias que compõem o currículo mínimo do Curso (distribuídas em obrigatórias, optativas e eletivas), o estudante poderá cursar disciplinas extracurriculares com o intuito de aprofundar conhecimentos específicos em áreas de interesse pessoal, desde que não implique em ônus ao erário da instituição. Nestes casos, a procura pela disciplina é de livre escolha do estudante, porém, os colegiados deverão fixar os limites de contingenciamento de matrículas nas disciplinas, conforme disponibilidade e conveniência administrativas. (UNESPAR, 2017).

Os estudantes de outros cursos podem se matricular livremente para cursar disciplinas extracurriculares no Curso de História. O número de vagas para cada disciplina será estabelecido pelo colegiado antes do início de cada ano letivo e deve respeitar as normativas e regulamentos estabelecidos pela UNESPAR. Estarão excluídas da oferta aos demais cursos as disciplinas referentes a Prática do ensino de História e aos Estágios Supervisionados, bem como as disciplinas de Introdução



a Pesquisa Histórica e Produção de monografia-TCC compreendendo que estas tem implicações sobre o processo formativo específico do profissional. Os acadêmicos do Curso de História podem optar por cursar até duas disciplinas em outros cursos e validá-las como disciplinas optativas na História. As disciplinas cursadas acima desse limite serão validadas como atividades complementares

8.4 PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PPed)

A Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPed) pretende integrar o campo teórico dos conhecimentos cognitivos propostos por cada disciplina em uma dimensão que prioriza os fazeres pedagógicos inserida no processo de ensino-aprendizagem.

A carga horária definidas como Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPed), estão distribuídas em 400 horas transversalmente às disciplinas e a conforme se vê na matriz, estão alocadas em cada componente curricular de acordo com as especificidades dos componentes e se concentram mais agudamente, sobre as componentes que se relacionam ao exercício profissional atuante do historiador, a saber: Iniciação a Pesquisa Histórica I- IPH I (20hr), Iniciação a Pesquisa Histórica II- IPH II (30hr) e Produção da Monografia (60hr) que juntas agregam 110 (cento e trinta) horas cerca de 28% das 400 horas previstas.

As demais componentes recebem de 10 a 05 horas de acordo com sua proximidade de construção de vínculos identitários e de valorização afirmativa com cada uma das disciplinas. Estas definidas a cada caso referem-se a atividades relacionadas a prática de ensino aplicada a cada componente curricular como produções de materiais didáticos específicos, planejamentos de atividades, roteiros de saída de campo, listas de sites, blogs e web pages de conteúdos pedagógicos, cartilhas, transposições didáticas e sínteses.

A disciplina de Produção de Monografia-TCC se enquadra como Prática Pedagógicas (PPed) e possuem respaldo na legislação. A sala do colegiado e de projetos são utilizadas como espaços de orientação aos alunos que solicitam para o professor que orienta o projeto ou acompanha a disciplina nos horários de atendimento acadêmico previsto a cada início de ano. Outros modos de orientação on-line também poderão ser facultados, de acordo com as dificuldades de orientação presencial em circunstâncias excepcionais e justificáveis. Além disso, e conforme descrito na seção sobre o PIBID, as Práticas dos Componentes Curriculares e o plano pedagógico do curso facultam o cumprimento de carga horária do PIBID em no máximo até 100 horas, considerando as demais dimensões formativas as quais podem interessar ao aluno.

Eixo temático	Componente curricular	Carga horária
Conhecimento profissional Competências Específicas: I- dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos; IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	Políticas Educacionais	10
	História Oral	10
	Libras	--
	Teoria da História I	--
	Teoria da História II	--
	Teoria da História III	--
	Teoria da História IV	--
	Introdução a pesquisa histórica- IPH I	20
	Introdução a pesquisa histórica- IPH II	30
	História do Brasil Colonial I	10
	História do Brasil Colonial II	05
	História do Brasil Imperial I	10
	História do Brasil Imperial II	10
	História do Brasil Republicano I	10
	História do Brasil Republicano II	10
	História Antiga I	10
	História Antiga II	10
	História Medieval I	10
	História Medieval II	10
	História Moderna I	10
História Moderna II	10	
História Contemporânea I	10	
História Contemporânea II	10	
História da América I	10	
História da América II	--	
	10	

	História da África História do Paraná I História do Paraná II Optativa I Optativa II Optativa III Optativa IV	-- 10 10 10 10 10 10
Prática Profissional Competências Específicas: I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.	Metodologia e Prática do Ensino de História I Metodologia e Prática do Ensino de História II Metodologia e Prática do Ensino de História III Metodologia e Prática do Ensino de História IV Didática da História Psicologia da Educação Linguagens e tecnologias no Ensino e História Produção de monografia-TCC	10 10 10 10 05 10 -- 60
Engajamento profissional Competências Específicas: I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.	Educação Patrimonial e Ambiental Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena Direitos humanos, Diversidade e inclusão	-- 05 05
Total de horas		400

8.5 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

No contexto da prática profissional, o Estágio Curricular, obrigatório por lei, será realizado em escola/colégio de Educação Básica, mediante regime de colaboração entre os sistemas de ensino. O curso de História atua de forma a intermediar a colocação de estagiários por meio de seu professor coordenador de estágio que responde pelos componentes curriculares de Metodologia e Prática de ensino de história I,II,III e IV que se encontram alocadas no terceiro e quarto ano conforme legislação que prevê que o estágio deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado pela Instituição formadora.

O acompanhamento de estágio é realizado presencialmente pelo professor coordenador de estágio e pelo professor orientador do tema de estágio, seu cumprimento está distribuído em uma carga horária de 200 horas no terceiro ano e 200 horas no quarto ano do curso em atividades planejadas, de acordo com a legislação vigente.

Torna-se extremamente necessário que:

- Cada disciplina do curso visa ligar a parte teórica com a prática e isso é atingido com o uso de projetos de pesquisa em todo o processo educacional do futuro professor. Sendo que o termo pesquisa aqui usado, refere-se ao sentido *lato* de investigação, de busca diligente da solução de um problema.

- As disciplinas que fazem parte da estrutura curricular estão relacionadas entre si, em cada série subsequente, de forma a garantir a espiralidade dos conteúdos, contribuindo assim para pôr fim às disciplinas estanques.

- Que a organização curricular favoreça a interdisciplinaridade, o que permite a aproximação dos interesses comuns e objetiva à colaboração entre os docentes que integram a série, superando a fragmentação dos conteúdos.

Assim, pretende-se:

- Possibilitar a formação de professores, para o ensino fundamental e médio, eficientes para atuarem no momento presente da realidade nacional.

- Proporcionar aos acadêmicos, experiências que facilitem a formação de indivíduos críticos de sua própria ação e conscientes de suas futuras responsabilidades.

Mediante essas considerações pretende-se com este documento fornecer informações necessárias sobre o Curso de História com objetivo de renovação do reconhecimento do Curso em cumprimento ao Art. 31 e § 2º da Liberação n.º 1/05 do Conselho Estadual de Educação.

Os documentos e ementas referentes ao Estágio Supervisionado possuem vinculação e correspondência de execução paralela ao longo dos anos em que a disciplinas de Metodologia e prática de ensino se efetuam

3º ano		4º ano	
Metodologia e Prática de Ensino de História I	Metodologia e Prática de Ensino de História III	Metodologia e Prática de Ensino de História III	Metodologia e Prática de Ensino de História IV
Carga horária 60	Carga horária 60	Carga horária 60	Carga horária 60
Estudo teórico e aprendizagem de elaboração de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos para serem aplicados na educação básica.	Estudo teórico e aprendizagem de elaboração de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos para serem aplicados na educação básica.	Estudo teórico e Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino que ofereçam suporte à prática docente, ao estágio final e à elaboração de trabalho final de estágio supervisionado (TFES).	Estudo teórico e Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino que ofereçam suporte à prática docente, ao estágio final e à elaboração de trabalho final de estágio supervisionado (TFES).
1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado II

Carga horária 100	Carga horária 100	Carga horária 100	Carga horária 100
Elaboração e execução de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos, no ensino fundamental e médio.	Elaboração e execução de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos, no ensino fundamental e médio.	Elaboração de plano de trabalho docente, planos de aula e material didático, no ensino fundamental e/ou médio. Carga horária extensionista 20 horas	Elaboração de plano de trabalho docente, planos de aula e material didático, no ensino fundamental e/ou médio. Carga horária extensionista 20 horas
Carga horária extensionista 15 horas	Carga horária extensionista 20 horas		

Pode-se observar que a estrutura operacional do estágio está organizada de forma a distribuir os saberes referentes à prática profissional em equilíbrio com as atividades presenciais desenvolvidas nas componentes curriculares correspondentes informadas acima. Consta mais a frente (anexo I) o respectivo regulamento que ordena as ações da prática de Estágio.

A extensão na modalidade ACEC II serão cumpridas junto as práticas de estágio propostas pelos docentes em atividades de atuação descritas no projeto integrador do curso efetivado junto as escolas, do modo integrado ao atendimento das demandas da comunidade escolar e dos discentes que atuam de modo a explorar o vínculo teoria-prática educativa.

O Estágio Curricular Supervisionado de caráter obrigatório tem carga-horária de 400 horas, conforme a LDB 9.394/1996, art. 82, a Lei 11.788/2008, que regulamenta as atividades de estágio no país, a Resolução do CNE/CP 2, de 19/02/02, a e Resolução Nº 010/2015 - CEPE/UNESPAR.

8.5.1 ESTÁGIO CURRICULAR REMUNERADO NÃO OBRIGATÓRIO



O Estágio Curricular não obrigatório do Curso de História pode ser exercido por acadêmicos regularmente matriculados e visa estabelecer a relação entre conhecimentos teóricos e práticos necessários à formação do professor de História, ampliando a formação acadêmico-profissional do estudante mediante sua integração no mundo do trabalho. Conforme previsto no anexo I.

8.5.2 TRABALHO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO - TFES

Em função do perfil formativo do campus de União da Vitória, que orienta para uma habilitação plena e atuante nas licenciaturas e particularmente a de História, os graduandos e graduandas do 4º ano do curso, matriculado na Disciplina de Metodologia e Prática do Ensino de História II, deverá elaborar o Trabalho Final de Estágio – TFES, compondo a produção de um relato de experiência e um portfólio das atividades práticas de estágio, com planos de aulas e materiais didáticos, que deverão ser entregues ao professor(a) da disciplina ao final do ano letivo e apresentados em um seminário com o objetivo de ampliar o debate em relação a experiência adquirida em sala de aula. Esse seminário será organizado pelo professor da disciplina para expor os resultados obtidos pela prática do estágio ampliando a discussão sobre o ensino de história na rede pública e/ ou particular.

8.6 PRODUÇÃO DE MONOGRAFIA -TCC

O curso de História estipulou dois trabalhos essenciais para a conclusão da graduação em Licenciatura em História, um vinculado ao ensino – Trabalho Final de Estágio Supervisionado -TFES - já descrito. Outro se encontra ligado ao exercício da pesquisa. A disciplina de Produção de Monografia-TCC se efetiva em seu ciclo formativo com a entrega de trabalho escrito seja da forma de Monografia ou mesmo de artigo científico e ambas as modalidades com status de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC pretende conferir habilidades e competências quanto a produção do



conhecimento, e confere ao discente - dentro das competências específicas requerida tanto no ensino médio, quanto no ciclo da educação do ensino fundamental - saber-fazer e expertise profissional. O regulamento específico do trabalho de conclusão de curso se encontra no anexo II.

8.7 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) pretendem integrar de modo extracurricular o campo teórico e prático os conhecimentos cognitivos propostos pelo curso em uma dimensão que prioriza a participação dos discentes em eventos, seminários, congressos, feiras de conhecimento, e outras atividades correlatas, que possuam certificação em áreas do conjunto das Ciências Humanas, na área de Educação e outras ainda que se justifiquem como disciplinas auxiliares para o exercício da pesquisa em história, e mesmo da docência em ciência humanas. Como a BNCC prevê a formação para as competências e habilidades ligada às linguagens e pensamento matemático, as áreas de Letras e Matemática também podem ser acatadas como de interesse válido no cômputo de sua carga horária.

A carga horária definidas como Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), estão delimitadas em 60 horas que deverão ser efetivadas ao longo dos 04 anos do curso, é de responsabilidade do discente se inscrever, participar dos eventos e apresentar seus certificados de participação ao final do oitavo período ao coordenador de curso ou o professor designado para tal, para que efetive o registro de cumprimento. As atividades são validadas pela coordenação do curso, em instrumento próprio do colegiado e relatado de forma oficial a Secretaria Acadêmica para lançamento em histórico do aluno.



8.8 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Expressivos são os números de crescimento do fomento à extensão universitária no Brasil e no Paraná, não diferentemente dentro do Colegiado de História desde 2009, através do apoio de agências de fomento federal e do Programa Institucional de Bolsa a Iniciação à Pesquisa - PIBIC – MEC/CAPES e agência de fomento estadual como a USF – Universidade Sem Fronteiras – do Estado do Paraná, pôde o departamento a alguns anos iniciar e desenvolver diversos projetos institucionais que ampliaram a ação e o alcance da licenciatura de história no contexto regional. Os projetos que integram o acadêmico a sua dinâmica de práticas profissionais, são os projetos de perfil extensionista que são subvencionados pelo governo do Estado do Paraná SETI, por intermédio de seu programa Universidade Sem Fronteiras - USF.

O Colegiado de história submete regularmente propostas e como já se afirmou anteriormente, atualmente cadastrado na divisão de extensão do campus há projetos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos, porém, com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de ressignificação da história e de seu papel na sociedade. Nestes projetos, o colegiado conta com alunos bolsistas da graduação, voluntários que atuam no arquivo histórico, descrito posteriormente, e que intenta publicizar material de acervo à comunidade de forma ampla e acadêmica de pesquisa.

Nesse processo de necessidade de ampliação da extensão, a relação entre ensino, pesquisa e extensão também foi pensada a partir da inclusão dos egressos do curso de história na estruturação dos projetos. Todos os projetos de extensão orientaram-se na articulação/participação de recém-formados, perspectiva essa que vem de encontro com a ampliação da formação acadêmica, experiência e



valorização profissional, que reflete o Projeto Curricular de Curso e o compromisso com a educação em todos os seus níveis.

Uma determinada concepção de extensão universitária tem sido fruto de debates e discussões e no decorrer da história da universidade no Brasil passou por diversas transformações e “[...] durante a década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, começa a se configurar um novo paradigma de Universidade, de Sociedade e de Cidadania.” (FORPROEX, 2006, p. 20). A partir de então, com a reabertura de democrática a partir de 1984 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabelece que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão representa a base da organização das universidades brasileiras, e partindo de um amplo debate, em 2010 foi apresentando o seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2006).

Ao considerar o conceito de extensão definido pela FORPROEX e a determinação da Lei nº 1.300/2014, e a RESOLUÇÃO Nº 038/2020–CEPE/UNESPAR adotamos a seguinte classificação:

Art. 7º Para atender aos objetivos previstos na Resolução Nº 7/2018 MEC/CNE/CES, a curricularização nos cursos de Graduação e Pós-graduação da UNESPAR deverá ser realizada de acordo com as seguintes modalidades, observando-se as especificidades de cada curso:

I – ACEC I: disciplina de caráter introdutório, apresentando aos discentes a fundamentação teórica da extensão universitária, a legislação vigente sobre o tema e possibilidades de desenvolvimento de ações extensionistas, com carga horária anual máxima de 30h (trinta horas), conforme diretrizes estabelecidas no PPC’s dos cursos e de acordo com suas especificidades.

II – ACEC II: disciplinas obrigatórias e/ou optativas, com previsão de uma parte ou da totalidade de sua carga-horária destinada à participação dos



discentes como integrantes da equipe executora de ações extensionistas cadastradas na UNESPAR, conforme diretrizes estabelecidas nos PPC's dos cursos e de acordo com suas especificidades.

III – ACEC III: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de ações extensionistas não-vinculadas às disciplinas constantes nos PPC's dos cursos de Graduação e Pós-graduação da UNESPAR.

IV – ACEC IV: participação de discentes como integrantes da equipe organizadora e/ou ministrante de cursos e eventos vinculados a Programas e Projetos de Extensão da UNESPAR.

V – ACEC V: participação de discentes como integrantes das equipes executoras de atividades de extensão de outras instituições de ensino superior, com a creditação de no máximo 120 (cento e vinte) horas para esta modalidade.

Metodologicamente a extensão ocorrerá em vários modos, alguns deles inter relacionados:

A curricularização da extensão no Curso de História da UNESPAR no Campus de União da Vitória dar-se-á por meio do “Programa de extensão em História” e do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História”

O “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História” estará vinculado ao programa de extensão do curso e é responsável pela integralização curricular da ACEC II, podendo apresentar propostas em ACEC III e IV e tem como objetivo integrar ações extensionistas às disciplinas específicas do curso.

Os professores que ofertam disciplinas em que a extensão é parte integrante do processo formativo informam planos de ensino e atividades extensionistas ao Coordenador de ACEC para vinculo a seu projeto integrador, bem como seus respectivos relatórios finais de atividades.

Os professores do colegiado que não possuem disciplinas em que a extensão é parte constitutiva do processo formativo, podem de modo individual propor por meio do “Programa de extensão em História” ações e projetos nas modalidades ACEC III e IV desde que vinculados a este último. Tais propostas podem ser de cunho cultural e/ou científico como: Grupos de dança e cultura afro brasileira,



Projetos de memória e história oral, Projetos pedagógicos, eventos, serviços e cursos entre outros.

As disciplinas que integrarão o projeto integrador são: “Universidade e Sociedade I”; “Universidade e Sociedade II”; “Ensino da Cultura Afro Brasileira e indígena”; “Educação Patrimonial e Ambiental- EPA”; “Didática da História; “Direitos Humanos, diversidade e Inclusão” e as atividades do “Estágio Curricular Supervisionado I” (Metodologia e prática do ensino de História I e II), “Estágio Curricular Supervisionado II” (Metodologia e prática do ensino de História III e IV)

Assim, o “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História” vinculado a seu Programa garante 325 horas de extensão curricularizadas em disciplinas obrigatórias nas modalidades de ACEC I e II, conforme a carga horária prevista na tabela acima, podendo o discente efetivar práticas somatórias ou substitutivas em até 90 (noventa) horas para as ACECs III e IV.

Assim sendo alguns fatores são necessários destacar

- a) Participação discente obrigatória nas ações curricularizadas anualmente nos ementários da disciplina Universidade e sociedade I e II que estão ligadas diretamente ao exercício da extensão de forma prática e teórica.
- b) Participação discente obrigatória nos programas de extensão ofertados no âmbito do colegiado tendo em vista que conforme prescreve o regulamento; as atividades e projeto integrador são vinculados a este programa.
- c) Participação discente obrigatória de 75 horas nas ações curricularizadas anualmente nos ementários das disciplinas Estágio Supervisionado I e II categorizadas como Pped em ACECs, que estão ligadas diretamente ao exercício da extensão.
- d) Participação discente facultativa de modo somatório ou substitutivo nas ações de extensão propostas por docentes que apresentem projetos de extensão curricular e

de cunho cultural e/ou científico como: Grupos de dança e cultura afro brasileira, Projetos de memória e história oral, Projetos pedagógicos, eventos, serviços e cursos entre outros.

e) Participação discente facultativa de programas de extensão ofertadas no âmbito da Pró Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC, Fundo Paraná ou Fundação Araucária sob acompanhamento dos docentes proponentes que podem estar ligados também a grupos de pesquisa bem como a outras Universidades que desempenhem atividades de mesma finalidade.

Desta feita atendendo aos critérios vigentes a curricularização da extensão no Curso de História da UNESPAR Campus União da Vitória se dará nos seguintes componentes:

COMPONENTE	INTEGRALIZAÇÃO	CARGA HORÁRI A
ACEC I - Parte de Disciplina:	Universidade e Sociedade I Universidade e Sociedade II	20 hr 10 hr
ACEC II - Parte de Disciplina:	Universidade e Sociedade I Universidade e Sociedade II Cultura Afro Brasileira Educação Patrimonial e Ambiental Didática da História Direitos humanos, Diversidade e inclusão Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II	55 hr 65 hr 20 hr 40hr 20hr 20hr 35hr 40hr
ACEC III – Participação em projetos:	Programa de extensão em História da UNESPAR Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR	90hr*
ACEC IV - Participação em Cursos e eventos do	Programa de extensão em História da UNESPAR	

Curso/IES:	Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR UNESPAR	
ACEC V - Participação em Cursos e eventos de outras instituições	Cursos e eventos de outras instituições	
TOTAL		325

* Conforme previsto no §3º do Artigo 13do Regulamento de Atividades de Extensão do curso de História, podem ser desenvolvidas de forma somatória ou substitutiva (às ACEC's I e II) optando-se pelas diversas atividades referentes às ACEC's III, IV e V. Como se lê:

§3º As atividades de extensão do Curso de História nas modalidades ACEC III e IV devem ofertar a carga horárias de extensão por estudante ao longo de quatro anos de forma somatória ou substitutiva a ACEC II. Garantindo a todos os(as) estudantes, junto à ACEC II, o total de 325 horas de extensão ao longo da periodização estipulada pela matriz curricular do curso.

I) Quando o acadêmico optar pela forma substitutiva, ele deverá ser orientado e ter autorização dada pelo coordenador de ACEC do curso para adequação das escolhas dos projetos ofertados pelas equipes ou professores de modo que as atividades se encontrem em consonância com a proposta da ementa curricular do docente que a ofertará garantindo assim sua natureza curricular

9.0 Pesquisa

As pesquisas desenvolvidas no curso de Graduação em História foram marcadas por décadas de produção de conhecimento histórico e de interação com a comunidade científica e escolar. Desde a década de 1970 o dinamismo do curso de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV) se apresentava em atividades diversificadas, abrangendo exposições, seminários, divulgação de conhecimento, oficinas e cursos diversos.

A iniciativa da criação do *Centro de Pesquisas e Estudos Históricos* (CEPEH, em 1976) voltado à pesquisa histórica e a preservação do patrimônio cultural, seja ele local ou regional, enquadrava-se na perspectiva de uma “comunidade de compartilhamento de problemas e métodos” (Khun, 1970), estruturados na história



tradicional, no historicismo e nas influências do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP), em sua maioria, articulado ao paradigma paranista.⁴²

Em fins da década de 1990, a criação do *Arquivo Histórico do Departamento de História* e de seu acervo documental visava contribuir com a formação de acadêmicos, professores e pesquisadores.⁴³ Ao mesmo tempo, essa iniciativa se associava à tarefa de vincular esta formação à extensão universitária, socializando o conhecimento, tornando-o um capital social produzido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI-UV).⁴⁴ A organização arquivística e as pesquisas que dela resultam contribuem – ontem e hoje – não apenas para formar historiadores, mas para preservar os “vestígios de lugares e de memórias”, para refletir os desafios teóricos e metodológicos desse campo, além de ser possível planejar a relação institucional estabelecida entre esse espaço formativo, seus usuários e a sociedade.⁴⁵ Em termos historiográficos, nessa época, o colegiado de história era influenciado pelo debate em torno da “virada linguística”, do fazer historiográfico, das implicações na identidade do historiador profissional e sua escrita historiadora.⁴⁶ Simultaneamente, desde fins do século XX, outros campos da pesquisa histórica também se fizeram presentes, privilegiando-se a pesquisa em história cultural, a

⁴² KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago, University of Chicago Press, 1970. Além da diversidade de publicações a partir deste período, veja-se também a série quase completa de Boletins do IHGPR disponível na Biblioteca Dante de Jesus Augusto. Para enfatizar essas ideias, sugerimos a leitura de ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Curitiba: UFPR, 2009.

⁴³ No site da Unespar, campus de União da Vitória, o referido Arquivo Histórico está desatualizado, com link que direciona o consulente para um blog pessoal: <http://arquivofafiu.blogspot.com/>

⁴⁴ O Professor José Fagundes trabalhou na FAFI-UV entre os anos de 1991 e 2008. Sobre o assunto, ver FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986; e FAGUNDES, J.; MARTINS, Ilton César. **Autonomia Universitária: contribuição da FAFI ao plano estadual de educação**. Luminária (União da Vitória), v. 7, p. 77-82, 2005.

⁴⁵ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009, p. 9.

⁴⁶ Ver DOS SANTOS, W. G. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do linguisticturn: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019.



história política e a história do tempo presente, entre outras linhagens historiográficas.⁴⁷

A ampliação do quadro docente do colegiado de história se deu com a realização de Concursos Públicos (1998, 2006 e 2014), embora a composição do quadro docente tenha se mantido deficitária nas últimas duas décadas (com o número máximo de seis docentes efetivos nesse período). A ausência de concurso público para o curso de história impossibilitou a formação de grupos de pesquisa no campus e a participação de docentes nos programas de mestrado em Ensino de História (ProfHistória - 2016) e História Pública (2019) ofertados no *campus* da Unespar - Campo Mourão.⁴⁸

Apesar da composição colegiada do *campus* de União da Vitória ser deficitária e de contar com a maioria de professores colaboradores/temporários, houve avanços a partir dos campos de pesquisa historiográfica a pouco delineados, através da oferta de cursos de Pós-graduação (*Lato sensu*). Entre elas, estavam História do Brasil (2002), História e Meio ambiente (2003), História do Brasil (2003-2007), Estudos de História Cultural (2008-2009), História e Sociedade (2009), Pós-História (2010). Para o ano de 2023, o colegiado de história ofertará a Pós-Graduação (*Lato sensu*) Gênero, diversidade e violência.

Institucionalmente a Pós-Graduação *Lato sensu* avançou com a criação do Instituto de Ensino, Pesquisa e Prestação de Serviços – IEPS (2000), sendo que as pesquisas eram complementadas com saídas de campo, apresentação e difusão de conhecimento histórico. Esses encaminhamentos possibilitaram a divulgação de pesquisas e a publicação de textos de referência, a partir de eventos anuais (Semanas de História) e do Colóquio Nacional de História e Historiografia no Vale do Iguaçu (2005). A repercussão dessas iniciativas envolvendo ensino, pesquisa e extensão, a partir da contribuição de Fagundes (1986), alargou-se com a

⁴⁷ FERREIRA, M. de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, 2018.

⁴⁸ Atualmente o Prof. Dr. Michel Kobelinski integra as linhas de pesquisa Saberes históricos em diferentes espaços de memórias (ProfHistória) e Memórias e Espaços de Formação (História Pública).

qualificação de egressos do curso de história em programas de Pós-Graduação no Brasil, estimulando-se ainda mais a pesquisa e a formação continuada, apesar da ausência de oferta de Pós-Graduação – *Stricto sensu* na instituição.

Nesse movimento, podemos inserir a criação de programas de incentivo à pesquisa qualificada, que se colocava como meta da gestão do Prof. Dr. Eloy Tonon, Diretor da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI-UV). Em 2006, criou-se o Comitê de Ética, Pesquisa e Extensão (CEPEX) - órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, a fim de salvaguardar a integridade e a dignidade dos participantes de pesquisas desenvolvidas na instituição, bem como orientar as atitudes ético-normativas dos pesquisadores. Com esses procedimentos e a inclusão no Sistema CEP/Conep (Comitê de ética em Pesquisa; Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) almejava-se a excelência e a qualificação das pesquisas que envolvessem seres humanos, atendendo mesmo que tardiamente a Resolução CNS nº 196/96.⁴⁹

A alteração na matriz curricular Curso de História (2011-2012) produziu uma mudança no perfil do trabalho científico.⁵⁰ Partia-se do pressuposto de que a formação de profissionais capacitados passava pela articulação entre o ensino e a pesquisa. Assim, a monografia de graduação ou a produção de artigo científico se tornavam componentes curriculares obrigatórios, propiciando aos acadêmicos, situações de investigação e de formação docente mais densa e articulada, face a ausência de uma Pós-Graduação *Stricto sensu*, pesquisa em rede e internacionalização.

Nessa época em que a UNESPAR se consolidava enquanto instituição universitária, surgiram iniciativas envolvendo a criação de laboratórios, grupos e projetos de pesquisa/extensão - voltados, em geral, para a temática do Contestado.

⁴⁹É preciso sublinhar que vários projetos de pesquisa desenvolvidos na Unespar não têm trânsito em Comitê de Ética. Portanto, parte destas pesquisas fogem do controle da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação, inexistindo iniciativas de orientação e discussão desse delicado tema que envolve seres humanos. No colegiado de história, o Prof. Dr. Michel Kobelinski e uma equipe constituída elaborou o regulamento e presidiu o referido Comitê de Ética em Pesquisa entre os anos de 2006 e 2009.

⁵⁰ Cf. *Regulamento de Trabalho Monográfico para Produção de Artigo Acadêmico* (2011), que alterava o Regulamento de 2007.



Entre as mudanças curriculares estavam a instalação do Laboratório de História Oral, que visa salvaguardar a memória regional, além da inserção da disciplina de História Oral (núcleo estruturante complementar), capacitando os acadêmicos em termos epistêmicos, técnicos, metodológicos e éticos, além de alavancar estudos relativos à história do tempo presente. Simultaneamente, a constituição do Laboratório de Aprendizagem Histórica – LAPHIS – tinha como objetivo o desenvolvimento da pesquisa/extensão.

Entre os anos de 2011 e 2020, a articulação entre o ensino e a pesquisa constava do Plano Nacional de Pós-Graduação e de uma Agenda Nacional de Pesquisa. A melhoria da Educação Básica previa a “ampliação do atendimento na educação básica” e a “formação, qualificação e valorização dos profissionais da educação”, tendo como eixos a formação inicial e continuada através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e Programa de Residência Pedagógica (PRP).⁵¹ Nesse sentido, em razão dos problemas anteriormente apontados, o curso de História não teve condições de ofertar programas de mestrado profissional para qualificação de professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) na região de sua abrangência.

No tocante à internacionalização (ver item 9.9), o modelo adotado atualmente na instituição (*Internacionalization at Home, IaH*) não se articulou inteiramente à dinâmica do Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e ao campus de União da Vitória, por vários motivos. Isto explica, em parte, a inexistência de uma Pós-Graduação *Strictu sensu*. Como resultado, as ações nessa direção foram isoladas e de baixo impacto, tais como ausência de redes de pesquisa, linhas de pesquisa e colaboração científica, ausência de convênios, carência nas interações e trânsito de

⁵¹ Sobre o PIBID - 2010, o curso de História privilegiou o tema História da África e da cultura afro-brasileira: para além das leis, rumo à cidadania. Ver COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PNPG 2011-2020. Evolução do SNPG-PNPG-2011-2020. CAPES: Brasília, 2021.



docentes/discentes do campus com universidades estrangeiras, comprometimento, planejamento e recursos institucional e estatal.

Em 2013 a pesquisa histórica se desenvolveu através de grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq, sendo estes: *Cultura e sensibilidades, Música, cultura e sociedade, História Pública (em atualização ao grupo Cultura e Sensibilidades)* e por fim *Subjetividades, violência e morte*. É importante dizer que a vinculação dos professores (efetivos e colaboradores) a grupos de pesquisa de outras instituições universitárias, ampliou a troca de conhecimentos e promoveu a difusão da pesquisa histórica em vários campos. Por outro lado, entre 2014 e 2015, como resultado das alterações curriculares (2011-2012) e, sobretudo em relação à produção de artigos - avaliados por professores do colegiado - surgiram as revistas *Mais que Amélias* e *Sobre Ontens* para centralizar a produção científica dos acadêmicos curso de história. No entanto, essa forma de disseminação de pesquisa local foi descontinuada.⁵²

Atualmente, o colegiado conta com Laboratório de Processamento, Restauro e Conservação de Fontes Históricas Jurídicas (LAFJUR), que procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios para sua recolha, seleção, tratamento e conservação. A

⁵² Atualmente os referidos periódicos não estão vinculados ao colegiado de história, uma vez que se desviaram de suas funções primordiais e dos processos ético-normativos, ignorando os regulamentos internos para funcionar de maneira oculta e paralela para vincular suas imagens à UNESPAR com a pretensão de obter credibilidade e legalidade junto ao público universitário brasileiro. Como estas revistas também não atendem a Lei do Livro (Lei Nº 10.753, 2003), a Lei do Depósito Legal (Lei 10.994/2004) e os Processos de Avaliação pelos Pares, sua existência não é conhecida institucionalmente e, desse modo, seus editores não integram o *Portal de Periódicos da Unespar* (<https://periodicos.unespar.edu.br/>); tampouco seus editores permitem acesso às informações em site da instituição (Lei de Acesso à Informação, Decreto Nº 7.724/2012) ou atendem a Resolução de Periódicos da Unespar (Resolução nº 002/2022 – CEPE/Unespar), para atuarem como Membros de Comitê Editorial. As más práticas editoriais consistem na transformação de Anais de eventos on-line em livros eletrônicos (Simpósio Eletrônico Internacional de Ensino de História: <https://simpohist2021.blogspot.com/>) sem certificação válida pela universidade, valendo-se de editora inexistente (no caso, a Sobre Ontens), inobservância dos dispositivos presentes na Lei do Direito Autoral (Lei 9.610/1998), resultando em atos de má fé, cujo resultado é a disseminação e a superprodução de pesquisa acadêmica de forma irregular, através da qual currículos na Plataforma Lattes são alimentados com dezenas de “livros” e “capítulos de livros”, fazendo com os autores que participam dessas revistas/eventos incorram na artificialização volumosa da produção acadêmica.



salvaguarda e a recepção de documentos têm como finalidade servir como material de consulta e como fonte de pesquisa. O LAFJUR mantém convênio com a Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, com fins de assessoria técnica e compartilhamento de acervos. Assim, a existência desse laboratório envolve tanto a pesquisa documental quanto o suporte ao desenvolvimento de atividades extensionistas.

No momento está sendo implantada uma seção do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com a UNESPAR. O objetivo é criar espaços de debate acadêmico-científico interinstitucional, privilegiando temas da História Antiga, História Medieval ou ainda temas contemporâneos.⁵³

Os projetos de pesquisa docente são registrados na Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do campus.⁵⁴ Estes, também acolhem pesquisas discentes, procurando articulá-las aos grupos de pesquisa, à difusão do conhecimento, além de valorizar os vínculos com a extensão universitária e com a própria trajetória de pesquisa do alunado. Atualmente, as pesquisas desenvolvidas pelos docentes são as seguintes:

A) Everton Grein - TIDE: *Esmaraldo de São Miguel (760-840): pedagogia e doutrina no Renascimento Carolíngio*. Outro projeto: *Os Hispani na corte Carolíngia*.

B) Jefferson William Gohl -TIDE: *Sentidos da morte: Representações dos assassinatos e suicídios em processos crime da comarca de União da Vitória no início do século XX* ligado ao LAFJUR.

⁵³ No momento, o único link ativo para o Núcleo de Estudos Mediterrânicos. Ver: <https://www.facebook.com/nemed.ufpr>

⁵⁴ Atualmente o link para acesso à página de projetos de pesquisa do campus está inativo. Ver: <https://uniaodavitoria.unespar.edu.br/menu-principal/setores-1/divisao-de-pesquisa-e-pos-graduacao>

C) Kelly Cristina Benjamim Viana - 1) **TIDE:** *Dedo de anjo e osso de defunto: restos mortais, feitiçaria e Inquisição nos espaços luso-brasileiros (1670-1790)*. 2) **Projeto de pesquisa/extensão:** *Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR ligado ao programa Observatório polônes.*

D) Michel Kobelinski – 1) **TIDE:** *Museus, monumentos e comunidades: lugares de memória pública* ligado ao grupo História Pública e outros projetos: *Novas sensibilidades na América Latina: perspectivas históricas, literárias e políticas (séc. XVI-XXI)* este último alinhado ao Grupo de História Pública (pesquisa em rede); 2) **Projeto de pesquisa/extensão:** *Histórias, Artes, Patrimônios e Públicos.*

PROJETOS DE PROFESSORES COLABORADORES

E) Alexandre Rodrigues de Souza - *Investigação sobre os discursos médicos produzidos sobre as enfermidades venéreas no contexto escravista do Brasil Colonial.*

F) Naiara Krascheski Stadler - *Fotografias da Deutsche Kolonialgesellschaft em África (1884-1943).*

G) Priscila Emanoeli Cozer - *As cheias do Iguaçu: O Impacto da Enchente de 1983 na Memória Coletiva e na Construção Social dos Municípios de União Da Vitória (PR) e Porto União (SC).*

H) Wanilton Tadeu Dudek- *Freies Deutschland: O Antinazismo na América em perspectiva Transnacional (1933-1945).*



I) Zuleide Maria Matulle -Tenho a honra de informar que aquele alemão é um súdito do eixo: tensões entre alemães e brasileiros em União da Vitória e Porto União no Estado Novo.

Na graduação, em termos metodológicos, a pesquisa ocorre de forma regular e interrelacionada. A participação discente é obrigatória nas disciplinas que estão ligadas diretamente ao exercício da pesquisa individual e autônoma, através das disciplinas de Introdução à Pesquisa Histórica e Produção Monográfica. Nessas disciplinas, a elaboração de monografia/artigo também envolve a produção de materiais didáticos e planejamento pedagógico, os quais são atrelados à Prática dos Componentes Curriculares, à Extensão Universitária. Eventualmente estas pesquisas podem ser inscritas em Programas de Iniciação Científica, coordenados pela Pró-Reitoria da Pesquisa da UNESPAR (PRPPG).

10.0 INTERNACIONALIZAÇÃO

Na UNESPAR, a Política Institucional de Internacionalização, estabelecida através da Resolução nº 001/2018, articula as esferas estadual, federal e internacional aos princípios de promoção, fomento e consolidação de ações de internacionalização, abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Em tese, a política de internacionalização, coordenada pelo Escritório de Relações Internacionais (ERI, Resolução nº. 005/2016), articulada às Pró-reitorias, assistiria a comunidade acadêmica da UNESPAR, tanto em estabelecer relações com instituições estrangeiras (e nacionais), para promover a “interculturalidade e a cidadania global”, quanto em promover mobilidade física e virtual de professores, agentes universitários e estudantes (Resolução nº 001/2018, p. 6).

O processo de internacionalização, preconizado como caminho e compromisso interinstitucional, intercultural, intelectual e social, sinaliza para trocas de conhecimentos científico, cultural e tecnológico, além da formação de redes



colaborativas interinstitucionais, com mobilidade de docentes e discentes, com vistas a uma formação cidadã universalizante. Contudo, as ações de implementação e promoção de uma cultura de internacionalização, envolvendo Graduação e Pós-Graduação, deixam a desejar devido a ausência de articulações, recursos financeiros e, até mesmo, de projetos em rede. As ações existentes se restringem a ações isoladas, processos burocráticos e a mapeamentos individuais e desarticulados da realidade universitária. Portanto, a sensibilização, o estímulo e a orientação da comunidade acadêmica em torno da internacionalização e, conseqüentemente da circularização de saberes, são limitados, à exceção de poucos projetos e convênios dos Programas de Pós-Graduação da Universidade, articulados às ações do ERI.

A internacionalização da Educação Superior na Unespar parte do conceito de Internationalization at Home (IaH), do qual decorre o princípio da universalização curricular (Internationalization of the Curriculum), centrado em habilidades e competências interculturais. Isto, “sem, necessariamente [o aluno], precisar sair do seu país de origem”, além de o processo de internacionalização considerar que a formação curricular não é responsabilidade exclusiva do ERI, mas de toda a instituição. É por este motivo que se criou o Comitê de Internacionalização da Unespar – COMIT, embora que tal política de descentralização não tenha discutido as novas ações e papéis de toda comunidade universitária nesse processo. É importante dizer que é necessário levantar demandas docentes e discentes, os quais, certamente pretendem um modelo de currículo acessível, inclusivo e qualitativo, através de experiências na universidade de origem, e também, nas instituições estrangeiras. Acrescente-se, que a Internacionalização em Casa prevê a existência da pesquisa internacional em rede, organização e preparação de docentes, discentes e gestores para atuar no processo, além de uma política institucional clara de investimentos.

Nessa linha de argumentação, o Programa de Internacionalização da Unespar (PIU) é pouco conhecido e difundido internamente. A princípio, devido à



gestão do Eri ser constituída em plena pandemia do Covid-19 (2021-2021). Como desfecho a política de descentralização do Eri através de um Comitê de Internacionalização (COMINT), mapeamento de ações de internacionalização da comunidade acadêmica, ou mesmo de Disseminação da Cultura de Internacionalização, tem baixa divulgação e adesão pela comunidade acadêmica e mesmo pelos colegiados de Graduação e Pós-graduação. Quando muito, constituem-se apenas em iniciativas ou lustros de internacionalização, através de visitas de professores estrangeiros para palestras e minicursos.

No colegiado de História do campus, iniciativas desta natureza, embora desafinadas com a atual Política Institucional de Internacionalização, começaram a ser discutidas, tendo como objetivos potencializar experiências pessoais, aprendizados, fortalecimento curricular, estratégias para evitar a evasão acadêmica, convênios e projetos de cooperação internacional.

Considerando o último quinquênio, o Departamento de História recebeu, em 13 de junho de 2017, a Professora Dr^a Olga Alicia Gallardo Milanés, da Universidade de Holguín - Cuba, para ministrar a palestra “A Revolução Cubana: desafios contemporâneos, por intermédio do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), Unespar, campus de Campo Mourão.

Em 2019, o campus de União da Vitória recebeu o Professor visitante, Dr. Jorge Alberto Kulemeyer, Universidade de Jujuy, Argentina, na Jornada de Trocas, Interação e Interlocução (8 a 12 julho de 2019), cuja palestra no campus foi “Diálogos histórico-antropológicos: La danza de los Diablos”. A iniciativa de natureza científica e extensionista estava vinculada aos preceitos do Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020, destacando-se ações de internacionalização e de cooperação internacional e de produção científica.

Atualmente, através dos colegiados de história do campus de União da Vitória e do Programa de Pós-Graduação em História Pública, campus de Campo Mourão, assinou-se o Convênio de Cooperação Científica com a Universidade de Quilmes,



Argentina, Mestrado em História Pública e Divulgação da História (Diário Oficial do Paraná, 20 de abril, de 2022, p. 44). As tratativas em torno de um projeto comum de pesquisa já foram iniciadas e contam com atividades em rede. Citamos aqui o evento “Historias, memorias y artes em el espacio público - Brasil y Argentina (24/03/2022), vinculado ao Project Manager Explorers and Delegate Steering Committee, da International Federation for Public History, IFPH-FIHP, além da Convocatoria Proyectos de construcción de narrativas y acciones de Historia Pública y divulgación social de la Historia (12/04/22). Em termos de Programação para o corrente ano, haverá intercâmbio de professores visitantes do Brasil e da Argentina, nos meses de outubro e novembro. Ainda assim, é preciso pontuar a participação de membros do colegiado na Federação Internacional de História Pública e no Comitê Editorial da Revista Public History Weekly.

Entendemos que a internacionalização do Ensino Superior abrange uma dimensão estratégica da universidade e, através dela, podemos pensar no desenvolvimento humano, ético e competente. A internacionalização do currículo e de atividades que possam torná-la dinâmica, crítica e inclusiva, é um caminho para alcançarmos a qualidade no Ensino Superior, seja através de interações, convênios e parcerias, seja através de projetos em rede, voltados para o ensino, pesquisa e extensão.

10.1 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

A nova matriz curricular mantém uma relação estreita com a anterior sendo que todas as disciplinas ofertadas anteriormente foram mantidas quase em sua totalidade a exceção da alteração da disciplina de Antropologia e história dos povos indígenas e História e Cultura Afro-Brasileira que foram agregadas em uma única opção na grade de 2023 sob a nomenclatura de Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena. Assim sendo o aluno tem como optar segundo o quadro de

equivalência de maneira a não perder nenhuma carga horária já realizada. Sendo que tendo já efetivadas em sua integralidade as duas disciplinas o discente pode ser dispensado daquelas que lhe correspondem. Inclusive a observância da quantidade de cargas horárias foram preservadas mesmo quando houveram desdobramentos de base anual para semestral, sem impacto considerável a exceção da disciplina de Iniciação a Pesquisa Histórica II que acresce de 30 horas, no entanto pela sua característica de Disciplina programada não apresenta dificuldades de cumprimento.

Quanto às optativas, o entendimento é que se abre um leque maior de opções que se não foram cumpridas duas delas por parte do aluno que tinha vigência na matriz de 2019 pode-se estender o direito de cumprir também aquelas disciplinas equivalentes de foram acrescentadas na matriz de 2023, a saber, linguagens e tecnologias no ensino de história e Direitos Humanos, Diversidade e inclusão sem prejuízo para o aluno, pois, já fará parte da oferta de disciplinas por parte do corpo docente do colegiado.

10.1.1 QUADRO DE EQUIVALÊNCIA EM RELAÇÃO A MATRIZ CURRICULAR EM VIGOR

Quadro de equivalências		
	Disciplinas 2019	Disciplinas equivalentes 2023
Dis	Psicologia da Educação	Psicologia da Educação
Dis	Didática da História	Didática da História
Dis	Metodologia e Prática do Ensino de História I	Metodologia e Prática do Ensino de História I
		Metodologia e Prática do Ensino de História II
Dis	Metodologia e Prática do Ensino de História II	Metodologia e Prática do Ensino de História III
		Metodologia e Prática do Ensino de História IV
Dis	História do Brasil Colonial I	História do Brasil Colonial I

Dis	História do Brasil Colonial II	História do Brasil Colonial II
Dis	História do Brasil Imperial I	História do Brasil Imperial I
Dis	História do Brasil Imperial II	História do Brasil Imperial II
Dis	História do Brasil República I	História do Brasil Republicano I
Dis	História do Brasil República II	História do Brasil Republicano II
Dis	História Antiga I	História Antiga I
Dis	História Antiga II	História Antiga II
Dis	História Medieval I	História Medieval I
Dis	História Medieval II	História Medieval II
Dis	História Moderna I	História Moderna I
Dis	História Moderna II	História Moderna I
Dis	História Contemporânea I	História Contemporânea I
Dis	História Contemporânea II	História Contemporânea I
Dis	Antropologia e história dos povos indígenas	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena
		História Oral
Dis	História da América I	História da América I
Dis	História da América II	História da América II
Dis	História da África	História da África
Dis	História e Cultura Afro-Brasileira	Ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e indígena
Dis	Libras	Libras
Dis	Teoria da História I	Teoria da História I
Dis	Teoria da História II	Teoria da História II
Dis	Teoria da História III	Teoria da História III
Dis	Teoria da História IV	Teoria da História IV

Dis	Iniciação a Pesquisa Histórica	Iniciação a Pesquisa Histórica I
		Iniciação a Pesquisa Histórica II
Dis	Políticas Educacionais	Políticas Educacionais
Dis	Educação Patrimonial e Ambiental	Educação Patrimonial e Ambiental
Dis	História do Paraná I	História do Paraná I
Dis	História do Paraná II	História do Paraná II
Dis	Tópicos em Brasil Colônia	História do Brasil Colonial II
Dis	Universidade e Sociedade I	Universidade e Sociedade I
Dis	Universidade e Sociedade II	Universidade e Sociedade II
Dis	Optativa (01)	Optativa (01)
Dis	Optativa (02)	Linguagens e tecnologias no ensino de história
Dis	Optativa (03)	Optativa (03)
Dis	Optativa (04)	Direitos Humanos, Diversidade e inclusão
Est	Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado I
Est	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado II
Dis	Produção de monografia	Produção de monografia-TCC

10.1.2 RECURSOS NECESSÁRIOS

As instalações e equipamentos do curso de história buscam atender às necessidades de alunos e professores. Entre os anos de 2009 e 2012, graças aos recursos oriundos da Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia, a instituição ampliou sua estrutura física. O colegiado de história se beneficiou com este novo aparato que atualmente necessita manutenção e reaparelhamento. Destarte certa insuficiência do suporte físico e dos equipamentos que visam o desenvolvimento de ações individuais e coletivas, procura-se articular as experiências formativas e

técnicas ao ensino, à pesquisa e à extensão. As condições de acesso e mobilidade aos ambientes do colegiado não são plenas, embora estejam previstas em projeto institucional.

Sala de Professores e Sala de Reuniões

A sala de professores e a sala de reuniões é um ambiente funcional e confortável. Este amplo espaço é utilizado com frequência (manhã, tarde e noite). Funciona como ambiente das reuniões de colegiado, as quais ocorrem regularmente às terças-feiras. Trata-se de um espaço multifuncional, destinado a leitura, pesquisa, orientação, elaboração de projetos e orientações de trabalho final de Estágio Supervisionado, monografias e artigos. Neste espaço são arquivados todos os documentos recebidos e produzidos pelo corpo docente. Entretanto, o projeto original de construção não privilegiou a segurança. Sabe-se da necessidade da instalação de grades externas e investimento em segurança para que os bens patrimoniais sejam mantidos e preservados. Entre eles, alarmes e câmeras de vigilância. Pretende-se, ainda, complementar os aparos de luz (persianas) com blackout além da substituição de fechaduras com maior padrão de qualidade para que a sala ganhe ainda mais em comodidade. Por fim, o que deixa a desejar é a regularidade dos serviços de limpeza e higienização.

Instalações docentes	Quantidade/área
Sala do colegiado	01 (40 mt)
Mesa	01
Cadeiras	10
Armário baixo	01
Armário alto	01
Rack	01
Mural	01
Frigobar (Inoperante)	01
Computador/ wireless	01
Impressora Laser HP (Inoperante)	01

Impressora Laser Samsung	01
Ar condicionado	01

10.2 RECURSOS FÍSICOS, BIBLIOGRÁFICOS E DE LABORATÓRIOS

Recursos Físicos: Sala de estudo e de reuniões (discentes)

Os acadêmicos de história contam com um ambiente multifuncional. A sala de projetos que ganhou decorações alusivas à presença africana por meio de concurso acadêmico, serve a inúmeros propósitos: encontro de grupo de estudos, reuniões de alunos envolvidos em projetos de ensino e pesquisa, etc.

Instalações discentes	Quantidade/Área (m ²)
Sala compartilhada projetos	40 mt
Mesa	1
Cadeiras	15
Sofá 3 x 2 lugares	1
Armário baixo	1
Armário de aço	1
Arquivo – aço	1
Estante de madeira	1

Salas de Aulas

Em geral, as salas de aula possuem amplo espaço, mesas e cadeiras para 40 alunos e alguns recursos materiais. (Ventiladores, tela de projeção, eventualmente TV Multimídia compartilhada com colégio José de Anchieta).

Discriminação	Área (m ²)	m ² por estudante
4	50 m ²	1,25

Mobiliário e demais equipamentos

Especificação	Quantidade
Mesas	160
Cadeiras	160
Tela para projeção	04
Quadro reticulado	04
Ventiladores	08
Luminárias fluorescentes	24
Cortinas black-out	04
Data show	03

O colegiado de história possui carências históricas estruturais acumuladas quanto a manutenção de seu curso no que tange aos recursos humanos. Seja quanto a necessidade de pessoal contratado que atue no auxílio a coordenação de curso, seja no apoio aos laboratórios que possuem demandas específicas a cada caso e finalidade. Os professores regularmente submetem projetos aos editais que preveem bolsistas, estagiários ou monitores, mas recorrentemente tais editais têm privilegiado os programas que possuem, desenvolvimento de pós graduação em andamento. Sendo que atualmente dos quatro postos necessários conta-se somente com uma única bolsista que atende as necessidades do arquivo histórico e laboratórios.

Recursos humanos a serem contratados

Quant.	Setor	Função	Atividades
01	Sala do colegiado	Auxiliar de coordenação	Transcrição de atas, Arquivamento e organização da documentação, e secretariado da coordenação e CAHIS
01	Arquivo histórico	Auxiliar de catalogação	Higienização, Arquivamento e organização da documentação, elaboração de instrumento de pesquisa

Laboratórios:

- A) Laboratório de processamento, restauro e conservação de fontes históricas jurídicas -LAFJUR

O laboratório procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios arquivísticos para sua recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de processos criminais produzidos pelo poder judiciários e recebidos, para servirem como elementos de documentação, podendo à posteriori ser utilizados como elementos de estudo de caráter científico. Trabalhando conjuntamente docentes e discentes as fontes produzidas pelo poder judiciário pretendem-se basicamente analisar e problematizar as formas jurídicas, a cultura jurídica e os usos da justiça na região. Colaborando para a constituição e integração do acervo do Arquivo Histórico em sua base física, entende-se que isso, aliado às dinâmicas de pesquisa histórica fornece elementos necessários para que possamos problematizar as questões de raça, gênero, classe, escolaridade, desenvolvimento social, relações de violência etc. Possibilitando iniciativas de projetos extensionistas que oferecerão retorno à comunidade local à medida que os saberes ali gerados permitem dar respostas para a sociedade sobre sua própria constituição histórica. Inicialmente localizado anexo a sala técnica ao lado do Arquivo contando com uma pequena área, e equipamentos deve desenvolver seus trabalhos a partir de projetos de iniciação



científica, de extensão e trabalho voluntário vinculado aos programas da UNESPAR. A publicização destes dados das pesquisas e ações ali desenvolvidas em eventos, trabalhos científicos, artigos e palestras, podem e devem provocar uma reflexão conjunta sobre a relação entre justiça e sociedade numa das regiões mais pobres do Estado.

B) Arquivo histórico

Desde 1999, foi criado o Arquivo Histórico do antigo Departamento, Acervo Documental, com a finalidade de contribuir com acadêmicos professores e pesquisadores, em geral, que buscam o conhecimento do passado que é intrínseca ao ser humano que sempre se preocupou com suas origens.

O Arquivo Histórico, localiza-se no bloco do campus de União da Vitória, da UNESPAR no Bairro de São Cristóvão embora esteja restrito a um espaço mínimo de 30 mt, é essencial para a formação acadêmica. Permitindo o estudo e a reflexão sobre uma dimensão dos estudos históricos e sua relação com o ensino, através de fontes diversas, propiciando aos alunos o estudo de fontes documentais importantes para a história local.

As atividades do Arquivo Histórico contribuem para a reafirmação e construção da memória e da identidade de sujeitos ou de grupos sociais locais e regionais. Nesse sentido, as funções arquivísticas estão direcionadas à preservação, manuseio, tratamento, conservação, catalogação e digitalização de documentos históricos e se aplicam direta e interdisciplinarmente na formação acadêmica da licenciatura baseada no uso de fontes documentais, ao mesmo tempo em que garante a preservação da memória da comunidade em que está inserido, de quem recebe a documentação e para quem a disponibiliza para pesquisa.

Os documentos mantidos pelo Arquivo Histórico possuem uma importante diversidade, abrangendo originalmente a partir da doação do Fórum da Comarca de União da Vitória: Acidentes de Trabalho, Interdições e Marcações, Naturalização,

Reintegração de Posse, entre outros. Recentemente houve a incorporação de cerca de 400 caixas de arquivo contendo outro fundo que corresponde aos processos da Vara Criminal do fórum. Dessa forma, se torna possível, dentro de um trabalho conjunto e complementar, utilizando-se das técnicas de pesquisa em História Oral e do laboratório de História Oral, estabelecer vínculos de pesquisa e ensino fundamentais para a formação do licenciando e para a pesquisa.

A totalidade de documentos por hora não pode ser determinada, mas perfazem atualmente cerca de 600 caixas arquivo alocadas em 14 estantes de aço, das quais já se fez a análise de modelos de instrumentos de pesquisa, a digitalização e instrumentalização de cerca de 20 caixas e cerca de 600 processos e documentos diversos, bem como sua higienização, recuperação, organização e manutenção constante do acervo. Há atendimento para pesquisa ao público interessado a partir dos projetos de pesquisa submetidos pelo responsável pelo LAFJUR que dispõe de bolsistas que efetivam o trabalho e atendem aos pesquisadores. O acervo encontra-se aberto a professores, alunos e pesquisadores e possui modesta divulgação em meio eletrônico, vinculado a página da instituição mantenedora. No momento o Arquivo Histórico vem aguardando um sítio em específico, (<http://arquivofafiuv.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-08-17T12:58:00-07:00&max-results=7>) bem como hospedagem para seu acondicionamento e divulgação digital.

Discriminação

Arquivo	Área (m ²)	m ² por estudante
Sala de acervo	30	0,75
Sala técnica LAFJUR	15	0,12

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Armário de aço (4 gavetas)	1
Estantes de aço	14
Mesa	2
Bancadas	6
Cadeiras giratórias	5
Cadeiras fixas	5
Ventilador	1

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computador (desatualizados)	2
Ar condicionado	1
Desumidificador	2 (01 inoperante)
Impressora jato de tinta	1
Aparelho telefônico	1

Material de consumo

Especificação	Quantidade
Tesouras	05
Estiletes	03
Grampeador	02
Luvas de látex	01 cx
Máscaras	20

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários						
LAFJUR		Terça	Quarta		Sexta	
Horários		Tarde	Tarde		Tarde	

C) Laboratório de história oral

O Laboratório de história oral, documentação e mídia localiza-se no piso superior, lado direito ao final do bloco C da UNESPAR campus de União da Vitória, com área compartimentada na sala isolada acusticamente, para atividades de estúdio e gravações, e sala de processamento e guarda.

A História Oral registra o cotidiano e a memória de sujeitos em suas trajetórias social, política, cultural, entre outras. Sua idealização parte da necessidade de registrar memórias que ficaram nas franjas da história oficial. O



objetivo geral maior se trata de articular as questões teórico-metodológicas desenvolvidas junto a disciplina de História Oral, com as práticas de pesquisa em História Local. Além de o laboratório ser aberto à todas as disciplinas e/ou linhas de pesquisa, pretende-se o registro de experiências vividas de sujeitos que se inserem no âmbito de atuação da universidade. As pesquisas desenvolvidas pelos professores e, mesmo pelos alunos, estão em conformidade com a **Resolução 196/96**, de 16 de outubro de 1996, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Os projetos de pesquisa transitam no colegiado e no Comitê de Ética e Pesquisa da instituição (COEP). Este também é o caso das aulas experimentais que podem se vincular a projetos de pesquisa docente; segue-se o modelo de Aulas Práticas do COEP, com plano ou roteiro de aula e parecer do colegiado, assentados em ata. O roteiro das atividades laboratoriais abrange a coleta de depoimento, elaboração de ficha dos informantes, transcrição de relatos, uso de vídeos, organização de dados coletados, entre outros.

Como o laboratório de História Oral possui uma ampla frente de atuações suas normas de uso e funcionamento encontram-se descritas em projeto em anexo (Anexo IV) que ordena as atividades do Laboratório de história oral, documentação e mídia. Dependendo dos projetos individuais apresentados, seja de alunos seja, de professores poder-se-á complementar a pesquisa em História Oral com a documentação disponível no Arquivo Histórico. Projetos já desenvolvidos junto ao laboratório de história oral: *Folclore regional em foco* (2011) pela professora supervisora, Zuleide Matulle. *Imigração, Culturas e sociedade* (2012-2014) e *A origem das canções na vida comum no Vale do Iguaçu: um estudo acerca da recepção da produção fonográfica entre 1965 e 1985* (2015-2016) pelo professor supervisor Jefferson William Gohl.

Discriminação

Laboratório nº 2	Área (m ²)	m ² por estudante
------------------	------------------------	------------------------------

Laboratório de história oral	56	0,43
------------------------------	----	------

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Armários	2
Porta-arquivos	2
Estante de aço	1
Mesas	2
Cadeiras	22
Persianas e blackout	2

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/wireless	4
Notebooks	1
Scanner	1
Impressora	1
Mesa de som	1

Amplificador	1
Equipamento de áudio	1
Toca-discos prof.	1
Caixa de som	1
Piscina de áudio	1
Hd externo	1
Micro sistem	1
Kit iluminação	1
Flasch/carregador	1
Rádio toca-fitas	5
Refletor de luz	1
Microfones	4
Microfone de lapela	3
Câmeras fotográficas	11
Ar condicionado	2
Micro-gravadores digitais	7
Filmadora	3
Pedestais e suporte	3

Microfone externo (multidirecional)	1
Vara microfone	1
Pen-drive	35

Material de Consumo

Especificação	Quantidade
DVD	70

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários

D) Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE

O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE localiza-se no piso superior direito do início do bloco B da UNESPAR, constitui-se como espaço comum das licenciaturas nas dependências do Campus de União da Vitória, destinado a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, incentivando o desenvolvimento de metodologias voltadas à inovação das práticas pedagógicas; elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar e estímulo ao uso de tecnologias da informação e comunicação



(TICs) na articulação entre os programas da CAPES relacionados à educação básica.

O curso de história do campus de União da Vitória participa como subprojeto entre outros oito cursos de licenciatura do Campus, que tem seu projeto amplo coordenado pela professora Maria Ivete Basniak, contando com mobiliário e equipamentos modernos, e recursos bibliográficos e didáticos o laboratório e seus projetos tem a função de articular os cursos de licenciatura para além do Campus em direção a aproximação da educação básica em direção as descobertas e construção de novos modelos de aprender-ensinar e de transformação dos aspectos da realidade local e regional.

As equipes de trabalho devem buscar por meio do LIFE novas metodologias que propiciem a construção de conhecimento interdisciplinar, avaliações de recursos didático-pedagógicos, em perspectiva contextualizada, problematizando e incentivando o uso das TICs em interface com os modos de conhecer, apreender e ensinar na escola de educação básica e no curso de licenciatura em História.

A socialização das experiências adquiridas entre as licenciaturas constitui-se em etapa importante do processo e integração dos níveis inter e extra universidade. O colegiado de história, além dos equipamentos comuns do LIFE, dispõe de materiais específicos para seu uso e atuação, como material de expediente, papel A-4, tesouras, canetas e bibliografia sobre metodologia do ensino de história e de reflexão sobre o papel do professor em história à disposição de professores e alunos.

Especificação	Quantidade
Bancadas	3

Cadeiras	30
Quadro Branco	01
Tela multimídia	01
Armário de materiais História	01

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/wireless	13
Impressora 3D	01
Tablets	10

Recursos Bibliográficos: Biblioteca

As necessidades básicas na manutenção da oferta do curso e do desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão dizem respeito a uma atualização dos acervos bibliográficos conforme já apontado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Biblioteca Dante de Jesus Augusto - UNESPAR – Campus União da Vitória, é um setor estratégico aos cursos da Universidade e tem a finalidade atender discentes e docentes. Sua atividade principal é realizar empréstimo domiciliar e consulta, disponibilizando via Sistema PERGAMUM consultas presenciais e online, cujo catálogo abrange todo o acervo existente. A biblioteca oferece levantamento bibliográfico e possibilita presencialmente acesso ao Portal de Periódicos da Capes e empréstimo entre as bibliotecas da UNESPAR (COMUT). O acervo da biblioteca

conta hoje com: 33.011 títulos e 45.336 exemplares de livros em português, inglês, espanhol, francês e alemão, bem como teses, dissertações e periódicos.

Além do já descrito, a biblioteca conta ainda com espaço para estudo individual e coletivo e com computadores com acesso a internet para atender finalidades de pesquisa de discentes e docentes.

Suporte Estrutural

Discriminação	Área (m ²)	m ² por estudante
Biblioteca	375	2,92

Mobiliário

Especificação	Quantidade
ESTANTE / PRATELEIRA EM AÇO	120
ARMÁRIO DE AÇO	13
ESTANTE EM MADEIRA	01
FICHÁRIO / ARQUIVO EM AÇO	11
MESA PARA COMPUTADOR	04
MESA PARA IMPRESSORA	06
MESA EM FÓRMICA	08
MESA PARA TELEFONE	01
MESA REDONDA	03
SUORTE PARA ÁGUA	01
BALCÃO EM FÓRMICA	01
BALCÃO EM MADEIRA	02
PORTA FICHAS	02
CARRINHO PARA TRANSPORTE DE LIVROS	03
APARELHO DE TELEFONE	01
QUADRO DO SR. DANTE	01
QUADRO BRANCO COM MOLDURA	01
FICHÁRIO EM MADEIRA	01
PORTA LIVROS EM MADEIRA	01
PORTA JORNAIS	01
CAIXA EM MADEIRA PARA SUGESTÕES	01
RELÓGIO DE PAREDE	01

ARMÁRIO GUARDA-VOLUMES	01
ARMÁRIO ESTANTE SEM PORTAS	01
BIOMBO EM MADEIRA	01
KIT ALARME	01
CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR EXECUTIVA	06
CADEIRA FIXA COM 04 PÉS	34
EXTINTOR DE INCÊNDIO	01
VENTILADOR DE TETO	01
ESCADA COM 03 DEGRAUS	02

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores	07
IMPRESSORA JATO DE TINTA	01
IMPRESSORA MATRICIAL	04

8 QUADRO DE SERVIDORES

8.10 COORDENAÇÃO DE CURSO

COORDENADOR DO CURSO				
Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós- Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
Everton Grein	História UNESPAR (2006)	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015 Mestre em História (UFPR) 2009	32	Efetivo TIDE

11.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre Doutor	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
1.	EVERTON GREIN	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015 Mestre em História (UFPR) 2009	40	Doutor	Efetivo/TIDE
2.	JEFFERSON WILLIAM GOHL	Doutor em história (UnB) 2014 Mestre em História (UFPR) 2003	40	Doutor	Efetivo/TIDE
3.	KELLY CRISTINA BENJAMIM VIANA	Doutora em História (UnB) 2014 Mestre em história (UFC) 2010	40	Doutora	Efetivo/TIDE
4.	MICHEL KOBELINSKI	PhD (UFPR) 2015 Doutor (UNESP/Assis) 2008 Mestre (UNICENTRO)1997	40	Doutor	Efetivo/TIDE

11.2.1 CORPO DOCENTE

PROFESSORES EFETIVOS					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre Doutor	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
1.	EVERTON GREIN	PHD em História USP (2017) Doutor em História (UFPR) 2015	40	Doutor	Efetivo/

		Mestre em História (UFPR) 2009			TIDE
2.	JEFFERSON WILLIAM GOHL	Doutor em história (UnB) 2014 Mestre em História (UFPR) 2003	40	Doutor	Efetivo/ TIDE
3.	KELLY CRISTINA BENJAMIM VIANA	Doutora em História (UnB) 2014 Mestre em história (UFC) 2010	40	Doutora	Efetivo/ TIDE
4.	MICHEL KOBELINSKI	PhD (UFPR) 2015 Doutor (UNESP/Assis) 2008 Mestre (UNICENTRO)1997	40	Doutor	Efetivo/ TIDE

PROFESSORES TEMPORÁRIOS					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação	Carga horária no Curso	Titulação	Regime de Trabalho
		Mestre Doutor			
1.	Alexandre Rodrigues de Souza	Doutor em história (UFF) 2018 Mestre em história (UFF) 2011	40	Doutor	CRES
2.	Naiara Batista Krascheski Stadler	Doutor em História (UFPR) 2020 Mestre em História (UFPR) 2015	40	Doutora	CRES
3.	Priscila Emanoeli Cozer	Mestre em História (UEPG) 2017	40	Mestre	CRES
4.	Wanilton Tadeu Dudek	Doutor em história (UPF) 2018 Mestre em história (UPF 2012)	40	Doutor	CRES
5.	Zuleide Maria Matulle	Mestre em História (UEPG) 2017	40	Mestre	CRES



12.0 REFERÊNCIAS

ANDES-SN para a Universidade Brasileira. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003.

BRASIL, Secretaria de educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia. Secretaria de educação fundamental: Brasília. MEC/SEF, 1997.

CALVINO, I. Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

CASTORIADIS, C. As Encruzilhadas do Labirinto Vol. III - O mundo fragmentado. RJ: Paz e Terra, 1992.

DIAS, Ana Maria Iori. Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo, Paz e Terra, 1996

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO ... Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção. [Rio de Janeiro], 1999.

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/themes/wp-simple/CURRICULOS/Parana_Diretrizes_Curriculares_da_Educacao_Basica_Historia.pdf

<http://www.castelobranco.br/site/arquivos/pdf/Referenciais-Curriculares-Nacionais-v-2010-04-29.pdf>

http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_antteriores.php

http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_antteriores.php , 2003

LEVY, P. As tecnologias da inteligência. São Paulo: Editora 34. S/d

LUCKESI, C. C. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002

LUDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a06v2274.pdf>

MAGNANI, Ivetti. Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. Anais... Caxambu: ANPED, 2002.

MARTINS, Estevão Resende. Educação e consciência histórica. In: CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. Educação histórica: teoria e pesquisa. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, Pesquisa e Extensão: uma associação contraditória. Tese de Doutorado. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.



MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Questões curriculares e didáticas no ensino da História Antiga. In: Anais do I Simpósio Nacional de História Antiga. João Pessoa: Ed. Universitária, 1984.

MIRANDA, Marília G. de. O Professor Pesquisador e Sua Pretensão de Resolver a Relação Entre a Teoria e a Prática na Formação de Professores. In: O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papyrus, 5 ed, 2006, p.129-143.

MORETTO, V. P. Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORIN, E. Ciência com consciência - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NÓVOA, Antônio. O Professor Pesquisador e Reflexivo. Entrevista concedida em 13 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/antonio_novoa.htm Acessado em 22/11/2010

para a prevenção da violência. Brasília: UNESCO/UCB, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. A universidade pública e os desafios do desenvolvimento. La Insígnia: Brasil, 13 jan. 2005.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

REALE, Miguel. O homem e seus horizontes. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

RUSEN, Jorn In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. JörnRüsen e o ensino de história. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RUSEN, Jorn. Aprendizagem histórica: esboço de uma teoria. In: Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: WA editores, 2012, p.79-89.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Boaventura Sousa. A universidade no século XXI. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. Aprender história: Perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

SILVA, Maria das Graças. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais... Caxambu: ANPED, 2000.

Documentos consultados

UNESPAR. Relatório CPA 2011/12- Campus União da Vitória: 2013.

UNESPAR. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI -2011-2016.

UNESPAR. Projeto Político Institucional – PPI 2012.

12.1 ANEXOS:

ANEXO I

ANEXO I

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS, DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

TÍTULO I

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Art. 1.º - O Estágio Curricular Supervisionado é uma etapa obrigatória dos Cursos de Formação Docente de acordo com as Resoluções CNE/CP nº1/2002 e CNE/CP nº2/2002.

Art. 2.º - A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado, de caráter obrigatório, definida nos planejamentos curriculares dos Cursos de Formação Docente, será de 400 (quatrocentas) horas, conforme Resolução CNE/CP2/2002, distribuídas nas 3^{as} e 4^{as} séries.

Art. 3.º - A mesma Resolução prevê que os alunos e alunas que exerçam atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

§ 1.º - Para obter essa redução de c/h o aluno ou aluna, com amparo na Legislação vigente deverá apresentar documentação comprobatória à coordenação de estágio do curso, do tempo de efetivo exercício no Magistério, na área específica, no Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano ou Ensino Médio.



§ 2.º - A coordenação de estágio do Curso analisará os documentos apresentados e emitirá parecer referente à dispensa.

§ 3.º - A referida dispensa não isentará o aluno ou aluna de apresentar relatório semestral das atividades docentes realizadas nas respectivas Escolas e nem da frequência às atividades que forem determinadas pelo/a professor/a orientador/a de Estágio em sala de aula por considerá-las prioridades na formação docente.

§ 4º - A Carga horária para as disciplinas de Estágio I e II, é distribuída da seguinte forma:

4 horas de observação e 6 horas de prática de estágio, sendo que, os estagiários que cursam Estágio I deverão cumprir a carga horária obrigatória no ensino fundamental, enquanto que, estagiários matriculados em Estágio II, deverão estagiar, preferencialmente, no ensino médio.

CAPÍTULO II

DO CONCEITO E OBJETIVOS

Art. 5.º - Considera-se Estágio Curricular Obrigatório as atividades educacionais de ensino-aprendizagem proporcionadas ao/a acadêmico/a pela participação em situações reais, realizadas em instituições de Ensino Fundamental e Médio.

Art. 6.º - Serão objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

I – Proporcionar ao futuro profissional um conhecimento real, preparando-o de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;

II – Elaborar projetos pedagógicos inovadores, viabilizando o desenvolvimento e avaliação dos mesmos;



III – Proporcionar experiência acadêmico-profissional orientada para a competência técnico-científica no trabalho profissional, no contexto das relações sociais diagnosticadas. Nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

IV – Promover a interação entre a Instituição formadora e a comunidade;

V – Produzir conhecimentos significativos na sua área de atuação, promovendo uma ação reflexiva na estrutura curricular do Curso e nas Instituições de realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

VI- Ofertar atividades extensionista nas escolas de atuação definidas no Art. 07 e outras comunidades escolares ou universitárias que porventura solicitarem ações relacionadas ao programa e ao projeto integrador do curso.

CAPÍTULO III

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 7.º - Constituir-se-ão campos de Estágio:

I – Estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio, da rede Municipal, Estadual e Particular situados no município de União da Vitória. Instituições de ensino de municípios vizinhos podem se tornar campos de estágio para acadêmicos/as do 4º ano do curso em situações específicas, dependendo da autorização do/a professor/a orientador/a do Trabalho Final de Estágio Supervisionado;

II – Instituições sociais, assistenciais e culturais da comunidade alvos de projetos ou programas de ensino, pesquisa e extensão que envolvam acadêmicos/as estagiários/as.

Art. 8.º - Os Estágios Curriculares obrigatórios, quando realizados em entidades públicas ou privadas, deverão ser precedidos da celebração de Convênio



ou Acordo de Cooperação, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições de sua realização, quando solicitados pelas Instituições.

Art. 9º – As atividades a serem desenvolvidas pelo/a estagiário/a, bem como todas as condições de estágio, devem constar em Termo de Compromisso assinado pelo/a acadêmico/a estagiário/a, pela instituição concedente, pela coordenação de estágio do curso e direção do campus.

Art. 10 - O seguro de acidentes pessoais em favor do/a estagiário/a será providenciado pelo Setor de Estágio do Campus de União da Vitória da UNESPAR.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

Art. 11 - Da organização administrativa dos estágios da UNESPAR, campus de União da Vitória participam:

I. Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD

II. Centros de Áreas, Colegiados de Cursos, Coordenação de Estágios e Setor responsável pelos estágios no *Campus*.

Art. 12 - Compete à Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD:

I. definir e emitir políticas e regulamentos de estágio, em conjunto com os Conselhos Superiores afins;

II. manter serviço de assessoria permanente aos Cursos por meio de suas Diretorias afins;

III. encaminhar as questões relativas aos estágios às instâncias universitárias competentes, quando for o caso;



- IV. participar, quando necessário, de reuniões relativas à organização e avaliação dos estágios;
- V. promover encontros e intercâmbios entre os responsáveis pelos estágios na UNESPAR, visando solucionar problemas e ou padronizar procedimentos;
- VI. Promover, juntamente com os Coordenadores de Curso e/ou Coordenadores de Estágios, intercâmbio com outras instituições sobre assuntos pertinentes aos estágios;
- VII. fornecer assessoria aos Coordenadores de Cursos e/ou Coordenadores de Estágios na elaboração, tramitação e divulgação dos Regulamentos Específicos/Próprios de Estágios dos Cursos de Graduação.

Art. 13 - Cabe às instâncias de cada *Campus* ou unidade:

- I. Cabe ao Setor responsável pelos estágios no *Campus*: emitir certificado de Estágio não Obrigatório, mediante requerimento do estudante, para computar como carga horária de atividade acadêmica complementar, de acordo com o Regulamento Geral de Atividades Acadêmicas Complementares da UNESPAR e Regulamentos Específicos dos Cursos, atendendo às especificidades de formação e ainda para os fins profissionais acadêmicos que se fizerem necessários;
- II. Cabe ao Coordenador de Estágio do Curso assinar os certificados de Estágios não Obrigatórios;
- III. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus* manter cadastro atualizado de todos os estudantes que estejam realizando Estágios não Obrigatórios, bem como especificar o local onde estão atuando;
- IV. Cabe ao Coordenador de Estágios do Curso: manter cadastro atualizado de todos os estudantes do seu curso que estão realizando estágios, com especificação dos locais de estágios; assinar o Plano de Trabalho a ser firmado entre estudantes e concedentes de estágios; receber os relatórios circunstanciados sobre os estágios



obrigatórios ou não obrigatórios e tomar as providências cabíveis, junto aos demais setores, quando necessário;

V. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus*: formalizar e firmar convênios mediante delegação, entre a UNESPAR e as unidades concedentes de estágios, visando estabelecer os campos de estágios para os estudantes da UNESPAR.

VI. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus* estabelecer controle de vigência dos convênios, analisando-os periodicamente e verificando a necessidade ou não de sua renovação, juntamente com o Coordenador de Curso ou Coordenador de Estágio, emitindo, quando necessário, seu parecer.

VII - Compete aos Diretores de *Campus*, Centros de Área e aos Colegiados de Curso proverem apoio logístico e de recursos humanos para formalização e realização dos estágios, nos âmbitos das suas competências regimentais.

Art. 14 - Da organização didática dos estágios participam:

I. Colegiado de Curso;

II. Coordenação de Curso;

III. Coordenação de Estágio;

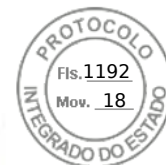
IV. Professor/a da disciplina de estágio supervisionado;

V. Professor/a regente da escola/colégio campus de estágio;

VI. Professor/a orientador/a do Trabalho Final de Estágio Supervisionado;

VII. Acadêmico/a estagiário.

Art. 15 - Cabe ao Colegiado do Curso:



- I. estabelecer e definir diretrizes para o Estágio Curricular Obrigatório e para os Estágio não Obrigatório;
- II. elaborar o Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso e encaminhá-lo ao Colegiado de Centro, para sua aprovação, observado o Regulamento Geral de Estágio da UNESPAR e demais legislação pertinente;
- III. manifestar-se, quando solicitado pelo coordenador de curso, em matérias referentes aos estágios obrigatórios e não obrigatórios.

Art. 16 - Compete à Coordenação de Estágios do Curso:

- I. propor ao Colegiado de Curso o sistema de organização e desenvolvimento dos estágios;
- II - propor minuta do Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso, obrigatório e não obrigatório, com assessoria da PROGRAD, encaminhando-a ao Colegiado de Curso para análise e posterior aprovação pelo Conselho de Centro respectivo;
- III. definir os diversos campos de estágios, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, a fim de que sejam formalizados os convênios para o desenvolvimento dos estágios;
- IV. identificar os campos de estágios e possibilitar a inserção dos estudantes nos mesmos;
- V. coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades de estágios, em conjunto com os docentes orientadores/supervisores de estágios e com os supervisores de campo de estágio de modo a propiciar a real inserção dos estudantes;
- VI. convocar, sempre que necessário, reuniões com os docentes envolvidos com os estágios, para discutir assuntos tais como: planejamento, organização,



funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágios e elaboração e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

VII. organizar, a cada período do estágio curricular obrigatório, os campos de estágio, a distribuição dos estagiários entre os supervisores/orientadores de estágios;

VIII. Organizar os estagiários por grupos, quando for o caso, para estabelecer uma distribuição conforme as possibilidades de vagas nos campos de estágios, evitando superlotação em determinados locais e de acordo com as características do perfil profissional expressas no Projeto Pedagógico do Curso;

IX. assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Curriculares Obrigatórios;

X. avaliar os relatórios circunstanciados que indiquem desvirtuamento da função educativa do estágio, emitidos pelos orientadores/supervisores de estágios ou pelo responsável pelos convênios de estágios não obrigatórios e encaminhar à PROGRAD, após a análise do Colegiado de Curso e Conselho de Centro;

XI. organizar o Seminário de Ensino de História no final do segundo semestre do ano letivo para que estagiários/as apresentem os resultados de suas atividades e reflexões teóricas sobre ensino e aprendizagem da história.

XII. Checar se as ações de extensão estão adequadas e perfazendo as cargas horárias previstas.

Art. 17 – O curso de História terá, de acordo com as possibilidades de número de docentes, 01 (um/a) Coordenador/a e 01 (um/a) Vice coordenador/a de Estágios, eleito/a pelos seus pares, preferencialmente, dentre os docentes efetivos em Regime de Tempo Integral;

§ 1º Os docentes escolhidos como Coordenador e Vice coordenador de Estágios serão nomeados por uma Portaria do Reitor, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.



§ 3º O Coordenador e Vice coordenador de Estágios devem, preferencialmente, atuar como orientadores/supervisores de estágios durante a sua gestão.

§ 4º O Coordenador de Estágio deve ser membro nato do Colegiado de Curso, com a formação específica do Curso;

§ 5º O Vice coordenador deve colaborar com o Coordenador de Estágios em suas atribuições e substituí-lo em eventuais ausências e, em caso de vacância do cargo, deve assumir a função de coordenador de estágio, até que se realizem novas eleições.

Art. 18 – Caberá aos Professores/as de Metodologia de Ensino e de Estágio Curricular Supervisionado que devem ser habilitados/as na área específica do curso de formação, e preferencialmente com experiência no Ensino Fundamental e Médio.

I – apresentar formalmente, aos/ as estagiários/as, no início do período letivo, todos os aspectos legais que compreendam o processo de estágio curricular;

II - Orientar o processo de Solicitação de Campo de Estágio junto ao Núcleo Regional de Ensino da União da Vitória, através da plataforma e-protocolo.

III – coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com os/as demais professores/as orientadores/as dos temas de Estágio;

IV – Entrar em contato com os estabelecimentos oficiais do Ensino Fundamental e Médio, que ofertam estágio, para análise das condições do estágio, tendo em vista a celebração de convênios e acordos, quando for o caso;

V – organizar o Programa de Metodologia de Ensino especificando orientações das atividades de Estágio Supervisionado de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, acatando o Regulamento Geral do Estágio Curricular da IES;



- VI – discutir as tendências atuais, teóricas e metodológicas referente ao ensino na área específica;
- VII – orientar a elaboração dos Planos de Estágio, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades práticas realizadas pelos/as estagiários/as durante todo o processo;
- VIII – informar ao/a aluno/a estagiário/a sobre as normas, procedimentos e critérios do planejamento, da execução e da avaliação das atividades de estágio supervisionado;
- IX – manter contato sistemático com as escolas (supervisores/as) nas quais os/as estagiários/as cumprem atividades inerentes ao Estágio Curricular Supervisionado;
- X – organizar e manter atualizada a documentação dos/as Estagiários/as e assinar as Certidões de Estágio;
- XI – receber e analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos dos/as estagiários/as, registrando o controle efetivo das horas realizadas conforme estabelece a legislação vigente;
- XII – propor à Coordenação de Estágio do Curso, quando necessário, o desligamento do/a Estagiário/a do campo de estágio;
- XIII – dispensar eventualmente os/as Estagiários/as para atividades nas escolas e/ou biblioteca, apenas no horário destinado à disciplina de Metodologia de Ensino, observando o cumprimento das tarefas solicitadas;
- XIV – permanecer na Instituição, mesmo quando a turma ou parte dela, estiver em outras atividades, ficando à disposição dos alunos e alunas que necessitem de apoio individual aos seus projetos;



XV- propor as ações extensionistas com cargas horárias previstas a cada série no regulamento de extensão do curso em conjunto com seus alunos nas escolas que constituem o campo de estágio.

XVI- entregar ao coordenador de ACEC do curso no início de cada ano letivo seu plano e ensino constante das atividades extensionistas previstas para as turmas, bem como o relatório ao final do ano das práticas realizadas.

Art. 19 – O/a professor/a regente da escola/colégio Campus de estágio deverá ser habilitado/a na área de atuação nas escolas e outras instituições de ensino parceiras, com um mínimo de dois anos de experiência, salvo se a instituição não possuir profissional com esse perfil.

Art. 20 – Ao/a professor/a regente da escola campo de Estágio, também responsável pelo acompanhamento do/a Estagiário/a no campo de estágio, compete:

I – fornecer aos/as Estagiários/as informações necessárias para a elaboração e execução do planejamento de estágio;

II – aprovar o Plano de Trabalho Docente e Planos de aula; sugerindo reformulações que se fizerem necessárias;

III – Preencher e assinar os instrumentos próprios de acompanhamento que lhes forem solicitados;

IV – acompanhar efetivamente o desempenho do/a estagiário/a, incentivando e apresentando sugestões que venham em seu auxílio, quando necessário;

V – informar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado qualquer mudança no planejamento ou outras situações que possam comprometer o andamento do estágio.

Art. 21 – Os/as professores/as das disciplinas do Curso responsáveis pela orientação dos planejamentos dos Planos de aula e do Portfólio de Estágio a ser executado e entregue pelo estagiários do 4º ano do curso, de acordo com sua área de conhecimento, compatível ao Planejamento Final de Estágio do/a acadêmico/a, compete:

I – estabelecer um cronograma em conjunto com o/a estagiário/a (seu orientando ou orientanda), respeitando a disponibilidade de ambos/as para os encontros necessários;

II – assinar a carta de aceite juntamente com seu/ua orientando/a;

III – analisar o Planejamento de Estágio do/a acadêmico/a e propor sugestões onde se fizer necessário;

IV – orientar a produção do material didático referente ao tema proposto no Planejamento de Estágio, atividades de prática de ensino, e acompanhar o processo de produção do portfólio de Estágio II.

V – comunicar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino o não comparecimento dos/as orientandos/as às sessões de orientações, já em fase inicial, registrando as ausências na Ficha de presença de orientações;

VI – acompanhar o/a estagiário/a que orienta em atividades de estágio nas instituições de ensino para avaliação e comunicar ao/a coordenador/a de estágios do curso suas considerações a respeito do desempenho do/a mesmo/a;

Art. 22 – O/a acadêmico/a-estagiário/a é /aquele/a que estará regularmente matriculado/a nas séries em que se realizam o Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 23 – Ao/a acadêmico/a-estagiário/a compete:



I – comparecer às aulas previstas no horário, sendo obrigatória a frequência exigida por lei – 75% (setenta e cinco por cento) das aulas teóricas e 100% (cem por cento) das atividades no campo de estágio;

II – observar e respeitar as normas contidas no Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso;

III – definir com o/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado, o/a Professor/a Supervisor/a da Escola campo de estágio, os locais, períodos e formas para o desenvolvimento das atividades referentes ao Estágio Curricular Supervisionado;

IV – conhecer antecipadamente o campo de estágio em que atuará;

V – elaborar e executar o seu plano individual sob a orientação do/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado com acompanhamento do/a professor/a Supervisor/a da Instituição, campo de Estágio e do/a professor/a orientador/a do tema;

VI – apresentar ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e do Estágio Curricular Supervisionado e ao/a Professor/a Supervisor/a, o Planejamento de estágio a ser desenvolvido, cumprindo rigorosamente as datas estabelecidas;

VII – a aplicação do Planejamento de estágio em escolas e/ou outras Instituições só poderá iniciar mediante aprovação por escrito do/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado bem como pela devolução das referidas fichas assinadas pelo/a professor/a supervisor/a e direção ou pedagogo/a da escola responsável pelo acompanhamento do mesmo;

VIII – desempenhar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado com responsabilidade e competência, observando as normas de ética profissional no desempenho das suas atividades;



IX - participar regularmente das aulas de Metodologia de Ensino, de acordo com o horário escolar previsto, recebendo informações precisas e sugestões para a melhoria de seus planejamentos, constituindo-se esses aspectos em fatores de avaliação;

X – preencher, encaminhar e devolver os instrumentos de acompanhamento e avaliação, em anexo ao seu Planejamento de Estágio Supervisionado;

XI – entregar ao/a professor/a de Metodologia de Ensino (Orientador/a de Estágio) em data previamente fixada, o Relatório abrangendo todos os aspectos relativos ao Estágio;

XII – comunicar e justificar com antecedência, ao/a Professor/a Supervisor/a (campo de estágio) e ao/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio sua ausência em atividades previstas no plano de estágio;

XIII – repor as atividades previstas no plano de estágio, cuja justificativa da ausência foi aceita pelo/a supervisor/a e Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio.

XIV- cumprir as atividades extensionistas propostas pela professora responsável pela disciplina de Metodologia e Prática do Ensino de História.

DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Seção I

Das Atividades de Prática de Ensino como forma de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório



Art. 24 – A Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado, como componente acadêmico, fornece ao/a aluno/a, como futuro/a professor/a, acesso ao conhecimento das tendências atuais de ensino nas diferentes áreas e experiências profissionais por meio do exercício da competência técnica, em três momentos:

I – na Universidade – no preparo das atividades de Estágio;

II – nos estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio, efetivando o Estágio;

III – na Universidade, posteriormente, para análise e avaliação.

Art. 25 – As atividades a serem desenvolvidas pelo/a estagiário/a devem constar no Plano de Estágio do/a Professor/a de Metodologia de Ensino (orientador/a de estágio);

Art. 26 – As atividades de Estágio Supervisionado num total de 400 (quatrocentas) horas abrangem as seguintes atividades:

I – análise da estrutura e funcionamento de escolas e suas decorrências para o processo de ensino-aprendizagem;

II – análise de livros didáticos e programas executados em Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio;

III – estágios de coparticipação:

- a) análise de dinâmica da prática docente desenvolvida em escolas de Ensino Fundamental e Médio;
- b) estágios de regência: execução de propostas didáticas, apresentação de estratégias pedagógicas e materiais didáticos em situações concretas de ensino-aprendizagem;



IV – análise de experiências pedagógicas bem sucedidas e materiais didáticos, por meio de pesquisas e em projetos especiais.

V – estágios com projetos de reforço escolar, minicursos e oficinas pedagógicas;

VI – estágios com projetos de ensino voltados a regência de classe no ensino Fundamental e Médio na terceira e quarta série;

VII – relatórios das atividades desenvolvidas;

VIII – Produção do portfólio, referente à sua experiência de estágio, que deverá ser apresentado no Seminário de Ensino de História que será realizado no segundo semestre do 4º ano de curso. Este portfólio deverá ser escrito segundo as normas da ABNT vigente.

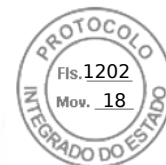
IX- atividades de extensão de diversas naturezas, de forma *online* e nas escolas que constituem o campo de estágio distribuídas em 30 (trinta) horas para a terceira série e 40 (quarenta) para o quarto ano do curso.

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 27 – Dar-se-á conforme as seguintes modalidades:

I – Supervisão semidireta: o/a Professor/a de Metodologia de Ensino e de Estágio Supervisionado fará acompanhamento e orientações individuais e coletivas ao/a estagiário/a na Universidade, e contato sistemático ao campo de estágio com o/a professor/a supervisor/a, regente da classe onde o/a acadêmico/a irá estagiar.



II – Supervisão direta: acompanhamento pelo/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado por meio de relatórios, reuniões, seminários de apresentação dos resultados dos projetos de estágio e presencial por amostragem. E acompanhamento pelo/a professor/a orientador/a do trabalho final de estágio supervisionado, da 4ª série, na elaboração do planejamento, material didático e artigo sobre o estágio.

III – Supervisão direta e presencial pelo/a professor/a supervisor/a da escola campo de estágio, em todas as atividades do/a acadêmico/a na escola, e dos/as professores/as da disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de História e orientador/a do TFES em aulas ministradas pelo/a acadêmico/a na escola/colégio.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO

Do Estágio Supervisionado e da Disciplina de Metodologia de Ensino

Art. 28 – A Avaliação será parte integrante do processo de formação devendo ser de forma sistemática, contínua e global durante o transcorrer das Práticas de Estágio, obedecendo às normas legais vigentes e o que preconiza este Regulamento.

Art. 29 – A sistemática de avaliação será desenvolvida cooperativamente por estagiários/as, professores/as orientadores/as e supervisores/as.

§ 1º - O conjunto de critérios da avaliação resultará em uma nota única que deverá ser encaminhada ao SCA, ao término das disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado.

§ 2º - Os critérios de avaliação contemplam, entre outros, instrumentos como: elaboração de planejamento de estágio, execução das atividades

em campo de estágio, apresentação de relatórios, provas de conhecimento, seminários, especificados no plano de ensino das disciplinas de Metodologia e Prática de Ensino de História I e II e Estágio Supervisionado I e II.

Art. 30 – O controle de frequência e aproveitamento da disciplina de Metodologia de Ensino será efetuado em diário de classe próprio e do Estágio em Fichas específicas para isso.

Art. 31 – O processo de avaliação da disciplina de Metodologia do Ensino e do Estágio nas 3.^{as} e 4.^{as} séries envolverá o cumprimento das atividades solicitadas nas datas estabelecidas durante o ano letivo, pelo/a Professor/a de Metodologia de Ensino e do Estágio Supervisionado, e os registros serão anuais.

Art. 32 – A aprovação na disciplina de Metodologia do Ensino exigirá frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas-teóricas (sessões de orientações), e no Estágio Supervisionado 100% (cem por cento) nas atividades desenvolvidas em campo de estágio e nota mínima 7,0 (sete), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) para ambas as disciplinas.

Art. 33 – Os acadêmicos, nas 3.^{as} e nas 4.^{as} séries, deverão desenvolver Projetos de Ensino em Escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio, com participação de 100% na carga horária estabelecida para o projeto e a nota mínima para aprovação 7,0 (sete), independente das notas obtidas nas outras atividades;

Parágrafo único: deverão desenvolver as atividades de extensão previstas no planejamento do professor, e a vinculação de nota na condição de outras atividades fica a critério do (a) professor(a) da disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de História

Art. 34 – Se a nota, obtida na aplicação do projeto for inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro) o mesmo deverá ser reformulado e aplicado novamente em tempo hábil, mantendo-se a exigência da nota 7,0 (sete) para aprovação, sendo esta a média final da disciplina composta pela média aritmética de todas as atividades realizadas no transcorrer do ano letivo.

Parágrafo único: Não se aplica as disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado, as normas referentes ao Exame Final.

Art. 35 – Documentos obrigatórios que compõe o Portfólio Final de Estágio:

- Termo de Compromisso de estágio;
- Carta de aceite do orientador;
- Relatório de observação;
- Análise do PPC do Colégio em que o estágio foi realizado;
- Planos de aula;
- Materiais didáticos utilizados;
- Relatório da prática de estágio;
- Ficha de frequência de estágio;
- Declaração de conclusão de estágio (assinada(o) pela(o) professor supervisor(a));

§ único: O portfólio completo deverá ser entregue impresso, encadernado, na ordem acima mencionada e, também, em *Portable Document Format* - PDF, durante o Seminário Final de Estágio.

Art. 36 – A coordenação de Estágio organizará e divulgará o cronograma das apresentações, em forma de editais afixados na Instituição;



§ 1º: a nota final da disciplina de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado constará da média aritmética das seguintes notas: nota das atividades anuais, nota da aplicação do Projeto de Ensino na escola e a nota da construção e apresentação do Portfólio Final de Estágio Supervisionado – TFES.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - As atividades e determinações específicas das Licenciaturas deverão constar nos Planos de Ensino dos/as Professores/as de Metodologia de Ensino (no Projeto de Estágio do Curso e no Projeto Político – Pedagógico do Curso).

Art. 38 – O cumprimento das horas de Estágio Curricular Supervisionado será em horário contrário ao funcionamento do Curso, salvo exceções, decididas em conjunto com o/a Professor/a de Metodologia do Ensino e de Estágio.

Art. 39 – O acompanhamento e o registro das atividades previstas na presente Resolução serão efetuados em fichas padrões.

Parágrafo único: o registro das atividades extensionistas e seu encaminhamento para creditação ocorrem vinculados ao projeto integrador a cargo do coordenador de ACEC do colegiado.

Art. 40 - Em tempos de emergência o Estágio Supervisionado poderá seguir outras documentações ou regimentos vigentes em níveis de Universidade, SEED e MEC.



TÍTULO II

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 41 - O local de estágio será selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelo setor responsável pelos estágios nos *campi* da UNESPAR e/ou pelos agentes de integração.

Art. 42 - O estágio, sendo considerado como ato educativo, deverá ser realizado em área e local compatíveis com o Curso no qual o estudante esteja matriculado, sendo expressamente vedado o exercício de atividades não relacionadas à sua área de formação.

Art. 43 - Constituem-se campos de estágio as entidades de direito privado, as instituições ou órgãos da administração pública, as instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas, os próprios *campi* da UNESPAR e a comunidade em geral, desde que apresentem condições para:

- I. planejamento e execução conjuntas das atividades de estágios;
- II. aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de formação para o mundo do trabalho;
- III. vivência efetiva de situações reais de vida e de trabalho, compatíveis com o campo profissional de atuação, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, no Projeto Pedagógico do Curso e demais legislações pertinentes em vigor;



IV. avaliação e acompanhamento conjuntos, das instituições formadora e cedente.

Art. 44 – de acordo com a Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História além das práticas docentes (regência, planejamento, avaliação escolar e elaboração de materiais didáticos), estudantes e graduados/as da licenciatura em História podem atuar em arquivos (públicos ou privados), museus e espaços culturais, preservando, restaurando, digitalizando e instrumentalizando para pesquisa documentos que possibilitem a pesquisa histórica, bem como auxiliar na pesquisa a tal documentação ou ainda, orientar visitas a patrimônios históricos, museus e casas de cultura.

Art. 45 – Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

ANEXO II

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC DO CURSO DE HISTÓRIA

Justificativa

A exigência da Monografia é prevista em matriz curricular do Curso de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação desde 17 de setembro de 2001 – Processo 558/00 e nesse sentido sua produção tem caráter obrigatório. A disciplina Produção de Monografia -TCC visa ofertar carga horária com fins de orientação e preparação da pesquisa que se convalida na apresentação de um dos produtos acadêmicos textuais que respaldam o pesquisador e o professor que futuramente solicitará parâmetros de investigação científica de seus alunos.

Partindo do pressuposto de que o ensino de graduação, na medida em que visa a formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, instituímos também a produção do Artigo Acadêmico como componente curricular obrigatório na matriz proporcionará aos alunos a vivência de situações de investigação científica além de o contato com a pesquisa histórica, imprescindível para a formação do historiador, constitui também elemento indispensável para formar bons professores.

A presente modificação no regulamento para realização de trabalho monográfico/artigo acadêmico vem ao encontro de um debate realizado entre os docentes do Curso de História e a comunidade acadêmica, os quais constataram a necessidade de empreender algumas modificações no perfil do trabalho científico realizado pelos discentes. Isso se deu por algumas razões que foram evidenciadas desde a implementação do texto monográfico, as quais foram:

- a) Sendo um curso de Licenciatura em História, o trabalho principal dos alunos é o Trabalho Final de Estágio Supervisionado-TFES, que demanda atenção especial no planejamento das aulas e produção de material didático.
- b) O trabalho monográfico, enquanto produção derivada da pesquisa, pode também ser feita num formato que possibilite o desdobramento para publicação e apresentação em evento científico.
- c) Por fim, isso diferenciaria substancialmente a estrutura do TFES do trabalho monográfico, evitando redundâncias na formulação do texto científico.

Art. 1º Será facultada ao aluno a realização do texto monográfico, de 30 a 50 páginas.



§ 1º. Conforme definido conjuntamente entre orientador e discente, pode ser adotado o formato de artigo científico, de acordo com as regras da ABNT, de 15 a 20 páginas.

Art. 2º A Monografia/artigo deverá ser construída/o durante a quarta série, orientado por um professor pertencente ao departamento de História, ou outro colegiado desde que o orientador tenha conhecimento sobre o tema escolhido pelo aluno.

§ 1º. As orientações deverão ser distribuídas entre os docentes procurando respeitar igualdade para todos os professores do colegiado, observando-se a temática e a área de conhecimento dos orientadores.

§ 2º. O tempo para as orientações está previsto no horário de atendimento acadêmico dos docentes informados no início de cada ano em edital da coordenação de curso, e os docentes orientadores terão atribuídas a sua carga horária, uma hora aula semanal a cada acadêmico orientados conforme regulamentos da UNESPAR.

§ 3º. Quando não houver professor orientador pertencente ao Colegiado do Curso com conhecimento sobre a temática escolhida pelo aluno, este poderá ser orientado por professores vinculados a instituição, desde que exista anuência do Colegiado do Curso e do Professor Convidado.

Art. 3º O acadêmico no 3º ano deverá preparar e apresentar Projeto de Pesquisa o qual deverá ser aprovado pelo professor da disciplina de Iniciação à Pesquisa em História - IPH I e Iniciação à Pesquisa em História - IPH II

Art. 4º. O acadêmico deverá para a elaboração de Monografia e/ou artigo cumprir no mínimo duas sessões mensais de orientação com seu professor orientador, apresentando o que foi solicitado pelo mesmo, para correção e orientação à produção escrita e entregando as correções solicitadas anteriormente.

§ 1º. As frequências ou ausências serão registradas em fichas e posteriormente em sistema para a disciplina.

§ 2º. O trabalho para correção final deverá ser entregue pelo acadêmico ao seu orientador na primeira quinzena de novembro do ano em que cursa a disciplina

§ 3º. A monografia em sua versão final deverá ser construída dentro do rigor metodológico e possuir entre 30 e 50 páginas.

§ 4º. O artigo em sua versão final deverá ser construído dentro do rigor metodológico e possuir entre 15 e 20 páginas

§ 5º. O acadêmico que não entregar o trabalho conforme prevê os parágrafos anteriores, será automaticamente reprovado.

Art. 5.º O professor orientador terá 15 dias a partir da data do recebimento da Monografia/Artigo para devolver o trabalho corrigido ao acadêmico a fim de que o mesmo proceda as alterações que ainda forem necessárias.

§ 1.º Uma cópia do trabalho em sua versão final corrigida deverá ser entregue ao orientador em último prazo até 30 dias antes da entrega das notas finais ao SCA, definidas anualmente.

§ 2º Uma cópia do trabalho em sua versão final corrigida deverá ser entregue ao segundo professor parecerista na mesma data acima para a leitura e avaliação no seminário de pesquisa.

Art.6º. Existe banca examinadora para avaliação do trabalho de Monografia/Artigo.

Art. 7º. A escolha do segundo professor, leitor e parecerista do trabalho que compõe a banca, é realizada de comum acordo entre o discente e o docente que realiza sua orientação

Art. 8º. As bancas que configura a apresentação dos trabalhos ocorrerão até final do ano letivo e serão organizadas pelo professor que é responsável pela disciplina de produção de monografia-TCC, sendo que, publicará edital contendo nome dos alunos que tiverem em condições de apresentarem seus trabalhos e horário de suas respectivas apresentações.

Art. 9º. A Monografia/Artigo será apresentada, ao final do 4º ano, obrigatoriamente em banca, acompanhado pelo orientador.

§ 1º. O acadêmico pesquisador terá de 20 a 30 minutos para dissertar sobre seu tema monográfico.

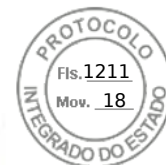
§ 2º. O orientador realiza a avaliação neste momento do trabalho ora apresentado expondo seu parecer, tendo para tal 05 a 10 minutos.

§ 1º. O professor parecerista convidado para a leitura da monografia também expõe seu parecer por ocasião do término da apresentação do trabalho e exposição do parecer do orientador, tendo para tal 05 a 10 minutos.

§2º. Não é emitida nota aberta ao público, e os pareceres escritos que contém a nota são entregues ao professor orientador, que anexa a planilha de orientações e frequência que encaminha a nota final ao professor responsável pela disciplina de Produção de monografia-TCC

Art. 10º. A avaliação de dará conforme os seguintes critérios a serem seguidos pelo orientador e professor parecerista convidado são:

Na inquirição da apresentação



a) Clareza de ideias: capacidade de apropriação, fidedignidade e diálogo no texto e por consequência na apresentação com os autores que embasam o trabalho – peso 1,5 (um e meio pontos)

b) Expressão: capacidade de expor com objetividade, no texto escrito e na apresentação oral, os argumentos desenvolvidos – peso 1,5 (um e meio pontos)

Na leitura e apreciação do texto:

c) Coerência textual: capacidade de organizar o texto com começo, meio e fim, ordenação metodológica, correção ortográfica e adequação de bibliografias e fontes de pesquisa, – peso 7,0 (sete pontos)

Art. 11º. Quando o aluno não cumprir com os requisitos estabelecidos pelo presente para a elaboração da Monografia/Artigo será reprovado na disciplina de “Produção Monografia”, exonerando o Professor orientador de qualquer vínculo com o acadêmico.

Art. 12º. Em caso de Reprovação do aluno este deverá cursar a disciplina em regime de dependência obedecendo ao regulamento da Instituição e ainda:

I – o aluno deverá se adequar aos horários de atendimento do professor que se disponibilizar a orientá-lo no ano seguinte.

Art. 13º. A nota final será atribuída pela média das atribuições dos pareceres do professor orientador e do professor parecerista convidado e lançado no sistema acadêmico do SCA pelo professor responsável pela disciplina de “Produção de Monografia-TCC”.

I - Será aprovado o aluno que obtiver nota final mínima 7,0.

II- Será aprovado o aluno que obtiver nas fichas de frequência a orientação 75% da carga horária de doze encontros sendo o mínimo, portanto nove (09) encontros de orientação.

III - O acadêmico que não entregar a Monografia/Artigo na data estabelecida pelo Colegiado será reprovado na disciplina.

Art. 14º. As monografias que tiverem aprovação do orientador e parecerista, com nota superior a 9,0, poderão ser encadernadas em capa dura e enviado para a biblioteca. Isso deverá ser comunicado ao Colegiado do Curso.

Art. 15º. Os artigos que tiverem aprovação do orientador e parecerista, com nota superior a 9,0, poderão ser encaminhados para publicação em revistas acadêmicas.



Art.16º. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelos docentes do Colegiado de História ou, se necessário, pelo Centro de área.



ANEXO III

REGULAMENTO DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO COLEGIADO DE HISTÓRIA

Considerando a obrigatoriedade da inserção de programas e projetos de extensão universitária na matriz curricular dos cursos de graduação e a inserção facultativa na matriz curricular dos cursos de pós-graduação, previstas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Lei Nº 13.005 de 25/06/2014;

considerando o disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que estabelece as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira;

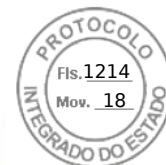
considerando a Resolução Nº 011/2015 - CEPE que normatiza as atividades extensionistas na UNESPAR bem como a Resolução Nº 038/2020–CEPE/UNESPAR e a Instrução Normativa conjunta nº 01/2021 – PROEC/PROGRAD que orientam as regulamentações para os cursos, o Colegiado de História em consonância com os debates de seu Núcleo Docente Estruturante - NDE, vem neste documento dispor de suas diretrizes para o cumprimento das suas atividades extensionistas.

Definições e Histórico

Compreende-se que os princípios que estruturam tanto a concepção quanto a prática da extensão na educação superior se pautam, por uma interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade. Interação esta que envolve troca de saberes ligadas as demandas complexas da sociedade contemporânea, visando uma formação cidadã dos discentes da universidade e da oferta de iniciativas que efetivem compromisso social que auxiliem no enfrentamento das questões da sociedade brasileira.

Conforme normatizado na Resolução Nº 038/2020 as Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACECs) o colegiado de história em sua finalidade de aprofundar o contato da universidade com a sociedade e conforme dispõe o documento do Renex Política Nacional de Extensão Universitária em um de seus princípios básicos:

4- A ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento,



tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas.(RENEX, 2012 p.38)

Nesse sentido o colegiado de história parte de um histórico em que já atuou de forma descontinuada com a extensão desde os anos de 2009 quando iniciou com o programa Universidade Sem Fronteiras – USF do governo o Estado do Paraná. Tendo cadastrados os projetos: *Contando nossa história: A História local como espaço privilegiado para o convívio comunitário e exercício da cidadania ativa* e *Os catadores da margem esquerda: Coleta, sobrevivência e identidade no Médio Iguaçu do início do século XXI*, ambos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos, porém com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de resignificação da história e de seu papel na sociedade. Também já ofertou ações extensionistas como *Gênero e diversidade sexual: ações afirmativas para combater a violência* que atendia a comunidade na orientação a vítimas de violência contra a mulher e atuava em parceria com o coletivo *Mais que Amélias*. Docente do colegiado já ofertou junto a outro programa o projeto *Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR* e no presente oferta o projeto *Pop up Museus* que faz parte de seu programa de extensão devidamente cadastrado junto a divisão de extensão de Campus. Vem atuando desde 2019 de modo introdutório quanto as práticas da extensão universitária na forma de duas disciplinas específicas alocadas no primeiro e terceiro ano do curso já aprovadas em ato de renovação do PPC do curso no ano de 2021 e em pleno exercício de sua matriz.

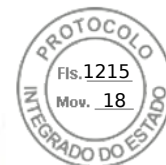
CAPÍTULO 01

Legislação e conceituação

Art. 1º - A curricularização da extensão nos cursos de graduação da UNESPAR dá-se em cumprimento à Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, que, por sua vez, atende ao disposto na Resolução Nº 7/2018 - MEC/CNE/CES, que regulamenta o cumprimento da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014.

Art 2º Considera-se campos de atuação da extensão os espaços e comunidades que se caracterizam por efetivar um compromisso social formalizando a atuação cidadã do colegiado de História.

§1º Que atenda-se preferencialmente a ampla região formada pelas cidades do Vale do Iguaçu, conforme apontado no Plano pedagógico do curso – PPC, e que se notabilizam por uma composição demográfica pluralista no Estado do Paraná, verdadeiro cadinho étnico, que exige das propostas extensionistas uma ampla gama de possibilidades pois orientadas para as variadas comunidades que aí se localizam.



§2º Considere-se prioritário o grande número de municípios que concorrem para a oferta de discentes e a característica da fronteira sul paranaense que faz divisa com o Estado de Santa Catarina, e que contém uma variada forma de arranjos de ocupação demográfica e territorial

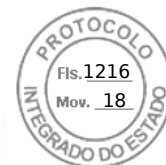
§3º Que também sejam desenvolvidas propostas e ações por meio eletrônico online na forma de eventos, cursos e dinâmicas de divulgação de pesquisas e saberes seja da universidade seja das comunidades que totalizem um público mensurável em suas participações.

São assim descritos os campos de atuação:

- I- Comunidade escolar das redes municipais dos municípios sul paranaense e norte catarinense
- II- Comunidade escolar das redes estaduais dos municípios sul paranaense e norte catarinense
- III- Coletivos educacionais, cursos e grupos de pesquisa em outras universidades (públicas ou privadas)
- IV- Órgãos dos poderes públicos da região, em diferentes prefeituras (poder executivo); fóruns da comarca ou fora dela (Poder judiciário); assembleias e câmaras legislativas (poder legislativo).
- V- Movimentos sociais organizados, sindicatos de classe, cooperativas e associações de caráter filantrópico, instituições religiosas, centros de convivência de jovens, idosos e asilos
- VI- Uma ampla variedade de comunidades não regulamentadas: como ribeirinhos, grupos de catadores de material reciclável, comunidades indígenas, coletivos de agricultores entre outros.
- VII- Público nacional e internacional aberto a extensão como membros da comunidade externa

Art. 3º As atividades de extensão articulam-se de forma a integrar-se às ações de ensino e de pesquisa, com o objetivo de assegurar à comunidade acadêmica a interlocução entre teoria e prática, o diálogo com a sociedade e a democratização do conhecimento acadêmico. Deste modo, os saberes construídos são ampliados e favorecem uma visão mais abrangente sobre a função social da formação acadêmica.

Art. 4º - As Ações Curriculares de Extensão e Cultura (ACEC) são componentes curriculares, nas modalidades “disciplina” ou “ação extensionista”, de cursos de graduação, em que discentes e docentes, em uma relação dialógica com grupos da sociedade, atuam de forma ativa como integrantes de equipes executoras de ações de extensão, no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com a perspectiva de transformação social.



Parágrafo único. De acordo com as legislações já anteriormente nominadas, será destinada uma carga horária mínima de 10% (dez por cento) do total de horas da matriz curricular do Curso de História da UNESPAR para serem cumpridas em atividades de extensão por cada estudante ao longo do curso. Com vistas à integração no processo de ensino/aprendizagem, a inserção das atividades de extensão deve ocorrer em articulação com os conteúdos curriculares, sem implicar no aumento de carga horária total dos cursos.

Art. 5º - A implementação das ACEC no Curso de História da UNESPAR visa à formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, por meio do diálogo e da reflexão sobre sua atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável com a realidade brasileira.

Parágrafo único. A multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são princípios norteadores das ACEC, asseguradas pela relação dialética e dialógica entre diferentes campos dos saberes e fazeres necessários para atuação em comunidade e sociedade

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DAS ACEC NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Art. 6º - De acordo com a Resolução 038/2020 – CEPE/UNESPAR, as atividades de ACEC podem ser desenvolvidas em disciplinas ou em ações extensionistas, tais como programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, organizando-se em cinco modalidades. A curricularização da extensão será implantada no Curso de História por meio da adoção de um conjunto de “Ações Curriculares de Extensão e Cultura – ACEC”, que serão desenvolvidas ao longo da formação acadêmica e ofertadas por meio do “Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR” vinculados ao programa de extensão do curso.

Parágrafo único. Os temas específicos abordados pelo “Projeto integrador de Extensão em História da UNESPAR” nominado “História, Cultura e Identidades”, figuram na área de Ciências Humanas e serão executados na forma de projetos, cursos e/ou eventos.

Art. 7º O colegiado deverá manter sempre um Programa de extensão cadastrado na divisão de extensão do campus, que no presente intitula-se “Histórias, Patrimônios Artes e Públicos”.



§1º A coordenação do “Programa de Extensão em História da UNESPAR” ficará sempre a cargo do(a) decano do colegiado.

Art. 8º - São os objetivos do “Programa de Extensão em História da UNESPAR”:

I – integrar colaborativamente as ações de extensão do Curso de História, a fim de cumprir a legislação vigente;

II – promover a consolidação de uma cultura extensionista na UNESPAR, com o intuito de integrar a comunidade acadêmica com a comunidade externa;

III – externar os impactos do Curso de História da UNESPAR na região

IV – receber os relatórios do projeto integrador do coordenador de ACEC com fins de informação e creditação

V - acatar ações extensionistas diversas dos professores, do colegiado de história ou outros colegiados da UNESPAR integrando-os ao programa

Art. 9º As ações extensionistas promovidas pelo Curso de História devem, preferencialmente, vincular-se ao “Programa de Extensão em História da UNESPAR”, mas não há impeditivos para a realização de qualquer ação proposta fora do programa.

Art. 10º A coordenação de ACEC do curso fica a cargo do(a) professor(a) responsável pelas disciplinas de Universidade e Sociedade I e II que responde pela coordenação de extensão do curso designada pelo coordenador de curso. Na ausência do coordenador de ACEC, temporariamente a coordenação do projeto integrador ficará a cargo do(a) Coordenador(a) do programa de extensão.

Seção I

O curso de história possui duas disciplinas de nomenclatura Universidade e sociedade no primeiro e no segundo ano e nas quais de forma programada respondem por 150 (cento e cinquenta) horas de atividades extensionistas. As modalidades de ACEC sem acordo com as prerrogativas da Resolução Nº 038/2020 – CEPE/UNESPAR, o Curso de História promoverá as seguintes modalidades de ACEC's:

Art. 11º ACEC I: A modalidade I das Ações Curriculares de Extensão e Cultura será desenvolvida no Curso de História e ocorrem distribuídas na proporção de 20 (vinte) horas teóricas na disciplina Universidade e Sociedade I e 10 (dez) horas na disciplina Universidade e Sociedade II.



§1º A proporção das demais horas das disciplinas de Universidade e Sociedade I e II, ficam distribuídas em 55 (cinquenta e cinco) para o primeiro ano de curso e 65 (sessenta e cinco) para o terceiro ano, na modalidade ACEC II.

Art. 12º ACEC II: A modalidade II das Ações Curriculares de Extensão e Cultura será desenvolvida no Curso de História por meio do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” intitulado “História, Cultura e Identidades”, vinculado ao “Programa de Extensão em História da UNESPAR” conforme descrito abaixo nos parágrafos.

§1º Suplementarmente às 150 horas das disciplinas de Universidade e sociedade o “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” oferecerá anualmente 175 (cento e setenta e cinco) horas de ações extensionistas correspondentes à modalidade ACEC II.

§2º As disciplinas abarcadas pelo “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” serão aquelas que possuem carga horária de extensão prevista no Projeto Pedagógico do Curso de História, a saber, “Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena”; “Educação Patrimonial e Ambiental-EPA”; “Didática da História; “Direitos Humanos, Diversidade e inclusão” e as atividades do “Estágio Curricular Supervisionado I” (Metodologia e prática do ensino de História I), “Estágio Curricular Supervisionado II” (Metodologia e prática do ensino de História II

§3º A distribuição das horas de extensão do “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR”, respeitando o disposto no Projeto Pedagógico do Curso de História, ocorrerá nas disciplinas da seguinte forma:

- I – “Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena” total de 20 (vinte) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- II – “Educação Patrimonial e Ambiental- EPA” total de 40 (quarenta) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- III – “Didática da História” : total de 20 (vinte) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- IV – “Direitos Humanos, diversidade e inclusão” : total de 20 (vinte) horas de atividades práticas que deverão ser cumpridas na forma de ações extensionistas na modalidade de ACEC II, condicionadas à aprovação na disciplina;
- V – “Estágio curricular supervisionado I” vinculado à disciplina “Metodologia e prática do ensino de História I”: total de 35 (trinta e cinco) horas de ações extensionistas na modalidade de ACEC II compreendidas dentre as 200 (duzentas) horas de estágio prevista para esta etapa, condicionadas à aprovação na disciplina;



VI – “Estágio curricular supervisionado II” vinculado à disciplina “Metodologia e prática do ensino de História II”: total de 40 (quarenta) horas de ações extensionistas na modalidade de ACEC II compreendidas dentre as 200 (duzentas) horas de estágio prevista para esta etapa, condicionadas à aprovação na disciplina;

§4º As atividades de extensão a serem desenvolvidas nas disciplinas mencionadas deverão constar no “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” e no Plano de Ensino de cada disciplina em específico, respeitando a autonomia docente no desenvolvimento de suas atividades.

§5º O “Projeto integrador dos componentes curriculares do Curso de História da UNESPAR” deverá ser coordenado pelo(a) coordenador(a) da ACEC do Colegiado de História em parceria com os professores das disciplinas acima elencadas.

Art. 13. - ACEC III e IV: As modalidades III e IV das Ações Curriculares de Extensão e Cultura serão desenvolvidas no Curso de História por meio do “Programa de extensão do curso de história da UNESPAR” e por projetos e/ou cursos advindos das iniciativas e interesses didático-pedagógicos dos(as) docentes.

§1º Os projetos e cursos advindos das iniciativas particulares dos(as) docentes poderão mudar a cada ano, de acordo com seus interesses didático-pedagógicos e suas respectivas ementas curriculares. Os projetos e cursos, individuais ou coletivos, do Colegiado de História correspondem respectivamente às modalidades III e IV das ACEC.

§2º O “Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR”, vinculado ao “Programa de Extensão em História da UNESPAR”, objetiva integrar e organizar os eventos promovidos pelo Curso de História da UNESPAR. As ações do “Projeto integrador dos eventos do Curso de História da UNESPAR” corresponderão à modalidade IV das ACEC.

§3º As atividades de extensão do Curso de História nas modalidades ACEC III e IV devem ofertar a carga horária de extensão por estudante ao longo de quatro anos de forma somatória ou substitutiva a ACEC II. Garantindo a todos os(as) estudantes, junto à ACEC II, o total de 325 horas de extensão ao longo da periodização estipulada pela matriz curricular do curso.

I) Quando o acadêmico optar pela forma substitutiva, ele deverá ser orientado e ter autorização dada pelo coordenador de ACEC do curso para adequação das escolhas dos projetos ofertados pelas equipes ou professores de modo que as atividades se encontrem em consonância com a proposta da ementa curricular do docente que a ofertará garantindo assim sua natureza curricular.



Art. 14. A soma da participação dos estudantes nas atividades de ACEC III, IV e V poderá contabilizar no máximo até 90 h de atividades substituídas que serão integralizadas até o mínimo de 325 horas nos 4 anos do curso.

Art. 15. ACEC V: O Curso de História da UNESPAR aceitará certificado de participação de discentes como integrantes das equipes executoras de atividades de extensão de outras instituições de ensino superior para fins de creditação de horas de extensão.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

Art 16. As equipes executoras, são possíveis em várias configurações e ligadas ao programa ou ao projeto integrador e sempre quando possível, deve ser constituída não só de docentes e estudantes do Curso de História, mas de outros membros da comunidade interna e externa à UNESPAR.

Seção I

Do professor(a) extensionista

Art 17. São as atribuições dos professores dos componentes curriculares.

§1º Cabe ao(à) professor(a) de disciplina com carga horária para ACEC:

I – apresentar no Plano de Ensino como a carga horária de ACEC será cumprida no desenvolvimento da disciplina;

II – encaminhar ao(à) Coordenador(a) de ACEC a proposta de extensão a ser realizada na disciplina para conhecimento, orientação quanto aos registros e regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no campus para fins de certificação dos participantes, que será anual

III – acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;

IV– preencher e encaminhar o relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas, para o(a) Coordenador(a) de ACEC.

§2º Cabe ao(à) professor(a) de disciplina que não possui carga horária prevista em disciplina para ACEC.



I – encaminhar no início do ano ao(à) Coordenador(a) do programa a proposta de extensão a ser realizada - vinculada ou não a disciplina - para formalização, conhecimento, orientação quanto aos registros e regulamentação junto à Divisão de Extensão e Cultura no campus para fins de certificação dos participantes, que será anual;

III – acompanhar as atividades em andamento e orientar a atuação dos estudantes sempre que necessário;

IV – preencher e encaminhar o relatório final da atividade realizada, mencionando os resultados das ações propostas, para o(a) Coordenador(a) do programa

Seção II

Do(a) estudante extensionista

Art. 18. Cabe ao(à) estudante:

I – verificar quais disciplinas desenvolvem as ACEC como componente curricular, atentando para as atividades que estarão sob sua responsabilidade;

II – comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;

III – apresentar documentos, projetos, relatórios, quando solicitados pelos(as) professores(as) que ofertam e orientam ACEC;

IV – atentar para o cumprimento da carga horária de ACEC desenvolvida nas modalidades de projetos, cursos e eventos propostas nas disciplinas “Universidade e Sociedade I e II” e “Projeto integrador” vinculados ao Programa de Extensão em História da UNESPAR;

V – consultar as informações do(a) Coordenador(a) de ACEC quanto às possibilidades de participação em projetos e ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da UNESPAR;

VI – apresentar ao(à) Coordenador(a) de ACEC os certificados e comprovantes das atividades realizadas, bem como o cômputo das horas em documento próprio (anexo I), para envio à Secretaria de Controle Acadêmico;

VII – preencher os formulários e listas de presenças dos projetos, cursos e eventos de que participar para receber as horas equivalentes à sua participação;

VIII – apresentar aproveitamento de, no mínimo, 75% em cursos, eventos e demais atividades extensionistas correspondentes à ACEC I e II;

IX- solicitar orientação e autorização ao coordenador de ACEC quando realizar ACECs III, IV e V de forma substitutiva, em projetos de outras disciplinas do curso.

Seção III

Da comunidade Externa



Art. 19. Os membros da comunidade externa podem integrar a equipe executora das atividades previstas nas ACEC e devem constituir a maior parte do público-alvo de tais ações.

Art. 20. Cabe ao membro da comunidade externa:

- I – comparecer aos locais programados para realização das propostas extensionistas;
- II – apresentar documentos, projetos, relatórios e afins, quando solicitados pelos(as) professores(as) que ofertam e orientam ACEC;
- III – atentar para o cumprimento da carga horária das atividades extensionistas propostas;
- IV – preencher os formulários e listas de presenças dos projetos, cursos e eventos de que participar para receber as horas equivalentes à sua participação;
- V – apresentar aproveitamento de, no mínimo, 75% em cursos, eventos e nas demais atividades que assim exigiram

Seção IV

Do Coordenador(a) de ACEC

Art. 21. Compete ao(à) Coordenador(a) de ACEC:

- I – organizar, acompanhar e orientar as atividades da curricularização da extensão efetivadas pelos estudantes dentro deste Regulamento;
- II – organizar e divulgar a oferta de carga horária de extensão no Curso de História, a fim de suprir a demanda de atividades de extensão;
- III – verificar a execução das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;
- IV – elaborar um registro dos projetos e eventos de extensão diretamente relacionados às modalidades apresentadas no Art. 6º deste Regulamento e divulgar entre os estudantes e a comunidade externa;
- V – articular as atividades entre os coordenadores de projetos de extensão e docentes que ministrem disciplinas com carga-horária de extensão;
- VI – registrar as atividades de extensão dos estudantes e emitir relatório final confirmando a conclusão da carga horária nas pastas de cada discente junto ao coordenador do programa que encaminha ao Controle Acadêmico da Divisão de Graduação;
- VII – fiscalizar, acompanhar e garantir em conjunto com a coordenação de curso e do coordenador do programa a aplicação da atual legislação sobre a extensão, que exige dos estudantes o cumprimento adicional de 10% da carga horária do curso em atividades de extensão;
- VIII – orientar os estudantes acerca das ofertas e trâmites burocráticos referentes à extensão;



IX – Coordenar, o “Projeto integrador do Curso de História da UNESPAR” responsabilizando-se pelos devidos relatórios junto ao Coordenador do “Programa de Extensão do Curso de História” que por sua vez encaminha a Divisão de Extensão e Cultura do campus.

X - Manter atualizada ao final de cada ano em instrumento de registro próprio do colegiado

CAPÍTULO V

Do Procedimento para validação das ACEC's

Art. 22. Para o aproveitamento e validação das atividades de ACEC, considera-se necessário:

I – para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento em nota e frequência;

I – para as disciplinas que apresentarem carga-horária de ACEC, o acadêmico deverá ter aproveitamento de 75% frequência;

II – para as ações extensionistas realizadas no âmbito da UNESPAR, o acadêmico deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades;

III – para as ações extensionistas realizadas em outras instituições de Ensino Superior, o(a) acadêmico(a) deverá apresentar o certificado de participação como integrante de equipe executora das atividades. A simples participação como ouvinte em ações de extensão não será validada como ACEC;

IV – a apresentação por parte do(a) estudante, conforme solicitação lançada em edital pelo(a) Coordenador(a) de ACEC ao final do ano letivo, do formulário (Apêndice I) preenchido com o cômputo das atividades e com cópias dos certificados das atividades em anexo;

V – a validação por parte do(a) Coordenador(a) de ACEC das horas no formulário previamente preenchido pelo(a) estudante.

Parágrafo único. O(a) estudante é o responsável pelo gerenciamento de suas participações nas atividades de ACEC, as quais deverão ser cumpridas ao longo do curso de graduação. O(a) estudante poderá solicitar ao Colegiado os esclarecimentos que julgar necessários quanto à aceitação ou não de qualquer atividade que não tenha sido prevista pelo(a) Coordenador(a) de ACEC, no âmbito do Curso ou da UNESPAR

Art. 23. Ao final do ano letivo será emitido relatório individual do estudante concluinte para envio à Secretaria Acadêmica, a fim de comprovar a conclusão das ACEC e posterior arquivamento.



Art. 24. Em caso de ACEC desenvolvida em disciplinas, o registro do aproveitamento será computado diretamente pela Secretaria de Controle Acadêmico, cabendo ao (a) Coordenador(a) de ACEC fazer apenas os registros na documentação do estudante para seu controle.

Parágrafo único. Caso o estudante não atinja o aproveitamento necessário para aprovação na disciplina que oferta ACEC, poderá aproveitar integral ou parcialmente a carga horária de extensão da atividade da disciplina caso esta esteja efetivamente realizada e lançada no relatório final do(a) coordenador(a) de ACEC.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo(a) Coordenador(a) de ACEC, tendo sido ouvidos o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas, em reunião previamente agendada. As decisões desses casos sempre serão registradas em atas, com as assinaturas dos participantes da(s) reunião(ões).

Art. 26 – Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo CEPE.



Apêndice I:

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO HISTÓRIA
REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO (MÍNIMO DE 325 HORAS)

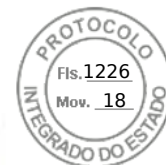
DISCENTE: _____

ATIVIDADES DE EXTENSÃO Inserir o nome completo da atividade, local e ano de realização	Carga horária	Assinaturas Docentes
Ensino de história da Cultura Afro-brasileira e indígena		
Educação Patrimonial e Ambiental- EPA		
Didática da História		
Direitos Humanos, diversidade e inclusão		
Estágio curricular supervisionado I		
Estágio curricular supervisionado II		
Outros projetos ou Substitutivas		Assinatura Coordenador

União da Vitória, / /

Acadêmico(a) Coordenador(a) de ACEC

do curso de História



ANEXO IV

LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO, RESTAURO E CONSERVAÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS JURÍDICAS- LAFJUR

Projeto: HISTÓRIA, JUSTIÇA E CIDADANIA: USOS SOCIAIS

1. Justificativa

A proposta inicia-se com uma pergunta norteadora para o conjunto de nossa reflexão e de nossos objetivos: como a história produzida pelo Poder Judiciário da Comarca de União da Vitória ao longo dos seus quase 110 anos de história pode contribuir para uma discussão essencial dos usos da justiça enquanto instrumento pleno para a democracia? Ou seja, nossa pergunta versa tanto sobre a cultura jurídica posta em prática durante o Brasil República quanto, e essencialmente, sobre os diferentes usos feitos por seus manipuladores técnicos e o conjunto de sujeitos à ela submetidos em determinados momentos.

Dito de outra forma, para além do conjunto legal efetivado no texto da lei, as ações que se desenrolam nos tribunais contemplam ainda uma série significativa de táticas e estratégias. Michel de Certeau (1994) afirma que as estratégias têm estreita relação com o lugar onde são postas em prática. Então existe igualmente um limite para o uso das estratégias dada por este mesmo lugar. As estratégias usadas num julgamento são dadas em função de sua possível eficácia e aceitação em função daquilo que diz a lei. A tentativa de manipular um julgamento parte sempre do conhecimento e reconhecimento da lei. E, portanto, a lei torna-se e efetiva-se como parte integrante e importante para o ordenamento social, de tal forma que não se pode agir completamente ao largo dela, mesmo quando a situação parece justificar completamente uma determinada ação. Temos a necessidade de encarar a lei como uma expressão histórica compreensível apenas no confronto com os aspectos de totalidade da sociedade na qual está inserida, isto é, de acordo com a experiência contemporânea dos agentes sociais.



Portanto, a lei deve, ao menos, parecer justa. Thompson (1986) ressalta o fato de que a lei expressa sim as contradições presentes nas diferentes sociedades. Entende que a lei pode ser usada instrumentalmente na “mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente, como sua legitimadora”, mas não pode ser só isso. Insistindo na ideia de que a lei “têm suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento”, Thompson ressalta o fato de que, ainda assim, é fundamental que ela consiga parecer aos olhos dos que a ela são submetidos, justa. Mesmo existindo certas categorias que histórica ou socialmente sejam excluídas do acesso aos procedimentos legais expressos pela lei, estes devem expressar “critérios lógicos” que se refiram aos padrões de universalidade e igualdade, em seu corpo de regras e procedimentos.

Isso está condicionado ou atrelado pelo senso de justiça que os homens possuem e que tentarão aplicar quando seus interesses estiverem em jogo. Portanto, acreditamos que o projeto encontra respaldo efetivo tanto na possibilidade da preservação e resguardo da memória como fundamento essencial para o fortalecimento de relações plenamente democráticas, quanto nas preocupações decorrentes do CONARQ bem como na salvaguarda da documentação que corresponde a parte importante da história.

A proposta do presente projeto com a documentação do Judiciário da Comarca dentro do Arquivo Histórico segue as lições de Maria Silva Jardim (1999) para a qual os arquivos, como suporte de informação, refletem o funcionamento do aparelho estatal. O capital informacional não se exerce apenas pelo quantum de informação acumulada, mas também pelos usos ou não usos deste capital, implicando em diversos graus de transparência e opacidade do Estado. Enquanto expressão cotidiana, a informação arquivística traduz, nos termos em que é gerenciada (ou negligenciada), os diversos matizes entre a transparência e a opacidade. Os documentos de arquivo evidenciam o tratamento que o Poder Público tem dispensado à sua informação. Ao longo de anos, a situação dos arquivos públicos tem sido objeto de diversos diagnósticos, e vem denunciando a sua



progressiva corrosão, desde os documentos acumulados nos depósitos como daqueles ainda em fase de produção, passando pela precariedade organizacional, tecnológica e humana. Os arquivos do Judiciário, com algumas exceções, seguem essa tendência. Uma grande quantidade de documentos é produzida todos os dias.

O Judiciário, como parte do aparelho estatal, tem a incumbência de resolver os conflitos da sociedade, fundamentado no direito e nas provas materiais. O resultado de toda atividade jurisdicional se resume a um só produto: o processo judicial. Todavia, ao longo do trâmite, esses processos vão se tornando densos, atingindo um grande volume. Depois do trânsito em julgado, os processos normalmente chegam aos arquivos dos tribunais. E nesse momento surge a pergunta: o que fazer com tantos documentos? Apenas a título de exemplo, em 1998, segundo dados arrolados em pesquisa solicitada pela Justiça Federal, apenas sob sua guarda, encontravam-se 31 milhões de processos.

Para concluir gostaríamos de indicar ainda que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, recebeu do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, um novo projeto de lei datado de 13 de abril de 2016 que trata exatamente da documentação que ora solicitamos, qual seja, processos findos. Entre outras providências constantes no referido projeto que dispõe sobre a gestão, avaliação e a destinação de autos judiciais e demais documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário e em seu Artigo 11, revoga a Lei no 7.627, de 10 de novembro de 1987, que dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos de Justiça do Trabalho e passa a constar:

Art. 3º Os autos judiciais e demais documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário, inclusive no exercício de funções administrativas, independentemente do suporte, serão objeto de avaliação, para fins de guarda permanente ou eliminação, em conformidade com os prazos de guarda e destinação previstos em tabelas de temporalidade, integrantes de programa de gestão de documentos e preservação da memória.



Parágrafo único. A avaliação de documentos deverá contemplar, necessariamente, os seguintes aspectos: I -preservação de documentos de valor informativo, histórico e probatório;

Art. 5º. Os Tribunais poderão estabelecer convênios com instituições de natureza histórica, cultural e universitária, para cooperação nas atividades arquivísticas do Poder Judiciário. (grifos nossos)

Eis, portanto, que o presente projeto procura articular a salvaguarda da documentação do Arquivo do Fórum de União da Vitória, observando os princípios para sua recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de documentos produzidos e recebidos, para servirem como elementos de pesquisa, podendo à posteriori ser utilizados como elementos de estudo de caráter científico. Usando as fontes produzidas pelo poder judiciário pretendemos basicamente analisar e problematizar as formas jurídicas, a cultura jurídica e os usos da justiça em nossa região. Entendemos que isso fornece elementos necessários para que possamos problematizar as questões de raça, gênero, classe, escolaridade, etc. Desta salvaguarda documental pretendemos, de maneira mais específica, tematizar num primeiro momento, 5 grupos temáticos centrais:

- Relações de violência, gênero e imigração na primeira metade do século XX: realidades da comunidade eslava na comarca de União da Vitória-PR
- Crimes de morte e atentados contra a própria vida: homens e mulheres em assassinatos e suicídios no início do século XX;
- Das horas e dos locais: União da Vitória e os crimes nas primeiras décadas do XX;
- Tipificando sujeitos: gênero, cor, instrução e outras tipificações nos processos-crime de União da Vitória no início do século XX;
- Crime e infância: menores, infanticídio ou atentados em família.



2. OBJETIVOS

2.1 Objetivos Gerais

Explorar a documentação produzida pelo Poder Judiciário de União da Vitória desde a sua instalação no ano de 1908, até o ano de sua possibilidade de exploração como fonte histórica, até o ano de 1985. Portanto, consideramos a recolha, seleção, tratamento, conservação e consulta de documentos produzidos e recebidos pelo colegiado de história. Isto articula-se com a criação de uma equipe de pesquisadores formada por professores e alunos de graduação que, em conjunto e baseado nos dados coletados, pretende problematizar a realidade dos usos da justiça feito pelo conjunto da população e, de outro lado, as diferentes formas que os manipuladores técnicos da justiça procuraram produzir, ou produziram, enquadramentos sociais.

2.2 Objetivos Específicos

- Constituição de uma equipe interdisciplinar de trabalho com vistas a problematizar o funcionamento e usos da justiça na Comarca de União da Vitória;
- Classificação arquivística da documentação produzida e recebida dos variados órgãos públicos, independentemente do seu tipo de suporte ou formato, que se conserva para servir de testemunho, prova ou informação;
- Inventariar, conservar, tratar arquivisticamente, acessibilizar e difundir documentação com valor histórico, quer de núcleos públicos, quer de núcleos privados, com interesse de pesquisa científica, qualquer que seja a sua natureza ou suporte material.
- Composição de instrumento de pesquisa, restauro e adequações de conservação, daqueles acervos que não mais consultados pelos serviços e órgãos do fórum e selecionados em função do seu valor arquivístico,

- Problematicar a produção da documentação do judiciário a partir de cortes de raça, gênero, escolaridade, idade, classe social e etnicidade entre outras como forma de operacionalizar efetivamente uma reflexão sobre a justiça, seu funcionamento e seus usos;
- Criar um espaço de consulta, de comunicabilidade e de atividades de extensão como palestras e minicursos tendo por foco sempre a relação justiça e cidadania, mediados pela documentação produzida pelo Poder Judiciário.
- Divulgar os materiais produzidos em eventos científicos, palestras, mini-cursos e artigos científicos.
- E, de maneira mais específica, tematizar num primeiro momento, 5 grupos temáticos centrais anteriormente descritos.

3. METODOLOGIA

A metodologia de trabalho deve considerar originalmente os seguintes passos;

- Elaboração de instrumento de cooperação entre o Fórum de União da Vitória e a UNESPAR.
- Capacitação em técnicas de arquivista e tratamento de fontes históricas: manuseio, restauro, classificação e elaboração de instrumentos de pesquisa;
- Definir os circuitos documentais;
- Colaborar na definição de modelos administrativos;
- Definir os critérios de registro de entrada ou saída;
- Definir os procedimentos administrativos e orientar na constituição dos acervos
- Elaborar, implementar e acompanhar o plano de classificação;



- Propor a utilização dos materiais de suporte;

O passo seguinte da metodologia é a problematização da documentação em si, ou seja, formatação de modelos de análise qualitativa que permitam verificar diferentes cortes na documentação: raça, gênero, idade, grau de alfabetização, religião, etnia, etc. Ao mesmo tempo, cruzamento destes dados com resultados dos processos: absolvição, condenação, tempo de condenação, arquivamento do processo.

A posse destes dados deve ensejar a formação de trabalhos expostos nas escolas e comunidade em geral expondo exatamente a relação que a justiça trava com a comunidade que a envolve e vice-versa.

Sua publicização dar-se-á na forma de palestras nas escolas, minicursos, comunicações em eventos científicos e produções de artigos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCELLI, E. *A cultura do crime e da lei*. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/revista/revista_seminarios1_virada_seculo.pdf> Acesso em: 21 Nov 2014.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: Artes de Fazer*. 12ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sociais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DINIZ, João Maria Ferraz; VILLELA, Léa Maria Cardoso; MELLO, Judith Carneiro de; EHALT, Emereciana. *Castro Antiga: cronologia*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

ELMIR, Cláudio Pereira; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Odiosos homicídios: o processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

Código Criminal de 1830, Brasil Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 21 Nov 2014.

DEL PRIORE, M. *A crônica policial e os crimes de adultério*.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. Edusp: 2001.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. Editora: Kairos, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

MARTINS, Silvia Helena Zanirato. *A representação nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais*. In: Revista de História Regional. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, 1998.

PEREIRA, André Ricardo. *A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 38, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25/10/2007.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, F. e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à*



infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

RIZZINI, Irma e VOGEL, Arno. O menor filho do Estado: pontos de partida para uma História da assistênciapública à infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VELLASCO, I. A. *As seduções da ordem. Violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais século XIX*. Bauru - SP: EDUSC/ANPOCS, 2004.



ANEXO V

REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL DO COLEGIADO DE HISTÓRIA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - Este Regulamento normatiza o uso e o funcionamento do Laboratório e História oral bem como os direitos e deveres de seus usuários.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO

Art. 2º - O Laboratório de História Oral do colegiado de História atende a comunidade acadêmica de segunda à sexta-feira, no período compreendido entre as 13:30 as 17:00 h, e sob agendamento entre as 19:00 e 22:00h, sendo que o agendamento pode ser feito aos sábados quando houver atribuição docente aos acadêmicos.

Parágrafo único – As chaves do laboratório ficam sob a guarda do coordenador de curso e do professor responsável pela disciplina de História Oral, cujo empréstimo será registrado em planilha própria.

Art. 3º - Durante todo o período de funcionamento do Laboratório de Informáticao usuário deverá ter conhecimento suficiente do funcionamento dos equipamentos, dos softwares e dos recursos a serem utilizados.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO



Art.4 ° - A Direção e a Coordenação de curso estão envolvidas na atualização dos equipamentos e de novas tecnologias voltadas para a educação e para a pesquisa. Responde-se por meio do envio a PROPLAN nas planilhas anuais as necessidades de atualização dos equipamentos de acordo com as demandas apresentadas a Coordenação de curso e encaminhadas para análise e providencias.

Art. 5° - A manutenção e a instalação de softwares e hardwares são realizadas por técnicos do quadro funcional da mantenedora do campus de União da Vitória.

Parágrafo único - somente funcionários e estagiários previamente autorizados do setor poderão realizar a manutenção dos equipamentos.

CAPÍTULO IV

DA RESERVA DO LABORATÓRIO

Art. 6° - Os professores que desejarem fazer uso do laboratório e de seus recursos com suas turmas deverão entrar em contato com o Professor Responsável e/ou coordenador para verificar a disponibilidade de usodolaboratório.

Art. 07° - A prioridade de uso do Laboratório de História Oral e de seus recursos é da disciplina de História Oral e outras do curso em que as atividades de Laboratório, ACECsouPpeds correlacionadas constem obrigatoriamente no Plano de Ensino. As disciplinas que não são diretamente ligadas à História Oral serão atendidas de acordo com as disponibilidades de horário da planilha.

Art. 8° - As reservas do espaço e equipamentos (computadores, câmeras, microfones, etc.) para cursos, registros audiovisuais oumesmoaulas, deverão ser solicitadas na planilha de maneira individual, e terá como critérios a ordem de chegada e inscrição nos horários pretendidos pelos professores e alunos.

CAPÍTULO V

DOS USUÁRIOS E DO USO

Art. 09 ° - São considerados usuários do Laboratório de história Oral toda a comunidade acadêmica interna, em particular os alunos do curso de história que

poderão utilizá-los, durante os horários livres disponibilizados - de forma individual e coletiva - para realização de trabalhos acadêmicos, pesquisa científica e planejamentos educacionais.

Art. 10º - Não é permitido a utilização do Laboratório de História Oral para atividades que não estejam diretamente ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária.

Art. 11º - O professor da disciplina é a autoridade no Laboratório de História Oral, sendo de sua responsabilidade fazer cumprir os regulamentos institucionais, sobretudo este.

CAPÍTULO VI -

DOS DEVERES E DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 12º - São deveres dos usuários do História Oral:

- I. respeitar o regulamento do Laboratório de História Oral;
- II. prezar pelo bom uso e conservação dos equipamentos e móveis disponíveis no Laboratório de História Oral;
- III. conferir o horário de aula, funcionamento e agendamentos em planilha;
- IV. respeitar os horários disponíveis e as reservas realizadas previamente;
- V. deixar mesas, cadeiras e equipamentos arrumados, quando do término de aula em meio aos turnos de atividade;
- VI. manter o silêncio e o bom ambiente de trabalho e estudo;
- VII. salvar arquivos de maneira correta para evitar problemas com a perda dos dados;
- VIII. comunicar os responsáveis pelo Laboratório caso ocorra algum imprevisto ou dificuldade que se apresentar.

Art. 13º - São direitos dos usuários do Laboratório de História Oral:

- I. acessar recursos audiovisuais e sonoros do Laboratório para a concretização de suas atividades acadêmicas;
- II. ter orientação e instrução sobre a utilização dos recursos e equipamentos, tanto de possíveis bolsistas do Laboratório quanto de professores que dele usufruam;
- III. acessar e base de dados digitais que embasem ou complementem seus estudos e práticas;



- IV. elaborar trabalhos diretamente direcionados às disciplinas e/ou projetos de pesquisas ou extensão da Universidade;

CAPÍTULO VII

DO USO INDEVIDO DO LABORATÓRIO

Art. 14º - Constitui uso indevido do Laboratório de História Oral:

- I. praticar atividades que afetem ou coloquem em risco as instalações e equipamentos;
- II. permitir o acesso ao Laboratório de pessoas estranhas à univesidade e/ou pessoas não autorizadas, assim como efetuar empréstimo de chaves, cópias de chaves, abertura de portas, senhas, etc.
- III. exercer atividades que coloquem em risco a integridade física das instalações e/ou equipamentos do Laboratório, como por exemplo, comer, beber, fumar, atender o celular etc.;
- IV. perturbar o ambiente com brincadeiras, algazaras e/ou qualquer outra atividade alheia às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- V. desmontar equipamentos ou acessórios do Laboratório sob qualquer pretexto, assim como remover equipamento do local a eles destinados, mesmo dentro do próprio laboratório;
- VI. usar qualquer equipamento de forma danosa ou agressiva;
- VII. exercer atividades não relacionadas com o uso específicos de cada laboratório;
- VIII. usar as instalações do laboratório do curso para atividades eticamente impróprias.

CAPÍTULO VIII

DO USO ÉTICO DOS LABORATÓRIOS, E EQUIPAMENTOS

Art. 15º - Constitui uma falha, possível de penalidade:

- I. desrespeitar ou ofender verbalmente e/ou fisicamente a qualquer pessoa responsável e/ou aquelas que fazem uso do Laboratório de história Oral;
- II. alterar a configuração dos equipamentos sem supervisão do responsável
- III. instalar ou remover programas ou software, a menos que autorizado e devidamente assistido por um técnico, bolsista ou professor responsável pelo Laboratório;

- IV. desenvolver e/ou disseminar vírus (ou qualquer outro software malicioso) propositalmente nos equipamentos do laboratório;
- V. praticar, de maneira não autorizada, ou facilitar a prática de qualquer atividade alheia aos interesses da Instituição (ensino, práticas investigativas / pesquisas educacional / iniciação científica e extensão);
- VI. por meio de seus equipamentos facilitar a divulgação da Universidade e seu curso de história para fins comerciais e/ou pra qualquer outro fim externo ao conteúdo acadêmico sem o devido acompanhamento e autorização para estes usos.
- VII. utilizar os serviços e recursos da instituição para fins comerciais, políticos, religiosos ou outros, tais como mala direta, propaganda política etc.;
- VIII. utilizar os serviços e recursos da instituição para ganho pessoal;
- IX. utilizar os serviços e recursos da instituição para intimidar, assediar ou difamar ou aborrecer pessoas;
- X. utilizar os serviços e recursos da instituição para armazenar, divulgar ou transmitir material ofensivo e abusivo, ou de gosto discutíveis, fora do círculo apropriado;

CAPÍTULO IX

DAS PENALIDADES

Art. 16º - Além do que é previsto pela legislação em vigor e pelo Regimento Interno da Universidade o não cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento acarretará em penalidades estipuladas e impostas pela Coordenação do curso. Os usuários dos Laboratórios de História Oral estão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:

- I. aplicação do Regimento da Universidade
- II. proibição de acesso e uso do Laboratório de História Oral, temporária ou definitivamente;
- III. responsabilidade civil cabível na Lei;
- IV. advertência oral e/ou escrita; e
- V. outras penalidades, conforme decisão da Direção de Campus quando o coordenador do curso por qualquer razão não puder aplicar as penalidades.

Art. 17º - A fim de garantir um bom atendimento aos usuários, a integridade do sistema e equipamentos, um ambiente adequado e propício ao desenvolvimento das atividades de pesquisas educacional, seus responsáveis reservam-se o direito de :

- I. vistoriar arquivos e mídias dos usuários gravados, de forma a garantir os dados neles contidos;
- II. suspender o acesso de usuários que infrinjam as normas constante neste documento;
- III. bloquear o uso dos equipamentos, caso este não esteja sendo utilizado para fins acadêmicos.

CAPÍTULO X

DAS NORMAIS GERAIS

Art. 18º - A nenhum usuário é dado o direito de alegar desconhecimento das normas aqui dispostas.

Art. 19º- O direito à propriedade e/ou controle de quaisquer software ou hardware, bem como dos dados criados ou armazenados no sistema da Universidade ou transmitidos através de seu sistema computacional, pertencem a esta Instituição.

Art. 20º - Será garantido pela coordenação de curso o maior grau possível de confiabilidade no tratamento dos dados dos alunos, de acordo com a tecnologia disponível.

Art. 21º – A universidade e o curso de história não se responsabilizam por arquivos nos computadores, gravadores, câmeras e filmadoras sendo estes de inteira responsabilidade do aluno, devendo ser salvos na Área de trabalho em Servidor para posteriormente serem gravados nas mídias disponibilizadas pelo próprio usuário, observando-se que o conteúdo dessa pasta pode ser alterado e apagado por qualquer usuário. Na manutenção dos microcomputadores, esta pasta é apagada, não devendo portanto ser utilizada para gravar arquivos importantes. A equipe dos Laboratórios não se responsabilizará pelos arquivos deixados nesta pasta.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 22º - Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pela Diretoria de campus.

Art. 23º – Este Regulamento entra em vigor na presente data revogando-se disposições em contrário.

ANEXO VI

REGULAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Arquivo histórico do Campus de União da Vitória, está sob responsabilidade do Colegiado de História, voltado ao tratamento arquivístico de documentos de caráter permanente, reconhecidos pelo seu valor histórico, científico e cultural, contendo documentos próprios a universidade ou de terceiros relacionados com a região de abrangência do campus.

Art. 2º São objetivos do Arquivo Histórico:

- I - captar e constituir coleções e fundos documentais, bibliográficos e hemerográficos, incluindo documentos textuais, iconográficos, sonoros e audiovisuais realizando sua restauração, organização, conservação, manutenção e divulgação;
- II - manter e incrementar bancos de dados relativos ao acervo do Arquivo
- III - atuar com outros cursos, ou laboratórios como o LAFJUR e outros de natureza científica e pedagógica, que se relacionem a seu acervo oferecendo suporte;
- IV - às atividades de ensino, pesquisa e extensão, relacionadas à memória histórica e sociocultural a partir da documentação disponível em seu acervo;
- V - organizar e dar suporte a eventos de ordem acadêmica, a projetos e cursos temáticos de extensão e pós-graduação Lato Sensu nas áreas de atuação do Arquivo Histórico;



- VI - oferecer oportunidade de estágio curricular e estágio não-obrigatório, e atividades de extensão;
- VII - estabelecer intercâmbios e convênios com escolas, entidades públicas e privadas, podendo receber bolsistas e contar com a colaboração de profissionais em suas atividades;
- VIII - prestar consultoria, assessoria e/ou colaboração na execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão ligados à memória histórica e ao patrimônio cultural material e imaterial, por demanda dos pesquisadores da UNESPAR e da comunidade externa;
- IX - promover a divulgação das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Histórico;
- X - vincular, na condição de participante ou coordenador de projetos de pesquisa ou extensão, pesquisadores da UNESPAR e de Instituições conveniadas, observada a regulamentação de pesquisa institucional, sem ônus financeiro para o Arquivo Histórico e a título de colaboração científica.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A estrutura do Arquivo é composta por:

- I - Direção;
- II - Sala do acervo (30mt)
- III - Área de tratamento documental; (15mt)

SEÇÃO I

DA DIREÇÃO

Art. 4º A Direção do arquivo é de responsabilidade do Colegiado de História, composta por professor indicado pelo coordenador de curso, em regime de dedicação exclusiva com pesquisa cadastrada na divisão de pesquisa e, preferencialmente, com doutorado.



§ 1º A indicação será feita pelo coordenador de curso tendo consultado o nome entre os pares junto ao NDE do curso

§ 2º A Direção deve destinar um número adequado de horas para a função, não ficando desobrigado de suas atividades acadêmicas na Universidade.

Art. 5º Compete à Direção:

I - Exercer a direção executiva, coordenação e supervisão das atividades do Arquivo Histórico, delegando responsabilidades quando for o caso

II – O tempo de vigência do mandato da direção é de 04 anos sendo possível recondução do cargo, desde de que aberta a disponibilidade a ocupação para demais professores do curso de história e sob consulta do novo nome ao NDE, por parte do coordenador que indicará, novo diretor ou a recondução.

III- promover reuniões entre bolsistas, professores do campus e interessados para o estudo, planejamento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Histórico;

VI- coordenar a promoção de eventos culturais e de outras atividades do Arquivo Histórico quando houver necessidade;

1º - representar o Arquivo Histórico junto a órgãos da Universidade e externos; propondo políticas de captação de acervos históricos;

2º - buscar junto a instituições públicas e privadas a cessão, para fins reprográficos, ou a doação de documentos de interesse do Arquivo Histórico;

3º- desempenhar outras atividades correlatas;

4º - propor ao Colegiado:

a) os planos de atuação;

b) as propostas de estabelecimento de convênio e contratos de serviços;



c) as propostas de projetos que envolvam bolsistas, criação de vagas, de contratação e dispensa/remoção de pessoal técnico e administrativo.

Art. 06. No caso de vacância do cargo de Diretor(a), o Coordenador tem o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para disponibilizar a função a demais professores do colegiado, realizar reunião de NDE, e encaminhar à Direção do Campus de União da Vitória, a indicação de nome para a designação de nova Direção.

SEÇÃO II

DA ÁREA DE TRATAMENTO DOCUMENTAL

Art. 07. É a área responsável pelo tratamento documental do acervo.

Parágrafo único. A área é exercida e coordenada preferencialmente por agente universitário, quando houver contratado para a função. Podem ser exercidas pelo Diretor do arquivo, que delegará funções específicas aos demais integrantes e que os coordena na ausência de agente contratado.

Art. 08. São funções dos integrantes da área:

I - Receber os documentos encaminhados pelas entidades ou doadores particulares;

II - organizar e arranjar sob a insígnia de fundos ou coleções ou outra terminologia adequada, conforme cada caso e os protocolos definidos;

III - encaminhar o material para a restauração ou higienização, conforme anecessidade;

VI- Promover a conservação do acervo documental, bibliográfico e hemerográfico com ações estabilizadoras observando os protocolos estabelecidos e os tratamentos específicos a cada tipo de material;

V - executar a higienização de documentos, observando os protocolos estabelecidos;

VI- promover a restauração física de documentos, sob demanda do Colegiado observando os protocolos estabelecidos;



VII- zelar pelo manuseio e manutenção da infraestrutura para reprodução e registro de documentos em diferentes suportes e formatos;

VIII- executar os protocolos sobre reprodução de documentos definidos

XI- receber a documentação da área de conservação e reprografia e

descrever o material nas bases de dados, de acordo com as normas e protocolos definidos;

X- organizar o acervo e elaborar instrumentos de pesquisa, com vistas à difusão da informação;

XI- prestar assessoria técnica e ministrar cursos e treinamentos, em sua área de especialização sob demanda;

XII- participar da criação e desenvolvimento de aplicativos específicos para dinamização do tratamento documental;

XIII - manter atualizado o registro dos serviços prestados;

XIV- apresentar, periodicamente, relatório circunstanciado das atividades realizadas;

XV- desempenhar outras atividades correlatas.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS COLABORADORES

Art. 09. Os colaboradores do Arquivo Histórico na ausência de Agente Universitário, serão bolsistas com fomento temporários, ou mesmo voluntários e pelo Diretor do arquivo, que os coordena.

Parágrafo 1º- Atendem pela realização de pesquisas instrumentais, elaboração de referências, atendimento ao público, divulgação do Arquivo Histórico e busca de intercâmbio com instituições afins.

Parágrafo 2º - Outras funções relacionadas no artigo 08 também podem ser atribuídas aos colaboradores sob julgamento do Diretor que delibera.



Parágrafo 3º - No caso dos voluntários, pode ser concedida certificação de horas trabalhadas, a título de horas sociais, carga horária de extensão, ou mesmo estágio curricular quando a área de formação se relacionar com a natureza do acervo. As assinaturas dos documentos validadores nesse caso ficam a cargo do Diretor do Arquivo e Coordenador de curso conforme a necessidade.

Art. 10. São funções dos integrantes colaboradores:

- I - Realizar pesquisas instrumentais de apoio às atividades de tratamentodocumental e de referência;
- II - elaborar obras de referência, atendendo às demandas de pesquisa dos usuários do Arquivo Histórico;
- III - realizar o atendimento e assessorar os usuários na consulta ao acervo do Arquivo Histórico ,observando os protocolos estabelecidos;
- IV - zelar pelo manuseio e manutenção da infraestrutura para consulta doacervo;
- V - encaminhar e acompanhar o processo de edição e distribuição daspublicações do Arquivo Histórico;
- VI - promover eventos e treinamentos para aperfeiçoamento e atualização dos usuários e equipe do Arquivo Histórico;
- VII - estabelecer intercâmbio com escolas, organizações e entidades afins para formação e aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos e difusão da informação;
- VIII - acompanhar o desenvolvimento de estágios curriculares e atividades correlatas, seguindo os protocolos definidos;
- IX - executar as políticas do Arquivo Histórico para divulgação do acervo e serviços, intercâmbio com escolas e instituições afins, promoção de eventos e prestação de assessoria técnica;
- X - receber e encaminhar as solicitações de assessoria técnica para as respectivas áreas do Arquivo Histórico;



XI - participar da criação e desenvolvimento de aplicativos específicos para dinamização das rotinas de pesquisa e consulta ao acervo, controle dos consulentes e solicitação de serviços;

XII - executar as rotinas operacionais de manutenção dos bancos de dados da área de pesquisa, referência e atendimento;

XIII - manter atualizado o registro dos serviços prestados;

XIV - desempenhar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. É vedada a retirada de qualquer documento das dependências do Parágrafo único. Excepcionalmente, o Diretor pode autorizar a retirada de documentos para fins específicos, condicionada à assinatura de termo de responsabilidade, justificada e informada ao coordenador de curso de sua decisão.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado, ouvido o Diretor do Arquivo histórico.



ANEXO VII

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES - ACC DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNESPAR

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento rege as normas e disciplina o cumprimento das Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em História da UNESPAR.

Art. 2º As Atividades Complementares são atividades credenciadas pelo Colegiado do Curso, em conformidade com o que institui a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que objetiva a complementação da formação científica, cultural e profissional do estudante de graduação em cursos de licenciatura.

Art. 3º O desenvolvimento das Atividades Complementares é obrigatório e deverá ser realizado ao longo do Curso de História.

Art. 4º As Atividades Complementares compõem o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e possuem os seguintes objetivos:

- I – promover o relacionamento do estudante com a realidade social, econômica e cultural;
- II – estimular vivências variadas e o reconhecimento de seu papel formativo;
- III – complementar a formação acadêmica com atividades pluridisciplinares;
- IV – possibilitar a participação dos acadêmicos em projetos de pesquisa e ações de extensão;
- V – favorecer o relacionamento entre grupos sociais e a consciência das diferenças;
- VI – favorecer a iniciativa e a autonomia dos discentes;
- VII – possibilitar o crescimento pessoal e relacional do corpo discente.

Art. 5º As Atividades Complementares podem ser cumpridas em ambientes e contextos de ensino, extensão ou pesquisa, cultura e de responsabilidade social da instituição e/ou em grupos de interesse da instituição, sendo o trabalho e o envolvimento comunitário e voluntário reconhecido como atividade formativa.

§1º Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre de

matrícula no curso.

§2º O estudante deverá cumprir o total de 60 (sessenta) horas em atividades complementares acadêmicas ou sociais.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO E VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 6º A contagem e validação das horas será realizada no último período do curso.

Parágrafo único. O registro das atividades será feito pelo próprio acadêmico, ao longo do curso, em formulário específico divulgado pela Coordenação do Curso (apêndice II).



Art. 7º Em local e data previamente marcados, até a primeira quinzena de novembro, caberá ao Coordenador do Curso computar e validar as horas no formulário previamente preenchido pelo (a) acadêmico(a) em duas vias originais e assinadas por ambas as partes. Na ocasião, uma via será arquivada no colegiado e outra via será entregue ao acadêmico.

Art. 8º As Atividades Complementares certificadas terão validade de até quatro anos após o trancamento da matrícula ou desistência do curso. Caso o acadêmico reingresse no curso após este tempo, deverá realizar novamente toda a carga horária determinada.

Art. 9º Os alunos que ingressarem no curso por meio de algum tipo de transferência ficam também sujeitos ao cumprimento da carga horária de atividades complementares, podendo solicitar o cômputo da carga horária atribuída pela Instituição de origem, desde que estejam comprovadas em histórico escolar e/ou em documento oficial.

Art. 10. As atividades Complementares acadêmicas são as ações formativas de aprofundamento acadêmico vinculado à natureza do Curso de História e demais ciências humanas bem como à área da Educação, de efetivação suplementar ao currículo pleno e aos conteúdos disciplinares

ministrados.

§ 1º São consideradas atividades complementares acadêmicas:

I – participação como ouvinte em eventos científicos: congressos, semanas acadêmicas, seminários, conferências e palestras;

II – apresentação de trabalho em eventos científicos: congressos, semanas acadêmicas, seminários, conferências, palestras e projetos de pesquisa;

III – outras determinadas pelo colegiado e lavradas em ata.



Art. 11. Atividades Complementares sociais são aquelas atividades que apresentam caráter de voluntariado, de socialização e cooperação acadêmica em meios que promovam a interação e a inserção social do acadêmico do curso em prol do compromisso social da universidade e do perfil profissional do Curso.

§1o São consideradas Atividades Complementares sociais acadêmicas:

I – monitoria voluntária em eventos e/ou projetos promovidos pelo Curso e/ou pela IES;

II – participação em projetos de ensino e/ou Programas ofertados pelo Curso;

III – monitoria voluntária acadêmica em disciplinas do Curso;

IV – participação voluntária em projetos de extensão promovidos pelo Curso e/ou pela IES;

V- participação voluntária em laboratórios da UNESPAR.

V – participação, disseminação e inserção social em grupo de pesquisa;

VI – participação no Centro Acadêmico do Curso – até 12 horas por ano de mandato em efetivo exercício;

VII – participação em grupos de Representação Estudantil e em Comissões institucionais como os Conselhos Superiores do campus ou da IES – até 5 horas por

ano de mandato em efetivo exercício;

VIII – outras determinadas pelo colegiado e lavradas em ata - até 20 horas.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS



Total de horas	

União da Vitória, / / _____
Coordenador(a) do Curso de História